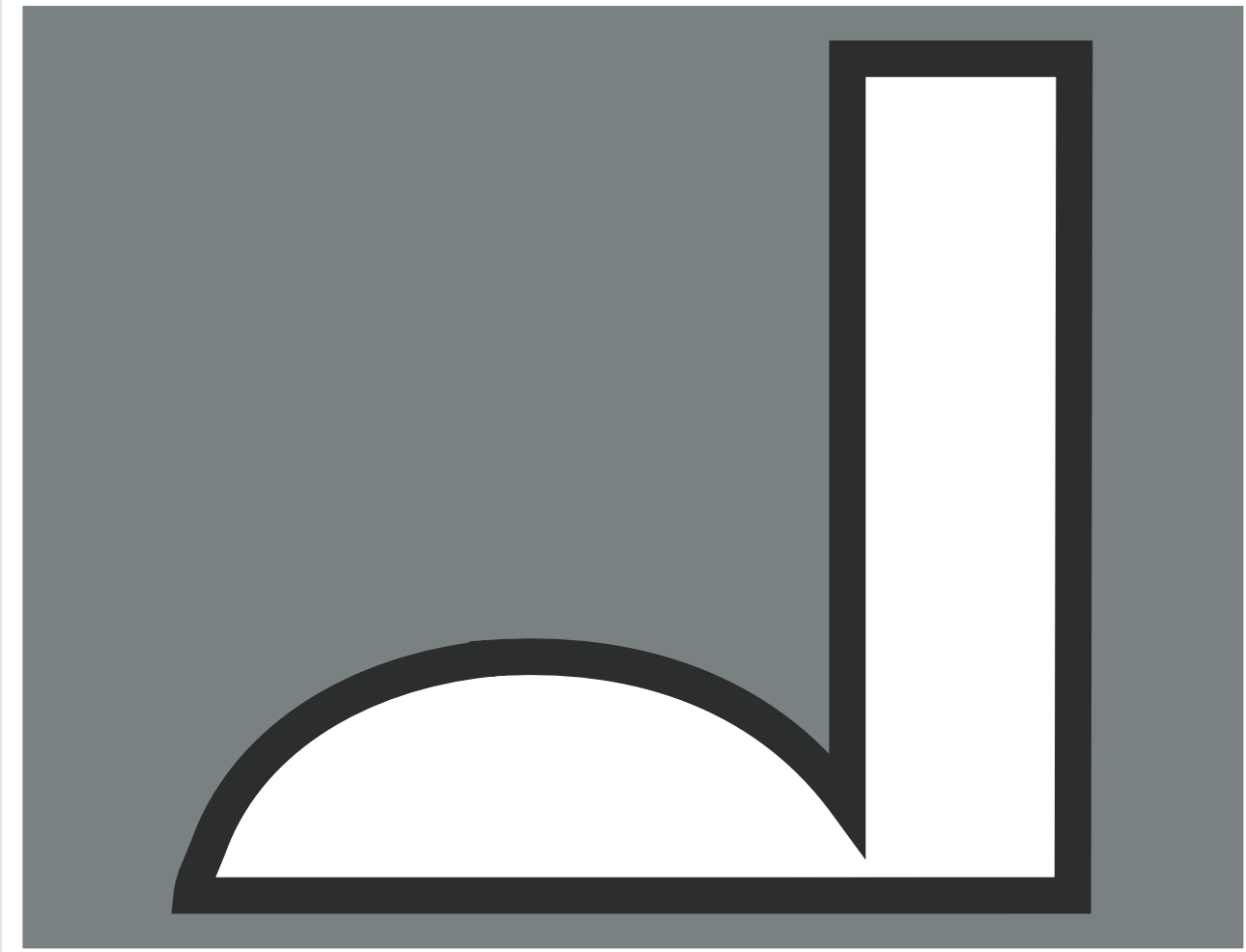
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Ofício nº 14, de 2012-CN
(nº 466/2011, na origem)

Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011 - primeiro semestre, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

ANO LXVII – SUP. AO Nº 4 – QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 18** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza (21) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (14) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Humberto Costa - PT** Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Pedro Taques (22) **Líder do PSB - 4** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (6) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (8) Flexa Ribeiro (7) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PR - 8 **Líder** **Blairo Maggi - PR** (20) Vice-Líder Clésio Andrade	**PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	**PSOL - 1** **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (19)
PSD - 2 **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (13) Vice-Líder Sérgio Petecão	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
19. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
20. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
22. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n - Edifício Sudene, 13º andar, Ala Norte
Engenho do Meio – Recife/PE CEP 50670-900
Telefones: 0xx (81) 2102-2108 / 2109 / 2119 – Fax 0xx : (81) 2102-2886
e-mail: gabinete@sudene.gov.br

OFÍCIO Nº 14, DE 2012

Ofício nº 0466/2011/SUDENE-AGI Recife, 28 de dezembro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador Vital do Rego
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Câmara dos Deputados
Anexo II, Ala "C", Sala T-22
70160-900 - Brasília-DF

Assunto: **Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011 – Primeiro semestre, sobre as atividades Desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Parecer Conjunto nº 12/2011/SFRI-SUDENE/MI, de 13/12/2011, e a Resolução CONDEL nº 046, de 15/12/2011, que aprovou, "ad referendum" do CONDEL, o referido relatório.**

Em cumprimento ao estabelecido pelo § 5º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 18 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para efeito de fiscalização e controle, o "Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011 - Primeiro semestre" tratando das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), acompanhado do Parecer Conjunto nº 12/2011/SFRI-SUDENE/MI, de 13 de dezembro de 2011, conjuntamente elaborado por esta Autarquia com o concurso do Ministério da Integração Nacional, bem como a Resolução nº 046/2011, aprovada pelo Presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE na condição de "ad referendum" no último dia 15.

Respeitosamente,

Guilherme Maia Rebouças
Superintendente Substituto

Anexos:
Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011 – Primeiro Semestre, do FNE; Parecer conjunto nº 12/2011/SFRI-SUDENE/MI; Resolução nº 044 e Proposição de encaminhamento.
NET Doc nº 2011.11194

RESOLUÇÃO N º 046/2011

Aprova ***"ad referendum"*** do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 044/2011, referente ao Relatório de Avaliação da Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no primeiro semestre de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º, art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, ademais do que trata o inciso XVI e o parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como, o estabelecido pela alínea "c", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, além de instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, e considerando ainda, a urgência e relevância do assunto adiante tratado,

R E S O L V E U :

Art. 1º. Aprovar, "***ad referendum***" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 044/2011, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 93ª reunião, de 15 de dezembro de 2011, que trata dos resultados da avaliação das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no primeiro semestre de 2011.

Art. 2º. Autorizar a SUDENE a encaminhar o Relatório de Resultados e Impactos – Primeiro Semestre de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil, acompanhado da decisão deste colegiado, e do Parecer Conjunto nº 12/2011/SFRI-SUDENE/MI, de 13 de dezembro de 2011, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara Federal e no Senado Federal em cumprimento ao que reza o § 4º, art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, e em obediência ao § 5º, art. 20 da mesma lei.

Art. 3º. A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br, e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo da Autarquia em sua próxima reunião ordinária.

Brasília, 15 de dezembro de 2011.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Presidente do Conselho Deliberativo

PROPOSIÇÃO N º 044/2011

Relatório de Avaliação da Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE no Primeiro Semestre de 2011.

Senhores Conselheiros,

Prevê o inciso IV, § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que dá redação ao inciso III, art. 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que compete ao Conselho Deliberativo da SUDENE, em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais.

Em setembro deste ano o Banco do Nordeste do Brasil apresentou à SUDENE, por meio do ofício GAPRE 2011/1413, documento com as aplicações realizadas pelo FNE no primeiro semestre de 2011. Estes dados foram analisados por equipe mista desta Autarquia e do Ministério da Integração Nacional, resultando no Parecer Conjunto nº 12/2011/SFRI-SUDENE/MI, de 13 de dezembro do corrente, em anexo, onde constam tanto as avaliações sobre os resultados alcançados, como as recomendações a serem observadas para o restante do exercício, concluindo pela aprovação das aplicações realizadas no primeiro semestre.

Todos os documentos mencionados integram a presente proposição.

PROPOSIÇÃO:

Diante do exposto, a Secretaria Executiva submete a esse Colegiado, para apreciação e deliberação, o Relatório de Avaliação sobre os resultados das aplicações do FNE no primeiro semestre de 2011, acompanhado do documento que norteou a análise, com a devida apreciação e recomendações, para a aprovação.

Recife, 15 de dezembro de 2011

Paulo Sérgio de Noronha Fontana
Superintendente

Ofício-Gapre 2011/1413

Fortaleza, 31/08/ 2011

GAB/SUDENE
Recebido em 14/09/2011
Funcionário 08:40

Ao Senhor
PAULO SÉRGIO DE NORONHA FONTANA
Superintendente
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
Recife-PE

NETDOC SUDENE 2011 07723

Assunto: **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE referente ao primeiro semestre de 2011**

Senhor Superintendente,

Encaminho-lhe, anexo, impresso e em meio digital (CD-ROM), o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, referente ao primeiro semestre de 2011, acompanhado das Demonstrações Contábeis, em conformidade com o Art. 20 da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007.

Atenciosamente,

JURANDIR VIEIRA SANTIAGO
Presidente

AO DIRETOR CONTROLE FROTA, PARA APRECIAÇÃO E DEVIDOS ENCAMINHAMENTOS. Em 19.09.11

Felipe Lucas de Lima e Silva
Chefe de Gabinete

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE- FNE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2011

Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - SFRI

Ministério da Integração Nacional

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2011

PARECER CONJUNTO Nº 12/2011/SFRI-SUDENE/MI

DATA: 13 de dezembro de 2011

ÍNDICE

1. Apresentação
2. Síntese das Principais Ocorrências e Resultados
3. Objetivos e Metas
3.1. Origem
3.2. Objetivos
3.3. Beneficiários
3.4. Diretrizes
3.5. Prioridades
3.6. Programas de Financiamento
3.6.1. Programas Setoriais
3.6.2. Programas Multissetoriais
4. Metas Financeiras Programadas e Execução Orçamentária
4.1. Valores Programados X Realizados
4.1.1. Previsão de Recursos Para Aplicações em 2011
4.1.2. Recursos Disponíveis para Novas Aplicações no 2° Semestre de 2011
4.2. Transferências do Tesouro Nacional
4.3. Repasses do FNE para Outras Instituições Financeiras
4.4. Contratações
4.4.1. Setoriais
4.4.1.1. Setor Rural
4.4.1.2. Setor Agroindustrial
4.4.1.3. Setor Industrial
4.4.1.4. Contratações no Setor de Turismo
4.4.1.5. Contratações no Setor de Comércio e Serviços
4.4.1.6. Contratações no Setor de Infraestrutura
4.4.2. Multissetoriais
4.4.3. Contratações por Unidade da Federação
4.4.4. Contratações por Porte de Beneficiários
4.4.5. Contratações Realizadas por Outras Instituições Financeiras
4.4.6. Distribuição Espacial dos Recursos – Municípios Assistidos
4.4.7. Espaços Prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)
4.4.7.1. Contratações do FNE de acordo com a tipologia definida na PNDR
4.4.7.2. Contratações do FNE nas Mesorregiões Diferenciadas do MI
4.4.7.3. Contratações do FNE nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's)
4.4.7.4. Contratações do FNE na Região do Semiárido Nordestino
4.4.8. Contratações de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE
4.4.9. Contratações por Finalidade – Custeio, Comercialização e Capital de Giro, de forma isolada
4.4.10. Contratações com Clientes que Operaram com o FNE pela 1ª vez
4.4.11. Contratações de Valor Superior a R$ 10 milhões
4.4.12. Contratações por Faixas de Valores
5. Demanda de Recursos
6. Carteira de Financiamento: Saldo das Aplicações e Inadimplência
6.1. Saldos totais dos financiamentos e Inadimplência Geral
6.2. Saldos e Inadimplência por Setor
6.3. Saldos e Inadimplência por Unidade Federativa
6.4. Saldos e Inadimplência por Porte de Tomador
6.5. Saldo e Inadimplência segundo a tipologia da PNDR
6.5.1. Saldo e Inadimplência no Semiárido
6.5.2. Inadimplência Segundo o Risco Operacional

7. Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas .....
8. Cobranças Judiciais (Execuções) Ajuizadas com Desdobramento por Mês e por Risco ....
9. Perdas no 1° semestre de 2011 e Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador no exercício de 2011, referentes às perdas das operações do FNE com risco compartilhado ..
10. Aspectos Financeiros .....
10.1. Situação dos Recursos - Ativo Total e Patrimônio Líquido .....
10.2. Receitas do Fundo no 1° Semestre de 2011 .....
10.3. Despesas do Fundo .....
10.4. Resultado Líquido .....
10.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....
10.6. Reconhecimento de Perdas .....
10.7. Remuneração do Agente Financeiro .....
10.8. Auditoria Externa Independente .....
11. Resultados Alcançados – Análise Econômica e Social .....
11.1. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste .....
12. Indicadores, Parâmetros e Avaliação de Desempenho Operacional .....
13. Recomendações .....

1. Apresentação

O presente Parecer Conjunto SFRI-SUDENE/MI tem como objetivo subsidiar, tecnicamente, o Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL/SUDENE) na avaliação dos resultados obtidos na aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no 1° semestre de 2011, em conformidade com o inciso III do art. 14 da Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar n° 125, de 3 de janeiro de 2007.

As apreciações e recomendações registradas resultam da compulsação do Relatório de Resultados e Impactos e das Demonstrações Financeiras, concernentes ao referido período, apresentados pelo Banco do Nordeste (BNB), na forma determinada pelo art. 20 da Lei n° 7.827/89. Consta, ainda, do sobredito Relatório, apreciações sucintas, quanto ao desempenho socioeconômico da Região, tendo em conta as principais variáveis, como a evolução do PIB e as mudanças na sua composição, além de melhorias nos indicadores de escolaridade, esperança de vida e ampliação e qualificação de equipamentos sociais. Trata-se de elementos para refletir a contribuição do FNE na transformação da economia regional.

Entre os diversos referenciais de análise, aborda-se as aplicações realizadas pelo Banco do Nordeste com recursos desse Fundo, considerando-se, principalmente, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e as prioridades e os programas de aplicação de recursos aprovados pelo CONDEL/SUDENE para o exercício de 2011[1]. Em função desses macroreferenciais, analisa-se as contratações realizadas por Unidade Federativa, setor/atividade, porte dos beneficiários, porção semiárida e espaços prioritários definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

Em termos globais, foram contratados com recursos do FNE, no 1° semestre de 2011, R$ 4,5 bilhões, objeto de 210.394 operações de crédito, sendo R$ 1,9 bilhão na porção semiárida.

A partir da Matriz de Insumo-Produto[2], estima o Banco do Nordeste que essas contratações viabilizarão para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta de aproximadamente R$ 10,2 bilhões; valor adicionado estimado em R$ 5,7 bilhões; geração de 486 milhões ocupações; pagamento de salários por volta de R$ 1,7 bilhão e geração de impostos em R$ 1,4 bilhão.

2. Síntese das Principais Ocorrências e Resultados

Da análise do Relatório de Atividades e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FNE no primeiro semestre de 2011, destacamos os seguintes aspectos:

a) a Secretaria do Tesouro Nacional repassou por intermédio do Ministério da Integração Nacional para o FNE o montante de R$ 2.625,6 milhões;

b) o BNB efetuou repasses de recursos para outras instituições financeiras no total de R$ 780 mil e para o próprio Banco administrador, de acordo com art. 9ª-A, da Lei n° 7.827/89, no valor de R$ 99,5 milhões;

c) o Banco do Nordeste contratou 210.394 novas operações de crédito, no valor global de R$ 4.491,0 milhões;

d) o Setor Rural absorveu empréstimos no montante de R$ 1.726,3 milhões, equivalentes a 38,4% do total aplicado. Os 61,6% restantes foram destinados aos demais setores, com destaque para o setor de Comércio e Serviços (23,6%), Industrial (17,6%) e Infraestrutura (15,9%);

---

[1] Portaria MI n° 456, de 7.6.2010 e Resoluções CONDEL/SUDENE Nºs 032 e 038, respectivamente, de 30.7.2010 e 10.12.2010.

[2] Instrumento técnico de uso no planejamento econômico e nas avaliações de programas e ações de promoção de investimentos.

e) os recursos emprestados aos colonos e assentados da Reforma Agrária, enquadrados no Grupo A do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), representaram 5,0% dos financiamentos totais concedidos pelo Fundo;

f) na distribuição dos financiamentos por Unidade Federativa, o Estado da Bahia recebeu 20,9%, seguido dos Estados do Ceará (19,9%); Maranhão (15,4%) e Pernambuco (11,1%). Os demais Estados apresentaram aplicações que variaram de 1,1% (Espírito Santo) a 10,5% (Rio Grande do Norte);

g) no que diz respeito ao porte dos beneficiários, o grupamento dos agricultores familiares, dos mini e pequenos produtores, das micro e pequenas empresas, inclusive suas associações e cooperativas, foi contemplado com financiamentos de R$ 1.530,3 milhões, equivalente a 34,1% das aplicações totais. A categoria de médios produtores e empresas ficou com a parcela de 17,9% (R$ 804,0 milhões) e a de grande porte com R$ 2.156,7 milhões, correspondentes a 48% dos recursos;

h) foram atendidos 1.963 municípios, ou seja, 98,7% dos 1.989 que compõem a área de atuação desse Fundo;

i) foram destinados a custeio, comercialização e capital de giro 19,3% dos financiamentos (R$ 866,2 milhões), sendo os restantes 80,7% (R$ 3.624,8 milhões) voltados para os empréstimos de investimentos fixos;

j) nas operações de valor individual superior a R$ 10 milhões, os financiamentos totalizaram 44 projetos, somando R$ 1.783,9 milhões, valor correspondente a 39,7% dos empréstimos;

k) com clientes que apresentaram propostas pela primeira vez foram realizadas 93.656 contratações, no total de R$ 2.198,6 milhões, montante que representa 49,0% do total de empréstimos concedidos;

l) foram destinados ao semiárido R$ 1.873,9 milhões, equivalentes a 41,7% dos financiamentos totais concedidos no semestre e a 71,4% do montante das transferências efetuadas pelo Ministério da Integração Nacional;

m) as aplicações nas mesorregiões de Águas Emendadas, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Seridó e Xingó somaram R$ 673,3 milhões, distribuídos em 35.465 operações, representando 15,0% do total das aplicações;

n) no que diz respeito à Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, a destinação dos recursos se deu da seguinte maneira: municípios de baixa renda (18,3%), estagnados (40,6%) e dinâmicos (26,1%). Os municípios de alta renda (15,0%) tiveram o menor percentual contratado;

o) as propostas pendentes de análise e/ou em fase de contratação, em 30.06.2011, somavam R$ 4.944,8 milhões. Existia, também, ao final do 1° semestre de 2011, no âmbito dos Estados, uma prospecção de novos negócios na ordem de R$ 6.752,5 milhões, referentes a propostas de financiamento de projetos de valores acima de R$ 3 milhões cada e Cartas-Consulta aprovadas e ainda não contratadas;

p) o saldo total das aplicações com recursos do FNE, em 30.06.2011, atingiu R$ 31.076,0 milhões;

q) no que diz respeito aos saldos das aplicações por Unidade Federativa, os Estados da Bahia, com 21,0%, do Ceará, com 18,3%, de Pernambuco, com 14,7% e do Maranhão, com 13,5%, respondem, juntos, por 67,5% da carteira de empréstimos do Fundo;

r) por setor de atividades, sobressaem os saldos dos financiamentos do Setor Rural, de R$ 14.552,0 milhões (46,8%), seguindo-se o do Setor Industrial/Turismo, com R$ 5.336,8

milhões (17,2%); o de Comércio e Serviços, com R$ 4.986,0 milhões (16%); o de Infraestrutura, com R$ 4.923,4 milhões (15,8%); o Agroindustrial, com R$ 1.000,2 milhões (3,2%), e o destinado ao financiamento à exportação, com R$ 277,6 milhões (0,9%);

s) relativamente ao porte dos beneficiários, os saldos dos contratos firmados com os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais, as micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas corresponderam, em 30.06.2011, a R$ 11.163,8 milhões (35,9% do saldo das aplicações); os de médio porte, por R$ 4.850,4 milhões (15,6%); e os de grande porte por R$ 15.061,8 milhões (48,5%);

t) o saldo das operações no semiárido, em 30.06.2011, foi de R$ 12.851,1 milhões, correspondendo a 41,4% do saldo total das aplicações do Fundo;

u) a inadimplência geral das operações, em 30.06.2011, atingiu o percentual de 3,6%, apresentando, assim, percentual 0,1% inferior ao verificado em 30.06.2010 (3,7%);

v) no balanço encerrado em 30.06.2011, os Ativos Totais do FNE atingiram o montante de R$ 35.549,8 milhões. Pelo fato de não haver registro de outras obrigações no passivo do Fundo, o Patrimônio Líquido é representado pelo total do Ativo;

w) o FNE apresentou no 1° semestre de 2011 prejuízo de R$ 401,8 milhões, que foi influenciado, sobretudo, pelo volume das provisões operacionais contabilizadas (R$ 209,1 milhões) e pela taxa de administração paga ao BNB (R$ 481,9 milhões);

x) o valor da taxa de administração debitada pelo Banco do Nordeste ao FNE foi de R$ 481,9 milhões, valor que se enquadra dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente (art. 13 da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24.08.2001);

y) estima o Banco do Nordeste que as aplicações realizadas no 1° semestre de 2011 (R$ 4.491,0 milhões) poderão resultar em uma elevação do valor bruto da produção regional na ordem de R$ 7.545,0 milhões. Estima-se ainda que os financiamentos concedidos possam gerar cerca de 383.675 novos postos de trabalho diretos e indiretos, além da ampliação da massa salarial em R$ 1.296,8 milhões e aumento de R$ 1.067,1 milhões em arrecadação de impostos ao longo do processo de maturação dos investimentos realizados e dos seus impactos na cadeia produtiva da região.

3. Objetivos e Metas

3.1. Origem

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem sua origem na Constituição Federal de 1988 (art. 159, inciso I, alínea "c"), que determinou a entrega, pela União, de 3,0% (três por cento) da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A Lei n° 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, alínea "c" do inciso "I", da Constituição Federal, destinou ao FNE 1,8% (um por cento e oito décimos) dessa arrecadação, além de destinar às atividades econômicas do semiárido metade dos recursos destinados ao Fundo.

3.2. Objetivos

O Fundo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste e dos municípios dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais incluídos na área de atuação da SUDENE, por meio da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em harmonia com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

3.3. Beneficiários

São beneficiários dos recursos do FNE os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial e de serviços. Também podem ser financiados empreendimentos de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia regional em decisão do Conselho Deliberativo da SUDENE

3.4. Diretrizes

As diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos do FNE estão estabelecidas no art. 3° da Lei n° 7.827/89. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional (MI), na forma do art. 14-A da referida Lei, com a nova redação dada pela Lei Complementar n° 125, de 2007, definir as diretrizes e orientações gerais para a operacionalização do FNE, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para o exercício de 2011, essas diretrizes e orientações gerais foram definidas pela Portaria MI n° 456, de 07.06.2010 (ANEXO I).

3.5. Prioridades

Cabe ao Conselho Deliberativo da SUDENE estabelecer as prioridades para a aplicação dos recursos, desse Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Na forma da Resolução n° 032/2010, de 30.07.2010 (ANEXO II), o CONDEL/SUDENE estabeleceu as diretrizes e prioridades a serem observadas na elaboração da proposta para aplicação dos recursos do FNE em 2011, nos termos formais de suas competências.

3.6. Programas de Financiamento

A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do FNE para 2011 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE pela Resolução n° 038/2010, de 10.12.2010 (ANEXO III), contendo os seguintes programas:

3.6.1. Programas Setoriais

- **PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupos A, B, C, A/C, Pronaf Comum, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Agrinf, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Mais Alimentos;
- **FNE Rural** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste;
- **FNE Aquipesca** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca;
- **FNE Profrota Pesqueira** – Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional;
- **FNE Industrial** – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste;
- **FNE Agrin** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste;
- **FNE Proatur** – Programa de Apoio ao Turismo Regional;
- **FNE Comércio e Serviços** – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços; e
- **FNE Proinfra** – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste.

3.6.2. Programas Multissetoriais

- **FNE Inovação** - Programa de Financiamento à Inovação;
- **FNE-Verde** – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental;
- **FNE Procultura** – Programa de Financiamento à Cultura;
- **FNE Micro e Pequena Empresa** – Programa de Financiamento das Micro e Pequena Empresas; e
- **FNE EI** – Programa FNE Empreendedor Individual.

4. Metas Financeiras Programadas e Execução Orçamentária

4.1. Valores Programados X Realizados

Tabela 1
Recursos Previstos X Realizados

R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO 2011 (a)	REALIZADO no 1° semestre (b)	(b/a) %
a) ORIGEM DE RECURSOS	15.878.549	9.714.561	61,2
Disponibilidades ao final do exercício anterior	3.251.444	3.653.134	112,4
Ingressos da STN	5.287.621	2.625.616	49,7
Reembolsos de Operações (Líquido do bônus de adimplência)	6.814.352	3.054.850	44,8
Remuneração das Disponibilidades	321.380	209.623	65,2
Transferência de Recursos pelo Risco do BNB	169.804	107.235	63,2
Recebimento/Cobertura Fdo Aval e Proagro/Outros	0	19.770	0,0
Recebimento valores baixados como prejuízo	33.948	44.333	0,0
b) APLICAÇÃO DE RECURSOS	(2.472.322)	(963.269)	39,0
Taxa de Administração	(1.057.524)	(481.873)	45,6
Despesas Auditoria Externa	(97)	(30)	30,9
Del Credere do BNB	(861.068)	(396.149)	46,0
Del Credere de Instituições Operadoras	(3.851)	(1.927)	50,0
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(65.256)	(38.955)	59,7
Rebate Principal FAT/Bônus Estiagem-98	(410)	(4)	1,0
Conversão de Operações Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	-	(3.576)	-
Aquisição de Operações Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	-	(405)	-
Reclassificação Operações Outras Fontes p/FNE - MP 432 (atual Lei 11.775, de 17/09/2008)	(483.730)	(7.490)	1,5
Devolução ao BNB - valores operações renegociadas	-	(8.074)	-
Outras Despesas	(386)	(24.786)	-
c) DISPONIBILIDADE TOTAL (a-b)	**13.406.227**	**8.751.292**	**65,3**
d) LIBERAÇÕES DE OPERAÇÕES CONTRATADAS	**(2.808.038)**	**(1.965.627)**	**70,0**
e) DISPONÍVEL PARA NOVAS APLICAÇÕES (c-d)	**10.598.189**	**6.785.665**	**64,0**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011.

4.1.1. Previsão de Recursos Para Aplicações em 2011

A Programação do FNE aprovada para o ano 2011 estimou o ingresso de recursos na ordem de R$ 15.878,5 milhões. As saídas de recursos, por sua vez, incluídas as liberações de operações de anos anteriores, foram projetadas em R$ 5.280,4 milhões, prevendo-se, assim, uma disponibilidade de recursos para novas aplicações de R$ 10.598,2 milhões, de acordo com a Tabela 1.

No 1° semestre de 2011, os ingressos de recursos totalizaram R$ 9.714,6 milhões, valor que correspondeu a 61,2% do montante estimado para todo o exercício. Por outro lado, as saídas de recursos, além das liberações de operações contratadas em exercícios anteriores de (R$ 1.965,6 milhões), totalizaram R$ 963,3 milhões, valor que representou 39,0% da Programação para 2011 (R$ 2.472,3 milhões).

4.1.2. Recursos Disponíveis para Novas Aplicações no 2° Semestre de 2011

Com o movimento de ingresso e saída de recursos, verificado ao término do 1° Semestre de 2011, remanesceram, em 30.06.2011, disponibilidades no valor de R$ 6.785,7 milhões.

4.2. Transferências do Tesouro Nacional

No primeiro semestre de 2011, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB por transferência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para crédito ao FNE R$ 2.625,6 milhões, valor que corresponde a 49,7% do valor do repasse previsto para o ano corrente, que é de R$ 5.287,6 milhões. Os valores transferidos apresentaram acréscimo de 29,1% em relação ao 1° semestre de 2010.

4.3. Repasses do FNE para Outras Instituições Financeiras

Com base na faculdade prevista no art. 9° da Lei n° 7.827/1989, com a redação dada pela Lei n° 10.177, de 12.01.2001, o BNB repassou, no 1° semestre de 2011, para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BC), recursos do FNE no montante de R$ 780 milhões, sendo R$ 595 milhões para a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e R$ 185 milhões para a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA).

4.4. Contratações

No 1° Semestre de 2011, foram realizadas 210.394 operações de financiamento com recursos do FNE, no valor de R$ 4.491,0 milhões, registrando acréscimo de 9,5% em relação a igual período de 2010. As contratações no período equivaleram a 42,4% do montante programado para o todo o exercício de 2011 (R$ 10.600,0 milhões).

4.4.1. Setoriais

Por setor, as contratações ocorridas no 1° semestre de 2011 encontram-se detalhadas na Tabela 2:

Tabela 2
Contratações por Setor

R$ milhões

Setores	1° Semestre de 2011				%
	PREVISTO p/ 2011 (a)	Contratado			b/a
		Quant.	Valor (b)	%	
Rural	3.452,0	199.783	1.726,3	38,4	50,0
Agroindustrial	292,0	116	103,0	2,3	35,3
Industrial	2.537,0	1.257	789,3	17,6	31,1
Turismo	692,0	127	96,6	2,2	14,0
Infraestrutura	1.507,0	11	714,1	15,9	47,4
Comércio e Serviços	2.120,0	9.100	1.061,7	23,6	50,1
TOTAL	**10.600,0**	**210.394**	**4.491,0**	**100,0**	**42,4**

Fonte: Relatório de Resultados Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

4.4.1.1. Setor Rural

As aplicações no setor rural (R$ 1.726,3 milhões), no 1° semestre de 2011, absorveram 38,4% do total de recursos aplicados, atingindo cerca de 50,0% do valor projetado para esse setor no exercício (R$ 3.452,0 milhões). Considerando o mesmo período do ano passado (R$ 1.452,3 milhões), representou um acréscimo de 18,9%. Em termos de operações contratadas, houve uma evolução de 8,8%, ou seja, passando de 183.542 para 199.783 operações.

As aplicações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como um todo, atingiram o R$ 596,2 milhões. Tais aplicações representaram 50,7% do projetado para o Programa em todo o ano de 2011 (R$ 1.176,6 milhões). O PRONAF alcançou percentual de 13,3% do total aplicado no semestre.

Os créditos concedidos aos colonos/assentados da reforma agrária (Grupo A do PRONAF), no montante de R$ 53,5 milhões, corresponderam a 5,0% dos valores programados (R$ 1.060,0 milhões) e a 1,2% do total aplicado.

Em relação aos demais grupos do PRONAF, as aplicações realizadas atingiram o percentual de 12,1% (R$ 542,7 milhões) do total emprestado pelo BNB com recursos do Fundo, superando o valor previsto para todo o ano de 2011.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste (FNE RURAL) foi responsável pela absorção de R$ 1.108,5 milhões, equivalente a 24,7% do total aplicado pelo Fundo no período, tendo absorvido mais de 50% do programado para o exercício.

Os programas FNE Aquipesca contratou R$ 20,1 milhões, já tendo absorvido 63,1% do programado para o exercício. O programa FNE Profrota Pesqueira não apresentou aplicações.

Os programas multissetorias que compõem o setor rural estão descritos com suas contratações na Tabela 4.

4.4.1.2. Setor Agroindustrial

As aplicações no setor agroindustrial (R$ 103,0 milhões) absorveram 2,3% do total de recursos contratados no período, atingindo cerca de 35,3% do valor projetado para esse setor no exercício (R$ 292,0 milhões). Considerando o mesmo período do ano passado (R$ 128,2 milhões), representou um decréscimo de 19,6%.

As aplicações no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) somaram R$ 96,2 milhões, valor que representa 2,1% do que foi contratado no período.

4.4.1.3. Setor Industrial

Às atividades inerentes ao setor industrial foram contratadas R$ 789,3 milhões, correspondentes a 17,6% das aplicações no período, valor 13,7% inferior àquele aplicado em igual período de 2010 (R$ 914,5 milhões).

O programa FNE Industrial teve recursos aplicados de R$ 688,2 milhões, que representa 15,3% do total no período. Esse programa, ao contrário do setor industrial, como um todo, que contempla outros segmentos multissetorias (tabela 4), apresentou acréscimo no volume aplicado em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 590,2 milhões) apresentando elevação de 16,6%.

4.4.1.4. Contratações no Setor de Turismo

O setor de turismo foi responsável por 2,2% do total contratado (R$ 96,6 milhões), apresentando acréscimo de 15,4% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 83,7 milhões).

O FNE Proatur contratou R$ 71,1 milhões, através de 16 operações, valor que é 33,5% superior ao aplicado no mesmo período de 2010 (R$ 53,3 milhões). No âmbito dessas contratações, 26,6% decorreram de aplicações via programas multissetoriais, conforme Tabela 4.

4.4.1.5. Contratações no Setor de Comércio e Serviços

O setor de comércio e serviços contratou R$ 1.061,7 milhões, ou seja, 23,6% do total aplicado pelo FNE no 1° semestre de 2011 e 50,1% do programado no setor para o ano. As aplicações no setor, em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 890,1 milhões), apresentaram acréscimo de 19,3%.

Cinco programas compõem o setor de comércio e serviços, sendo que quatro são multissetorias, tendo a distribuição de suas aplicações indicadas na Tabela 4.

O programa FNE Comércio e Serviços contratou R$ 515,2 milhões, respondendo por 49% do contratado no setor e tendo aplicado 44,6% do previsto para todo o ano de 2011 (R$ 1.155,4 milhões). Em relação às contratações no 1° semestre de 2010 (R$ 500,4 milhões), as aplicações em igual período de 2011 tiveram aumento de 3,0%.

Em relação aos totais financiados pelo Fundo no primeiro semestre de 2011, as aplicações do setor foram percentualmente superiores ao limite de 20% estabelecido no art. 4°, § 3° da Lei n° 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pelo artigo 43 da Lei n° 11.775, de 17.09.2008.

4.4.1.6. Contratações no Setor de Infraestrutura

O setor de infraestrutura recebeu financiamentos na ordem de R$ 714,1 milhões, distribuídos em 11 operações. O valor aplicado representou incremento de 8,3% em relação a igual período de 2010 (R$ 659,4 milhões). Em relação ao programado, o setor já contratou 47,4% do previsto para o exercício.

Os projetos de investimentos enquadrados no Programa de Financiamento da Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra) receberam financiamentos de R$ 664,8 milhões, valor 3,7% superior ao aplicado no 1° semestre de 2010 (R$ 641,3 milhões). O FNE Proinfra foi responsável por 14,8% do total aplicado pelo FNE no semestre, conforme Tabela 3.

O setor de infraestrutura tem apenas um programa multissetorial, apresentando neste uma única operação, conforme Tabela 4.

Tabela 3
Contratações por Programa

R$ milhões

Programas	1º Semestre de 2011				%
	PREVISTO p/ 2011 (a)	Contratado			b/a
		Quant.	Valor (b)	%	
1 - Setoriais	**7.875,8**	**201.037**	**3.760,4**	**83,7**	**47,7**
PRONAF A	1.060,0	2.864	53,5	1,2	5,0
PRONAF Demais	116,6	190.602	542,7	12,1	465,4
FNE Rural	2.151,8	6.193	1.108,5	24,7	51,5
FNE Aquipesca	31,8	112	20,1	0,4	63,1
FNE Profrota Pesqueira *	-	-	-	-	-
FNE Industrial	1.855,0	263	688,2	15,3	37,1
FNE Agrin	233,2	59	96,2	2,1	41,3
FNE Proatur	392,2	16	71,1	1,6	18,1
FNE Comércio e Serviços	1.155,4	918	515,2	11,5	44,6
FNE Proinfra	879,8	10	664,8	14,8	75,6
2 - Multisetoriais	**2.713,6**	**9.357**	**730,6**	**16,3**	**26,9**
FNE Inovação	53,0	2	0,5	0,0	0,9
FNE Verde	795,0	15	56,1	1,2	7,1
FNE Procultura	10,6	0	0,0	0,0	-
FNE MPE	1.759,6	9.276	673,7	15,0	38,3
FNE EI (Empreendedor Individual)	95,4	64	0,4	0,0	0,5
TOTAL	**10.600,0**	**210.394**	**4.491,0**	**100,0**	**42,4**

Fonte: Relatório de Resultados Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

4.4.2. Multissetoriais

Os programas multissetorias contrataram neste 1° semestres R$ 730,6 milhões, com número de operações contratadas de 9.357. O valor aplicado nesses programas correspondeu a 16,3% do total aplicado no período.

O FNE MPE foi o que mais contratou em número de operações (9.276) e em valor financiado (R$ 673,7 milhões). Este programa alcançou, no semestre, 92,2% do total dessas aplicações. Em relação ao aplicado pelo Fundo, o FNE MPE responde por 15% do total contratado no semestre.

Os outros programas juntos aplicaram 7,8%, destes, destaque para o FNE Verde que aplicou R$ 56,1 milhões. Outros dois programas contrataram em torno de R$ 0,5 milhão e o programa FNE Procultura não realizou nenhuma contratação no semestre.

Tabela 4
Contratações por Programas Multissetoriais

R$ mil

Setores / Programas Multissetoriais	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
FNE Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	456	2	456
FNE Verde	12	1.435	-	-	1	2.068	-	-	1	49.271	1	3.285	15	56.059
FNE Procultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
FNE MPE	-	-	57	6.800	987	98.955	110	25.527	-	-	8.122	542.374	9.276	673.656
FNE EI	-	-	-	-	6	44	1	4	-	-	57	391	64	439
Total	12	1.435	57	6.800	994	101.067	111	25.531	1	49.271	8.182	546.506	9.357	730.610
%	0,1%	0,2%	0,6%	0,9%	10,6%	13,8%	1,2%	3,5%	0,0%	6,7%	87,4%	74,8%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório de Resultados Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

Setorialmente, pode-se destacar as aplicações no setor de comércio e serviços que absorveram 74,8% (R$ 546,6 milhões) das contratações nos programas especiais. Este setor e o industrial concentram 88,6% dos valores contratados e 98,1% do número de operações.

4.4.3. Contratações por Unidade da Federação

Com o objetivo de evitar a concentração de empréstimos, a exemplo de anos anteriores, foi estabelecida na programação do FNE 2011 a aplicação mínima de 4,5% e máxima de 30% em cada Estado beneficiário, exceto para o Espírito Santo, em face da densidade econômica e da área de atuação da SUDENE naquela Unidade Federativa, frente aos demais Estados da Região.

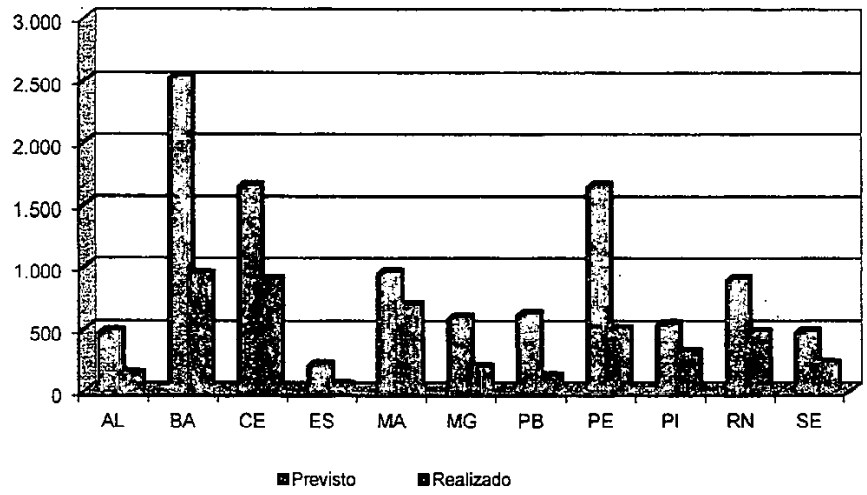
Tabela 5
Contratações por Unidade Federativa

R$ milhões

UF	Previsto (a)		Aplicações realizadas			% (b/a)
	Valor (a)	Participação %	Quant.	Valor (b)	Participação %	
AL	480,0	4,5	12.649	134,0	3,0	27,9
BA	2.530,0	23,9	42.211	938,7	20,9	37,1
CE	1.650,0	15,6	29.737	893,8	19,9	54,2
ES	210,0	2,0	306	50,9	1,1	24,2
MA	950,0	9,0	22.499	689,7	15,4	72,6
MG	590,0	5,6	20.388	183,8	4,1	31,2
PB	620,0	5,8	14.977	112,9	2,5	18,2
PE	1.650,0	15,6	27.034	497,8	11,1	30,2
PI	540,0	5,1	18.152	303,6	6,8	56,2
RN	900,0	8,5	12.284	469,7	10,5	52,2
SE	480,0	4,5	10.157	216,1	4,8	45,0
Total	**10.600,0**	**100,0**	**210.394**	**4.491,0**	**100,0**	**42,4**

Fonte: Relatório de Resultados Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

Gráfico 1
Contratações por Unidade Federativa
Previsto x Realizado (Participação percentual)



Assim como aconteceu no 1° semestre 2010, três Estados concentraram mais de 50,0% dos recursos em igual período de 2011, destacando-se o Estado da Bahia (20,9%), do Ceará (19,9%) e do Maranhão (15,4%), tendo este último assumido a posição do que em 2010 foi do Estado do Pernambuco.

Dos 11 Estados da área de atuação da SUDENE, apenas 4 apresentaram valor de contratações superior ao apurado no 1° semestre de 2010, sendo eles Alagoas, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, com destaque para os dois últimos que conseguiram elevar suas contratações em mais de R$ 300,0 milhões.

Com relação aos percentuais de participação no total das contratações no 1° semestre de 2011, três Estados não atingiram o percentual mínimo de 4,5% no período em analise, são eles: Alagoas (3,0%), Minas Gerais (4,1%) e Paraíba (2,5%). Quanto ao limite máximo, todos os Estados estão dentro do limite estabelecido de 30,0%.

Em relação aos percentuais previstos para cada Estado, 4 já conseguiram contratar mais de 50,0%, sendo eles Ceará (54,2%), Maranhão (72,6%), Piauí (56,2%) e Rio Grande do Norte (52,2%).

4.4.4. Contratações por Porte de Beneficiários

As contratações com os mutuários de mini, micro e pequeno porte passaram de 28,3% no 1° semestre de 2010 (R$ 1.163,9 milhões) para 34,1% em igual período de 2011 (R$ 1.530,3 milhões). No que tange ao médio porte, houve um pequeno decréscimo em termos de participação percentual no total das contratações, passando de 18,2% (R$ 746,4 milhões) para 17,9% (R$ 804,0 milhões), mas em relação ao valor aplicado houve um aumento de R$ 57,6 milhões.

Por sua vez, as contratações no 1° semestre de 2011 junto aos mutuários de grande porte tiveram redução percentual de 5,4% em relação ao 1° semestre de 2010, mas continuam absorvendo a maior parte dos recursos aplicados por esse Fundo (R$ 2.156,7 milhões), que equivale a 48,0% do aplicado em igual período de 2010.

Tabela 6
Contratações por Porte de Beneficiário e Setor

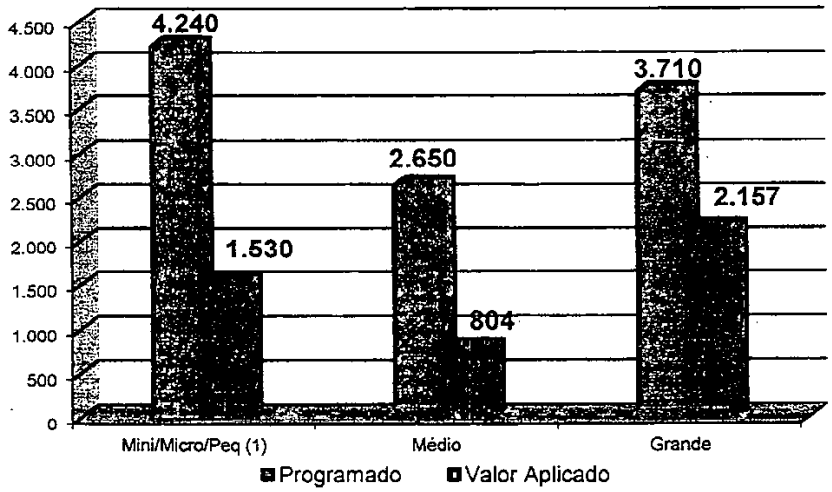
R$ milhões

Porte	Previsto p/ 2011 (a)	Operações Realizadas	Valores Contratados (b)	Participação %	(b/a) %
Mini/Micro/Peq (1)	4.240,0	208.039	1.530,3	34,1	36,1
Médio	2.650,0	1.713	804,0	17,9	30,3
Grande	3.710,0	642	2.156,7	48,0	58,1
Total	**10.600,0**	**210.394**	**4.491,0**	**100,0**	**42,4**

(1) Inclusive os agricultores familiares

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

Gráfico 2
Contratações por Porte do Beneficiário – Previsto x Realizado (em R$ milhões)



Em relação aos valores previstos para aplicação em 2011, por categoria, observa-se que os beneficiários de grande porte contrataram 58,1% dos recursos que lhe foram destacados na programação deste ano, enquanto aos mini/micro/pequeno e médio portes comprometeram-se aplicações, respectivamente, de 36,1% e 30,3%. Esses indicadores induzem recomendar ao BNB continuar a envidar esforços com vistas a promover e a viabilizar o incremento da concessão de crédito a esse último grupamento de beneficiários, de caráter preferencial do FNE.

4.4.5. Contratações Realizadas por Outras Instituições Financeiras

Com base na faculdade estabelecida pelo art. 9º da Lei nº 7.827/1989, com a redação dada pela Lei nº 10.177/2001, foram repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central R$ 780 mil, sendo R$ 595 mil para a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e R$ 185 mil Agencia de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA). Esses recursos destinaram-se a beneficiários de pequeno e médio portes, atendendo aos setores industrial e rural.

Tabela 7
Contratações realizadas com valores repassados a outras Instituições Financeiras

R$ mil

Agente Operador	Porte	Setor	Nº Oper.	Valor	%
Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	Médio	Industrial	1	595	76,3
Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	Mini/Micro/ Pequeno	Rural	2	185	23,7
Total			**3**	**780**	**100**

Fonte: Relatório de Atividades e Resultados do FNE no 1º Semestre 2011

4.4.6. Distribuição Espacial dos Recursos – Municípios Assistidos

As aplicações efetuadas pelo BNB e por outras instituições, com recursos do FNE, beneficiaram empreendimentos localizados em 1.963 municípios, ou seja, 98,7% dos 1.989 que compõem a área de atuação do FNE. Em relação ao 1º semestre de 2010, houve um acréscimo de 41 municípios, o que vem ao encontro das recomendações de se atender todos os espaços geopolíticos da Região inclusive as áreas do Espírito Santo e Minas Gerais

A Tabela 8 registra a quantidade de municípios que tiveram empreendimentos financiados com recursos do FNE e daqueles que não tiveram empreendimentos financiados com recursos do FNE.

Tabela 8
Municípios Assistidos por Estado

Estado	Nº de municípios da área de atuação FNE (a)	Nº de municípios atendidos pelo FNE (b)	% b/a	NºMunicípios não atendidos
Alagoas	102	98	**96,1**	**4**
Bahia	417	411	**98,6**	**6**
Ceará	184	184	**100,0**	**0**
Espírito Santo	28	25	**89,3**	**3**
Maranhão	217	213	**98,2**	**4**
Minas Gerais	168	167	**99,4**	**1**
Paraíba	223	221	**99,1**	**2**
Pernambuco	185	184	**99,5**	**1**
Piauí	223	221	**99,1**	**2**
Rio Grande do Norte	167	164	**98,2**	**3**
Sergipe	75	75	**100,0**	**0**
TOTAL	**1.989**	**1.963**	**98,7**	**26**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

Registrou-se um aumento no percentual de municípios atendidos que passou de 96,6 % no 1º semestre de 2010 para 98,8% em igual período de 2011, aumento na ordem de 2,2%.

4.4.7. Espaços Prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

São considerados espaços prioritários as mesorregiões diferenciadas do MI, o semiárido, as RIDE's Grande Teresina e Petrolina-Juazeiro e as microrregiões definidas pela tipologia da PNDR como sendo de Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica.

4.4.7.1. Contratações do FNE de acordo com a tipologia definida na PNDR

Os financiamentos concedidos com recursos do FNE, de conformidade com a tipologia definida pela PNDR, estão distribuídos na forma da Tabela 9:

Tabela 9
Aplicações Segundo a Tipologia da PNDR

R$ milhões

Tipologia	Quant.	%	Valor	%
Baixa Renda	64.123	30,5	821,5	18,3
Estagnados	71.354	33,9	1.825,0	40,6
Dinâmicos	71.747	34,1	1.172,4	26,1
Subtotal	**207.224**	**98,5**	**3.818,9**	**85,0**
Alta Renda	3.170	1,5	672,1	15,0
Total	**210.394**	**100**	**4.491,0**	**100**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

Para os empreendimentos localizados nos municípios prioritários da PNDR, de Baixa Renda, Estagnados e Dinâmicos, o Banco do Nordeste aplicou recursos na ordem de R$ 3.818,9 milhões, equivalendo a 85,0% das aplicações totais do Fundo no 1° semestre de 2011. Aumento de R$ 830,7 milhões em relação ao contratado no mesmo período de 2010 (R$ 2.988,2 milhões). Dentro dos níveis da tipologia da PNDR, a Estagnada foi a que mais absorveu recursos do FNE, apresentando aumento percentual em sua participação de 32,3% em 2010 para 40,6% no 1° semestre de 2011.

As aplicações na tipologia Baixa Renda tiveram aumento significativo, passando de R$ 485,5 milhões em 2010 para R$ 821,5 milhões em 2011, com crescimento de 69,2%, o que merece ser destacado, por atender aos objetivos da PNDR.

As aplicações destinadas às microrregiões classificadas como de Alta Renda, não definidas como prioritárias pela política, mantiveram o mesmo índice de 2010: 1,9% do número de operações contratadas. Os valores contratados apresentaram decréscimo, passando dos R$ 1.113,1 milhões contratados no 1° semestre de 2010 para R$ 672,1 milhões, em igual período de 2011. Observamos assim que, no período analisado, a aplicação dos recursos foi feita de forma mais adequada aos objetivos da PNDR.

4.4.7.2. Contratações do FNE nas Mesorregiões Diferenciadas do MI

As contratações realizadas nas Mesorregiões Diferenciadas somaram R$ 673,3 milhões, resultado da realização de 35.465 operações. O montante aplicado foi inferior em 4,2% em relação ao 1° semestre de 2010 (R$ 702,5 milhões). O total contratado no semestre representa 54,9% do previsto para aplicação em 2011, percentual bem inferior ao obtido no 1° semestre de 2010, que foi de 85,7%. As contratações por Mesorregião Diferenciada constam da Tabela 10:

Tabela 10
Contratações nas Mesorregiões Diferenciadas do MI

R$ milhões

Mesorregião	Previsto (a)	TOTAL			Participação % (b/a)
		Quant.	Valor (b)	%	
Águas Emendadas	27,0	241	2,3	0,3	**8,4**
Bico do Papagaio	200,0	2.150	81,4	12,1	**40,7**
Chapada das Mangabeiras	274,0	1.621	157,0	23,3	**57,3**
Chapada do Araripe	238,0	8.816	178,8	26,6	**75,1**
Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	194,6	6.115	94,7	14,1	**48,7**
Seridó	67,0	5.018	37,5	5,6	**55,9**
Xingó	225,9	11.504	121,6	18,1	**53,8**
TOTAL	**1.226,5**	**35.465**	**673,3**	**100,0**	**54,9**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

A mesorregião da Chapada do Araripe foi a que mais aplicou recursos do FNE com R$ 178,8 milhões, atingindo 75% do previsto para 2011. A mesorregião de Águas Emendadas foi a que menos contratou (R$ 2,3 milhões), consumindo apenas 8,4% do previsto para esta mesorregião.

Já a mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que aplicou no 1° semestre de 2010 R$ 305,5 milhões, não conseguiu repetir o mesmo desempenho em 2011, quando comprometeu tão somente R$ 157,0 milhões, apresentando percentual quase 50% inferior a 2010.

4.4.7.3. Contratações do FNE nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's)

As contratações realizadas nas RIDE's Grande Teresina e Petrolina/Juazeiro, resultaram de 3.772 operações no valor de R$ 295,8 milhões, correspondendo a 6,6% do valor contratado pelo FNE no semestre.

Tabela 11
Contratações nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Por Setor)

R$ milhões

RIDE's / Setor	Petrolina/Juazeiro		Grande Teresina		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Rural	2.064	72,3	1.269	4,9	3.333	77,2
Agroindustrial	1	0,01	3	0,3	4	0,3
Industrial/Turismo	24	126,6	32	4,6	56	131,1
Comércio e Serviços	194	24,8	185	62,4	379	87,2
Total	2.283	223,7	1.489	72,2	3.772	295,8

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

As contratações nas RIDE's Grande Teresina e Petrolina/Juazeiro, neste 1° semestre, apresentaram respectivamente aumento de 53,9% e 157,4% em relação a igual período de 2010. O valor aplicado cresceu mais de 120%, passando de R$ 133,8 milhões, no 1° semestre do ano passado, para os atuais R$ 295,8 milhões.

Nas aplicações por setor, o de Industrial/Turismo foi o que apresentou maior crescimento, passando dos R$ 25,2 milhões contratados no 1° semestre de 2010 para R$ 131,1 milhões em 2011, volume 5 vezes maior do que o do ano anterior.

4.4.7.4. Contratações do FNE na Região do Semiárido Nordestino

No que se refere à distribuição espacial dos recursos, de acordo com o art. 2°, § 2° ,da Lei n° 7.827, de 27.09.1989, 50% dos recursos ingressados no FNE devem ser destinados às atividades produtivas situadas na porção Semiárida da área de atuação da SUDENE.

No 1° semestre de 2011, o FNE aplicou R$ 1.873,9 milhões na região do semiárido nordestino, que equivale a 41,7% dos valores totais contratados. Comparativamente ao mesmo período de 2010, em que o crédito direcionado foi de R$ 1.567,6 milhões, houve um acréscimo de 20%, o que amplia as perspectivas de atingir a meta constitucionalmente estabelecida.

Tabela 12
Contratações no Semiárido Nordestino (Por Setor)

R$ milhões

Região	Previsto (a)	Total				Participação % (b/a)
		Quant.	%	Valor (b)	%	
Semiárido	5.300,0	134.670	64,0	1.873,9	41,7	35,4
Fora do Semiárido	5.300,0	75.724	36,0	2.617,1	58,3	49,4
Total	**10.600,0**	**210.394**	**100,0**	**4.491,0**	**100,0**	**42,4**

Fonte: Relatório de Atividades e Resultados do FNE no 1° Semestre 2011

Justifica o BNB quanto à não aplicação de 50% dos recursos do FNE na região semiárida nordestina que os financiamentos canalizados para as outras áreas não têm afetado o desempenho do Fundo nesta região, haja vista que toda a demanda desta área vem sendo plenamente atendida.

Entende aquele Banco que o contingenciamento de recursos para outras regiões fora do semiárido prejudicaria o desenvolvimento da Região como um todo, na medida em que a área do semiárido não apresenta atividades econômicas capazes de absorver todo o volume de recursos que lhe foi reservado pela Constituição Federal.

4.4.8. Contratações de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE

Em consonância com a Resolução n° 032, de 30.07.2010, do CONDEL/SUDENE, que aprova as Diretrizes e Prioridades do FNE para o exercício de 2011, o BNB apresenta, nas páginas 81 a 112 do "Relatório de Resultados e Impactos – Primeiro Semestre de 2011", informações e comentários sobre as operações realizadas em atendimento das prioridades setoriais e espaciais.

Na Tabela 13, consta resumo sucinto das Prioridades Setoriais em relação ao número de operações e valor das aplicações no 1° semestre de 2011.

Tabela 13
Contratações de acordo com as prioridades Setoriais estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE

R$ milhões

Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades)	Nº de Operações	Valor
Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP	43	5,3
Projetos de Infraestrutura (Energias Renováveis e Telecomunicações)	20	150,3
Projetos da Indústria Automotiva	10	16,3
Contratações em Apoio ao PAC	4	430,0
Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura	131.601	768,3
Projetos de Ampliação Contratados em Fruticultura Irrigada	107	6,7
Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca	5.758	38,0
Projetos de produção de grãos	8.044	267,2
Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos	6.189	136,9
Projetos da Indústria Química	13	8,3
Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Minerais não-metálicos	240	409,8
Projetos relacionados ao Turismo	127	96,6
Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios	320	56,8
Projetos Contratados no Setor de Indústria Extrativa de Minerais	20	142,1
Projetos de Serviços de Manutenção para Metal - Mecânica	65	107,5

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

No que tange às Prioridades Espaciais, as informações que tratam das contratações na porção semiárida e outros espaços definidos como prioritários pela PNDR e pelo CONDEL/SUDENE são tratados no item 4.4.7, deste Relatório de Gestão do FNE - 1º semestre de 2011.

Relativamente aos projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais foram efetuadas 7 operações no valor total de R$ 1.127,0 mil, destaque para o perímetro irrigado São Gonçalo, situado no município de Sousa-PB, que em duas operações contratou 62,3% dos recursos.

4.4.9. Contratações por Finalidade – Custeio, Comercialização e Capital de Giro, de forma isolada

As aplicações realizadas no 1º semestre de 2011 em financiamento de custeio, comercialização e capital de giro, de forma isolada, podem ser observadas na tabela 14:

Tabela 14
Contratações destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro

R$ milhões

UF	Custeio Agrícola	Custeio Pecuário	Comercialização	Capital de Giro	Cap. de Giro p/ Aquis. de Mat. Prima/Insumos	Total
AL	16,9	2,3	-	-	4,9	24,0
BA	197,3	5,4	8,3	1,4	33,3	245,8
CE	14,8	24,4	0,2	0,5	24,5	64,4
ES	3,9	2,8	10,0	5,0	1,0	22,8
MA	116,0	18,7	9,0	0,1	17,9	161,6
MG	10,3	6,5	-	-	6,7	23,5
PB	6,0	2,1	-	1,2	16,3	25,6
PE	45,5	12,9	-	0,5	31,8	90,8
PI	45,6	1,7	20,2	0,5	16,0	83,9
RN	10,1	5,9	-	1,0	22,1	39,1
SE	61,6	1,0	2,5	5,3	14,2	84,6
Total	**528,1**	**83,7**	**50,2**	**15,5**	**188,7**	**866,2**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

Do total dos créditos concedidos no 1° semestre de 2011 (R$ 4.491,0 milhões), R$ 528,1 milhões (11,8%) destinaram-se ao Custeio Agrícola; R$ 83,7 milhões (1,9%) para Custeio Pecuário; R$ 50,2 milhões (1,1%) para Comercialização; R$ 15,5 milhões (0,3%) foram canalizados para Capital de Giro; R$ 188,7 milhões (4,2%) foram destinados para Capital de Giro/Aquisição de Matérias-Primas e os restantes R$ 3.624,8 milhões (80,7%) financiaram projetos de investimento. Observa-se, assim, absoluta predominância dos créditos para investimentos fixos, procedimento compatível com os objetivos desse Fundo.

4.4.10. Contratações com Clientes que Operaram com o FNE pela 1ª vez

No esforço de levar o crédito do FNE aos mais diversos segmentos e portes de empreendedores, o BNB, no 1° semestre de 2011, incorporou à sua massa de mutuários 93.656 novos tomadores, concedendo financiamentos no valor de R$ 2.198,6 milhões, cujas representatividades se configuram pelo alcance de 49,0% dos valores totais contratados nesse período.

Desse total, os mini, micro e pequenos empreendedores absorveram 36,6% dos valores contratados (R$ 805,3 milhões) e aos médios e grandes empreendedores foram destinados, respectivamente, R$ 434,8 milhões e R$ 958,5 milhões, correspondendo pela ordem a 17,8% e 49,0%.

4.4.11. Contratações de Valor Superior a R$ 10 milhões

De acordo com a tabela 15, os financiamentos individualizados e superiores a 10 milhões alcançaram, nesse 1° semestre de 2011, R$ 1.783,9 milhões, envolvendo 44 operações, que em cotejo com o total das operações negociadas, do ponto de vista físico é baixo, mas altamente representativo quanto examinado pela ótica de valores, isto é, 39,7% dos valores efetivamente contratados no período de que se trata.

4.4.12. Contratações por Faixas de Valores

Constata-se que as operações contratadas com valores individuais de até R$ 10.000,00 perfizeram um total de R$ 394,7 milhões, decorrentes de 185.454 contratações, ou seja, 88,2% das operações negociadas, representando tão somente 8,8% do valor total contratado no período, o que indica concentração de operações nas categorias superiores.

Tabela 15
Aplicações por Faixas de Valores

R$ milhões

Faixas de Valores	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL		% (TOTAL)	
	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor
Até R$ 500	111	0,1	1	0,0	112	0,1	0,1	0,0
Acima de R$ 500 até R$ 1.000	4.009	3,9	3	0,0	4.012	3,9	1,9	0,1
Acima de R$ 1.000 até R$ 10.000	179.892	380,7	1.438	10,0	181.330	390,7	86,2	8,7
Acima de R$ 10.000 até R$ 35.000	11.870	215,5	4.424	98,0	16.294	313,5	7,7	7,0
Acima de R$ 35.000 até R$ 100.000	2.299	138,3	2.743	157,2	5.042	295,6	2,4	6,6
Acima de R$ 100.000 até R$ 1.000.000	1.428	351,5	1.797	424,5	3.225	776,0	1,5	17,3
Acima de R$ 1.000.000 até R$ 10.000.000	163	423,1	172	504,3	335	927,4	0,2	20,7
Acima de R$ 10.000.000 até R$ 20.000.000	6	79,9	12	164,2	18	244,1	0,0	5,4
Acima de R$ 20.000.000 até R$ 100.000.000	5	133,2	17	676,6	22	809,8	0,0	18,0
Acima de R$ 100.000.000	0	0,0	4	729,9	4	729,9	0,0	16,3
Total	**199.783**	**1.726,3**	**10.611**	**2.764,7**	**210.394**	**4.491,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

5. Demanda de Recursos

No 1° semestre de 2011, existiam propostas em carteira no valor global de R$ 4.944,8 milhões. Além disso, informou o Banco que havia, no âmbito dos Estados, uma prospecção de negócios na ordem de R$ 6.752,5 milhões, destacando os maiores volumes nos Estados da Ceará (R$ 1.981,7 milhões), Pernambuco (R$ 1.527,7 milhões) e Bahia (R$ 1.362,9 milhões).

6. Carteira de Financiamento: Saldo das Aplicações e Inadimplência

6.1. Saldos totais dos financiamentos e Inadimplência Geral

De acordo com as informações do BNB, em 30.06.2011, o saldo das aplicações do FNE era de R$ 31.076,0 milhões.

O saldo das aplicações do FNE, incluindo o saldo referente ao repasse do Fundo ao BNB, em 30.06.2011, era de R$ 31.906,2 milhões.

A inadimplência das operações no 1° semestre de 2011 foi de R$ 1.109,4 milhões, referentes a parcelas vencidas, que representaram 3,6% do saldo das aplicações no semestre. Esse índice é 0,1% inferior ao apurado no 1° semestre de 2009 e 2010, que foi de 3,7%.

6.2. Saldos e Inadimplência por Setor

O saldo dos empréstimos destinados ao Setor Rural foi de R$ 14.552,0 milhões, ou seja, 46,8% dos empréstimos totais existentes ao amparo do FNE.

Os índices de inadimplência, no 1° semestre de 2011, apresentaram percentuais iguais aos do mesmo período de 2010, exceção ao setor de comércio e serviços que, em relação ao saldo total das aplicações, teve redução de 0,4% em 2010 para 0,2% em 2011.

Tabela 16
Saldos das Aplicações e Inadimplência por Setor
Posição: 30.06.2011

R$ milhões

Setor	Saldo das Aplicações	Aplicações (%)(1)	Saldo em Atraso(2)	Inadimplência (%)(3)	Inadimplência por setor (%)(4)
Agroindustrial	1.000,2	3,2	25,8	0,1	2,6
Comércio e Serviços	4.986,0	16,0	71,0	0,2	1,4
Industrial/Turismo	5.336,8	17,2	75,4	0,2	1,4
Infraestrutura	4.923,4	15,8	0,0	0,0	0,0
Rural	14.552,0	46,8	923,7	3,0	6,3
Financ. à Exportação	277,6	0,9	13,5	0,0	4,9
Total	31.076,0	100,0	1.109,4	3,6	3,6

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentuais do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo de aplicações do respectivo segmento.

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011

Em relação aos índices de inadimplência, aqueles inerentes ao setor rural apresentam-se como mais evidentes. Os segmentos com atividades voltadas para a exportação, que em 2010 não apresentavam inadimplência, registraram no 1° semestre de 2011 o percentual de 4,9%, o que pode ser creditado às adversidades dos mercados internacionais, como reflexo ainda da crise de 2008. No que tange ao setor de comércio e serviços, o nível de inadimplência reduziu-se de 2,1% para 1,4%.

6.3. Saldos e Inadimplência por Unidade Federativa

Relativamente às Unidades Federativas, o Estado da Bahia deteve 21,0% da carteira de empréstimos, seguido do Ceará, com 18,3%, de Pernambuco, com 14,7% e do Maranhão, com 13,5%. Em 30.06.2011, esses Estados concentravam 67,5% dos financiamentos promovidos com recursos do FNE.

O saldo inadimplente por Estado variou de 0,1% a 0,8%, somando no total 3,6% em relação ao saldo das aplicações. Individualmente, o Estado da Bahia apresentou o maior volume do saldo inadimplente (0,8%), mas em compensação é que possui maior saldo aplicado.

Tabela 17
Saldos das Aplicações e Inadimplência por Unidade Federativa
Posição: 30.06.2011

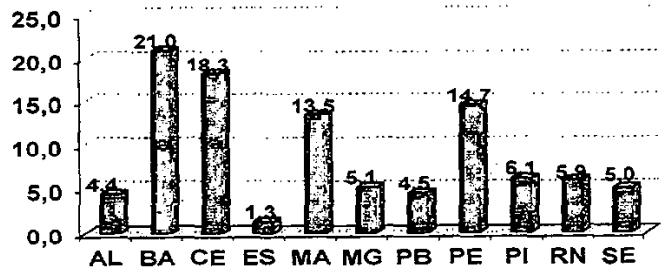
R$ milhões

UF	Saldo das Aplicações	Aplicações (%)(1)	Saldo em Atraso(2)	Inadimplência (%)(3)	Inadimplência da UF (%)(4)
AL	1.379,9	4,4	72,1	0,2	5,2
BA	6.529,4	21,0	234,0	0,8	3,6
CE	5.686,7	18,3	157,4	0,5	2,8
ES	401,3	1,3	20,9	0,1	5,2
MA	4.205,2	13,5	127,2	0,4	3,0
MG	1.599,5	5,1	50,9	0,2	3,2
PB	1.400,5	4,5	57,5	0,2	4,1
PE	4.556,1	14,7	158,2	0,5	3,5
PI	1.908,5	6,1	103,7	0,3	5,4
RN	1.840,5	5,9	66,4	0,2	3,6
SE	1.568,5	5,0	61,1	0,2	3,9
Total	31.076,0	100,0	1.109,4	3,6	3,6

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentuais do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo de aplicações do respectivo segmento.

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011

Gráfico 3
Saldo das Aplicações por Estado – Em %



6.4. Saldos e Inadimplência por Porte de Tomador

Em 30.06.2011, o saldo dos empréstimos concedidos às associações/cooperativas, aos mini/micro e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas foi de R$ 11.163,8 milhões, que representou 35,9% da carteira de empréstimo do FNE. A participação dos empreendedores de médio porte foi de R$ 4.850,4 milhões, com 15,6% do saldo total de empréstimos do Fundo. As operações contratadas com os produtores/empresas de grande porte foi de 48,5% da carteira de financiamento do FNE (R$ 15.061,8 milhões).

Tabela 18
Saldo das Aplicações e Inadimplência por Porte de Tomadores e Setor
Posição em 30.06.2011

R$ milhões

Porte	Saldo das Aplicações	Aplicações (%)(1)	Saldo em Atraso(2)	Inadimplência (%)(3)	Inadimplência do Segmento (%)(4)
Cooperativas/Associações	344,6	1,1%	55,2	0,2	16,0
Micro e Mini	7.191,4	23,1%	631,9	2,0	8,8
Pequeno	3.627,8	11,7%	151,2	0,5	4,2
Subtotal	11.163,8	35,9%	838,3	2,7	7,5
Médio	4.850,4	15,6%	115,1	0,4	2,4
Grande	15.061,8	48,5%	155,9	0,5	1,0
TOTAL	31.076,0	100,0%	1.109,4	3,6	3,6

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentuais do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo de aplicações do

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011

Os mini e micro mutuários registraram o maior grau de inadimplência, na ordem de 2,0%. Resta esclarecer que estão incluídas as contratações realizadas junto aos mini produtores as operações realizadas com os agricultores familiares no âmbito do PRONAF. Os índices de inadimplência mantiveram-se estáveis na comparação com o 1° semestre de 2010. O percentual no grande porte apresentou uma leve redução de 0,6% para 0,5%.

6.5. Saldo e Inadimplência segundo a tipologia da PNDR

Os saldos dos empréstimos concedidos de acordo com a tipologia da PNDR, em 30.06.2011, apresentaram nos municípios integrantes de microrregiões classificadas como "Estagnadas" R$ 10.988,5 milhões, ou seja, 35,4% do total do saldo em carteira. Na tipologia "Dinâmica" R$ 8.781,1 milhões, que representou 28,3% do saldo. A "Alta Renda" e a "Baixa Renda" respondem, respectivamente, por 19,8% (R$ 6.162,8 milhões) e 16,6% (R$ 5.143,6 milhões).

Tabela 19
Saldo das Aplicações e Inadimplência Segundo a Tipologia da PNDR
Posição: 30.06.2011

R$ mil

Tipologia	Saldo das Aplicações	Aplicações (%)(1)	Saldo em Atraso(2)	Inadimplência (%)(3)	Inadimplência do Segmento (%)(4)
Baixa Renda	5.143,6	16,6%	296,5	1,0	5,8
Estagnada	10.988,5	35,4%	361,1	1,2	3,3
Dinâmica	8.781,1	28,3%	386,3	1,2	4,4
Alta Renda	6.162,8	19,8%	65,5	0,2	1,1
TOTAL	**31.076,0**	**100%**	**1.109,4**	**3,6**	**3,6**

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º semestre de 2011

Em relação à inadimplência, os financiamentos localizados na tipologia de "Alta Renda" foram os que apresentaram melhores índices, com 0,2% comparativamente ao total do saldo aplicado e 1,1% dentro do segmento, valor bem abaixo dos índices de inadimplência apresentados nas outras faixas da tipologia da PNDR.

6.5.1. Saldo e Inadimplência no Semiárido

Em 30.06.2011, os saldos das operações realizadas no semiárido corresponderam a R$ 12.850,1 milhões, ou seja, 41,4% do saldo total de R$ 31.076,0 milhões. O saldo inadimplente no semiárido foi de R$ 618,6 milhões (4,8%). Fora do semiárido o índice de inadimplência foi de 2,7%.

6.5.2. Inadimplência Segundo o Risco Operacional

Informa o BNB que, na posição de 30.06.2011, o índice de inadimplência dos financiamentos contratados com risco integral do FNE era de 9,1%. Para os empréstimos contratados com risco compartilhado, a inadimplência registrada foi de 2,1%. A inadimplência das operações com risco do PROCERA aumentou de 33,4% no 1º semestre de 2010 para 40,2% no 1º semestre de 2011. Por sua vez, nas operações com risco integral do BNB, a taxa de inadimplência passou de 2,1% em 2010 para 2,8% em 2011.

A Tabela 20 demonstra a inadimplência das operações do Fundo, de acordo com o risco da operação:

Tabela 20
Inadimplência nas Operações de acordo com o risco
Posição em 30.06.2011

R$ milhões

Faixas de Atraso	Risco Integral do FNE	Risco Compartilhado	Risco PROCERA	Risco Integral do BNB	Total
Sem Atraso (A)	4.909,1	24.723,9	120,1	213,6	29.966,6
Com Atraso (B)	492,4	530,3	80,6	6,1	1.109,4
- até 180 dias	217,0	300,3	0,1	2,5	519,9
- de 180 dias a 360 dias	274,0	229,8	0,4	3,6	507,8
- acima de 360 dias	1,4	0,1	80,1	0,0	81,7
Total C=A+B	**5.401,5**	**25.254,1**	**200,6**	**219,7**	**31.076,0**
Inadimplência (B/C)	**9,1**	**2,1**	**40,2**	**2,8**	**3,6**

Fonte: Relatório Resultados e Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

No que tange aos créditos operacionalizados através dos bancos repassadores, os índices de inadimplência atingiram 3,4% e 1,3%, na Agência de Fomento do Rio Grande do Norte e a Agência de Fomento do Estado da Bahia, respectivamente.

Caberia ao Banco do Nordeste desenvolver gestões para a regularização das operações de risco integral do FNE, que teve aumento de 8,1% em 2010 para 9,1% no 1° semestre de 2011 e das operações de risco do PROCERA, cujo índice é excessivamente alto: 40,2%.

7. Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas

Durante o exercício sob exame, o BNB regularizou 116.478 mil operações de crédito no 1° semestre de 2011, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R$ 480,4 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R$ 112,0 milhões, ou seja, 23,3% do total regularizado.

8. Cobranças Judiciais (Execuções) Ajuizadas com Desdobramento por Mês e por Risco

Informa o Banco do Nordeste que efetuou cobranças ajuizadas no montante de R$ 793,4 milhões, como se pode observar na tabela 21:

Tabela 21
Cobranças Judiciais Ajuizadas por Risco

R$ milhões

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco do Banco	Risco PROCERA	Total
Janeiro	66,2	40,6	1,3	-	108,1
Fevereiro	64,9	57,0	1,3	0,0	123,2
Março	101,0	63,1	1,2	1,0	166,3
Abril	41,1	45,9	0,9	0,1	88,0
Maio	80,7	70,8	2,2	4,6	158,3
Junho	81,8	55,5	1,7	10,5	149,6
Total	**435,7**	**332,9**	**8,7**	**16,1**	**793,4**

Fonte: Relatório Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

As operações ajuizadas no 1° semestre de 2011 (R$ 793,4 milhões) representaram, ao final do período, 2,6% do saldo da carteira de empréstimos do FNE (R$ 31.076,0 milhões). Quando comparado com o 1° semestre de 2010, observa-se um aumento considerável, visto que, neste período, as cobranças totalizaram R$ 268,1 milhões.

9. Perdas no 1° semestre de 2011 e Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador no exercício de 2011, referentes às perdas das operações do FNE com risco compartilhado

No 1° semestre de 2011, foram transferidos para perdas um total de R$ 313,3 milhões, sendo R$ 52,8 milhões assumidos pelo Banco do Nordeste e R$ 260,5 milhões debitados ao FNE.

O Banco do Nordeste informa que, no 1° semestre de 2011, efetuou ressarcimentos ao FNE no valor total de R$ 107,2 milhões, decorrentes de perdas de parcelas do risco do BNB em operações do Fundo, realizadas com risco compartilhado.

10. Aspectos Financeiros

10.1. Situação dos Recursos - Ativo Total e Patrimônio Líquido

No Balanço do Fundo de 30.06.2011, os Ativos Totais do FNE atingiram a cifra de R$ 35.549,8 milhões. A composição dos bens e direitos integrantes do Ativo do Fundo ao final do 1° semestre de 2011 era a seguinte:

Tabela 22
Distribuição do Ativo em 30.06.2011

R$ milhões

Itens	Saldos
Disponibilidades	4.208,9
Operações de Crédito	31.076,0
Devedores por Repasse	214,7
Devedores por Repasse-Bco. Nord-Lei 7.827-Art. 9A	1.157,1
Proagro a Receber	4,7
Dir. s/bens Recebidos em Op.de Crédito	2,0
Títulos da Dívida Agrária	2,0
Provisão p/Desvalorização de Títulos	(0,6)
Provisão p/Créditos em Liquidação	(1.115,0)
Total	**35.549,8**

Fonte: Relatório Resultados e Impactos do FNE no 1° Semestre 2011

O Fundo não registra obrigações em seu balanço, sendo o Total do Passivo integralmente representado por seu Patrimônio Líquido, que registrou em 30.06.2011 o montante de R$ 35.549,8 milhões. Apresentou uma elevação de 13,1% em relação ao registrado no balanço de 30.06.2010 (R$ 31.430,0 milhões).

Compõem o Patrimônio Líquido do FNE as seguintes verbas: R$ 35.564,2 milhões de transferências da União; R$ 387,4 milhões referentes a resultados de exercícios anteriores e R$ 401,8 milhões de resultado negativo apurado no 1° semestre de 2011.

10.2. Receitas do Fundo no 1° Semestre de 2011

De acordo com a Demonstração do Resultado do FNE, anexa ao Balanço Patrimonial de 30.06.2011, as receitas líquidas auferidas pelo Fundo no 1° semestre de 2011 totalizaram R$ 328,1 milhões, sendo R$ 118,5 milhões decorrentes de operações de crédito e R$ 209,6 milhões de remuneração das disponibilidades.

A receita líquida originária das operações de crédito (R$ 118,5 milhões) apresentou, no 1° semestre de 2011, a seguinte composição:

Tabela 23
Receita Líquida do FNE

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	
Rendas de Operações de Crédito	1.263,8
Despesa de Del Credere do Banco do Nordeste	(396,1)
Despesas de Del Credere de outras instituições	(1,9)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(2,1)
Despesas de Descontos em Renegociações - Leis 10.696/2003 e 11.322/2006	(495,3)
Despesas de Descontos Ops. Progr. Recuperação Lavoura Cacaueira Lei Nº 11.775, de 17.09.2008	-
Despesas de Rebates/Bônus Adimplência (Op. BNB)	(227,2)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repasses Lei 7.827-Art. 9º-A	(6,3)
Despesas de Rebates/Bônus Adimplência Repasses a Outras Instituições	(0,0)
Despesas Rebate Princ. Op. Recursos do FAT-Lei 10.193/2001	(0,0)
Despesas c/ Ops. – Outras Fontes – Aquisições - Lei 11.322/2006	(0,0)
Despesas c/ Ops. FNE - Remissão - Lei 12.249/2010	(9,9)
Despesas c/ Ops. FNE - Rebate - Lei 12.249/2011	(6,3)
Ajuste de valores decorrentes de alienação de bens	(0,0)
RECEITA LÍQUIDA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**118,5**

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º Semestre 2011

Comparativamente ao 1º semestre de 2010, em que as receitas líquidas do FNE somaram R$ 526,0 milhões, as receitas líquidas do Fundo no primeiro semestre de 2011 apresentaram um decréscimo de 77,5%.

10.3. Despesas do Fundo

As despesas do FNE no semestre, conforme "Demonstração do Resultado" do Balanço do Fundo de 30.06.2011, totalizaram R$ 730,0 milhões, assim distribuídas: R$ 481,9 milhões referente à taxa de administração paga ao BNB; R$ 39,0 milhões relacionados ao pagamento da remuneração do agente financeiro sobre as operações do PRONAF; R$ 209,1 milhões de provisões operacionais e R$ 30 mil pagos à empresa de auditoria externa independente.

10.4. Resultado Líquido

O Fundo apresentou prejuízo de R$ 401,8 milhões. Contribuiu fortemente para esse resultado negativo o elevado montante das provisões constituídas nos primeiros seis meses de 2011, no valor de R$ 209,1 milhões, e da taxa de administração paga ao BNB de R$ 481,9 milhões.

10.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na forma recomendada pela Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, o BNB constituiu, no 1º semestre de 2011, provisão operacional líquida na ordem de R$ 209,7 milhões (Nota Explicativa 8-b do Balanço de 30.06.2011).

Considerando o saldo inicial das provisões (R$ 1.218,6 milhões em 30.06.2011); a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa (R$ 209,7 milhões); e os créditos baixados como prejuízo (R$ 313,3 milhões), o saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa se expressava, em 30.06.2011, pelo valor de R$ 1.115,0 milhões.

Conforme esclarecimentos registrados na alínea "c", da Nota Explicativa nº 8, o Banco do Nordeste não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamentos enquadrados no Programa da Terra, contratados com recursos do FNE, tendo em vista que o risco dessas operações é do PROCERA.

10.6. Reconhecimento de Perdas

De conformidade com as Notas Explicativas nºs 8 e 9 do balanço do FNE de 30.06.2011, foram baixadas, como prejuízo, as parcelas de principal e encargos com atraso superior a 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, no montante de R$ 313,3 milhões.

De acordo com a Nota Explicativa nº 9-"c" do Balanço de 30.06.2011, o Banco do Nordeste devolveu ao Fundo recursos no montante de R$ 107,2 milhões, relativos à parcela de risco do Banco nas operações baixadas como prejuízo.

10.7. Remuneração do Agente Financeiro

O Banco do Nordeste faz jus à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente, limitada, em cada exercício, a vinte por cento do valor dos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, como estabelecido no art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001, e regulamentado pelo Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

Conforme consignado no Balanço Patrimonial do FNE de 30.06.2011, a taxa de administração debitada ao Fundo pelo agente financeiro foi, no 1º semestre de 2011, de R$ 481,9 milhões, montante que representa 18,4% dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional para o Fundo no período sob exame (R$ 2.625,6 milhões) e 1,3% do patrimônio líquido do Fundo. Além dessas despesas, o Banco do Nordeste debitou ao Fundo o montante de R$ 39,0 milhões, referentes à sua remuneração para a realização de operações enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Na forma do artigo 7º do citado Decreto nº 5.641/2005, cabe à Controladoria-Geral da União certificar o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o cálculo e a apropriação da taxa de administração.

10.8. Auditoria Externa Independente

Em conformidade com o § 2º, do artigo 20, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Banco do Nordeste contratou, às expensas do FNE, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para realizar auditoria externa do Fundo.

De acordo com opinião constante do Parecer da Deloitte, datado de 05.08.2011, *as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 30.06.2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos Constitucionais.*

11. Resultados Alcançados – Análise Econômica e Social

Em face de suas atribuições de apresentar ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo da SUDENE relatórios circunstanciados sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, o Banco do Nordeste, a par de articulações com essas instituições, vem desenvolvendo estudos específicos de avaliações, com vistas a mensurar os impactos e contribuições do FNE para o desenvolvimento econômico e social de sua área de atuação, isto é, verificar a efetividade e, inclusive, orientando possíveis ajustes em face dos objetivos desse Fundo.

Nesse sentido, já foram elaboradas pesquisas concernentes aos programas FNE-Agrodustrial (2007), FNE-Comércio e Serviços (2008), FNE-Infraestrutura (2009) e, no âmbito do FNE-Rural (2010), programa com maior volume de contrações e de beneficiários, as atividades da bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, cultivo da cultura da soja, uva e algodão. Também foi procedida avaliação dos impactos do FNE na geração de emprego, massa salarial e salário médio.

Esses estudos/pesquisas, sumariados e ressaltados em relatórios de atividades e resultados apresentados pelo Banco do Nordeste, foram tratados em pareceres conjuntos MI/SUDENE, submetidos ao Conselho Deliberativo, que concluíram por explicitar a efetiva contribuição desse Fundo para o processo de desenvolvimento econômico e social do Nordeste, em particular nos programas e atividades avaliados. Esses estudos também viabilizam importantes subsídios aos ajustes e aperfeiçoamento dos programas/atividades de financiamento.

Continuando com esses trabalhos, de caráter continuado e sistêmico, e como consta do Relatório de Resultados e Impactos, ora objeto de apreciação, o BNB, com a participação de consultoria externa, desenvolveu metodologia específica com vistas a implementar estudos de mensuração da efetividade alcançada em face do Programa de Microcrédito Rural, que tem como objetivo expandir e qualificar um processo de crédito orientado, aproximando o Banco das categorias inferiores de tomadores, no ambiente de produção e ocupação econômica no meio rural.

No conjunto desses esforços técnicos, foi desenvolvida, ainda, metodologia com vistas a promover avaliação dos custos dos subsídios implícitos aos programas de financiamento do FNE, em face da sua natureza de concessão de crédito em condições diferenciadas e favorecidas, em razão do tratamento preferencial e prioritário concedidos a segmentos produtivos e áreas prioritárias.

Do mesmo modo, o BNB desenvolve projeto específico para avaliar o impacto dos investimentos resultantes dos financiamentos proporcionados com recursos do FNE, de forma isolada, e com outras fontes de administradas por aquele Banco, permitindo-se conhecer a contribuição desses investimentos na geração de emprego e renda. De acordo com a metodologia, busca-se considerar qualquer vínculo de formalidade, observadas as variáveis correlacionadas e por setores e subsetores de atividade econômica, inclusive os macroespaços, como a porção semiárida do Nordeste ou fora dela.

Com a implementação dos estudos de que se trata, busca-se avaliar a efetividade dos programas de financiamento, ou seja, conhecer, em termos a absolutos e relativos a materialização dos resultados, frente às estimativas, em especial no que tange às expectativas concernentes ao produto, renda, emprego, massa salarial, entre outras variáveis.

11.1. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste

Outro Instrumento que vem sendo adotado pelo BNB no dimensionamento das repercussões econômicas e sociais das contratações com recursos do FNE è a Matriz de Insumo-Produto - MIP. Trata-se de mecanismo de mensuração prospectiva das atividades de planejamento e avaliação de ações e programas de natureza pública e privada, examinado, inclusive, as inter-relações e contribuições dos diversos setores produtivos que interagem no processo de desenvolvimento.

A construção da MIP do Nordeste, como explicitado pelo Banco do Nordeste, torna possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação daquele BNB e de seus instrumentos de financiamento, no sentido de induzir o desenvolvimento do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

A par da Matriz de Insumo-Produto, as contratações realizadas pelo FNE no primeiro semestre de 2011, de aproximadamente R$ 4,3 bilhões, conjugando-se os efeitos diretos, indiretos e induzidos, viabilizarão perspectivas de acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R$ 10,2 bilhões, onde se destaca o setor rural com 37,4% desse valor, mas que, nesse caso, está mais correlacionado com o montante contratado (36,5% em relação ao total), conforme consta na tabela 24.

Ainda em termos prospectivos, os investimentos resultantes dessas contratações, contribuirão, ademais, para agregar à economia regional R$ 5,7 bilhões, além de viabilizar receitas tributárias na ordem de R$ 1,4 bilhões, destacando-se, nesse caso, os setores Rural, Indústria e Turismo e Infraestrutura, que se mostraram com maior capacidade contributiva.

No que tange ao emprego, estima-se a geração de 486,1 milhões ocupações (formais e informais), sendo 297,5 milhões no setor rural, 93 milhões nos segmentos de comércio e serviço e 60 milhões nas atividades de indústria e turismo. Os setores de infraestrutura e agroindústria deverão responder por 46,5 milhões e 6,7 milhões ocupações, respectivamente. Essas estimativas, todavia, levam em conta o atendimento de todo o curso da cadeia produtiva.

Tabela 24
Repercussões Econômicas das Contratações do FNE

R$ milhões

Valor Contratado	**4.256,2**

Resultados:

Indicador	Nordeste	Nordeste + Resto Brasil
– Valor Bruto da Produção	10.244,0	17.118,6
– Valor Agregado/Renda	5.730,7	8.588,2
– Salários	1.676,6	2.562,7
– Tributos	1.415,5	2.638,3
– Empregos (pessoas)	486.113	572.716

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

Vale considerar, de outra parte, os chamados efeitos de trasbordamento, calculados com base na matriz Insumo-Produto, que refletem os impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste no restante do País e que resultam das importações de insumos e de bens de capital para produção ou produtos finais para atender a materialização dos investimentos objeto dos financiamentos. Por esse meio, e conforme se pode inferir da tabela 25, dos R$ 17,1 bilhões estimados de acréscimos ao Valor Bruto da Produção para o País, R$ 6,9 bilhões, ou seja, 40,2% devem ocorrer fora da Região Nordeste. Essa constatação, também implícita aos demais indicadores das repercussões econômicas de que se trata, caracteriza as oportunidades e atratividade de investimentos no Nordeste, de modo a se exercer um processo de complementaridade e de integração do sistema produtivo regional.

Ainda através da aplicabilidade da Matriz de Insumo-Produto-MIP, como explicitado no Relatório apresentado pelo BNB, são identificadas as principais atividades produtivas financiadas por Estado e setor e seus respectivos impactos, em termos de contribuição ao produto socioeconômico da Região, considerando as variáveis mais representativas.

Em face do tratamento preferencial a ser dado às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, como recomenda a Lei Nº 7.827/1989 e, bem assim, em consonância com as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, o Banco do Nordeste, ainda através da aplicação da Matriz de Insumo-Produto e de forma destacada, avaliou as repercussões dos valores (R$ 2.068,3 milhões) e da quantidade (189.114) contratados no primeiro semestre de 20011, para os empreendimentos de mini, pequeno e médio portes nos estados da Região Nordeste, estimando-se os seguintes resultados, de modo global, e em relação à economia regional:

Tabela 25
Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte
(*Mini*/Pequenos e Médios Empreendimentos)

Em R$ milhões

Valor Contratado	**2.068,30**
Quantidade de Contratações	**189.114**

Resultados:

Indicador	Nordeste	Nordeste + Resto Brasil
Valor Bruto da Produção	7.545,0	12.871,3
Valor Agregado/Renda	4.353,3	6.573,7
Salários	1.296,8	1.981,2
Tributos	1.067,1	2.017,5
Empregos (pessoas)	383.675	452.507

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.(2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

Mesmo constituindo-se em uma ferramenta de significativa contribuição ao processo de planejamento e de avaliação dos impactos resultantes das medidas/ações programáticas, deve o Banco do Nordeste, dentro dos objetivos propostos de mensuração, quantificação e qualificação, continuar desenvolvendo estudos específicos com base em pesquisas de campo, ou seja, dados primários, a fim de melhor constar as contribuições do FNE para o desenvolvimento regional, em especial no que tange à dimensão social e às áreas prioritárias.

12. Indicadores, Parâmetros e Avaliação de Desempenho Operacional

Como instrumentos de inferência e análise na gestão operacional do FNE, no 1° semestre de 2011, foram utilizados os seguintes indicadores de desempenho: Eficácia, Eficiência e Efetividade, a seguir descritos. Como balizador da análise dos resultados e a fim de se obter uma visão dinâmica da atuação do FNE, utilizou-se, também, os números observados no 1° semestre de 2009 e 2010:

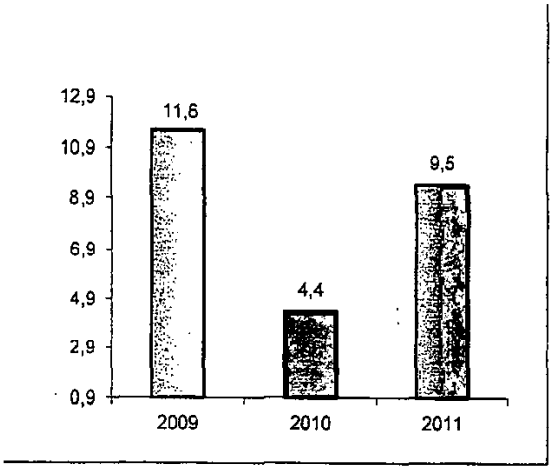
Tabela 26
Indicadores de Desempenho

R$ mil

INDICADORES DE DESEMPENHO	1° semestre			ÍNDICES %			Variação	
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	% 10/09	% 11/10
a) Índice de Incremento/Redução de Contratações - Tipo: Eficácia								
Valor das contratações no 1° semestre /	3.928.572	4.101.292	4.490.983	11,6	4,4	9,5	-62,1	116,1
Valor das contratações no 1° semestre do ano anteric	3.520.352	3.928.572	4.101.292					
b) Índice de Contratações com Menor Porte - Tipo: Eficácia								
Tomadores de menor porte /	995.436	1.163.856	1.530.281	25,3	28,4	34,1	12,0	20,1
Valor contratado no 1° semestre	3.928.572	4.101.292	4.490.983					
c) Índice de Inadimplência - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	919.185	1.035.896	1.109.363	3,7	3,7	3,6	-1,1	-3,1
Saldo da carteira de financiamento	24.667.787	28.108.961	31.075.998					
d) Índice de Inadimplência (Risco do Fundo) - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	527.742	548.815	572.996	8,7	9,1	10,2	3,6	13,0
Saldo da carteira de financiamento	6.041.922	6.062.507	5.602.171					
e) Índice de Inadimplência (Risco Compartilhado) - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	390.687	483.409	530.250	2,1	2,2	2,1	4,9	-5,0
Saldo da carteira de financiamento	18.536.767	21.867.507	25.254.133					
f) Índice de Inadimplência (Risco do BNB) - Tipo: Eficácia								
Saldo das parcelas vencidas /	756	3.673	6.117	0,8	2,1	2,8	141,9	35,7
Saldo da carteira de financiamento	89.098	178.947	219.694					
g) Índice de Cobertura das Contratações - Tipo Eficiência e Efetividade								
Nº Municípios c/operações contratadas /	1.874	1.922	1.963	94,2	96,6	98,7	2,6	2,1
Nº de Municípios da Região Nordeste	1.989	1.989	1.989					
h) Índice de Contratações com Novos Beneficiários - Tipo: Eficácia								
Quantidade novos beneficiários /	80.025	92.188	93.656	46,5	50,2	44,5	8,1	-11,4
Quantidade de contratações 1° semestre	172.191	183.542	210.394					
i) Índice de Aplicações de Recursos - Tipo: Eficiência e Eficácia								
Valor contratado no 1° semestre /	3.928.572	4.101.292	4.490.983	52,4	51,3	42,4	-2,1	-17,4
Valor projetado para o exercício	7.500.000	8.000.000	10.600.000					
j) Índice de Contratações por Setor								
Rural								
Valor contratado no setor rural /	1.107.477	1.425.310	1.726.263	28,2	34,8	38,4	23,3	10,6
Valor contratado no 1° semestre /	3.928.572	4.101.292	4.490.983					
Não Rural								
Valor contratado no setor não rural /	2.821.095	2.675.982	2.764.720	71,8	65,2	61,6	-9,1	-5,6
Valor contratado no 1° semestre /	3.928.572	4.101.292	4.490.983					

Fonte: BNB: Relatório Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011

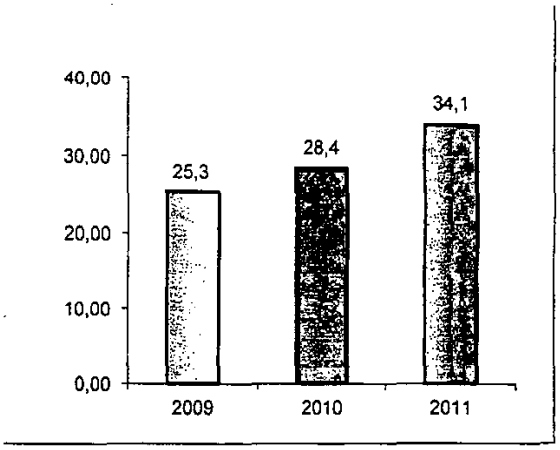
Gráfico 04 – Incremento/Redução de Contratações



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011.

O incremento no valor contratado no 1° semestre 2011 foi quase 10% superior ao contratado em igual período de 2010.

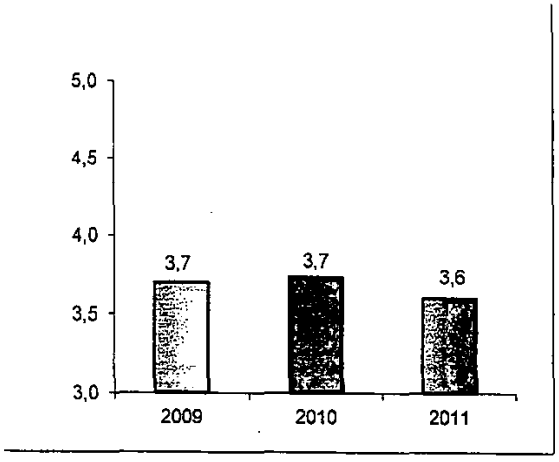
Gráfico 05 – Contratações de Menor Porte



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011.

O percentual de recursos aplicados no menor porte vem aumentando em relação ao total aplicado pelo Fundo. No 1° semestre de 2011, este percentual foi de 34,1%.

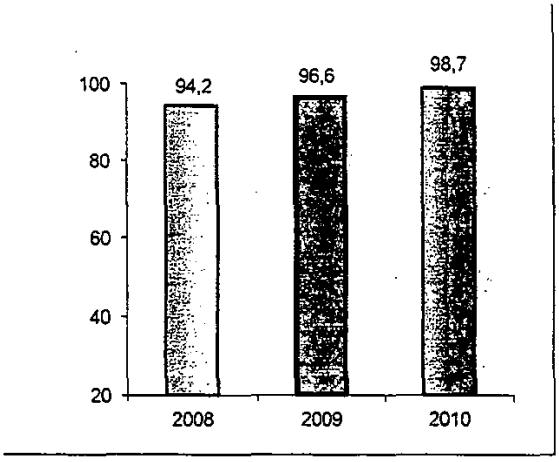
Gráfico 06 – Inadimplência



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011.

O índice de inadimplência está se mantendo estável nos últimos períodos analisados, conforme gráfico 06. Em relação ao 1° semestre de 2011, houve uma pequena redução.

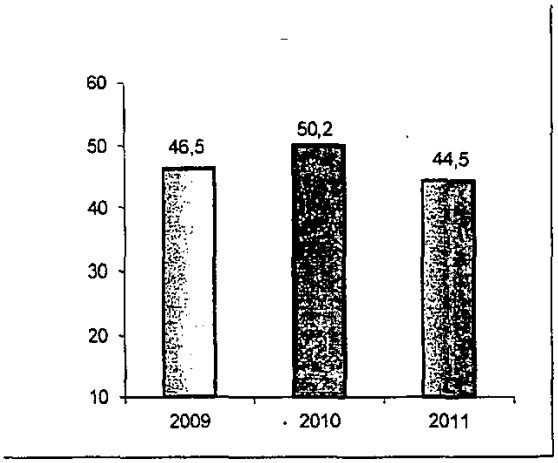
Gráfico 07 – Cobertura das Contratações



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1° semestre de 2011.

O número de municípios atendidos no 1° semestre de 2011 apresenta índice de 98,7%. Faltaram apenas 26 para que o FNE alcançasse a totalidade dos municípios da área de atuação da SUDENE.

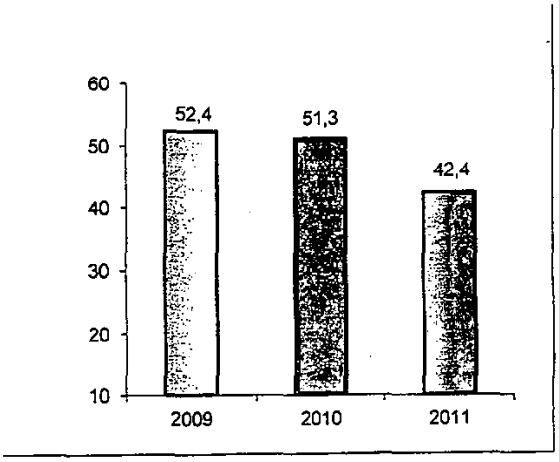
Gráfico 08 – Contratações com Novos Beneficiários



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º semestre de 2011.

A quantidade de novos beneficiário que contrata com o FNE teve uma pequena retração em relação aos percentuais observados em 2009 e 2010..

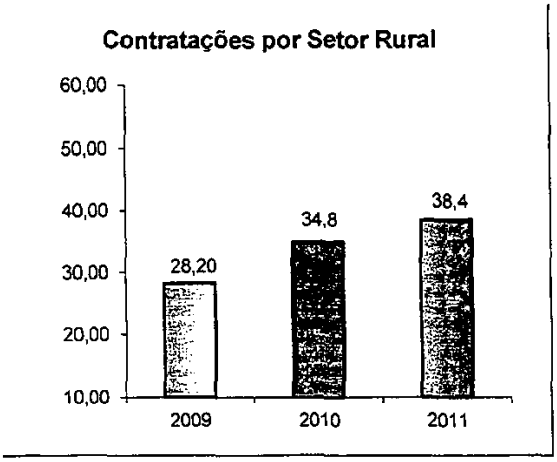
Gráfico 09 – Aplicações de Recursos



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º semestre de 2011.

Os valores contratados no 1º semestre dos anos de 2009 e 2010 apresentaram percentual superior a 50% do valor programado para aqueles anos. Em igual período de 2011, este percentual foi de 42,4%.

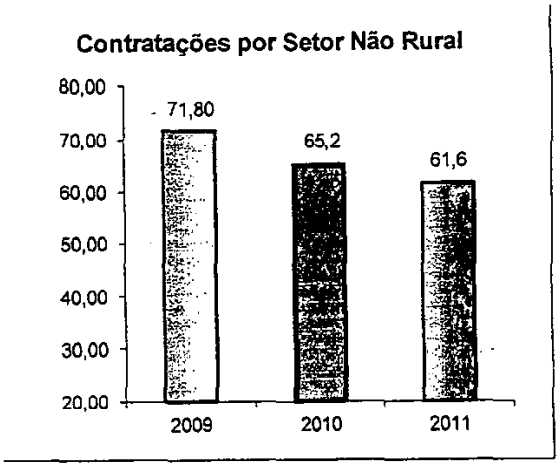
Gráfico 10 – Contratações por Setor Rural



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º semestre de 2011.

As contratações no setor rural apresentaram o melhor índice no 1º semestre de 2011 em relação ao mesmo período dos anos anteriores (2009 e 2010), alcançando o percentual de 38,4% do total contratado pelo FNE.

Gráfico 11 – Contratações por Setor Não Rural



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE no 1º semestre de 2011.

Em relação ao setor não rural, quando comparado o índice de contratações do 1º semestre de 2011 com o índice do mesmo período dos anos anteriores, observa-se ser o menor, apresentando 61,6% do total contratado.

13. Recomendações

Considerando a análise e as observações contidas no Relatório de Resultados e Impactos, concernente ao 1º semestre de 2011, apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., sugerimos submeter o presente Parecer à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, deverá levá-lo à apreciação do Conselho Deliberativo daquela Entidade.

Para o aprimoramento da operacionalização do FNE, sugerimos sejam feitas ao Banco do Nordeste as seguintes recomendações:

a) manter e ampliar as ações que vem desenvolvendo no sentido de assegurar o atendimento da demanda por recursos do FNE. Nesse sentido, sugere-se que o Banco se articule com os agentes produtivos e com os Governos Estaduais, objetivando buscar alternativas para otimizar a utilização dos recursos;

b) incrementar as operações com os agricultores familiares, com os mini e pequenos produtores rurais e com as micro e pequenas empresas;

c) ampliar e fortalecer ações específicas e indutoras que conduzam e direcionem, de forma mais eficiente, crédito para os mutuários situados no semiárido, haja vista a determinação Constitucional de se destinar 50% das disponibilidades do Fundo para aquele subespaço regional;

d) ampliar as contratações realizadas com recursos do FNE nos Estados de Alagoas e da Paraíba que registraram baixas aplicações no 1° semestre de 2011;

e) desenvolver ações com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações do PROCERA e das operações de risco integral do FNE, cujos índices, de 40,2% e de 9,1%, respectivamente, se acham bastante elevados;

f) ampliar as contratações realizadas no setor de Turismo, que registrou baixo índice de aplicações em relação ao previsto para o exercício;

KLEBER DA SILVA BANDEIRA
Técnico do Ministério da Integração Nacional

MARTINHO LEITE DE ALMEIDA
Coordenador de Promoção e Normatização de Fundos de Desenvolvimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

MAURÍLIO ALVES BARCELOS
Coordenador-Geral dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Ministério da Integração Nacional

CLÁUDIO VASCONCELOS FROTA
Diretor de Fundos e Incentivos Fiscais e de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO
Diretor do Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos do Ministério da Integração Nacional

PAULO SÉRGIO DE NORONHA FONTANA
Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

JENNER GUIMARÃES DO RÊGO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional

Relatório de Gestão

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

1º Semestre de 2011

Anexo nº I

Portaria nº 456, de 07.06.2010, do Ministério da Integração Nacional.

34 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 3 Nº 107, terça-feira, 8 de junho de 2010

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A, CNPJ nº 02.102.498/0001-29, com sede social na cidade de São Paulo- SP, que, nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2010, aprovaram, em especial, a alteração da redação do artigo 15 do Estatuto Social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO.

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.098, DE 31 DE MAIO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT nº 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº s 15414.200060/2010-16 e 15414.200088/2010-53, resolve :

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelo Conselho Deliberativo da SABEMI PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ nº 87.163.234/0001-38, com sede social na cidade de Porto Alegre - RS, que, na Reunião Extraordinária realizada em 7 de abril de 2010, aprovaram, em especial:

I - tornar sem efeito a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo realizada em 12 de fevereiro de 2010; e

II - excluir o parágrafo único do artigo 41 do Estatuto Social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.099, DE 1º DE JUNHO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT nº 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.004461/2009-11, resolve:

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da ICATU HARTFORD SEGUROS S.A., CNPJ nº 42.283.770/0001-39, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2009, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social em R$ 50.000.000,00, elevando-o de R$ 250.397.720,18 para R$ 300.397.720,18, dividido em 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ordinárias e 85.325 preferenciais; e

II - A alteração dos artigos 5º e 33 do Estatuto Social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.100, DE 4 DE JUNHO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT nº 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.100031/2008-31, 15414.100080/2008-73, 15414.100228/2008-70, 15414.100135/2009-26, 15414.100797/2009-04, 15414.100953/2009-29 e 15414.100109/2010-31, Resolve:

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas de USEBENS SEGUROS S.A., CNPJ nº 09.180.505/0001-50, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2008 e nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de dezembro de 2007, 10 de janeiro de 2008, 23 de janeiro de 2009, 14 de agosto de 2009, 22 de outubro de 2009 e 22 de janeiro de 2010, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social em R$ 16.000.000,00, elevando-o de R$ 3.600.000,00 para R$ 19.600.000,00, dividido em 18.885.250 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - A alteração da sede social para a cidade de São Paulo - SP; e

III - A alteração dos artigos 2º, 3º e 5º do Estatuto Social.

Art.2º Ratificar que USEBENS SEGUROS S.A. encontra-se autorizada a operar com seguros de danos em todo o território nacional.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

BANCO DO BRASIL S/A
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO
BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S/A
CNPJ 11.159.426/0001-09

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

I. DATA, HORA E LOCAL: Às 10:00 horas, do dia 30 de setembro de 2009, na sede social do BB SEGUROS S.A. ("Companhia"), situada na SBS Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, Setor Bancário Sul, na Cidade de Brasília, Distrito Federal. II. MESA: Presidente: Paulo Rogério Caffarelli. Secretário: Leonardo Giuberti Mattedi. III. PRESENÇA: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). V. ORDEM DO DIA: (i) consignar a integralização da totalidade do capital social subscrito pelo acionista Banco do Brasil S.A. no ato de constituição da Companhia, conforme Escritura Pública de Constituição de Subsidiária Integral, datada de 02 de setembro de 2009 ("Escritura Pública de Constituição"); (ii) em função da cisão parcial do BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI") com versão da parcela cindida ao patrimônio de BB Aliança S.A. e da Companhia, nos termos dos artigos 224, 225, 227 e 229 da Lei das S.A., ratificar a nomeação da empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação da parcela do patrimônio líquido contábil do BB BI ("Laudo de Avaliação"); (iii) examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) examinar, discutir e aprovar o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do BB BI com versão da parcela cindida para a BB Seguros S.A. e BB Aliança S.A."; (v) aprovar o aumento do capital social da Companhia; (vi) aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; (vii) considerar efetivada a cisão parcial do BB BI, para efeito de incorporação da parcela cindida, pela Companhia, nos termos aqui previstos; (viii) ratificar a posse dos membros da Diretoria da Companhia e dispor sobre sua remuneração; (ix) eleger membros para ocupar cargo de Conselheiros Fiscais da Companhia; e (x) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações a serem tomadas na presente assembleia. VI. DELIBERAÇÕES: Os acionistas presentes à assembleia, por unanimidade e sem ressalvas, decidiram: (i) consignar a realização de integralização de capital subscrito, por parte do acionista Banco do Brasil S.A., no montante de R$ 10.980.000,00 (dez milhões, novecentos e oitenta mil reais). Por conseguinte, cumpre registrar que o capital social inicial da Companhia, consoante Escritura Pública de Constituição, se encontra integralizado em sua totalidade; (ii) ratificar a nomeação da empresa Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 13.797, Bloco II 17º andar, inscrita no CNPJ/MF 31.165.798/0001-23, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação (parte integrante desta ata conforme Anexo I); (iv) aprovar o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do BB BI com versão da parcela cindida para a BB Seguros S.A. e BB Aliança S.A." apresentado pela administração da Companhia (parte integrante desta ata conforme Anexo II); (v) aprovar, em razão da cisão parcial do BB BI com versão de parcela cindida ao patrimônio da Companhia, o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 520.014.330,81 (quinhentos e vinte milhões, quatorze mil, trezentos e trinta reais e oitenta e um centavos), passando o mesmo de R$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais) para R$ 532.214.330,81 (quinhentos e trinta e dois milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e trinta reais e oitenta e um centavos). Face à aprovação da reorganização societária aqui tratada, serão emitidas pela Companhia 41.021.433 (quarenta e um milhões, vinte e uma mil e quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais serão atribuídas ao acionista Banco do Brasil S.A., em substituição, e de forma proporcional, à parcela do investimento que esse detinha no BB BI; (vi) aprovar a reforma e consolidação do estatuto social da companhia (parte integrante desta ata conforme Anexo III) para contemplar as seguintes modificações: a) alteração do Artigo 1º do Estatuto Social que trata da denominação da companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.º A BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., rege-se por este estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis."; b) alteração do caput do Artigo 2º do estatuto social, que trata do capital social da companhia, e supressão do § 2º do artigo em referência, que passa a ter a seguinte redação: "Art 2º. O capital social é de R$ 532.214.330,81 (quinhentos e trinta e dois milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e trinta reais e oitenta e um centavos), dividido em 53.221.433 (cinqüenta e três milhões, duzentas e vinte e uma mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. §1º. A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais de Acionistas."; c) exclusão do Artigo 15 do estatuto social sendo que o caput do referido artigo será acrescentado ao Artigo 10, como § 3º, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 10. A Diretoria reunir-se-á, por convocação do Diretor-Presidente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo necessária a presença de, no mínimo, 2 (dois) de seus membros, dentre os quais o Diretor Presidente, efetivo ou substituto no exercício do cargo. § 1º As deliberações exigem a aprovação de, no mínimo, 2 (dois) membros da Diretoria. § 2º Os assuntos tratados e as decisões tomadas serão obrigatoriamente registrados no livro de atas das reuniões. § 3º O funcionamento da Diretoria será disciplinado no seu Regimento Interno.", d) alteração do Artigo 11, que passará a ter a seguinte redação "Art. 11. Os honorários dos Diretores serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger."; e e) a renumeração dos demais artigos; (vii) considerar efetivada a cisão parcial do BB-BI para efeito da incorporação de parcela cindida, pela Companhia, nos termos aqui previstos; (viii) ratificar, neste ato, a posse dos senhores Paulo Rogério Caffarelli, brasileiro, casado, bancário, portador da identidade RG nº 3.381.390-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 442.887.279-87, residente e domiciliado na SHIN QI 10, conjunto 10, casa 30, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, como Diretor-Presidente da Companhia; Alexandre Corrêa Abreu, brasileiro, separado judicialmente, bancário, portador da identidade RG nº 621.241-SGPC/ES, inscrito no CPF/MF nº 837.946.627-68, residente e domiciliado no SQSW 301, bloco G, apartamento 104, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, como Diretor Vice-Presidente da Companhia; e Marco Antônio da Silva Barros, brasileiro, solteiro, bancário, portador da identidade RG nº 04.773.811-7 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 732.550.257-53, residente e domiciliado no SHN Quadra 01, Area Especial A, Bloco C, apto. 511, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, como Diretor Gerente da Companhia. Os Diretores ratificam declaração de não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as suas funções, atendendo, portanto, a todos os requisitos previstos no artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A. Por fim, os Diretores, cuja posse ora se ratifica, não farão jus à remuneração pelo exercício do cargo, por já serem remunerados pelo Banco do Brasil S.A.; (ix) eleger os membros do Conselho Fiscal, com mandato vigente até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária, nos termos do Artigo 161, § 6º, da Lei nº 6.404/76: a) membros titulares: Srs. Danilo Aggsi, brasileiro, casado, bancário, portador do CPF/MF nº 290.372.550 - 00 e da Carteira de Identidade nº 2.014.823.823 SSP-RS, residente no Hotel Biarritz, SHN Quadra 01, Area Especial A, apartamento 208, Brasília (DF) e domiciliado na Rua Nunes Machado 471, apartamento 2502, Rebouças, Curitiba, Paraná; Dan Antônio Marinho Conrado, brasileiro, divorciado, bancário, portador do CPF/MF nº 754.649.427-34 e da Carteira de Identidade nº 05.476.760-3 IFP-RJ, residente e domiciliado na SQSW 305, bloco B, apartamento 207, Brasília, Distrito Federal; Priscilla Maria Santana, brasileira, solteira, servidora pública, portadora do CPF/MF nº 584.264.691-91 e da Carteira de Identidade nº 1.342.373 SSP-DF, residente e domiciliada na SQS 116, bloco C, apartamento 305, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal (como representante do Ministério da Fazenda); e b) membros suplentes: Srs. Werner Romera Suffert, brasileiro, casado, bancário, portador do CPF/MF nº 602.960.701-49 e da Carteira de Identidade nº 1.322.865 SSP-DF, residente e domiciliado na SQS 109, bloco B, apartamento 601, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal; Cicero Przendziuk, brasileiro, casado, bancário, portador do CPF/MF nº 669.435.159-34 e da Carteira de Identidade nº 1.699.951 SSP-SC, residente e domiciliado na Quadra 103, lote 3, Residencial Orquídeas, apartamento 301, Aguas Claras, Brasília, Distrito Federal; e o Sr. Felipe Palmeira Bastella, brasileiro, casado, engenheiro com mestrado em economia, portador do CPF/MF nº 310.806.132-34 e da Carteira de identidade nº 3.041.874 SSP-DF, residente e domiciliado na QL 32, Cond. Villages Alvorada, Quadra 07, casa 45, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal (como representante do Ministério da Fazenda); e, ainda, aprovar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal que deverá ser igual à remuneração paga pela controladora aos membros do seu Conselho Fiscal, respeitado sempre o limite mínimo previsto no §3º do art. 162 da Lei das S.A.; e (x) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, registros e publicações necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, os acionistas deram por encerrada a assembleia, tendo-se antes feito lavrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos presentes. Brasília, 30 de setembro de 2009.

A presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de setembro de 2009, lavrada no livro próprio e assinada pela totalidade dos acionistas da Companhia. LEONARDO GIUBERTI MATTEDI, BANCO DO BRASIL S.A. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o Registro em 19.11.2009, sob o número 20090954645 - Antonio Celso G. Mendes, Secretário-Geral.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 456, DE 7 DE JUNHO DE 2010

O Ministro de Estado da Integração Nacional, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - CONDEL/SUDENE, das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no exercício de 2011.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNE deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, atualizado pela Lei Complementar 129, de 2009;

II - sintonia com, as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento e das prioridades a serem estabelecidas pelo CONDEL/SUDENE;

III - previsão de aplicação dos recursos do Fundo entre as onze Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNE:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010060800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 107, terça-feira, 8 de junho de 2010 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 35

I - o Semiárido;

II - as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE's): do Pólo de Juazeiro e Petrolina e da Grande Teresina e Timon;

III - as mesorregiões diferenciadas do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins), do Seridó, do Jequitinhonha/Mucuri e do Xingó;

IV - os municípios integrantes de microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Art. 4º Na elaboração da proposta para aplicação dos recursos do FNE, a ser encaminhada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), até 30 de setembro de 2010, ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à SUDENE, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - a proposta de programação de aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2011 deverá ser formulada pelo BNB em articulação com a SUDENE e com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) do MI;

III - a proposta de aplicação dos recursos deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2011, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas, especificando:

a)como fonte de recursos:

as disponibilidades previstas para o final do ano de 2010;

os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional - STN para o exercício de 2011;

remuneração das disponibilidades do Fundo;

retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

despesas com o pagamento da taxa de administração;

despesas com auditoria externa independente;

despesas com bônus de adimplência;

despesas com rebates;

despesas com del credere;

montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2010, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

despesas com a remuneração das operações do PRONAF;

outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicações no ano de 2011 (a - b), apresentando estimativas para as seguintes aplicações:

1 - aplicações por Unidade da Federação;

2 - aplicações por porte de mutuário;

3 - aplicações por programa de financiamento sugerido em cada Unidade da Federação;

4 - aplicações por atividades e/ou setores de atividade definidos pelo CONDEL/SUDENE como prioritários para recebimento de recursos do Fundo;

5 - aplicações totais (por UF, porte dos mutuários, programas e setores de atividades) a serem realizadas através de outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central (art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989, e Portaria nº 616, de 26.05.2003 do MI).

IV - o documento contendo a proposta de aplicação dos recursos do FNE para 2011 deverá informar que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10) publicado pelo Banco Central;

V - além da proposta de programação geral, deverá ser apresentado, separadamente, um plano de aplicação dos recursos do FNE em cada Estado observadas as vocações locais, as oportunidades de investimento identificadas e as seguintes orientações:

a) dinamização da economia do Estado com geração de emprego e renda com vistas a redução das desigualdades econômicas e sociais;

b) o plano deverá informar as ações previstas para incremento da aplicação de recursos nas micro e pequenas empresas e nos mini e pequenos produtores rurais bem como nos espaços prioritários da PNDR;

VI - os programas de financiamento do FNE deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo dos empréstimos por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e forma de cálculo e de cobrança;

h) forma de apresentação das propostas;

i) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FNE.

VII - na proposta de programação para aplicação dos recursos do FNE em 2011 deverá ser incluída relação dos municípios classificados por Estado da área de atuação da SUDENE e, dentro de cada Estado, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

VIII - para a definição da proposta de programação geral e dos planos de aplicação de cada Estado, o Banco do Nordeste, em articulação com a SDR, do MI e com a SUDENE, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado;

IX - orçar, em articulação com a Secretaria de Programas Regionais (SPR) do MI e a SUDENE, as aplicações a serem realizadas nas mesorregiões diferenciadas do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins), do Seridó, do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e do Xingó.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO REIS SANTANA FILHO

PORTARIA Nº 457, DE 7 DE JUNHO DE 2010

O Ministro de Estado da Integração Nacional, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no exercício de 2011.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNO deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, atualizado pela Lei Complementar nº 129, de 2009;

II - sintonia com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), das políticas setoriais e macroeconômica do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento vigente e das prioridades a serem estabelecidas pelo CONDEL/SUDAM;

III - previsão de aplicação dos recursos do Fundo entre as sete Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNO:

I - a Faixa de Fronteira;

II - as mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins);

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

Art. 4º Na elaboração da proposta para aplicação dos recursos do FNO, a ser encaminhada pelo Banco da Amazônia, até 30 de setembro de 2010, ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à SUDAM, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, beneficiários do FNO, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - a proposta de programação de aplicação dos recursos do FNO para o exercício de 2011 deverá ser formulada pelo Banco da Amazônia em articulação com a SUDAM e com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) do MI;

III - a proposta de aplicação dos recursos do FNO deverá apresentar quadros demonstrativos do orçamento previsto para o exercício de 2011, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a)como fonte de recursos:

1 - as disponibilidades previstas para o final do ano de 2010;

2 - os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3 - repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional - STN para o exercício de 2011;

4 - remuneração das disponibilidades do Fundo;

5 - retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6 - outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

1 - despesas com o pagamento da taxa de administração;

2 - despesas com auditoria externa independente;

3 - despesas com bônus de adimplência;

4 - despesas com rebates;

5 - despesas com del credere;

6 - montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2011, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7 - despesas com a remuneração das operações do PRONAF;

8 - outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicações no ano de 2011 (a - b), apresentando estimativas para as seguintes aplicações:

1 - aplicações por Unidade da Federação;

2 - aplicações por porte de mutuário;

3 - aplicações por programa de financiamento sugerido em cada Unidade da Federação;

4 - aplicações por atividades e/ou setores de atividade definidos pelo Conselho Deliberativo da SUDAM como prioritários para recebimento de recursos do Fundo;

5 - aplicações totais (por UF, porte dos mutuários, programas e setores de atividades) a serem realizadas através de outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central (art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989, e Portaria nº 616, de 26.05.2003 do Ministério da Integração Nacional).

IV - o documento contendo a proposta de aplicação dos recursos do FND para 2011 deverá informar que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10) publicado pelo Banco Central;

V - além da proposta de programação geral, deverá ser apresentado, separadamente, um plano de aplicação dos recursos do FNO em cada estado, observadas as vocações locais, as oportunidades de investimento identificadas e as seguintes orientações:

a) dinamização da economia do Estado com geração de emprego e renda com vistas a redução das desigualdades econômicas e sociais;

b) o plano deverá informar as ações previstas para incremento da aplicação de recursos nas micro e pequenas empresas e nos mini e pequenos produtores rurais bem como nos espaços prioritários da PNDR.

V - os programas de financiamento a serem operacionalizados pelo FNO deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a - beneficiários;

b - itens financiáveis;

c - itens não financiáveis;

d - limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e - teto dos financiamentos (valor máximo dos empréstimos por cliente ou grupo econômico);

f - prazo das operações;

g - encargos financeiros e forma de cálculo e de cobrança;

h - forma de apresentação das propostas;

i - divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j - outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FNO.

VII - na proposta de programação para aplicação dos recursos do FNO em 2011 deverá ser incluída relação dos municípios classificados por Estado da área de atuação da SUDAM e, dentro de cada Estado, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

VIII - para a definição da proposta de programação geral e dos planos de aplicação de cada Estado, o Banco da Amazônia, em articulação com a SDR, do MI e com a SUDAM, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado;

IX - orçar, em articulação com a Secretaria de Programas Regionais (SPR) do MI e a SUDAM, as aplicações a serem realizadas nas mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins).

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

JOÃO REIS SANTANA FILHO

PORTARIA Nº 458, DE 7 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea "a", do inciso XIII, do art. 7o, do Anexo I do Decreto no 6.218, de 4 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais, para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, para o exercício de 2011, na forma do art. 2º.

Art. 2º As prioridades para o FDA em 2011 serão estabelecidas, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, observadas as potencialidades e vocações econômicas da Região.

Parágrafo único. As seguintes Diretrizes serão observadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDA:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR: mesorregiões diferenciadas da PNDR; faixa de fronteira; microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR, como de baixa renda, dinâmicas ou estagnadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012010060800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relatório de Gestão

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

1º Semestre de 2011

Anexo nº II

Resolução CONDEL/SUDENE nº 032/2010, de 30.07.2010.

RESOLUÇÃO Nº 032/2010

Aprova "*ad referendum*" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 031/2010, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE para o exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, ademais do que prevê o parágrafo único do art. 11 combinado com a alínea "b", inciso I do art. 17 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, aprovado pelo CONDEL na reunião de 25 de julho de 2008, com as alterações promovidas pelo mesmo colegiado na reunião de 17 de outubro de 2008, e a alínea "a", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, e o que estabeleceu a Portaria nº 456, de 07 de junho de 2010, do Ministério da Integração Nacional, publicada no DOU de 08 de junho de 2010, que definiu as diretrizes e orientações gerais para o FNE, torna público que, com base em pedido do Banco do Nordeste, instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, e considerando ainda, a urgência e relevância do assunto adiante tratado,

R E S O L V E U:

Art. 1º Aprovar, "***ad referendum***" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 031/2010, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE em reunião de 14 de julho de 2010, que trata das Diretrizes e Prioridades que serão adotadas na elaboração da proposta de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE para 2011.

Art. 2º A Proposição de que trata o artigo anterior juntamente com o documento de Diretrizes e Prioridades para 2011, do FNE, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 3º A Proposição de que trata o artigo 1º, e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo da SUDENE em sua próxima reunião ordinária.

Brasília, 30 de julho de 2010.

JOÃO REIS SANTANA FILHO
Presidente do Conselho Deliberativo

Proposição Nº 031/2010

Relatório de Gestão

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

1º Semestre de 2011

Anexo nº III

Resolução CONDEL/SUDENE nº 038/2010, de 10.12.2010.

RESOLUÇÃO Nº 038/2010

Aprova *"ad referendum"* do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 036/2010, referente ao Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para o exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, ademais do que trata o inciso XVI e o parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como o estabelecido pelas alíneas "d" e "e", inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, torna público que, com base em pedido do Banco do Nordeste, instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE, e considerando ainda, a urgência e relevância do assunto adiante tratado, o qual foi submetido à discussão no Comitê Técnico do CONDEL em reunião ocorrida no dia 07 do corrente,

R E S O L V E U :

Art. 1º Aprovar, **"*ad referendum*"** do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 036/2010, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 65ª reunião, de 07 de dezembro de 2010, tratando da aprovação do "Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE" para o exercício de 2011.

Art. 2º Autorizar a SUDENE a encaminhar a programação de financiamento, juntamente com o resultado da apreciação das propostas de programação e o parecer que subsidiou a aprovação, à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal.

Art. 3º A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

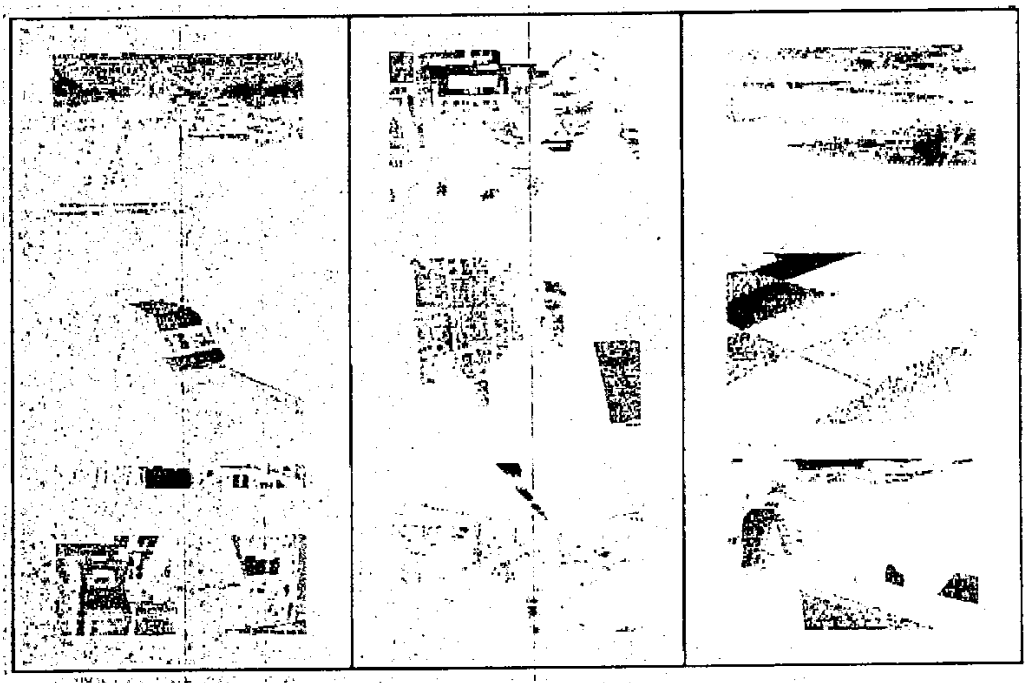
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no site da SUDENE, no endereço www.sudene.gov.br, e será submetida à ratificação pelo Conselho Deliberativo da Autarquia em sua próxima reunião ordinária.

Brasília, 10 de dezembro de 2010.

João Reis Santana Filho
Presidente do Conselho Deliberativo

Proposição 036/2010

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS

EXERCÍCIO DE 2011 – Primeiro Semestre

Banco do Nordeste



Presidente:

Jurandir Vieira Santiago

Diretores:

José Alan Teixeira da Rocha
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Wellington Santos Damasceno, em exercício

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Luísa Vaz



Equipe Técnica:
Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracy Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Artur Ícaro de Morais Pinho – Bolsista

Colaboradores:
Alan Coelho Silva
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
João Bosco Ximenes Carmo
Kennedy Montenegro Vasconcelos
Luísa Maria Tessman
Pedro Pucci de Mesquita
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Zidiê Batista de Medeiros
Roberto Alves Gomes – Contratado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....
1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....
2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE....
3. A EXECUÇÃO DO FNE .....
3.1 Contratações Setoriais .....
3.1.1 Setor Rural .....
3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) .....
3.1.2 Setor Agroindustrial.....
3.1.3 Setor Industrial .....
3.1.4 Setor Turismo.....
3.1.5 Setor Infraestrutura .....
3.1.6 Setor Comercial e Serviços .....
3.2 Valores Programados e Valores Realizados.....
3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE .....
3.3.1 Contratações por Estado.....
3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....
3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido .....
3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário.....
3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE .....
3.4 Repasses do FNE a Outras Instituições.....
3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE .....
3.5.1 Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades): .....
3.5.2 Prioridades Espaciais.....
3.6 O FNE no Contexto da PNDR.....
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....
4.1 Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo .....
4.1.1 Aspectos Gerais .....
4.1.2 Metodologia.....
4.2 Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).....

4.2.1 Aspectos Gerais .....
4.2.2 Metodologia .....
4.3 Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE e do BNB na geração de emprego no período de 2000 a 2008 .....
4.3.1 Aspectos Gerais .....
4.3.2 Aspectos Metodológicos .....
4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011 .....
4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto .....
4.4.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2011 .....
4.4.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE .....
4.4.2.2 Impactos das Atividades Selecionadas dos Estados .....
4.4.2.3 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para mini/pequenos e médios empreendimentos .....
5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL .....
5.1 Inadimplemento das Operações .....
5.2 Recuperação de Crédito .....
5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989 ..
6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS .....
6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2011 .....
6.2 Principais Ocorrências .....
REFERÊNCIAS .....
ANEXOS .....

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil .....
Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2011 .....
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2011 .....
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações (1) .....
Tabela 8 – FNE – Contratações (1) no Setor Rural – Primeiro Semestre de 201 .....
Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações (1) Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 10 – FNE – Contratações (1) no Pronaf – Primeiro Semestre de 2011 .
Tabela 11 – FNE – Contratações (1) no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Primeirc Semestre de 2011 .....
Tabela 13 – FNE – Contratações(1) no Setor Industrial– Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 14 – FNE – Setor Industrial – Contratações (1) Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 15 – FNE – Contratações (1) no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 16 – FNE – Setor Turismo – Contratações (1) Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 17 – FNE - Contratações (1) por Atividade no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 18 – FNE - Contratações(1) por Região no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 19 – FNE - Contratações(1) por Estado no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 20 – FNE - Contratações(1) por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2010 .....
Tabela 21 – FNE - Contratações(1) por Região nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 22 – FNE - Contratações(1) por Porte nos Setores Comercial e Serviç – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 23 – FNE - Contratações (1) por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010 .....
Tabela 24 - FNE - Contratações(1) Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 25 – FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2011 .....

Tabela 26 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 27 – FNE - Contratações[1] Estaduais e Setoriais – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 28 – FNE - Contratações[1] em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 29 – FNE - Contratações[1] em Relação à População Residente - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 30 – FNE - Contratações[1] em Relação ao PIB Rural dos Estados - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 31 – FNE - Contratações[1] em Relação ao PIB Industrial dos Estados Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 32 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Região - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 33 – FNE - Contratações[1] por Região - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 34 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Região (Exclui o Estado d Maranhão) - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 35 – FNE - Contratações[1] por Região (Exclui o Estado do Maranhão) Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 36 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 37 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 20 .....
Tabela 38 – FNE – Contratações[1] por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos - Primeiro Semestre 2011 .....
Tabela 40 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 41 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 42 – FNE – Contratações por Tipo de Município[1] – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações no Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações [1] por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência [1] – Posição: 30.06.2011 .....
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações[1] por Região – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações [1] por Porte e Seto do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores das Operações[1] – Posição: 30.06.2011 .....

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 53 – FNE – Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 54 – FNE – Projetos de Infraestrutura (Energias Renováveis e Telecomunicações) – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 55 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 56 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC – 1º Semestre de 2011 ..
Tabela 57 – FNE – Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocul e à avicultura – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 58 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados[1] em Fruticultura Irrigada[2] – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 59 – FNE - Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca – Semestre de 2011 .....
Tabela 60 – FNE – Projetos de produção de grãos – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 61 – FNE - Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 62 – FNE – Projetos da Indústria Química – Primeiro Semestre de 2(.....
Tabela 63 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Minerais não-metálicos – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 64 – FNE – Projetos relacionados ao Turismo – 1º Semestre de 201
Tabela 65 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestu e Acessórios – 1º Semestre de 2011 .....
Tabela 66 – FNE - Projetos Contratados[(1)] no Setor de Indústria Extrativa de Minerais - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 67 – FNE - Projetos de Serviços de Manutenção para Metal - Mecân .....
Tabela 68 – FNE - Projetos Contratados[(1)] por Região – Primeiro Semestre (2011 .....
Tabela 69 – FNE - Contratações[(1)] de Projetos Agroindustriais em Perímetro Irrigados[(2)] Públicos – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 70 – FNE - Projetos Contratados[(1)] na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 71 – FNE - Contratações[(1)] por Tipo de Município e Porte – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 72 – FNE - Contratações[(1)] por Tipo de Município e Setor – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 73 – FNE - Contratações[(1)] por Tipo de Município e Estado – Primeir Semestre de 2011 .....
Tabela 74 – FNE - Contratações[(1)] por Tipo de Município e Região – Primeir Semestre de 2011 .....
Tabela 75 – FNE - Projetos Contratados[1] nas Mesorregiões SPR[2] – 1º Semestre de 2011 .....
Tabela 76 – FNE – Contratações[(1)] em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2011 .....

Tabela 77 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 78 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 79 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 80 – FNE – Contratações[1] na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Municíp – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 81 – FNE – Contratações[1] na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 82 – FNE – Contratações[1] na RIDE Timon-Teresina - Por Município Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 83 – FNE – Contratações[1] na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 84 – Matriz do Vetor de variáveis para o cálculo da correlação .....
Tabela 85 - Faixas de classificação do porte das empresas, segundo a variá receita operacional bruta anual .....
Tabela 86 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeirc Semestre de 2011 .....
Tabela 87 - Impactos na Economia das Contratações do FNE em Atividades Selecionadas, por Estado¹ – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 88 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte Empreendimento (Micro, Mini e Pequeno) – Primeiro Semestre de 2011 .....
Tabela 89 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiário .....
Tabela 90 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor .....
Tabela 91 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação.
Tabela 92 – FNE – Recuperação de Dívidas[1] – Posição: 30.06.2011 .....
Tabela 93 – FNE - Liquidações pelo Equivalente Financeiro - Resolução 30/2010 do CONDEL .....

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2010 e 2011 .....
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano.....
Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R$ Mil).....
Gráfico 3 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos .....
Gráfico 4 – Agroamigo – Carteira Ativa (R$ Mil) .....
Gráfico 6 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Prime Semestre de 2011 .....

Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.....
Figura 2 - FNE - Valor Contratado por município - Primeiro Semestre de 201 .....
Figura 3 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.
Figura 4 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.....

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**, referente ao **Primeiro Semestre de 2011**. Além de informações sobre a execução do Fundo, foram incorporados no presente relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou de 1989 a junho de 2011, R$ 86,3 bilhões[1] com recursos do FNE. No primeiro semestre de 2011, foram contratados R$ 4,5 bilhões, representando 210.394 operações de crédito.

O presente relatório está dividido em seis capítulos. O **Sumário Executivo** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste** apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Em sequencia, o capítulo **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE**, faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, bem como da metodologia de três avaliações em curso, a saber: i) Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo; ii) Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); iii) Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE e BNB na geração de emprego no período de 2000 a 2008.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da inadimplência do FNE no período e o processo de recuperação de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do primeiro semestre de 2011, as principais ações e ocorrências.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do ETENE

[1] Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no primeiro semestre de 2011, alcançaram o montante de R$ 4,5 bilhões, representando 210.394 operações de crédito.

2. Em termos de demanda por recursos, no final do primeiro semestre de 2011, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R$ 4,9 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R$ 6,8 bilhões.

3. Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio rural absorveram R$ 1,7 bilhões ou 38,4% do total contratado pelo FNE no primeiro semestre de 2011, enquanto que o Comércio de Serviços contratou com R$ 1,1 bilhão (23,6% do total contratado) e o Setor Industrial foi contemplado com R$ 789,3 milhões (17,6% do total contratado). O Setor Infraestrutura obteve R$ 714,1 milhões (15,9% do total contratado), o Setor Agroindustrial recebeu R$ 103,0 milhões (2,3% do total contratado) e o Setor Turismo 96,6 milhões (2,2%).

4. As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R$ 1,9 bilhão, de modo que mais de 392 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no Primeiro Semestre de 2011.

5. Os mini, micro e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R$ 1,5 bilhão. Mais de 605 mil beneficiários do FNE, no primeiro semestre de 2011, pertenciam a essa categoria.

6. A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R$ 596,2 milhões. Os empréstimos do FNE beneficiaram mais de 580 mil pessoas pertencentes a esse Programa.

7. O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em 1.963 municípios, ou 98,7% do total pertencentes à área de atuação do FNE.

8. Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, afere-se que as contratações realizadas no primeiro semestre de 2011 pelo FNE geraram para a região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R$ 10,2 bilhões; valor adicionado estimado em R$ 5,7 bilhões; geração de 486 mil ocupações; pagamento de salários por volta de R$ 1,7 bilhão e geração de impostos estimada em R$ 1,4 bilhão. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km^2, o equivalente a 19,5% do território nacional. A Região possui uma expressiva área semiárida (Figura 1) com 986,9 mil km^2 que se estende do Piauí à Bahia. De acordo com os dados do Censo 2010, o Nordeste possui uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 27,8% da população brasileira. Registrou-se na última década uma taxa de crescimento populacional anual de 1,08%, na comparação com o Censo 2000, inferior ao da população brasileira que foi de 1,18%.

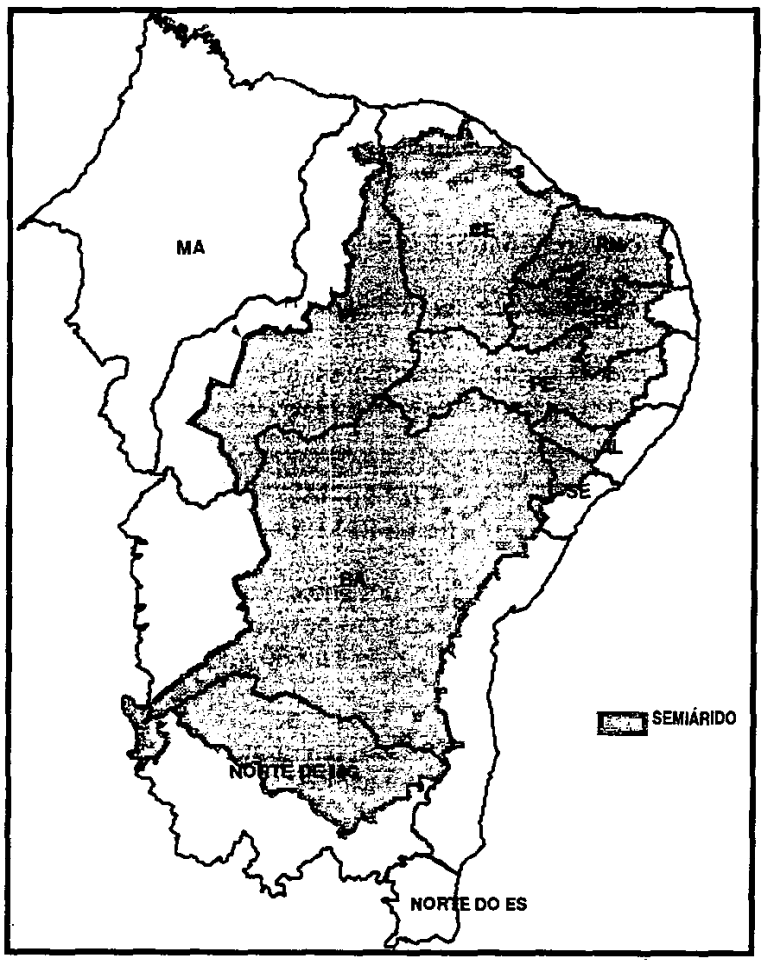


Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.
Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

A redução do crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da combinação da queda na taxa de fecundidade e da ampliação da expectativa de vida.

A taxa de fecundidade total no Nordeste caiu de uma média de 3,6 filhos por mulher, em 1992, para 2 filhos por mulher em 2009, segundo dados das PNADs de 1992 e 2009. Em 1970, essa média era de 5,8 filhos por mulher. Para o Brasil, atualmente essa taxa é de 1,8, ficando acima de dois filhos por mulher em todos os estados nordestinos, exceto na Bahia (1,87) e em Sergipe (1,84) que ficam abaixo desse patamar.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste (70,4 anos), embora tenha sido ampliada em 3,7 anos na última década, ainda está bem abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, a maior delas registrada na Região Sul: 75,2 anos. A taxa de mortalidade infantil está em 33,2 por mil, também a mais elevada do País. Em 1999, essa taxa era de 53 por mil nascidos vivos. A taxa bruta de mortalidade, por sua vez, frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, é de 6,56% (IBGE,1999, 2009).

Tem-se verificado também um processo de inversão do fluxo migratório da Região. Segundo dados da PNAD 2009, em comparação com 2001, houve uma redução de 37,4% no número de nordestinos residindo em outras regiões do Brasil, ao passo que ocorreu um aumento de 10,4% de residentes nordestinos provenientes de outras regiões brasileiras, notadamente nos Estados de Sergipe (36,8%) e Bahia (45,6%). Dados que corroboram a visão de que existe uma tendência à redução do histórico déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil. Tem-se observado, inclusive, aumento do número de emigrantes das regiões Sudeste e Sul com destino ao Nordeste, especialmente para o litoral e o cerrado.

A razão de dependência total do Nordeste, segundo dados da PNAD 2009, é de 52,7% enquanto a do Brasil é de 47,2%. Essa medida expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população (15 a 64 anos de idade) potencialmente ativa. Vê-se, portanto, que existem cerca de 53 inativos para cada 100 ativos no Nordeste, proporção abaixo da População em Idade Ativa (PIA), que é de 61%. Isso é um indicativo de que, com uma estrutura demográfica diferenciada, o Nordeste está alguns anos atrás do Brasil no que diz respeito à passagem do bônus demográfico, o que nos permite planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada. Em outros termos, existirá uma menor carga de dependência que se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de aumento da poupança doméstica e, portanto, crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho traduz-se em aceleração do crescimento econômico.

Essas mudanças no quadro demográfico nordestino evidenciam a necessidade de estratégias públicas adequadas à Região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a

investimentos em estradas, escolas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo superado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do País e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (ALBUQUERQUE, 2002).

Mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, em alguns anos, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superior à média brasileira, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste em 2009 (Tabela 1). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB - Nordeste e Brasil

Periodo	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	-0,1	-0,6
2010(1)	8,3	7,5
2011-2020(1)	5,3	4,9

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste.
Nota (1): Estimativas do BNB-ETENE: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2008, por sua vez, a

composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (67,3%), Indústria (24,1%) e Agropecuária (8,6%) (BRASIL, 2006; IBGE, 2010).

Em contrapartida, ocorreu um aumento na participação da indústria no PIB do Nordeste, com destaque para os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal mecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Atividades que praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX (ALBUQUERQUE, 2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, shopping centers e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (BRASIL, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e, principalmente, dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se. A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora essa Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de *softwares* e demais produtos de tecnologia da informação.

O Nordeste obteve relevantes melhorias em seus indicadores sociais entre 1960 e 2009. De acordo com os microdados da PNAD/IBGE (2009), a taxa de analfabetismo na região diminuiu de 59,3% para 19,4,% no período. A esperança de vida ao nascer do nordestino aumentou de 48 para 70,4 anos. É oportuno ressaltar que é, ainda, a região brasileira com o maior número de analfabetos, 52,2% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do

Brasil estão no Nordeste. A taxa de escolarização cresceu 22,5% na última década, mas a média de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 6,3. Outro aspecto importante a ser mencionado é que a Região registrou um aumento de 41% no PIB per capita, em termos reais, no período 1985-2008.

A mudança nesses indicadores sociais propiciou uma melhoria na principal medida de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de apenas 0,306 em 1970, classificado como baixo pelos parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas, passou para um nível intermediário de 0,749 em 2007 (BRASIL, 2009). No entanto, apesar do crescimento de 144,7% nesse indicador, os estados do Nordeste continuam com o IDH inferior aos demais estados do Brasil, apresentando as piores classificações no *ranking* nacional.

Os indicadores de saneamento básico também registraram avanços, tanto que o percentual de domicílios com canalização interna de água aumentou de 16,0%, em 1970, para 78,0% em 2008; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 41,0% para 75,4% no mesmo período. A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 2,0% dos domicílios, em 1970, para 55,0% em 2008 (PNAD 2008).

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza existente no Nordeste, a região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

3. A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no primeiro semestre de 2011, somaram R$ 4,5 bilhões, registrando um acréscimo de 9,5% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram contratados R$ 4,1 bilhões. Excluindo as contratações realizadas através do Pronaf, o total das contratações do FNE no período em análise foi de 3,9 bilhões (Tabela 2).

Observa-se que o Setor Rural cresceu 21,1%, em relação ao mesmo período de 2010, seguido do Setor Comércio e Serviços, que cresceu 19,3%, Turismo, 15,4% e Infraestrutura, 8,3%. Entretanto, os setores Agroindustrial e Industrial apresentaram decréscimo no volume de contratações entre o primeiro semestre de 2010 e o mesmo período de 2011, de 19,6% e 13,7%, respectivamente.

Assim, o BNB vem desempenhando um contínuo esforço na melhoria de seu desempenho operacional e o FNE constitui-se instrumento importante de suprimento de crédito ao setor produtivo, para minimizar os impactos negativos sobre o nível da atividade econômica e para encorajar os agentes produtivos no enfrentamento de situações econômicas adversas, sobretudo no Setor Rural.

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Setores e Programas	Contratações[1]				Valor das Propostas *em* Carteira[2]
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	**199.783**	**597.845**	**1.726.263**	**38,4**	**562.942**
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	6.193	17.096	1.108.545	24,7	381.913
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	2.864	8.592	53.510	1,2	5.091
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	173.479	520.437	327.669	7,3	21.294
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	950	2.850	2.900	0,1	46
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	-	-	-	-	9
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	16.173	48.519	212.124	4,7	30.934
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	112	319	20.080	0,5	93.609
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade	12	32	1.435	0,0	19.569

Ambiental					
FNE Profrota Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	2.679
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	7.798
AGROINDUSTRIAL	**116**	**116**	**103.000**	**2,3**	**227.598**
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	59	59	96.200	2,1	218.913
FNE Micro e Pequenas Empresas - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	57	57	6.800	0,2	8.685
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	-	-	-	-	-
INDUSTRIAL	**1.257**	**1.257**	**789.298**	**17,6**	**1.152.630**
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	263	263	688.231	15,3	993.051
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	2.068	0,1	100.348
FNE Micro e Pequenas Empresas - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	987	987	98.955	2,2	59.220
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	-
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	6	6	44	-	11
TURISMO	**127**	**127**	**96.619**	**2,2**	**311.479**
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	16	16	71.088	1,6	291.925
FNE Micro e Pequenas Empresas - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	110	110	25.527	0,6	19.554
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	1	1	4	-	-
INFRAESTRUTURA	**11**	**11**	**714.058**	**15,9**	**1.681.740**
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	10	10	664.787	14,8	456.701
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	49.271	1,1	1.225.039
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**9.100**	**9.100**	**1.061.745**	**23,6**	**1.008.444**
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	918	918	515.239	11,5	752.915
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	3.285	0,1	-

FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	2	2	456	0,0	355
FNE Micro e Pequenas Empresas - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	8.122	8.122	542.374	12,1	255.078
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	57	57	391	0,0	96
Total	210.394	608.456	4.490.983	100.0	4.944.833

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Os setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, cerca de R$ 1,8 bilhão, representando 40,7% do total contratado pelo FNE no período sob análise. O Setor Industrial realizou contratações de R$ 789,3 milhões, enquanto o Setor Turismo contratou R$ 96,6 milhões, ou 17,6% e 2,2% do total contratado através do FNE, respectivamente. No Setor Infraestrutura foram contratados R$ 714,1 milhões, equivalentes a 15,9% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no primeiro semestre de 2011 foi de R$ 1,1 bilhão ou 23,6% das contratações do FNE (Tabela 2).

Vale ressaltar que, do total de beneficiários do FNE no primeiro semestre de 2011 (608,5 mil), 98,3% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (597,8 mil), mantendo a importância verificada no mesmo período de 2010. No âmbito do FNE Rural, a quantidade de beneficiários pertencentes à categoria de mini, micro e pequenos produtores, 596,0 mil, representou 99,7% do número de beneficiários neste setor (Tabela 37).

O Setor Rural continuou sendo, no primeiro semestre de 2011, o setor com maior participação nas contratações do FNE, com valor contratado da ordem de R$ 1,7 bilhão, representando 38,4% das aplicações do Fundo. Observa-se um aumento de 3,6 pontos percentuais na participação do Setor que, no mesmo período de 2010, representava 34,8% do volume de financiamentos (Tabela 2).

Do montante financiado no Setor Rural, cerca de R$ 1,1 bilhão foi contratado no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (FNE RURAL), com participação de 64,2% nesse setor e 24,7% no FNE total, apresentando um acréscimo de 26,3% em relação ao mesmo período de 2010. No âmbito do PRONAF, foram contratados R$ 596,2 milhões, representando 34,5% das contratações do FNE no Setor Rural e 13,3% das contratações do FNE total, com acréscimo de 27,4% das suas contratações em relação ao mesmo período de 2010 (Tabelas 2 e 10).

As contratações no Setor Agroindustrial somaram R$ 103,0 milhões de recursos aplicados no primeiro semestre de 2011, representando 2,3% das contratações totais do FNE, com decréscimo de 19,6% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram contratados R$ 128,2 milhões.

Quanto aos setores Industrial e Turismo, neste relatório as análises foram realizadas de forma separadamente, diferente da abordagem constante dos relatórios anteriores, porém, seguindo a metodologia utilizada na Programação do FNE 2011.

As contratações do FNE no Setor Industrial somaram R$ 789,3 milhões, representando 17,6% do volume contratado do FNE, apresentando decréscimo de 13,7% em relação ao mesmo período de 2010. Merece destaque o Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste, que contratou R$ 688,2 milhões, representando 87,2% das aplicações do Setor Industrial e 15,3% do volume total aplicado pelo FNE.

O Setor de Turismo contratou volume de recursos de R$ 96,6 milhões, equivalentes a 2,2% do volume total contratado pelo FNE, resultando em incremento de 15,4% em relação ao primeiro semestre de 2010. O Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR) contratou R$ 71,1 milhões, representando 73,6% das contratações do setor e 1,6% das contratações do FNE no período sob análise.

Vale ressaltar que até 2010 os dois setores estavam sendo analisados de forma conjunta, sob a rubrica de Setor Industrial e Turismo. Considerando-se a análise conjunta, no primeiro semestre de 2011, o Setor Industrial e Turismo contratou R$ 885,9 milhões, ou 19,8% do total aplicado pelo FNE, apresentando redução de 11,3% em relação ao mesmo período de 2010.

As contratações em Infraestrutura, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) somaram R$ 664,8 milhões, representando 14,8% das aplicações do FNE. O volume total aplicado no Setor Infraestrutura, R$ 714,1 milhões, sendo R$ 99,5 milhões foram contratados em consonância com o Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89, ficou acima do valor aplicado no setor no mesmo período de 2010, R$ 659,4 milhões (8,3%).

Em relação ao Setor Comércio e Serviços, as contratações atingiram R$ 1,1 bilhão, totalizando 23,6% dos recursos aplicados pelo FNE e incremento de 19,3% em relação ao mesmo período de 2010. No âmbito do Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas, o Setor contratou R$ 542,4 milhões no primeiro semestre de 2011, muito acima do valor contratado no primeiro semestre de 2010, R$ 389,0 milhões (+ 39,4%), evidenciando apoio do BNB a esse segmento, em consonância às diretrizes do Governo Federal.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o primeiro semestre de 2011 apresentou importantes resultados, destacando-se os setores Rural, Turismo, Infraestrutura, além de Comércio e Serviços. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes que contribuíram para o desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço nas ações do BNB em aprimorar seu processo de crédito, dentre as quais se destacam: i) maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no

acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;

2. Forte presença do BNB como agente impulsionador do crescimento e desenvolvimento da Economia Regional, cumprindo seu papel de executor da política pública do Governo Federal. Isso se faz ainda mais evidente em períodos de retração econômica, complementando a atuação dos demais agentes;
3. O Pronaf continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no primeiro semestre de 2011; a ampliação das aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do primeiro semestre de 2011, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R$ 4,9 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 34,0% do Setor de Infraestrutura; 23,3% do Setor Industrial; 20,4% do Setor Comércio e Serviços; 11,4% do Setor Rural; 6,3% Setor Turismo; e 4,6% do Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R$ 4,9 bilhões refere-se tão somente às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2), demonstrando clara necessidade de ampliação dos recursos do Fundo.

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R$ 6,8 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções os seguintes estados por ordem decrescente: Ceará (R$ 2,0 bilhões), Pernambuco (R$ 1,5 bilhão), Bahia (R$ 1,4 bilhão), Piauí (R$ 419,6 milhões) e Rio Grande do Norte (R$ 392,2 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram, até 30.06.2011, volume de negócios prospectados de aproximadamente R$ 5,7 bilhões, representando 84,2% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Estados	Projetos em Negociação (1) (2)
Alagoas	33.615
Bahia	1.362.859
Ceará	1.981.680
Espírito Santo	4.467
Minas Gerais	206.902
Maranhão	207.791
Paraíba	312.552
Pernambuco	1.527.701
Piauí	419.569
Rio Grande do Norte	392.230

Sergipe	162.403
Extrarregionais	140.760
Total	6.752.529

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R$ 33,3 bilhões em 31.12.2010, para R$ 35,5 bilhões em 30.06.2011, apresentando crescimento nominal de 6,7%. Referido acréscimo líquido (R$ 2,2 bilhões) decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (R$ 2,6 bilhões) (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2011

Valores em R$ mil

(1) Até 31.12.2010	33.326.631
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	32.938.613
. Resultados Acumulados	388.018
(2) No 1º Semestre de 2011	2.223.125
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	2.625.616
. Resultado do Exercício	(401.825)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(666)
Patrimônio Liquido em 30.06.2011 (1) + (2)	35.549.756

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No primeiro semestre de 2011, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R$ 2,6 bilhões (Tabelas 4 e 5), representando acréscimo de 29,1% em relação ao mesmo período de 2010, cujos repasses totalizaram cerca de R$ 2,0 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que durante todos os meses do primeiro semestre os repasses mensais de recursos foram maiores em 2011, quando comparados com o ano de 2010. Esses recursos destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistemas de arrecadação tributária.

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	456.738	456.738
Fevereiro	492.028	948.766

Março	321.232	1.269.998
Abril	425.792	1.695.790
Maio	488.721	2.184.511
Junho	441.105	2.625.616

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

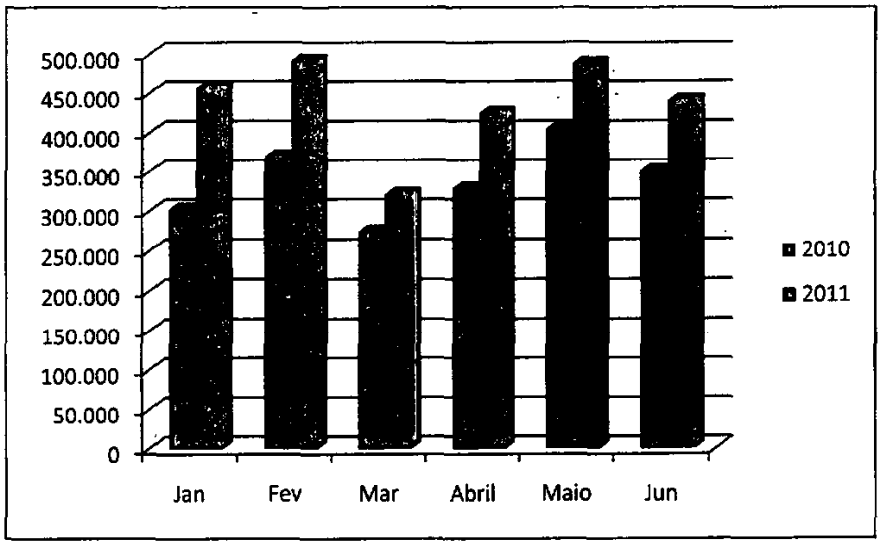


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2010 e 2011
Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R$ 2,5 bilhões no primeiro semestre de 2010, para R$ 3,1 bilhões em 2011, com incremento nominal de 19,9%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do primeiro semestre de 2011, de 15,2% em relação ao final do exercício de 2010. Mencionadas disponibilidades totalizaram R$ 4,2 bilhões ao final do primeiro semestre de 2011, dos quais R$ 2,8 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, e R$ 1,4 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2011

	Valores em R$ mil
Disponibilidades em 31.12.2010	3.653.134
Disponibilidades para Novas Contratações	1.896.520
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	1.756.614
Disponibilidades em 30.06.2011	4.208.851
Disponibilidades para Novas Contratações	1.428.096
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.780.755
Variação das Disponibilidades	555.717
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	2.625.616
- Remuneração das Disponibilidades	209.623

- Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	3.054.850
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	107.235
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	44.333
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	313
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	4.621
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	1.846
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	319
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	11.082
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	1.908
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasses Outras Instituições	(4.542.441)
- Taxa de Administração	(481.873)
- Del credere do BNB - Repasses Lei 7.827 Art. 9º A	(23.939)
- Del credere do BNB - Demais Operações	(372.210)
- Del credere Instituições Operadoras	(1.927)
- Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(38.879)
- Prêmio de Perfomance do BNB sobre operações PRONAF	(76)
- Despesa Auditoria Externa	(30)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(4)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(123)
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(3.576)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(405)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(7.490)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(8.074)
- Bônus Adimplência Ops. Repasses BNB - Art. 9º A Lei 7.827	(6.315)
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	(16.261)
- Outros Eventos	(2.406)
Total	555.717

3.1 Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no primeiro semestre de 2011, sofreram poucas alterações quando comparadas com o mesmo período de 2010. As variações mais significativas foram observadas no Setor Rural, que aumentou sua participação de 34,8%, no primeiro semestre de 2010, para 38,4% no mesmo período de 2011, e no Setor Industrial e Turismo, que reduziu sua participação de 24,3% para 19,8% nos mesmos períodos, respectivamente (Tabela 7).

O meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as contratações do setor continuaram se destacando no quadro de financiamentos no primeiro semestre de 2011, ficando 3,6 pontos percentuais acima da participação no mesmo período do ano anterior (Tabela 7).

Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações [1]

Em Porcentagem

Ano	Rural	Agroindustrial	Industrial Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	34,8	3,1	24,3	16,1	21,7	100,0
2011	38,4	2,3	19,8	15,9	23,6	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades.

Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, como estratégia não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume, na sua área, papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, refletindo-se em oportunidade para os agentes de negócios do meio rural.

Quanto ao Setor Industrial e Turismo, este teve sua menor participação nos últimos 06 anos, atingindo 19,8% no primeiro semestre de 2011, abaixo da representatividade no mesmo período do ano anterior, 24,3% (Tabela 7).

O Setor Agroindustrial continua ocupando a quinta posição nas contratações do FNE, tendo reduzido sua participação de 3,1% no primeiro semestre de 2010, para 2,3% no mesmo período de 2011 (Tabela 7).

3.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no primeiro semestre de 2011, totalizaram cerca de R$ 1,7 bilhão, representando 38,4% do volume de recursos contratados com recursos do FNE (Tabela 8), com incremento de 21,1% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 1,4 bilhão). A quantidade de beneficiários atingiu 597.845, equivalente a 98,3% dos beneficiários de recursos do FNE, mantendo a mesma proporção observada no mesmo período de 2010 (Tabela 37).

A esse respeito, considere-se a atenção do BNB quanto ao retorno das aplicações realizadas pelo Fundo, ao mesmo tempo em que o Banco vem adotando políticas de estímulo ao financiamento direcionadas para os agricultores familiares e aos mini e pequenos produtores rurais.

No que tange aos valores contratados por atividades no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R$ 816,2 milhões, respondendo por 47,3% das contratações do FNE Setor Rural e por 18,2% das aplicações do FNE. Observou-se aumento de 28,4% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram aportados R$ 635,5 milhões em valores nominais.

Na agricultura de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R$ 766,2 milhões, respondendo por 44,4% das contratações do setor e por 17,1% das contratações realizadas pelo Fundo, no primeiro semestre de 2011. O volume de recursos aplicados obteve incremento de 16,5% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 657,9 milhões).

Juntas, as atividades agropecuárias, excluindo-se a aquicultura e a pesca, responderam no primeiro semestre de 2011 por 91,7% dos recursos contratados no Setor Rural e por 35,2% das contratações totais do FNE. (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Contratações [1] no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	**816.162**	**47,3**	**18,2**
Bovinocultura	646.371	37,4	14,4
Avicultura	43.442	2,5	1,0
Ovinocaprinocultura	78.442	4,5	1,7
Suinocultura	31.655	1,8	0,7
Apicultura	4.901	0,3	0,1
Equinocultura	426	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	1.032	0,1	0,0
Outras Atividades [2]	9.893	0,6	0,2
AQUICULTURA E PESCA	**21.384**	**1,2**	**0,5**
Carcinicultura	10.925	0,6	0,2
Piscicultura	10.459	0,6	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	**523.344**	**30,3**	**11,7**
Grãos	255.091	14,8	5,7
Fibras e Têxteis	119.484	6,9	2,7
Fruticultura	77.429	4,5	1,7
Gramíneas	36.773	2,1	0,8
Raízes e Tubérculos	13.144	0,8	0,3
Bebidas e Fumos	19.154	1,1	0,4
Outras Atividades [3]	2.269	0,1	0,1
AGRICULTURA IRRIGADA	**242.882**	**14,1**	**5,4**
Fruticultura	101.640	5,9	2,3
Bebidas e Fumo	24.125	1,4	0,5
Gramíneas	59.119	3,4	1,3
Grãos	12.059	0,7	0,3
Fibras e Têxteis	8.633	0,5	0,2
Olericultura	13.880	0,8	0,3
Raízes e Tubérculos	19.701	1,1	0,4
Flores	60	-	0,0
Oleaginosas	899	0,1	0,0
Mudas e Sementes	2.074	0,1	0,0
Cactáceas	13	-	0,0
Outras Atividades [4]	679	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	**122.491**	**7,1**	**2,7**
Processamento e Benef Cana-de-Açúcar	15.845	0,9	0,4

Process.e Benef Castanha de Cajú	16	-	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	94	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	1.066	0,1	0,0
Extração Vegetal	4.010	0,2	0,1
Atividades não Agrícolas no Rural [5]	101.460	5,9	2,3
Total	1.726.263	100,0	38,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, à ecologia, silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e a pesca, cujas contratações no primeiro semestre de 2011 totalizaram R$ 21,4 milhões, responderam por 1,2% das contratações dirigidas ao Setor Rural e por 0,5% das contratações totais do Fundo. (Tabela 8).

O item denominado "outras atividades rurais" foram responsáveis por 7,1% das contratações do Setor Rural, o que representou aumento em relação ao mesmo período de 2010, quando essa participação foi de 6,4%. No que se refere à participação nas contratações totais do FNE, essas atividades apresentaram participação de 2,7% no primeiro semestre de 2011 (Tabela 8).

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de R$ 646,4 milhões, respondendo por 37,4% das contratações do Setor Rural e por 14,4% do FNE no período sob análise. Em relação ao mesmo período de 2010, a atividade apresentou incremento de 31,4%, quando contratou R$ 491,8 milhões.

Outras atividades financiadas foram a Ovinocaprinocultura (R$ 78,4 milhões), a Avicultura (R$ 43,4 milhões) e a Suinocultura (R$ 31,7 milhões), com participação de 4,5%, 2,5% e 1,8%, respectivamente, no Setor Rural (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos do Setor Rural no período foram grãos (15,5%), fruticultura (10,4%), fibras e têxteis (7,4%) e gramíneas (5,6%), com aplicações de R$ 267,2 milhões, R$ 179,1 milhões, R$ 128,1 milhões e R$ 95,9 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 87,5% das contratações na agricultura, no primeiro semestre de 2011 e 38,8% das contratações do Setor Rural (Tabela 8).

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro aumentou sua participação relativa de 28,8% (R$ 409,9 milhões), no primeiro semestre de 2010, para 30,3% no mesmo período de 2011, quando contratou R$ 523,3

milhões. As principais culturas apoiados foram grãos (14,8%), fibras e têxteis (6,9%), fruticultura (4,5%) e gramíneas (2,1%) (Tabela 8).

No caso da agricultura irrigada, no primeiro semestre de 2011, o segmento contratou R$ 242,9 milhões, ou 14,1% de representatividade no Setor Rural. As principais culturas apoiadas foram fruticultura (5,9%), gramíneas (3,4%) e bebidas e fumo (1,4%) (Tabela 8).

Quanto ao item "outras atividades rurais", observa-se que os volumes contratados no primeiro semestre de 2011 (R$ 122,5 milhões) sofreram incremento de 34,4% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 91,1 milhões). As atividades não agrícolas no Setor Rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, à ecologia, à silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do setor 5,9% de participação no primeiro semestre de 2011, com volume contratado de R$ 101,5 milhões, 26,5% superior ao mesmo período de 2010, que teve valor de R$ 80,2 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R$ 760,3 milhões no fim do primeiro semestre de 2011, contra R$ 639,9 milhões no primeiro semestre de 2010, representando incremento de 18,8% nas contratações. Registre-se, ainda, que do total de recursos contratados na região semiárida no primeiro semestre de 2011(R$ 1,9 bilhão), a participação do FNE Setor Rural foi de 40,6%. Enquanto isso, as contratações do FNE Setor Rural fora do semiárido, no primeiro semestre de 2011, foram da ordem de R$ 965,9 milhões, representando 36,9% das contratações dos recursos do FNE nessa região, as quais totalizaram R$ 2,6 bilhões (Tabelas 1.A e 2.A)

Os estados que apresentaram os melhores desempenhos em volume de recursos contratados no semiárido em 2011, no âmbito do FNE Setor Rural, foram a Bahia, com 27,9% do total aplicado nessa região, seguido de Ceará com 17,9%; Pernambuco, com 16,3%, e Minas Gerais, com 11,2% (Tabela 1.A).

O FNE Setor Rural destinou R$ 849,3 milhões aos mini, micro e pequenos produtores no primeiro semestre de 2011, representando 49,2% dos recursos desse setor, atendendo a 596.031 beneficiários ou 99,7% dos seus beneficiários. Aos médios produtores foram destinados R$ 179,0 milhões ou 10,4% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural, e aos grandes produtores foram destinados, aproximadamente, R$ 698,0 milhões, representando 40,4% dos recursos contratados (Tabelas 37 e 38).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, pois este é o setor que possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os demais setores atendidos pelo FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.947 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 97,9% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 9 e 40).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R$ 500,1 milhões); Maranhão (R$ 352,1 milhões); Ceará (R$ 170,7 milhões) e Pernambuco (R$ 149,1 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 67,9% do volume de recursos contratados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho foram Espírito Santo (R$ 27,2 milhões), Paraíba (R$ 46,7 milhões), Rio Grande do Norte (R$ 51,7 milhões); e Alagoas (R$ 51,8 milhões) (Tabela 9). O estado do Maranhão foi o que apresentou maior crescimento na contratação de recursos entre o primeiro semestre de 2010 e o mesmo período de 2011, 66,7%, enquanto o Rio Grande do Norte reduziu sua participação em 33,0% entre os dois períodos.

Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações [1] Estaduais – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	51.783	3,0
Bahia	500.090	29,0
Ceará	170.720	9,9
Espírito Santo	27.234	1,6
Maranhão	352.103	20,4
Minas Gerais	145.391	8,4
Paraíba	46.678	2,7
Pernambuco	149.099	8,6
Piauí	133.471	7,7
Rio Grande do Norte	51.680	3,0
Sergipe	98.014	5,7
Total	1.726.263	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, e em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF representa a culminância de

um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, passando a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O PRONAF tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o PRONAF é um programa em permanente construção. Assim, desde sua criação, o Programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do PRONAF na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)

ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R$ 6,0 mil. Os créditos atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo "B" são permitidos quando estes participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou explorarem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Agricultores Familiares (Comum) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) acima de R$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Custeio – Limites e Taxas

Faixa I	Até R$ 5.000,00 juros de 1,5% ao ano
Faixa II	Mais de R$ 5.000,00 até R$ 10.000,00, juros de 3% ao ano
Faixa III	Mais de R$ 10.000,00 até R$ 20.000,00, juros de 4,5% ao ano
Faixa IV	Mais de R$ 20.000,00 até R$ 40.000,00, juros de 5,5% ao ano

Investimento – Limites e Taxas

Faixa I	Até R$ 7.000,00, juros de 1% ao ano
Faixa II	Mais de R$ 7.000,00 até R$ 18.000,00 juros, de 2% ao ano
Faixa III	Mais de R$ 18.000,00 até R$ 28.000,00 juros, de 4% ao ano
Faixa IV	Mais de R$ 28.000,00 até R$ 36.000,00 juros, de 5% ao ano

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (PRONAF Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito para Cotas-partes de Agricultores Familiares Cooperativados (PRONAF Cota-Parte) – Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 70,0% de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares enquadrados no PRONAF e que, no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enquadrados no PRONAF. Financia a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção e aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.[2]

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

[2] o BNB não operacionaliza essa linha.

Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no PRONAF, para o financiamento das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo e para fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar é proveniente dessas atividades.

É importante observar que as regras para o PRONAF são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2011/2012 disponibilizou R$ 16,0 bilhões, valor 666% maior do que os R$ 2,4 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2002/2003. No Plano Safra 2010/2011, foi criado o seguro de clima para operações de investimento, no âmbito do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

As contratações realizadas pelo BNB no PRONAF, por intermédio dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2011, totalizaram R$ 596,2 milhões. Foram beneficiadas 580.398 pessoas no primeiro semestre de 2011, representando 95,4% do total de beneficiários do FNE e 97,1% do Setor Rural. Considera-se como beneficiário do PRONAF o agricultor tomador do

empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no PRONAF totalizou 13,3% dos recursos investidos pelo FNE (R$ 4,5 bilhões) no primeiro semestre de 2011 (Tabela 2, 10 e 37). Em relação ao mesmo período de 2010, as contratações do PRONAF pelo FNE tiveram incremento de 27,4% nos valores contratados.

Tabela 10 – FNE – Contratações [1] no Pronaf – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Grupo	Nº de Operações	%	Valor	%
PRONAF-Grupo A	2.864	1,5	53.510	9,0
PRONAF-Grupo B	173.479	89,7	327.669	55,0
PRONAF-Grupo C	950	0,5	2.900	0,5
PRONAF-Grupo D	-	-	-	-
PRONAF-Grupo E	-	-	-	-
PRONAF-Grupo A/C	1.060	0,6	3.825	0,6
PRONAF-Semiárido	1.370	0,7	11.838	2,0
PRONAF-Floresta	48	0,0	674	0,1
PRONAF-Mulher	206	0,1	2.065	0,4
PRONAF-Jovem	29	0,0	246	0,0
PRONAF-Agroecologia	-	-	-	-
PRONAF-Agroindústria	4	-	39	0,0
PRONAF/Estiagem 2010	904	0,5	1.739	0,3
PRONAF-Mais Alimentos	6.152	3,2	136.138	22,8
PRONAF-Mais Alimentos Revitaliza	37	0,0	807	0,1
PRONAF-Eco	67	0,0	1.128	0,2
PRONAF-Comum	6.296	3,3	53.625	9,0
Total	193.466	100,0	596.203	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao volume de recursos contratado nos grupos do PRONAF, observa-se que o Grupo B tem a maior participação (55,0%), contratando R$ 327,7 milhões e beneficiando 520.437 pessoas.

Os grupos A e Pronaf-Comum contrataram, em cada grupo, aproximadamente, 9,0% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF. O Grupo A, que beneficiou 8.592 pessoas, é destinado aos agricultores

assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. No Grupo Agricultores Familiares (Comum), dirigido aos agricultores cuja renda familiar nos últimos 12 meses anteriores à contratação foi de até R$ 110 mil, apresentou 18.888 beneficiários.

Os três grupos acima referidos receberam 72,9% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Destaquem-se, ainda, as contratações no PRONAF - Mais Alimentos, para o qual o FNE contratou recursos da ordem de R$ 136,1 milhões e beneficiou, aproximadamente, 18.456 pessoas, e o PRONAF Semiárido, que absorveu R$ 11,8 milhões (Tabela 2 e 10).

No primeiro semestre de 2011, o Banco aplicou R$ 415,3 milhões, correspondentes a 15,8% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R$ 2,6 bilhões) em cumprimento ao Art. 7° da Lei n° 9.126/95, que estabelece a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades[3].

No primeiro semestre de 2011, o BNB implementou diversas ações objetivando o aperfeiçoamento operacional do Pronaf e a ampliação do atendimento de clientes, dentre as quais se destacam:

- Criação do prêmio BNB Agricultura Familiar com o objetivo de reconhecer os produtores de sucesso financiados pelo PRONAF;
- Realização, em todos os estados atendidos pelo Banco, de encontros para planejamento com os Gerentes de Negócios do PRONAF;
- Implantação de curso para Gerentes de Negócios PRONAF;
- Elaboração e divulgação do Guia de Gestão das Carteiras do PRONAF e Mini e Pequeno Produtor Rural - 2011;
- Elaboração do Caderno de Indicadores Técnicos para uso pelas agências e parceiros do Programa com o objetivo de disciplinar o processo de elaboração de projetos no âmbito do PRONAF, promovendo maior qualidade e agilidade no atendimento do financiamento ao agricultor familiar;
- Elaboração de treinamento sobre Análise de Indicadores Técnicos para Gerentes de Negócios PRONAF com o objetivo de conferir maior tempestividade no recebimento das propostas;
- Implantação do Analisador do PRONAF que consiste em ferramenta informatizada para análise das propostas;

[3] Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

- ⇨ Incentivo à bancarização dos Agricultores Familiares e Mini e Pequenos Produtores Rurais, proporcionando a abertura de contas e fornecimento de cartão para esse público;
- ⇨ Implementação de convênio com o Governo do Estado do Ceará para operacionalização de recursos do Fundo do Desenvolvimento da agricultura Familiar (FEDAF) com o objetivo de financiar atividades agropecuárias estratégicas para a agricultura familiar.

Agroamigo

Em 2004, o Banco do Nordeste iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), através de um projeto-piloto em duas agências, com dois assessores em cada uma.

A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o Agroamigo foi ampliado para todas as agências do Banco do Nordeste, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo "B", utilizando metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;
- Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Esse assessor deverá ter suas origens na área de sua atuação; conhecer as potencialidades econômicas locais; ser comprometido com o desenvolvimento local; inspirar confiança na comunidade; ter formação de técnico agrícola ou área afim.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF mediante a concessão de

microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Agroamigo estava presente, em jun/2011, em 159 agências, assistindo 1.945 municípios por intermédio de 647 assessores de microcrédito, todos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do programa.

No primeiro semestre de 2011, foram contratadas 173.292 operações, totalizando R$ 327,3 milhões (Gráficos 2 e 3). Desde o início da operacionalização do Agroamigo, em 2005, até junho de 2011, foram contratadas 1.321.020 operações, no montante de R$ 2,0 bilhões.

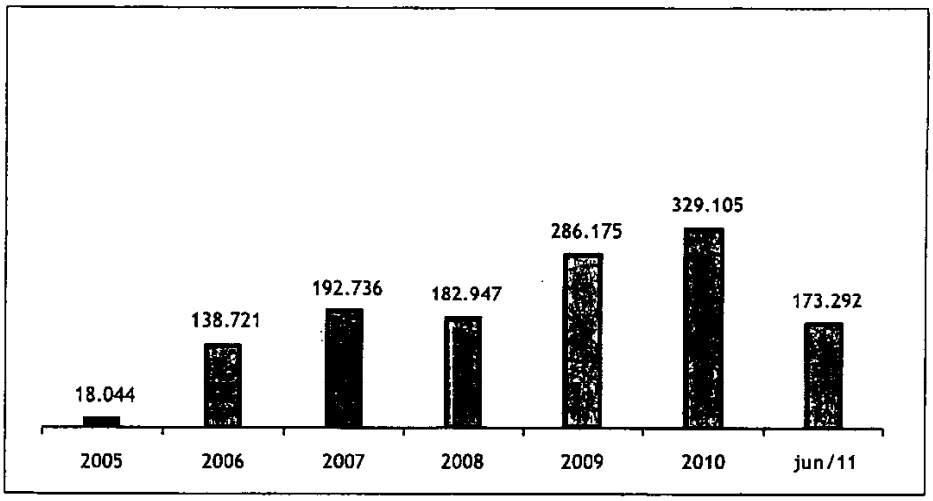


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

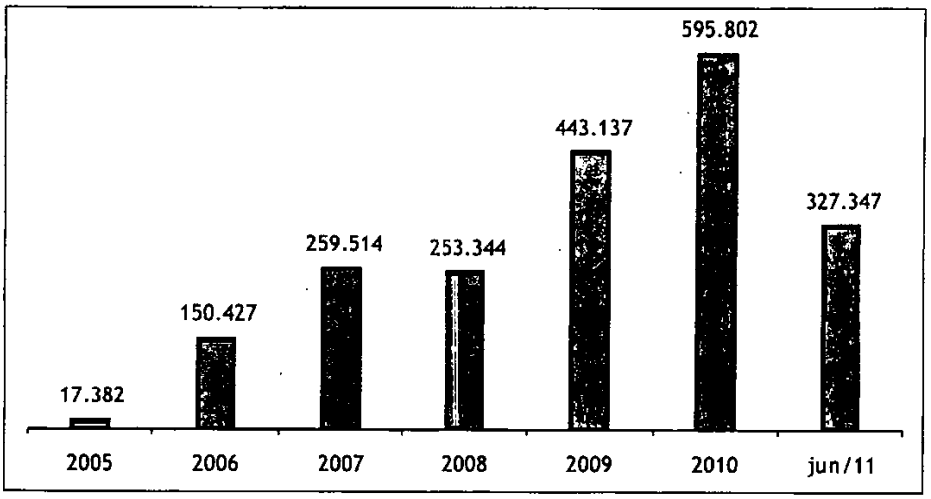


Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R$ Mil)
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

O Agroamigo contava assim, no Primeiro Semestre de 2011, com 699.501 clientes ativos, com uma carteira ativa de R$ 923,4 milhões (Gráficos 4 e 5).

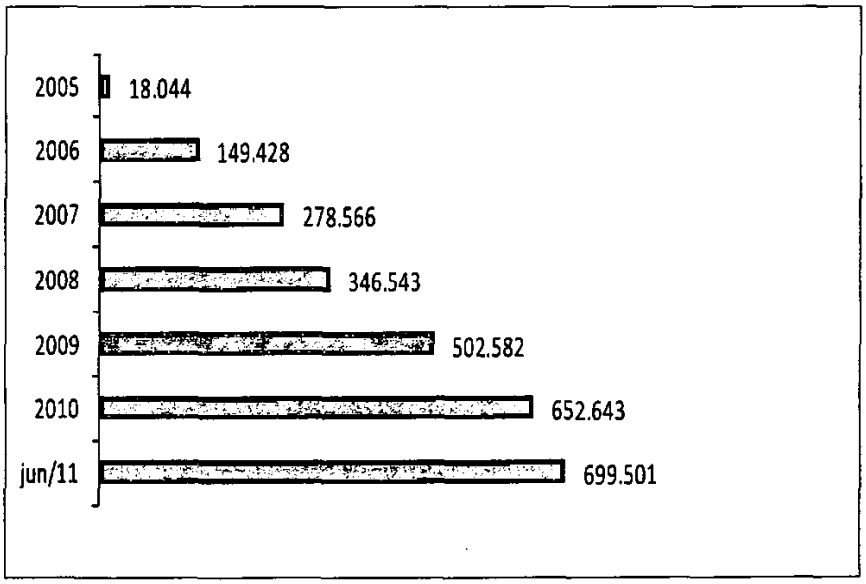


Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

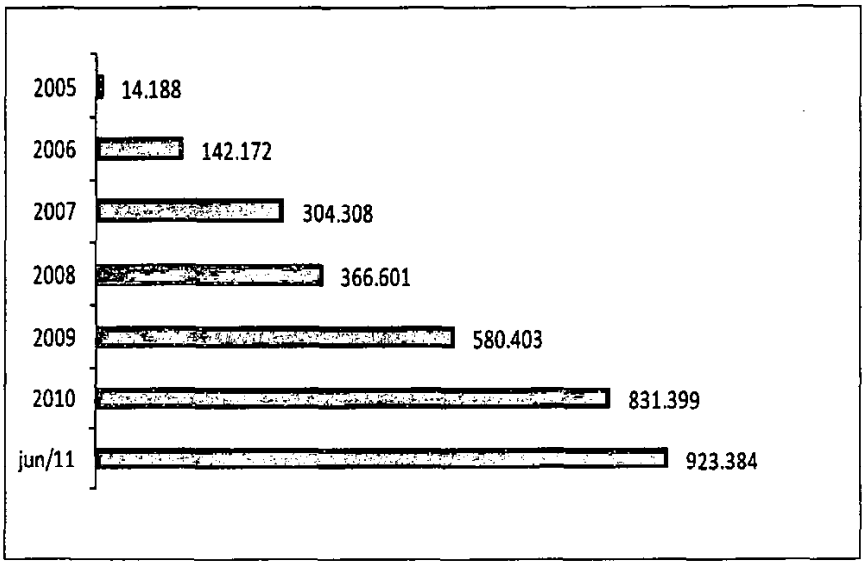


Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R$ Mil)
Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

Destacam-se, abaixo, as principais ações no âmbito do Agroamigo, o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, no primeiro semestre de 2011, visando ao seu aperfeiçoamento administrativo e ao fortalecimento de sua imagem institucional:

- Aprimoramento da análise de crédito, considerada a dimensão familiar dos clientes;
- Aprimoramento do modelo de gerenciamento financeiro e orçamentário;
- Aprimoramento do modelo de monitoração presencial nas Unidades, visando promover a conformidade dos processos nas Unidades;
- Consolidação das equipes das Gerências Estaduais do Agroamigo;
- Consolidação das ferramentas de controle gerencial e avaliação de desempenho;
- Disponibilização de cursos da Comunidade Virtual de Aprendizagem para os colaboradores do Instituto Nordeste Cidadania (INEC);
- Disponibilização do Relatório Anual 2010, para público interno e externo (Internet);
- Divulgação interna do Guia de Gerenciamento do Agroamigo;
- Elaboração de spots (chamadas de rádio) para utilização nos municípios e comunidades, com as seguintes temáticas: convocação para a renovação dos financiamentos e regularização de dívidas;
- Envio das informações do programa ao *Microcredit Summit Campaign*;
- Implantação de política para promoções e eventos locais;
- Inclusão, na metodologia, da fase de validação técnica das propostas de crédito por parte da equipe de assessores nas Unidades, para posterior repasse às agências;
- Instituição da ferramenta de Categorização de Carteiras, para avaliação de desempenho dos assessores de microcrédito rural;
- Instituição de campanhas de incentivo e recompensas aos assessores: "Comemorando Resultados", "Campanha Programa de Ação", "Campanha Assessor de Sucesso" e "Campanha Recuperagro";
- Instituição de novo modelo de capacitação para os assessores de microcrédito rural;
- Nova participação no Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito;
- Realização de aplicação de pesquisa de satisfação com clientes do programa, em parceria com o Ambiente de Marketing,com resultados satisfatórios;
- Realização de visita técnica a GTZ, Alemanha, para intercâmbio com outras práticas de microfinanças;
- Realização dos "Cafés com o Agroamigo" nos municípios;
- Recebimento de mais 100 motos do MDA, pelo INEC, para operacionalização do Programa; e
- Reforço da sistemática de visitas às Unidades e parceiros locais por parte das Gerências Estaduais do Agroamigo.

O Agroamigo foi recentemente reconhecido e premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como prática inovadora na gestão pública brasileira, obtendo o 2º lugar dentre 117 experiências nacionais.

Apesar dos avanços em relação ao PRONAF, o grande obstáculo a ser vencido é a criação de condições para que os agricultores familiares possam ampliar suas rendas, aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos, além do acesso a novas tecnologias de produção. Ademais, há de se considerar as diferentes capacidades dos agricultores para apropriação dos meios de produção e de seu desenvolvimento. O público do PRONAF caracteriza-se pela diversidade, na medida em que coexistem, sob a mesma política, agricultores integrados ao mercado e aqueles cuja condição de agricultor somente pode ser exercida com a permissão dos patrões.

3.1.2 Setor Agroindustrial

De acordo com a programação do FNE de 2011, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem por objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financiar a implantação, a expansão, a modernização, a reforma e a relocalização de empreendimentos agroindustriais. Vale ressaltar que não apenas o FNE Agroindustrial, mas também alguns outros setores do FNE contam com o apoio do programa FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento às MPE'S, que visa fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do primeiro semestre de 2011, R$ 103,0 milhões, o que representou 2,3% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 11). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no mesmo período de 2010, no valor de R$ 128,2 milhões, observa-se uma redução de 19,6% entre os dois períodos.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a indústria de laticínios foi responsável pelo maior volume de recursos, tendo sido contratados, nesta atividade, R$ 30,6 milhões, representando 29,6% das contratações no Setor. Juntamente com as atividades de processamento e beneficiamento de cana de açúcar (R$ 22,5 milhões), processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R$ 18,2 milhões) e processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais (R$ 17,8 milhões), esses quatro segmentos foram responsáveis por 86,4% das contratações do Setor (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE – Contratações [1] no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	8.640	8,4	0,2
Laticínios	30.554	29,6	0,7
Process. Benef. Óleos e Gosduras Vegetais e Animais	17.820	17,3	0,4
Benef. Fibras	59	0,1	-
Proces.Benef.Castanha de Caju	23	0,0	-
Process. Benef. Cana de Açucar	22.471	21,8	0,5
Ind.Prod.Alimenticios	279	0,3	-
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Acool	780	0,8	-
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	18.214	17,7	0,4
Outras Atividades [2]	4.160	4,0	0,1
Total	103.000	100,0	2,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, industria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raizes e tuberculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R$ 17,0 milhões, representando cerca de 16,5% das contratações realizadas por esse segmento e 0,9% do total contratado na região semiárida. As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 83,5% do valor contratado pelo Setor Agroindustrial (R$ 86,0 milhões) e 3,3% do total contratado pelo FNE fora do semiárido, no primeiro semestre de 2011 (Tabelas 1.A e 2.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 116 empreendimentos, sendo 59 de mini, micro e pequeno portes (50,9%), 34 de médio porte (29,3%) e 23 agroindústrias de grande porte (19,8%) (Tabela 37).

Em relação ao porte dos beneficiários, o Setor Agroindustrial destinou R$ 6,9 milhões para mini e pequenos empreendimentos, perfazendo 6,7% do total das contratações do Setor, no primeiro semestre de 2011. Os empreendimentos de médio porte obtiveram R$ 11,9 milhões, correspondendo a 11,5% das contratações. Para os grandes empreendimentos foram destinados R$ 84,3 milhões, totalizando 81,8% das contratações do Setor (Tabela 38).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 35 municípios, que representam 1,8% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 40). O estado de Sergipe foi responsável por mais da metade

do volume de recursos contratados, com R$ 54,8 milhões, o que representa 53,3% do total de recursos destinados ao Setor, sendo seguido por Maranhão, R$ 19,4 milhões (18,8%), Bahia com R$ 8,0 milhões (7,8%) e Ceará, R$ 8,0 milhões (7,7%), neste Primeiro Semestre de 2011 (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações[1] Estaduais – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	928	0,9
Bahia	8.037	7,8
Ceará	7.955	7,7
Espírito Santo	5.000	4,9
Maranhão	19.366	18,8
Minas Gerais	103	0,1
Paraíba	2.874	2,8
Pernambuco	838	0,8
Piauí	840	0,8
Rio Grande do Norte	2.210	2,1
Sergipe	54.849	53,3
Total	103.000	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O estado do Maranhão foi o que apresentou maior incremento no volume de recursos, tendo contratado R$ 213 mil no primeiro semestre de 2010, frente a R$ 19,4 milhões no mesmo período de 2011.

3.1.3 Setor Industrial

O FNE Setor Industrial é composto pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e a inserção internacional (BNB, 2011).

Vale ressaltar que também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO), Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA) e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI). O FNE EI foi lançado em 2011 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos Empreendedores Individuais (EIs), contribuindo para o fortalecimento e

aumento da competitividade do segmento, financiando aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e construção/reforma de instalações físicas, destinados à atividade dos beneficiários.

No período referente ao primeiro semestre de 2011, o FNE Setor Industrial contratou cerca de R$ 789,3 milhões, correspondendo a 17,6% das contratações totais do FNE no período (Tabela 13), representando redução no volume de aplicações de 13,7% em relação ao mesmo período de 2010.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se totalizando R$ 648,0 milhões, ou seja, participação de 82,1% nas contratações do Setor e de 14,4% no total contratado no âmbito do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de minerais não metálicos (R$ 435,0 milhões), seguida da metal-mecânica (R$ 107,2 milhões).

Tabela 13 – FNE – Contratações[1] no Setor Industrial– Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	**129.940**	**16,5**	**2,9**
Calçados	31.940	4,1	0,7
Produtos Alimentícios	38.896	4,9	0,9
Têxteis	7.307	0,9	0,2
Gráfica	20.195	2,6	0,4
Cosméticos	3.513	0,5	0,1
Celulose e Papel	1.588	0,2	0,0
Bebidas	7.131	0,9	0,2
Eletro-eletrônica	2.242	0,3	0,1
Vestuários e Acessórios	15.340	1,9	0,3
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agricolas	160	0,0	-
Outras Atividades [2]	1.628	0,2	0,0
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	**647.952**	**82,1**	**14,4**
Indústria Siderúrgica	-	-	-
Produtos Químicos	8.321	1,0	0,2
Produtos Plásticos	23.233	2,9	0,5
Tintas, Vernizes e Esmaltes	3.130	0,4	0,1
Minerais não Metálicos (Incluis Extr. Min. Não Metal.)	435.000	55,1	9,7
Metal-mecânica	107.151	13,6	2,4
Madeira, exceto Mobiliário	2.759	0,3	0,1
Extração de Minerais Metálicos	8.684	1,1	0,2
Produtos de Borracha	544	0,1	0,0
Resinas e Elastrômeros	17.028	2,2	0,4
Outras Atividades [3]	42.102	5,3	0,9
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	**9.338**	**1,2**	**0,2**
Mobiliário	9.338	1,2	0,2
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	**2.068**	**0,2**	**0,1**

	Total	789.298	100,0	17,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O segmento de bens de consumo não duráveis obteve participação de 16,5% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R$ 129,9 milhões no primeiro semestre de 2011, ou seja, 2,9% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a de produtos alimentícios (R$ 38,9 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R$ 9,3 milhões no primeiro semestre de 2011, o que corresponde a 1,2% do total contratado no Setor Industrial e 0,2% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 13). O Setor Mobiliário, assim como ocorreu no mesmo período de 2010, contratou a totalidade desses recursos (Tabela 13).

A região semiárida foi beneficiada com R$ 539,9 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no primeiro semestre de 2011, correspondendo a 68,4% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 28,8% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por cerca de R$ 249,4 milhões, o que representa 31,6% do total contratado nesse Setor e 9,5% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

O FNE beneficiou 1.257 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no primeiro semestre de 2011. Em relação ao porte dos empreendimentos, 79,3% dos beneficiários no Setor situaram-se nas categorias micro, mini e pequeno portes, enquanto que 15,4% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 5,3% destinaram-se aos beneficiários de grande porte (Tabela 37).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 61,1% dos recursos do Setor (R$ 482,1 milhões); a de médio porte respondeu por 26,0% das contratações (R$ 205,5 milhões); e a categoria de micro, mini e pequeno beneficiários foi responsável por 12,9% das contratações do Setor (R$ 101,8 milhões), conforme Tabela 38.

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 1.106 municípios no primeiro semestre de 2011, o que representa 55,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). Os estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Maranhão receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 85,6% das contratações do FNE no Setor Industrial (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE – Setor Industrial – Contratações [1] Estaduais – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	10.602	1,3
Bahia	148.230	18,8
Ceará	113.154	14,3
Espírito Santo	1.786	0,2
Maranhão	111.828	14,2
Minas Gerais	4.533	0,6
Paraíba	19.333	2,4
Pernambuco	54.365	6,9
Piauí	6.419	0,8
Rio Grande do Norte	302.667	38,3
Sergipe	16.381	2,1
Total	789.298	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O incremento no segmento do FNE Setor Industrial mostra-se favorável para o segundo semestre de 2011, tendo em vista que o valor das propostas em carteira totalizou R$ 1,2 bilhão, no fim do primeiro semestre desse mesmo ano (Tabela 2).

3.1.4 Setor Turismo

O Setor Turismo contratou R$ 96,6 milhões no período em análise, representando 2,2% das contratações totais do FNE no período (Tabela 15). Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu 15,4% em relação ao primeiro semestre de 2010, quando foram contratados R$ 83,7 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 87,0% dos recursos desse Setor (R$ 84,0 milhões), e essa relevante participação pode ser atribuída à característica de capital intensivo da atividade (Tabela 15). Até o fim do primeiro semestre de 2011, foram realizadas 127 operações no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 37).

O Setor Turismo é composto pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE PROATUR), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em bases sustentáveis (BNB, 2011). Além do FNE PROATUR, o Setor Turismo conta, ainda, com o programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI) (Tabela 2).

Tabela 15 – FNE – Contratações [1] no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	**96.619**	**100,0**	**2,2**
Hospedagem	84.035	87,0	1,9
Transportes	5.910	6,1	0,1
Alimentação	883	0,9	0,0
Entreterimento	5.362	5,6	0,1
Outras Atividades [2]	429	0,4	0,0
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	-	-	-
Total	96.619	100,0	2,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
Nota: (2) Artesanato e Transporte Turístico.

A região semiárida foi beneficiada com R$ 49,7 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo no primeiro semestre de 2011, correspondendo a 51,4% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 2,7% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R$ 46,9 milhões, o que representa 48,6% do total contratado nesse Setor e 1,8% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 88,2% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias micro, mini e pequeno porte, enquanto que 10,2% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 1,6% destinaram-se aos beneficiários de grande porte (Tabela 37).

Quanto ao volume de recursos, nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 17,7% dos recursos do Setor (R$ 17,1 milhões); a de médio porte respondeu por 55,8% das contratações (R$ 53,9 milhões); e a categoria de micro, mini e pequeno beneficiários foi responsável por 26,5% das contratações do Setor (R$ 25,6 milhões), conforme Tabela 38.

O FNE Setor Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 83 municípios em 2011, o que representa 4,2% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). Os estados de Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Bahia receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 78,7% das contratações do FNE no Setor (Tabela 16).

Tabela 16 – FNE – Setor Turismo – Contratações [1] Estaduais – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Valor	%
Alagoas	13.274	13,7
Bahia	11.231	11,6
Ceará	8.556	8,9
Espírito Santo	988	1,0
Maranhão	11.473	11,9
Minas Gerais	359	0,4
Paraíba	563	0,6
Pernambuco	40.120	41,5
Piauí	6.203	6,4
Rio Grande do Norte	2.741	2,8
Sergipe	1.111	1,2
Total	96.619	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O incremento no segmento do FNE Setor Turismo mostra-se favorável para o segundo semestre de 2011, tendo em vista que o valor das propostas em carteira totalizou R$ 311,5 milhões, no fim do primeiro semestre desse mesmo ano (Tabela 2).

3.1.5 Setor Infraestrutura

Base de sustentação para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que esse desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Assim sendo, tal Setor passa a desempenhar um papel essencial na busca do acesso a serviços básicos e melhorias no bem-estar da população.

Deve-se observar que a infraestrutura física, em nível regional, desempenha papel fundamental e integrador nas economias, oferecendo suporte às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições necessárias para a implementação das políticas públicas sociais, criando um ambiente favorável à expansão dos negócios.

A infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação ainda precária em

termos de infraestrutura. Essas condições podem limitar o crescimento da Região e impedir avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que os projetos de infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, dependem do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, quanto a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra), financia a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, distribuição de energia elétrica, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações e exploração de gás natural.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou mais de R$ 714,1[4] milhões no primeiro semestre de 2011, o que correspondeu a 15,9% do total contratado pelo FNE. Em relação ao primeiro semestre de 2010, houve um acréscimo de 8,3% ante os R$ 659,5 milhões contratados no mesmo período do ano anterior. Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido setor.

No primeiro semestre de 2011, as contratações atenderam a demanda de três atividades: Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água (R$ 490,8 milhões), representando 68,7% das contratações do Setor; Infraestrutura para Engenharia Elétrica e Telecomunicações (R$ 145,0 milhões), ou seja, 20,3% do Setor; e Transporte Ferroviário (R$ 78,3 milhões), com 11,0% (Tabela 17).

Tabela 17 – FNE - Contratações[(1)] por Atividade no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água (*)	490.760	68,7	10,9
Infraestr. p/ Eng. Elétrica e Telecomunicações	144.979	20,3	3,2
Transporte Ferroviário	78.319	11,0	1,7
Total	714.058	100,0	15,9

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

[4] Incluídos os valores aplicados pelo FNE com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89.

* Essa atividade se refere somente a Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

No que tange à distribuição dos recursos por região climática, R$ 110,0 milhões (15,4%) do valor contratado nesse setor foram destinados à região semiárida, enquanto R$ 604,0 milhões (84,6%) foram regiões fora do Semiárido (Tabela 18). Essa diferença na participação intrarregional pode ser explicada pelas características do próprio Setor, que em poucos projetos, dependendo dos valores financiados e dos municípios demandantes (Tabela 40-A), pode modificar a configuração dos números, pois a destinação dos recursos depende de bons projetos estruturantes, sejam no semiárido ou fora dele.

Tabela 18 – FNE - Contratações(1) por Região no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Região	Valor	% Setor
Semiárida	110.018	15,4
Fora do Semiárido	604.040	84,6
Total	714.058	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição dos recursos por estado, na área de atuação do FNE, seis foram beneficiados. Destacam-se, no primeiro semestre de 2011, o estado do Ceará, com a aplicação de 52,3% dos recursos (R$ 373,2 milhões), Pernambuco (15,8%) e Piauí (9,8%), conforme Tabela 19. Nesse mesmo período, em 2010, foram três os estados beneficiados com recursos para o Setor.

Tabela 19 – FNE - Contratações(1) por Estado no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Estado	Valor	%
Bahia	47.995	6,7
Ceará	373.234	52,3
Maranhão	60.743	8,5
Pernambuco	112.815	15,8
Piauí	70.000	9,8
Rio Grande do Norte	49.271	6,9
Total	714.058	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os recursos foram destinados a oito municípios, representando 0,4% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). No primeiro semestre de 2010, quatro municípios foram beneficiados. Dentre os municípios financiados no primeiro semestre de 2011, destacam-se São Gonçalo do Amarante-CE, com R$ 250,0 milhões (35,0%), Recife-PE, com R$ 112,8 milhões (15,8%), e Ribeiro Gonçalves-PI com R$ 70,0 milhões (9,8%), conforme a Tabela 40-A. Os efeitos, porém, desses financiamentos, tendem a beneficiar o tecido econômico e social regional.

3.1.6 Setor Comercial e Serviços

O FNE Setor Comercial e Serviços contratou no primeiro semestre de 2011 cerca de R$ 1,1 bilhão, representando 23,6% do total do FNE (Tabela 20). Em relação ao número de operações, observa-se, no período em questão, a contratação de 9.100 operações no setor (Tabela 23). Ressalta-se que o limite de financiamento de 10,0% dirigidos ao referido setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20,0% podendo chegar a 30,0%, desde que autorizado pelo conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do setor, as atividades ligadas ao Setor Comercial obtiveram a significativa participação de 55,3% (R$ 587,5 milhões), enquanto o segmento de Serviços obteve 44,7%, com R$ 474,2 milhões dos valores contratados. Observa-se incremento de 36,0% e 8,5% no Setor de Serviços e Comércio, respectivamente, das aplicações em relação ao mesmo período de 2010.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram saúde (R$ 108,2 milhões), edifícios e obras de engenharia civil (R$ 73,3 milhões) e transporte rodoviário (R$ 65,8 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 42,6% dos recursos do setor, totalizando R$ 452,1 milhões (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE - Contratações[1] por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2010

Valores em R$ Mil

Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	**587.521**	**55,3**	**13,1**
Comércio Varejista	452.092	42,6	10,1
Comércio Atacadista	111.489	10,5	2,5
Alimentação	12.129	1,1	0,3
Intermediários do Comércio	1.107	0,1	-

Outros	10.704	1,0	0,2
SERVIÇOS	**474.224**	**44,7**	**10,5**
Imobiliárias e Aluguéis	23.871	2,2	0,5
Saúde	108.189	10,2	2,4
Serv. Auxiliar à Indústria	521	0,0	-
Telecomunicações	1.494	0,1	-
Educação	27.151	2,6	0,6
Transporte Rodoviário	65.792	6,2	1,5
Reparação e conservação	11.755	1,1	0,3
Serviços Pessoais	7.042	0,7	0,2
Edificios e Obras de Eng.Civil	73.312	6,9	1,6
Entretenimento e Lazer	2.162	0,2	-
Informática	4.985	0,5	0,1
Aluguel Máq. e Equipamento	29.964	2,8	0,7
Ativ. Aux. Transportes	35.597	3,4	0,8
Serv. Aux. Adm.Empresas	5.955	0,6	0,1
Outros	76.434	7,2	1,7
Total	1.061.745	100,0	23,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R$ 397,0 milhões dos recursos do FNE Setor Comercial e Serviços no primeiro semestre de 2011, correspondendo a 37,4% dos valores contratados pelo setor (Tabela 21).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as Capitais são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e que as mesmas se situam fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Tabela 21 – FNE - Contratações(1) por Região nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Região	Quantidade	%	Valor	%
Semiárido	4.846	53,3	396.984	37,4
Fora do Semiárido	4.254	46,7	664.761	62,6
Total	9.100	100,0	1.061.745	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 22), o FNE Setor Comercial e Serviços destinou 25,5% das contratações, ou seja, R$ 271,2 milhões, para empreendimentos de grande porte. Os médios empreendimentos ficaram com 23,0% (R$ 243,7 milhões), enquanto os mini, micro e pequenos empreendimentos obtiveram 51,5% (R$ 546,8 milhões). Esse movimento sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado pelos mini/micro/pequenos empreendimentos, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Tabela 22 – FNE - Contratações[1] por Porte nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Porte	Quantidade	%	Valor	%
Mini/Micro/Pequeno	8.185	89,9	546.787	51,5
Médio	753	8,3	243.745	23,0
Grande	162	1,8	271.213	25,5
Total	9.100	100,0	1.061.745	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comercial e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Bahia, com 21,0% (R$ 223,1 milhões), Ceará, 20,7% (R$ 220,2 milhões), Pernambuco, 13,2% (R$ 140,6 milhões) e Maranhão, 12,6% (R$ 134,2 milhões). Juntos, estes estados participaram com 67,5% do total dos valores contratados (Tabela 23).

Tabela 23 – FNE - Contratações[1] por Estado nos Setores Comercial e Serviços - Exercício de 2010

Valores em R$ Mil

Estado	Quantidade	%	Valor	%
Alagoas	253	2,8	57.416	5,4
Bahia	1.599	17,6	223.080	21,0
Ceará	1.646	18,1	220.195	20,7
Espírito Santo	65	0,7	15.868	1,5
Maranhão	783	8,6	134.189	12,6
Minas Gerais	548	6,0	33.451	3,2
Paraíba	650	7,1	43.418	4,1
Pernambuco	1.366	15,0	140.551	13,2
Piauí	687	7,5	86.644	8,2

Rio Grande do Norte	870	9,6	61.178	5,8
Sergipe	633	7,0	45.755	4,3
Total	9.100	100,0	1.061.745	100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que três estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao mesmo período de 2010; Alagoas (287,7%), Piauí (89,0%) e Bahia (62,4%). Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio/Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 200 municípios, representando 10,1% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40).

3.2 Valores Programados e Valores Realizados

Nesse primeiro semestre de 2011, a distribuição percentual dos recursos do FNE contratados nos Setores/Programas de Indústria, Turismo e Infraestrutura e de Comércio e Serviços atenderam quase exatamente à distribuição percentual programada para o exercício de 2011. Com relação aos Setores/Programas Rural e Agroindustrial as contratações realizadas ultrapassaram em 6,6 pontos percentuais à programação e as contratações realizadas em Programas Multissetoriais ficaram 9,3 pontos percentuais abaixo da programação para o mesmo exercício de 2011, conforme apresenta a Tabela 24.

Tabela 24 - FNE - Contratações[1] Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Setor/Programa	Programado (%)	Realizado Valor	Realizado %
Rural e Agroindustrial [2]	33,9	1.821.028	40,5
Indústria, Turismo e Infraestrutura [2]	29,6	1.424.106	31,7
Comércio e Serviços [2]	10,9	515.239	11,5
Programas Multissetoriais [3]	25,6	730.610	16,3
Total	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive os Programas Multisetoriais (PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde, MPE's e FNE-Pró-Recuperação Ambiental). (3) PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde, MPE's e FNE-Pró-Recuperação Ambiental (Rural, Industrial e Comércio e Serviços).

Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, é importante ressaltar que o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, de acordo com a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, parágrafo 3º, do Art. 43. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores demandados para esse segmento são crescentes, tendo em vista a

estrutura econômica regional, caracterizando-se por ser potencialmente gerador de empregos.

No que se refere ao total de recursos, está programada, para 2011, a aplicação de R$ 10,6 bilhões. Nesse primeiro semestre, 42,4% dessa meta foi cumprida. Para o segundo semestre de 2011, há uma expectativa de aumento no volume de aplicações, devido aos esforços das unidades operadoras do BNB em estimular a demanda por investimentos no setor produtivo, à luz das políticas e programas dos governos municipais e estaduais, e da programação elaborada para o exercício, visando ao cumprimento integral da meta programada.

3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2011 totalizaram quase R$ 4,5 bilhões, representando um acréscimo em torno de 9,5% em relação ao valor de R$ 4,1 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2010. Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R$ 938,7 milhões), Ceará (R$ 893,8 milhões), Maranhão (R$ 689,7 milhões), Pernambuco (R$ 497,8 milhões) e Rio Grande do Norte (R$ 469,7 milhões). Apesar da variação positiva no valor total das contratações em relação ao primeiro semestre de 2010, sete estados apresentaram redução nesses valores, no primeiro semestre de 2011, quando comparados com os valores do primeiro semestre de 2010. No entanto, quando se analisa o volume de propostas em carteira, observa-se significativa tendência de incremento das contratações para o segundo semestre de 2011 (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Contratações (1)	%	Propostas em Carteira (2)	Demanda Total	%
Alagoas	134.003	3,0	77.802	211.805	2,2
Bahia	938.663	20,9	1.478.434	2.417.097	25,6
Ceará	893.814	19,9	1.235.455	2.129.269	22,6
Espírito Santo	50.876	1,1	25.173	76.049	0,8
Maranhão	689.702	15,4	293.750	983.452	10,4
Minas Gerais	183.837	4,1	67.850	251.687	2,7
Paraíba	112.866	2,5	197.940	310.806	3,3
Pernambuco	497.788	11,1	662.329	1.160.117	12,3
Piauí	303.577	6,8	336.293	639.870	6,8
Rio Grande do Norte	469.747	10,5	391.133	860.880	9,1
Sergipe	216.110	4,8	178.674	394.784	4,2

Total	4.490.983	100.0	4.944.833	9.435.816	100.0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R$ 4,9 bilhões no final do primeiro semestre de 2011, e com relação ao primeiro semestre de 2010, apresentaram crescimento de 20,4%. Os maiores volumes em carteira ficaram com os estados da Bahia (R$ 1,5 bilhão), Ceará (R$ 1,2 bilhão), Pernambuco (R$ 662,3 milhões) e Rio Grande do Norte (R$ 391,1 milhões), conforme Tabela 25.

A demanda total de recursos pelos estados no primeiro semestre de 2011 (R$ 9,4 bilhões) apresentou acréscimo de 14,9% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2010 (R$ 8,2 bilhões). Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão apresentaram as maiores demandas por Estado e juntos esses três estados resumem 70,9% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 25.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2011, verifica-se que quatro unidades federativas não atingiram o piso mínimo, estabelecido internamente, de 4,5% do total de contratações do Fundo: Espírito Santo (0,8%), Alagoas (3,0%), Minas Gerais (4,1%), Paraíba (2,5%) e Sergipe (4,2%), o que poderá ser revertido até o fim do exercício de 2011. No que tange ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 25).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2011, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R$ 21,9 bilhões), Ceará (R$ 14,2 bilhões), Pernambuco (R$ 11,0 bilhões) e Maranhão (R$ 9,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,2% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Milhões

Estado	Valor [2]	%
Alagoas	4.273.605	5,0
Bahia	21.885.062	25,3
Ceará	14.220.344	16,5
Espírito Santo	889.063	1,0
Maranhão	9.242.480	10,7
Minas Gerais	4.269.453	5,0
Paraíba	4.900.938	5,7
Pernambuco	10.995.599	12,7
Piauí	5.647.620	6,5
Rio Grande do Norte	5.818.177	6,7
Sergipe	4.191.970	4,9
Total	86.334.312	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

As contratações para o Setor Rural totalizaram R$ 1,7 bilhão no primeiro semestre de 2011, representando crescimento de 21,1% em relação ao mesmo período de 2010 (R$ 1,4 bilhão). Nesse setor, os estados que mais receberam recursos foram Bahia (R$ 500,1 milhões), Maranhão (R$ 352,1 milhões) e Ceará (R$ 170,7 milhões). Os valores contratados nesses três estados significam 59,3% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia, nesse primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

As contratações no FNE Setor Rural, referentes ao primeiro semestre de 2011, quando comparadas com o mesmo período de 2010, apresentaram variações negativas apenas nos estados do Piauí (-7,6%) e do Rio Grande do Norte (-33,0%). As maiores variações positivas ocorreram nos estados do Maranhão (66,7%), Paraíba (35,4%), Espírito Santo (33,5%) e Bahia (32,3%), conforme se observa na Tabela 27.

Tabela 27 – FNE - Contratações[1] Estaduais e Setoriais – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Rural	Agroin-dustrial	Industrial	Turismo	Infraes-trutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	51.783	928	10.602	13.274	-	57.416	134.003
Bahia	500.090	8.037	148.230	11.231	47.995	223.080	938.663
Ceará	170.720	7.955	113.154	8.556	373.234	220.195	893.814
Espírito Santo	27.234	5.000	1.786	988	-	15.868	50.876
Maranhão	352.103	19.366	111.828	11.473	60.743	134.189	689.702
Minas Gerais	145.391	103	4.533	359	-	33.451	183.837
Paraíba	46.678	2.874	19.333	563	-	43.418	112.866
Pernambuco	149.099	838	54.365	40.120	112.815	140.551	497.788
Piauí	133.471	840	6.419	6.203	70.000	86.644	303.577
Rio Grande do Norte	51.680	2.210	302.667	2.741	49.271	61.178	469.747
Sergipe	98.014	54.849	16.381	1.111	-	45.755	216.110
Total	1.726.263	103.000	789.298	96.619	714.058	1.061.745	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento Agroindustrial, o total contratado alcançou, no primeiro semestre de 2011, R$ 103,0 milhões, representando redução de 19,6% sobre o primeiro semestre de 2010. Dos onze estados da área de atuação do Banco, sete estados apresentaram variação negativa nas contratações do Setor Agroindustrial quando se compara o primeiro semestre de 2011 com o mesmo período de 2010. A variação positiva foi decorrente do incremento, no Estado do Maranhão, de mais de 90,0 vezes seu volume de recursos contratados no Setor, e no Ceará, da ordem de 177,1% (Tabela 27). Tal crescimento se deve a operações de grande porte realizadas no Maranhão, em Porto Franco, na atividade de processamento e beneficiamento de óleos vegetais de soja e no Ceará em operações de processamento e beneficiamento de frutas para fabricação de sucos, no município de Jaguaribe. Essas operações foram responsáveis por 23,2% do total contratado nesse segmento, no primeiro semestre de 2011[5].

Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações, no setor Agroindustrial, no primeiro semestre de 2011, estão nos estados de Sergipe (R$ 54,8 milhões), Maranhão (R$ 19,4 milhões), e Bahia e Ceará, em torno de 8,0 milhões cada, conforme a Tabela 27.

No Setor da Indústria as operações totalizaram R$ 789,3 milhões. Ressalte-se o bom desempenho do Rio Grande do Norte cujas contratações atingiram R$ 302,7 milhões, e dos estados de Bahia, Ceará e Maranhão que contrataram em média R$ 124,4 milhões, no primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

[5] Base do Ativo do BNB.

No Setor do Turismo as operações totalizaram R$ 96,6 milhões, destacando-se os estados de Pernambuco (R$ 40,1 milhões), Alagoas (R$13,3 milhões), Bahia e Maranhão, ambos com aproximadamente R$ 11,0 milhões em contratos nesse setor, no primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

O Setor de Infraestrutura contratou R$ 714,1 milhões no primeiro semestre de 2011, com aumento de 8,3%, na comparação com o primeiro semestre de 2010. Do total de recursos contratados nesse Setor, aproximadamente 52,3% se destinaram ao Estado do Ceará. Além deste Estado, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia realizaram contratações no primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

O Setor Comércio e Serviços elevou em 19,3% o valor contratado no primeiro semestre de 2011 (R$ 1,1 bilhão), comparado com o mesmo período de 2010 (R$ 890,1 milhões). Seis estados elevaram o valor de suas contratações nesse setor (Tabela 27). As maiores expansões ocorreram nos estados de Alagoas (287,7%), Piauí (89,0%) e Bahia (62,4%).

Quanto ao montante de contratações, no primeiro semestre de 2011, os maiores destaques foram Bahia (R$ 938,7 milhões), Ceará (R$ 893,8 milhões), Maranhão (R$ 689,7milhões), Pernambuco (497,8 milhões) e Rio Grande do Norte (R$ 469,7 milhões), por ordem decrescente de valores contratados (Tabela 27).

O número de beneficiários do FNE totalizou 608,5 mil no primeiro semestre de 2011, registrando ampliação de 14,6% em relação ao número de beneficiários no primeiro semestre de 2010. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (122,5 mil), seguido do Ceará (85,3 mil), Pernambuco (77,7 mil) e Maranhão (65,6 mil). Os demais estados apresentaram número de beneficiários entre 59,8 mil e 28,8 mil, destoando desses parâmetros apenas o Estado do Espírito Santo que apresentou 717 beneficiários (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE - Contratações[1] em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2011

Estado	Contratações (R$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R$/Benef.	Ordem
Alagoas	134.003	37.364	3.586,42	9
Bahia	938.663	122.459	7.665,12	1
Ceará	893.814	85.263	10.483,02	2
Espírito Santo	50.876	717	70.956,76	11
Maranhão	689.702	65.554	10.521,13	3
Minas Gerais	183.837	59.790	3.074,71	8
Paraíba	112.866	43.338	2.604,32	10
Pernambuco	497.788	77.732	6.403,90	4
Piauí	303.577	52.774	5.752,40	6
Rio Grande do Norte	469.747	34.672	13.548,31	5
Sergipe	216.110	28.793	7.505,64	7

Total	4.490.983	608.456	7.380,95

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2011 foi de R$ 7.380,95, valor 4,5% inferior ao valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2010, que foi de R$ 7.726,92. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no Estado do Espírito Santo (R$ 70.956,76) cujo valor diverge, inclusive, da média das três maiores relações contratação/beneficiário, apresentada pelos estados do Rio Grande do Norte, Maranhão e Ceará que ficou em torno de R$ 11.517,49. As menores relações valor contratado por beneficiário apresentaram-se nos estados de Paraíba (R$ 2.604,32), Minas Gerais (R$ 3.074,71) e Alagoas (R$ 3.586,42), conforme a Tabela 28.

Bahia, o estado mais populoso da região Nordeste, foi o que mais contratou recursos do FNE no primeiro semestre de 2011. Pernambuco, o segundo estado em número de habitantes, foi o quarto colocado em valor contratado e o Ceará o terceiro mais populoso do Nordeste ficou em segundo lugar entre os estados do Nordeste em relação ao total de recursos contratados no primeiro semestre de 2011 (Tabela 29).

Considerando-se toda a área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R$ 79,20 por habitante, superior aos R$ 71,67 por habitante, no mesmo período de 2010. O Rio Grande do Norte apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R$ 148,27/habitante, seguido pelos estados do Ceará (R$105,80/habitante), Maranhão (R$104,98/habitante) e Sergipe (R$ 104,50/habitante) (Tabela 29).

Tabela 29 – FNE - Contratações[1] em Relação à População Residente - Primeiro Semestre de 2011

Estado	Valor Contratado (R$ mil)	População *(mil hab.)*	Valor Contratado/População R$/Hab.	Ordem
Alagoas	134.003	3.121	42,94	10
Bahia	938.663	14.021	66,94	6
Ceará	893.814	8.448	105,80	2
Espírito Santo	50.876	807	63,01	8
Maranhão	689.702	6.570	104,98	3
Minas Gerais	183.837	2.817	65,26	7
Paraíba	112.866	3.767	29,96	11
Pernambuco	497.788	8.796	56,59	9
Piauí	303.577	3.119	97,33	5
Rio Grande do Norte	469.747	3.168	148,27	1
Sergipe	216.110	2.068	104,50	4
Total	4.490.983	56.703	79,20	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Contagem da População 2007.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, as Tabelas 30 e 31 apresentam a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE-Setor Rural representou aproximadamente 4,3% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do Banco. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Sergipe e Piauí, em torno de 9,3% e 7,1%, respectivamente. Nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pernambuco a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou entre 4,8% e 4,0%; e nos estados de Alagoas e Paraíba em torno de 3,0%. Apenas no Estado do Espírito Santo essa relação se apresenta distante desses parâmetros, em torno de 1,2% (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE - Contratações[1] em Relação ao PIB Rural dos Estados - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)*	A / B (%)
Alagoas	51.783	1.590.695	3,3
Bahia	500.090	10.393.127	4,8
Ceará	170.720	4.301.676	4,0
Espírito Santo (*)	27.234	2.281.591	1,2
Maranhão	352.103	8.879.793	4,0
Minas Gerais (**)	145.391	3.459.242	4,2
Paraíba	46.678	1.628.889	2,9
Pernambuco	149.099	3.738.447	4,0
Piauí	133.471	1.884.851	7,1
Rio Grande do Norte	51.680	1.179.973	4,4
Sergipe	98.014	1.050.726	9,3
Total	1.726.263	40.389.010	4,3

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2008.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) O PIB Rural do norte do Espírito Santo foi estimado em 2,8% do PIB Total do Estado. (3) O PIB Rural do norte de Minas Gerais foi estimado em 1,1% do PIB Total do Estado.

(*): Valores de 2008 corrigidos para junho de 2011 pelo IGP - DI médio desse ano.

No setor secundário, a importância relativa do Fundo foi de 0,7% na Indústria e de 0,1% no Turismo, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados de Rio Grande do Norte (4,6%), Maranhão (1,7%) e Ceará (0,8%) no Setor Industrial (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE - Contratações[1] em Relação ao PIB Industrial dos Estados - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (B)	PIB Setor Secundário (C)*	A / C (%)	B / C (%)
Alagoas	10.602	13.274	4.671.272	0,2	0,3
Bahia	148.230	11.231	34.134.239	0,4	0,0
Ceará	113.154	8.557	14.390.552	0,8	0,1
Espírito Santo [2]	1.785	988	3.055.793	0,1	0,0
Maranhão	111.828	11.473	6.748.711	1,7	0,2
Minas Gerais [3]	4.532	359	10.662.192	0,0	0,0
Paraíba	19.333	563	5.724.463	0,3	0,0
Pernambuco	54.366	40.119	15.148.880	0,4	0,3
Piauí	6.420	6.203	2.798.980	0,2	0,2
Rio Grande do Norte	302.667	2.741	6.577.661	4,6	0,0
Sergipe	16.381	1.111	6.712.916	0,2	0,0
Total	789.298	96.619	110.625.658	0,7	0,1

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2008.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) O PIB Industrial do Norte do Espírito Santo foi estimado em 3,8% do PIB Total do Estado. (3) O PIB Industrial do Norte de Minas Gerais foi estimado em 3,3% do PIB Total do Estado.
(*): Valores de 2008 corrigidos para junho de 2011 pelo IGP-DI médio desse ano.

3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, é que o FNE alocou R$ 35,1 bilhões para esse espaço no período 1989 ao primeiro semestre de 2011. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R$ 51,3 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 32).

Tabela 32 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Região - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Região	Valor	%
Semiárido	35.066.419	40,6
Fora do Semiárido	51.267.893	59,4
Total	86.334.312	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

No primeiro semestre de 2011, o FNE aplicou R$ 1,9 bilhão na região do semiárido nordestino, ou seja, 41,7% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 392 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 64,5% do total de beneficiários do Fundo, no período sob análise (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE - Contratações[1] por Região - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	392.194	64,5	1.873.891	41,7
Fora do Semiárido	216.261	35,5	2.617.092	58,3
Total	608.455	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se o crescimento dos valores aplicados no semiárido em relação aos ingressos dos recursos. Assim, em 2010, as contratações no semiárido ultrapassaram em 11,9% os ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração (R$ 4,6 bilhões de contratações no semiárido e R$ 4,1 bilhões de ingresso de recursos). Referida relação é de 98,6% quando se considera o período de 1989 ao primeiro semestre de 2011 (R$ 35,1 bilhões de contratações no semiárido e R$ 35,5 bilhões de ingressos de recursos) e representa um significativo trabalho de estímulo ao financiamento de empreendimentos na região do semiárido nordestino, uma vez que no período de 1989 ao primeiro semestre de 2010, essa relação era de 86,9%.

Considerando-se apenas o primeiro semestre de 2011, essa relação é de 71,4% (R$ 1.873.891 mil de contratações no semiárido e R$ 2.625.616 mil de ingressos de recursos), de acordo com as Tabelas 5 e 33.

Esse resultado vem refletir o esforço do BNB no cumprimento do que preceitua a legislação do FNE, no que se refere à participação de 50% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da região Nordeste, o FNE "inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados..." (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25%, enquanto para aqueles das demais regiões esse bônus é de 15% (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

O estabelecimento desse limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte do Espírito Santo. É importante lembrar que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do Estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido e o financiamento de empreendimentos nessas localidades torna mais difícil o alcance do limite mínimo de aplicações no semiárido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo é importante ressaltar que o maior montante de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos na região semiárida, uma vez que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido resultaria em aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando, assim, a alocação de recursos na Região Nordeste como um todo e, consequentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, deve-se considerar as peculiaridades dos estados da região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. O Maranhão, apesar de não apresentar escassez de chuvas, de registrar significativos índices de crescimento econômico e de assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste registra, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam: a) municípios com menores índices de IDH do Nordeste; b) municípios com menor renda familiar do Nordeste; c) municípios com níveis de alfabetização mais baixos do País, o que se reflete no grau de qualificação profissional dos trabalhadores (UNICEF/IBGE, 1994); e d) o estado figura na última posição do *ranking* nacional de PIB e de renda *per capita*, referente ao ano de 2004.

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

As questões acima suscitam uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia local menos dinâmica, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os como localizados ou não no semiárido. Outros aspectos igualmente importantes deveriam ser considerados na identificação dos estados que requerem maior incentivo e, consequentemente, maior aporte de recursos do Fundo, como, por exemplo, os seguintes indicadores: PIB *per capita*, renda *per capita*, IDH, fornecimento de serviços básicos, alfabetização, mortalidade infantil e pobreza, dentre outros.

Como forma de exemplificar que esses aspectos podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre essas regiões geográficas, dificultando o cumprimento da legislação sobre a alocação de metade dos recursos no semiárido apresentam-se, nas Tabelas 34 e 35 os valores totais contratados dentro e fora do semiárido, subtraindo-se as contratações do Estado do Maranhão. Assim, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2011, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 40,6 para 45,5% portanto 4,9 pontos percentuais a mais, aproximando-se do que preceitua a legislação do FNE.

Tabela 34 – FNE - Contratações(1) Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Região	Valor (2)	%
Semiárido	35.066.419	45,5
Fora do Semiárido	42.025.413	54,5
Total	77.091.832	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

Considerando, ainda, a exclusão das contratações realizadas no Maranhão no primeiro semestre de 2011 (R$ 689,7 milhões), a participação percentual do semiárido, neste período, eleva-se de 42,1% para 49,3%, ficando muito próximo do limite mínimo de aplicação de recursos no semiárido requerido pela legislação do Fundo (Tabelas 33 e 35).

Tabela 35 – FNE - Contratações[1] por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	392.194	72,2	1.873.891	49,3
Fora do Semiárido	150.708	27,8	1.927.390	50,7
Total	542.902	100,0	3.801.281	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

Apesar das questões acima colocadas, o Banco do Nordeste tem adotado ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Ao longo dos últimos vinte anos, o Banco vem envidando esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando uma maior captação de recursos por essa sub-região. O próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2011, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50% (R$ 5,3 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2011 (R$ 10,6 bilhões).

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina e, nas mesorregiões de Águas Emendadas, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Bico do Papagaio, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% sobre os encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncoras e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão socioeconômica de mini e pequenos produtores.

Ressalte-se que todo o direcionamento estratégico do Banco se dá no sentido de envidar esforços para aplicar a metade dos recursos no semiárido. Assim, mantém-se a diretriz de priorizar projetos que contemplem atividades produtivas que possam ser desenvolvidas nessa região.

Espera-se, com essas ações, alavancar ainda mais as aplicações no semiárido, aproximando-se do que determina a legislação do FNE.

3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 38,1% do total de contratações do FNE, o que equivale a R$ 32,8 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2011. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R$ 11,2 bilhões, ou seja, 12,9% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R$ 42,3 bilhões, o equivalente a 49,0% do total de contratações do FNE (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE - Contratações[1] Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Porte	Valor	%
Mini/Pequeno	32.845.633	38,1
Médio	11.155.715	12,9
Grande	42.332.964	49,0
Total	86.334.312	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

Os empreendedores de mini, micro e pequeno portes predominaram nos setores Rural, Agroindustrial, Industrial, Turismo e Comércio e Serviços atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2011, em termos de quantidade de beneficiários. No segmento de Infraestrutura, em decorrência da natureza da atividade do Setor, foram atendidos apenas empreendimentos de médio e grande portes. Os beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes totalizaram 605,4 mil, o que equivale a 99,5% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE, no período em foco.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (597,8 mil), segmento que registra 596,0 mil beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem às categorias de micro, mini e pequeno portes (Tabela 37).

Os beneficiários de médio porte obtiveram maior destaque nos setores Rural; Comércio e Serviços; e Industrial. Nos seis setores, somaram 0,4% de todos os beneficiários do Fundo, no primeiro semestre de 2011 (Tabela 37).

No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação percentual mais destacada desse porte ocorreu nos setores de Infraestrutura, 72,7% dos beneficiários e Agroindustrial e Industrial, 19,8% e 5,3% dos beneficiários, respectivamente (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE - Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)
Mini/Micro /Pequeno	596.031	99,7	59	50,9	997	79,3	112	88,2	-	-	8.185	90,0	605.384	99,5
Médio	1.434	0,2	34	29,3	193	15,4	13	10,2	3	27,3	753	8,3	2.430	0,4
Grande	380	0,1	23	19,8	67	5,3	2	1,6	8	72,7	162	1,8	642	0,1
Total	597.845	100.0	116	100.0	1.257	100.0	127	100.0	11	100.0	9.100	100.0	608.456	100.0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 34,1% dos recursos do FNE foram destinados aos mini e pequenos produtores, no primeiro semestre de 2011, perfazendo um total de R$ 1,5 bilhão, apresentando incremento de 31,5%, quando comparado ao mesmo período de 2010. Os valores para este porte de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R$ 849,3 milhões) e Comércio e Serviços (R$ 546,8 milhões), conforme a Tabela 38.

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2011, obtiveram recursos da ordem de R$ 804,0 milhões, com incremento de 7,7% no volume de recursos, em relação ao primeiro semestre de 2010. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 48,0% no primeiro semestre de 2011, com redução de 5,4 pontos percentuais quando comparado ao primeiro semestre de 2010. Em termos de volume de recursos contratados por essa categoria, houve redução de 1,6% em relação ao primeiro semestre de 2010 (R$ 2,191 milhões), conforme a Tabela 38.

Tabela 38 – FNE – Contratações[1] por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Porte	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infraes-trutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini/Pequeno	849.261	49,2	6.889	6,7	101.765	12,9	25.579	26,5	-	-	546.787	51,5	1.530.261	34,1
Médio	179.023	10,4	11.853	11,5	205.461	26,0	53.901	55,8	110.014	15,4	243.745	23,0	803.997	17,9
Grande	697.979	40,4	84.258	81,8	482.072	61,1	17.139	17,7	604.044	84,6	271.213	25,5	2.156.705	48,0
Total	1.726.263	100,0	103.000	100,0	789.298	100,0	96.619	100,0	714.058	100,0	1.061.745	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.989 municípios. Destes, 1.963 foram atendidos com operações do FNE durante o primeiro semestre de 2011, representando 98,7% dos municípios atendidos pelo Fundo, 2,1 pontos percentuais acima do registrado no mesmo período de 2010, aproximando-se da totalidade dos municípios que compõem a área de abrangência do FNE, no período sob análise. Os estados do Ceará e Sergipe tiveram todos os municípios atendidos pelo FNE, nesse primeiro semestre de 2011 e os demais estados têm mais de 95% de seus municípios atendidos, exceto o Estado do Espírito Santo no qual em 89,3% dos municípios foram financiados empreendimentos com recursos do FNE, demonstrando a amplitude da abrangência territorial da atuação do Fundo (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2011

Estado	Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	98	96,1
Bahia	417	411	98,6
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	25	89,3
Maranhão	217	213	98,2
Minas Gerais	168	167	99,4
Paraíba	223	221	99,1
Pernambuco (1)	185	184	99,5
Piauí	223	221	99,1
Rio Grande do Norte	167	164	98,2
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.989	1.963	98,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Dividindo-se o valor total contratado no âmbito do FNE, no primeiro semestre de 2011 (R$ 4,5 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.963), encontra-se uma média de R$ 2,3 milhões contratados por município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 97,9% da área de atuação do Fundo, o que corresponde a 1.947 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.106 municípios nos Setores Industrial e Turismo, equivalente a 55,6% da área de abrangência do Fundo (Tabela 40).

Tabela 40 – FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2011

Setor	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.947	97,9
Agroindustrial	35	1,8
Industrial	1.106	55,6
Turismo	83	4,2
Infraestrutura	8	0,4
Comércio/Serviços	200	10,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R$ 500 mil para 1.121 municípios no primeiro semestre de 2011. Em seguida, 772 municípios receberam recursos na faixa de R$ 501 mil a R$ 10 milhões, enquanto que 70 municípios receberam recursos acima de R$ 10 milhões (Tabela 41 e Figura 2).

Tabela 41 – FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Primeiro Semestre de 2011

Faixa de Valor Contratado	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período [1]	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R$ 1 a R$ 100 mil	309	15,7
de R$ 101 mil a R$ 500 mil	812	41,4
de R$ 501 mil a R$ 1 milhão	320	16,3
> R$ 1 milhão a R$ 10 milhões	452	23,0
> R$ 10 milhões a R$ 100 milhões	63	3,2
> R$ 100 milhões	7	0,4
Total	1.963	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve duas operações de empréstimos, sendo uma de R$ 1 mil e a segunda de R$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.



Figura 2 - FNE - Valor Contratado por município - Primeiro Semestre de 2011
Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 42 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,5% de todas as operações do Fundo, no primeiro semestre de 2011. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R$ 3,0 bilhões ou 66,7% dos recursos contratados).

Tabela 42 – FNE – Contratações por Tipo de Município[1] – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (em R$ mil)	%
Alta Renda [5]	3.170	1,5	672.069	15,0
Baixa Renda [2]	64.123	30,5	821.533	18,3
Dinâmico de Média Renda [4]	71.747	34,1	1.172.358	26,1
Estagnado de Média Renda [3]	71.354	33,9	1.825.023	40,6
Total	210.394	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 Repasses do FNE a Outras Instituições

De acordo com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Nessa perspectiva, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No primeiro semestre de 2011, duas dessas instituições realizaram financiamentos que absorveram cerca de R$ 780,0 mil. Esse desempenho, quando comparado com igual período do ano anterior, representa 7,1% do montante contratado no primeiro semestre de 2010.

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) foi responsável pela aplicação de R$ 595 mil (76,3%) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) contratou duas operações que somaram R$ 185 mil, valor que representa 12,4% do total de recursos aplicados, no primeiro semestre de 2010. (Tabela 43).

O Banese, que no exercício de 2010 foi responsável por 91,0% do volume de recursos aplicados pelas instituições repassadoras de crédito do FNE, não realizou contratações no primeiro semestre de 2011.

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações no Primeiro Semestre de 2011

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	33,3	595	76,3
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	-	-	-	-
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	2	66,7	185	23,7
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	-	-
	Total	3	100,0	780	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados no primeiro semestre de 2011, 76,3% foram destinados à indústria (Tabela 44). O restante (23,7%) beneficiou o Setor Rural que, no primeiro semestre de 2010, absorveu 34,3% do montante aplicado pelos bancos repassadores. Neste período de 2010, como em 2009, o destaque nas aplicações coube ao Setor de Comércio e Serviços, com 60,2% e 74,3%, respectivamente.

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2011

Setor / Programa	Contratações[1]				Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
RURAL	**2**	**2**	**185**	**23,7**	**-**
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	2	2	185	23,7	-
INDUSTRIAL	**1**	**1**	**595**	**76,3**	**-**
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1	1	595	76,3	-
Total	3	3	780	100,0	

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme Tabela 45 as contratações do Setor Rural deram-se na pecuária, especificamente para a atividade de bovinocultura. Já o montante contratado no âmbito do Setor Industrial, foi destinado a atividades

relacionadas a bens de consumo intermediário. Não houve contratações nos setores de Comércio e Serviços, Turismo e Agroindustrial.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações [1] por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
PECUÁRIA	**2**	**185**	**100,0**
Bovinocultura	2	185	100,0
Total	2	185	100,0

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à pontualidade nos recebimentos, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE permanece com a AGN, embora esta tenha reduzido referido índice de 5,3%, no final de 2010, para 3,4% no encerramento do primeiro semestre de 2011. Inversamente, a Desenbahia praticamente dobrou sua taxa em relação a 2010, saindo de 0,7% no primeiro semestre e 0,6% no final do exercício de 2010 para 1,3% no primeiro semestre de 2011. Banese e BDMG seguem com taxa de inadimplência igual a zero (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência [1] – Posição: 30.06.2011

Instituição Financeira	% de Inadimplência
Agência de Fomento do R. G. Norte S.A. - AGN	3,4
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-
Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA	1,3

Fonte: AGN, BANESE, BDMG e DESENBAHIA.
Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

Observando-se as contratações dos bancos repassadores de acordo com a região, verifica-se que 76,3% do valor total contratado no primeiro semestre de 2011 contemplaram empreendimentos fora do semiárido, conforme Tabela 47.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações[1] por Região – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor [1]	%
Semiárido	2	66,7	185	23,7
Fora do Semiárido	1	33,3	595	76,3
Total	3	100,0	780	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na análise dos beneficiários por porte e setor, no primeiro semestre de 2011, verifica-se que 66,7% das operações foram firmadas com empresas de micro e pequeno porte do setor rural. O restante foi contratado com o segmento de médio porte do Setor Industrial, de acordo com as Tabelas 48 e 49.

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011

Porte Setor	Rural		Agroindustrial	Industrial		Turismo		Infra-Estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,7
Médio	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	100,0	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações [1] por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infra Estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	185	-	-	-	-	185
Médio	-	-	595	-	-	595
Grande	-	-	-	-	-	-
Total	185	-	595	-	-	780

Fonte: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em 30.06.2011, considerando operações contratadas a partir de 2005, o saldo devedor das quatro instituições financeiras repassadoras do FNE é da ordem de R$ 156,1 milhões, distribuído da seguinte forma: Banco do Estado de Sergipe (Banese), 41,8% do total do saldo devedor; Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), 28,9%; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 25,4%; e Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), 4,0%. Desse montante, 24,1% referem-se ao Setor Industrial, 21,6% ao Setor Rural e 54,3% a outros setores, conforme Tabela 50.

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores das Operações(1) – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Setor	Instituições Repassadoras - Saldo devedor			
	AGN	BANESE	DBMG	DESENBAHIA
Industrial	1.903	25.337	-	10.352
Rural	331	18.315	-	15.045
Outros	3.948	21.572	39.635	19.687
Total	6.182	65.224	39.635	45.084

Fonte: AGN, BANESE, DESENBAHIA e BDMG.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

No que se refere à dispersão territorial, verifica-se que os financiamentos dos bancos repassadores, no período observado, distribuíram-se por apenas três municípios, conforme Tabela 52. Estas contratações se deram nos setores Rural e Industrial (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	2
Agroindustrial	-
Industrial	1
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	-

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Município	Valor Contratado	%
SÃO JOSÉ DE MIPIBU (RN)	595	76,3
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	11	1,4
ITAPETINGA (BA)	174	22,3
TOTAL	780	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Resolução nº. 032/2010, de 30/07/2010, do CONDEL/SUDENE aprovou a Proposição nº. 031/2010, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício 2011.

Assim, o presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o primeiro semestre do exercício de 2011.

3.5.1 Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades):

I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: software e hardware, semicondutores, eletroeletrônicos, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em atividades capazes de gerar novos usos e produtos (atividades portadoras de futuro, especialmente: microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, mecatrônica);

No primeiro semestre de 2011, o Banco do Nordeste aplicou R$ 5,3 milhões nas opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, nos segmentos de *software* e *hardware* e de fármacos e medicamentos, conforme demonstrado na Tabela 53.

Tabela 53 – FNE – Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Segmento	Nº de Operações	Valor (R$)
Software e *hardware*	40	5.161,4
Fármacos e medicamentos	3	159,8
Total	43	5.321,1

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

No segmento de *software* e *hardware*, as contratações realizadas compreenderam as atividades de desenvolvimento de programas de informática, consultoria em sistemas de informática, serviços de engenharia, centro de processamento de dados, fabricação de computadores, entre outros.

II. Projetos de infraestrutura: energia (inclusive aquelas de fontes renováveis), transporte (inclusive multimodais), armazenagem, telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, gasodutos, portos, e terminais;

Nessa prioridade, em relação a projetos de energia a partir de fontes renováveis, foram investidos R$ 49,3 milhões para o financiamento a uma usina de energia eólica localizada no estado do Rio Grande do Norte, no primeiro semestre de 2011, conforme apresentado na Tabela 54.

No segmento de telecomunicações, de acordo com a Tabela 54, os recursos aplicados foram da ordem de R$ 101 milhões no período.

Tabela 54 – FNE – Projetos de Infraestrutura (Energias Renováveis e Telecomunicações) – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Segmento	Nº de Operações	Valor (RS)
Energias renováveis	1	49.271,1
Telecomunicações	19	101.031,6
Total	20	150.302,7

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

III. Projetos relacionados à indústria e montagem de veículos automotores inclusive veículos pesados (ônibus, tratores, caminhões, locomotivas) *e de materiais de transporte inclusive acessórios, componentes, autopeças, reboques e carrocerias;*

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 55, em apenas 01 (uma) operação o produto Fabricação de Pecas e Acessórios para Veículos Ferroviários alocou 52,9% dos recursos dessa indústria. Tal investimento foi realizado no município de Barbalha-CE e está relacionado com o projeto da ferrovia Transnordestina. No tocante ao número de operações, o produto Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão foi responsável por 60,0% das operações, ou seja, seis contratações, distribuídas entre os municípios de Itabaiana-SE e Umarizal-RN, cada um com uma operação; e Juazeiro-BA e Mossoró-RN ambos com duas operações.

Tabela 55 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Ind.Transportes	Fab.Cabines, carrocerias e reboques p/caminhão	6	60,0	674	4,1
	Fab.Pecas/Acessórios	2	20,0	64	0,4
	Constr./Reparo Embarcações para esporte e lazer	1	10,0	7.000	42,6
	Fab.Pecas/Acess.p/veículos ferroviários	1	10,0	8.696	52,9
Total		10	100,0	16.434	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

IV. Projetos relacionados a empreendimentos que se articulem e potencializem, econômica e socialmente, os efeitos das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do PRODETUR;

Nos primeiros seis meses do corrente ano o FNE destinou R$ 430,0 milhões nessa prioridade, com destaque para o setor energético que absorveu 100% dos recursos. Tais recursos foram destinados às atividades de Geração de Energia Elétrica com participação de 69,6% e Transmissão de Energia Elétrica (30,4%), conforme a Tabela 56.

Tabela 56 – FNE - Contratações em Apoio ao PAC – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

UF	ATIVIDADE	VALOR
RN	Geração de Energia Elétrica	49.271
CE	Geração de Energia Elétrica	250.000
PE	Transmissão de Energia Elétrica	60.747
PI/MA	Transmissão de Energia Elétrica	70.000
TOTAL		430.018

Fonte: Ambiente de Negócios com Governo e Pessoa Física

Quanto às ações do PRODETUR, o presente relatório não as contempla, tendo em vista estas ações não possuírem recursos do FNE.

V. Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura, com ênfase na melhoria dos índices zootécnicos, na produtividade, na organização, e na gestão da unidade produtiva.

A Tabela 57 apresenta os projetos contratados relacionados à avicultura, à bovinocultura e à ovinocaprinocultura. Assim, foram contratados aproximadamente R$ 768,3 milhões em 131.601 operações. Destaque para a bovinocultura que respondeu por 72,8% das operações e por 84,1% do valor contratado.

Tabela 57 – FNE – Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Avicultura	10.978	8,3	43.442	5,7
Bovinocultura	95.797	72,8	646.371	84,1
Ovinocaprinocultura	24.826	18,9	78.442	10,2
Total	131.601	100,0	768.255	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

VI. Projetos Agroindustriais;

Ver item 3.1.2

VII. Projetos de agricultura irrigada, fruticultura, em polos agrícolas, agroindustriais e/ou de áreas comprovadas aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;

Conforme acordado com o MI, a Tabela 58 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada, sem distinguir, contudo, aqueles localizados *em polos agrícolas, agroindustriais e/ou em áreas de comprovada aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;*

Observa-se que a cultura da banana concentrou 75,9% do montante contratado, ficando também com a maior quantidade de operações (33,6%). Em seguida, em termos de contratos firmados, aparecem as culturas do maracujá e da manga com participação de 24,3% e 15,0%, respectivamente.

Tabela 58 – FNE - Projetos de Ampliação Contratados[1] em Fruticultura Irrigada[2] – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Produto	Nº. de Operações	%	Valor	%
Abacaxi	2	1,9	4	0,1
Acerola	2	1,9	121	1,8
Banana	36	33,6	5.076	75,9
Caju	1	0,9	151	2,3
Coco	4	3,7	271	4,0
Goiaba	3	2,8	51	0,8
Laranja	1	0,9	7	0,1
Limão	3	2,8	91	1,3
Mamão	11	10,3	167	2,5
Manga	16	15,0	672	10,0
Maracujá	26	24,3	76	1,1
Uva	2	1,9	4	0,1
Total	107	100.0	6.691	100.0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados apenas projetos de ampliação.

VIII. Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca;

De acordo com a Tabela 59, entre os financiamentos do BNB, destinados a essa prioridade, destacam-se aqueles concedidos no âmbito da atividade de Aquicultura, que detêm 56,3% do valor contratado. Esse bom desempenho da aquicultura se deve em grande parte à atividade de carcinicultura que em apenas 20 (vinte) operações, contratou R$ 10,9 milhões, sendo que desse valor R$ 10,6 milhões, ou seja, 97,2% foram destinados a projetos localizados nos municípios de Acaraú e Granja, ambos na região norte Estado do Ceará, evidenciando assim o potencial da atividade naquela região. Vale ressaltar ainda que o grande volume de recursos alocados para está atividade esta relacionado à sua estrutura produtiva, que exige maiores inversões.

Observa-se, também, que a pesca utilizou 30,6% do montante dos recursos, sendo responsável por 48,7% das operações contratadas no período, fator que pode contribuir para a modernização da atividade, tendo em vista ser esta uma importante fonte de renda para a população nordestina, mas que ainda carece de infraestrutura de apoio, conforme evidenciado em Vidal e Gonçalves (2010).

Tabela 59 – FNE - Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operações	Valor	%
Apicultura	1.242	4.901	12,9
Aquicultura	1.700	21.384	56,3
Flores	11	60	0,2
Pesca	2.805	11.607	30,6
Total	5.758	37.952	100.0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Vale ressaltar que as atividades Apicultura e Flores foram responsáveis pela contratação de aproximadamente R$ 5,0 milhões em 1.253 operações, representando, juntas, 13,1% do total contratado, nessa prioridade.

IX. Projetos de produção de grãos;

No que tange à produção de grãos, pode-se observar que no primeiro semestre de 2011 o produto que obteve maior número de operações foi o milho com 3.551 contratos, representando 44,2% do total das 8.044 operações contratadas. Em seguida, tem-se a cultura do feijão, com 386 operações, representando, 4,8% das operações realizadas no período (Tabela 60). Ao considerarmos essas culturas inclusive na forma de consórcio (feijão e milho), constata-se que esses produtos, ambos tradicionais na agricultura regional, respondem juntos por 51,8% dos contratos firmados para a produção de grãos.

Quanto ao volume aplicado segundo o produto, percebe-se que a maior parcela dos recursos foi aplicada para a produção de soja, totalizando aproximadamente R$ 162,8 milhões, representando 60,9% do volume total aplicado na atividade de produção de grãos. A produção de milho, com aplicações da ordem de aproximadamente R$ 84,4 milhões, representou 31,6% do volume total contratado (Tabela 60).

Tabela 60 – FNE – Projetos de produção de grãos – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Grãos	Arroz	177	2,2	7.338	2,7
	Feijão	386	4,8	3.759	1,4
	Feijão e Milho	227	2,8	1.728	0,6
	Milheto	3	0,0	16	0,0
	Milho	3.551	44,2	84.357	31,6
	Soja	147	1,8	162.799	60,9
	Sorgo	9	0,1	301	0,1
	Milho Doce	4	0,1	89	0,0
	Outros	3.540	44,0	6.763	2,5
Total		8.044	100.0	267.150	100.0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

A partir do cruzamento do número de operações com o valor aplicado, percebe-se que a produção de soja é intensiva no uso de capital, uma vez que sua produção captou aproximadamente R$ 162,8 milhões em apenas 147 operações. Isto é, apenas 1,8% do número total de operações foi responsável pela aplicação de 60,9% do volume de recursos destinados à atividade de produção de grãos.

X. Projetos voltados para a produção de alimentos básicos para o consumo da população;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, por ocasião do agravamento da crise de alimentos no mundo, com registro de alta excessiva nos preços das *commodities* agrícolas. Para atenuar referida situação, esta linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana de açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a.

No primeiro semestre de 2011, o BNB aplicou em sua área de atuação aproximadamente R$ 137,0 milhões nessa linha especial de crédito, o que representa 23,0% do valor investido pela instituição ao amparo do FNE Pronaf. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 65,8% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 61, a ovinocultura (10,1%) e o Café com participação de 2,8%.

Tabela 61 – FNE - Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Programa	Produto	Nº de Operações	Valor	%
PRONAF MAIS ALIMENTOS (FNE)	Apicultura	56	1.020	0,7
	Avicultura	54	1.128	0,8
	Chuchu	62	1.191	0,9
	Pesca	108	1.871	1,4
	Milho	19	1.248	0,9
	Maracujá	73	1.359	1,0
	Caju	34	1.417	1,0
	Banana	73	1.976	1,4
	Caprinocultura	259	3.581	2,6
	Café	145	3.846	2,8
	Ovinocultura	762	13.825	10,1
	Bovinocultura	4.064	90.148	65,8
	Outras	480	14.336	10,5
Total		6.189	136.946	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XI. Projetos da Indústria Química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 62 mostra os projetos relacionados à Indústria Química. Nessa prioridade foram contratados R$ 8,3 milhões em 13 operações efetivadas. Destaque para a região do polo petroquímico de Camaçari-Ba que foi responsável por 56,5%[6] dos recursos investidos.

Tabela 62 – FNE – Projetos da Indústria Química – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valor	%
Ind.Prod.Quimicos	Fab. Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	2	1.666	20,0
	Fab. de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	4	732	8,8
	Fab.Corantes, Pigmentos e Silica-Gel	1	2.900	34,9
	Fab.Gases Industriais	1	25	0,3
	Fab.Prod.Petroquimicos Básicos	1	1.800	21,6
	Fab.Prod.Quim.Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/Resinas	3	1.179	14,2
	Fabricação de desinfetantes domissanitários	1	18	0,2
Total		13	8.320	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

[6] Base do Ativo do BNB.

XII. Projetos relacionados à indústria de minerais não-metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 63, nessa prioridade foram identificados os projetos relacionados à indústria metal-mecânica e à indústria de minerais não-metálicos. Assim, constata-se que a indústria de minerais não metálicos obteve uma expressiva participação nas contratações (73,8%). Dentro deste segmento, destaque para a Indústria de Cimento que alocou 87,6%[7] dos recursos.

Tabela 63 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Minerais não-metálicos – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Ind. Metal-Mecânica	65	27,1	107.493	26,2
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	175	72,9	302.343	73,8
Total	240	100,0	409.836	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XIII. Projetos relacionados ao turismo;

Em março de 2010 foi lançada, em Fortaleza, a linha de financiamento Proatur Copa, em parceria com o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e a SUDENE, com participações de representantes de vários estados da região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional – FNE Proatur aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis de 15 para 25 anos e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

A Tabela 64 apresenta informações acerca de projetos relacionados ao fluxo turístico na região. Com base no levantamento das atividades financiadas no Turismo, constata-se que o ramo hoteleiro foi responsável por 86,9% dos recursos, o que a atende necessidade especifica desse segmento, conforme identificado em Sousa et al (2010).

[7] Base do Ativo do BNB.

Tabela 64 – FNE – Projetos relacionados ao Turismo – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda,Albergue com restaurantes	46	36,2	71.830	74,3
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda,Albergue sem restaurantes	23	18,1	12.205	12,6
Parques de diversão e parques temáticos	1	0,8	5.162	5,3
Atividades de agencias de viagens e organizadores de viagem	19	15,0	3.060	3,2
Locação de automóveis sem condutor	12	9,4	2.680	2,8
Restaurantes e Similares	15	11,8	883	0,9
Aluguel transportes	3	2,4	199	0,2
Outras Atividades	8	6,3	600	0,6
Total	127	100,0	96.619	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XIV. Projetos da indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No primeiro semestre de 2011, o BNB financiou 320 operações relacionadas às indústrias de calçados, mobiliários e vestuário e acessórios, totalizando R$ 56,8 milhões, sobressaindo-se as atividades Indústria de Calçados e Indústria de Vestuário e Acessórios, que absorveram, respectivamente, 56,2% e 27,1%, desses recursos, ficando a Indústria de Mobiliários com participação de 16,7% (Tabela 65). Importante destacar que nessa prioridade 75,7%[8] dos recursos foram destinados a empresas instaladas no semiárido nordestino, o que tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento econômico de diversos municípios localizados nessa região.

Tabela 65 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Ind.Calcados	Fab.Calcados de Couro	9	2,8	6.444	11,3
	Fab.Calcados de Plástico	14	4,4	10.745	18,9
	Fab.Calcados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	15	4,7	14.642	25,8
	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	1	0,3	109	0,2
Sub Total		**39**	**12,2**	**31.940**	**56,2**
Ind.Mobiliário	Fab.Armários embutidos de madeira	2	0,6	1.386	2,4
	Fab.Colchões	4	1,3	494	0,9

[8] Base do Ativo do BNB.

	Fab.Moveis com predominância de metal	22	6,9	721	1,3
	Fab.Moveis estofados	7	2,2	669	1,2
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	45	14,1	5.994	10,6
	Serrarias com desdobramento de madeira	2	0,6	188	0,3
Subtotal		**82**	**25,6**	**9.452**	**16,7**
	Confec. de peças de vest. , exceto roupas íntimas e as confec. sob medida	46	14,4	2.912	5,1
	Fab. Art. do Vestuário	112	35,0	6.784	11,9
Ind.Vestuário e Acessórios	Fab.Acess.do Vestuário	35	10,9	5.391	9,5
	Fab.Tecidos e Art.de Malha	3	0,9	227	0,4
	Fabr. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	3	0,9	105	0,2
Subtotal		**199**	**62,2**	**15.419**	**27,1**
Total		320	100.0	56.811	100.0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XV. Apoio a projetos de extração de minerais metálicos e não metálicos, petróleo e gás natural;

De acordo com a Tabela 66, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos, 93,7%. Esse bom desempenho da atividade deve-se aos investimentos realizados na extração de cobre, tendo em vista que esse segmento foi responsável por 92,9%[9] dos recursos aplicados.

Tabela 66 – FNE - Projetos Contratados(1) no Setor de Indústria Extrativa de Minerais - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Atividade	Nº de Operacões	%	Valor	%
Extração de minerais metálicos	8	40,0	8.996	6,3
Extração de minerais não-metálicos	12	60,0	133.109	93,7
Total	20	100.0	142.105	100.0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

[9] Base do Ativo do BNB.

XVI. Apoio a projetos de serviços de manutenção da Indústria Metal-Mecânica;

A Tabela 67 traz informações acerca dos financiamentos das atividades relacionadas à Indústria Metal-Mecânica, inclusive detalhando os objetivos desses financiamentos. Assim, percebe-se que nesse segmento, os projetos relacionados à manutenção dos empreendimentos, foram responsáveis por 64,6% do número de operações, vindo em seguida os projetos de modernização com 20,0%. No que tange aos valores contratados, destaque para os projetos de expansão que responderam por 94,8% dos recursos investidos nessa prioridade.

Tabela 67 – FNE - Projetos de Serviços de Manutenção para Metal - Mecânica

Valores em R$ mil

Atividade	Objetivo	Nº de Operações	%	Valor	%
IND. METAL-MECÂNICA	AMPLIAÇÃO	5	7,7	2.011	1,9
	EXPANSÃO	2	3,1	101.942	94,8
	IMPLANTAÇÃO	2	3,1	78	0,1
	MANUTENÇÃO	42	64,6	2.450	2,3
	MODERNIZAÇÃO	13	20,0	964	0,9
	OUTROS	1	1,5	47	0,0
Total		65	100,0	107.492	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XVII. Projetos do Setor de Comércio e serviços gerais;

Ver item 3.1.6.

3.5.2 Prioridades Espaciais

- *Projetos localizados no semiárido, qualquer que seja o porte. O semiárido tem tratamento diferenciado tanto pela destinação de recursos, com a determinação constitucional de 50% do orçamento do FNE, como pelas condições de financiamento, definidas em todos os programas do Fundo.*

Conforme a Tabela 68, a região semiárida foi responsável por 64,0% das operações realizadas no primeiro semestre de 2011. No entanto, o maior volume de recursos do FNE, cerca de 58,3%, foi destinada à região fora do semiárido.

Diante da exigência legal de aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo na região semiárida, merece registro o detalhamento da análise

quanto ao comportamento das aplicações nessas duas regiões, constantes do subitem 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido, no qual constam informações a respeito das contratações acumuladas na região semiárida, além das ações realizadas pelo BNB, no sentido de atingir o percentual estabelecido pela legislação do Fundo.

Cabe ressaltar que tais ações repercutem de forma satisfatória quando se compara a participação do semiárido no 1º semestre de 2011 em relação ao mesmo período em 2010: o volume de recursos contratados saltou de 38,2% para 41,7%. Essa participação é ainda maior (49,3%) quando se comparam as regiões excetuando-se o Estado do Maranhão, que possui características distintas dos demais estados nordestinos, conforme descrito no subitem 3.3.2.

Tabela 68 – FNE - Projetos Contratados(1) por Região – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Região	Nº. de Operações	Valor
Semiárido	134.670	1.873.891
Fora do Semiárido	75.724	2.617.092
Total	210.394	4.490.983

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

- *Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

  Ver item 3.6 - i

- *Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;*

Para esta prioridade, foi acordado com o MI o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 69 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados por intermédio dos subprogramas AGRIN, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agrinf e MPE Agroindústria, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados, os quais foram destinados a seis perímetros, abrangendo cinco estados da área de atuação do Fundo.

Entre estes projetos merece destaque o perímetro irrigado São Gonçalo, situado no município de Sousa-PB, que em duas operações contratou 62,3% dos recursos nessa prioridade (Tabela 69). Em seguida, em termos de valores contratados, vem o perímetro Barreiras Norte e S. Desidério/B. Sul, localizado no município de Barreiras-BA, que contratou R$ 220 mil (19,5%).

Tabela 69 – FNE - Contratações[1] de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados[2] Públicos – Primeiro Semestre de 2011

(Valores em R$ mil)

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL (BA)	Barreiras	1	14,3	220	19,5
	CERAIMA	Guanambi	1	14,3	67	5,9
CE	MORADA NOVA E TABULEIRO DE RUSSAS (CE)	Russas	1	14,3	9	0,8
MG	LAGOA GRANDE (MG)	Janaúba	1	14,3	103	9,1
PB	SÃO GONÇALO (PB) (PB)	Sousa	2	28,6	702	62,3
RN	ITANS (RN)	Caicó	1	14,3	26	2,3
	Total		7	100,0	1.127	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF-Agroindústria, PRONAF-AGRINF e MPE-Agroindústria.

- *Projetos localizados nas RIDEs e mesorregiões de atuação da secretaria de programas regionais – SPR, a saber: Chapada do Araripe, do Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto Municípios do Tocantins, assistidos pelo FNO), Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó.*

Ver itens 3.6 – ii e 3.6 - iii deste Relatório.

3.6 O FNE no Contexto da PNDR

i. *Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos naquelas regiões definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política de Estado, priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se

propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações sócioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

Nessa prioridade foram aplicados nos primeiros 06 (seis) meses de 2011, 85,0% dos recursos contratados pelo Fundo. Com base na Tabela 70, verifica-se certo equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para as tipologias *Estagnada e Dinâmica*[10], sendo o desempenho desta última categoria ligeiramente superior, vindo logo em seguida a tipologia *Baixa Renda.* Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia *Estagnado de Média Renda* fica com a maior participação (40,6%). Comparando o quadro atual com o mesmo período do exercício anterior, constata-se a maior participação dos municípios enquadrados como prioritários, que naquele período participavam com 80,5% dos recursos ora alocados. Outro ponto que merece atenção é que os municípios da tipologia *Estagnado de Média Renda* aparecem nesse primeiro semestre de 2011 com a maior participação no tocante aos recursos contratados, superando assim os municípios tidos como *Dinâmicos de Média Renda.* Esse aspecto é bastante positivo ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios estagnados poderão contribuir de forma decisiva, no intuito de dinamizar essas economias.

[10] A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB Programação FNE 2010.

Tabela 70 – FNE - Projetos Contratados[1] na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R$ mil)	%
Alta Renda[2]	3.170	1,5	672.069	15,0
Baixa Renda[3]	64.123	30,5	821.533	18,3
Dinâmico de Média Renda [4]	71.747	34,1	1.172.358	26,1
Estagnado de Média Renda [3]	71.354	33,9	1.825.023	40,6
Total	210.394	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

A Figura 3 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se nas regiões no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. O que se pode constatar diante desse quadro é que o FNE tem contribuído decisivamente para o desempenho econômico dos demais municípios da região, onde foram contratados R$ 3,8 bilhões (85,0%) em 207.224 operações (98,5%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas em áreas menos favorecidas localizadas na região Nordeste.

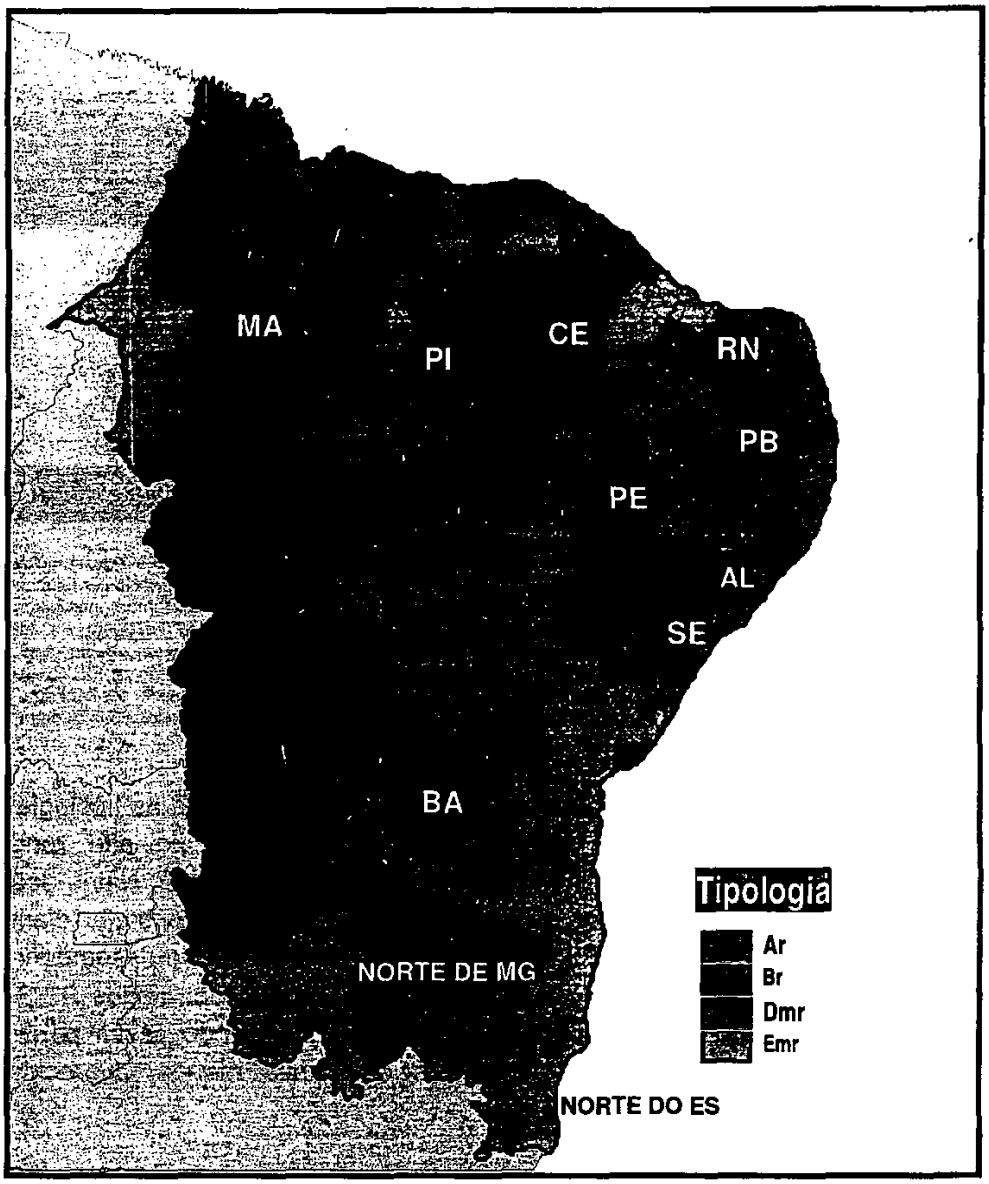


Figura 3 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

i.i Contratações por Tipo de Município e Porte

De acordo com a Tabela 71, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro foram responsáveis, dentro das áreas prioritárias, por 95,3% dos contratos firmados no âmbito das tipologias da PNDR, havendo certo equilíbrio na distribuição entre as tipologias baixa renda, dinâmico de média renda e estagnado de média renda, evidenciando a preocupação em atender a

população dessas regiões mais carentes, principalmente os pequenos empreendedores. No que concerne aos recursos contratados, constata-se que os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 46,5% do volume financiado, seguido pelos mini/micro com participação de 21,2%, dentro das áreas prioritárias.

Tabela 71 – FNE - Contratações[1] por Tipo de Município e Porte – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	1.726	29.359	1.017	119.433	339	142.070	88	381.207	3.170	672.069
Baixa Renda	61.851	246.201	1.936	116.731	262	72.975	74	385.626	64.123	821.533
Dinâmico de Média Renda	68.529	270.548	2.506	178.979	444	165.808	268	557.023	71.747	1.172.358
Estagnado de Média Renda	67.095	291.938	3.379	277.092	668	423.144	212	832.849	71.354	1.825.023
Total	199.201	838.046	8.838	692.235	1.713	803.997	642	2.156.705	210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo *parcelas* desembolsadas e a desembolsar.

i.ii Contratações por Tipo de Município e Setor

Como pode ser observado na Tabela 72, o Setor Rural foi responsável por 95,7% das operações realizadas nas áreas prioritárias, conforme as tipologias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (45,0%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da Região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda a sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida aparece o Setor Comércio e Serviços, que com 7.661 operações nas áreas prioritárias, foi responsável por 19,3% do volume de recursos, com destaque para o desempenho dos municípios classificados como Estagnados de Média Renda, onde foram contratados aproximadamente R$ 444,6 mil, o que corresponde a 60,4% dos recursos desse Setor dentro das áreas prioritárias, no primeiro semestre de 2011.

Tabela 72 – FNE - Contratações[1] por Tipo de Município e Setor – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	1.419	8.577	18	3.603	259	89.886	30	20.399	5	223.298	1.439	326.306	3.170	672.069
Baixa Renda	62.173	427.782	19	2.307	134	14.444	20	10.310	1	250.000	1.776	116.690	64.123	821.533
Dinâmico de Média Renda	68.958	740.994	24	57.908	322	69.674	34	10.332	2	119.271	2.407	174.179	71.747	1.172.358
Estagnado de Média Renda	67.233	548.910	55	39.182	542	615.294	43	55.578	3	121.489	3.478	444.570	71.354	1.825.023
Total	199.783	1.726.263	116	103.000	1.257	789.298	127	96.619	11	714.058	9.100	1.061.745	210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iii - Contratações por Tipo de Município por Estado

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 73, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (20,2%), seguido do Ceará (13,7%) e de Pernambuco com 12,8% das operações efetuadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos firmados na tipologia *baixa renda*, verifica-se que o Maranhão aparece com o maior número de operações (18.497). Vale lembrar que o Estado do Maranhão possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados do Nordeste. Assim, verifica-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia baixa renda, nos municípios maranhenses, o FNE tem dado especial atenção a esse quadro, tentando através desses financiamentos, melhorar as condições de vida da população mais carente na área de abrangência do BNB.

Tabela 73 – FNE - Contratações[1] por Tipo de Município e Estado – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	AR	143	59.105
	BR	6.946	54.244
	DMR	5.560	20.654
BA	AR	306	154.845
	BR	6.627	46.195
	DMR	8.177	262.276
	EMR	27.101	475.347
CE	AR	1.378	195.769
	BR	16.631	384.106
	DMR	5.119	95.699
	EMR	6.609	218.239
ES	EMR	306	50.876
MA	BR	18.497	251.935
	DMR	1.294	91.675
	EMR	2.708	346.092
MG	BR	487	5.377
	DMR	11.904	113.183

	EMR	7.997	65.277
PB	AR	311	23.284
	BR	5.674	28.600
	DMR	3.497	26.569
	EMR	5.495	34.413
PE	AR	454	191.293
	BR	4.474	25.384
	DMR	8.818	82.516
	EMR	13.288	198.596
PI	BR	2.723	9.884
	DMR	10.718	194.563
	EMR	4.711	99.130
RN	AR	218	22.543
	BR	770	4.278
	DMR	9.962	132.893
	EMR	1.334	310.033
SE	AR	360	25.230
	BR	1.294	11.530
	DMR	6.698	152.330
	EMR	1.805	27.020
Total		210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iv - Contratações por Tipo de Município e Região

Levando-se em consideração as tipologias adotadas na PNDR percebe-se com base nas informações constantes na Tabela 74, que em suas áreas prioritárias dentro da região semiárida, os municípios classificados como *Dinâmico de Menor Renda* se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com 42,9%. Quanto ao aporte de recursos, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 56,6% de participação.

Tabela 74 – FNE - Contratações[1] por Tipo de Município e Região – Primeiro Semestre de 2011.

Valores em R$ Mil

Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	663	7.155
	BR	30.829	194.870
	DMR	57.466	615.705
	EMR	45.712	1.056.161
Outras Regiões	AR	2.507	664.914
	BR	33.294	626.663
	DMR	14.281	556.653
	EMR	25.642	768.862
Total	-	210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii. Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR), quais sejam: Chapada do Araripe; Xingó; Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO); Seridó; Vale do Jequitinhonha / Vale do Mucuri; Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão).

A Figura 4 mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR. Cabe ressaltar que nessa prioridade, conforme Programação do FNE 2011, foram incluídos os municípios pertencentes à mesorregião de Águas Emendadas localizados na região norte do Estado de Minas Gerais. Vale salientar também que houve um reordenamento na composição da messoregião da Chapada das Mangabeiras, que abrange os municípios localizados nos estados de Maranhão e Piauí.

Constam, na Tabela 75, os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB, contrataram aproximadamente R$ 673,3 milhões, totalizando 35.465 operações.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada do Araripe que ao contratar R$ 178,8 milhões distribuídos em 8.816 operações, respondeu por 26,6% do valor total contratado e por 24,9% do número de contratos.

A mesorregião do Xingó, com participação de 32,4% no número de operações, figura como a mesorregião com maior número de projetos financiados (11.504), com um volume contratado de R$ 121,6 milhões.

Merece destaque, ainda, a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R$ 157,0 milhões em 1.621 operações. Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense, e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios a exemplo de Tasso Fragoso-MA, Uruçuí-PI e Baixa Grande do Ribeiro-PI, também aparecem como principais produtores de algodão de seus respectivos estados, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

Tabela 75 – FNE - Projetos Contratados[1] nas Mesorregiões SPR[2] – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	2.150	6,1	81.378	12,1
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	1.621	4,6	157.047	23,3
CHAPADA DO ARARIPE	8.816	24,9	178.811	26,6
JEQUITINHONHA/MUCURI	6.115	17,2	94.713	14,1
SERIDÓ	5.018	14,1	37.472	5,6
ÁGUAS EMENDADAS	241	0,7	2.281	0,3
XINGÓ	11.504	32,4	121.611	18,1
Total	35.465	100,0	673.313	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
(2) Secretaria de Programas Regionais.

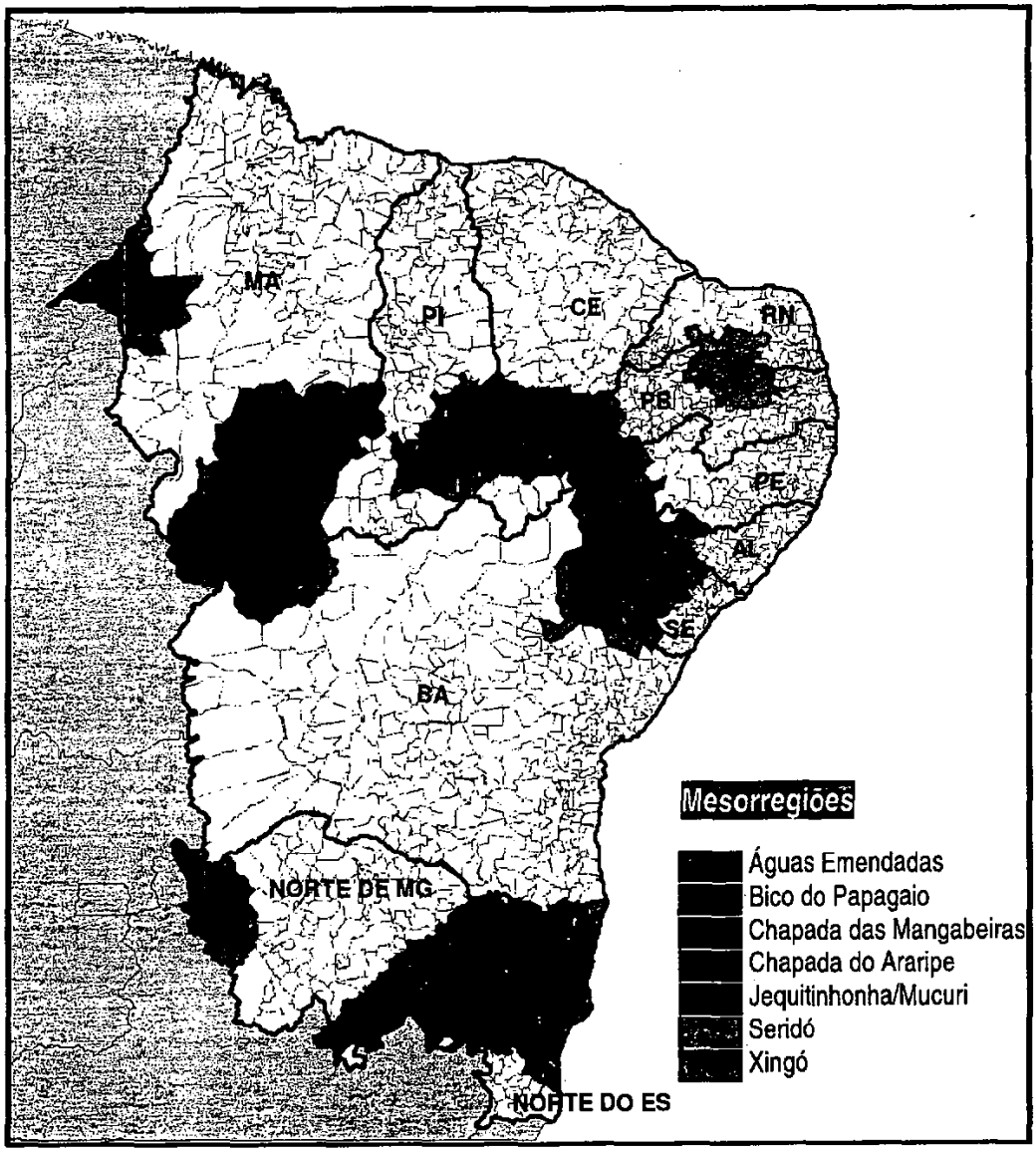


Figura 4 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

ii.i Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 76, verifica-se que do total das 35.465 operações contratadas nas mesorregiões, 35.059 delas foram destinadas a empreendimentos classificados como mini, micro e pequeno portes, o que representa 98,9% das operações, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 76 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Mesorregiões	Porte								Total	
	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande			
	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	1.471	5.517	91	4.798	16	5.209	43	141.523	1.621	157.047
Chapada do Araripe	8.491	39.175	285	34.645	37	35.779	3	69.212	8.816	178.811
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.872	23.913	156	16.414	66	23.802	21	30.584	6.115	94.713
Xingó	10.977	58.140	398	28.744	112	20.698	17	14.029	11.504	121.611
Bico Papagaio	1.990	10.654	100	10.801	44	17.660	16	42.263	2.150	81.378
Seridó	4.650	14.188	340	19.116	28	4.168	-	-	5.018	37.472
Águas Emendadas	234	984	4	215	3	1.082	-	-	241	2.281
Total	33.685	152.571	1.374	114.733	306	108.398	100	297.611	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.ii Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as aplicações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 77, verifica-se que os estados da Bahia e Pernambuco responderam juntos por 42,4% do número de operações realizadas nas mesorregiões. Vale lembrar que a mesorregião do Xingó, que teve participação de 32,4% no total de operações realizadas nas mesorregiões, abrange os estados de Alagoas, Bahia Pernambuco e Sergipe, contribuindo assim para essa concentração. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Piauí e Ceará, com participação de 23,7% e 19,6%, respectivamente.

Tabela 77 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	210	848
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	1.884	61.572
	Xingó	5.348	45.573
Ceará	Chapada do Araripe	3.167	131.893
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	6	702
	Bico do Papagaio	2.150	81.378
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.231	33.141
	Águas Emendadas	241	2.281
Paraíba	Seridó	1.750	5.217
Pernambuco	Chapada do Araripe	5.129	43.736
	Xingó	2.690	22.572
Piauí	Chapada das Mangabeiras	1.615	156.345
	Chapada do Araripe	520	3.182
Rio Grande do Norte	Seridó	3.268	32.255
Sergipe	Xingó	3.256	52.618

Total	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iii Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 78, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 80,8% das operações, ficando essas áreas com 54,9% dos recursos contratados.

Tabela 78 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		**28.661**	**369.979**
	Chapada das Mangabeiras	852	13.833
	Chapada do Araripe	8.816	178.811
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.471	18.252
	Xingó	11.504	121.611
	Seridó	5.018	37.472
Fora do Semiárido		**6.804**	**303.334**
	Chapada das Mangabeiras	769	143.214
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.644	76.461
	Bico Papagaio	2.150	81.378
	Águas Emendadas	241	2.281
Total		35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iv Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 79, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R$ 337,4 milhões (50,1%), contratados em 34.102 operações (96,2%). Dentro desse segmento, as mesorregiões Chapada do Araripe e Xingó respondem juntas por 57,6% da quantidade de operações contratadas, ficando ainda a mesorregião do Xingó com o maior volume de recursos (25,9%).

O Setor Infraestrutura aparece como segundo maior em ordem de importância no tocante aos investimentos, com participação de 19,4% dos valores contratados.

Já o Setor Comércio e Serviços aparece como segundo maior em número de contratos (1.080). Nesse Setor se verifica que a mesorregião Chapada do Araripe foi a maior responsável tanto pelo número de contratos (25,7%) quanto no volume de contratações (28,4%).

Tabela 79 – FNE – Contratações[1] em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA/MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Setor Rural	1.533	82.655	8.439	37.113	5.957	71.898	11.195	87.370	4.688	16.681	2.055	39.859	235	1.783	34.102	337.359
Setor Agroindustrial	0	0	2	190	5	2.113	1	14	2	958	1	422	0	0	11	3.697
Setor Industrial	4	79	91	41.210	14	3.473	47	10.410	87	7.843	6	4.024	1	80	250	67.119
Setor Turismo	1	371	5	7.254	3	581	5	1.632	4	206	1	10.525	1	179	20	20.748
Infraestrutura	1	70.000	1	60.747	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	130.747
Setor Comércio e Serviços	82	3.942	278	32.297	136	16.648	256	22.185	237	11.784	87	26.548	4	239	1.080	113.643
Total	1.621	157.047	8.816	178.811	6.115	94.713	11.504	121.611	5.018	37.472	2.150	81.378	241	2.281	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são regiões prioritárias definidas pela Lei Nº 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base nas Tabelas 80 e 81, que foram investidos na RIDE Petrolina - Juazeiro, aproximadamente, R$ 223,7 milhões, em 2.283 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que respondeu por 90,4% do número de contratos firmados, sendo que destes, 58,4% foram destinados à ovinocaprinocultura, e cerca de 17,0% destinados a atividades relacionadas à fruticultura[11]. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento tanto da ovinocaprinocultura como também da fruticultura, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, percebe-se que o FNE tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, através do financiamento das atividades relacionadas a essas cadeias produtivas.

Tabela 80 – FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Municípios da RIDE Petrolina-Juazeiro	Nº de Operações	Valor	%
Casa Nova	242	5.703	2,5
Curaçá	88	906	0,4
Juazeiro	532	160.981	72,0
Lagoa Grande	252	811	0,4
Orocó	131	537	0,2
Petrolina	678	51.561	23,1
Santa Maria da Boa Vista	61	670	0,3
Sobradinho	299	2.491	1,1
Total	2.283	223.660	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No tocante aos valores contratados, o Setor Industrial e Turismo foi responsável pelo maior montante (56,6%).

Tabela 81 – FNE – Contratações(1) na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Setor	Nº Operações	Valor	%
Rural	2.064	72.308	32,3
Agroindustrial	1	14	0,0
Industrial/Turismo	24	126.572	56,6
Comércio e Serviços	194	24.766	11,1
Total	2.283	223.660	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

[11] Base do Ativo do BNB.

Na RIDE Timon-Teresina, de acordo com a Tabela 82, foram realizadas 1.489 operações, das quais 85,2% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de Ovinocaprinocultura, Suinocultura e Avicultura com 384, 319 e 283 contratos, respectivamente[12].

Tabela 82 – FNE – Contratações(1) na RIDE Timon-Teresina - Por Município – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Município	Nº de Operações	Valor	%
Altos	229	664	0,9
Beneditinos	58	105	0,1
Coivaras	75	324	0,4
Curralinhos	11	22	0,0
Demerval Lobão	43	1.185	1,6
Jose de Freitas	75	256	0,4
Lagoa Alegre	98	215	0,3
Lagoa do Piauí	34	59	0,1
Miguel Leão	5	9	0,0
Monsenhor Gil	17	86	0,1
Pau D´arco do Piauí	46	88	0,1
Teresina	360	61.779	85,6
Timon	372	6101	8,5
União	66	1265	1,8
Total	1.489	72.158	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente R$ 62,4 milhões (Tabela 83).

Tabela 83 – FNE – Contratações(1) na RIDE Timon-Teresina - Por Setor - Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ Mil

Setor	Qtde Oper	Vl.Contratado	%
Rural	1.269	4.917	6,8
Agroindustrial	3	290	0,4
Industrial/Turismo	32	4.565	6,3
Comércio e Serviços	185	62.386	86,5
Total	1.489	72.158	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

[12] Base do Ativo do BNB.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo

4.1.1 Aspectos Gerais

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do BNB. Seu processo metodológico enfatiza a concessão de crédito de modo customizado, por intermédio de profissional especializado e primando pelo acompanhamento das atividades financiadas, de acordo com as diretrizes da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, que instituiu, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO)[13].

Nessa perspectiva, o Agroamigo tem como objetivo expandir e qualificar o processo de crédito no âmbito do Pronaf, Grupo B, inclusive quanto à redução dos níveis de inadimplência, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado, além da oferta de serviços de microfinanças, buscando aproximar-se do cliente da área rural, identificar suas necessidades financeiras e agilizar o processo de crédito, com redução de custo tanto para o cliente quanto para o Banco.

Assim, qualificar o processo de crédito do Pronaf B consiste em prover, em função da metodologia adotada, um conjunto de mecanismos e instrumentos que permitam racionalizar os recursos (financeiros, pessoal, estrutura e logística) disponíveis e, ao mesmo tempo, elevar a eficácia do programa, não apenas do ponto de vista do seu responsável e mantenedor, mas, principalmente, na perspectiva dos agricultores, alvos diretos da política, e da sociedade como um todo. Desse modo, o Agroamigo busca melhorar os resultados da atividade produtiva dos beneficiários do Pronaf Grupo B.

A concepção do Programa visa à qualificação do processo de crédito do Pronaf B, pela efetivação das seguintes ações:

1. Atender os beneficiários do Pronaf Grupo B, por meio de metodologia específica de microcrédito rural e profissional especializado, os Assessores de Microcrédito Rural (AMR).
2. Planejar a atuação no município através da realização de estudo prévio das áreas prioritárias passíveis de atendimento de acordo com critérios como: quantidade de estabelecimentos rurais, parcerias locais, distância e acesso às comunidades e taxa de inadimplência no Pronaf B convencional.
3. Conceder crédito orientado e acompanhado.
4. Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares.
5. Promover palestras informativas nas comunidades rurais do município para apresentação do Programa e esclarecimento de dúvidas para aqueles que desejam acessar o crédito ou simplesmente conhecer seu processo e condições.
6. Agilizar a concessão do crédito, reduzindo significativamente o tempo entre a elaboração da proposta e a liberação do crédito, personalizando

[13] (BRASIL. LEI Nº 11.110, 2008).

o atendimento, com cordialidade, respeito e pontualidade nos compromissos assumidos com o cliente.

7. Estimular atividades não agrícolas, uma vez que estas atividades, em geral, não estão diretamente ligadas à sazonalidades e às intempéries climáticas, podendo gerar renda constante.

8. Adequar o valor do financiamento, prazo, carência e quantidade de parcelas às necessidades do cliente e de seu empreendimento, considerando suas potencialidades e limitações.

9. Aproximar-se do cliente do meio rural, através de visitas individuais e de eventos grupais, realizados nas próprias comunidades.

10.Estimular, sempre que possível, o trabalho em grupo e a capacitação dos agricultores familiares, tendo em vista o fortalecimento de suas unidades produtivas.

11.Incentivar os agricultores a buscar conhecimento no sentido de melhorar seus produtos e serviços, selecionar melhor seus fornecedores e canais de comercialização, bem como controlar despesas e receitas para fins de apuração do resultado econômico das atividades desenvolvidas.

12.Acompanhar o crédito de modo individual, com visita prévia logo após a tomada da proposta e por meio de visitas posteriores à liberação do crédito, por amostragem. Em caso de dúvida ou necessidade de confirmar informações prestadas pelos clientes, devem ser visitados todos quantos se encontrarem nessa situação, de modo a promover a educação para o crédito e antecipar-se a eventuais problemas que venham a comprometer o resultado do empreendimento e o retorno do financiamento.

13.Acompanhar os reembolsos, com vistas a manter elevado o nível de adimplência.

14.Ofertar, no futuro, outros serviços microfinanceiros, tais como abertura de conta-corrente, poupança e algumas modalidades de seguro.

15.Racionalizar custos com vistas à sustentabilidade econômica e financeira do Programa.

De outra forma, com vistas a elevar o grau de efetividade social do Programa, além da adequação das condições do financiamento como prazo, carência e quantidade de parcelas, busca-se observar os seguintes aspectos: dimensionamento e fluxo das receitas e despesas da atividade financiada; chamar a atenção para fenômenos de concentração de determinadas atividades, a fim de antecipar-se a problemas de saturação do mercado inerente à atividade explorada pelo cliente; identificar os fornecedores e canais de comercialização acessados por ele; e, por fim, conhecer os mecanismos de controle utilizados por esses agricultores.

Com a adequada aplicação da metodologia de microcrédito rural espera-se alcançar os mais importantes objetivos estabelecidos quando da criação do Pronaf, a saber: melhorar a renda familiar dos agricultores beneficiados; criar e manter ocupações no meio rural; aumentar a oferta de alimentos; melhorar a qualidade de vida da população rural.

No período de 2005 a 2009, o Agroamigo atendeu 818.558 famílias de 1.725 municípios, contratando um montante de R$ 1,1 bilhão. Em 2009, o

valor contratado foi de R$ 443,5 milhões com valor médio contratado de R$ 1.548,00[14].

Diante da abrangência e importância dessa política pública faz-se necessário conhecer os resultados e impactos do Programa, oferecer subsídios para seu aperfeiçoamento e produzir, a partir da análise das variáveis subjacentes aos objetivos da política e à sua implementação, base de conhecimento imprescindível para a tomada de decisão, para a prestação de contas, bem como para o possível desenvolvimento de políticas complementares. Ademais, a pesquisa avaliativa de programas sociais, na medida em que identificam fatores associados ao êxito ou ao fracasso de determinada política, configura-se como importante etapa do processo de planejamento.

No âmbito do BNB, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) exerce, dentre suas atribuições, a função de realizar pesquisas, estudos e avaliações dos programas de desenvolvimento implementados. Os processos de avaliação de programas são atribuições específicas da Célula de Avaliações de Políticas e Programas – CAPP, unidade administrativa que compõe a estrutura organizacional do referido escritório.

O BNB, através da CAPP, vem realizando avaliações de seus diversos programas, tendo desenvolvido metodologia própria, com o apoio de consultores externos, para avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Sousa, et al 2010). Para a consecução dos referidos estudos são considerados dados primários (pesquisa de campo) e dados secundários institucionais e externos.

Decorridos cinco anos da inauguração do Agroamigo, o Banco na qualidade de operador dessa política pública precisa conhecer que resultados podem ser identificados, considerando-se as razões que motivaram a criação do Programa bem como as finalidades do Pronaf, no âmbito dessa metodologia de microcrédito rural.

Diante do exposto, considera-se relevante e necessária a contratação de consultoria a fim de construir metodologia específica para avaliação do Agroamigo, bem como para realizar pesquisa avaliativa do Programa, com o apoio do BNB/ETENE. A metodologia a ser desenvolvida deve contemplar os seguintes aspectos:

1. Análise da concepção, alterações e evoluções do Programa;
2. Análise da execução;
3. Resultados e impactos da política;

Assim, o projeto ora pleiteado e detalhado a seguir tem o objetivo de proporcionar apoio técnico ao BNB/ETENE para avaliação do Agroamigo, ao diagnosticar a situação atual dos beneficiários do programa, sob os aspectos de produção, ocupação e renda, em toda a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (nove Estados da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo).

[14] Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

Objetivos Específicos:

Coordenar a realização da avaliação do Agroamigo, em todas as etapas, responsabilizando-se pela entrega em tempo hábil de todos os produtos pactuados, inclusive do relatório final da pesquisa. Referida pesquisa abrangerá toda a área de atuação do BNB: nove estados que compõem a Região Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo. Respeitando a proporcionalidade das operações por estado e por região (semiárido e fora dele). Entre outras questões relevantes num processo avaliativo, a avaliação do Agroamigo deverá contemplar as seguintes variáveis:

- Características socioeconômicas.
- Produção (inclui diversificação produtiva).
- Mão de Obra.
- Uso de Tecnologia (inclui impacto ambiental).
- Consumo.
- Riqueza e ativos.
- Vulnerabilidade a choques.
- Mercado.
- Percepção dos agricultores quanto ao programa.
- ATER.
- Controles Gerenciais.

4.1.2 Metodologia

4.1.2.1 Definição da Amostra

A amostra será gerada a partir do cadastro de clientes do Programa *Agroamigo*. Ela será constituída de maneira a contemplar a diversidade regional na área de atuação do programa e a permitir a inclusão de indivíduos com diferentes graus de exposição ao mesmo. Esta etapa será dividida em duas partes: (a) determinação dos municípios em que serão efetuadas entrevistas; e (b) escolha dos indivíduos a serem entrevistados em cada um dos municípios selecionados. Tanto a escolha de municípios quanto de indivíduos envolverá sorteios construídos de maneira a atender as características desejadas para a amostra. A seguir descrevemos em maior detalhe as partes (a) e (b) acima referidas.

(a) *Determinação dos municípios*: serão selecionados 80 municípios, de acordo com os seguintes critérios: inicialmente será determinada a distribuição regional desejada para as localidades a serem selecionadas. Escolhe-se, então, o número de municípios em cada região de cada estado. Todos os Estados de atuação do BNB serão contemplados, considerando municípios tanto dentro como fora da região do semiárido. Pode-se, ainda, considerar outros critérios para seleção, tais como população e a presença de áreas produtivas específicas. Uma vez escolhida a quantidade de municípios por área, será feito um sorteio para determinar especificamente onde serão feitas as entrevistas. O sorteio será feito dando a cada localidade um peso proporcional ao número de clientes no programa *Agroamigo*.

(b) *Escolha dos indivíduos a serem entrevistados*: após a definição dos municípios em que serão feitas as entrevistas, serão selecionados os quais indivíduos que serão entrevistados por localidade. Isso será realizado aleatoriamente de maneira a gerar a composição de tipos de clientes desejada. A amostra será de 20 entrevistados por município, totalizando assim 1600 indivíduos. Para contribuir com nossa análise de inadimplência, 10% da amostra (ou seja, 160 indivíduos) serão compostos por clientes inadimplentes. Além disso, serão selecionados 300 indivíduos contemplados pelo Programa *Pronaf B*. Entre os clientes não inadimplentes do programa *Agroamigo*, serão entrevistados 1.140 indivíduos, sendo 380 clientes em processo de incorporação ou recém-incorporados ao programa, 380 com algum tempo de exposição, e 380 clientes mais antigos (com longa exposição ao programa).

Com base no cadastro do BNB para os municípios selecionados, serão sorteados clientes em cada uma das cinco categorias acima descritas: clientes inadimplentes, clientes do *Pronaf B*, além de adimplentes do *Agroamigo* com nenhuma, pouca ou prolongada exposição ao programa. Tal processo será conduzido até que se esgote o número de indivíduos previsto em cada categoria, e que se obtenha 25 indivíduos em cada município. Note-se que, apesar de serem realizadas 20 entrevistas por localidade, serão considerados 25 indivíduos por conta da possibilidade de alguns deles não serem encontrados pela equipe de campo.

Todos os sorteios serão efetuados com base no cadastro dos programas *Agroamigo* e *Pronaf B*, em parceria com o BNB.

4.1.2.2 Aplicação do Questionário

A aplicação do questionário envolverá três partes: (a) elaboração de um questionário preliminar; (b) realização de um questionário piloto e revisão do questionário; e (c) realização da coleta de dados em campo.

As questões contidas no questionário, a serem elaboradas pela equipe da FIPE, tratarão de aspectos tais como quantidade de indivíduos envolvidos na produção, características da atividade econômica e do processo produtivo, insumos utilizados, produção para consumo próprio e para o mercado, renda, riqueza, consumo e vulnerabilidade a choques. Serão elaboradas entre 50 e 80 questões. Todas as questões serão numéricas ou de múltipla escolha, o que facilitará a leitura do questionário e permitirá comparabilidade. Serão feitas tanto questões referentes ao estado atual dos clientes quanto questões retrospectivas.

O questionário será então submetido a um teste a partir da aplicação de um piloto em dois municípios no Nordeste. Nesse piloto, serão realizadas entre 10 e 20 entrevistas. Seu objetivo é verificar a adequação das questões, a clareza e o desempenho dos entrevistadores, e a acurácia das respostas obtidas. Nesse estágio, a aplicação do questionário será acompanhada por integrantes da equipe da FIPE. Poderão ser testadas mais de uma versão do questionário.

Com base nos resultados do piloto, será feita uma revisão do questionário. Em seguida, a pesquisa de campo será empreendida por uma equipe contratada pela FIPE. A equipe de entrevistadores será orientada pelos pesquisadores da FIPE antes da aplicação do piloto e do questionário definitivo. Além disso, será produzido um guia contendo orientações aos entrevistadores.

4.1.2.3 Análise Econômica e Estatística dos Dados

A primeira etapa da análise econômica e estatística dos dados envolverá a geração e interpretação de indicadores descritivos. Com base nos dados tanto do cadastro do BNB como das entrevistas realizadas pela equipe de campo, serão reportadas estatísticas como médias e desvios padrões das principais variáveis para diferentes grupos e regiões. O objetivo desse exercício é gerar uma descrição simples do perfil dos clientes do programa e sua história econômica recente.

Em seguida, serão realizados exercícios econométricos com o objetivo de verificar os fatores geradores de inadimplência, estimar os impactos do acesso ao programa nas variáveis econômicas relevantes, e comparar o programa *Agroamigo* ao *Pronaf B* tradicional.

No que toca à análise dos impactos do programa *Agroamigo*, será estimada a seguinte equação linear:

$$Y_{it} = \beta X_{it} + \gamma T_{it} + \delta_t + \mu_i + e_{it}$$

Em que:

Y_{it} é a variável dependente referente ao indivíduo *i* no período *t*, para a qual se deseja estimar o impacto da exposição ao programa (por exemplo, renda, riqueza, produção etc.).

δ_t é um conjunto de *dummies* de tempo, incluídas para captar fatores agregados, que afetam uniformemente todos os indivíduos em determinado ano *t*.

μ_i é o efeito fixo, o qual capta fatores não observáveis específicos de determinado indivíduo *i*, mas que não variam no tempo.

T_{it} é o tempo de exposição ao programa do indivíduo *i* no período *t*.

X_{it} é um vetor de características do indivíduo *i* no período *t*.

e_{it} é um componente de erro referente ao indivíduo *i* no período *t*[15].

[15] Pode-se supor que os choques aleatórios dos indivíduos sejam serialmente correlacionados. Além disso, é trivial impor uma estrutura não linear para o efeito do tempo de exposição ao programa sobre a variável de interesse.

Serão utilizadas duas estratégias para estimar o impacto do programa. A primeira consiste em considerar apenas informações contemporâneas fornecidas pelos indivíduos (ou seja, dados referentes ao momento da entrevista), explorando o fato de a amostra conter pessoas com diferentes exposições ao programa: indivíduos com pouca ou nenhuma exposição (recém-ingressados no *Agroamigo*), indivíduos com alguma exposição (clientes relativamente recentes) e indivíduos com exposição mais prolongada (clientes mais antigos). Essa variação permite estimar o parâmetro na equação acima. Entretanto, como apenas uma observação por indivíduo é considerada, essa estratégia não permite controlar pelos efeitos fixos.

Uma segunda estratégia possibilita levar em conta esses efeitos fixos ao utilizar também informações retrospectivas para o mesmo indivíduo. Isto é possível uma vez que será perguntado a cada indivíduo não apenas valores para variáveis no momento da entrevista, mas o que aconteceu há um ou dois anos. Desta forma, dispõe-se de mais de uma observação para o mesmo indivíduo, em diferentes pontos do tempo, o que permite controlar por efeitos fixos. Neste caso, a estimação será realizada em primeiras-diferenças, ou seja, estima-se a seguinte equação utilizando a variação (ou crescimento) da variável dependente no último ano como função da exposição ou não (bem como do tempo de exposição) ao programa[16]:

$$\Delta Y_{it} = \beta X_{it} + \gamma_1 \tau_{1it} + \gamma_2 \tau_{2it} + e_{it}$$

Sendo que:

ΔY_{it} é a primeira diferença da variável dependente, ou seja, a diferença entre o valor referente ao presente e o valor referente ao ano anterior (sendo ambos valores reportados na entrevista).

τ_{1it} é uma variável *dummy* que assume valor 1 caso o indivíduo tenha alguma exposição ao programa, e zero caso ele ainda não tenha sido exposto ao programa (cliente novo) ou tenha tido exposição longa (cliente antigo).

τ_{2it} é uma variável *dummy* que tem valor 1 caso o indivíduo tenha recebido longa exposição ao programa, e zero caso contrário.

Os parâmetros de interesse a serem estimados são γ_1 e γ_2. O parâmetro γ_1 representa o quanto a exposição recente contribui para o crescimento de *Y*, em comparação a situações em que não houve nenhuma exposição. Interpretação análoga pode ser conferida a γ_2, porém o efeito refere-se à exposição mais prolongada relativamente à ausência de exposição.

Essa abordagem que considera os efeitos fixos, como é de praxe em análises de painel, tem a vantagem de lidar com uma parte relevante dos potenciais problemas de seleção que podem estar presentes em exercícios deste tipo[17]. No entanto, ela tem a desvantagem de depender excessivamente

[16] A variável de efeito fixo é cancelada na primeira diferença.

[17] Note-se que os problemas de seleção não são totalmente eliminados aqui. Como a qualidade dos ingressantes no programa pode variar ao longo do tempo, as diferenças nas taxas de crescimento podem ser devidas à heterogeneidade inicial, e não à exposição ou ao programa. A única maneira de se lidar

de informações retrospectivas baseadas na memória dos indivíduos (e, portanto, com possibilidade de importantes erros de medida) e de não utilizar a informação contida em comparações intraperíodo. Dadas as vantagens e desvantagens associadas às duas abordagens acima mencionadas, é conveniente que se utilizem ambos os métodos.

A análise econômica e estatística enfatizará também a comparação entre o programa *Agroamigo* e o *Pronaf B* tradicional. Para tanto, serão estimados modelos semelhantes aos descritos anteriormente, porém considerando clientes do *Pronaf B*, sendo os resultados (em termos de coeficientes) comparados com os obtidos para os dados do *Agroamigo*[18].

Por fim, propõe-se analisar os fatores condicionantes de inadimplência, utilizando dados de clientes inadimplentes do cadastro do BNB e da pesquisa de campo. Entretanto, a estimação não será feita com base em modelos lineares, uma vez que a variável relacionada à inadimplência é binária (o indivíduo é ou não inadimplente). Mais precisamente, serão estimados modelos *Probit*, de acordo com a seguinte equação:

$$\Pr(d_{it} = 1|X_{it}) = \Phi(\beta X_{it})$$

Sendo que $d_{it} = 1$ se o indivíduo *i* encontra-se inadimplente no ano *t*, e zero caso contrário. $\Pr(d_{it} = 1|X_{it})$ denota a probabilidade de inadimplência dado o vetor de características X_{it}, enquanto que $\Phi(\beta X_{it})$ representa a distribuição acumulada de uma distribuição *normal padrão*[19]. O parâmetro de interesse a ser estimado é o vetor β, o qual mede impacto de cada uma das características individuais na probabilidade de inadimplência.

Evidentemente, todos os exercícios, acima apresentados, serão seguidos por um importante esforço de interpretação dos resultados obtidos e esclarecimento sobre sua natureza, compondo uma parcela expressiva dos relatórios a serem apresentados ao BNB.

---

com esse problema seria a realização de uma intervenção aleatorizada, o que está fora do escopo deste projeto

[18] Na prática, isso pode ser implementado simplesmente acrescentando-se, aos exercícios acima mencionados, termos de interação entre o tempo de exposição ao programa e uma variável *dummy* associada ao *Pronaf-B*.

[19] A escolha de uma estrutura não-linear como a distribuição normal padrão se deve ao fato de a variável dependente assumir os valores 0 ou 1 (no caso, adimplente ou inadimplente). Apesar de o modelo linear ser conveniente (por conta do impacto de cada variável explicativa não variar na amostra), sua utilização poderia levar a valores previstos fora do intervalo [0,1], impedindo, assim, a interpretação dos efeitos em termos de probabilidades.

4.2 Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

4.2.1 Aspectos Gerais

Historicamente, o Nordeste sempre conviveu com persistentes e péssimos indicadores sociais e baixos níveis de renda. Aspectos econômicos e sociais do Nordeste sugerem que o objetivo dos programas governamentais de caráter regional, mas centralizadores em suas incidências, parece ter sido colocar a região em um quadro mais igualitário relativo às outras do País. Nesse contexto, fizeram-se necessários a ampliação e o aprofundamento de programas que combatam essa conjuntura em novas perspectivas, através da expansão, diversificação e melhoramento do setor produtivo da Região, com um foco voltado para os pequenos e médios produtores. Investimentos em infraestrutura, ampliação da capacidade produtiva, incremento na tecnologia de produção são fatores fundamentais que levam ao aumento da renda do trabalho e sua produtividade, e não devem ser exclusivos apenas àqueles no topo da pirâmide produtiva.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal e regulamentado pela Lei No 7.827 de 27.09.1989, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento em condições diferenciadas e favorecidas de juros, prazos, carência e limites de financiamentos, aos setores produtivos, inclusive infraestrutura, comércio e serviços, em consonância com o plano regional de desenvolvimento.

Assim, o Fundo em apreço foi instituído como instrumento diferenciado no âmbito das políticas de desenvolvimento regional baseada no crédito subsidiado, com vistas a contribuir para a redução da pobreza e das disparidades regionais entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas.

Entretanto, a viabilização dessa estratégia se sustenta numa renúncia fiscal representada pela transferência anual, pelo Tesouro Nacional, de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), ou seja, parte dos 3% do IPI e IR destinados aos Fundos Regionais.

Por serem recursos da sociedade e oferecidos em condições diferenciadas e favorecidas, há de se esperar que os agentes econômicos beneficiados apresentem, também, desempenhos diferenciados, de modo a contribuir positivamente para a geração de benefícios econômicos e sociais líquidos para a região e, em última análise, contribuir para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Sob essa ótica, é necessário e indispensável não apenas fazer a análise dos impactos do Fundo Constitucional como forma de dar transparência

às ações e aos resultados desse instrumento de desenvolvimento regional, mas também, devem-se avaliar os custos do subsídio que induzem (ou não) estes impactos.

Nesse contexto, a análise de efetividade (impacto) de empresas beneficiadas pelo FNE foi analisada de maneira global em Sousa *et al* (2009), que apontaram um impacto significativo do FNE no emprego e na massa salarial. Entretanto, o referido estudo não estimou impactos específicos para os diversos programas financiados pelo FNE isoladamente, como também não avaliou os custos dos subsídios em gerá-los. Este trabalho pretende realizar essa tarefa, importante, sobretudo, para o processo de controle social dos recursos públicos. Desta forma, pretende-se investigar se o crédito subsidiado produz impacto de emprego e renda nos diversos programas cobertos pelo FNE, e a que preço estes impactos ocorrem (ou não).

4.2.2 Metodologia

Análises de impacto de financiamentos públicos para incrementar a produtividade de empresas privadas devem responder a seguinte pergunta: "Qual teria sido o desempenho da empresa na ausência do crédito subsidiado?". Uma metodologia bastante utilizada para responder esse tipo de questionamento é confrontar, por meio de *matching*, o desempenho médio ponderado de empresas que receberam financiamento público com aquele de empresas que não receberam esse tipo de empréstimo. O estudo de impacto por meio de *matching* tornou-se referencia na literatura e foi realizado em Sousa *et al* (2009). Verificou-se neste trabalho que, de uma maneira geral, as empresas financiadas contratavam em média significativamente mais que empresas não financiadas pelo FNE. Embora esta avaliação de impacto seja importante para destacar a relevância desse fundo, vis-à-vis às críticas tradicionais aos programas de financiamentos baseados em juros subsidiados, ela ainda esta sujeita à crítica da eficiência. Ou seja, remanesce ainda a questão de qual foi o custo para gerar esses impactos.

O crítico mais rigoroso poderia dizer que o ritmo diferenciado de geração de emprego e aumento da massa salarial nas empresas financiadas é um resultado esperado, dado que estas encontram condições mais favoráveis de crédito. Desta maneira, uma análise mais detalhada deveria confrontar os diferenciais de geração de emprego e renda salarial – o impacto dos programas de financiamento - com o subsídio encontrado.

Os programas de crédito subsidiado, principalmente no setor agrícola, foram bastante utilizados nos anos 1970, e com poucas exceções não encontraram respaldo técnico de autossustentação nas décadas seguintes. Ou seja, os programas de financiamentos com crédito subsidiado normalmente não são lucrativos para os seus gestores, e por isso, precisam de subsídios regulares do governo ou de doadores para uma melhor composição do fundo.

Para avaliar a sustentabilidade dos programas de crédito subsidiado alguns autores passaram a comparar os custos financeiros de sustentabilidade

do fundo com os seus retornos. Um estudo clássico nesse sentido foi o de Rosegrant e Siamwalla (1981) que analisaram o custo financeiro para o governo do subsídio de crédito do programa Masagna 99 nas Phillipinas durante a década de 70. Os autores evidenciam dois tipos de custos financeiros: i) o custo do subsidio da taxa de juros, e ii) o custo da inadimplência bancada pelo governo. Estes dois termos foram calculados como:

$$\text{Custo Financeiro Total do Subsídio} = R(r_0 - r_j)m + \gamma D \,,$$

onde R é o volume de empréstimos concedidos, r_0 é o custo de oportunidade do capital (representado pela taxa de juros em operações não subsidiadas), r_j é a taxa de juros efetiva do empréstimo (a taxa subsidiada), m é o tempo de maturidade do empréstimo medido em fração de ano, γ é a fração da inadimplência coberta pelo governo, e D é o montante total da inadimplência.

Pode-se perceber que o enfoque de cálculo do custo financeiro é diferente do enfoque de custo econômico que leva em consideração custos de oportunidades outros que são muitas vezes difíceis de serem mensurados, como o valor de um investimento (montante investido) alternativo em infraestrutura ou transferências diretas para pessoas mais pobres (Contador, 2000).

No Brasil, a taxa real de subsídio por unidade monetária em empréstimos públicos também ganhou o nome de taxa de lucro extraordinária do produtor em um artigo clássico de Resende (1981). Essa taxa de subsídio é dada por $(i - \hat{i})/(1 - i)$, onde i é a taxa de juros de mercado cobrada em empréstimos (ou financiamentos) similares, e $\hat{i}$ é a taxa de juros subsidiada. Este estímulo de subsídio recebido pelo tomador privado de empréstimos também é ressaltado em análises mais recentes do Banco Mundial [Yaron (2006), Francisco *et al* (2008)].

O custo financeiro dos benefícios do FNE no desempenho das empresas financiadas será mensurado sob três perspectivas, todas empregando como benefícios mudanças no emprego e massa salarial dessas empresas. A primeira medida tem como pressuposto a inexistência de recursos financeiros acessíveis às empresas contempladas pelo FNE. Ou seja, o mercado não consegue disponibilizar um volume de recursos suficiente para atender toda a demanda por financiamento das empresas. Nesse cenário, os recursos dos programas do FNE vêm preencher essa lacuna e todos os benefícios adicionais gerados são frutos dos respectivos empréstimos concedidos por esses programas, outrora inexistentes. Os custos financeiros nessa perspectiva, denominados de Custos Financeiros dos Benefícios pela Disponibilidade de Recursos (CFBDR), serão contabilizados da seguinte forma:

$$\gamma_E = \frac{\sum_{i=1}^{n} F_i}{\sum_{i=1}^{n} E_i} \qquad (1)$$

$$\gamma_S = \frac{\sum_{i=1}^{n} F_i}{\sum_{i=1}^{n} S_i} \quad (2)$$

onde F_i é o valor do financiamento concedido à empresa i, E_i é quantidade de empregos gerada na empresa i e S_i é o aumento da massa salarial na empresa i. As medidas γ_E e γ_S mensuram os CFBDR em termos de aumento de empregos e aumento da massa salarial, respectivamente, associados com os programas envolvendo recursos do FNE. Por exemplo, se γ_E é 1.000, para um determinado setor, interpreta-se que, nesse setor, cada emprego adicional custou R$ 1.000,00 de recursos provenientes do FNE.

A segunda medida também pressupõe que os recursos do FNE expandem o volume de financiamentos no mercado, sem alterar aqueles ofertados por instituições privadas, mas leva em consideração a efetividade desses financiamentos na geração de emprego. Empregando um coeficiente técnico que define a proporção do investimento que é revertido diretamente em novos empregos no setor ou indústria (ω_L), o Custo Financeiro dos Benefícios Efetivos pela Disponibilidade de Recursos (CFBEDR) será contabilizado da seguinte forma:

$$\Gamma_E = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^{n} F_i}{\sum_{i=1}^{n} E_i} \quad (3)$$

$$\Gamma_S = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^{n} F_i}{\sum_{i=1}^{n} S_i} \quad (4)$$

onde ω_L é o coeficiente técnico do trabalho para o setor ou indústria. Nesse caso, diferente da medida γ_E, por exemplo, Γ_E informa quanto cada emprego gerado por financiamentos do FNE custaria se o valor do financiamento fosse revertido exclusiva e integralmente em postos de trabalho.

A terceira medida é baseada no trabalho de Rosegrant e Siamwalla (1981), cujo custo de financiamento depende da taxa de juros diferenciada que essas linhas de crédito cobram. A ideia dessa medida é mensurar o custo financeiro dos benefícios gerados pelo FNE pelo subsídio embutido nas taxas de juros dos empréstimos contratados pelas empresas. Nesse caso, o mercado financeiro é capaz de atender a toda demanda por empréstimos, mas a taxa de juros cobrada (r) é superior àquela dos programas de financiamentos do FNE (Γ_S). Os recursos provenientes do setor público teriam o papel de atender a demanda por empréstimos de empresas cujo retorno esperado do investimento aparentemente não cobre os custos adicionais associados com as taxas de juros praticadas no mercado. Então, o custo financeiro dos benefícios gerados por um conjunto de empresas depende do valor subsidiado nos empréstimos, o montante dos empréstimos vezes a diferença entre a taxa de juros do mercado e a taxa de juros cobrada pelo programa, $\sum_{i=1}^{n} F_1(r - r_i^s$. Levando-se em consideração o coeficiente técnico ω_L e a medida de impacto do FNE no

aumento de empregos e massa salarial, o Custo Financeiro dos Benefícios Efetivos pelo Subsidio (CFBES) é contabilizado da seguinte forma:

$$\theta_E = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^{n} F_i(r - r_i^s)}{\alpha_E \sum_{i=1}^{n} E_i} \quad (5)$$

$$\theta_S = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^{n} F_i(r - r_i^s)}{\alpha_E \sum_{i=1}^{n} S_i} \quad (6)$$

onde r é taxa de juros para financiamentos no setor privado, r_i^s é taxa de juros subsidiados para financiamentos na empresa i, α_E é a proporção na criação do emprego devido ao FNE e α_S é a proporção no aumento da massa salarial devido ao FNE.

A equação (6) permite uma análise de custo e benefício do crédito subsidiado, pois o numerador evidencia o custo do subsídio (em R$), e o denominador representa a contribuição (específica) do FNE (em R$). Portanto, se θ_s for maior que 1, indica que o programa/setor/região tem um custo de subsídio maior que os benefícios gerados. Se for igual a 1 temos um financiamento balanceado, e se for menor que 1, temos externalidades ainda maiores na geração de emprego e renda.

Na contabilização dos parâmetros das equações utilizar-se-ão simulações para valores de referência utilizados na literatura. A taxa de juros de mercado, por exemplo, deve aproximar as taxas de financiamentos com fundos públicos ofertadas em bancos privados. O coeficiente técnico do emprego (ω) será extraído tanto da matriz de insumo-produto da região Nordeste quanto de uma pequena amostra das propostas de projetos aceitos pelo BNB.

A base de dados para a contabilização do volume de investimentos, de estoque de emprego, e de massa salarial será a mesma de Sousa *et al* (2009), atualizada com a RAIS de 2007, 2008 e 2009. Isso significa o acréscimo na base de todos os beneficiários do FNE em 2006, 2007 e 2008, que sejam formais e que tenham registros na RAIS. Esta atualização aumenta consideravelmente o número de empresas beneficiadas incluídas na análise, robustecendo ainda mais os resultados encontrados.

4.3 Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE e do BNB na geração de emprego no período de 2000 a 2008

4.3.1 Aspectos Gerais

Diante da importância da contribuição do Banco do Nordeste para a melhoria da geração de emprego através de seus financiamentos aos diversos setores na região Nordeste, a medição do impacto dos investimentos e sua influência para a geração de emprego e renda apresentam-se oportunas e fundamentais para a sinalização das melhorias nas ações de financiamento e otimização dos recursos alocados às atividades da Região.

Assim, considera-se necessária a contratação de projeto para avaliar o impacto do investimento do Banco do Nordeste do Brasil – BNB e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na geração de emprego na Região Nordeste.

O projeto objetiva medir o impacto dos investimentos na geração de emprego e renda, tendo como referência o perfil das pessoas empregadas com algum vínculo formal de trabalho, incluindo aquelas que têm carteira assinada, de acordo com os subsetores de atividade econômica e as variáveis: estoque de mão de obra, gênero, faixa etária, salário de admissão e rendimentos do trabalho, no período de 2000 a 2008. Para avaliação dos impactos estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Conhecer o comportamento conjuntural do mercado de trabalho nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e, mais especificamente, dos estados da Região Nordeste, segundo os setores de atividade econômica.
- Avaliar a evolução do nível de emprego, segundo os setores de atividade econômica.
- Conhecer o comportamento do nível de emprego das empresas financiadas por todas as fontes do BNB e pelo FNE, daquelas não financiadas e do conjunto de todas as empresas, por região semiárida e fora do Semiárido, por Estado, por porte dos empreendimentos e por setores econômicos.
- Conhecer a distribuição dos desembolsos dos investimentos realizados por todas as fontes do BNB e do FNE, por estado da Região Nordeste e setores econômicos, por região semiárida e fora do Semiárido, por Estado e por porte dos empreendimentos.
- Proceder a uma verificação comparativa entre o crescimento do nível de emprego e o aporte de desembolso dos investimentos das fontes do BNB e FNE, aplicados nos estados da região Nordeste, por ano e setor de atividade, por região Semiárida e fora do semiárido, por Estado e por porte dos empreendedores.
- Identificar a relação entre os investimentos aplicados pelo BNB e pelo do FNE por setores econômicos, por Região Semiárida e fora do semiárido, por Estado e por Porte dos Empreendedores.

- Analisar a distribuição dos desembolsos efetivados por todas as fontes do BNB e FNE por Região Semiárida e fora do semiárido, por Estado, por Setor econômico e por Porte dos Empreendimentos.
- Considerando a disponibilidade da RAIS 2008, no documento 2000 a 2008 deve constar a medição isolada dos impactos dos períodos de 2000 a 2007 e de 2000 a 2008, assegurando dessa forma a série histórica de avaliação.
- Capacitar os técnicos do ETENE no sentido de repassar os procedimentos metodológicos e os de medição dos impactos dos investimentos.

4.3.2 Aspectos Metodológicos

4.3.2.1 Evolução do Nível de Emprego

Neste item do documento, apresenta-se uma análise detalhada da evolução do nível de emprego, no período de 2000 a 2008, tendo como referência a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS[20]/2008 e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED[21], que são bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Nesta perspectiva, trabalha-se, a partir da RAIS, as variáveis: estoque de emprego no Brasil, regiões e estados do Nordeste; pessoas empregadas, segundo os setores de atividade econômica (indústria extrativa; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública, defesa e seguridade; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca); o gênero; os rendimentos do emprego indexados ao valor do respectivo salário mínimo, específico de cada ano do período de 2000 a 2008, tratados numa distribuição de frequência, com a identificação das medidas de posição e mais da variável grau de instrução. Tendo como referência o CAGED, trata-se a variação do nível de emprego em nível de Brasil e das regiões do país; estados da região Nordeste; setores de atividade econômica, sendo os mesmos citados anteriormente; os salários de admissões e mais as variáveis gênero e idade.

Ainda sobre os temas abordados, na perspectiva de medir o crescimento relativo do estoque de emprego[22], adota-se um índice de base fixa e mais a variação relativa, conforme expressões a seguir.

Índice de Base Fixa

$$I_{BASE\ FIXA}(ano_I ; ano_J) = (E_I \div E_J) \times 100$$

[20] A RAIS foi instituída pelo Decreto nº 76.900 / 75 como um registro administrativo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com o objetivo inicial de acompanhar e controlar a mão de obra estrangeira, prestar subsídios ao FGTS e à Previdência Social, bem como possibilitar a geração de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal.

[21] O CAGED foi criado pela Lei nº 4.923 / 65, tendo como função acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

[22] O estoque de emprego corresponde ao número de trabalhadores empregados com algum vínculo empregatício, referente ao mês de dezembro de cada ano. Esse estoque de emprego é atualizado, a partir dos movimentos de admissão e desligamentos das pessoas com carteira assinada, registradas no CAGED.

Onde:

E_I : estoque de emprego do ano I = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 .

E_J : estoque de emprego do ano J = 2000.

Variação Relativa

$$[(V_{POSTERIOR} / V_{ANTERIOR}) - 1] \times 100 \text{ ou } [(V_{ANTERIOR} / V_{POSTERIOR}) - 1] \times 100$$

Onde:

$V_{ANTERIOR}$: valor absoluto, ou variação relativa, no momento anterior.

$V_{POSTERIOR}$: valor absoluto, ou variação relativa, no momento posterior.

Ainda sobre os procedimentos, no sentido de avaliar o crescimento do nível de emprego, utiliza-se a técnica de números índices, adotando uma base móvel e o valor acumulado para um determinado período, conforme descrição abaixo.

Índice de Base Móvel

$$I_{ESTOQUE}(\text{ano}_{N-1}; \text{ano}_N) = (E_N \div E_{N-1}) \times 100$$

Onde:

E_N : estoque de emprego do ano N = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

E_{N-1} : estoque de emprego do ano anterior.

Índice Acumulado do Estoque de Emprego

$$(E_N / E_{N-1}) \times (E_{N-1} / E_{N-2}) \times (E_{N-2} / E_{N-3}) \times (E_{N-3} / E_{N-4}) \times (E_{N-4} / E_{N-5}) \times (E_{N-5} / E_{N-6}) \times (E_{N-6} / E_{N-7}) \times (E_{N-7} / E_{N-8}) \times 100$$

Onde:

E_N: estoque de emprego no ano de 2008.

4.3.2.2 Mensuração do Impacto dos Investimentos

Sobre a medição do impacto dos investimentos aplicados, respectivamente, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e, de forma isolada, pelo Fundo Constitucional de Financiamento – FNE, conforme literatura especializada (Draibe – 2002), desenvolvem-se três aspectos distintos, quais sejam:

1. Desempenho ou resultados (em sentido estrito): medição do percentual de cumprimento das metas da política ou programa.

2. Impactos: avaliação das alterações ou mudanças efetivas na realidade, em decorrência das alterações ocorridas na área de atuação do programa; e

3. Efeitos: outros impactos, esperados ou não do programa, que afetam o meio social e/ou institucional.

A análise do **desempenho** se deu a partir do acompanhamento dos valores de desembolsos efetivos, tanto do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, quanto do Fundo Constitucional de Financiamento – FNE, ao longo do período de 2000 a 2008. No tocante à avaliação de **impactos**, mede-se, por exemplo, a ampliação da capacidade produtiva das empresas, na Região Semiárida e fora do semiárido, de acordo com o seu porte, nos vários setores de atividade econômica, segundo os estados da Região Nordeste, referindo-se especificamente ao crescimento, no tocante ao número de novos postos formais de trabalho. Trata-se do conjunto de empresas financiadas e não financiadas, caracterizando-se, dessa forma, eventos mutuamente exclusivos. No que tange aos **efeitos**, avalia-se a partir do crescimento mais acentuado do nível de emprego no conjunto das empresas financiadas, mesmo considerando a existência de variáveis exógenas, não tratadas nesta avaliação, mas que podem ter contribuído para a ampliação de novos postos formais de trabalho, na região Nordeste, ao longo do período em questão. No entanto, faz-se mister

acrescentar que esses efeitos não influenciam nos resultados, posto que afetam igualmente os dois eventos considerados neste estudo.

É importante mencionar que, metodologicamente, para uma medição adequada dos impactos, constitui-se de fundamental importância a preservação das características dos elementos integrantes dos conjuntos citados e que, no tocante a esse aspecto, os resultados apresentados neste documento foram tratados de forma isolada, procedendo-se a uma estratificação, por subsetor de atividade econômica e os respectivos portes de estabelecimento, classificadas segundo o faturamento, de acordo com a RAIS, localizados na Região Semiárida e fora do semiárido.

Sobre o desenvolvimento do processo, tratou-se inicialmente das informações da RAIS / 2008, que registra todas as relações formais de trabalho no país, desagregada em nível de localidades, empresa e subsetor de atividade econômica. Na utilização dessa fonte de informações, observa-se a evolução do estoque de mão de obra, no período de 2000 a 2008. A unidade primária de pesquisa foi o estabelecimento, cuja identificação se deu a partir do CNPJ.

Ainda no tocante às fontes arroladas neste estudo, trabalha-se também com as informações referentes aos desembolsos efetivos, decorrentes dos valores do contrato dos investimentos aplicados nas empresas, por todas as fontes de recursos do BNB e especificamente do FNE.

Na conjunção das variáveis utilizadas para medir o impacto dos investimentos, isto é, os estoques de mão de obra e os valores de desembolso, toma-se como referência o ano de 2000. Embora não se tenha processado nenhum valor de desembolso para uma determinada empresa, no ano citado, mas, sim, em momentos posteriores, foram registrados os estoques de emprego dos empreendimentos no ano de 2000 para, em seguida, acompanhar o crescimento do nível de emprego, nas empresas beneficiadas, em comparação com os valores das não financiadas, ao longo do interstício de 2000 a 2008.

Admite-se esse procedimento sob a hipótese de que o impacto na geração de empregos, em decorrência dos financiamentos, não se dá, necessariamente, no curto prazo. Além disso, procedendo-se dessa forma, fica estabelecido um conjunto de tamanho único de empresas beneficiadas, para uma avaliação acerca do impacto dos investimentos na geração de empregos, ao longo do período de 2000 a 2008. Assim, caso a formação desse conjunto ocorresse com a inclusão de empresas somente a partir do recebimento do primeiro desembolso, no referido período, ter-se-ia um acréscimo de estoque de mão de obra que, aparentemente e de forma inconsistente, indicaria um crescimento do nível de emprego, independentemente de ter-se dado como decorrência da aplicação dos investimentos.

Tratando-se especificamente dos procedimentos de medição dos impactos dos investimentos do BNB e em particular do FNE, trabalham-se as informações produzidas pela RAIS e aquelas relativas aos desembolsos, descrevendo-se, nesse contexto, para o período de 2000 a 2008, a variável

estoque de emprego das empresas financiadas, considerando aquelas que receberam pelo menos uma parcela do investimento requerido ao BNB (desembolsos efetivos), o das empresas não financiadas e do total das empresas, segundo os estados da região Nordeste. Classificam-se ainda as empresas, segundo o porte dos estabelecimentos localizados na Região Semiárida e fora do semiárido.

4.3.2.3 Aplicação da técnica de Correlação Linear

Outra questão abordada neste documento diz respeito à precarização dos empregos, vista a partir da queda dos rendimentos do trabalho[23] e que, uma das razões determinantes desse processo é, em hipótese, a redução dos salários de admissão dos jovens[24], em comparação com os adultos. Para tratar especificamente desta questão, utiliza-se como procedimento estatístico a técnica de correlação linear, levando em conta a distribuição dos salários de admissão dos dois segmentos populacionais citados, numa avaliação comparativa entre os resultados pertinentes aos anos de 2000 e de 2008. Para tanto, adota-se o CAGED, tratando-se das variáveis faixas de admissão, em salários-mínimos, e crescimento relativo da participação dos trabalhadores, nas respectivas faixas.

Teoricamente, a correlação linear corresponde à raiz quadrada do coeficiente de determinação, sob a condição de os resultados assumirem valores positivos ou negativos. Melhor explicando, a correlação positiva expressa uma relação direta entre as variáveis, ou seja, o comportamento conjunto seja ele ascendente ou descendeste, enquanto que, na correlação negativa, as variáveis apresentam tendências contrárias. Ainda sobre este índice, o seu valor equivale ao quociente entre a raiz quadrada da variação explicada, isto é, do quadrado dos desvios em torno do parâmetro médio de um indicador e a variação total, que corresponde à soma da variação explicada e daquela não explicada, que envolve o quadrado do desvio, em torno de um valor casual ou imprevisível.

A Tabela 84 apresenta as variáveis arroladas para o cálculo da correlação linear. Inicialmente, determina-se o coeficiente entre a evolução crescente dos salários de admissão e o crescimento da participação relativa do número de jovens nas várias faixas de salário-mínimo, gerando, dessa forma, um coeficiente para o ano de 2000 e outro para o de 2008. Na perspectiva de comprovar a hipótese levantada, definem-se os mesmos coeficientes para o segmento dos adultos. No que se refere à quantificação das faixas, adotam-se as observações da variável em questão, ou seja, o ponto médio de cada classe, ressaltando-se que se exclui dos cálculos a frequência acima de 20 salários, pelo fato de o ponto médio ser desconhecido. Esse procedimento afeta de forma inexpressiva os resultados, haja vista a baixa representação de trabalhadores na referida faixa.

---

[23] Tratam-se as questões relativas aos rendimentos e aos salários de admissão, tendo-se como indexador o salário mínimo do cada ano do período de 2000 a 2008, conforme tabulação emitida pelo MTE.

[24] Define-se como população jovem as pessoas na faixa etária até 29 anos e a população adulta, ou seja, aquela com idade igual ou superior a 30 anos.

De que maneira comprova-se a hipótese em questão? No cálculo da correlação linear, quanto maior a variação total, menor a relação entre as variáveis. Diante disso, considerando a tendência contrária entre o aumento do salário de admissão, numa ordem crescente por faixas, e a participação dos trabalhadores nessas faixas, os coeficientes assumem valores negativos. Nesse contexto, na comparação entre os resultados do coeficiente de correlação, referente ao período de 2000 a 2008, o menor decréscimo indica uma correlação mais expressiva da redução da participação de pessoas nas faixas mais elevadas dos salários de admissão.

Tabela 84 – Matriz do Vetor de variáveis para o cálculo da correlação

Faixas de salário-mínimo	Observações da variável	Freqüência relativa (1)
0,0 --| 0,5	0,25	$F_i \div N$
0,5 --| 1,0	0,75	$F_{i+1} \div N$
1,0 --| 1,5	1,25	$F_{i+2} \div N$
1,5 --| 2,0	1,75	$F_{i+3} \div N$
2,0 --| 3,0	2,50	$F_{i+4} \div N$
3,0 --| 4,0	3,50	$F_{i+5} \div N$
4,0 --| 5,0	4,50	$F_{i+6} \div N$
5,0 --| 7,0	6,00	$F_{i+7} \div N$
7,0 --| 10,0	8,50	$F_{i+8} \div N$
10,0 --| 15,0	12,50	$F_{i+9} \div N$
15,0 --| 20,0	17,50	$F_{i+10} \div N$

Nota (1): Probabilidade de inclusão na respectiva faixa i, sendo i = 1

4.3.2.4 Coeficiente de correlação

$$r = \Sigma (vrd_{T,E}) \times (vres_{T,E}) \div [\Sigma (vrd_{T,E})^2 \times \Sigma (vres_{T,E})^2]^{1/2}$$

Onde:

r: coeficiente de correlação

vrd = VRD – Σ VRD_E / número de anos

vres = VRD – Σ $VRES_E$ / número de anos.

Por fim, mais uma vez, utiliza-se o coeficiente de correlação para medir o impacto dos investimentos das fontes do BNB e do FNE, a partir do crescimento relativo dos indicadores aporte de desembolso e estoque de emprego, ao longo do período de 2000 a 2008, especificamente para cada

estado da região Nordeste. Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

1. Identificar o valor total de desembolso para cada ano do período de 2000 a 2008.

2. Calcular um índice de base fixa (ano de 2000) dos valores de desembolso, referentes ao período de 2001 a 2008.

3. Determinar a variação relativa de cada índice, de acordo com a expressão a seguir, compondo-se, dessa forma, o primeiro vetor para o cálculo da correlação.

$$VRD_{T,E} = [(D_{T,E} \div D_{2000,E}) - 1] \times 100,00$$

Onde:

$VRD_{T,E}$: variação relativa do desembolso do ano T = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, 2007 e 2008, do Estado E = Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

$D_{T,E}$: Desembolso do ano T do Estado E.

D_{2000}: Desembolso do ano de 2000 (base para o cálculo do índice), do Estado E.

4. Identificar o estoque de mão-de-obra das empresas beneficiadas, para cada ano do período de 2000 a 2008.

5. Calcular o índice de base fixa (ano de 2000) do estoque de emprego, relativo ao período de 2001 a 2008.

6. Determinar a variação relativa de cada índice, observando a expressão abaixo, construindo-se, dessa forma o segundo vetor para o cálculo da correlação.

$$VRES_{T,E} = [(ES_{T,E} \div ES_{2000,E}) - 1] \times 100,00$$

Onde:

$VRES_{T,E}$: variação relativa do estoque de emprego do ano T = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, do Estado E = Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

ES_T: Estoque de emprego do ano T do Estado E.

ES_{2000}: Estoque de emprego do ano de 2000 (base para o cálculo do índice), do Estado E.

Finalmente, tendo-se como referência a expressão que se segue, determina-se o coeficiente de correlação para cada estado da região Nordeste,

para as empresas financiadas pelo BNB, e especificamente aquelas que receberam desembolsos do FNE.

4.3.2.5 Classificação do Porte das Empresas

Adotam-se para a classificação do porte das empresas micro, pequena e média/grande os critérios definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE constante na RAIS, onde é utilizada a variável faturamento, estratificada de acordo com as faixas especificadas na Tabela 85.

Tabela 85 - Faixas de classificação do porte das empresas, segundo a variável receita operacional bruta anual

Faixas (R$)	Micro	Pequena	Média/Grande
Até 240.000,00			
240.000,00 --| 2.400.000,00			
> 2.400.000,00			

Fonte: RAIS

4.4 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumento de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.4.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre

si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados e de qual estado ou região do país são adquiridos tais insumos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País, além de utilizar-se de dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e à instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, consumo da administração pública, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerça influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da matriz inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe, ainda, observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final, pois nos anos posteriores os impactos são residuais.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP), entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, pode-se estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, no valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, no estados da Região Nordeste, e os efeitos de transbordamento para outras regiões do país. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

4.4.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2011[25]

Os valores totais contratados pelo FNE no primeiro semestre de 2011 alcançaram aproximadamente R$ 4,3 bilhões, distribuídos entre os setores Rural (36,5% dos recursos), Comércio e Serviços (23,8%), Industrial e Turismo (20,6%), Infraestrutura (16,8%) e Agroindustrial (2,3%). Considerando apenas

[25] Os valores considerados nesse item se referem apenas às contratações do FNE na Região Nordeste do Brasil, excluindo-se os valores contratatos no norte do Espírito Santo e Minas Gerais, em virtude de limitações da Matriz Insumo Produto.

os efeitos no âmbito da região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2[26], acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R$ 10,2 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2011[27]. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção é o Rural, com 37,4% desse valor.

O valor agregado à economia da região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação do PIB da região) é estimado em R$ 5,7 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R$ 2,3 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços, Indústria e Turismo e Infraestrutura, também são expressivos (Tabela 8).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 486,1 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2011. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 279,5 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 57,5% dos empregos gerados na região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano[28], utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria e Turismo deverão gerar em torno de 93 mil e 60 mil ocupações, respectivamente, representando 12,3% e 19,2%. Os setores Infraestrutura e Agroindustrial deverão responder por 46,5 mil e 6,7 mil ocupações, respectivamente (Tabela 86).

Tabela 86 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeiro Semestre de 2011

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria/ Turismo	Infraest.	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R$ Milhões)[2]	825,5	728,1	97,9	878,3	714,0	462,0	550,4	4.256,2
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R$ milhões)	2.066,01	1.766,21	213,20	2.076,87	1.658,95	1.142,54	1.320,27	10.244,04
Valor Agregado / Renda (em R$ milhões)	1.249,99	1.035,08	118,50	1.151,71	889,26	612,67	673,45	5.730,66
Empregos (em número								

[26] Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas.

[27] Pressupõe-se que as contratações de 2011 geram investimentos e operações em custeio, realizados no ano de 2011, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

[28] Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria/ Turismo	Infraest.	Serviços	Comércio	Total
de pessoas)	174.925	104.539	6.740	59.854	46.513	31.560	61.982	486.113
Salários (em R$ milhões)	377,61	304,06	35,21	327,78	248,47	179,60	203,83	1.676,55
Tributos (em R$ milhões)	258,02	248,54	31,04	293,03	258,54	175,01	151,35	1.415,53
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R$ milhões)	3.428,18	3.042,36	359,44	3.514,46	2.794,06	1.912,22	2.067,89	17.118,61
Valor Agregado / Renda (em R$ milhões)	1.818,84	1.567,10	179,00	1.748,62	1.357,35	934,94	982,38	8.588,23
Empregos (em número de pessoas)	194.449	120.825	8.474	76.487	58.905	40.360	73.216	572.716
Salários (em R$ milhões)	554,77	468,64	54,05	512,41	393,19	279,51	300,07	2.562,65
Tributos (em R$ milhões)	472,92	475,80	57,73	556,15	474,29	317,96	283,40	2.638,26

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.
Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.
(2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R$ 1,7 bilhão, cabendo ao Setor Rural a importância de R$ 681,7 milhões, representando 40,7% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Indústria e Turismo, com 19,6% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na região, estima-se o pagamento de aproximadamente R$ 1,4 bilhão, com destaque para os setores Rural, Indústria e Turismo e Infraestrutura.

Cabe ainda comentar, sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R$ 4.928,00 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural[29]. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R$ 11.482,00 em Indústria e Turismo, R$ 11.552,00 no Setor Agroindustrial, R$ 8.914,00 em Comércio e Serviços, R$ 11.121,00 em Infraestrutura, e R$ 7.431,00 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores Agroindustrial e Indústria, denotando que são setores mais intensivos em capital.

[29] Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, é necessário R$ 4.245,00 e R$ 6.026,00, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são, R$ 7.517,00 e R$ 11.448,00, respectivamente.

4.4.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma forte dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para os impactos totais de R$ 17,1 bilhões na produção estimados para o País, R$ 6,9 bilhões, ou 40,2%, ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 572,7 mil novas ocupações, 15,1% desses são gerados para fora da região Nordeste (Tabela 8). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.4.2.2 Impactos das Atividades Selecionadas dos Estados

A Tabela 87 discrimina os impactos do FNE na economia, a partir de atividades selecionadas da economia de cada um desses estados, sendo consideradas as duas atividades com maiores volumes de contratações. Cabe ressaltar que algumas atividades com contratações de relevo, no primeiro semestre de 2010, foram superadas por outras atividades no primeiro semestre de 2011. Todavia, com exceção da Bahia, em que as duas principais atividades, no primeiro semestre de 2011, não faziam parte do seleto grupo do mesmo período de 2010, os outros Estados da Região mantêm, pelo menos, uma das principais atividades do ano anterior. O total de recursos contratados pelas duas maiores atividades de cada estado representou 39,7% dos recursos contratados pelo FNE na Região Nordeste no primeiro semestre de 2011, equivalente a R$ 1,7 bilhão.

A atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água é a principal em valor contratado, olhando todos os Estados. Representa 25,7% dos R$ 1,7 bilhão. Ela é a principal atividade em valor de contratações do Estado do Ceará, R$ 311 milhões (Infraestrutura – implantação e expansão), com repercussões de R$ 1,4 bilhão no valor bruto da produção e R$ 655,4 milhões no valor agregado (renda). Os impactos nos salários, nos tributos e nas novas ocupações foram R$ 193,6 milhões, R$ 230,7 milhões e 28,9 mil, respectivamente.

No Setor Industrial, excluindo-se a atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água, merece destaque a indústria de produtos minerais não metálicos, mais especificamente a fabricação de cimento, no estado do Rio Grande do Norte, com valores contratados de R$ 261,7 milhões, gerando impactos na Região de R$ 992,9 milhões no valor bruto da produção e no valor agregado (renda) de R$ 506,5 milhões. Vale observar, ainda, os impactos nos salários e nos tributos, de R$ 146,2 milhões e R$ 158,6 milhões, respectivamente, além de 21,8 mil novas ocupações estimadas, a partir das contratações e desembolsos do primeiro semestre de 2011.

Tabela 87 - Impactos na Economia das Contratações do FNE em Atividades Selecionadas, por Estado[1] – Primeiro Semestre de 2011

Valor em R$ milhão

Estado	Atividades[2]	Valor Contratado[3]	Produção	Renda	Empregos*	Salários	Tributos
	Com.Atacadista	31,9	125,9	70,7	3.127	23,6	16,1
AL	Bovinocultura	20,9	88,6	44,1	3.031	13,22	13,8
	Bovinocultura	124,5	555,1	286,5	20.028	91,4	89,5
BA	EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	123,7	540,5	279,6	11.570	84,3	88,1
	PROD. E DISTRIB.ELETRICIDADE, GAS E AGUA	310,7	1.360,7	665,4	28.874	193,6	230,7
CE	Com.Varejista	74,2	327,2	168,3	9.237	50,2	51,4
	Bovinocultura	164,1	625,3	340,9	27.692	100,4	98,4
MA	IND. METAL-MECANICA	101,5	356,9	189,4	7.993	53,9	56,0
	Bovinocultura	22,8	93,1	48,6	3.251	13,9	14,7
PB	Com.Varejista	17,6	68,1	36,7	2.787	11,4	10,0
	Transp.Ferroviario	78,3	320,1	145,3	6.593	41,3	54,5
PE	Com.Varejista	75,6	307,6	159,4	11.063	46,0	47,6
	Graos	74,9	320,9	162,5	18.850	56,6	45,7
PI	PROD. E DISTRIB.ELETRICIDADE, GAS E AGUA	70,0	303,1	148,6	6.159	45,9	53,9
	Ind.Prod.Minerais nao Metalicos	261,7	992,9	506,5	21.832	146,2	158,6
RN	PROD. E DISTRIB.ELETRICIDADE, GAS E AGUA	49,3	187,3	91,3	3.901	25,5	31,2
	Graos	42,0	153,1	80,4	8.197	24,9	20,1
SE	Laticinios	27,6	92,8	46,4	1.717	14,2	16,0

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

(*) Número de Pessoas

(1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram no período de aplicação dos recursos.

(2) Atividades com maiores montantes de contratações em cada estado.

(3) Valores a preços de junho de 2011.

No Setor Agropecuário, destaque para a atividade de bovinocultura, que detém o maior valor de contratações, R$ 332,3. É a atividade de destaque no Maranhão. Três outros estados têm a bovinocultura como uma das duas principais atividades, em valor de contratações do FNE, no primeiro semestre de 2011 (Bahia, Paraíba e Alagoas). O total desses investimentos deverão gerar impactos de 54,0 mil novas ocupações, a partir das contratações e desembolsos do primeiro semestre de 2011, com reflexos, ainda, de R$ 1,4 bilhão na produção e R$ 720,1milhões no valor agregado (renda). Os impactos na massa salarial e tributos são de R$ 218,9 milhões e R$ 216,4 milhões, respectivamente. Na atividade grãos, cabe destacar a soja, o milho e o arroz, no estado do Piauí, e o milho, em Sergipe, com valores contratados no montante total de R$ 116,9 milhões, provocando impactos de produção e renda, na Região, nos valores de R$ 474,0 milhões e R$ 242,9 milhões, respectivamente. Os impactos, em termos de empregos, salários e tributos foram de aproximadamente 27,0 mil novas ocupações, R$ 81,5 milhões e R$ 65,8 milhões, respectivamente.

No Setor de Infraestrutura, se sobressai a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, já comentada acima pelas operações de relevo no estado da Ceará. Cabe ressaltar que o Setor de Infraestrutura é um dos setores pouco intensivos em mão de obra, mas, em contrapartida é o que mais gera externalidades positivas, como os benefícios gerados para novos investimentos econômicos que serão atraídos pela maior e melhor oferta dos serviços de energia elétrica, telecomunicações e transportes na região, e a melhoria da saúde das comunidades com os investimentos em saneamento básico.

A Agroindústria é um dos setores de destaque no estado de Sergipe, na atividade laticínios (implantação de uma fábrica de produtos de laticínios e beneficiamento do leite), com contratações no valor total de R$ 27,6 milhões. Os impactos na produção, na renda, nos salários e nos tributos são estimados nos valores de R$ 92,8 milhões, R$ 46,4 milhões, R$ 14,2 milhões e R$ 16,0 milhões, respectivamente. A matriz de insumo-produto também estima a criação de 1,7 mil empregos.

O comércio varejista é a atividade básica, em valor de contratações no Setor Comércio e Serviços. Dos nove estados do Nordeste, três têm no comércio varejista uma das duas principais atividades com contratações do FNE (Pernambuco, Ceará e Paraíba). O valor do total das contratações monta a R$ 167,4 milhões, sendo 45,2% desse valor é no estado de Pernambuco. Os impactos na Região, estimados pela matriz de insumo-produto, são: R$ 702,9 milhões na produção, R$ 364,4 milhões no valor agregado (renda), R$ 107,6 milhões na massa salarial e R$ 109,0 milhões em tributos. Cabe ainda ressaltar os impactos estimados em 23,1 mil novas ocupações.

4.4.2.3 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para mini/pequenos e médios empreendimentos

Os valores contratados pelo FNE para os mini/pequenos e médios empreendimentos, alcançaram R$ 2,1 bilhões no primeiro semestre de 2011,

como mostra a Tabela 8. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE. Esta participação, no período em análise, nas atividades pecuária, serviços e comércio, representam 84,2%, 84,1% e 66,3%, respectivamente. A participação nas atividades agrícola e industrial é em menor escala, mas é ainda relevante, em torno dos 40,0%. Vale ainda destacar, o potencial de geração de emprego das atividades dos mini/pequenos e médios empreendedores. Enquanto eles têm capacidade de gerar 219 empregos por um milhão de aplicação, quando se olha a média de geração de emprego por um milhão esse valor passa para 135 empregos (ver dados da Tabela 88).

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R$ 915,9 milhões, ou 44,3% do total dos recursos e que representa 94,9% das operações, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 36,4% e o Setor Industrial, com 18,4% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,9% dos recursos. Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2. Os esperados acréscimos na produção bruta regional são de aproximadamente R$ 7,5 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R$ 5,3 bilhões. O número de empregos gerados na Região, a partir das contratações e desembolsos do primeiro semestre de 2011, é estimado em 383,7 mil, e aproximadamente 68,8 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R$ 4,4 bilhões no Nordeste e um vazamento de R$ 2,2 bilhões para as demais regiões brasileiras.

Tabela 88 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte do Empreendimento (Micro, Mini e Pequeno) – Primeiro Semestre de 2011[(1)]

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R$ Milhões)[2]	302,61	613,28	18,64	380,24	388,63	364,88	2.068,28
Quantidade de Contratações	39.916	139.517	92	1.255	1.570	6.764	189.114
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção (em R$ milhões)	761,00	1.483,64	46,66	891,14	961,29	1.394,53	7.544,98
Valor Agregado / Renda (em R$ milhões)	459,23	865,97	25,03	495,74	513,59	818,14	4.353,31
Empregos (em número de pessoas)	69.193	88.968	1.479	25.683	27.942	74.508	383.675
Salários (em R$ milhões)	141,35	253,71	7,24	139,95	149,32	254,23	1.296,79
Tributos (em R$ milhões)	96,46	208,61	6,62	125,87	147,91	195,54	1.067,06
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção (em R$ milhões)	1.261,50	2.554,52	78,87	1.518,40	1.610,56	2.352,89	12.871,33
Valor Agregado / Renda (em R$ milhões)	671,11	1.311,95	38,54	755,39	787,18	1.217,05	6.573,72
Empregos (em número de pessoas)	76.685	103.890	1.879	32.943	36.471	86.443	452.507
Salários (em R$ milhões)	206,27	391,59	11,39	220,37	233,17	377,60	1.981,21
Tributos (em R$ milhões)	175,87	399,20	12,39	240,80	268,80	364,23	2.017,45

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos.

(2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações, no âmbito do FNE, registrada até junho/2011 foi de 3,6%, mantendo-se praticamente estável em comparação com a verificada no mesmo período de 2010, que foi de 3,7% (Tabela 89).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às contratações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (16,0%) que apresentaram elevação em relação ao primeiro semestre de 2010, cujo índice foi de 14,3%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observou-se também elevação em relação a igual período de 2010 para a categoria de Micro e Mini, que passou de 7,5% para 8,8%. Os segmentos Pequeno, Médio e Grande portes tiveram pequena redução, passando de 4,6%, 2,6% e 1,3% para 4,2%, 2,4% e 1,0%, respectivamente.

Tabela 89 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários

Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (1)	Inadimplência do Segmento (%) (3)
Cooperativas/Associações	344.580	1,1	55.221	0,2	16,0
Micro e Mini	7.191.380	23,1	631.905	2,0	8,8
Pequeno	3.627.848	11,7	151.192	0,5	4,2
Médio	4.850.402	15,6	115.108	0,4	2,4
Grande	15.061.788	48,5	155.937	0,5	1,0
Total	31.075.998	100,0	1.109.363	3,6	3,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os índices de todos os segmentos mantiveram-se estáveis na comparação com os registrados no primeiro semestre de 2010. Os valores em atraso da categoria grande porte apresentaram uma leve redução de 0,6% para 0,5%.

A adoção dos procedimentos instituídos pela Lei nº 12.249/2010, bem como, o contínuo trabalho desenvolvido pelo Banco em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, contribuíram fortemente para a manutenção da redução da inadimplência no 1º semestre/2011.

Em se tratando dos setores beneficiados, o Setor Rural continua apresentando um maior índice de inadimplência em relação aos demais setores, registrando inadimplência de 6,3% no período analisado. No Setor

Agroindustrial, a inadimplência se reduziu de 3,0%, no primeiro semestre de 2010, para 2,6%. O Setor Industrial/Turismo teve uma leve redução de 2,1% para 1,4%, comparando-se o mesmo período. Já os setores de Comércio e Serviços e Financiamento à Exportação, mostraram índices de 1,4% e 4,9%, respectivamente, enquanto que o Setor de Infraestrutura não apresentou índice considerável (Tabela 90).

Tabela 90 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor

Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) [1]	Saldo em Atraso [2]	Inadimplência (%) [3]	Inadimplência do Segmento (%) [4]
Rural	14.551.995	46,8	923.700	3,1	6,3
Agroindustrial	1.000.175	3,2	25.772	0,1	2,6
Industrial/Turismo	5.336.826	17,2	75.434	0,2	1,4
Infraestrutura	4.923.408	15,8	-	-	-
Comércio e Serviços	4.985.995	16,1	70.967	0,2	1,4
Financ. à Exportação	277.599	0,9	13.490	-	4,9
Total	31.075.998	100,0	1.109.363	3,6	3,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: **(1)** Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. **(2)** Total das parcelas em atraso do segmento. **(3)** Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. **(4)** Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os setores Agroindustrial e Comércio e Serviços, acima mostrados, mantiveram-se constantes ao final do 1º semestre/2011 comparado com igual período de 2010. O setor de Financiamento à Exportação apresentou índice de inadimplência irrelevante no 1º semestre/2011 em relação ao total das aplicações, e por essa razão não está registrado na Tabela 90.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998 manteve-se em 9,1% ao final do 1º semestre/2011, um ponto percentual acima do índice verificado no mesmo período de 2010. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, o percentual de inadimplência do 1º semestre/2011 foi de apenas 2,5%,(Tabela 91) ou seja, levemente abaixo do índice apresentado em 2010.

Tabela 91 – FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação

Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Data Contratacao	Saldo Aplicacoes	(%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Inadimplência (%) (3)	Inadimplência do Segmento (%) (4)
Até 30.11.1998(5)	5.401.397	17,4	492.427	1,6	9,1
Após 30.11.1998(6)	25.674.601	82,6	616.936	2,0	2,4
Total	31.075.998	100,0	1.109.363	3,6	3,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

5.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 116,5 mil operações de crédito no 1º semestre/2011, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R$ 480,4 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R$ 112,0 milhões, ou seja, 23,3% do total regularizado (Tabela 92).

Tabela 92 – FNE – Recuperação de Dívidas(1) – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

SUPER	Qtde. Ops.	Vr. Receb. em Espécie	Vr. Regularizado
RECUP. CRÉDITO	1.509	22.009	90.760
AL	8.842	5.870	26.931
BA	29.190	22.460	103.813
CE	17.089	10.677	43.228
MA	6.455	8.276	17.619
MG/ES	8.661	8.491	39.313
PB	9.390	4.713	32.243
PE	13.244	13.080	55.659
PI	9.446	6.485	28.533
RN	7.145	4.294	24.809
SE	5.507	5.673	17.526
Total Geral	116.478	112.029	480.435

Fonte: BNB - Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito

NOTA: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociações de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação no 2º semestre/2010 das

Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), que desenvolveram trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos que estavam passíveis desse procedimento, como por exemplo a criação do Projeto Estratégico Instrução Cobrança Judicial com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; desenvolvimento de campanha de divulgação da Lei 12.249/2010, para identificação das operações enquadráveis no referido instrumento legal de renegociação e orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com as providências levadas à prática considerando os critérios da mencionada Lei, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas, viabilizaram melhores condições para regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no decorrer do 1º semestre de 2011.

Outro importante fator de contribuição para o bom desempenho na recuperação de créditos e consequentemente na redução dos índices de inadimplência, foi a melhoria da estrutura da área jurídica do Banco realizada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

5.3 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-B, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB (Tabela 93).

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes.

Tabela 93 – FNE - Liquidações pelo Equivalente Financeiro - Resolução 30/2010 do CONDEL
Posição: 30/06/2011

Valores em R$ mil

Quant. Ops.	Vr. Saldo pelos Enc. Normais	Valor Recebido
4	1.525	813

Fonte: BNB – Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito

6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R$ 50.000,00 e menor ou igual a R$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 30.06.2011, 1.812.739 operações "em ser" no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 76.254 atividades de campo em operações do FNE no primeiro semestre de 2011, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens. Destas atividades, 47.513 se referem à vistoria, sendo 5.787 de rotinas e 41.726 de desembolso.

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2011

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*,

atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 52,0%, 22,0% e 4,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2011. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 22,0% (Gráfico 6).

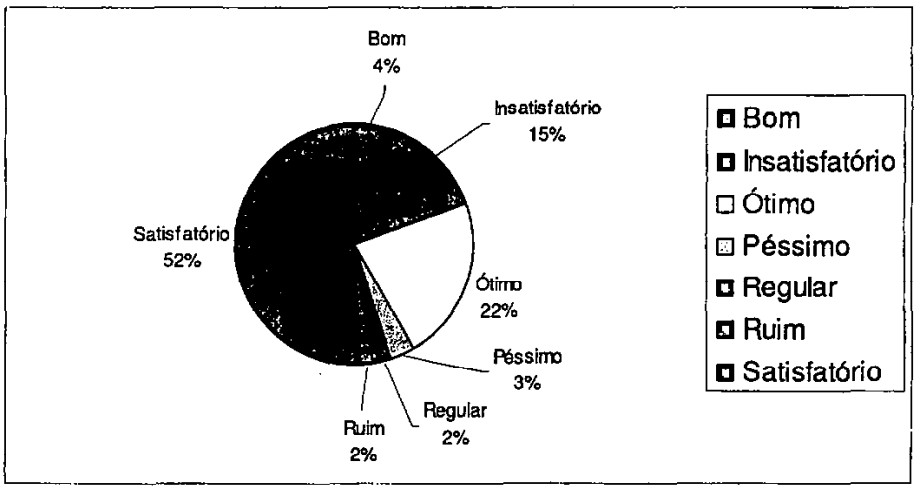


Gráfico 6 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011

6.2 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no primeiro semestre de 2011 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (78%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.

- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidas à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. C. de. (2002). **Nordeste**: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

BNB. **Programação 2011: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 6.367 de 30 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em 16/03/2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2000:** características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010 >. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Contagem da População.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>. Acesso em: 01.ago.2009.

_____ (2009). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro.

_____. **Contas Regionais do Brasil - 2004-2008.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____ (2008). **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/>;

_____. **Produção Agrícola Municipal/2009.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ Acesso em 22.02.2011.

____. **Produção Física Regional/dezembro de 2010.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ Acesso em 22.02.2011.

____. **Em 2010, produção industrial cresceu em todos os 14 locais pesquisados.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/ Acesso em 23.02.2011.

Ministério da Integração Nacional (2004). **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro.** Brasília.

Ministério da Integração Nacional (2005). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.** Brasília.

Ministério da Integração Nacional (2006). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**: desafios e possibilidades para o Nordeste no século XXI. Brasília.

SOUSA, J. M. P; GONÇALVES, M. F.; CASTELO BRANCO, E.; SOUZA, J. M. G. de; ALVES FILHO, J. V. M. A.; TELES, J. A. **Avaliação da Execução, Resultados e Impactos do FNE Proatur.** Fortaleza: BNB, 2010.

VIDAL, M. de F.; GONÇALVES, M. F. **O Segmento da Pesca Marinha na Costa Nordestina.** Fortaleza: BNB, 2010. (Série Documentos do Etene – n. 28)

ANEXOS

Banco do Nordeste

Tabela 1A – FNE - Contratações [1] por Estados e Setores na Região Semiárida – 1º Semestre de 2011

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	21.555	928	982	-	-	5.986	29.451	1,6
Bahia	212.348	4.562	131.930	805	-	86.471	436.116	23,3
Ceará	136.361	7.505	67.900	5.437	60.747	137.889	415.839	22,2
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	84.987	103	2.647	-	-	18.688	106.425	5,7
Paraíba	30.712	819	4.385	245	-	21.927	58.088	3,1
Pernambuco	124.022	477	26.302	39.948	-	55.750	246.499	13,2
Piauí	41.364	489	641	990	-	14.832	58.316	3,1
Rio Grande do Norte	49.562	1.312	296.811	2.172	49.271	42.277	441.405	23,6
Sergipe	59.410	780	8.302	96	-	13.164	81.752	4,4
Total	760.321	16.975	539.900	49.693	110.018	396.984	1.873.891	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Banco do Nordeste

Tabela 2A – FNE - Contratações (1) por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	30.228	-	9.620	13.274	-	51.430	104.552	4,0
Bahia	287.742	3.475	16.300	10.426	47.995	136.609	502.547	19,2
Ceará	34.359	450	45.254	3.119	312.486	82.306	477.974	18,3
Espírito Santo	27.234	5.000	1.786	988	-	15.868	50.876	1,9
Maranhão	352.103	19.366	111.828	11.473	60.743	134.189	689.702	26,4
Minas Gerais	60.404	-	1.886	359	-	14.763	77.412	3,0
Paraíba	15.966	2.055	14.948	318	-	21.491	54.778	2,1
Pernambuco	25.077	361	28.063	172	112.816	84.801	251.290	9,6
Piauí	92.107	351	5.778	5.213	70.000	71.812	245.261	9,4
Rio Grande do Norte	2.118	898	5.856	569	-	18.901	28.342	1,1
Sergipe	38.604	54.069	8.079	1.015	-	32.591	134.358	5,1
Total	965.942	86.025	249.398	46.926	604.040	664.761	2.617.092	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3A – FNE - Contratações por Estados e Zona Climática – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%)
Alagoas	29.451	104.552	134.003	3,0
Bahia	436.116	502.547	938.663	20,9
Ceará	415.839	477.974	893.813	19,9
Espirito Santo	-	50.876	50.876	1,1
Maranhão	-	689.702	689.702	15,4
Minas Gerais	106.425	77.412	183.837	4,1
Paraiba	58.088	54.778	112.866	2,5
Pernambuco	246.499	251.290	497.789	11,1
Piaui	58.316	245.261	303.577	6,8
Rio Grande do Norte	441.405	28.342	469.747	10,5
Sergipe	81.752	134.358	216.110	4,8
Total	1.873.891	2.617.092	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Banco do Nordeste

Tabela 4A – FNE - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Total Valor	Total (%) de (A)
Ativo Total (A)	17.774.878	17.774.878	35.549.756	100,0
Recursos Comprometidos (B)	14.000.522	21.204.843	35.205.365	99,0
Recursos Aplicados	12.322.233	19.018.672	31.340.905	88,1
Operações de Crédito	12.688.674	18.387.324	31.075.998	87,3
Provisão para Operações de Crédito	(714.191)	(400.822)	(1.115.013)	(3,1)
Relações Interfinanceiras	346.343	1.030.131	1.376.474	3,9
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	603	874	1.477	-
Outros Créditos	804	1.165	1.969	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	1.678.288	2.186.171	3.864.460	10,9
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	3.774.356	(3.429.965)	344.391	1,0
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	196.794	342.262	539.056	1,5
Demanda nas Agências (E)	2.045.017	2.752.209	4.797.226	13,5
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	1.532.545	(6.524.436)	(4.991.891)	(14,0)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 5A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	51.783	1.591	3.255,4
Bahia	500.090	10.393	4.811,7
Ceará	170.720	4.302	3.968,7
Espirito Santo	27.234	2.282	1.193,6
Maranhão	352.103	8.880	3.965,2
Minas Gerais	145.391	3.197	4.548,2
Paraiba	46.678	1.629	2.865,6
Pernambuco	149.099	3.738	3.988,3
Piaui	133.471	1.885	7.081,2
Rio Grande do Norte	51.680	1.180	4.379,8
Sergipe	98.014	1.051	9.328,2
Total	1.726.263	40.126	4.302,1

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003.

Notas: (1) O PIB Rural do Norte do Espírito Santo foi estimado em 13,7% do PIB Total do Estado. (2) O PIB Rural do Norte de Minas Gerais foi estimado em 6,1% do PIB Total do Estado.

Tabela 6A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	10.602	13.274	4.671	284
Bahia	148.230	11.231	34.134	33
Ceará	113.154	8.556	14.391	59
Espirito Santo	1.786	988	3.056	32
Maranhão	111.828	11.473	6.749	170
Minas Gerais	4.533	359	3.651	10
Paraiba	19.333	563	5.724	10
Pernambuco	54.365	40.120	15.149	265
Piaui	6.419	6.203	2.799	222
Rio Grande do Norte	302.667	2.741	6.578	42
Sergipe	16.381	1.111	6.713	17
Total	789.298	96.619	103.615	93

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003.

Notas: (1) O PIB Rural do Norte do Espírito Santo foi estimado em 13,7% do PIB Total do Estado. **(2)** O PIB Rural do Norte de Minas Gerais foi estimado em 6,1% do PIB Total do Estado.

Tabela 7A – FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Exclusivo FNE	5.401.547	492.422	9,1
Compartilhado FNE / BNB	25.254.133	530.250	2,1
PROCERA	200.624	80.574	40,2
Integral BNB	219.694	6.117	2,8
TOTAL	31.075.998	1.109.363	3,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 8A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa do Empreendimento e Programa – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Estado	Programas Setoriais											Programas Multissetoriais				
	PRONAF	Programa da Terra	Rural	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial	Agroin	Proinfra	Comércio e Serviços	Proinfra	Inovacred	Verde	Produtivo	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual	Total
ALAGOAS	206.975	25.679	384.455	196	-	267.814	193.766	47.411	179.006	47.971	72	26	-	55.300	48	1.402.719
BAHIA	840.729	39.849	2.674.958	58.212	7.043	955.649	86.907	107.234	717.407	1.067.687	184	147.034	6.275	309.078	52	7.038.298
CEARÁ	713.049	7.649	980.621	127.435	-	892.223	135.757	79.728	655.259	1.020.770	716	202.156	8.635	656.449	147	5.480.592
ESPÍRITO SANTO	32.782	-	187.751	52	-	9.632	71.494	4.695	76.777	-	-	28.813	-	13.936	-	425.732
MARANHÃO	663.074	23.724	1.488.543	14.858	-	186.091	183.284	59.043	504.389	489.794	-	89.280	66	159.127	17	3.871.300
MINAS GERAIS	266.052	2.808	815.760	-	-	28.073	5.338	1.116	68.773	11.352	-	286.539	-	106.925	25	1.592.956
PARAÍBA	219.939	24.682	264.849	7.888	6.153	227.088	37.570	8.874	156.553	267.264	-	46.587	-	124.239	12	1.411.818
PERNAMBUCO	573.003	30.990	740.555	10.443	4.612	711.235	40.438	56.703	477.216	618.311	-	311.624	50	259.562	-	4.034.742
PIAUÍ	394.814	1.348	925.867	5.543	-	36.636	9.540	13.812	198.629	347.942	-	12.766	-	121.632	14	2.069.543
RIO DE JANEIRO [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RIO GRANDE DO NORTE	296.758	19.781	374.975	58.769	-	158.423	23.415	37.168	203.957	583.154	158	400.590	21	147.999	51	2.308.219
SÃO PAULO [2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SERGIPE	164.634	24.120	392.287	6.294	-	212.358	281.655	42.893	152.380	39.286	32	252	-	123.945	23	1.440.178
Total	4.371.609	200.625	9.231.631	319.709	17.808	3.685.227	1.069.164	458.675	3.381.946	4.733.561	1.162	1.529.667	15.047	2.069.192	389	31.075.99[illegible]

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.
NOTA: (1) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (2) Exceto Programas Multissetoriais. (3) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.

Banco do Nordeste

Tabela 9A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa do Empreendimento e Porte de Tomadores – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e mini	Pequeno	Médio	Grande	Total
ALAGOAS	58.666	375.860	129.389	197.692	618.269	1.379.876
BAHIA	58.396	1.370.628	674.526	935.224	3.490.649	6.529.423
CEARÁ	42.272	1.291.083	832.965	1.163.538	2.356.836	5.686.694
ESPÍRITO SANTO	-	59.516	40.643	100.805	200.311	401.275
MARANHÃO	19.766	858.865	336.048	470.422	2.021.953	3.707.054
MINAS GERAIS	19.734	505.521	284.510	231.330	558.441	1.599.536
PARAÍBA	18.658	378.435	202.434	189.908	611.062	1.400.497
PERNAMBUCO	33.976	889.309	374.187	670.805	2.587.779	4.556.056
PIAUÍ	34.192	609.888	236.638	216.555	811.185	1.908.458
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	452.251	452.251
RIO GRANDE DO NORTE	54.165	432.113	264.594	281.010	808.626	1.840.508
SÃO PAULO	-	-	-	-	45.882	45.882
SERGIPE	4.755	420.162	251.914	393.113	498.544	1.568.488
Total	344.580	7.191.380	3.627.848	4.850.402	15.061.788	31.075.998

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 10A – FNE – Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa (Unidade Federativa do Empreendimento) – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Porte	Programas Setoriais									Programas Multissetoriais						
	PRONAF	Programa da Terra	Rural	Aquipesca	Pronaf Pesqueiro	Industrial	Agroindustrial	Agropecuário	Comércio e Serviços	Pronatec	Inovacred	Verde	Produtor	Giro Parceria Empresa	Empreendedor Individual	Total
Cooperativas/Assoc	296	51.286	241.981	-	13.196	9.002	22.068	-	4.669	-	-	-	-	2.062	0	344.580
Mini/Micro	4.370.717	104.973	2.162.343	6.434	-	14.600	1.534	6.766	128.136	-	129	4.186	159	391.024	379	7.191.380
Pequeno	596	44.333	1.413.341	4.850	-	93.374	27.711	62.459	260.891	-	380	25.587	167	1.694.149	10	3.627.848
Médio	-	4	1.294.709	38.741	4.612	875.997	252.428	330.536	1.444.343	139.537	276	459.794	8.468	957	0	4.850.402
Grande	-	29	4.119.257	239.675	-	2.592.249	765.423	58.914	1.546.487	4.594.024	377	1.039.100	6.253	0	0	15.081.788
Total	4.371.609	200.625	9.231.631	289.700	17.808	3.585.222	1.069.164	458.675	3.384.546	4.733.561	1.162	1.528.667	15.047	2.088.192	389	31.075.998

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 30.06.2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Banco do Nordeste

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
AGRIN	219.277	8.257	3,8	849.888	17.774	2,1	1.069.165	26.031	2,4
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	110.779	2.335	2,1	178.921	5.999	3,4	289.700	8.334	2,9
DITEC-PRODESA	118.119	15.466	13,1	984	118	12,0	119.103	15.584	13,1
DITEC-PRODIR	978	978	100,0	-	-	-	978	978	100,0
DITEC-PROINTEC	18.618	1.748	9,4	497	37	7,4	19.115	1.785	9,3
FNE INDUS-INUNDACOES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDACOES/2000	-	-	-	10	2	20,0	10	2	20,0
FNE VERDE/SERVICOS	2.976	-	-	-	-	-	2.976	-	-
FNE VERDE-INDUSTRIAL	355.409	293	0,1	539.815	799	0,1	895.224	1.092	0,1
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	152.742	-	-	37.106	-	-	189.848	-	-
FNE VERDE-RURAL	100.805	1.638	1,6	339.813	160	-	440.618	1.798	0,4
FNE-AQUISICAO DE CTN	544	115	21,1	464	28	6,0	1.008	143	14,2
FNE-COMERCIO	436.368	12.520	2,9	1.367.259	28.375	2,1	1.803.627	40.895	2,3
FNE-EI/COMERCIO	170	-	-	43	-	-	213	-	-
FNE-EI/CULTURA-SERVICOS	8	-	-	-	-	-	8	-	-
FNE-EI/INDUSTRIA	31	-	-	-	-	-	31	-	-
FNE-EI/SERVICOS	91	-	-	41	-	-	132	-	-
FNE-EI/TURISMO	4	-	-	-	-	-	4	-	-
FNE-ESTIAGEM/98	35.876	5.540	15,4	6.541	1.204	18,4	42.417	6.744	15,9
FNE-MPE-AGROINDUSTRIA	8.535	53	0,6	14.662	114	0,8	23.197	167	0,7
FNE-MPE-COMERCIO	482.727	6.051	1,3	396.289	7.417	1,9	879.016	13.468	1,5
FNE-MPE-CULTURA/COMERCIO	-	-	-	31	-	-	31	-	-
FNE-MPE-CULTURA/SERVICOS	777	11	1,4	888	-	-	1.665	11	0,7
FNE-MPE-INDUSTRIA	152.157	1.625	1,1	143.024	1.547	1,1	295.181	3.172	1,1

Banco do Nordeste

FNE-MPE-SERVICOS	347.028	1.692	0,5	439.427	2.930	0,7	786.455	4.622	0,6
FNE-MPE-TURISMO	40.994	252	0,6	61.652	375	0,6	102.646	627	0,6
FNE-OP.EST/98 ADQ.-LEI 1322	4.461	481	10,8	1.122	92	8,2	5.583	573	10,3
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10464	7.000	1.167	16,7	768	106	13,8	7.768	1.273	16,4
FNE-OP.ESTI/98 CONV-LEI10696	12.094	1.121	9,3	1.670	157	9,4	13.764	1.278	9,3
FNE-OP.PRONAF ADQ.-LEI 11322	2.742	282	10,3	1.861	230	12,4	4.603	512	11,1
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10464	127.758	23.870	18,7	21.978	3.488	15,9	149.736	27.358	18,3
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10696	21.704	2.579	11,9	11.268	1.638	14,5	32.972	4.217	12,8
FNE-OUTR.OP.ADQ.-LEI 11322	132.314	13.030	9,8	59.749	5.191	8,7	192.063	18.221	9,5
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10464	55.918	9.357	16,7	8.500	1.301	15,3	64.418	10.658	16,5
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10696	82.008	8.362	10,2	16.607	1.902	11,5	98.615	10.264	10,4
FNE-SERVICOS	303.532	3.770	1,2	1.277.137	18.022	1,4	1.580.669	21.792	1,4
INDUSTRIAL	1.092.946	25.980	2,4	2.541.756	27.369	1,1	3.634.702	53.349	1,5
INOVACAO-COMERCIAL	-	-	-	424	4	0,9	424	4	0,9
INOVACAO-INDUSTRIAL	22	-	-	-	-	-	22	-	-
INOVACAO-SERVICOS	-	-	-	717	-	-	717	-	-
MINERAL-CONC.LICENCIAMENTO	153	-	-	-	-	-	153	-	-
MINERAL-PESQUISA	3.972	2.180	54,9	-	-	-	3.972	2.180	54,9
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT PRONAF RECLASSIF-FNE	118	20	16,9	1.534	359	23,4	1.652	379	22,9
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	278	21	7,6	115	5	4,3	393	26	6,6
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	-	-	-	66	-	-	66	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	13.448	1.247	9,3	29.014	1.404	4,8	42.462	2.651	6,2
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	13.792	610	4,4	6.746	421	6,2	20.538	1.031	5,0
PROAGRI	49.522	4.890	9,9	93.560	6.749	7,2	143.082	11.639	8,1
PROATUR	47.822	2.335	4,9	410.853	10.296	2,5	458.675	12.631	2,8
PROCAR	198	30	15,2	76	1	1,3	274	31	11,3
PROCOOP	1	-	-	646	50	7,7	647	50	7,7
PROCULTURA-COMERCIO	-	-	-	6.288	-	-	6.288	-	-
PROCULTURA-SERVICOS	215	7	3,3	8.544	-	-	8.759	7	0,1
PRODESA	14.269	1.993	14,0	837	213	25,4	15.106	2.206	14,6
PRODETEC INDUSTRIAL	1.752	203	11,6	525	55	10,5	2.277	258	11,3

Banco do Nordeste

PRODETEC RURAL	1	-	-	-	-	-	1	-	-
PRODETEC-COMERCIAL	87	30	34,5	59	3	5,1	146	33	22,6
PRODETEC-INCUBADAS	3	3	100,0	375	45	12,0	378	48	12,7
PRODETEC-P&D	-	-	-	20	20	100,0	20	20	100,0
PRODETEC-PROINTEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODETEC-PROTEC	-	-	-	149	-	-	149	-	-
PRODETEC-SERVICOS	-	-	-	105	-	-	105	-	-
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MET.MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-METAL MECANICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MIN.N.METAL.-GIRO ESP.	-	-	-	95	28	29,5	95	28	29,5
PRODIN-MINERAL N.METALICO	157	62	39,5	336	137	40,8	493	199	40,4
PRODIN-QUIMICO	1.834	364	19,8	634	105	16,6	2.468	469	19,0
PRODIN-QUIMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFROTA PESQUEIRA	-	-	-	17.808	746	4,2	17.808	746	4,2
PROGER	117.278	20.887	17,8	87.472	15.730	18,0	204.750	36.617	17,9
PROGRAMA DA TERRA	74.864	28.068	37,5	125.760	52.506	41,8	200.624	80.574	40,2
PROINFRA	1.932.064	-	-	2.801.496	-	-	4.733.560	-	-
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	189.723	21.399	11,3	92.925	6.823	7,3	282.648	28.222	10,0
PROMICRO - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC	613	277	45,2	72	14	19,4	685	291	42,5
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF (FNE)	28.387	4.855	17,1	18.522	2.786	15,0	46.909	7.641	16,3
PRONAF FLORESTA - FNE	1.630	2	0,1	3.980	1	-	5.610	3	0,1
PRONAF GRUPO "A" - FNE	540.444	43.933	8,1	546.575	39.050	7,1	1.087.019	82.983	7,6
PRONAF GRUPO "B" - FNE	611.456	50.568	8,3	385.379	46.047	11,9	996.835	96.615	9,7
PRONAF GRUPO "C" - FNE	483.165	52.689	10,9	164.472	20.845	12,7	647.637	73.534	11,4
PRONAF GRUPO "D" - FNE	251.596	31.049	12,3	169.125	23.228	13,7	420.721	54.277	12,9

Banco do Nordeste

PRONAF GRUPO "E" - FNE	6.356	509	8,0	5.553	399	7,2	11.909	908	7,6
PRONAF GRUPO A/C - FNE	9.877	3.999	40,5	7.372	2.290	31,1	17.249	6.289	36,5
PRONAF JOVEM - FNE	1.904	96	5,0	965	78	8,1	2.869	174	6,1
PRONAF MULHER - FNE	76.343	5.356	7,0	21.242	1.219	5,7	97.585	6.575	6,7
PRONAF SEMI-ARIDO - FNE	116.966	5.126	4,4	-	-	-	116.966	5.126	4,4
PRONAF/AGREGAR (FNE)	34	34	100,0	-	-	-	34	34	100,0
PRONAF/ESTIAGEM 2010-FNE	924	-	-	-	-	-	924	-	-
PRONAF-A/FAT OP.ADQ.P/FNE	2.203	497	22,6	9.713	982	10,1	11.916	1.479	12,4
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	40	-	-	-	-	-	40	-	-
PRONAF-AGROINDUSTRIA (FNE)	1.489	94	6,3	530	37	7,0	2.019	131	6,5
PRONAF-COMUM (FNE)	182.698	5.854	3,2	91.845	3.647	4,0	274.543	9.501	3,5
PRONAF-ECO (FNE)	3.294	-	-	438	-	-	3.732	-	-
PRONAF-EMERGENCIAL/2009	3.544	493	13,9	1.240	269	21,7	4.784	762	15,9
PRONAF-GRUPO A/RECUPERACAO/FNE	4.490	149	3,3	3.916	62	1,6	8.406	211	2,5
PRONAF-MAIS ALIMENT/REVITALIZA	933	-	-	246	-	-	1.179	-	-
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	302.331	195	0,1	121.431	51	-	423.762	246	0,1
PROPAN	-	-	-	120	-	-	120	-	-
PROPEC	772.065	91.010	11,8	274.334	25.662	9,4	1.046.399	116.672	11,1
PROPEC-ENGORDA ESPECIAL	837	-	-	-	-	-	837	-	-
PRO-RECUPERACAO AMBIENTAL	2	-	-	-	-	-	2	-	-
PRO-RENDA	7	2	28,6	10	-	-	17	2	11,8
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-CONFECCOES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/CALCADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/PELE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-PRODS.ALIMENT.	202	25	12,4	23	2	8,7	225	27	12,0
PROTAD-PRODS.ALIMENT.G.ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-TEXTIL	13.000	579	4,5	18.769	1.295	6,9	31.769	1.874	5,9
PROTAD-TEXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Banco do Nordeste

PROTAD-V.CALC/ART.COURO-G.ESPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-VEST.CALC/ART.COURO	99	18	18,2	4.407	1.367	31,0	4.506	1.385	30,7
RECOOP	1.235	205	16,6	19.158	832	4,3	20.393	1.037	5,1
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	332.655	9.401	2,8	333.181	4.510	1,4	666.036	13.911	2,1
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	46.162	596	1,3	11.186	274	2,4	57.348	870	1,5
RES.2471-MIX RECLASSIF.P/FNE	37.738	1.061	2,8	3.444	100	2,9	41.182	1.161	2,8
RURAL	2.122.818	76.976	3,6	3.862.933	93.426	2,4	5.985.751	170.402	2,8
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	-	-	-	55.742	-	-	55.742	-	-
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	-	-	-	3.904	-	-	3.904	-	-
RURAL-CACAU/ART.7-A/LEI 11.775	-	-	-	575	-	-	575	-	-
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	907	-	-	67.540	1	-	68.447	1	-
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	901	12	1,3	1.926	3	0,2	2.827	15	0,5
RURAL-INUNDACOES 2004 E 2008	1.313	2	0,2	8.947	227	2,5	10.260	229	2,2
RURAL-PGT.JUROS/2471-OP.RECLAS	150	-	-	162	-	-	312	-	-
Total	12.850.071	618.584	4,8	18.225.927	490.779	2,7	31.075.998	1.109.363	3,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13A – FNE- Contratações em Mesorregiões – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	274.000	1.621	157.047
Chapada do Araripe	238.000	8.816	178.811
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	194.560	6.115	94.713
Xingó	225.940	11.504	121.611
Bico Papagaio	200.000	2.150	81.378
Seridó	67.000	5.018	37.472
Águas Emendadas	27.000	241	2.281
Total	1.226.500	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 14A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semi-Árido		**28.661**	**369.979**
	Chapada das Mangabeiras	852	13.833
	Chapada do Araripe	8.816	178.811
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.471	18.252
	Xingó	11.504	121.611
	Seridó	5.018	37.472
Outras Regiões		**6.804**	**303.334**
	Chapada das Mangabeiras	769	143.214
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.644	76.461
	Bico Papagaio	2.150	81.378
	Aguas Emendadas	241	2.281
	Total	35.465	673.313,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 15A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Rural – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA MUCURI		XINGO		SERIDO		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	74	77.866	144	5.958	170	56.142	811	48.888	186	5.459	111	32.880	6	1.281	1.502	228.474
PRONAF	1.459	4.789	8.295	31.155	5.787	15.756	10.384	38.482	4.502	11.222	1.944	6.979	229	502	32.600	108.885
Total	1.533	82.655	8.439	37.113	5.957	71.898	11.195	87.370	4.688	16.681	2.055	39.859	235	1.783	34.102	337.359

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Agroindustrial – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA MUCURI		XINGO		SERIDO		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Laticinios	-	-	1	70	3	178	-	-	1	26	1	422	-	-	6	696
Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	1	1.917	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.917
Moagem e Benef.	-	-	1	120	-	-	-	-	1	932	-	-	-	-	2	1.052
Proces.Benef.Frutas e Hortaliças	-	-	-	-	1	18	1	14	-	-	-	-	-	-	2	32
Total	2	190	5	2.113	1	14	2	958	1	422					11	3.697

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 17A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha/ Mucuri		Xingo		Sertão		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Com.Varejista	-	-	1	8	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18
Edificios e Obras de Eng.Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	-	-	-	-	1	35
Ind. Eletro-eletronica	-	-	4	286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	286
IND. GRAFICA	-	-	3	112	-	-	1	33	-	-	1	12	-	-	5	157
IND. METAL-MECANICA	3	69	7	559	-	-	5	248	1	14	-	-	-	-	16	890
Ind.Calcados	-	-	20	13.511	-	-	1	6.000	4	114	-	-	-	-	25	19.625
Ind.Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	-	-	-	-	1	29
Ind.Mobiliario	-	-	2	71	1	7	-	-	-	-	1	40	-	-	4	118
Ind.Prod.Alimenticios	-	-	12	589	6	506	10	344	12	519	1	384	-	-	41	2.342
IND.PROD.LIMPEZA, PERFUMARIA, COSMETICOS	-	-	3	141	1	35	-	-	1	40	-	-	-	-	5	216
Ind.Prod.Minerais nao Metalicos	-	-	20	5.722	3	1.721	-	-	21	3.492	1	3.513	-	-	45	14.448
Ind.Prod.Plastico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	-	-	-	-	1	13
Ind.Textil	-	-	-	-	-	-	20	1.833	7	340	-	-	-	-	27	2.173
Ind.Vestuario e Acessorios	-	-	5	200	-	-	8	300	30	1.673	-	-	-	-	43	2.173
Laticinios	-	-	1	21	-	-	1	62	1	170	-	-	1	80	4	333
Reparacao e Conservacao	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
Proces.Benef.Cana de acucar	-	-	-	-	1	226	-	-	-	-	-	-	-	-	1	226
Ind.Prod.Borracha	1	10	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	73

Ind.Bebidas, Exceto Agroindustria	-	-	2	2.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2.334
Ind.Madeira, Exceto Mobiliario	-	-	1	70	1	968	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.038
Ind.Couros e Peles	-	-	2	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	98
Curtume	-	-	1	562	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	562
Ind.Transportes	-	-	1	8.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8.696
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	-	-	5	8.167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	8.167
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agricolas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	-	-	-	-	1	16
IND.DE TRANSFORMACAO	-	-	-	-	-	-	1	1.590	-	-	2	75	-	-	3	1.665
INFRAESTR.P/ENG. ELETRICA E TELECOMUNICACOES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1.338	-	-	-	-	5	1.338
Total	4	179	91	41.210	14	3.473	47	10.410	87	7.843	6	4.024	1	80	250	67.119

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 18A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Turismo – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha e Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Ativs.Aux.Transportes	-	-	2	100	-	-	2	96	-	-	-	-	-	-	4	196
Hospedagem	1	371	3	7.154	3	581	2	1.419	3	123	1	10.525	1	179	14	20.352
Imobiliárias e Alugueis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83	-	-	-	-	1	83
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	1	117	-	-	-	-	-	-	1	117
Total	1	371	5	7.254	3	581	5	1.632	4	206	1	10.525	1	179	20	20.748

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Infraestrutura – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI		XINGO		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Prod. Distr. Eletricidade, Gás e Água	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747
Total	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

* Somente energia elétrica

Banco do Nordeste

Tabela 20A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Comércio e Serviços – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha e Mucuri		Xingo		Sertão		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	2	21	9	644	10	470	6	98	6	151	4	332	-	-	37	1.716
Assessoria, Consultoria e Treinamento	-	-	-	-	1	45	1	27	-	-	1	149	-	-	3	221
Ativs.Aux.Transportes	-	-	1	8	1	150	5	355	1	91	-	-	-	-	8	604
Com.Atacadista	4	86	15	877	3	98	12	1.613	13	1.713	11	692	-	-	58	5.079
Com.Varejista	73	3.339	203	13.054	99	10.493	187	11.099	185	7.694	59	18.713	4	239	810	64.631
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	6	13.071	-	-	5	2.426	1	278	-	-	-	-	12	15.775
Educação	-	-	6	500	1	15	3	152	1	13	-	-	-	-	11	680
Entretenimento	-	-	-	-	-	-	3	810	1	16	-	-	-	-	4	826
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	1	360	-	-	-	-	-	-	1	360
IND. GRAFICA	-	-	1	30	2	459	-	-	-	-	1	20	-	-	4	509
Ind. Mobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	23	-	-	1	23
Ind.Prod.Alimenticios	-	-	1	16	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	3	24
Laticínios	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	1	4
OBRAS DE ACABAMENTO	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Reparação e Conservação	-	-	1	55	1	52	3	118	4	152	-	-	-	-	9	377
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	-	-	7	481	9	4.082	14	3.596	10	634	3	2.521	-	-	43	11.314
Serv.Aux. Agropecuária Extrativismo e Silvicultura	-	-	-	-	-	-	1	173	-	-	1	2.000	-	-	2	2.173
Serv.Pessoais	1	64	6	616	-	-	-	-	3	53	-	-	-	-	10	733
Transp Rodoviário	1	415	6	1.172	2	275	4	560	1	67	1	154	-	-	15	2.643
Serv.Aux. Construção	-	-	-	-	-	-	1	111	-	-	-	-	-	-	1	111

Banco do Nordeste

Hospedagem	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Serv. Aux. Adm.Empresas	-	-	2	112	1	21	4	474	-	-	-	-	-	-	7	607
Aluguel Maq.Eqpto.	-	-	4	872	3	195	-	-	4	479	-	-	-	-	11	1.546
Telecomunicações	-	-	1	73	-	-	-	-	1	107	-	-	-	-	2	180
Informática	-	-	1	28	-	-	-	-	1	33	-	-	-	-	2	61
Alimentação Preparada	-	-	1	298	-	-	-	-	1	40	-	-	-	-	2	338
Adm.Publica, Defesa e Seguridade	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	312	-	-	1	312
Imobiliárias e Alugueis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IND.DE TRANSFORMACAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	126	-	-	2	126
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	1	30
PREPARACAO DO TERRENO	-	-	1	35	-	-	1	134	-	-	1	1.200	-	-	3	1.369
INFRAESTR.P/ENG. ELETRICA E TELECOMUNICACOES	-	-	-	-	-	-	-	-	1	200	-	-	-	-	1	200
Outras atividades relacionadas ao lazer	1	17	2	94	-	-	1	37	2	13	1	306	-	-	7	467
Intermediários do Comercio	-	-	3	211	1	77	-	-	-	-	-	-	-	-	4	288
Correios	-	-	-	-	1	166	-	-	-	-	-	-	-	-	1	166
Total	82	3.942	278	32.297	136	16.648	256	22.165	237	11.784	87	26.548	4	239	1.080	113.643

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Banco do Nordeste

Tabela 21A – FNE – Contratações com Clientes que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	MINI		MICRO		PEQUENO		MEDIO		GRANDE		TOTAL	
	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor
AL	4.650	12.778	40	2.006	70	11.493	10	16.504	-	-	4.770	42.781
BA	19.647	84.574	305	17.832	661	77.035	74	45.921	15	225.959	20.702	451.321
CE	10.851	53.187	603	33.244	433	113.248	40	56.991	9	288.491	11.936	545.161
ES	78	3.351	12	558	26	2.810	4	1.955	3	11.876	123	20.550
MA	10.544	55.081	42	2.077	331	34.560	34	190.408	4	12.367	10.955	294.493
MG	7.468	25.692	161	8.310	165	14.807	18	6.803	5	15.099	7.817	70.711
PB	6.686	16.130	113	5.333	199	12.390	9	897	1	50	7.008	34.800
PE	13.604	48.591	262	14.807	389	40.358	22	40.809	3	35.556	14.280	180.121
PI	8.253	25.844	69	2.998	200	19.921	13	10.752	4	85.970	8.539	145.485
RN	4.363	14.878	130	4.893	256	19.639	13	56.049	1	254.729	4.763	350.188
SE	2.454	9.830	100	4.333	183	12.705	22	7.734	4	28.399	2.763	63.001
TOTAL	88.598	349.936	1.837	96.391	2.913	358.966	259	434.823	49	958.496	93.656	2.198.612

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 22A – FNE – Contratações de Valor Superior a R$ 10 milhões – 1º Semestre de 2011

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	BAIXA RENDA	ANADIA	RURAL	10.848.008
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-COMERCIO	30.000.000
BA	DINÂMICA	CORRENTINA	RURAL	29.858.115
BA	ESTAGNADA	FEIRA DE SANTANA	FNE-SERVICOS	16.801.740
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	INDUSTRIAL	123.720.218
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	RURAL	21.926.707
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	FNE-SERVICOS	40.619.309
BA	DINÂMICA	SAO DESIDERIO	RURAL	13.739.902
CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	PROINFRA	45.440.732
CE	DINÂMICA	HORIZONTE	INDUSTRIAL	11.000.000
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	PROINFRA	60.746.592
CE	BAIXA RENDA	SAO GONCALO DO AMARANTE	PROINFRA	250.000.000
MA	BAIXA RENDA	ALDEIAS ALTAS	RURAL	10.653.117
MA	DINÂMICA	BALSAS	RURAL	29.635.352
MA	BAIXA RENDA	CODO	RURAL	17.979.354
MA	BAIXA RENDA	GRAJAU	RURAL	11.158.962
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	FNE-COMERCIO	15.023.587
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	PROATUR	10.525.008
MA	ESTAGNADA	PACO DO LUMIAR	FNE-COMERCIO	10.988.052
MA	ESTAGNADA	PORTO FRANCO	AGRIN	17.024.768
MA	BAIXA RENDA	SANTA LUZIA DO PARUA	FNE-COMERCIO	11.165.219
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	FNE-SERVICOS	16.800.000
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	INDUSTRIAL	101.482.041
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	PROINFRA	52.198.448
MA	DINÂMICA	TASSO FRAGOSO	RURAL	26.992.582
PB	DINÂMICA	ALHANDRA	FNE-SERVICOS	11.705.941
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	INDUSTRIAL	12.072.321
PE	ESTAGNADA	GRAVATA	PROATUR	25.763.294
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	INDUSTRIAL	11.438.000
PE	ESTAGNADA	PETROLINA	RURAL	24.798.129

Banco do Nordeste

PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-COMERCIO	35.000.617
PE	ALTA RENDA	RECIFE	PROINFRA	78.318.747
PI	DINÂMICA	MONTE ALEGRE DO PIAUI	RURAL	15.536.861
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	PROINFRA	70.000.000
PI	ESTAGNADA	TERESINA	FNE-COMERCIO	33.815.512
RN	ESTAGNADA	BARAUNA	INDUSTRIAL	254.729.360
RN	DINÂMICA	GUAMARE	FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	49.271.112
RN	ESTAGNADA	MOSSORO	INDUSTRIAL	26.782.216
SE	DINÂMICA	CAPELA	AGRIN	21.485.480
SE	DINÂMICA	MURIBECA	AGRIN	27.328.597
		TOTAL		1.684.373.996

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 23A – FNE – Valores Repassados a Outras Instituições Financeiras – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	Instituição Financeira	Valor
RN	AGENCIA DE FOMENTO DO RN	6.006
SE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A	66.900
BA	DESENBAHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A	43.570
	Total	116.476

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 24A – FNE – Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMA/INSUMOS		TOTAL	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
AL	533	16.875	210	2.294	-	-	-	-	150	4.868	893	24.037
BA	1.479	197.315	179	5.415	15	8.306	12	1.398	805	33.342	2.490	245.776
CE	1.173	14.784	682	24.385	2	217	5	525	747	24.537	2.609	64.450
ES	84	3.928	14	2.797	2	10.000	1	5.000	40	1.032	141	22.757
MA	816	116.031	424	18.665	3	9.006	4	68	549	17.857	1.796	161.627
MG	60	10.299	138	6.531	-	-	-	-	264	6.687	462	23.516
PB	96	6.019	216	2.104	-	-	5	1.166	469	16.262	786	25.550
PE	377	45.549	365	12.940	-	-	10	537	870	31.822	1.622	90.848
PI	299	45.603	223	1.665	8	20.185	6	489	529	15.965	1.065	83.908
RN	190	10.144	353	5.897	-	-	16	956	576	22.112	1.135	39.109
SE	2.248	61.572	56	1.031	8	2.512	7	5.330	409	14.195	2.728	84.640
Total	7.355	528.120	2.860	83.723	38	50.226	66	15.469	5.408	188.680	15.727	866.217

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 25A – FNE – Contratações por Tipo de Município – 1º Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 26A – FNE – Contratações por Município - Setor Rural – 1º Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 27A – FNE – Contratações por Município - Setor Não Rural – 1º Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 28A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – 1º Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Banco do Nordeste

Tabela 29A – FNE – Setor Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Faixa de Valor	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Outros Programas Rurais		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
Até R$ 500,00	-	-	100	49	5	2	6	2	111	53
Acima de R$ 500,00 até R$ 1.000,00	-	-	3.943	3.879	61	50	5	4	4.009	3.933
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00	382	2.355	169.436	323.741	9.156	48.576	918	6.027	179.892	380.699
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00	2.479	50.750	-	-	7.259	121.283	2.132	43.423	11.870	215.456
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00	1	52	-	-	526	31.567	1.772	106.718	2.299	138.337
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 1.000.000,00	2	353	-	-	116	13.546	1.310	337.615	1.428	351.514
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	163	423.144	163	423.144
Acima de R$ 10.000.000,00 até R$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	6	79.916	6	79.916
Acima de R$ 20.000.000,00 até R$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5	133.211	5	133.211
Acima de R$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.864	53.510	173.479	327.669	17.123	215.024	6.317	1.130.060	199.783	1.726.263

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 30A – FNE – Setor Não Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Faixa de Valor	Industrial/Agroindustrial		Infra Estrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
Até R$ 500,00	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Acima de R$ 500,00 até R$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3
Acima de R$ 1.000,00 até R$ 10.000,00	118	821	-	-	4	27	1.316	9.127	1.438	9.975
Acima de R$ 10.000,00 até R$ 35.000,00	465	10.522	-	-	25	599	3.934	86.873	4.424	97.994
Acima de R$ 35.000,00 até R$ 100.000,00	380	22.597	-	-	38	2.217	2.325	132.413	2.743	157.227
Acima de R$ 100.000,00 até R$ 1.000.000,00	347	89.358	-	-	46	13.786	1.404	321.319	1.797	424.463
Acima de R$ 1.000.000,00 até R$ 10.000.000,00	53	161.937	1	8.544	12	43.702	106	290.090	172	504.273
Acima de R$ 10.000.000,00 até R$ 20.000.000,00	4	51.535	-	-	1	10.525	7	102.162	12	164.222
Acima de R$ 20.000.000,00 até R$ 100.000.000,00	3	75.596	6	355.976	1	25.763	4	119.758	14	577.093
Acima de R$ 100.000.000,00	3	479.932	1	250.000	-	-	-	-	4	729.932
Total	1.373	892.298	8	614.520	127	96.619	9.100	1.061.745	10.608	2.665.182

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 31A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Compartilhado – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	23.101.672	23.363.590	23.833.209	24.174.424	24.340.478	24.723.884
Atraso (B)	**525.704**	**518.605**	**525.183**	**522.738**	**541.301**	**530.250**
Até 180 dias	294.936	286.032	287.662	294.896	314.844	300.267
De 180 a 360 dias	230.291	232.467	236.826	227.648	226.129	229.847
Acima de 360 dias	477	106	695	194	328	136
Total Aplicações (C=A+B)	23.627.376	23.882.195	24.358.392	24.697.162	24.881.779	25.254.134
% (B/C)	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2	2,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Integral do FNE – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	5.139.368	5.121.030	5.059.648	5.015.789	4.939.418	4.909.124
Atraso (B)	**517.802**	**509.867**	**514.819**	**508.708**	**500.179**	**492.422**
Até 180 dias	278.127	268.555	273.662	266.827	255.836	217.020
De 180 a 360 dias	239.153	241.193	240.411	241.449	243.113	273.958
Acima de 360 dias	522	119	746	432	1.230	1.444
Total Aplicações (C=A+B)	5.657.170	5.630.897	5.574.467	5.524.497	5.439.597	5.401.546
% (B/C)	9,2	9,1	9,2	9,2	9,2	9,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 33A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco do PROCERA – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Situação Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	122.099	122.060	122.080	121.549	120.735	120.050
Atraso (B)	**81.093**	**81.036**	**81.000**	**80.816**	**80.596**	**80.574**
Até 180 dias	398	393	121	117	89	74
De 180 a 360 dias	7.480	7.472	7.720	7.690	7.629	416
Acima de 360 dias	73.215	73.171	73.159	73.009	72.878	80.084
Total Aplicações (C=A+B)	203.192	203.096	203.080	202.365	201.331	200.624
% (B C)	39.9	39.9	39.9	39.9	40.0	40.2

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Integral do BNB – 1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

Situação Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	206.492	208.926	209.593	210.583	210.497	213.577
Atraso (B)	**6.160**	**6.297**	**6.593**	**6.534**	**6.731**	**6.117**
Até 180 dias	4.383	4.460	3.696	3.345	3.210	2.540
De 180 a 360 dias	1.777	1.837	2.895	3.189	3.325	3.577
Acima de 360 dias	-	-	2	-	196	-
Total Aplicações (C=A+B)	212.652	215.223	216.186	217.117	217.228	219.694
% (B C)	2.9	2.9	3.0	3.0	3.1	2.8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Banco do Nordeste

Tabela 35A – FNE – Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas[1] – Período: 2003 a 1º Semestre 2011

Valores em R$ mil

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total
	Liquidação à Vista[2] (A)	Amortização com Op. RECIN[3] (B)	FNE[4] (C)	(A + B + C)
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
2011	17.791	-	99.283	117.074
Total	1.112.231	-	2.188.202	3.183.359

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA 1: (1) Exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. **(2)** Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. **(3)** Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. **(4)** Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valore concedidos a título de bônus e dispensas.

Banco do Nordeste

Tabela 36A – FNE – Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas[1] – Período: 2003 a 1º Semestre 2011

Valores em R$ mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	Total
Janeiro	5.311	10.789	75	-	16.175
Fevereiro	4.691	17.408	49	-	22.148
Março	2.541	12.104	47	-	14.692
Abril	3.321	10.690	49	1	14.061
Maio	4.051	10.329	18	16	14.414
Junho	4.856	35.011	439		40.306
Total	24.771	96.331	677	17	121.796

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais, bônus e dispensas.

Banco do Nordeste

Tabela 37A – FNE – Cobranças Judiciais[1] Ajuizadas por Risco – 1º Semestre 2011

Valores em R$ mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	
Janeiro	66.170	40.576	1.348	-	108.094
Fevereiro	64.852	57.016	1.290	13	123.171
Março	101.004	63.110	1.232	967	166.313
Abril	41.112	45.925	870	79	87.986
Maio	80.738	70.766	2.203	4.568	158.275
Junho	81.804	55.534	1.731	10.482	149.551
Total	435.680	332.927	8.674	16.109	793.390

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

NOTA: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Banco do Nordeste

Tabela 38A – FNE – Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – 1º Semestre 2011

Valores em R$ mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência (1)		Saldo na Data da Devolução (2)		Valores Ressarcidos		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes (3)	Valor Líquido
Dez/2010	04/01/2011	04/01/2011	27.305	130	13.495	130	13.625	49	13.674
Jan/2010	02/02/2011	02/02/2011	25.855	113	12.890	106	12.996	(35)	12.961
Fev/2010	02/03/2011	02/03/2011	29.650	119	14.769	119	14.888	(21)	14.867
Mar/2010	02/04/2011	02/04/2011	42.448	186	21.521	188	21.709	(126)	21.583
Abr/2010	03/05/2011	03/05/2011	44.170	540	22.296	543	22.839	(80)	22.759
Mai/2010	02/06/2011	02/06/2011	41.911	647	20.829	647	21.476	(85)	21.391
Total			211.339	1.735	105.800	1.733	107.533	(298)	107.235

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

NOTAS: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. **(2)** Considera os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. **(3)** Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Banco do Nordeste

Tabela 39A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – 1º Semestre 2011

Valores em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	**15.353.417**	**9.333.600**
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	3.251.444	3.653.134
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.287.621	2.625.616
Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	6.814.352	3.054.850
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	**(4.755.228)**	**(2.547.935)**
Resultado Operacional Monetizado	(1.463.460)	(568.751)
Remuneração das Disponibilidades	321.380	209.623
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	169.804	107.235
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	33.948	44.333
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	11.082
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	0	6.780
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	0	1.908
Taxa de Administração	(1.057.524)	(481.873)
Del credere BNB	(861.068)	(396.149)
Del credere Instituições Operadoras	(3.851)	(1.927)
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(386)	(39)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(65.256)	(38.955)
Despesa Auditoria Externa	(97)	(30)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0	(85)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(8.074)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	(410)	(4)
Bônus Operações Repasses BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0	(6.315)
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	(16.261)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	(3.576)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	(405)
Reclassificação Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.775	(483.730)	(7.490)
Outros itens	0	(2.086)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas em Exercícios Anteriores	(2.808.038)	(1.965.627)
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	10.598.189	6.785.665

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

Banco do Nordeste

Tabela 40A – FNE – Contratações[1] por Município no Setor de Infraestrutura – 1º Semestre 2011

Valores em R$ mil

Município	Estado	Valor	%
FORTALEZA	CEARÁ	62.487	8,8
JUAZEIRO DO NORTE	CEARÁ	60.746	8,5
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CEARÁ	250.000	35,0
SALVADOR	BAHIA	47.995	6,7
SÃO LUIS	MARANHÃO	60.743	8,5
RECIFE	PERNAMBUCO	112.816	15,8
RIBEIRO GANÇALVES	PIAUÍ	70.000	9,8
GUAMARE	RIO GRANDE DO NORTE	49.271	6,9
Total		714.058	100,0

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Banco do Nordeste

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Posição: 30.06.2011

Banco do Nordeste

Demonstrações Financeiras

BANCO

Posição: 30.06.2011

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

A T I V O

		30.06.2011	30.06.2010
CIRCULANTE		10.503.059	10.692.450
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	90.212	80.485
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	3.850.950	3.655.329
Aplicações no Mercado Aberto		3.503.949	3.364.510
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		347.001	290.819
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	(Nota 7)	252.069	1.533.358
Carteira Própria		251.904	1.330.287
Instrumentos Financeiros Derivativos		165	148
Vinculados à Prestação de Garantias		0	202.943
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		303.971	248.099
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		74.420	61.653
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	223.826	183.110
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	4.048	1.626
Repasses Interfinanceiros		753	869
Correspondentes		924	841
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.439.344	3.926.697
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.817.993	4.267.489
Setor Público		58.932	58.128
Setor Privado		4.759.061	4.209.360
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(378.649)	(340.792)
OUTROS CRÉDITOS		1.544.509	1.239.563
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	70	0
Carteira de Câmbio	(Nota 11.a)	483.434	487.405
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	23.840	21.578
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	6	0
Diversos	(Nota 10.d)	1.041.730	748.154
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(4.571)	(17.574)
OUTROS VALORES E BENS		22.004	8.919
Outros Valores e Bens		6.568	6.528
(Provisões para Desvalorizações)		(1.277)	(1.394)
Despesas Antecipadas		16.713	3.785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.103.341	8.970.663
TÍT. E VALORES MOB. E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	(Nota 7)	8.457.508	3.823.237
Carteira Própria		7.591.148	3.435.803
Vinculados a Compromissos de Recompra		686.918	379.421
Instrumentos Financeiros Derivativos		128	148
Vinculados à Prestação de Garantias		179.314	7.864
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		32.772	34.288
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	340	85
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	28.666	29.047
Repasses Interfinanceiros		3.766	5.156
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.439.326	5.037.056
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.697.120	5.244.797
Setor Público		1.188.588	1.138.260
Setor Privado		4.508.532	4.106.537
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(257.794)	(207.741)
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 10)	173.735	76.082
Diversos	(Nota 10.d)	203.922	122.233
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(30.187)	(46.151)
PERMANENTE	(Nota 12)	196.763	191.085
INVESTIMENTOS		1.492	1.398
Outros Investimentos		6.795	6.701
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		193.189	186.637
Imóveis de Uso		137.266	130.430
Reavaliações de Imóveis de Uso		109.995	111.628
Outras Imobilizações de Uso		164.607	143.115
(Depreciações Acumuladas)		(218.679)	(198.536)
DIFERIDO		2.082	3.050
Gastos de Organização e Expansão		5.412	7.538
(Amortização Acumulada)		(3.330)	(4.488)
TOTAL DO ATIVO		24.803.163	19.854.198

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R$ Mil)

PASSIVO

		30.06.2011	30.06.2010
CIRCULANTE		**9.831.201**	**7.335.945**
DEPÓSITOS	(Nota 13.a)	4.723.715	2.706.019
Depósitos à Vista		132.148	146.759
Depósitos de Poupança		1.354.021	1.086.119
Depósitos Interfinanceiros		725.979	502.244
Depósitos a Prazo		2.511.567	960.916
Outros Depósitos		0	9.981
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.b)	633.871	455.539
Carteira Própria		545.044	377.851
Carteira de Terceiros		88.827	77.688
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	2.803	0
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		2.803	0
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		51.723	39.655
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		51.723	39.655
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		29.247	13.697
Recursos em Trânsito de Terceiros		29.215	12.921
Transferências Internas de Recursos		32	776
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	550.590	420.170
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		15.838	14.602
Empréstimos no Exterior		534.752	405.568
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	174.654	317.714
Tesouro Nacional		198	186
BNDES		167.286	184.048
FINAME		7.170	9.473
Outras Instituições		0	124.007
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	7.571	13.813
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.571	13.813
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	65.679	66.845
Repasses do Exterior		65.679	66.845
OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.591.348	3.302.493
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	32.300	32.221
Carteira de Câmbio	(Nota 11.a)	8.885	51.448
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.b)	181.335	68.256
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.c)	371.743	375.865
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.d)	1.099.123	1.147.669
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	32.291	0
Diversas	(Nota 16.g)	1.865.671	1.626.934
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**12.666.253**	**10.457.480**
DEPÓSITOS	(Nota 13.a)	4.090.696	4.162.584
Depósitos à Vista		20.563	30.508
Depósitos Interfinanceiros		14.261	20.167
Depósitos a Prazo		4.055.872	4.111.909
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.b)	139.510	0
Carteira Própria		139.510	0
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	454.163	0
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		454.163	0
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	47.513	58.408
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		47.513	58.408
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	959.225	1.150.621
Tesouro Nacional		837	928
BNDES		881.111	601.368
FINAME		77.277	18.379
Outras Instituições		0	529.946
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	64.000	22.346
Instrumentos Financeiros Derivativos		64.000	22.346
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	636.686	690.027
Repasses do Exterior		636.686	690.027
OUTRAS OBRIGAÇÕES		6.274.460	4.373.494
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.d)	3.221.090	2.294.666
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	1.041.513	0
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	1.157.058	1.049.574
Diversas	(Nota 16.g)	854.799	1.029.254
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		**16**	**20**
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		16	20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	**2.305.693**	**2.060.753**
CAPITAL		2.010.000	1.850.000
De Domiciliados no País		2.010.000	1.850.000
RESERVAS DE CAPITAL		0	502
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		26.231	29.283
RESERVAS DE LUCROS		235.389	127.183
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		34.457	54.169
(AÇÕES EM TESOURARIA)		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO		**24.803.163**	**19.854.198**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS				
SALDOS EM 31.12.2009	1.652.090	0	502	30.501	73.216	198.760	118.130	0	(384)	2.072.725
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(63.961)			(63.961)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital		198.000				(198.000)				0
Integralização de Capital	198.000	(198.000)								0
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto				(2.030)				2.030		0
Encargos Tributários				812				(812)		0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE								110.055		110.055
Destinações:										
Reservas					5.503	47.704		(53.207)		0
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO								(58.066)		(58.066)
SALDOS EM 30.06.2010	1.850.000	0	502	29.283	78.719	48.464	54.169	0	(384)	2.060.753
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	198.000	0	0	(1.218)	5.503	(150.296)	(63.961)	0	0	(11.972)
SALDOS EM 31.12.2010	1.850.000	1.000	0	28.064	88.696	159.632	50.130	0	(384)	2.177.338
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(15.673)			(15.673)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Integralização do Capital	160.000	(1.000)				(159.000)				0
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto				(2.642)				2.022		(620)
Encargos Tributários				809				(809)		0
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE								300.693		300.693
Destinações:										
Reservas					15.035	130.826		(145.861)		0
Dividendos								(92.081)		(92.081)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO								(63.964)		(63.964)
SALDOS EM 30.06.2011	2.010.000	0	0	26.231	103.931	131.458	34.457	0	(384)	2.305.693
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	160.000	(1.000)	0	(1.833)	15.035	(28.174)	(15.673)	0	0	128.355

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. Nº 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R$ Mil)

		1º sem/2011	1º sem/2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.434.137**	**1.132.797**
Operações de Crédito	(Nota 9.a.2)	783.262	695.274
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	647.989	378.036
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	(40.167)	(5.652)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	34.656	54.864
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	8.397	10.275
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(804.455)**	**(668.056)**
Operações de Captação no Mercado	(Nota 13.c)	(426.514)	(251.994)
Operações de Empréstimos e Repasses	(Nota 14.e)	(272.956)	(237.777)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(104.985)	(178.285)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**629.682**	**464.741**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	**(154.880)**	**(204.996)**
Receitas de Prestação de Serviços		636.397	594.415
Rendas de Tarifas Bancárias		9.435	6.139
Despesas de Pessoal		(484.654)	(458.976)
Outras Despesas Administrativas		(361.890)	(304.543)
Despesas Tributárias	(Nota 21.c)	(92.373)	(80.512)
Outras Receitas Operacionais		590.530	400.009
Outras Despesas Operacionais		(452.325)	(361.528)
RESULTADO OPERACIONAL		**474.802**	**259.745**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(736)**	**1.468**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**474.066**	**261.213**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	(148.204)	(141.088)
Provisão para Imposto de Renda		(101.061)	(111.335)
Provisão para Contribuição Social		(63.103)	(67.809)
Ativo Fiscal Diferido		15.960	38.056
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		**(25.169)**	**(10.070)**
LUCRO LÍQUIDO		**300.693**	**110.055**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(Nota 19.e)	**(63.964)**	**(58.066)**
Nº de Ações (em mil)		87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R$)		3,46	1,26

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de Junho de 2011 e 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

	30.06.2011	30.06.2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	**300.693**	**110.055**
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização	13.394	12.716
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	18	7
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	104.985	178.285
Provisão para Passivo Contingente	5.350	133.123
Aplicações no Diferido	(240)	(758)
Resultados de Exercícios Futuros	0	6
Lucro Líquido Ajustado	**424.200**	**433.434**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(262.492)	9.145
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(15.096)	(25.166)
Operações de Crédito	105.438	(252.495)
Outros Créditos	(305.371)	(99.635)
Outros Valores e Bens	(8.583)	(778)
Depósitos	304.830	535.876
Captaçoes no Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	249.091	9.862
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(28.522)	0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(489.071)	(152.812)
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.432	(412)
Outras Obrigações	603.796	(130.119)
Reserva de Reavaliação	(620)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social	83.697	67.462
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**674.729**	**394.362**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(912.703)	(850.004)
Inversões em Investimentos	(56)	(19)
Inversões em Imobilizado de Uso	(18.345)	(6.618)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	(426)	(318)
Alienação de Investimentos	(6)	0
Alienação de Imobilizado de Uso	547	(2)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	689	64
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(930.300)**	**(856.897)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(99.327)	(209.620)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	55.210	427.510
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	69.638	0
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**25.521**	**217.890**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(230.050)**	**(244.645)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do Semestre	3.869.499	3.877.919
No fim do Semestre	3.639.449	3.633.274
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(230.050)**	**(244.645)**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R$ Mil)

	30.06.2011	%	30.06.2010	%
RECEITAS	**2.128.414**		**1.633.072**	
Intermediação Financeira	1.434.137		1.132.797	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	645.832		600.554	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(104.985)		(178.285)	
Outras Receitas/Despesas	153.430		78.006	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(699.470)**		**(489.771)**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(331.894)**		**(277.962)**	
Materiais,Energia e Outros	(116.199)		(128.293)	
Serviços de Terceiros	(215.695)		(149.669)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.097.050**		**865.339**	
RETENÇÕES	**(13.394)**		**(12.716)**	
Depreciação, amortização e exaustão	(13.394)		(12.716)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**1.083.656**		**852.623**	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**1.083.656**		**852.623**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**1.083.656**		**852.623**	
PESSOAL	**446.353**	**41,2%**	**418.860**	**49,1%**
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	**324.140**	**29,9%**	**247.072**	**29,0%**
Proventos	298.971		237.002	
Participação dos empregados e administradores nos lucros	25.169		10.070	
BENEFÍCIOS	**99.619**	**9,2%**	**153.872**	**18,0%**
Plano de aposentadoria e pensão (Capef e PGBL)	0		11	
Provisões (Benefícios pós-emprego - Deliberação CVM 600)	36.220		101.870	
Benefícios - Outros	63.399		51.991	
FGTS	**22.594**	**2,1%**	**17.916**	**2,1%**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	**320.007**	**29,5%**	**309.843**	**36,3%**
Federais	312.843		302.794	
Estaduais	10		11	
Municipais	7.154		7.038	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	**16.603**	**1,5%**	**13.865**	**1,6%**
Aluguéis	16.603		13.865	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	**300.693**	**27,7%**	**110.055**	**12,9%**
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**63.964**	**5,9%**	**58.066**	**6,8%**
União	60.206		54.655	
Outros	3.758		3.411	
DIVIDENDOS	**92.081**	**8,5%**	**0**	**0,0%**
União	86.671		0	
Outros	5.410		0	
LUCROS RETIDOS NO SEMESTRE	**144.648**	**13,3%**	**51.989**	**6,1%**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Informações por Segmento
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas
Nota 10 - Outros Créditos
Nota 11 - Carteira de Câmbio
Nota 12 - Permanente
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos
Nota 16 - Outras Obrigações
Nota 17 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 18 - Dívidas Subordinadas
Nota 19 - Patrimônio Líquido
Nota 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 21 - Impostos e Contribuições
Nota 22 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 23 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 24 - Participação nos Lucros e Resultados
Nota 25 - Benefícios a Empregados
Nota 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
Nota 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 28 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 30 - Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

a.1) os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;

a.2) as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e

a.3)são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN Nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/Pasep e a COFINS são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

k) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica, do tipo "benefício definido".

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010.

l) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento em R$ Mil

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *perfomance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2011 e 30.06.2010.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram

somente na coluna "Total", em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011			30.06.2010		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.350.134	673.797	2.023.931	1.031.677	502.597	1.534.274
Receitas de Operações de Crédito	783.262	-	783.262	695.274	-	695.274
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	370.341	277.648	647.989	199.762	178.274	378.036
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(40.167)	-	(40.167)	(5.652)	-	(5.652)
Resultado de Operações de Câmbio	34.656	-	34.656	54.864	-	54.864
Resultado de Aplicações Compulsórias	8.397	-	8.397	10.275	-	10.275
Outras Receitas	193.645	396.149	589.794	77.154	324.323	401.477
Despesas	(539.621)	(443.709)	(983.330)	(497.805)	(410.362)	(908.167)
Despesas de captação no mercado	(426.514)	-	(426.514)	(251.994)	-	(251.994)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(8.122)	(264.834)	(272.956)	(67.526)	(170.251)	(237.777)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(104.985)	(178.875)	(283.860)	(178.285)	(236.415)	(414.700)
Provisão Proagro a Receber	-	(101)	(101)	-	(3.696)	(3.696)
Margem Financeira	810.513	230.088	1.040.601	533.872	92.235	626.107
Rendas de Prestação de Serviços	115.569	520.828	636.397	153.523	440.892	594.415
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	9.435	-	9.435	6.139	-	6.139
Pasep e Cofins	(40.363)	(44.689)	(85.052)	(36.163)	(37.235)	(73.398)
Resultado após tarifas e comissões	895.154	706.227	1.601.381	657.371	495.892	1.153.263
Despesas Administrativas			(846.544)			(763.519)
Despesas de pessoal			(484.654)			(458.976)
Depreciação e Amortização			(13.394)			(12.716)
Outras despesas administrativas			(348.496)			(291.827)
Outras Despesas			(239.634)			(104.019)
Despesas de provisões, exceto crédito			(41.137)			(24.512)
Lucro antes da tributação e participações			474.066			261.213
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(148.204)			(141.088)
Participações no lucro			(25.169)			(10.070)
Lucro Líquido			300.693			110.055

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R$ Mil

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Disponibilidades em moeda nacional	87.582	77.349
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.630	3.136
Total da Disponibilidade de Caixa	90.212	80.485
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	12.760
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.549.237	3.540.029
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.639.449	3.633.274

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R$ Mil

a) Composição

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.503.949	3.364.510
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	3.415.123	3.286.822
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	88.826	77.688
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	347.001	290.819
Aplicações em Moeda Estrangeira	36.177	22.231
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	310.824	268.588
TOTAL	3.850.950	3.655.329
SALDO DE CURTO PRAZO	3.850.950	3.655.329

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	177.258	133.125
Posição Bancada	172.678	129.598
Posição Financiada	4.580	3.527
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.240	11.521
TOTAL (Nota 7.b)	193.498	144.646

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Títulos Disponíveis para Venda	8.698.275	5.325.612
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.009	30.686
Diferencial a Receber Swap	293	297
TOTAL	8.709.577	5.356.595
SALDO DE CURTO PRAZO	252.069	1.533.358
SALDO DE LONGO PRAZO	8.457.508	3.823.237

a.2) Títulos Disponíveis para Venda em R$ Mil

Especificação	30.06.2011			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	**8.303.029**	**8.260.448**	**(42.581)**	
Letras Financeiras do Tesouro	6.502.958	6.501.693	(1.265)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	1.065.138	1.051.365	(13.773)	2050
Letras Financeiras	30.309	30.309	-	2016
Debêntures	653.908	653.222	(686)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	19.031	19.031	-	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.522	4.696	(2.826)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	23.984	-	(23.984)	1993
Títulos da Dívida Agrária	179	132	(47)	2011 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**13.732**	**12.452**	**(1.280)**	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.280	-	(1.280)	2014
Cotas de FIDC	12.207	12.207	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	245	245	-	Sem Vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	**144.159**	**246.061**	**101.902**	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	552	(3.659)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	245.509	105.561	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA[1]	**179.926**	**179.314**	**(612)**	
Letras Financeiras do Tesouro	175.630	175.625	(5)	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	607	-	(607)	1993
Debêntures	3.689	3.689	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	**8.640.846**	**8.698.275**	**57.429**	
Crédito Tributário	-	-	19.255	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(42.227)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	**-**	**-**	**34.457**	

[1] Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R$ 3.689 mil de LFT e R$ 74 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

Especificação	30.06.2010			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	**4.864.882**	**4.839.814**	**(25.068)**	
Letras Financeiras do Tesouro	3.687.675	3.687.695	20	2010 a 2015
Debêntures	403.443	402.472	(971)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	42.533	42.533	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	701.637	701.637	-	2010
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.925	5.455	(2.470)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	21.638	-	(21.638)	1993
Títulos da Dívida Agrária	31	22	(9)	2010 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	**14.948**	**13.727**	**(1.221)**	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.221	-	(1.221)	Sem vencimento
Cotas de FIDC	13.727	13.727	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	**144.159**	**261.264**	**117.105**	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	521	(3.690)	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	260.743	120.795	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA[1]	**211.341**	**210.807**	**(534)**	
Letras Financeiras do Tesouro	207.117	207.131	14	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros	548	-	(548)	1993
Debêntures	3.676	3.676	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	**5.235.330**	**5.325.612**	**90.282**	
Crédito Tributário	-	-	12.219	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(48.332)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	**-**	**-**	**54.169**	

[1] Além dos títulos dados em garantia referidos no quadro acima, existem R$ 206.324 mil de LFT e R$ 89 mil de CVS não bloqueados pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, pois aguardam manifestação judicial acerca da aceitação, ou não, destes ativos financeiros, para fins da efetivação da penhora.

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R$ 57.429 mil (R$ 90.282 mil em 30.06.2010). Esse

ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R$ 34.457 mil (R$ 54.169 mil em 30.06.2010).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento em R$ Mil

Especificação	30.06.2011			30.06.2010		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	11.009	11.009		30.686	30.686	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.341	2.341	2013	1.612	1.612	2011
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	436	436	2012 a 2014	407	407	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	7.082	7.082	2017	4.179	4.179	2017
FIP Nordeste Energia	-	-		23.473	23.473	2023
FGO – Fundo Garantia de Operações	172	172	Sem Vencimento	-	-	
FIP Brasil Agronegócios	978	978	2018	1.015	1.015	2018
TOTAL DA CATEGORIA	11.009	11.009		30.686	30.686	

a.4) Em outubro de 2010, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda". Referidas cotas adquiridas em 2008 e vendidas em 15.10.2010 proporcionaram um ganho de R$ 7.500 mil ao Banco.

a.5) No primeiro semestre de 2011, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.6) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e
- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	177.258	133.125
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	16.240	11.521
Títulos de Renda Fixa	451.724	230.827
Títulos de Renda Variável	2.767	2.563
TOTAL	647.989	378.036

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R$ Mil:

Composição em 30.06.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	53.357	-	41.005	-	12.352
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Prefixada	341.219	293	18.214	122	12.726	171	5.487
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	850.239	293	71.571	122	53.731	171	17.839

Composição em 30.06.2010							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Prefixada	686.218	297	36.159	-	21.693	297	14.465
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	686.218	297	36.159	-	21.693	297	14.465

Valores em Risco de Operações de Swap	30.06.2011	30.06.2010
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	465.089	-
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	456.615	-
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	445.542	810.117
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	410.453	772.618

Composição em 30.06.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	105	5.059
3 a 12 meses	60	2.513
1 a 3 anos	128	8.829
3 a 5 anos	-	55.170
TOTAL	293	71.571

Composição em 30.06.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	1	6.102
3 a 12 meses	147	7.711
1 a 3 anos	149	17.642
3 a 5 anos	-	4.485
5 a 15 anos	-	219
TOTAL	297	36.159

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Swap	(40.167)	(5.652)
TOTAL	(40.167)	(5.652)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	195.532	151.290
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	28.294	31.820
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	28.666	29.047
Tesouro Nacional - Crédito Rural	4.388	1.711
TOTAL	256.880	213.868
SALDO DE CURTO PRAZO	227.874	184.736
SALDO DE LONGO PRAZO	29.006	29.132

b) Resultado de Aplicações Compulsórias em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.166	5.255
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.677	9.114
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	67	29
Desvalorização de Créditos Vinculados	(513)	(4.123)
TOTAL	8.397	10.275

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a)A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R$ Mil

Especificação	30.06.2011		30.06.2010	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.515.113	(636.443)	9.512.286	(548.533)
Curto Prazo	4.817.993	(378.649)	4.267.489	(340.792)
Longo Prazo	5.697.120	(257.794)	5.244.797	(207.741)
Outras Rubricas com Características de Crédito	511.076	(7.480)	464.331	(31.830)
Curto Prazo	510.187	(4.572)	462.516	(14.335)
Longo Prazo	889	(2.908)	1.815	(17.495)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.026.189	(643.923)	9.976.617	(580.363)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Adiantamentos a Depositantes	750	1.152
Empréstimos	5.025.665	4.257.416
Títulos Descontados	163.773	161.314
Financiamentos	1.723.162	1.287.775
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	130.647	38.974
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	525.012	526.826
Financiamentos Rurais e Agroindustriais[1]	1.276.179	2.124.503
Financiamentos Imobiliários [2]	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.669.682	1.114.083

Subtotal de Operações de Crédito	**10.515.113**	**9.512.286**
Avais e Fianças Honrados	70	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.909	11.404
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.627	2.927
Títulos e Créditos a Receber	4.082	16.919
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio [3]	494.388	433.081
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	**511.076**	**464.331**
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	**11.026.189**	**9.976.617**

[1] Redução de R$ 685.000 mil em financiamentos rurais e agroindustriais, em virtude de reclassificação para contas de compensação "PATRIMÔNIO DE FUNDOS PÚBLICOS ADMINISTRADOS", por se tratarem de operações de crédito administradas pelo Banco com recursos, principalmente, do Fundo de Terras, Banco da Terra, INCRA - Conta Fundiária e Fundo Rotativo de Terras. Em contrapartida, ocorreu a reclasaificação do passivo que se encontrava registrado em "OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS" (Nota 14.c)

[2] Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

[3] Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Empréstimos e Títulos Descontados	438.179	357.723
Financiamentos	222.349	146.440
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	75.881	147.838
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	47.207	43.864
Avais e Fianças Honrados	1	-
Outros Valores	(355)	(591)
TOTAL	**783.262**	**695.274**

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R$ Mil

b.1) Créditos de Curso Normal [1]

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
Rural	24.197	22.694	36.013	53.508	58.899	1.029.381	1.224.692	2.023.058
Indústria	258.559	167.445	115.920	525.487	472.597	1.300.160	2.840.168	2.076.157
Governo	3.354	3.354	12.313	10.063	25.085	1.171.150	1.225.319	1.196.389
Outros Serviços	137.897	97.405	132.291	318.398	850.824	1.422.903	2.959.718	2.346.873
Comércio	262.043	196.239	178.212	366.389	419.204	396.608	1.818.695	1.391.056
Intermediários Financeiros	33.174	17.736	14.796	45.938	84.528	185.350	381.522	520.953
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	243
Pessoas Físicas	5.147	3.891	3.651	12.201	9.974	16.096	50.960	50.869
TOTAL	**724.614**	**508.764**	**493.196**	**1.331.984**	**1.921.111**	**5.521.648**	**10.501.317**	**9.605.598**

[1] Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

	Parcelas Vincendas							
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
Rural	294	377	627	1.927	3.072	19.425	25.722	14.271
Indústria	1.616	1.379	1.858	9.000	16.526	114.858	145.237	52.214
Outros Serviços	2.812	12.334	2.270	6.810	10.322	22.369	56.917	38.146
Comércio	5.130	6.504	4.564	11.929	17.046	17.216	62.389	65.017
Intermediários Financeiros	111	108	105	335	682	3.003	4.344	25
Pessoas Físicas	295	318	290	652	963	1.622	4.140	3.773
TOTAL	**10.258**	**21.020**	**9.714**	**30.653**	**48.611**	**178.493**	**298.749**	**173.446**

	Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2011	Total em 30.06.2010
Rural	168	919	1.556	1.703	11.183	6.213	14.768	36.510	100.650
Indústria	1.758	1.195	3.659	2.564	16.779	46.806	635	73.396	30.237
Outros Serviços	1.902	3.638	4.825	4.001	19.551	26.326	1.184	61.427	30.985
Comércio	2.385	7.159	8.561	4.659	12.266	13.497	2.554	51.081	32.322
Intermediários Financeiros	1	-	153	1	-	-	-	155	3
Pessoas Físicas	122	299	521	476	746	1.180	210	3.554	3.376
TOTAL	**6.336**	**13.210**	**19.275**	**13.404**	**60.525**	**94.022**	**19.351**	**226.123**	**197.573**

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R$ Mil

Nível de Risco	30.06.2011				30.06.2010			
	Crédito Normal [1]	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal [1]	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.954.782	-	2.954.782	-	3.165.802	-	3.165.802	-
A	4.711.340	-	4.711.340	23.557	3.485.588	-	3.485.588	17.428
B	2.332.572	34.760	2.367.332	23.673	2.277.222	21.022	2.298.244	22.982
C	155.943	40.965	196.908	5.907	119.242	37.632	156.874	4.706
D	106.049	23.605	129.654	12.965	171.670	39.252	210.922	21.092
E	41.306	25.394	66.700	20.010	65.001	16.792	81.793	24.538
F	12.309	41.339	53.648	26.824	62.304	25.338	87.642	43.821
G	23.420	26.042	49.462	34.624	111.438	35.087	146.525	102.569
H	163.596	332.767	496.363	496.363	147.331	195.896	343.227	343.227
TOTAL	**10.501.317**	**524.872**	**11.026.189**	**643.923**	**9.605.598**	**371.019**	**9.976.617**	**580.363**

[1] Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Saldo Inicial	652.918	615.845
(+) Constituição de provisão líquida no período	104.418	170.554
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(113.413)	(206.036)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	**643.923**	**580.363**
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.f)	27.278	31.895
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	**671.201**	**612.258**

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	132.480	177.378
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	-	678
(-) Reversões de provisões operacionais	(28.062)	(7.502)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	**104.418**	**170.554**
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	567	8.218
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	(487)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	**104.985**	**178.285**

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 47.207 mil (R$ 43.864 mil em 30.06.2010) e as renegociações importaram em R$ 287.948 mil (R$ 661.607 mil em 30.06.2010).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2011, um efeito positivo no valor de R$ 88.288 mil (R$ 26.481 mil em 30.06.2010), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Efetivação de Rendas	33.500	15.419
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	16.707	5.307
Despesas com Deságios	(12.025)	(2.444)
Efeito Líquido de Provisões	50.106	8.199
TOTAL	**88.288**	**26.481**

NOTA 10 – Outros Créditos em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	70	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	**483.434**	**487.405**
c) Rendas a Receber	**23.840**	**21.578**
d) Negociação e Intermediação de Valores	6	-
e) Diversos	**1.245.652**	**870.387**
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	293.313	250.515
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	19.255	12.219
Devedores por Depósitos em Garantia	710.278	369.455
Impostos e Contribuições a Compensar	95.424	82.948
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	86.656	75.189
Outros Valores	8.768	7.759
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	4.082	16.919
Adiantamentos e Antecipações Salariais	18.698	14.568
Pagamentos a Ressarcir	8.075	8.619
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	2.971	2.451
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	17.353	53.935
Outros Valores	49.455	32.010
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	**(34.758)**	**(63.725)**
Com Características de Concessão de Crédito	(7.480)	(31.830)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.278)	(31.895)
TOTAL	**1.718.244**	**1.315.645**
SALDO DE CURTO PRAZO	1.544.509	1.239.563
SALDO DE LONGO PRAZO	173.735	76.082

NOTA 11 – Carteira de Câmbio em R$ Mil

a) Composição

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Ativo – Outros Créditos	**483.434**	**487.405**
Câmbio Comprado a Liquidar	468.045	458.460
Direitos sobre Vendas de Câmbio	6.862	26.700
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.382)	(9.159)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.909	11.404
Ativo Circulante	**483.434**	**487.405**
Passivo – Outras Obrigações	**8.885**	**51.448**
Obrigações por Compras de Câmbio	496.439	457.768
Câmbio Vendido a Liquidar	6.834	26.712
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(494.388)	(433.081)
Outros Valores	-	49

Passivo Circulante	**8.885**	**51.448**

b) Resultado de Câmbio em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de Câmbio	34.865	55.584
Despesas de Câmbio	(209)	(720)
TOTAL	**34.656**	**54.864**

NOTA 12 – Permanente em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Investimentos	**1.492**	**1.398**
a.1) Outros Investimentos	**6.795**	**6.701**
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.011	5.010
Ações e Cotas	944	944
Bens Artísticos e Valiosos	840	747
a.2) Provisões para Perdas	**(5.303)**	**(5.303)**
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(5.010)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado	**193.189**	**186.637**
b.1) Imóveis de Uso	**137.266**	**130.430**
Terrenos	6.558	6.267
Edificações	130.708	124.163
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	**109.995**	**111.628**
Terrenos – Reavaliações	10.686	10.930
Edificações – Reavaliações	99.309	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	**164.607**	**143.115**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	65.670	61.505
Sistema de Processamento de Dados	68.278	49.976
Sistema de Segurança	9.601	9.567
Sistema de Transporte	16.120	16.298
Outros	4.938	5.769
b.4) Depreciações Acumuladas	**(218.679)**	**(198.536)**
Imóveis de Uso	(161.787)	(149.463)
Outras Imobilizações de Uso	(56.892)	(49.073)
c) Diferido	**2.082**	**3.050**
c.1) Gastos de Organização e Expansão	**5.412**	**7.538**
Gastos em Imóveis de Terceiros	5.371	7.490
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	41	48
c.2) Amortização Acumulada	**(3.330)**	**(4.488)**
Gastos em Imóveis de Terceiros	(3.301)	(4.460)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(29)	(28)
TOTAL	**196.763**	**191.085**

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto em R$ Mil

a) Depósitos

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a.1) Depósitos à Vista	**152.711**	**177.267**
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	26.536	37.408
Depósitos de Governos	37.339	40.744
Depósitos Vinculados	51.251	46.715
Pessoas Jurídicas	22.197	41.875
Pessoas Físicas	14.026	9.144
Outros Valores	1.362	1.381
a.2) Depósitos de Poupança	**1.354.021**	**1.086.119**
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	800.465	657.238
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	552.468	428.207
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.088	674
a.3) Depósitos Interfinanceiros	**740.240**	**522.411**
a.4) Depósitos a Prazo	**6.567.439**	**5.072.825**
Depósitos a Prazo	4.758.125	4.159.167
Depósitos Judiciais com Remuneração	511.918	79.080
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	**27.601**	**19.895**
Proger Urbano	2.335	1.473
Proger Rural	-	4
Pronaf	133	125
Protrabalho	1.321	10.814
Infraestrutura	23.565	7.096
Estiagem	105	383
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	142	-
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	**522.166**	**335.499**
Proger Urbano	61.477	62.881
Pronaf	824	1.242
Protrabalho	177.350	204.236
Infraestrutura	255.435	54.442
Estiagem	10.773	12.698
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	16.307	-
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	746.225	473.510
Outros Valores	1.404	5.674
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	**-**	**9.981**

TOTAL	**8.814.411**	**6.868.603**
SALDO DE CURTO PRAZO	4.723.715	2.706.019
SALDO DE LONGO PRAZO	4.090.696	4.162.584

b) Captação no Mercado Aberto em R$ Mil

Especificação	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Carteira Própria	**684.554**	**377.851**
Letras Financeiras do Tesouro	684.554	377.851
Carteira de Terceiros	**88.827**	**77.688**
Letras Financeiras do Tesouro	30.386	27.740
Letras do Tesouro Nacional	-	49.948
Notas do Tesouro Nacional	58.441	-
TOTAL	**773.381**	**455.539**
SALDO DE CURTO PRAZO	633.871	455.539
SALDO DE LONGO PRAZO	139.510	-

c) Despesa de Captação no Mercado em R$ Mil

Especificação	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Despesas de Captações com Depósitos	**(394.065)**	**(231.624)**
Depósitos a Prazo	(266.388)	(163.155)
Depósitos de Poupança	(32.160)	(23.373)
Depósitos Judiciais	(11.628)	(1.838)
Depósitos Interfinanceiros	(11.071)	(6.544)
Depósitos Especiais - FAT	(54.205)	(33.319)
Outros Depósitos	(18.613)	(3.395)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	**(32.449)**	**(20.370)**
Carteira de Terceiros	(4.584)	(3.527)
Carteira Própria	(27.865)	(16.843)
TOTAL	**(426.514)**	**(251.994)**

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R$ Mil:

Especificação	**0 a 3 meses**	**3 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**5 a 15 anos**	**Acima de 15 anos**	**Total em 30.06.2011**	**Total em 30.06.2010**
Empréstimos no País	15.838	-	31.675	15.838	-	-	63.351	73.010
Empréstimos no Exterior	202.404	332.348	-	-	-	-	534.752	405.568
Repasses do País	57.722	116.932	213.124	283.502	239.215	223.384	1.133.879	814.382
Repasses do Exterior	10.165	55.514	138.304	148.069	293.494	56.819	702.365	756.873
TOTAL	**286.129**	**504.794**	**383.103**	**447.409**	**532.709**	**280.203**	**2.434.347**	**2.049.833**

b) Obrigações por Empréstimos em R$ Mil

Especificação	**Taxa de atualização % a.a.**	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+ 3,0 ou 7,75	63.351	73.010
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	534.752	405.568
TOTAL		**598.103**	**478.578**
SALDO DE CURTO PRAZO		550.590	420.170
SALDO DE LONGO PRAZO		47.513	58.408

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R$ Mil

Especificação	**Taxa de atualização % a.a.**	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Tesouro Nacional	IGP-DI+ 2,0 ou 6,75	**1.035**	**1.114**
BNDES		**1.048.397**	**785.416**
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	817.045	459.109
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	231.352	326.307
FINAME		**84.447**	**27.852**
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	68.488	13.810
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	15.959	14.042
Outras Instituições		**-**	**653.953**
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária (Nota 9.a.I)	SELIC/TJLP / 6,0	-	84.473
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4,0 a 18,0	-	127.988
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra Merc./ 2,0 a 10,0	-	441.492
TOTAL		**1.133.879**	**1.468.335**
SALDO DE CURTO PRAZO		174.654	317.714
SALDO DE LONGO PRAZO		959.225	1.150.621

d) Obrigações por Repasses do Exterior em R$ Mil

Especificação	**Taxa de atualização % a.a.**	**30.06.2011**	**30.06.2010**
BID-Prodetur	USD + 1,10 ou UCBID + 2,83	696.159	749.044
BID-Outros Programas	USD + 1,14	5.809	7.186
Outros Programas	USD + 6,0	397	642
TOTAL		**702.365**	**756.872**
SALDO DE CURTO PRAZO		65.679	66.845
SALDO DE LONGO PRAZO		636.686	690.027

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses em R$ Mil

Especificação	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Despesas de Obrigações por Empréstimos	**(2.476)**	**(2.852)**
Obrigações por Empréstimos no País	(2.476)	(2.852)
Despesas de Obrigações por Repasses	**(55.423)**	**(70.697)**
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	**(46.623)**	**(33.419)**
Tesouro Nacional	(44)	(54)

BNDES	(40.225)	(29.277)
FINAME	(1.487)	(1.637)
Outras Instituições	(4.867)	(2.451)
Despesas de Repasses do Exterior	**(8.800)**	**(37.278)**
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	**(3.407)**	**(19.609)**
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**(211.650)**	**(144.619)**
TOTAL	**(272.956)**	**(237.777)**

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Em novembro de 2010, o Banco do Nordeste emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 5 anos e com um cupom de 3,625% ao ano. As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

Demonstramos no quadro abaixo em R$/US$ Mil:

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor em US$	Valor Contratual R$	Valor de Mercado em 30.06.2011	Valor de Mercado em 30.06.2010
Eurobond – Senior Unsecured Notes	09.11.2010	09.11.2015	300.000	509.019	456.966	-

As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

NOTA 16 – Outras Obrigações em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	**32.300**	**32.221**
Recursos do Proagro	504	335
Recebimento de Tributos Federais	27.910	26.209
IOF a Recolher	3.315	4.291
Outros Tributos e Assemelhados	571	1.386
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	**8.885**	**51.448**
c) Sociais e Estatutárias	**181.335**	**68.256**
Dividendos e Bonificações a Pagar	156.253	58.186
Participações nos Lucros	25.082	10.070
d) Fiscais e Previdenciárias	**371.743**	**375.965**
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22)	**106.080**	**96.563**
Impostos e Contribuições	78.786	72.067
Causas Fiscais	27.294	24.496
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	**52.841**	**60.567**
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	42.227	48.332
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	10.614	12.235
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	**164.973**	**179.957**
Imposto de Renda	101.567	111.843
Contribuição Social	63.406	68.114
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	**47.849**	**38.878**
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	**4.320.213**	**3.442.335**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	4.210.821	3.343.850
Outros Valores	109.392	98.485
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	**1.073.804**	**-**
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	**1.157.058**	**1.049.574**
h) Diversas	**2.720.470**	**2.656.188**
Provisão para Passivos Contingentes	**1.535.025**	**1.359.198**
Causas Trabalhistas (Nota 22.d)	174.209	153.109
Causas Cíveis (Nota 22.d)	107.024	99.111
Outras Causas (Nota 22.d)	44	532
FNE (Nota 22.e)	**1.249.397**	**1.102.620**
Repasse	388	1.219
Risco Integral	81.339	-
Risco Compartilhado	1.167.670	1.101.401
FDNE (Nota 22.e)	1.168	146
PROAGRO	3.183	3.680
Provisão para Pagamentos a Efetuar	**1.073.495**	**1.193.519**
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	**918.884**	**1.076.944**
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM Nº 600	467.499	803.581
Plano de Assistência Médica – CVM Nº 600	451.385	273.363
Despesa de Pessoal	127.310	91.473
Outros Valores	27.301	25.102
Outros Valores	**111.950**	**103.471**
TOTAL	**9.865.808**	**7.675.987**
SALDO DE CURTO PRAZO	3.591.348	3.302.493
SALDO DE LONGO PRAZO	6.274.460	4.373.494

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado.

Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. Seguem informações sobre a operação, em R$ Mil:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2011	30.06.2010
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.073.804	-

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e prevêem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.157.058	1.049.574
Recursos disponíveis [1]	326.846	922.109
Recursos aplicados [2]	830.212	127.465
TOTAL	1.157.058	1.049.574

[1] São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

[2] São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01.04.2011, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 159.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R$ 1.851.000 mil para R$ 2.010.000 mil representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 30.06.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros (9.604 acionistas)	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 30.06.2010					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	20.200	399.595	419.795	0,04	0,48
Outros (9.606 acionistas)	395.592	371.077	766.669	0,82	0,89
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R$ 26.231 mil (R$ 29.283 mil em 30.06.2010) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no semestre importa em R$ 1.213 mil (R$ 1.218 mil em 30.06.2010).

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.06.2011, representam, respectivamente, R$ 24,00 e R$ 24,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Lucro Líquido – Destinações em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
1. Lucro Líquido	**300.693**	**110.055**
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.213	1.218
3. Lucro Líquido Ajustado	**301.906**	**111.273**
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.035	5.503
Dividendos (Nota 19.e)	92.081	-
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 19.e)	63.964	58.066
Reserva Estatutária (item 3 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	130.826	47.704

e) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício.

A Diretoria propõe o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,0507% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio do 1° semestre de 2011 em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
1. Lucro Líquido do Semestre	**300.693**	**110.055**
2. Reserva Legal Constituída	(15.035)	(5.503)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.213	1.218
4. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	24.901	10.070
5. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	**311.772**	**115.840**
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no semestre	63.964	58.066
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(132)	(122)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	63.832	57.944
9. Dividendos Propostos	92.081	-
10. Total destinado aos acionistas (item 6+ item 9)	156.045	58.066
- JCP de R$ 0,70411790847 por ação ordinária (em 30.06.2010: JCP de R$ 0,639196881379 por ação ordinária)	34.133	30.986
- JCP de R$ 0,774529699118 por ação preferencial (em 30.06.2010: JCP de R$ 0,703116569807 por ação preferencial)	29.831	27.080
- Dividendos de R$ 1,013624291404 por ação ordinária	49.137	-
- Dividendos de R$ 1,114986720752 por ação preferencial	42.944	-

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei N° 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei N° 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2° do artigo 6° do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R$ 25.202 mil.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2° da Resolução N° 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Receitas de Prestação de Serviços	**636.397**	**594.415**
Administração de Fundos de Investimentos	6.570	5.767
Administração de Fundos e Programas	531.848	455.005
Prestação de Serviços	97.979	133.643
b) Rendas de Tarifas Bancárias	**9.435**	**6.139**
c) Despesas de Pessoal	**(484.654)**	**(458.976)**
Proventos	(295.749)	(234.053)
Encargos Sociais	(113.203)	(83.593)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM N° 600	(11.495)	(63.727)
Plano de Assistência Médica - CVM N° 600	(24.724)	(37.865)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(39.483)	(39.738)
d) Outras Despesas Administrativas	**(361.890)**	**(304.543)**
Processamento de Dados	(57.387)	(64.256)
Propaganda e Publicidade	(12.687)	(19.757)
Serviços de Terceiros	(116.461)	(73.726)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.487)	(21.550)
Viagens	(6.627)	(6.914)
Comunicações	(14.110)	(14.761)
Depreciação e Amortização	(13.394)	(12.716)
Manutenção e Conservação de Bens	(15.277)	(14.583)
Vigilância, Segurança e Transporte	(15.085)	(12.498)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(9.248)	(9.739)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.351)	(8.098)
Serviços Técnicos Especializados	(15.472)	(10.460)
Seguros	(2.025)	(1.864)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(30.051)	(10.921)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(539)	(457)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.758)	(1.611)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(9.200)	(8.100)
Outros Valores	(11.731)	(12.532)
e) Despesas Tributárias	**(92.373)**	**(80.512)**
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(85.083)	(73.398)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.839)	(6.763)
Outros Valores	(451)	(351)
f) Outras Receitas Operacionais	**590.530**	**400.009**
"Del credere" de Fundos Administrados	397.411	325.201
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	98.712	12.646
Recuperação de Encargos e Despesas	4.137	6.651
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	131
Reversão de Provisões Operacionais	291	3.788

Juros e Comissões	513	1.270
Correção Monetária	5.023	2.858
Atualização Monetária de Tributos	106	83
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	34.900	16.816
Outros Valores	49.437	30.565
g) Outras Despesas Operacionais	**(452.325)**	**(361.528)**
Variação Cambial da Área de Câmbio	-	(629)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(74.950)	(30.912)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(3)
Descontos Concedidos em Renegociações	(4.188)	(21.959)
Encargos de Operações de Crédito	(4.804)	(9.538)
Riscos Fiscais	(5.803)	(1.396)
Riscos com Operações do FNE	(178.975)	(240.095)
Riscos com Operações do FDNE	(891)	(109)
Causas Trabalhistas	(19.361)	(6.546)
Causas Cíveis	(15.872)	(12.881)
Outras Causas	-	(10)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(71.481)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9°-A	(17.070)	(24.068)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9°-A	(38.140)	(3.442)
Outros Valores	(20.790)	(9.940)
TOTAL	**(154.880)**	**(204.996)**

As despesas com Plano de Aposentadoria e Pensão e de Assistência Médica referentes ao semestre findo em 30.06.2010, atendem ao disposto na Deliberação CVM N° 371, de 13.12.2000.

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1° semestre de 2011 foi de R$ 101.061 mil e a de Contribuição Social foi de R$ 63.103 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	30.06.2011	**30.06.2010**	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	384.933	193.076	384.933	193.076
Adições/Exclusões Permanentes	(15.650)	6.566	(15.650)	6.578
Adições/Exclusões Temporárias	53.424	274.793	53.424	274.793
Resultado Tributável antes das Compensações	422.707	474.435	422.707	474.447
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	(19.350)	-	(20.354)
Resultado Tributável após Compensações	422.707	455.085	422.707	454.093
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(105.160)	(113.251)	(63.103)	(67.809)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.099	1.916	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL após os incentivos	(101.061)	(111.335)	(63.103)	(67.809)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	9.980	23.789	5.980	14.267
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(91.081)	(87.546)	(57.123)	(53.542)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	23,66%	45,34%	14,84%	27,73%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**Imposto de Renda**		**Contribuição Social**	
	30.06.2011	**30.06.2010**	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.061	111.335	63.103	67.809
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	506	508	303	305
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	101.567	111.843	63.406	68.114
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(60.567)	(52.203)	(27.434)	(23.772)
Valor do Ajuste no Período	41.000	59.640	35.972	44.342

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN N° 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN N° 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN N° 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular BACEN N° 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R$ Mil:

Especificação	**IMPOSTO DE RENDA**		**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**		**TOTAL**	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.670	104.016	5.202	277.352	13.872
(+) Constituição de Créditos	51.439	1.004.680	30.870	602.808	82.309	1.607.488
(-) Realização de Créditos	(41.458)	(1.001.316)	(24.890)	(600.789)	(66.348)	(1.602.105)
Saldo Final em 30.06.2011	183.317	12.034	109.996	7.221	293.313	19.255

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição em R$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
1. Total das Diferenças Temporárias	3.065.459	3.010.009	3.065.459	3.010.009
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.065.459	3.010.009	3.065.459	3.010.009
4.Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	766.365	752.502	459.819	451.501
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	12.034	7.637	7.221	4.582
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	778.399	760.139	467.040	456.083
7. Créditos Tributários Ativados	183.317	156.567	109.996	93.948
8 Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	12.034	7.637	7.221	4.582
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	195.351	164.204	117.217	98.530
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) (1)	583.048	595.935	349.823	357.553

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2011 estão a seguir demonstrados, em R$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	49.089	46.239	29.454	27.743	78.543	73.982
2012	24.615	20.603	14.769	12.362	39.384	32.965
2013	11.319	8.522	6.791	5.113	18.110	13.635
2014	11.041	7.520	6.624	4.512	17.665	12.032
2015	61.800	38.244	37.080	22.947	98.880	61.191
2016	25.453	14.311	15.278	8.590	40.731	22.901
TOTAL	183.317	135.439	109.996	81.267	293.313	216.706

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	7.063	7.063	4.238	4.238	11.301	11.301
2012	1	1	-	-	1	1
2013	1	1	-	-	1	1
2014	493	493	296	296	789	789
2015	319	319	192	192	511	511
2016 a 2018	3	3	2	2	5	5
2019 a 2021	3	3	2	2	5	5
2022 a 2024	2	2	1	1	3	3
2027 a 2029	706	706	424	424	1.130	1.130
2050 a 2052	3.443	3.443	2.066	2.066	5.509	5.509
TOTAL	12.034	12.034	7.221	7.221	19.255	19.255

c) Despesas Tributárias

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(85.083)	(73.398)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.839)	(6.763)
Outros Valores	(451)	(351)
Total	(92.373)	(80.512)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010.

b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos

relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.06.2011 e 30.06.2010, a seguir demonstrado:

Especificação	30.06.2011			30.06.2010		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	**78.786**	**78.786**	**1**	**72.067**	**72.067**	**1**
1.2 Causas Fiscais	**761.677**	**27.294**	**204**	**433.852**	**24.496**	**163**
1.2.1 Obrigação Legal	908	908	9	215	215	3
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	760.769	26.385	195	433.637	24.281	160
Provável	26.385	26.385	-	24.281	24.281	-
Possível	544.286	-	-	252.318	-	-
Remota	190.098	-	-	157.038	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	**248.467**	**174.209**	**803**	**207.638**	**153.109**	**921**
Provável	174.209	174.209	-	153.109	153.109	-
Possível	32.985	-	-	20.297	-	-
Remota	41.273	-	-	34.232	-	-
2.2 Causas Cíveis	**2.276.677**	**107.024**	**4.792**	**995.592**	**99.111**	**4.452**
Provável	107.024	107.024	-	99.111	99.111	-
Possível	481.693	-	-	264.397	-	-
Remota (1)	1.687.960	-	-	632.084	-	-
2.3 Outras Causas	**1.713**	**44**	**40**	**3.910**	**532**	**86**
Provável	44	44	-	532	532	-
Possível	658	-	-	1.216	-	-
Remota	1.011	-	-	2.162	-	-

(1) A variação do volume de causas cíveis classificadas com risco remoto decorreu, principalmente, em função do enquadramento como contingências passivas dos seguintes processos: a) Pagamento de contribuição extra, referente a benefícios de previdência complementar - R$ 539.572 mil; b) Indenização por danos morais e pagamento de multa - R$ 116.538 mil; c) Repetição de indébito R$ 33.951 mil; e d) Indenização por danos materiais e morais - R$ 23.890 mil.

e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	74.847	71.343
Constituição	4.231	2.677
Reversão/Utilização/Baixa	(292)	(1.953)
Saldo Final	**78.786**	**72.067**
b) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	551	-
Constituição	357	215
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	**908**	**215**
c) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	26.127	23.824
Constituição	2.054	972
Reversão/Utilização/Baixa	(1.796)	(300)
Saldo Final	**26.385**	**24.496**
d) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	161.863	150.741
Constituição	19.547	9.057
Reversão/Utilização/Baixa	(7.201)	(6.689)
Saldo Final	**174.209**	**153.109**
e) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	92.970	95.337
Constituição	15.872	17.760
Reversão/Utilização/Baixa	(1.818)	(13.986)
Saldo Final	**107.024**	**99.111**
f) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	65	567
Constituição	1	9
Reversão/Utilização/Baixa	(22)	(44)
Saldo Final	**44**	**532**
g) Férias		
Saldo Inicial	40.908	37.100

Constituição	71.114	52.273
Reversão/Utilização/Baixa	(59.089)	(48.465)
Saldo Final	**52.933**	**40.908**
h) FNE		
Saldo Inicial	1.177.757	956.261
Constituição	178.875	240.111
Reversão/Utilização/Baixa	(107.235)	(93.752)
Saldo Final	**1.249.397**	**1.102.620**
i) FDNE		
Saldo Inicial	277	37
Constituição	891	109
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	**1.168**	**146**

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item "b", retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item "d", subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R$ 242.908 mil. Na posição de 30.06.2010, não havia estimativa de perda financeira atrelada ao processo, tendo em vista que a autuação fiscal ocorreu durante o mês de janeiro de 2011.

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.06.2011, perfazem respectivamente, R$ 141.186 mil e R$ 95.749 mil. Na posição de 30.06.2010, representavam, respectivamente, R$ 125.389 mil e R$ 77.729 mil, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos morais e materiais sob a alegação de que a litigante teve sua falência decretada. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R$ 77.154 mil. Na posição de 30.06.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 100 mil com nível de risco remoto.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R$ 76.972 mil. Na posição de 30.06.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 1 mil, com nível de risco remoto, valor este, estipulado na petição inicial.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2011, R$ 29.986 mil. Na posição de 30.06.2010, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R$ 25.015 mil com nível de risco possível.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíves e/ou remotas, conforme quadro abaixo em R$ mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Demandas Trabalhistas	394.856	167.543
Demandas Fiscais	283.871	152.178
Demandas Cíveis	21.943	15.855
Demandas Outras	-	11
Total	**700.670**	**335.587**

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 30.06.2011, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R$ 1,00:

Remuneração Bruta [1]	Funcionários [1]
Máxima	24.275,20
Mínima	887,65
Média	6.343,62

[1] Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 30.06.2011, os valores da remuneração semestral paga pelo Banco aos Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R$ 1,00:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Remuneração Bruta [2]	**Diretoria**	
Maior remuneração individual	145.328,43	157.235,67
Menor remuneração individual	145.294,47	138.332,73
Remuneração média individual	148.130,79	135.029,53
Número de membros [1]	7	7
Remuneração Bruta [2]	**Conselho de Administração**	
Maior remuneração individual	16.012,10	14.103,63
Menor remuneração individual	16.012,10	14.103,33

Remuneração média individual	16.069,20	14.103,33
Número de membros [1]	6	6
Remuneração Bruta [2]	**Conselho Fiscal**	
Maior remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Menor remuneração individual	16.012,10	14.103,33
Remuneração média individual	15.915,98	13.623,73
Número de membros [1]	5	5

[1] O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

[2] Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

Em 30.06.2011, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.049 (5.858 em 30.06.2010), registrando-se, um acréscimo de 3,26% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados - PLR

No semestre foi provisionado o valor de R$ 25.169 mil, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R$ 24.901 mil referente à participação dos empregados, equivalente a 15,96% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 8,28% do lucro líquido do semestre.

NOTA 25– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010. Iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2011, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2010, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 30.06.2011, apresenta-se superavitário em R$ 11.084 mil (superávit de R$ 35.451 mil em 30.06.2010) em decorrência do impacto positivo dos investimentos, de dispêndios referentes às variações nas obrigações do plano, assim como variações nas contingências. Merece destaque o aumento de R$ 123.088 mil nas obrigações do plano de benefícios, em dezembro/2010, em face da revisão em seu plano de custeio, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 23% para 21,25%, a partir de 01.01.2011.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 30.06.2011, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R$ 37.537 mil, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2011, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600, em R$ Mil:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.109.048	2.738.730	16.495	-	492.916	469.032
2. Custo do Serviço Corrente	7.492	17.359	19.007	18.024	25.341	39.443
3. Custo dos Juros	161.598	309.271	816	-	25.620	52.965
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano (1)	(127.909)	(239.416)	(13)	-	(32.516)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	23.975	52.425	-	-	6.034	10.201
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.996)	(7.786)	(735)	(788)	(7.079)	(13.633)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial (2)	(151.304)	238.465	5	(742)	19.949	(12.168)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.018.904	3.109.048	35.575	16.494	530.265	492.916

Notas: (1) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;
(2) Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 30.06.2011, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada
   i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 3.018.904 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 2.551.405 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 467.499 mil;
   ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 35.575 mil encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R$ 35.575 mil, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.
b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 530.265 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 78.880 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 451.385 mil.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos em R$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	181.331	296.148	1.129	-	2.806	1.535
3.Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.352	3.477	9.513	9.049	11.141	20.158
4.Contribuições Recebidas do Empregador (1)	25.296	55.872	9.495	8.975	21.365	139.250
5. Benefícios Pagos pelo Plano (2)	(127.909)	(239.416)	(13)	-	(32.516)	(52.924)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	23.975	52.425	-	-	6.034	10.201
7.Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(3.996)	(7.786)	(735)	(788)	(7.079)	(13.633)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano (3)	(167.062)	202.189	(308)	(742)	18.958	(58.205)
9.Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	2.551.405	2.618.418	35.575	16.494	78.880	58.171

Notas: (1) Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos e co-participações pagas pelo empregador;
(2) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;
(3) Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial, em R$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1.Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.018.904	3.109.048	35.575	16.494	530.265	492.916
2.Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.551.405)	(2.618.418)	(35.575)	(16.494)	(78.880)	(58.171)
3.Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	467.499	490.630	-	-	451.385	434.745
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	467.499	490.630	-	-	451.385	434.745

h) Despesa Reconhecida nas Demonstrações do Resultado, em R$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Custo do Serviço Corrente	7.492	17.359	19.007	18.024	25.341	39.443
2. Contribuições de Empregados (1)	(1.352)	(3.477)	(9.512)	(9.049)	(11.141)	(20.158)
3. Custo dos Juros	161.598	309.271	816	-	25.620	52.965
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(181.331)	(296.148)	(1.129)	-	(2.806)	(1.535)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	15.758	36.276	313	-	991	46.037
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	26.495	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	2.165	89.776	9.495	8.975	38.005	116.752

Nota: (1) Contribuições recebidas de participantes ativos

i) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano, representa do valor justo do total dos ativos do plano

Especificação	CAPEF			CAMED	
	Plano BD		Plano CV I	Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	30.06.2011	31.12.2010
Renda Fixa	82,94%	82,92%	82,36%	23,14%	98,66%
Renda Variável	5,18%	5,79%	16,16%	52,09%	-
Investimentos Imobiliários	5,48%	5,36%	-	0,38%	-
Empréstimos e Financiamentos	3,63%	3,55%	-	9,87%	-
Outros	2,77%	2,38%	1,48%	14,52%	1,34%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano					
Em instrumentos financeiros no Banco	1,25%	1,45%	-	22,41%	-
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	0,74%	0,68%	-	0,77%	-

j) Retorno real dos ativos dos planos em R$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	181.331	296.148	1.129	-	2.806	1.535
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	(167.062)	202.189	(308)	(742)	18.958	(58.205)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	14.269	498.337	821	(742)	21.764	(56.670)

k) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no semestre corrente e nos últimos três exercícios, em R$ Mil

Especificação	CAPEF					
	Plano BD				Plano CV I	
	Deliberação CVM 600				Deliberação CVM 600	
	30.06.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	30.06.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.018.904)	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(35.575)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.551.405	2.618.418	2.255.509	1.967.903	35.575	16.494
3. Superávit (déficit)	(467.499)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	151.304	(238.465)	(392.699)	-	(4)	742
b. Percentual	(5,01%)	7,67%	(14,34%)	-	0,01%	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano						
a. Montante	(167.062)	202.189	107.755	-	(308)	(742)
b. Percentual	(6,55%)	7,72%	(4,78%)	-	(0,87%)	(4,50%)

Especificação	CAMED			
	Plano Natural			
	Deliberação CVM 600			
	30.06.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
1. Obrigação de Benefício Definido	(530.265)	(492.916)	(469.032)	(366.769)
2. Ativos do Plano	78.880	58.171	11.789	23.617
3. Superávit (déficit)	(451.385)	(434.745)	(457.243)	(343.152)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				

a. Montante	(19.949)	12.168	(72.418)	-
b. Percentual	3,76%	(2,47%)	15,44%	-
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	18.958	(58.205)	(6.670)	-
b. Percentual	24,03%	(100,06%)	(56,58%)	-

l) Estimativa de contribuições

l.1) Dados de Entrada

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,67%	10,14%	10,67%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	14,33%	14,16%	9,90%
3. Folha salarial de participação projetada [1]	50.353	227.765	-
4. Custo do Serviço Corrente	19.794	39.806	51.248
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos [1]	3.377	19.930	19.672
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.618.418	35.575	58.171
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.109.048	35.575	492.916

Nota: (1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

l.2) Estimativa do Custo Esperado, em R$ Mil

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Custo do Serviço Corrente	19.794	39.806	51.248
2. Contribuições de Empregados [1]	(3.377)	(19.930)	(19.672)
3. Custo dos Juros	331.595	3.608	52.572
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(5.037)	(5.747)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	15.758	-	990
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	11.449	18.447	79.391

Nota: (1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

m) Premissas utilizadas

m.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos:	AT2000 Homens	AT2000 Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Experiência do IAPC – Fraca [1]	Experiência do IAPC – Fraca [1]
Tábua de Entrada em Invalidez:	Experiência da CAPEF – Fraca [2]	-
Tábua de Rotatividade:	Nenhuma	-

Notas: (1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

m.2) Premissas Econômicas

Especificação	CAPEF (% a.a.)		CAMED (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,4	5,85	6,4
Taxa de inflação futura	4,5	4,5	4,5
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	14,33	14,16	9,90
Índice de aumento salarial real estimado	1,0	-	1,0
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	3,4

m.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

m.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

n) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos, em R$ Mil

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	8.450	(47)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	70.563	(1.183)

o) Comentários adicionais

o.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

o.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea "b" desta nota;

o.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600; e

o.4) Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R$ 35.549.756 mil (R$ 31.429.925 mil em 30.06.2010) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R$ 4.208.851 mil (R$ 3.341.269 mil em 30.06.2010), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R$ 209.623 mil (R$ 142.741 mil em 30.06.2010).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R$ Mil:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2011	Provisão em 30.06.2010
AA	3.096.456	-	-
A	10.677.225	26.829	23.130
B	8.215.265	41.005	32.299
C	537.495	8.091	7.097
D	464.668	23.281	46.790
E	254.600	39.096	34.065
F	268.565	67.170	67.212
G	201.036	81.572	78.195
H	1.904.893	962.353	813.832
TOTAL	25.620.203	1.249.397	1.102.620

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o "del credere" do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o "del credere" é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o "del credere" é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de "del credere" foi de R$ 396.149 mil (R$ 324.323 mil em 30.06.2010).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R$ 481.873 mil (R$ 406.741 mil em 30.06.2010).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo em R$ Mil:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	2.659
PROGER-URBANO -Investimento	17/2006	16.400
FAT – Infraestrutura	18/2006	264.675
PRONAF - Investimento	19/2006	1.473
PROGER-RURAL - Custeio	20/2006	1.631
PRONAF - Custeio	01/2007	3.309
PROGER-RURAL - Investimento	02/2007	23.533
PROTRABALHO - Investimento	04/2007	147.220
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	18.093

TOTAL	478.993

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R$ 549.767 mil (R$ 355.394 mil em 30.06.2010), têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R$ 27.601 mil (R$ 19.895 mil, em 30.06.2010).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Valores em R$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2011		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.378	5	105	10.773	10.878
PROGER – URBANO-Investimento	17/2006	RA	16.520	614	2.335	61.477	63.812
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	103.839	10.043	23.565	255.435	279.000
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	222	7	102	678	780
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	83	3	31	146	177
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	22.635	101	1.321	177.350	178.671
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	3.531	510	142	16.307	16.449
TOTAL			148.208	11.283	27.601	522.166	549.767

Valores em R$ Mil:

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2010		
		Forma (1)	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS (2)	Aplicado TJLP (3)	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.657	10	383	12.698	13.081
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	13.363	387	1.473	62.881	64.354
FAT – Infraestrutura (4)	18/2006	RA	3.460	278	7.096	54.442	61.538
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	166	5	96	987	1.083
PROGER – RURAL- Custeio	20/2006	RA	493	7	3	-	3
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	56	2	29	256	285
PROGER RURAL- Investimento	02/2007	RA	3.186	31	1	-	1
PROTRABALHO- Investimento	04/2007	RA	27.269	613	10.814	204.235	215.049
TOTAL			49.650	1.333	19.895	335.499	355.394

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basiléia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.

O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.

Área específica coordena a gestão operacional dos riscos e gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico. Sem descurar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito compreende:
- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fiança, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2011	30.06.2010
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	**25.613.596**	**23.042.821**
Público	**1.483.370**	**1.328.970**
Privado	**24.130.226**	**21.713.851**
Comércio	2.518.902	2.171.477
Comércio Exterior	631.055	468.424
Habitação	242	241
Indústria	5.442.953	4.604.799
Infraestrutura	3.977.232	2.903.606
Intermediários Financeiros	383.900	523.069
Microfinança Urbana	868.758	588.809
Pessoas Físicas	192.011	158.939
Rural	5.749.275	6.283.956
Outros Serviços	4.365.898	4.010.531
OPERAÇÕES DE MERCADO	**14.097.855**	**10.077.860**
Títulos Públicos Federais	**11.928.502**	**7.648.317**
Operações Compromissadas	4.877.783	4.123.353
Outras	7.050.719	3.524.964
Depósitos Interfinanceiros	**310.825**	**268.589**
Outros Títulos e Valores Mobiliários	**948.915**	**1.408.201**
Outras Operações	**909.613**	**752.753**
DEMAIS ATIVOS	**2.300.792**	**1.714.474**
Valor Total das Exposições	**42.012.243**	**34.835.155**

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:

1) Limites de Risco

Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.

2) Avaliação de Risco

Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de mini-produtores rurais e micro-empreendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite ao Banco identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação. As operações acima de R$ 5.000 mil, analisadas individualmente, importam em R$ 6.497.122 mil na posição de 30.06.2011 (R$ 5.321.319 mil em 30.06.2010). Para essas operações, foram recebidas garantias reais equivalentes a R$ 2.143.112 mil em 30.06.2011 (R$ 1.642.585 mil em 30.06.2010). Essas garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. A tabela a seguir demonstra o valor dessas garantias reais, por tipo, nas posições de 30.06.2011 e 30.06.2010, em R$ Mil:

Garantias	Valor	
	30.06.2011	30.06.2010
Alienação Fiduciária de Bens Móveis	547.177	297.984
ipoteca	733.000	516.758
Penhor	862.935	827.843
Total	2.143.112	1.642.585

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse máximo, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se todos os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:
- Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores e por prazos;
- Gap medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa do Banco;
- Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de liquidez;
- Fluxo de caixa; e
- Mapa de descasamento cambial.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. Tal índice tem caráter eminentemente conservador, pois desconsidera todos os fluxos de reembolsos. As disponibilidades que integram a

base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nos anos de 2011 e de 2010:

Especificação	2011 (%)	2010 (%)
Em 30 de junho	219,02	272,56
Média dos últimos 12 meses	240,80	237,00
Máximo dos últimos 12 meses	321,96	276,29
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15	192,29

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 30.06.2011 e 30.06.2010, em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	51.145	107.329	1.023.133	2.663.716	927.678
Depósitos Interfinanceiros	74.889	81.111	577.165	14.762	-
Operações Compromissadas	634.355	-	33.967	133.979	9.526
Total	**760.389**	**188.440**	**1.634.265**	**2.812.457**	**937.204**
Recursos Disponíveis	**3.639.449**				

Especificação	30.06.2010				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	47.242	55.904	303.281	4.249.946	2.040.552
Depósitos Interfinanceiros	46.754	60.675	398.996	20.605	-
Operações Compromissadas	455.872	-	-	-	-
Total	**549.868**	**116.579**	**702.277**	**4.270.551**	**2.040.552**
Recursos Disponíveis	**3.633.274**				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou

2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

1) No âmbito externo:
- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;
- Realização de operações com a autoridade monetária;
- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

2) No âmbito interno:
- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;
- Suspensão de concessão de limites operacionais;
- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;

- Renegociação de contratos com fornecedores; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:
- Elevação da taxa de captação de recursos;
- Captação de recursos em novos mercados;
- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;
- Transferência de carteira de crédito;
- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;
- Renegociação de passivos existentes;
- Venda de ativos; e
- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

As providências recomendadas pelo grupo especial para gestão de crise de liquidez deverão estar em consonância com as políticas institucionais de atuação enquanto banco de desenvolvimento.

c) Risco de Mercado

c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação dos custos do passivo resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco leva em consideração múltiplos cenários, utilizando-se das seguintes metodologias:

1) *VaR* (*value at risk*) global, por carteira, por título e por indexador;

2) *Duration* global (ativos e passivos), por carteira, por título e por indexador;

3) Teste de estresse;

4) Gap medindo eventuais descasamentos entre ativos e passivos no tocante a prazos, mostrando as previsões de fluxo de caixa;

5) Saldos globais de ativos e passivos, por carteira, por título, apontando eventuais descasamentos por indexadores;

6) Acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado; e

7) Mapa de descasamento cambial.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
• Carteira de negociação: 1% do valor da carteira • Carteira de não-negociação: 5% do valor da carteira	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não-Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) Carteira de negociação (*trading book*): constituída com operações realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 30.06.2011, ficou quantificado em R$ 130 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R$ 2.731.000 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 30.06.2011, o VaR representou apenas 0,005% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) Carteira de não-negociação (*banking book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco da carteira de não-negociação, relacionado às taxas de juros, aos índices de preços e à variação cambial, obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Parâmetro estatístico:
- Desvio-padrão dos retornos;
- Prazo de manutenção da taxa: 1 ano;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações;e
- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela ANBIMA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	De 01.07.2010 a 30.06.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	16.715	43.387	90.299	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	537	721	1.367	195
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	395	13.169	30.543	374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	49.994	66.112	81.296	42.625
Especificação	**30.06.2010**	**De 01.07.2009 a 30.06.2010**		
		Médio	**Máximo**	**Mínimo**
Exposição Cambial Marcada a Mercado	51.670	45.505	87.973	10.508
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	1.195	784	1.863	179
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	19.855	21.258	31.082	18.374
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não-Negociação (RBAN)	16.927	32.810	54.453	16.048

c.2.2. Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da carteira de não-negociação (CnN) para a posição de 30.06.2011, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2° da Circular do BACEN N° 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DIxPré e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos-base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não – Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	*Basis Points*	Pontos Percentuais	*Basis Points*	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGPM	240,7	2,41	552,1	5,52	1.644,4	16,44
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(321,6)	(3,22)	(584,2)	(5,84)	(990,5)	(9,90)
	Cupom de TR	*sem estresse*		*sem estresse*		*sem estresse*	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	599,2	5,99	1.393,8	13,94	3.956,9	39,57

Verifica-se que os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando as maiores exposições em

30.06.2011, atreladas aos fatores de risco Juros Prefixados e TJLP, o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,99 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e negativo de (3,22) pontos percentuais no cupom nas operações em TJLP.

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não-negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo em R$ Mil:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	1.584.751	1.573.949	0,68%	1.563.293	1,35%
Carteira de Não-negociação						
Cupom de Dolar	Aumento na cotação do dólar	(14.510)	(15.682)	8,08%	(16.942)	16,76%
Cupom de IGP	Redução do índice	1.417.526	1.320.148	6,87%	1.222.769	13,74%
Cupom de IPCA	Aumento do índice	(85.094)	(94.474)	11,02%	(103.854)	22,05%
Cupom de TJLP	Aumento da taxa de juros	(1.842.592)	(1.932.253)	4,87%	(2.021.914)	9,73%
Cupom de TR	Aumento da taxa de juros	(1.353.511)	(1.353.642)	0,01%	(1.353.773)	0,02%
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.223.539	3.203.751	0,61%	3.099.644	3,84%

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3, e estão representadas em termos percentuais da respectiva carteira.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo, em R$ Mil:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa de juros	*Swap* Pré x DI	(445.190)	(432.211)	(420.218)
		Ativo Prefixado	420.825	388.979	360.645
		Exposição Líquida	(24.365)	(43.232)	(59.573)
Hedge	Aumento de cotação de moeda estrangeira (ME)	*Swap* DI x Dólar	466.665	444.935	424.433
		Passivo em ME	(459.624)	(442.505)	(426.670)
		Exposição Líquida	7.041	2.430	(2.237)

Na data-base de 30.06.2011, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap Pré x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* pré x DI consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap DI x Dólar

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Dólar consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional especifica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados pelo Banco, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicado ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basiléia

Por meio das Resoluções N°s 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das *commodities* (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2011, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.06.2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste foi de 17,23% (13,78% em 30.06.2010), enquanto o PR foi de R$ 4.515.788 mil (R$ 3.067.846 mil em 30.06.2010). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R$ 2.833.292 mil em 30.06.2011 (R$ 2.432.575 mil em 30.06.2010).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.515.788	3.067.846
. Nível I	2.277.169	2.019.760
. Nível II	2.238.619	1.048.086
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.833.292	2.432.575
. Parcela PEPR (1)	2.433.749	2.089.197
. Parcela PJUR	537	1.195
. Parcela PCOM	395	19.855
. Parcela POPR	398.611	322.328
c) Valor do RBAN	49.994	16.927
Margem (a-b-c)	1.632.502	618.344
Índice de Basiléia (Circ.BACEN N° 3.477, de 28.12.2009)	17,53%	13,87%
Índice de Basiléia (Incluindo Valor RBAN)	17,23%	13,78%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN N° 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR em R$ Mil

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Patrimônio de Referência (PR)	4.515.788	3.067.846
. Nível I	2.277.169	2.019.760
(+) Patrimônio Líquido	2.305.694	2.060.753
(-) Reservas de Reavaliação	26.231	29.283
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	2.003	2.496
(-) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	8.923
. Nível II	2.238.619	1.048.086
(+) Reservas de Reavaliação	26.231	29.283
(+)Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR (1)	1.073.804	-

(+) Instrumentos de Dívida Subordinada [2]	1.157.058	1.049.574
(+) Ajuste Vr. de Mercado – TVM e Inst. Financ. Deriv.	-	8.923
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	18.474	39.694

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

Em julho de 2009 e em junho de 2010, o Banco celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo BACEN a considerar os valores do âmbito desses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basiléia da Instituição.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Banco Central autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II. O referido contrato não possui data de vencimento.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal *www.bnb.gov.br* no link Relação com Investidores.

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	525.012	526.826
TOTAL	**525.012**	**526.826**

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	**549.767**	**355.394**
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	**1.133.879**	**1.468.335**
Tesouro Nacional	1.035	1.114
BNDES	1.048.397	785.416
FINAME	84.447	27.852
Outras Instituições (Nota 9.a.1)	-	653.953
Outras Obrigações	**6.441.683**	**4.393.424**
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.d)	4.210.821	3.343.850
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.073.804	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.157.058	1.049.574
TOTAL	**8.125.329**	**6.217.153**

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.g)	**918.884**	**1.076.944**
CAPEF	467.499	803.581
CAMED	451.385	273.363
TOTAL	**918.884**	**1.076.944**

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Benefícios de Curto Prazo	**1.660**	**1.434**
Honorários	**1.221**	**1.098**
Diretoria	1.037	945
Conselho de Administração	96	85
Conselho Fiscal	88	68
Outros	**221**	**168**
Participação no Lucro	**218**	**168**
TOTAL	**1.660**	**1.434**
Especificação	**30.06.2011**	**30.06.2010**
Benefícios Pós-Emprego	91	13
TOTAL	**91**	**13**

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R$ Mil:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Créditos Abertos para Importação	167.939	22.215
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.220	110.318
- FNE	12.996.617	11.259.728
- Outras Entidades	41.581	21.531
Coobrigações em Cessões de Crédito	29.193	33.469

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R$ 407.876 mil (R$ 386.780 mil em 30.06.2010) assim distribuídos:

Especificação	30.06.2011	30.06.2010
Bens Móveis	135.941	123.795
Bens Imóveis	267.915	261.828
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	-
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	407.876	386.780

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 5 de agosto de 2011.

Fortaleza, 05 de Agosto de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de

seis meses findo naquela data e, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2011, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 5 de agosto de 2011, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no 1º semestre de 2011.

Fortaleza (CE), 5 de agosto de 2011.

O CONSELHO FISCAL

Banco do Nordeste

COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º. Semestre de 2011

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê

No 1º. Semestre de 2011, dentro de sua missão institucional, atuou focado no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, na revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis e no desempenho da Ouvidoria do Banco.

Dentro das atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria manteve acompanhamento das demandas oriundas dos órgãos de fiscalização e controle externo, inclusive daquelas originadas do referido Conselho.

O Comitê de Auditoria realizou 16 reuniões no semestre, sendo 12 ordinárias e 4 extraordinárias, tendo como pauta assuntos relacionados com as áreas citadas. Além dos eventos mencionados, o Comitê de Auditoria manteve contatos e reuniões de trabalho com diversos gestores do Banco, inclusive Conselho Fiscal, tendo participado de nove reuniões com o Conselho de Administração.

Ao longo do período, o Comitê de Auditoria efetuou análises dos relatórios e das informações mensalmente disponibilizados pela área financeira. Ao final do semestre, revisou com representantes da área contábil, Auditoria Independente e Conselho Fiscal o conjunto das demonstrações contábeis, na posição de 30.06.2011. Juntamente com os membros do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente participou da reunião do Conselho de Administração que aprovou as referidas demonstrações.

Dentre as principais realizações no semestre cabe destacar o acompanhamento das seguintes atividades:

- Implantação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, operacional e de mercado, seguindo cronogramas estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, dentro do Acordo de Capital – Basiléia II;
- Demandas do Conselho de Administração e recomendações feitas à Diretoria do Banco;
- Implementação de recomendações apresentadas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente e órgãos de controle externos.

Controles Internos.

O Banco vem estruturando seu sistema de controles buscando a integração de diretrizes voltadas para o fortalecimento dos controles internos, segurança e gestão de riscos.

Periodicamente, tal estrutura é revisada e atualizada, com o intuito de mantê-la apta a minimizar os riscos inerentes às atividades do Banco.

Nesse aspecto, vem desenvolvendo ações para concluir a implantação das estruturas de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito e de mercado. Dessa forma, visa a atender recomendações contidas no Acordo de Capital Basiléia II e cumprir o cronograma estabelecido em normas emitidas pelo BACEN.

A conclusão das citadas providências elevará o grau de aperfeiçoamento do processo de mitigação da exposição do Banco aos riscos que lhes são inerentes, com reflexos positivos na consecução de seus objetivos empresariais.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna vem desenvolvendo suas atividades com qualidade satisfatória, buscando adequar-se ao porte e à complexidade das operações do Banco.

No período, atuou observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo as instruções dos órgãos federais de controle, e encaminhado à Controladoria Geral da União, depois de aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

Auditoria Independente

No exame dos pareceres e relatórios emitidos durante o semestre pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua independência, o resultado e a qualidade dos trabalhos por ela realizados.

Demonstrações Contábeis

O Comitê de Auditoria analisou o conjunto das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data base de 30.06.2011. Também analisou os Pareceres emitidos pelo Auditor Independente sobre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Examinadas e discutidas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários a elas relacionadas.

Fortaleza (CE), 05 de agosto de 2011

O Comitê de Auditoria

Banco do Nordeste

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Posição: 30.06.20011

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R$ Mil)

ATIVO

		30.06.2011	30.06.2010
CIRCULANTE		**11.436.515**	**10.039.581**
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	1.428.096	809.060
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.780.755	2.532.209
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		79.388	70.863
Crédito Rural - Proagro a Receber		3.716	2.546
Devedores por Repasses-Outras Instituições		75.652	68.317
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 8)	7.145.995	6.624.636
Financiamentos		1.886.113	1.869.467
Financiamentos a Exportação		268.048	372.750
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		507.484	365.919
Financiamentos Agroindustriais		186.279	200.539
Financiamentos Rurais		4.652.826	4.251.961
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(354.755)	(436.000)
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.6)	1.969	2.582
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		1.969	2.582
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	332	231
Títulos de Cobertura do Proagro		4	0
Títulos da Dívida Agrária		388	343
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(60)	(112)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**24.113.241**	**21.390.344**
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.297.106	1.204.468
Crédito Rural - Proagro a Receber		976	2.634
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9º-A	(Nota 13)	1.157.058	1.049.574
Devedores por Repasses-Outras Instituições		139.072	152.258
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 8)	22.814.989	20.184.573
Financiamentos		8.442.985	6.911.119
Financiamentos a Exportação		7.351	690
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		4.415.924	3.439.067
Financiamentos Agroindustriais		851.405	801.206
Financiamentos Rurais		9.857.582	9.898.243
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(760.258)	(853.752)
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	1.146	1.306
Títulos de Cobertura do Proagro		0	0
Títulos da Dívida Agrária		1.659	1.914
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(513)	(608)
TOTAL DO ATIVO		**35.549.756**	**31.429.925**

PASSIVO

		30.06.2011	30.06.2010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)	**35.549.756**	**31.429.925**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
No Semestre		2.625.616	2.033.706
Em Exercícios Anteriores		32.938.613	28.854.696
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		387.353	574.441
RESULTADO DO SEMESTRE		(401.826)	(32.918)
TOTAL DO PASSIVO		**35.549.756**	**31.429.925**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R$ Mil)

		1º Sem/2011	1º Sem/2010
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 8.g)	118.491	525.937
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	209.623	142.741
DESPESAS	(Nota 4.a.8)		
De Administração		(481.873)	(406.741)
De PRONAF-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance		(38.955)	(34.151)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títul		(209.082)	(260.664)
De Auditoria		(30)	(40)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		**(401.826)**	**(32.918)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R$ Mil)

EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2009		**28.854.696**	**600.232**	**29.454.928**
Transferências da União no Semestre		2.033.706	0	2.033.706
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 10)	0	(25.791)	(25.791)
Prejuízo do Semestre		0	(32.918)	(32.918)
SALDOS EM 30.06.2010		**30.888.402**	**541.523**	**31.429.925**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		**2.033.706**	**(58.709)**	**1.974.997**
SALDOS EM 31.12.2010		**32.938.613**	**388.018**	**33.326.631**
Transferências da União no Semestre		2.625.616	0	2.625.616
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 10)	0	(665)	(665)
Prejuízo do Semestre		0	(401.826)	(401.826)
SALDOS EM 30.06.2011		**35.564.229**	**(14.473)**	**35.549.756**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE		**2.625.616**	**(402.491)**	**2.223.125**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010
(Valores em R$ Mil)

	30.06.2011	30.06.2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Semestre	**(401.826)**	**(32.918)**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos	209.082	260.664
Prejuízo Ajustado	**(192.744)**	**227.746**
Relações Interfinanceiras	(45.029)	(424.255)
Operações de Crédito	(1.832.775)	(2.021.152)
Outros Créditos	1.159	(83)
Outros Valores e Bens	155	270
Ajustes de Exercícios Anteriores	(665)	(25.791)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(1.877.155)**	**(2.471.011)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União	2.625.616	2.033.706
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**2.625.616**	**2.033.706**
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**555.717**	**(209.559)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre	3.653.134	3.550.828
No fim do Semestre	4.208.851	3.341.269
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**555.717**	**(209.559)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 – Administração
Nota 4 – Diretrizes Contábeis
Nota 5 - Fiscalização
Nota 6 – Auditoria Externa
Nota 7 – Isenção Tributária
Nota 8 – Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 9 – Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste
Nota 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 11 – Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 12 – Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito
Nota 13 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9º- A, da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea "c"), sendo regulamentado pela Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar Nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis Nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória Nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009 e a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 - Diretrizes Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco do Nordeste para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São os seguintes os principais destaques dos procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5 a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco do Nordeste na forma da legislação, os contratos firmados com os mutuários prevêem que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário

Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

a.3) A Medida Provisória Nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco do Nordeste, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco do Nordeste, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 3% a.a;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

a.4) Na forma do Decreto Nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução Nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do PROFROTA com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco do Nordeste será de 2,5% a.a.

a.5) A Portaria Nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banco do Nordeste faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

a.6) Nos financiamentos enquadrados no PRONAF, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem não há incidência de *del credere* em favor do Banco do Nordeste, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.7) Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco do Nordeste de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, Incisos I a IV, e determina o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.

a.8) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem, ao prêmio de performance sobre reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco do Nordeste pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria Nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional; e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF, Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido e Emergencial, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto Nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre as operações no âmbito do PRONAF Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, PRONAF-Emergencial, PRONAF-Enchentes e PRONAF-Estiagem e o prêmio de performance sobre os reembolsos do PRONAF A/C, Semiárido e Floresta, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8).

b.3) A Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

b.4) A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis Nº 9.138, de 29.11.1995, Nº 10.437, de 25.04.2002 e Nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução Nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes

financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalonamentos de prazos.

b.5) A Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei Nº 11.322 não remitidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do PRONAF, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remitidas, lastreadas com recursos do FNE.

b.6) São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005.

b.7) Os títulos registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 - Auditoria Externa

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, para emissão de parecer sobre suas demonstrações financeiras, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

NOTA 7 - Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 8 – Risco das Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

a.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao PROCERA;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

a.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do PROCERA;
- Nas operações no âmbito do PRONAF, Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido e PRONAF-Emergencial/Enchentes/Estiagem, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contratados a partir da vigência da Portaria Nº 616, de 26.05.2003, o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;

- Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
- Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco do Nordeste.

b) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no período é demonstrada no quadro a seguir, em R$ Mil:

Discriminação	30.06.2011	30.06.2010
Saldo Inicial da Provisão p/ Perdas em Operações de Créditos	**1.218.591**	**1.300.349**
. Risco Integral do FNE	953.269	1.029.846
. Risco Compartilhado	265.322	270.503
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	**209.704**	**262.132**
Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322	**(18.119)**	**(426)**
. Risco Integral do FNE	(18.119)	(426)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	**227.823**	**262.558**
. Risco Integral do FNE	151.186	163.725
. Risco Compartilhado	76.637	98.833
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	**(313.282)**	**262.728**
. Risco Integral do FNE	(207.778)	169.831
. Risco Compartilhado	(105.504)	92.897
(=) Saldo Final da Provisão p/ Perdas em Operações de Crédito	**1.115.013**	**1.299.753**
. Risco Integral do FNE	878.558	1.023.314
. Risco Compartilhado	236.455	276.439

c) Considerando que é de responsabilidade do PROCERA o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.

d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial Nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:

d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do período estão discriminados no subitem "Provisão Líquida por Deságio - Ops. Adquiridas Lei Nº 11.322" no quadro da alínea "b" desta Nota; e

d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registradas em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre, foi registrada uma redução de provisão no valor de R$ 78.039 mil, sendo R$ 54.801 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e de R$ 23.238 mil às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R$ 99.731 mil resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R$ 60.559 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 39.172 mil referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão apresentou uma redução de R$ 9.658 mil, sendo R$ 8.606 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 1.052 mil referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Crédito" do quadro apresentado na alínea "b" desta Nota.

e) A Portaria Interministerial Nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:

e.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registradas em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e

e.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R$ 34.708 mil, sendo R$ 23.337 mil referentes às operações com risco integral para o Fundo e R$ 11.371 mil às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R$ 25.272 mil decorrente de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R$ 16.207 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 9.065 mil referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo período de 2010, a constituição de provisão foi de R$ 17.657 mil, sendo R$ 9.502 mil referentes às operações com risco integral do Fundo e R$ 8.155 mil referente às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Créditos" do quadro apresentado na alínea "b"desta Nota.

f) As renegociações formalizadas no semestre com base nas Leis Nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória Nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, diminuíram o resultado do Fundo em R$ 344.303 mil (R$ 19.135 mil em 30.06.2010). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir, em R$ Mil:

Discriminação	30.06.2011	30.06.2010
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	29.910	32.558
Despesas - Bônus e Dispensas	(529.559)	(45.444)
Efeito Líquido em Provisões	155.346	(6.249)
Efeito Líquido Final	**(344.303)**	**(19.135)**

g) Na Demonstração do Resultado, as "Receitas de Operações de Crédito" estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição, em R$ Mil:

Discriminação	30.06.2011	30.06.2010
Rendas de Operações de Crédito	1.263.844	1.089.226
Despesa de *del credere* do Banco do Nordeste	(396.149)	(324.323)
Despesa de *del credere* de Outras Instituições	(1.927)	(1.955)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(2.139)	(1.366)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações [1]	(495.269)	(2.131)
Despesas de Descontos Ops. Progr. Recuperação Lavoura Cacaueira Lei Nº 11.775, de 17.09.2008	-	(501)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste	(227.203)	(232.210)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repasses Lei 7.827-Art. 9º-A	(6.315)	(327)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(33)	(41)
Despesas de Rebate Principal Ops. c/Rec. FAT-BNDES - Lei Nº 10.193, de 14.02.2001	(4)	(238)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei Nº 11.322, de 13.07.2006	(39)	(197)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(9.920)	-
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei Nº 12.249, de 11.06.2010	(6.342)	-
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	(13)	-
TOTAL	**118.491**	**525.937**

[1] O valor registrado em 30.06.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no primeiro semestre de 2011.

NOTA 9 – Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco do Nordeste

a) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial Nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

b) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do Art. 5º da Portaria Interministerial Nº 11.

c) No período, o Banco do Nordeste devolveu ao FNE recursos no montante de R$ 107.235 mil (R$ 93.753 mil em 30.06.2010), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

NOTA 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2011, de R$ 665 mil (R$ 25.791 mil em 30.06.2010), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 11 - Registro no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial Nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no SIAFI, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 12 – Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

a) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;

b) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
c) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER – Fase III;
d) reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do PRONAF realizadas com risco da União;
e) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;
f) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos pré-fixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.
No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R$ 41.424 mil, ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir, em R$ Mil:

Discriminação	Valor
Art. 7° (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	40.324
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	642
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Ops. Res. 2.471)	458
TOTAL	**41.424**

Ainda ao amparo da Lei N° 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco do Nordeste, no montante de R$ 15.554 mil, conforme a seguir discriminado, em R$ Mil:

Discriminação	Valor
Art. 31 (Operações com *mix* de Recursos Outras Fontes/FNE)	6.540
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	6.789
Art. 31 (Operações do FAT)	2.225
TOTAL	**15.554**

Levantamento efetuado pelo Banco do Nordeste indica os seguintes valores passíveis de transferência para o FNE com base nos Artigos 7° e 31 da Lei N° 11.775, de 17.09.2008, na posição de 30.06.2011, em R$ Mil:

Discriminação	Valor
Art. 7° (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	261.131
Art. 31 (Operações com *mix* de recursos do FNE)	497.443
Art. 31 (Operações com recursos do FAT)	123.295
TOTAL	**881.869**

NOTA 13 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no Art. 9°-A da Lei N° 7.827, de 27.09.1989
Em 16.06.2010, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, aprovou o enquadramento de operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no montante de R$ 400.000 mil, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na categoria de dívida subordinada, conforme Resolução CMN N° 3.444, de 28.02.2007.
O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, incluindo a operação no valor de R$ 600.000 mil, contratada no exercício de 2009, apresentava a seguinte composição, na posição de 30.06.2011, em R$ Mil:

Discriminação	Valor
Recursos Disponíveis	326.846
Recursos Aplicados	830.212
TOTAL	**1.157.058**

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil.
Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

Fortaleza, 05 de Agosto de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE ("Fundo" ou "FNE"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos Constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Fundo Constitucional de

Financiamento do Nordeste - FNE em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

Ênfase

A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, instituiu, entre outras, medidas de remissão (perdão de dívidas) e de estímulo à liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Tais medidas são estendidas às: i) operações lastreadas em recursos do FNE; ii) em recursos mistos do FNE com outras fontes; iii) recursos de outras fontes efetuadas com risco da União; ou iv) operações realizadas no âmbito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). As liquidações de dívidas com descontos são condicionadas à manifestação e pagamento de parcela do saldo devedor pelo mutuário. O Fundo vem procedendo ao estabelecido na referida Lei nº 12.249/10, uma vez que os montantes correspondentes às remissões já foram registrados contabilmente. Os efeitos referentes às liquidações de dívidas, que resultarão nas suas demonstrações financeiras só serão totalmente conhecidos quando da finalização desses processos de liquidações de dívidas.

Fortaleza, 5 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Jurandir Vieira Santiago (Vice-Presidente) – Augusto Akira Chiba – Demetrius Ferreira e Cruz – Valter Correia da Silva – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Jurandir Vieira Santiago (Presidente) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco) – Oswaldo Serrano de Oliveira (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) — Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação)

CONSELHO FISCAL: Rodrigo Silveira Veiga Cabral (Presidente) – Cláudia da Costa Martinelli Wehbe – Cláudio Xavier Seefelder Filho – Marco Antonio Fiori – Roberta Carvalho de Alencar

COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Antonio Carlos Correia – Luciano Silva Reis

SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

TABELA 11A

FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia
Posição: 30.06.2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
AL	ARAPIRACA	ALTA RENDA	1.817	11	0,60
		BAIXA RENDA	81.628	5.903	7,20
		DINÂMICA	20.882	337	1,60
		ESTAGNADA	68	22	32,40
	BATALHA	ALTA RENDA	209	-	-
		BAIXA RENDA	12.896	1.358	10,40
		DINÂMICA	60.246	6.763	11,20
		ESTAGNADA	27	-	-
	MACEIO CENTRO	ALTA RENDA	396.365	769	0,20
		BAIXA RENDA	150.197	63	-
		DINÂMICA	5.019	12	0,20
		ESTAGNADA	4.217	-	-
	MACEIO FAROL	ALTA RENDA	126.349	953	0,80
		BAIXA RENDA	62.584	13.547	21,60
		DINÂMICA	80.434	8.042	11,20
		ESTAGNADA	1.942	194	10,00
	MATA GRANDE	ALTA RENDA	32	-	-
		BAIXA RENDA	9.149	1.022	11,20
		DINÂMICA	33.648	3.949	11,70
		ESTAGNADA	14.874	1.747	11,70
	PALMEIRA DOS INDIOS	ALTA RENDA	111	-	-
		BAIXA RENDA	57.386	3.348	5,80
		DINÂMICA	4.543	287	6,30
		ESTAGNADA	13.112	742	5,70
	PENEDO	ALTA RENDA	348	9	2,60
		BAIXA RENDA	86.535	4.068	4,70
		DINÂMICA	3.342	193	5,80
		ESTAGNADA	421	5	1,20
	SANTANA DO IPANEMA	ALTA RENDA	14	-	-
		BAIXA RENDA	1.667	144	8,60
		DINÂMICA	61.030	7.497	12,30
		ESTAGNADA	59	-	-
	UNIÃO DOS PALMARES	ALTA RENDA	1.301	30	2,30
		BAIXA RENDA	13.529	2.270	16,80
		DINÂMICA	69.639	7.413	10,60
		ESTAGNADA	3.956	445	11,20
BA	ALAGOINHAS	ALTA RENDA	585	3	0,50
		BAIXA RENDA	18.753	1.723	9,20
		DINÂMICA	619	13	2,10
		ESTAGNADA	81.769	5.299	6,50
	ANDARAI	BAIXA RENDA	828	244	29,50
		DINÂMICA	67.623	5.170	7,60
		ESTAGNADA	541	46	8,50
	BARREIRAS	ALTA RENDA	5	-	-
		BAIXA RENDA	3.341	-	-
		DINÂMICA	665.620	21.351	3,20
		ESTAGNADA	24	-	-
	BOM JESUS DA LAPA	ALTA RENDA	6	-	-
		BAIXA RENDA	73.729	7.223	9,80
		DINÂMICA	15.499	1.656	10,70
		ESTAGNADA	13.463	606	4,50
	CAMACAN	ESTAGNADA	32.619	3.962	12,10
	CAMACARI	ALTA RENDA	199.803	1.338	0,70
		BAIXA RENDA	231	11	4,80
		DINÂMICA	3.021	75	2,50
		ESTAGNADA	22.393	2.396	10,70
	CICERO DANTAS	ALTA RENDA	14	-	-
		BAIXA RENDA	78.549	5.875	7,50
		DINÂMICA	8.826	811	9,20
	CONCEICAO DO COITE	BAIXA RENDA	577	3	0,50
		DINÂMICA	629	-	-
		ESTAGNADA	43.200	3.434	7,90
	CORRENTINA	DINÂMICA	135.023	3.917	2,90
	EUNAPOLIS	DINÂMICA	2.314	-	-
		ESTAGNADA	102.907	3.829	3,70
	FEIRA DE SANTANA	ALTA RENDA	72	-	-
		BAIXA RENDA	12.866	298	2,40
		DINÂMICA	20.605	-	-
		ESTAGNADA	131.904	3.929	3,00
	GUANAMBI	BAIXA RENDA	10.295	914	8,90
		DINÂMICA	17.046	461	2,70
		ESTAGNADA	91.060	3.658	4,00
	ILHEUS	DINÂMICA	553	-	-
		ESTAGNADA	61.335	4.764	7,80

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	IPIAU	BAIXA RENDA	67	4	6,00
		ESTAGNADA	43.972	2.513	5,70
	IRECE	ALTA RENDA	46	-	-
		BAIXA RENDA	-	-	-
		DINÂMICA	16.414	3.611	22,00
		ESTAGNADA	72.351	9.368	12,90
	ITABERABA	ALTA RENDA	25	-	-
		BAIXA RENDA	62.040	4.929	7,90
		DINÂMICA	21.395	3.100	14,50
		ESTAGNADA	7.905	471	6,00
	ITABUNA	ALTA RENDA	2.771	-	-
		BAIXA RENDA	61	-	-
		DINÂMICA	25.150	9	-
		ESTAGNADA	142.686	5.142	3,60
	ITAMARAJU	ESTAGNADA	70.489	5.822	8,30
	ITAPETINGA	ALTA RENDA	4	1	25,00
		BAIXA RENDA	98	-	-
		DINÂMICA	1.584	58	3,70
		ESTAGNADA	86.426	4.416	5,10
	JACOBINA	ALTA RENDA	356	-	-
		BAIXA RENDA	306	2	0,70
		DINÂMICA	6	-	-
		ESTAGNADA	74.149	7.959	10,70
	JEQUIE	ALTA RENDA	352	-	-
		DINÂMICA	2.356	142	6,00
		ESTAGNADA	101.895	6.835	6,70
	JUAZEIRO	ALTA RENDA	12	-	-
		BAIXA RENDA	11.265	2.201	19,50
		DINÂMICA	32	-	-
		ESTAGNADA	369.812	16.126	4,40
	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DINÂMICA	182.210	6.184	3,40
		ESTAGNADA	368	-	-
	MEDEIROS NETO	DINÂMICA	61	61	100,00
		ESTAGNADA	74.602	1.911	2,60
	MORRO DO CHAPEU	BAIXA RENDA	136	3	2,20
		DINÂMICA	45.505	1.466	3,20
		ESTAGNADA	38.810	5.288	13,60
	MUNDO NOVO	BAIXA RENDA	44.534	2.242	5,00
		DINÂMICA	22	-	-
		ESTAGNADA	10.294	413	4,00
	PAULO AFONSO	BAIXA RENDA	500	44	8,80
		DINÂMICA	99.827	12.006	12,00
		ESTAGNADA	21	-	-
	SALVADOR BARRA	ALTA RENDA	83.828	1.297	1,40
		BAIXA RENDA	617	-	-
		DINÂMICA	860	155	18,00
		ESTAGNADA	8.281	189	2,30
	SALVADOR COMERCIO	ALTA RENDA	111.767	1.965	1,80
		BAIXA RENDA	617	86	13,90
		DINÂMICA	1.182	16	1,50
		ESTAGNADA	26.937	1.241	4,60
	SALVADOR PITUBA	ALTA RENDA	910.133	3.833	0,40
		BAIXA RENDA	77.284	3.943	5,10
		DINÂMICA	182.591	533	0,30
		ESTAGNADA	616.086	1.164	0,20
	SANTA MARIA DA VITORIA	BAIXA RENDA	22	-	-
		DINÂMICA	84.628	6.927	8,20
		ESTAGNADA	-	-	-
	SANTO ANTONIO DE JESUS	ALTA RENDA	504	35	6,90
		BAIXA RENDA	49.342	18	-
		ESTAGNADA	58.128	3.378	5,80
	SENHOR DO BONFIM	ALTA RENDA	3	-	-
		BAIXA RENDA	14.511	1.027	7,10
		DINÂMICA	91	-	-
		ESTAGNADA	62.062	3.172	5,10
	SIMOES FILHO	ALTA RENDA	286.158	3.723	1,30
		BAIXA RENDA	106	12	11,30
		DINÂMICA	237	-	-
		ESTAGNADA	9.780	351	3,60
	TEIXEIRA DE FREITAS	DINÂMICA	6.181	-	-
		ESTAGNADA	209.132	5.304	2,50
	VALENCA	ALTA RENDA	20	-	-
		ESTAGNADA	42.595	2.329	5,50
	VITORIA DA CONQUISTA	DINÂMICA	37.595	1.600	4,30
		ESTAGNADA	110.057	6.389	5,80
CE	ARACATI	ALTA RENDA	5.106	185	3,60
		DINÂMICA	8.516	484	5,70
		ESTAGNADA	138.398	3.188	2,30
	BATURITE	ALTA RENDA	192	4	2,10

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		BAIXA RENDA	56.998	4.941	7,40
		DINÂMICA	5.242	507	8,70
		ESTAGNADA	111	27	24,30
	BOA VIAGEM	ALTA RENDA	9.568	177	1,80
		BAIXA RENDA	39.857	4.121	10,30
		DINÂMICA	53.750	4.161	7,70
	BREJO SANTO	BAIXA RENDA	74.442	4.051	5,40
		DINÂMICA	903	57	6,30
		ESTAGNADA	8.241	351	4,30
	CAMPOS SALES	BAIXA RENDA	20.164	900	4,50
		DINÂMICA	13.772	497	3,60
		ESTAGNADA	124	7	5,60
	CANINDE	ALTA RENDA	76	4	5,30
		BAIXA RENDA	8.056	695	8,60
		DINÂMICA	78.963	5.933	7,50
	CRATEUS	ALTA RENDA	23	-	-
		BAIXA RENDA	60.405	2.564	4,30
		DINÂMICA	1.166	214	18,40
	CRATO	ALTA RENDA	873	-	-
		BAIXA RENDA	7.774	366	4,70
		DINÂMICA	16.113	791	4,90
		ESTAGNADA	72.243	2.541	3,50
	FORTALEZA ALDEOTA	ALTA RENDA	206.730	3.333	1,60
		BAIXA RENDA	24.774	276	1,10
		DINÂMICA	22.449	625	2,80
		ESTAGNADA	25.860	713	2,80
	FORTALEZA BEZERRA DE MENEZES	ALTA RENDA	93.458	2.215	2,40
		BAIXA RENDA	39.677	221	0,60
		DINÂMICA	8.082	59	0,70
		ESTAGNADA	7.147	1	-
	FORTALEZA CENTRO	ALTA RENDA	1.199.165	5.253	0,40
		BAIXA RENDA	202.745	2.303	1,10
		DINÂMICA	198.199	2.101	1,10
		ESTAGNADA	477.694	171	-
	FORTALEZA MONTESE	ALTA RENDA	224.997	4.227	1,90
		BAIXA RENDA	66.741	112	0,20
		DINÂMICA	32.912	-	-
		ESTAGNADA	50.613	76	0,20
	GRANJA	BAIXA RENDA	41.840	970	2,30
		DINÂMICA	321	-	-
		ESTAGNADA	324	-	-
	IGUATU	ALTA RENDA	4.556	10	0,20
		BAIXA RENDA	34.011	1.336	3,90
		DINÂMICA	111.828	3.515	3,10
		ESTAGNADA	418	-	-
	ITAPIPOCA	ALTA RENDA	1.372	26	1,90
		BAIXA RENDA	148.931	10.661	7,20
		DINÂMICA	31	2	6,50
		ESTAGNADA	1.912	141	7,40
	JAGUARIBE	ALTA RENDA	150	2	1,30
		BAIXA RENDA	12.858	697	5,40
		DINÂMICA	3.697	92	2,50
		ESTAGNADA	127.176	2.566	2,00
	JUAZEIRO DO NORTE	ALTA RENDA	6.872	-	-
		BAIXA RENDA	6.513	138	2,10
		DINÂMICA	2.864	53	1,80
		ESTAGNADA	251.680	5.406	2,10
	LAVRAS DA MANGABEIRA	ALTA RENDA	64	2	3,10
		BAIXA RENDA	65.371	4.203	6,40
		DINÂMICA	2.750	147	5,30
	LIMOEIRO DO NORTE	ALTA RENDA	5.934	1.507	25,60
		BAIXA RENDA	45.345	2.685	5,90
		DINÂMICA	3.339	46	1,40
		ESTAGNADA	296.775	14.551	4,80
	MARACANAU	ALTA RENDA	174.935	8.832	5,00
		BAIXA RENDA	17.055	2.108	12,40
		DINÂMICA	63.657	4.042	6,30
		ESTAGNADA	32.424	1.700	5,20
	MOMBACA	ALTA RENDA	7	-	-
		BAIXA RENDA	43.087	2.126	4,90
		DINÂMICA	167	-	-
		ESTAGNADA	28	-	-
	NOVA RUSSAS	ALTA RENDA	70	1	1,40
		BAIXA RENDA	52.177	2.821	5,40
		DINÂMICA	15.565	653	4,20
		ESTAGNADA	-	-	-
	QUIXADA	ALTA RENDA	3.711	-	-
		BAIXA RENDA	453	26	5,70
		DINÂMICA	106.278	7.001	6,60

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		ESTAGNADA	21.270	790	3,70
	QUIXERAMOBIM	BAIXA RENDA	1.394	14	1,00
		DINÂMICA	56.556	4.324	7,60
		ESTAGNADA	7	-	-
	SAO BENEDITO	ALTA RENDA	393	-	-
		BAIXA RENDA	47.331	1.590	3,40
		DINÂMICA	855	8	0,90
		ESTAGNADA	168	80	48,20
	SOBRAL	ALTA RENDA	1.408	9	0,60
		BAIXA RENDA	33.742	895	2,70
		DINÂMICA	28.522	1.975	6,90
		ESTAGNADA	121.355	5.084	4,20
	TAUA	ALTA RENDA	3.414	4	0,10
		BAIXA RENDA	52.415	3.277	6,30
		DINÂMICA	2.889	-	-
	TIANGUA	BAIXA RENDA	51.980	2.776	5,30
		ESTAGNADA	999	-	-
ES	COLATINA	DINÂMICA	1.878	-	-
		ESTAGNADA	179.308	3.774	2,10
	LINHARES	DINÂMICA	320	-	-
		ESTAGNADA	219.769	17.148	7,80
MA	ACAILANDIA	BAIXA RENDA	166.638	12.246	7,40
		DINÂMICA	33	16	48,50
		ESTAGNADA	190.589	3.810	2,00
	BACABAL	BAIXA RENDA	132.492	8.033	6,10
		DINÂMICA	208	-	-
		ESTAGNADA	655	-	-
	BALSAS	BAIXA RENDA	2.662	22	0,80
		DINÂMICA	331.384	10.396	3,10
		ESTAGNADA	9.074	258	2,80
	BARRA DO CORDA	BAIXA RENDA	109.179	9.306	8,50
		DINÂMICA	12	-	-
		ESTAGNADA	7	-	-
	CAXIAS	BAIXA RENDA	88.873	6.822	7,70
		DINÂMICA	155	-	-
		ESTAGNADA	4.796	-	-
	CHAPADINHA	BAIXA RENDA	108.636	7.467	6,90
		DINÂMICA	4.127	-	-
		ESTAGNADA	185	-	-
	CODO	BAIXA RENDA	59.708	4.178	7,00
	IMPERATRIZ	BAIXA RENDA	31.370	1.770	5,60
		DINÂMICA	1.124	289	25,70
		ESTAGNADA	231.650	7.868	3,40
	PEDREIRAS	BAIXA RENDA	52.482	2.980	5,70
	PINHEIRO	BAIXA RENDA	64.000	4.632	7,20
		ESTAGNADA	276	11	4,00
	PRESIDENTE DUTRA	BAIXA RENDA	124.059	8.552	6,90
		ESTAGNADA	94	-	-
	SANTA INES	BAIXA RENDA	186.571	15.003	8,00
		ESTAGNADA	2.314	3	0,10
	SAO LUIS CENTRO	ALTA RENDA	726	-	-
		BAIXA RENDA	163.021	7.607	4,70
		DINÂMICA	36.739	17	-
		ESTAGNADA	136.109	6.228	4,60
	SAO LUIS RENASCENCA	ALTA RENDA	4.781	-	-
		BAIXA RENDA	152.680	987	0,60
		DINÂMICA	328.393	-	-
		ESTAGNADA	843.790	3.394	0,40
	ZE DOCA	BAIXA RENDA	137.582	5.283	3,80
		DINÂMICA	44	-	-
		ESTAGNADA	24	-	-
MG	BRASILIA DE MINAS	DINÂMICA	66.053	3.027	4,60
		ESTAGNADA	87.511	2.543	2,90
	CAPELINHA	DINÂMICA	48.384	446	0,90
		ESTAGNADA	26.367	150	0,60
	JANAUBA	DINÂMICA	181.236	9.257	5,10
		ESTAGNADA	36.269	297	0,80
	JANUARIA	BAIXA RENDA	2.059	-	-
		DINÂMICA	110.583	3.797	3,40
		ESTAGNADA	4.353	189	4,30
	MONTALVANIA	BAIXA RENDA	20.341	2.402	11,80
		DINÂMICA	55.263	4.273	7,70
	MONTE AZUL	DINÂMICA	53.610	3.691	6,90
		ESTAGNADA	255	12	4,70
	MONTES CLAROS	DINÂMICA	48.667	591	1,20
		ESTAGNADA	379.004	6.818	1,80
	PIRAPORA	DINÂMICA	58	-	-
		ESTAGNADA	146.619	4.262	2,90
	PORTEIRINHA	DINÂMICA	60.782	1.699	2,10

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		ESTAGNADA	1.202	40	3,30
	SALINAS	BAIXA RENDA	8.601	200	2,30
		DINÂMICA	173.846	6.138	3,50
		ESTAGNADA	1.295	3	0,20
	TEOFILO OTONI	BAIXA RENDA	610	-	-
		DINÂMICA	13.422	459	3,40
		ESTAGNADA	43.135	584	1,40
	BELO HORIZONTE	DINÂMICA	10.011	-	-
PB	ALAGOA GRANDE	ALTA RENDA	349	2	0,60
		BAIXA RENDA	19.607	1.749	8,90
		ESTAGNADA	836	32	3,80
	CAJAZEIRAS	ALTA RENDA	677	-	-
		BAIXA RENDA	1.542	97	6,30
		DINÂMICA	466	26	5,60
		ESTAGNADA	60.006	4.389	7,30
	CAMPINA GRANDE	ALTA RENDA	5.492	1	-
		BAIXA RENDA	30.380	2.051	6,80
		DINÂMICA	11.213	734	6,50
		ESTAGNADA	90.844	1.824	2,00
	CATOLE DO ROCHA	DINÂMICA	3.956	277	7,00
		ESTAGNADA	32.147	1.387	4,30
	GUARABIRA	ALTA RENDA	34	-	-
		BAIXA RENDA	57.587	4.697	8,20
		DINÂMICA	1.174	-	-
	ITAPORANGA	BAIXA RENDA	8.192	718	8,80
		DINÂMICA	37.577	3.450	9,20
		ESTAGNADA	136	27	19,90
	JOAO PESSOA CENTRO	ALTA RENDA	281.788	2.965	1,10
		BAIXA RENDA	72.368	1.589	2,20
		DINÂMICA	55.165	4.955	9,00
		ESTAGNADA	211.412	27	-
	JOAO PESSOA EPITACIO PESSOA	ALTA RENDA	134.249	2.449	1,80
		BAIXA RENDA	7.360	1	-
		DINÂMICA	4.230	33	0,80
		ESTAGNADA	1.592	-	-
	PATOS	BAIXA RENDA	8.038	1.073	13,30
		DINÂMICA	39.273	2.676	6,80
		ESTAGNADA	14.697	917	6,20
	POMBAL	BAIXA RENDA	4.132	394	8,50
		DINÂMICA	72	-	-
		ESTAGNADA	27.283	2.822	10,30
	SAPE	ALTA RENDA	126	1	0,80
		BAIXA RENDA	35.111	5.575	15,40
		DINÂMICA	10	2	20,00
		ESTAGNADA	39	-	-
	SOLANEA	ALTA RENDA	20	-	-
		BAIXA RENDA	32.476	3.133	9,60
		DINÂMICA	7	1	14,30
		ESTAGNADA	182	-	-
	SOUSA	ALTA RENDA	227	-	-
		BAIXA RENDA	114	12	10,50
		DINÂMICA	272	-	-
		ESTAGNADA	50.299	3.314	6,60
	SUME	ALTA RENDA	1.829	95	5,20
		BAIXA RENDA	76	-	-
		DINÂMICA	54.760	4.024	7,30
		ESTAGNADA	73	-	-
PE	ARARIPINA	ALTA RENDA	74	-	-
		BAIXA RENDA	75	-	-
		DINÂMICA	94.243	9.387	10,00
		ESTAGNADA	84	-	-
	BEZERROS	ALTA RENDA	454	4	0,90
		BAIXA RENDA	26.721	2.922	10,90
		ESTAGNADA	33.495	3.356	10,00
	CARUARU	ALTA RENDA	2.679	-	-
		BAIXA RENDA	13.917	1.124	8,10
		DINÂMICA	25	25	100,00
		ESTAGNADA	91.097	6.075	6,70
	FLORESTA	DINÂMICA	65.073	6.963	10,70
		ESTAGNADA	149	58	38,90
	GARANHUNS	ALTA RENDA	40	-	-
		BAIXA RENDA	30.142	4.161	13,80
		ESTAGNADA	107.112	4.169	3,90
	GOIANA	ALTA RENDA	259	23	8,90
		BAIXA RENDA	1.678	-	-
		DINÂMICA	3.022	13	0,40
		ESTAGNADA	42.991	2.825	6,60
	OURICURI	DINÂMICA	88.766	6.209	7,20
		ESTAGNADA	330	-	-

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PAULISTA	ALTA RENDA	56.488	397	0,70
		BAIXA RENDA	257	-	-
		ESTAGNADA	23.594	263	1,10
	PESQUEIRA	ALTA RENDA	270	-	-
		BAIXA RENDA	46.384	4.378	9,40
		DINÂMICA	265	75	28,30
		ESTAGNADA	75.336	8.303	11,00
	PETROLINA	ALTA RENDA	177	-	-
		DINÂMICA	8.209	-	-
		ESTAGNADA	299.833	29.313	9,80
	RECIFE AGAMENON MAGALHAES	ALTA RENDA	121.741	1.796	1,50
		BAIXA RENDA	28.403	109	0,40
		DINÂMICA	2.818	42	1,50
		ESTAGNADA	183.923	1.149	0,60
	RECIFE CENTRO	ALTA RENDA	531.157	5.190	1,00
		BAIXA RENDA	110.075	5.923	5,40
		DINÂMICA	532.460	29	-
		ESTAGNADA	1.121.699	3.696	0,30
	RECIFE DOMINGOS FERREIRA	ALTA RENDA	271.352	5.316	2,00
		BAIXA RENDA	15.250	21	0,10
		DINÂMICA	17.413	-	-
		ESTAGNADA	28.490	1.667	5,80
	SALGUEIRO	ALTA RENDA	218	-	-
		BAIXA RENDA	163	-	-
		DINÂMICA	67.130	4.891	7,30
		ESTAGNADA	41.437	6.099	14,70
	SERRA TALHADA	DINÂMICA	68.767	5.678	8,30
		ESTAGNADA	4.834	657	13,60
	SERTANIA	ALTA RENDA	127	-	-
		BAIXA RENDA	348	28	8,00
		DINÂMICA	54.739	3.982	7,30
		ESTAGNADA	41.366	5.156	12,50
	SURUBIM	ALTA RENDA	1.806	-	-
		BAIXA RENDA	39.564	3.972	10,00
		DINÂMICA	92	-	-
		ESTAGNADA	30.007	1.182	3,90
	TIMBAUBA	ALTA RENDA	1.505	-	-
		BAIXA RENDA	12.158	364	3,00
		DINÂMICA	586	74	12,60
		ESTAGNADA	37.134	2.313	6,20
	VITORIA DE SANTO ANTAO	ALTA RENDA	3.717	153	4,10
		BAIXA RENDA	29.777	4.746	15,90
		ESTAGNADA	46.560	3.870	8,30
PI	AGUA BRANCA	BAIXA RENDA	43.897	4.273	9,70
		DINÂMICA	5	-	-
		ESTAGNADA	656	111	16,90
	BOM JESUS	DINÂMICA	207.377	7.123	3,40
		ESTAGNADA	150	1	0,70
	CAMPO MAIOR	BAIXA RENDA	-	-	-
		DINÂMICA	42.047	3.200	7,60
		ESTAGNADA	1.104	92	8,30
	CORRENTE	ALTA RENDA	1.006	14	1,40
		BAIXA RENDA	13	-	-
		DINÂMICA	154.229	18.589	12,10
	ESPERANTINA	DINÂMICA	35.883	2.810	8,10
		ESTAGNADA	68	-	-
	FLORIANO	BAIXA RENDA	25.850	958	3,70
		DINÂMICA	67.810	1.232	1,80
		ESTAGNADA	44.953	2.736	6,10
	OEIRAS	DINÂMICA	21.516	2.286	10,60
		ESTAGNADA	50.464	5.120	10,10
	PARNAIBA	BAIXA RENDA	14.415	1.316	9,10
		DINÂMICA	427	32	7,50
		ESTAGNADA	45.163	3.523	7,80
	PAULISTANA	BAIXA RENDA	20	-	-
		DINÂMICA	47.439	4.053	8,50
		ESTAGNADA	5.942	264	4,40
	PICOS	BAIXA RENDA	116	2	1,70
		DINÂMICA	44.262	3.738	8,40
		ESTAGNADA	47.872	2.703	5,60
	PIRIPIRI	BAIXA RENDA	60	-	-
		DINÂMICA	27.682	1.271	4,60
		ESTAGNADA	18.205	1.157	6,40
	SAO JOAO DO PIAUI	DINÂMICA	33.527	4.058	12,10
		ESTAGNADA	82	1	1,20
	SAO RAIMUNDO NONATO	DINÂMICA	46.147	5.981	13,00
		ESTAGNADA	17.723	2.478	14,00
	TERESINA CENTRO	ALTA RENDA	10	-	-
		BAIXA RENDA	48.399	2.621	5,40

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
		DINÂMICA	362.415	1.383	0,40
		ESTAGNADA	154.648	7.112	4,60
	TERESINA JOAO XXIII	BAIXA RENDA	15.394	192	1,20
		DINÂMICA	2.430	240	9,90
		ESTAGNADA	131.456	1.549	1,20
	URUCUI	BAIXA RENDA	3.873	-	-
		DINÂMICA	88.105	6.052	6,90
		ESTAGNADA	12	-	-
	VALENCA DO PIAUI	BAIXA RENDA	54.215	5.187	9,60
		DINÂMICA	338	29	8,60
		ESTAGNADA	743	105	14,10
RJ	RIO DE JANEIRO	ALTA RENDA	51.189	-	-
		BAIXA RENDA	213.114	-	-
		ESTAGNADA	187.948	-	-
RN	ANGICOS	ALTA RENDA	59	-	-
		BAIXA RENDA	28	-	-
		DINÂMICA	46.344	5.287	11,40
	APODI	BAIXA RENDA	188	-	-
		DINÂMICA	84.974	4.806	7,40
		ESTAGNADA	1.399	84	6,00
	ASSU	DINÂMICA	64.008	3.681	5,80
		ESTAGNADA	219	11	5,00
	CAICO	ALTA RENDA	17	-	-
		DINÂMICA	19.314	1.139	5,90
		ESTAGNADA	55.352	3.248	5,90
	CURRAIS NOVOS	ALTA RENDA	366	22	6,00
		BAIXA RENDA	49	10	20,40
		DINÂMICA	66.216	4.937	7,50
	JARDIM DO SERIDO	DINÂMICA	31.149	988	3,20
		ESTAGNADA	111	7	6,30
	MACAU	ALTA RENDA	226	1	0,40
		BAIXA RENDA	4.101	394	9,60
		DINÂMICA	55.024	6.114	11,10
	MOSSORO	ALTA RENDA	1.939	-	-
		BAIXA RENDA	403	-	-
		DINÂMICA	42.968	2.613	6,10
		ESTAGNADA	152.018	6.896	4,50
	NATAL CENTRO	ALTA RENDA	161.302	1.030	0,60
		BAIXA RENDA	42.879	3.807	8,90
		DINÂMICA	620.631	5.745	0,90
		ESTAGNADA	103.022	2.229	2,20
	NATAL PRUDENTE DE MORAIS	ALTA RENDA	55.458	1.058	1,90
		BAIXA RENDA	19.993	602	3,00
		DINÂMICA	43.544	1.739	4,00
		ESTAGNADA	837	-	-
	PARNAMIRIM	ALTA RENDA	7.667	2	-
		BAIXA RENDA	-	-	-
		DINÂMICA	12.843	318	2,50
	PAU DOS FERROS	BAIXA RENDA	767	52	6,80
		DINÂMICA	61.840	3.114	5,00
		ESTAGNADA	367	-	-
	SANTA CRUZ	ALTA RENDA	84	31	36,90
		BAIXA RENDA	3.109	499	16,10
		DINÂMICA	52.583	3.354	6,40
		ESTAGNADA	18	-	-
	SANTO ANTONIO	ALTA RENDA	51	-	-
		BAIXA RENDA	383	-	-
		DINÂMICA	46.660	2.550	5,50
SP	SAO PAULO	ESTAGNADA	45.882	-	-
SE	ARACAJU CENTRO	ALTA RENDA	278.314	1.842	0,70
		BAIXA RENDA	16.325	255	1,60
		DINÂMICA	114.399	97	0,10
		ESTAGNADA	25.199	-	-
	ARACAJU SIQUEIRA CAMPOS	ALTA RENDA	80.929	2.806	3,50
		BAIXA RENDA	10.050	52	0,50
		DINÂMICA	250.627	1.838	0,70
		ESTAGNADA	36.829	1.321	3,60
	BOQUIM	ALTA RENDA	6.153	6	0,10
		BAIXA RENDA	33.530	1.794	5,40
		DINÂMICA	4.275	312	7,30
		ESTAGNADA	2.304	2	0,10
	CARIRA	ALTA RENDA	70	-	-
		BAIXA RENDA	329	-	-
		DINÂMICA	54.006	4.097	7,60
		ESTAGNADA	806	114	14,10
	ESTANCIA	ALTA RENDA	330	5	1,50
		BAIXA RENDA	21.588	1.256	5,80
		DINÂMICA	25.714	3.351	13,00
		ESTAGNADA	11.814	42	0,40

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	GARARU	ALTA RENDA	421	2	0,50
		BAIXA RENDA	835	574	68,70
		DINÂMICA	45.108	4.926	10,90
		ESTAGNADA	1.019	23	2,30
	ITABAIANA	ALTA RENDA	6.645	44	0,70
		BAIXA RENDA	2.323	13	0,60
		DINÂMICA	53.679	1.091	2,00
		ESTAGNADA	70.432	1.518	2,20
	LAGARTO	ALTA RENDA	273	10	3,70
		BAIXA RENDA	7.302	645	8,80
		DINÂMICA	37.481	2.837	7,60
		ESTAGNADA	613	54	8,80
	LARANJEIRAS	ALTA RENDA	5.074	429	8,50
		BAIXA RENDA	43.818	1.237	2,80
		DINÂMICA	25.677	887	3,50
		ESTAGNADA	2.020	214	10,60
	N.SRA.DA GLORIA	ALTA RENDA	197	-	-
		DINÂMICA	60.267	9.567	15,90
	N.SRA.DAS DORES	ALTA RENDA	538	18	3,30
		BAIXA RENDA	825	62	7,50
		DINÂMICA	37.127	2.054	5,50
		ESTAGNADA	522	4	0,80
	NEOPOLIS	ALTA RENDA	343	1	0,30
		BAIXA RENDA	14	-	-
		DINÂMICA	16.230	3.390	20,90
		ESTAGNADA	13.847	1.924	13,90
	PROPRIA	ALTA RENDA	672	15	2,20
		BAIXA RENDA	6.554	412	6,30
		DINÂMICA	21.209	1.973	9,30
		ESTAGNADA	20.597	1.846	9,00
	SIMAO DIAS	BAIXA RENDA	23.001	1.202	5,20
		DINÂMICA	25.660	860	3,40
		ESTAGNADA	139	-	-
	TOBIAS BARRETO	ALTA RENDA	72	-	-
		BAIXA RENDA	38.830	3.304	8,50
		DINÂMICA	21.908	907	4,10
		ESTAGNADA	1.625	78	4,80
Total			31.075.998	1.109.363	3,60

Tabela 25.A

FNE - Contratações por Tipo de Município

1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Qtde	Valor	%
AL	AGUA BRANCA	DMR	207	419	0,0
	ANADIA	BR	6	10.895	0,3
	ARAPIRACA	BR	303	4.754	0,1
	ATALAIA	BR	33	111	-
	BARRA DE SANTO ANTONIO	AR	13	25	-
	BARRA DE SAO MIGUEL	AR	2	4	-
	BATALHA	DMR	219	1.464	0,0
	BELEM	BR	50	168	-
	BELO MONTE	DMR	218	573	0,0
	BOCA DA MATA	BR	18	50	-
	BRANQUINHA	BR	16	70	-
	CACIMBINHAS	BR	57	362	0,0
	CAJUEIRO	BR	2	40	-
	CAMPESTRE	BR	42	84	-
	CAMPO GRANDE	BR	46	199	-
	CANAPI	DMR	222	696	0,0
	CAPELA	BR	7	161	-
	CARNEIROS	DMR	34	67	-
	CHA PRETA	DMR	12	254	0,0
	COITE DO NOIA	BR	94	234	0,0
	COLONIA LEOPOLDINA	BR	7	14	-
	COQUEIRO SECO	AR	2	4	-
	CORURIPE	BR	503	1.715	0,0
	CRAIBAS	BR	268	730	0,0
	DELMIRO GOUVEIA	BR	59	310	0,0
	DOIS RIACHOS	DMR	148	380	0,0
	ESTRELA DE ALAGOAS	BR	422	965	0,0
	FEIRA GRANDE	BR	168	807	0,0
	FELIZ DESERTO	BR	6	138	-
	GIRAU DO PONCIANO	BR	366	976	0,0
	IBATEGUARA	DMR	145	497	0,0
	IGACI	BR	208	1.171	0,0
	IGREJA NOVA	BR	683	2.202	0,1
	INHAPI	DMR	337	1.155	0,0
	JACARE DOS HOMENS	DMR	130	511	0,0
	JACUIPE	BR	12	24	-
	JAPARATINGA	BR	43	135	-
	JARAMATAIA	DMR	24	96	-
	JEQUIA DA PRAIA	BR	20	38	-
	JOAQUIM GOMES	BR	58	506	0,0
	JUNDIA	BR	25	50	-
	JUNQUEIRO	BR	375	1.267	0,0
	LAGOA DA CANOA	BR	181	366	0,0
	LIMOEIRO DE ANADIA	BR	110	514	0,0
	MACEIO	AR	103	58.103	1,3
	MAJOR ISIDORO	DMR	203	1.382	0,0
	MAR VERMELHO	BR	27	57	-
	MARAGOGI	BR	51	373	0,0
	MARAVILHA	DMR	46	187	-
	MARECHAL DEODORO	AR	6	463	0,0
	MARIBONDO	BR	58	343	0,0
	MATA GRANDE	DMR	243	823	0,0
	MATRIZ DE CAMARAGIBE	BR	18	148	-
	MESSIAS	BR	2	4	-

	MINADOR DO NEGRAO	BR	111	1.081	0,0
	MONTEIROPOLIS	DMR	217	572	0,0
	MURICI	BR	3	21	-
	NOVO LINO	BR	14	182	-
	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DMR	153	423	0,0
	OLHO D'AGUA DO CASADO	BR	17	82	-
	OLHO D'AGUA GRANDE	DMR	161	377	0,0
	OLIVENCA	DMR	145	362	0,0
	OURO BRANCO	DMR	251	648	0,0
	PALESTINA	DMR	48	91	-
	PALMEIRA DOS INDIOS	BR	466	2.469	0,1
	PAO DE ACUCAR	DMR	249	632	0,0
	PARICONHA	DMR	101	386	0,0
	PARIPUEIRA	AR	3	36	-
	PASSO DE CAMARAGIBE	BR	13	597	0,0
	PAULO JACINTO	BR	27	158	-
	PENEDO	BR	261	1.509	0,0
	PIACABUCU	BR	106	776	0,0
	PILAR	AR	13	469	0,0
	PINDOBA	DMR	17	83	-
	PIRANHAS	BR	134	456	0,0
	POCO DAS TRINCHEIRAS	DMR	153	569	0,0
	PORTO CALVO	BR	21	445	0,0
	PORTO DE PEDRAS	BR	20	59	-
	PORTO REAL DO COLEGIO	BR	228	1.028	0,0
	QUEBRANGULO	BR	150	451	0,0
	ROTEIRO	BR	5	9	-
	SANTA LUZIA DO NORTE	AR	1	2	-
	SANTANA DO IPANEMA	DMR	320	970	0,0
	SANTANA DO MUNDAU	DMR	58	211	-
	SAO BRAS	DMR	119	266	0,0
	SAO JOSE DA LAJE	DMR	118	232	0,0
	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	533	1.565	0,0
	SAO LUIS DO QUITUNDE	BR	12	191	-
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	BR	6	10.520	0,2
	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	BR	71	140	-
	SAO SEBASTIAO	BR	732	2.897	0,1
	SENADOR RUI PALMEIRA	DMR	156	420	0,0
	TANQUE D'ARCA	BR	78	354	0,0
	TAQUARANA	BR	58	242	0,0
	TEOTONIO VILELA	BR	70	595	0,0
	TRAIPU	DMR	92	655	0,0
	UNIAO DOS PALMARES	DMR	251	2.928	0,1
	VICOSA	DMR	230	759	0,0
BA	ABAIRA	DMR	159	334	0,0
	ABARE	DMR	163	880	0,0
	ACAJUTIBA	EMR	87	269	0,0
	ADUSTINA	BR	197	2.223	0,1
	AGUA FRIA	EMR	86	164	-
	AIQUARA	EMR	40	350	0,0
	ALAGOINHAS	EMR	196	3.247	0,1
	ALCOBACA	EMR	79	450	0,0
	ALMADINA	EMR	15	710	0,0
	AMARGOSA	EMR	103	452	0,0
	AMELIA RODRIGUES	EMR	50	323	0,0
	AMERICA DOURADA	EMR	113	383	0,0
	ANAGE	EMR	58	108	-
	ANDARAI	DMR	8	281	0,0
	ANDORINHA	EMR	99	370	0,0
	ANGICAL	DMR	48	324	0,0
	ANGUERA	EMR	2	24	-
	ANTAS	BR	48	400	0,0

ANTONIO CARDOSO	EMR	107	249	0,0
ANTONIO GONCALVES	EMR	34	274	0,0
APORA	EMR	117	294	0,0
APUAREMA	EMR	47	249	0,0
ARACATU	EMR	114	235	0,0
ARACI	EMR	23	518	0,0
ARAMARI	EMR	36	167	-
ARATACA	EMR	46	1.565	0,0
ARATUIPE	EMR	41	90	-
AURELINO LEAL	EMR	53	448	0,0
BAIANOPOLIS	DMR	229	1.245	0,0
BAIXA GRANDE	BR	333	1.108	0,0
BANZAE	BR	76	346	0,0
BARRA	DMR	132	260	0,0
BARRA DA ESTIVA	DMR	145	1.204	0,0
BARRA DO CHOCA	EMR	16	227	0,0
BARRA DO MENDES	EMR	22	90	-
BARRA DO ROCHA	EMR	14	577	0,0
BARREIRAS	DMR	283	21.400	0,5
BARRO ALTO	EMR	124	813	0,0
BARRO PRETO	EMR	17	366	0,0
BARROCAS	EMR	90	166	-
BELMONTE	EMR	29	974	0,0
BELO CAMPO	EMR	95	377	0,0
BIRITINGA	EMR	38	124	-
BOA NOVA	EMR	61	340	0,0
BOA VISTA DO TUPIM	BR	173	824	0,0
BOM JESUS DA LAPA	BR	76	2.856	0,1
BOM JESUS DA SERRA	EMR	60	159	-
BONINAL	DMR	263	511	0,0
BONITO	DMR	120	1.081	0,0
BOQUIRA	DMR	117	588	0,0
BOTUPORA	DMR	61	121	-
BREJOES	EMR	96	181	-
BREJOLANDIA	DMR	102	1.203	0,0
BROTAS DE MACAUBAS	DMR	43	99	-
BRUMADO	EMR	154	420	0,0
BUERAREMA	EMR	165	762	0,0
BURITIRAMA	DMR	27	112	-
CAATIBA	EMR	54	513	0,0
CABACEIRAS DO PARAGUACU	EMR	66	131	-
CACHOEIRA	EMR	290	699	0,0
CACULE	EMR	103	253	0,0
CAEM	EMR	61	160	-
CAETANOS	EMR	43	109	-
CAETITE	EMR	153	1.120	0,0
CAFARNAUM	EMR	120	830	0,0
CAIRU	EMR	9	1.884	0,0
CALDEIRAO GRANDE	EMR	101	368	0,0
CAMACAN	EMR	58	2.072	0,1
CAMACARI	AR	54	18.965	0,4
CAMAMU	EMR	273	1.556	0,0
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	EMR	240	475	0,0
CAMPO FORMOSO	EMR	208	1.342	0,0
CANAPOLIS	DMR	135	270	0,0
CANARANA	EMR	135	1.154	0,0
CANAVIEIRAS	EMR	94	4.046	0,1
CANDEAL	EMR	40	73	-
CANDEIAS	AR	4	108	-
CANDIBA	EMR	96	847	0,0
CANDIDO SALES	EMR	86	162	-
CANSANCAO	BR	181	682	0,0

CANUDOS	BR	42	101	-
CAPELA DO ALTO ALEGRE	EMR	71	134	-
CAPIM GROSSO	EMR	103	521	0,0
CARAIBAS	EMR	74	136	-
CARAVELAS	EMR	72	370	0,0
CARDEAL DA SILVA	BR	1	19	-
CARINHANHA	BR	189	605	0,0
CASA NOVA	EMR	242	5.703	0,1
CASTRO ALVES	EMR	50	1.179	0,0
CATOLANDIA	DMR	7	178	-
CATU	EMR	44	194	-
CATURAMA	DMR	145	325	0,0
CENTRAL	EMR	186	794	0,0
CHORROCHO	DMR	3	6	-
CICERO DANTAS	BR	189	1.527	0,0
CIPO	BR	80	164	-
COARACI	EMR	77	612	0,0
COCOS	DMR	77	401	0,0
CONCEICAO DA FEIRA	EMR	10	42	-
CONCEICAO DO ALMEIDA	EMR	81	158	-
CONCEICAO DO COITE	EMR	507	2.327	0,1
CONCEICAO DO JACUIPE	EMR	36	99	-
CONDE	BR	48	138	-
CONDEUBA	EMR	80	184	-
CONTENDAS DO SINCORA	DMR	12	179	-
CORACAO DE MARIA	EMR	114	235	0,0
CORDEIROS	EMR	9	33	-
CORIBE	DMR	120	10.219	0,2
CORONEL JOAO SA	DMR	314	4.192	0,1
CORRENTINA	DMR	417	43.879	1,0
COTEGIPE	DMR	88	1.239	0,0
CRISOPOLIS	EMR	197	1.057	0,0
CRISTOPOLIS	DMR	166	373	0,0
CRUZ DAS ALMAS	EMR	117	779	0,0
CURACA	EMR	88	906	0,0
DARIO MEIRA	EMR	98	402	0,0
DIAS D'AVILA	AR	1	105	-
DOM BASILIO	DMR	30	784	0,0
DOM MACEDO COSTA	EMR	53	101	-
ELISIO MEDRADO	EMR	60	141	-
ENCRUZILHADA	EMR	61	622	0,0
ENTRE RIOS	BR	96	586	0,0
ERICO CARDOSO	DMR	57	108	-
ESPLANADA	BR	120	382	0,0
EUCLIDES DA CUNHA	BR	218	1.320	0,0
EUNAPOLIS	EMR	99	8.048	0,2
FATIMA	BR	205	1.249	0,0
FEIRA DA MATA	BR	13	65	-
FEIRA DE SANTANA	EMR	211	32.726	0,8
FILADELFIA	EMR	188	577	0,0
FIRMINO ALVES	EMR	15	321	0,0
FLORESTA AZUL	EMR	18	364	0,0
FORMOSA DO RIO PRETO	DMR	106	20.079	0,5
GANDU	EMR	93	1.352	0,0
GAVIAO	EMR	50	131	-
GENTIO DO OURO	EMR	82	220	0,0
GLORIA	DMR	57	454	0,0
GONGOGI	EMR	13	517	0,0
GOVERNADOR MANGABEIRA	EMR	141	5.996	0,1
GUAJERU	EMR	6	38	-
GUANAMBI	EMR	239	3.675	0,1
GUARATINGA	EMR	130	2.284	0,1

HELIOPOLIS	BR	115	755	0,0
IACU	BR	127	1.694	0,0
IBIASSUCE	EMR	113	754	0,0
IBICARAI	EMR	11	794	0,0
IBICOARA	DMR	57	11.083	0,3
IBICUI	EMR	35	809	0,0
IBIPEBA	EMR	99	330	0,0
IBIPITANGA	DMR	36	76	-
IBIQUERA	BR	117	275	0,0
IBIRAPITANGA	EMR	164	3.321	0,1
IBIRAPUA	EMR	44	7.265	0,2
IBIRATAIA	EMR	170	1.262	0,0
IBITIARA	DMR	83	159	-
IBITITA	EMR	130	569	0,0
IBOTIRAMA	DMR	29	1.100	0,0
ICHU	EMR	24	45	-
IGAPORA	EMR	93	1.311	0,0
IGRAPIUNA	EMR	154	742	0,0
IGUAI	EMR	77	1.056	0,0
ILHEUS	EMR	165	7.845	0,2
INHAMBUPE	EMR	196	1.198	0,0
IPECAETA	EMR	25	66	-
IPIAU	EMR	60	1.237	0,0
IPIRA	EMR	306	1.871	0,0
IPUPIARA	DMR	29	58	-
IRAJUBA	EMR	41	78	-
IRAMAIA	EMR	2	50	-
IRAQUARA	EMR	48	85	-
IRARA	EMR	272	527	0,0
IRECE	EMR	96	2.831	0,1
ITABELA	EMR	10	1.310	0,0
ITABERABA	BR	400	7.316	0,2
ITABUNA	EMR	86	7.735	0,2
ITACARE	EMR	85	2.099	0,1
ITAETE	DMR	22	44	-
ITAGI	EMR	37	127	-
ITAGIBA	EMR	131	1.247	0,0
ITAGIMIRIM	EMR	31	822	0,0
ITAGUACU DA BAHIA	DMR	152	303	0,0
ITAJU DO COLONIA	EMR	35	1.693	0,0
ITAJUIPE	EMR	60	1.539	0,0
ITAMARAJU	EMR	275	12.522	0,3
ITAMARI	EMR	57	474	0,0
ITAMBE	EMR	96	2.181	0,1
ITANHEM	EMR	124	2.309	0,1
ITAPARICA	AR	1	42	-
ITAPE	EMR	14	818	0,0
ITAPEBI	EMR	20	306	0,0
ITAPETINGA	EMR	52	1.397	0,0
ITAPICURU	BR	356	2.913	0,1
ITAPITANGA	EMR	59	451	0,0
ITAQUARA	EMR	42	195	-
ITARANTIM	EMR	12	461	0,0
ITATIM	EMR	41	129	-
ITIRUCU	EMR	29	169	-
ITIUBA	EMR	364	1.084	0,0
ITORORO	EMR	65	485	0,0
ITUACU	EMR	23	770	0,0
ITUBERA	EMR	79	743	0,0
IUIU	EMR	84	2.318	0,1
JABORANDI	DMR	159	7.336	0,2
JACARACI	EMR	40	404	0,0

JACOBINA	EMR	189	2.405	0,1
JAGUAQUARA	EMR	216	521	0,0
JAGUARARI	EMR	107	589	0,0
JAGUARIPE	EMR	21	52	-
JANDAIRA	BR	23	64	-
JEQUIE	EMR	313	5.322	0,1
JEREMOABO	DMR	604	3.637	0,1
JIQUIRICA	EMR	32	57	-
JITAUNA	EMR	30	548	0,0
JOAO DOURADO	EMR	76	337	0,0
JUAZEIRO	EMR	532	160.981	3,7
JUCURUCU	EMR	245	799	0,0
JUSSARA	EMR	69	354	0,0
JUSSARI	EMR	28	171	-
JUSSIAPE	DMR	59	118	-
LAFAIETE COUTINHO	EMR	63	397	0,0
LAGEDO DO TABOCAL	EMR	61	159	-
LAGOA REAL	EMR	147	283	0,0
LAJE	EMR	186	342	0,0
LAJEDAO	EMR	27	178	-
LAJEDINHO	BR	71	177	-
LAPAO	EMR	189	567	0,0
LAURO DE FREITAS	AR	22	4.285	0,1
LENCOIS	DMR	4	8	-
LICINIO DE ALMEIDA	EMR	43	247	0,0
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	DMR	105	226	0,0
LUIS EDUARDO MAGALHAES	DMR	64	17.883	0,4
MACAJUBA	BR	145	266	0,0
MACARANI	EMR	34	374	0,0
MACAUBAS	DMR	181	529	0,0
MACURURE	DMR	26	52	-
MADRE DE DEUS	AR	2	59	-
MAETINGA	EMR	94	224	0,0
MAIQUINIQUE	EMR	10	589	0,0
MAIRI	BR	202	869	0,0
MALHADA	EMR	125	1.353	0,0
MALHADA DE PEDRAS	EMR	126	246	0,0
MANOEL VITORINO	EMR	230	811	0,0
MANSIDAO	DMR	60	120	-
MARACAS	EMR	124	1.323	0,0
MARAGOGIPE	EMR	22	49	-
MARAU	EMR	109	2.054	0,1
MARCIONILIO SOUZA	EMR	41	497	0,0
MASCOTE	EMR	140	975	0,0
MATA DE SAO JOAO	EMR	3	182	-
MATINA	EMR	181	415	0,0
MEDEIROS NETO	EMR	160	2.567	0,1
MIGUEL CALMON	EMR	151	366	0,0
MILAGRES	EMR	9	22	-
MIRANGABA	EMR	145	299	0,0
MIRANTE	EMR	10	48	-
MONTE SANTO	BR	107	368	0,0
MORPARA	DMR	14	317	0,0
MORRO DO CHAPEU	EMR	85	741	0,0
MORTUGABA	EMR	55	160	-
MUCUGE	DMR	17	10.345	0,2
MUCURI	EMR	19	1.488	0,0
MULUNGU DO MORRO	EMR	98	386	0,0
MUNDO NOVO	BR	257	1.447	0,0
MUNIZ FERREIRA	EMR	13	25	-
MUQUEM DE SAO FRANCISCO	DMR	22	76	-
MURITIBA	EMR	58	107	-

MUTUIPE	EMR	36	258	0,0
NAZARE	EMR	41	149	-
NILO PECANHA	EMR	106	2.722	0,1
NORDESTINA	BR	17	70	-
NOVA CANAA	EMR	126	626	0,0
NOVA FATIMA	EMR	43	220	0,0
NOVA IBIA	EMR	53	366	0,0
NOVA ITARANA	EMR	37	487	0,0
NOVA REDENCAO	DMR	29	105	-
NOVA SOURE	BR	57	578	0,0
NOVA VICOSA	EMR	33	644	0,0
NOVO HORIZONTE	DMR	150	291	0,0
NOVO TRIUNFO	BR	61	140	-
OLINDINA	BR	173	576	0,0
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	DMR	28	56	-
OURICANGAS	EMR	31	61	-
OUROLANDIA	EMR	194	1.251	0,0
PALMAS DE MONTE ALTO	EMR	172	1.439	0,0
PALMEIRAS	DMR	10	25	-
PARAMIRIM	DMR	116	220	0,0
PARATINGA	BR	338	1.119	0,0
PARIPIRANGA	BR	334	4.629	0,1
PAU BRASIL	EMR	26	771	0,0
PAULO AFONSO	DMR	59	3.739	0,1
PE DE SERRA	EMR	77	365	0,0
PEDRAO	EMR	73	353	0,0
PEDRO ALEXANDRE	DMR	324	5.948	0,1
PIATA	DMR	103	424	0,0
PILAO ARCADO	EMR	7	14	-
PINDAI	EMR	251	696	0,0
PINDOBACU	EMR	39	600	0,0
PINTADAS	EMR	23	44	-
PIRAI DO NORTE	EMR	6	46	-
PIRIPA	EMR	90	174	-
PIRITIBA	EMR	278	855	0,0
PLANALTINO	EMR	69	398	0,0
PLANALTO	EMR	21	238	0,0
POCOES	EMR	88	628	0,0
POJUCA	EMR	8	82	-
PONTO NOVO	EMR	65	2.692	0,1
PORTO SEGURO	EMR	107	5.702	0,1
POTIRAGUA	EMR	8	2.475	0,1
PRADO	EMR	171	5.183	0,1
PRESIDENTE DUTRA	EMR	82	398	0,0
PRESIDENTE JANIO QUADROS	EMR	76	248	0,0
PRESIDENTE TANCREDO NEVES	EMR	83	1.096	0,0
QUEIMADAS	BR	26	124	-
QUIJINGUE	BR	184	764	0,0
QUIXABEIRA	EMR	200	384	0,0
RAFAEL JAMBEIRO	EMR	150	309	0,0
REMANSO	EMR	274	629	0,0
RETIROLANDIA	EMR	55	228	0,0
RIACHAO DAS NEVES	DMR	24	5.581	0,1
RIACHAO DO JACUIPE	EMR	83	641	0,0
RIACHO DE SANTANA	EMR	312	1.899	0,0
RIBEIRA DO AMPARO	BR	28	362	0,0
RIBEIRA DO POMBAL	BR	147	1.928	0,0
RIBEIRAO DO LARGO	EMR	25	387	0,0
RIO DE CONTAS	DMR	15	30	-
RIO DO ANTONIO	EMR	91	319	0,0
RIO DO PIRES	DMR	33	139	-
RIO REAL	EMR	224	1.381	0,0

RODELAS	DMR	3	6	-
RUY BARBOSA	BR	52	517	0,0
SALINAS DA MARGARIDA	EMR	8	30	-
SALVADOR	AR	187	73.742	1,7
SANTA BARBARA	EMR	269	935	0,0
SANTA BRIGIDA	DMR	105	594	0,0
SANTA CRUZ CABRALIA	EMR	50	1.714	0,0
SANTA CRUZ DA VITORIA	EMR	13	206	-
SANTA INES	EMR	2	4	-
SANTA LUZIA	EMR	102	2.261	0,1
SANTA MARIA DA VITORIA	DMR	283	2.697	0,1
SANTA RITA DE CASSIA	DMR	101	1.685	0,0
SANTA TERESINHA	EMR	77	138	-
SANTALUZ	EMR	45	351	0,0
SANTANA	DMR	232	1.619	0,0
SANTANOPOLIS	EMR	57	144	-
SANTO AMARO	EMR	59	117	-
SANTO ANTONIO DE JESUS	EMR	86	4.305	0,1
SANTO ESTEVAO	EMR	133	351	0,0
SAO DESIDERIO	DMR	104	58.947	1,3
SAO DOMINGOS	EMR	84	210	-
SAO FELIPE	EMR	99	291	0,0
SAO FELIX	EMR	246	492	0,0
SAO FELIX DO CORIBE	DMR	34	728	0,0
SAO FRANCISCO DO CONDE	AR	6	176	-
SAO GABRIEL	EMR	80	192	-
SAO GONCALO DOS CAMPOS	EMR	29	655	0,0
SAO JOSE DA VITORIA	EMR	38	161	-
SAO JOSE DO JACUIPE	EMR	75	348	0,0
SAO MIGUEL DAS MATAS	EMR	130	297	0,0
SAO SEBASTIAO DO PASSE	EMR	4	72	-
SAPEACU	EMR	74	135	-
SATIRO DIAS	EMR	78	1.852	0,0
SAUDE	EMR	107	433	0,0
SEABRA	DMR	178	798	0,0
SEBASTIAO LARANJEIRAS	EMR	28	305	0,0
SENHOR DO BONFIM	EMR	149	3.960	0,1
SENTO SE	EMR	489	1.515	0,0
SERRA DO RAMALHO	BR	119	854	0,0
SERRA DOURADA	DMR	8	8.368	0,3
SERRA PRETA	EMR	86	239	0,0
SERRINHA	EMR	121	548	0,0
SERROLANDIA	EMR	137	468	0,0
SIMOES FILHO	AR	26	9.293	0,2
SITIO DO MATO	BR	58	182	-
SITIO DO QUINTO	DMR	215	1.230	0,0
SOBRADINHO	EMR	299	2.491	0,1
SOUTO SOARES	EMR	116	227	0,0
TABOCAS DO BREJO VELHO	DMR	255	707	0,0
TANHACU	EMR	126	389	0,0
TANQUE NOVO	DMR	208	356	0,0
TANQUINHO	EMR	12	61	-
TAPEROA	EMR	244	790	0,0
TAPIRAMUTA	BR	71	162	-
TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	162	7.800	0,2
TEODORO SAMPAIO	EMR	1	65	-
TEOFILANDIA	EMR	36	79	-
TEOLANDIA	EMR	17	234	0,0
TERRA NOVA	EMR	2	55	-
TREMEDAL	EMR	43	79	-
TUCANO	BR	256	1.988	0,1
UAUA	BR	290	721	0,0

	UBAITABA	EMR	38	876	0,0
	UBATA	EMR	63	1.392	0,0
	UIBAI	EMR	111	315	0,0
	UMBURANAS	EMR	23	101	-
	UNA	EMR	60	3.026	0,1
	URANDI	EMR	156	595	0,0
	URUCUCA	EMR	41	1.958	0,0
	UTINGA	DMR	98	1.647	0,0
	VALENCA	EMR	558	4.331	0,1
	VALENTE	EMR	162	651	0,0
	VARZEA DA ROCA	BR	211	742	0,0
	VARZEA DO POCO	EMR	123	444	0,0
	VARZEA NOVA	EMR	68	188	-
	VARZEDO	EMR	113	216	-
	VERA CRUZ	AR	2	75	-
	VEREDA	EMR	46	116	-
	VITORIA DA CONQUISTA	EMR	187	12.089	0,3
	WAGNER	DMR	8	20	-
	WANDERLEY	DMR	49	391	0,0
	WENCESLAU GUIMARAES	EMR	41	1.860	0,0
	XIQUE-XIQUE	DMR	48	127	-
CE	ABAIARA	BR	167	351	0,0
	ACARAPE	BR	14	400	0,0
	ACARAU	BR	79	11.261	0,4
	ACOPIARA	BR	211	1.237	0,0
	AIUABA	BR	163	624	0,0
	ALCANTARAS	BR	4	168	-
	ALTANEIRA	BR	33	61	-
	ALTO SANTO	EMR	168	2.966	0,1
	AMONTADA	BR	50	1.635	0,0
	ANTONINA DO NORTE	BR	10	181	-
	APUIARES	BR	133	388	0,0
	AQUIRAZ	AR	122	11.075	0,3
	ARACATI	EMR	374	6.776	0,2
	ARACOIABA	BR	353	6.337	0,1
	ARARENDA	BR	62	436	0,0
	ARARIPE	BR	53	1.202	0,0
	ARATUBA	BR	127	518	0,0
	ARNEIROZ	BR	71	243	0,0
	ASSARE	BR	146	561	0,0
	AURORA	BR	140	626	0,0
	BAIXIO	BR	56	607	0,0
	BANABUIU	DMR	102	3.647	0,1
	BARBALHA	EMR	73	10.073	0,2
	BARREIRA	DMR	69	552	0,0
	BARRO	BR	88	369	0,0
	BARROQUINHA	BR	35	342	0,0
	BATURITE	BR	241	1.732	0,0
	BEBERIBE	DMR	248	3.605	0,1
	BELA CRUZ	BR	34	240	0,0
	BOA VIAGEM	DMR	261	4.810	0,1
	BREJO SANTO	BR	298	3.970	0,1
	CAMOCIM	BR	230	1.663	0,0
	CAMPOS SALES	BR	144	780	0,0
	CANINDE	DMR	516	2.780	0,1
	CAPISTRANO	BR	229	677	0,0
	CARIDADE	DMR	253	557	0,0
	CARIRE	EMR	41	230	0,0
	CARIRIACU	BR	103	492	0,0
	CARIUS	BR	159	642	0,0
	CARNAUBAL	BR	110	305	0,0
	CASCAVEL	DMR	176	610	0,0

CATARINA	BR	109	448	0,0
CATUNDA	DMR	79	571	0,0
CAUCAIA	AR	324	5.466	0,1
CEDRO	DMR	214	1.134	0,0
CHAVAL	BR	11	45	-
CHORO	DMR	22	1.130	0,0
CHOROZINHO	DMR	92	3.804	0,1
COREAU	BR	86	390	0,0
CRATEUS	BR	356	4.351	0,1
CRATO	EMR	116	19.857	0,5
CROATA	BR	120	462	0,0
CRUZ	BR	102	325	0,0
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	BR	71	871	0,0
ERERE	BR	50	370	0,0
EUSEBIO	AR	19	16.086	0,4
FARIAS BRITO	BR	135	260	0,0
FORQUILHA	EMR	82	469	0,0
FORTALEZA	AR	340	106.302	2,5
FORTIM	EMR	90	561	0,0
FRECHEIRINHA	BR	59	411	0,0
GENERAL SAMPAIO	BR	29	134	-
GRACA	EMR	38	178	-
GRANJA	BR	589	7.337	0,2
GRANJEIRO	BR	14	26	-
GROAIRAS	EMR	55	191	-
GUAIUBA	AR	150	902	0,0
GUARACIABA DO NORTE	BR	452	1.668	0,0
GUARAMIRANGA	BR	29	97	-
HIDROLANDIA	DMR	60	541	0,0
HORIZONTE	DMR	118	26.235	0,6
IBARETAMA	DMR	84	427	0,0
IBIAPINA	BR	111	392	0,0
IBICUITINGA	EMR	110	836	0,0
ICAPUI	EMR	102	1.434	0,0
ICO	DMR	319	1.736	0,0
IGUATU	DMR	448	14.483	0,3
INDEPENDENCIA	BR	281	3.256	0,1
IPAPORANGA	BR	124	357	0,0
IPAUMIRIM	BR	76	824	0,0
IPU	BR	86	1.047	0,0
IPUEIRAS	BR	282	1.144	0,0
IRACEMA	BR	281	5.896	0,1
IRAUCUBA	EMR	93	295	0,0
ITAICABA	EMR	60	469	0,0
ITAITINGA	AR	26	11.547	0,3
ITAPAGE	BR	134	2.000	0,1
ITAPIPOCA	BR	733	2.972	0,1
ITAPIUNA	BR	212	1.234	0,0
ITAREMA	BR	34	114	-
ITATIRA	DMR	260	3.529	0,1
JAGUARETAMA	EMR	308	3.144	0,1
JAGUARIBARA	EMR	113	674	0,0
JAGUARIBE	EMR	558	15.777	0,4
JAGUARUANA	EMR	137	1.177	0,0
JARDIM	EMR	329	1.383	0,0
JATI	BR	65	269	0,0
JIJOCA DE JERICOACOARA	BR	297	706	0,0
JUAZEIRO DO NORTE	EMR	196	89.984	2,1
JUCAS	BR	120	1.147	0,0
LAVRAS DA MANGABEIRA	BR	222	2.090	0,1
LIMOEIRO DO NORTE	EMR	461	16.856	0,4
MADALENA	DMR	52	720	0,0

MARACANAU	AR	48	17.899	0,4
MARANGUAPE	AR	306	1.529	0,0
MARCO	BR	45	795	0,0
MARTINOPOLE	BR	147	607	0,0
MASSAPE	EMR	106	261	0,0
MAURITI	BR	499	2.468	0,1
MERUOCA	BR	12	74	-
MILAGRES	BR	130	523	0,0
MILHA	BR	157	1.097	0,0
MIRAIMA	EMR	209	444	0,0
MISSAO VELHA	EMR	297	1.558	0,0
MOMBACA	BR	456	1.718	0,0
MONSENHOR TABOSA	BR	219	708	0,0
MORADA NOVA	EMR	711	4.622	0,1
MORAUJO	BR	17	46	-
MORRINHOS	BR	105	367	0,0
MUCAMBO	EMR	13	29	-
MULUNGU	BR	84	273	0,0
NOVA OLINDA	EMR	44	2.250	0,1
NOVA RUSSAS	BR	137	1.095	0,0
NOVO ORIENTE	BR	172	1.299	0,0
OCARA	DMR	61	754	0,0
OROS	DMR	224	1.165	0,0
PACAJUS	DMR	144	7.189	0,2
PACATUBA	AR	42	7.917	0,2
PACOTI	BR	151	374	0,0
PACUJA	EMR	23	60	-
PALHANO	EMR	103	439	0,0
PALMACIA	BR	88	2.914	0,1
PARACURU	BR	97	522	0,0
PARAIPABA	BR	34	1.064	0,0
PARAMBU	BR	76	337	0,0
PARAMOTI	DMR	104	394	0,0
PEDRA BRANCA	BR	105	350	0,0
PENAFORTE	BR	67	321	0,0
PENTECOSTE	BR	138	715	0,0
PEREIRO	BR	430	931	0,0
PINDORETAMA	DMR	44	525	0,0
PIQUET CARNEIRO	BR	67	452	0,0
PIRES FERREIRA	BR	20	211	-
PORANGA	BR	19	138	-
PORTEIRAS	EMR	285	604	0,0
POTENGI	BR	15	32	-
POTIRETAMA	BR	88	697	0,0
QUITERIANOPOLIS	BR	169	347	0,0
QUIXADA	DMR	241	4.365	0,1
QUIXELO	DMR	175	2.441	0,1
QUIXERAMOBIM	DMR	591	3.948	0,1
QUIXERE	EMR	55	5.292	0,1
REDENCAO	BR	226	2.873	0,1
RERIUTABA	BR	42	540	0,0
RUSSAS	EMR	306	7.193	0,2
SABOEIRO	BR	125	595	0,0
SALITRE	BR	111	392	0,0
SANTA QUITERIA	DMR	162	2.047	0,1
SANTANA DO ACARAU	EMR	189	846	0,0
SANTANA DO CARIRI	EMR	64	193	-
SAO BENEDITO	BR	560	4.226	0,1
SAO GONCALO DO AMARANTE	BR	95	251.526	5,7
SAO JOAO DO JAGUARIBE	EMR	38	210	-
SAO LUIS DO CURU	BR	62	253	0,0
SENADOR POMPEU	BR	89	419	0,0

	SENADOR SA	EMR	21	60	-
	SOBRAL	EMR	179	8.469	0,2
	SOLONOPOLE	BR	255	784	0,0
	TABULEIRO DO NORTE	EMR	462	12.379	0,3
	TAMBORIL	BR	199	625	0,0
	TARRAFAS	BR	86	194	-
	TAUA	BR	82	7.046	0,2
	TEJUCUOCA	BR	21	337	0,0
	TIANGUA	BR	396	4.284	0,1
	TRAIRI	BR	304	1.388	0,0
	TURURU	BR	136	573	0,0
	UBAJARA	BR	161	1.095	0,0
	UMARI	BR	105	646	0,0
	UMIRIM	BR	131	230	0,0
	URUBURETAMA	BR	71	318	0,0
	URUOCA	BR	273	1.048	0,0
	VARJOTA	BR	49	1.687	0,0
	VARZEA ALEGRE	BR	135	1.879	0,0
	VICOSA DO CEARA	BR	360	1.983	0,1
ES	AGUA DOCE DO NORTE	EMR	8	524	0,0
	AGUIA BRANCA	EMR	1	46	-
	ALTO RIO NOVO	EMR	4	155	-
	BAIXO GUANDU	EMR	16	1.111	0,0
	BARRA DE SAO FRANCISCO	EMR	12	534	0,0
	BOA ESPERANCA	EMR	3	64	-
	COLATINA	EMR	61	18.781	0,4
	ECOPORANGA	EMR	8	3.249	0,1
	GOVERNADOR LINDENBERG	EMR	9	899	0,0
	JAGUARE	EMR	6	326	0,0
	LINHARES	EMR	49	4.617	0,1
	MANTENOPOLIS	EMR	10	546	0,0
	MARILANDIA	EMR	14	10.585	0,2
	MONTANHA	EMR	4	719	0,0
	MUCURICI	EMR	3	560	0,0
	NOVA VENECIA	EMR	9	2.471	0,1
	PANCAS	EMR	12	674	0,0
	PEDRO CANARIO	EMR	2	141	-
	PINHEIROS	EMR	7	1.184	0,0
	RIO BANANAL	EMR	12	372	0,0
	SAO DOMINGOS DO NORTE	EMR	10	378	0,0
	SAO GABRIEL DA PALHA	EMR	11	459	0,0
	SAO MATEUS	EMR	23	1.947	0,0
	SOORETAMA	EMR	2	58	-
	VILA VALERIO	EMR	10	475	0,0
MA	ACAILANDIA	EMR	324	21.026	0,5
	AFONSO CUNHA	BR	11	21	-
	AGUA DOCE DO MARANHAO	BR	205	400	0,0
	ALCANTARA	BR	3	170	-
	ALDEIAS ALTAS	BR	95	15.884	0,4
	ALTAMIRA DO MARANHAO	BR	27	68	-
	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BR	43	104	-
	ALTO ALEGRE DO PINDARE	BR	136	986	0,0
	ALTO PARNAIBA	DMR	6	702	0,0
	AMAPA DO MARANHAO	BR	10	246	0,0
	AMARANTE DO MARANHAO	EMR	244	4.874	0,1
	ANAJATUBA	BR	196	419	0,0
	ANAPURUS	BR	115	6.268	0,1
	APICUM-ACU	BR	9	301	0,0
	ARAGUANA	BR	185	2.345	0,1
	ARAIOSES	BR	147	704	0,0
	ARAME	BR	129	1.577	0,0
	ARARI	BR	107	354	0,0

AXIXA	BR	65	122	-
BACABAL	BR	293	2.961	0,1
BACABEIRA	BR	71	276	0,0
BACURI	BR	80	618	0,0
BACURITUBA	BR	84	150	-
BALSAS	DMR	293	36.222	0,8
BARAO DE GRAJAU	BR	300	1.191	0,0
BARRA DO CORDA	BR	602	4.410	0,1
BARREIRINHAS	BR	15	323	0,0
BELA VISTA DO MARANHAO	BR	80	159	-
BELAGUA	BR	6	11	-
BENEDITO LEITE	DMR	17	357	0,0
BEQUIMAO	BR	224	464	0,0
BERNARDO DO MEARIM	BR	120	1.453	0,0
BOA VISTA DO GURUPI	BR	19	299	0,0
BOM JARDIM	BR	118	2.077	0,1
BOM JESUS DAS SELVAS	BR	26	1.867	0,0
BOM LUGAR	BR	56	223	0,0
BREJO	BR	237	1.646	0,0
BREJO DE AREIA	BR	75	279	0,0
BURITI	BR	290	569	0,0
BURITI BRAVO	BR	116	297	0,0
BURITICUPU	BR	245	7.152	0,2
BURITIRANA	EMR	147	2.252	0,1
CACHOEIRA GRANDE	BR	29	135	-
CAJAPIO	BR	2	27	-
CAJARI	BR	74	164	-
CAMPESTRE DO MARANHAO	EMR	4	180	-
CANDIDO MENDES	BR	13	261	0,0
CANTANHEDE	BR	6	106	-
CAPINZAL DO NORTE	BR	64	222	0,0
CAROLINA	EMR	1	142	-
CARUTAPERA	BR	9	4.782	0,1
CAXIAS	BR	405	5.204	0,1
CEDRAL	BR	31	91	-
CENTRO DO GUILHERME	BR	75	1.021	0,0
CENTRO NOVO DO MARANHAO	BR	168	473	0,0
CHAPADINHA	BR	140	1.032	0,0
CIDELANDIA	EMR	197	1.431	0,0
CODO	BR	366	26.762	0,6
COELHO NETO	BR	30	96	-
COLINAS	BR	136	1.152	0,0
CONCEICAO DO LAGO-ACU	BR	7	371	0,0
COROATA	BR	300	4.624	0,1
CURURUPU	BR	112	342	0,0
DAVINOPOLIS	EMR	98	378	0,0
DOM PEDRO	BR	57	851	0,0
DUQUE BACELAR	BR	62	120	-
ESPERANTINOPOLIS	BR	165	1.604	0,0
ESTREITO	EMR	25	2.435	0,1
FEIRA NOVA DO MARANHAO	DMR	147	1.475	0,0
FERNANDO FALCAO	BR	197	386	0,0
FORMOSA DA SERRA NEGRA	BR	121	1.292	0,0
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DMR	243	2.746	0,1
FORTUNA	BR	104	424	0,0
GODOFREDO VIANA	BR	2	168	-
GONCALVES DIAS	BR	212	788	0,0
GOVERNADOR ARCHER	BR	54	290	0,0
GOVERNADOR EDISON LOBAO	EMR	16	541	0,0
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	BR	140	1.170	0,0
GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BR	72	310	0,0
GOVERNADOR NEWTON BELLO	BR	75	1.569	0,0

GOVERNADOR NUNES FREIRE	BR	280	2.121	0,1
GRACA ARANHA	BR	74	242	0,0
GRAJAU	BR	57	12.974	0,3
GUIMARAES	BR	72	139	-
HUMBERTO DE CAMPOS	BR	40	371	0,0
ICATU	BR	34	67	-
IGARAPE DO MEIO	BR	41	1.950	0,0
IGARAPE GRANDE	BR	62	781	0,0
IMPERATRIZ	EMR	125	41.286	0,9
ITAIPAVA DO GRAJAU	BR	1	137	-
ITAPECURU MIRIM	BR	63	758	0,0
ITINGA DO MARANHAO	EMR	42	2.001	0,1
JATOBA	BR	66	378	0,0
JENIPAPO DOS VIEIRAS	BR	122	643	0,0
JOAO LISBOA	EMR	146	1.631	0,0
JOSELANDIA	BR	118	1.087	0,0
JUNCO DO MARANHAO	BR	18	386	0,0
LAGO DA PEDRA	BR	75	1.536	0,0
LAGO DO JUNCO	BR	68	239	0,0
LAGO DOS RODRIGUES	BR	95	232	0,0
LAGO VERDE	BR	79	543	0,0
LAGOA DO MATO	BR	186	375	0,0
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	BR	15	210	-
LAJEADO NOVO	EMR	25	1.787	0,0
LIMA CAMPOS	BR	72	367	0,0
LORETO	DMR	65	1.624	0,0
MAGALHAES DE ALMEIDA	BR	92	277	0,0
MARACACUME	BR	124	1.510	0,0
MARAJA DO SENA	BR	69	431	0,0
MARANHAOZINHO	BR	66	808	0,0
MATA ROMA	BR	72	239	0,0
MATINHA	BR	68	396	0,0
MATOES	BR	58	264	0,0
MATOES DO NORTE	BR	43	239	0,0
MILAGRES DO MARANHAO	BR	74	147	-
MIRADOR	BR	126	690	0,0
MIRANDA DO NORTE	BR	81	207	-
MIRINZAL	BR	3	51	-
MONCAO	BR	72	247	0,0
MONTES ALTOS	EMR	69	259	0,0
MORROS	BR	17	103	-
NINA RODRIGUES	BR	5	208	-
NOVA COLINAS	DMR	176	550	0,0
NOVA IORQUE	BR	9	211	-
NOVA OLINDA DO MARANHAO	BR	97	1.776	0,0
OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	BR	75	457	0,0
OLINDA NOVA DO MARANHAO	BR	56	251	0,0
PACO DO LUMIAR	EMR	78	11.337	0,3
PALMEIRANDIA	BR	49	163	-
PARAIBANO	BR	234	636	0,0
PARNARAMA	BR	256	5.387	0,1
PASSAGEM FRANCA	BR	63	324	0,0
PASTOS BONS	BR	102	319	0,0
PAULINO NEVES	BR	144	831	0,0
PAULO RAMOS	BR	60	689	0,0
PEDREIRAS	BR	207	1.071	0,0
PEDRO DO ROSARIO	BR	6	310	0,0
PENALVA	BR	79	482	0,0
PERI MIRIM	BR	62	130	-
PERITORO	BR	58	1.114	0,0
PINDARE MIRIM	BR	54	370	0,0
PINHEIRO	BR	495	2.899	0,1

PIO XII	BR	95	1.178	0,0
PIRAPEMAS	BR	40	328	0,0
POCAO DE PEDRAS	BR	158	1.436	0,0
PORTO FRANCO	EMR	16	27.110	0,6
PORTO RICO DO MARANHAO	BR	1	100	-
PRESIDENTE DUTRA	BR	339	3.195	0,1
PRESIDENTE JUSCELINO	BR	67	125	-
PRESIDENTE MEDICI	BR	87	930	0,0
PRESIDENTE SARNEY	BR	55	231	0,0
PRESIDENTE VARGAS	BR	21	40	-
RAPOSA	EMR	54	454	0,0
RIACHAO	DMR	150	1.196	0,0
RIBAMAR FIQUENE	EMR	72	348	0,0
ROSARIO	BR	17	93	-
SAMBAIBA	DMR	22	2.400	0,1
SANTA FILOMENA DO MARANHAO	BR	113	789	0,0
SANTA HELENA	BR	193	1.891	0,0
SANTA INES	BR	170	1.505	0,0
SANTA LUZIA	BR	398	11.352	0,3
SANTA LUZIA DO PARUA	BR	123	17.143	0,4
SANTA QUITERIA DO MARANHAO	BR	5	8.258	0,2
SANTA RITA	BR	39	71	-
SANTANA DO MARANHAO	BR	16	31	-
SANTO AMARO DO MARANHAO	BR	1	42	-
SANTO ANTONIO DOS LOPES	BR	99	1.160	0,0
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	BR	39	658	0,0
SAO BENTO	BR	90	384	0,0
SAO BERNARDO	BR	130	346	0,0
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DMR	28	5.406	0,1
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	BR	275	2.346	0,1
SAO FELIX DE BALSAS	DMR	18	2.537	0,1
SAO FRANCISCO DO BREJAO	EMR	137	445	0,0
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	BR	192	355	0,0
SAO JOAO BATISTA	BR	86	237	0,0
SAO JOAO DO CARU	BR	6	557	0,0
SAO JOAO DO PARAISO	EMR	59	728	0,0
SAO JOAO DO SOTER	BR	13	1.219	0,0
SAO JOAO DOS PATOS	BR	45	807	0,0
SAO JOSE DE RIBAMAR	EMR	43	5.046	0,1
SAO JOSE DOS BASILIOS	BR	281	750	0,0
SAO LUIS	EMR	172	215.601	4,9
SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	BR	23	1.649	0,0
SAO MATEUS DO MARANHAO	BR	105	753	0,0
SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	EMR	56	695	0,0
SAO PEDRO DOS CRENTES	EMR	106	1.681	0,0
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	DMR	73	193	-
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	BR	37	72	-
SAO ROBERTO	BR	37	485	0,0
SAO VICENTE FERRER	BR	65	461	0,0
SATUBINHA	BR	59	113	-
SENADOR ALEXANDRE COSTA	BR	48	284	0,0
SENADOR LA ROCQUE	EMR	325	1.828	0,0
SITIO NOVO	BR	108	1.086	0,0
SUCUPIRA DO NORTE	BR	127	242	0,0
SUCUPIRA DO RIACHAO	BR	15	28	-
TASSO FRAGOSO	DMR	56	36.266	0,8
TIMBIRAS	BR	202	945	0,0
TIMON	BR	372	6.101	0,1
TRIZIDELA DO VALE	BR	146	676	0,0
TUFILANDIA	BR	29	150	-
TUNTUM	BR	359	5.577	0,1
TURIACU	BR	83	1.412	0,0

	TURILANDIA	BR	58	411	0,0
	TUTOIA	BR	82	322	0,0
	URBANO SANTOS	BR	61	559	0,0
	VARGEM GRANDE	BR	92	748	0,0
	VIANA	BR	169	1.424	0,0
	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	EMR	127	595	0,0
	VITORIA DO MEARIM	BR	29	146	-
	VITORINO FREIRE	BR	110	1.979	0,1
	ZE DOCA	BR	405	7.733	0,2
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	108	253	0,0
	AGUAS VERMELHAS	DMR	5	2.313	0,1
	ALMENARA	DMR	87	624	0,0
	ANGELANDIA	DMR	62	310	0,0
	ARACUAI	DMR	87	380	0,0
	ARICANDUVA	DMR	112	238	0,0
	ARINOS	DMR	56	393	0,0
	ATALEIA	EMR	121	376	0,0
	BANDEIRA	DMR	103	463	0,0
	BERILO	DMR	210	397	0,0
	BERIZAL	DMR	117	279	0,0
	BERTOPOLIS	EMR	39	75	-
	BOCAIUVA	EMR	272	901	0,0
	BONITO DE MINAS	DMR	156	1.057	0,0
	BOTUMIRIM	DMR	28	293	0,0
	BRASILIA DE MINAS	EMR	496	3.311	0,1
	BURITIZEIRO	EMR	23	6.961	0,2
	CACHOEIRA DE PAJEU	BR	101	176	-
	CAMPANARIO	EMR	3	550	0,0
	CAMPO AZUL	EMR	198	350	0,0
	CAPELINHA	DMR	202	4.408	0,1
	CAPITAO ENEAS	EMR	12	96	-
	CARAI	DMR	143	261	0,0
	CARBONITA	DMR	46	80	-
	CARLOS CHAGAS	EMR	87	5.497	0,1
	CATUJI	EMR	40	260	0,0
	CATUTI	DMR	102	348	0,0
	CHAPADA DO NORTE	DMR	49	145	-
	CHAPADA GAUCHA	DMR	168	2.499	0,1
	CLARO DOS POCOES	EMR	20	60	-
	COMERCINHO	BR	106	333	0,0
	CONEGO MARINHO	DMR	121	598	0,0
	CORACAO DE JESUS	EMR	414	1.846	0,0
	CORONEL MURTA	DMR	155	689	0,0
	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	EMR	6	39	-
	CRISOLITA	EMR	27	47	-
	CRISTALIA	DMR	55	137	-
	CURRAL DE DENTRO	DMR	115	751	0,0
	DATAS	EMR	2	4	-
	DIAMANTINA	EMR	120	262	0,0
	DIVISA ALEGRE	DMR	25	44	-
	DIVISOPOLIS	DMR	6	12	-
	ENGENHEIRO NAVARRO	EMR	18	489	0,0
	ESPINOSA	DMR	352	1.538	0,0
	FELICIO DOS SANTOS	EMR	32	232	0,0
	FELISBURGO	DMR	40	86	-
	FORMOSO	DMR	39	653	0,0
	FRANCISCO BADARO	DMR	51	98	-
	FRANCISCO DUMONT	EMR	25	92	-
	FRANCISCO SA	EMR	128	938	0,0
	FRANCISCOPOLIS	EMR	93	165	-
	FREI GASPAR	EMR	69	269	0,0
	FRONTEIRA DOS VALES	EMR	43	248	0,0

FRUTA DE LEITE	DMR	36	68	-
GAMELEIRAS	DMR	74	415	0,0
GLAUCILANDIA	EMR	71	129	-
GRAO MOGOL	DMR	62	392	0,0
GUARACIAMA	EMR	71	132	-
IBIAI	EMR	48	205	-
IBIRACATU	EMR	38	76	-
ICARAI DE MINAS	DMR	117	974	0,0
INDAIABIRA	DMR	60	158	-
ITACAMBIRA	DMR	52	272	0,0
ITACARAMBI	DMR	146	4.298	0,1
ITAIPE	EMR	48	121	-
ITAMARANDIBA	DMR	114	261	0,0
ITAMBACURI	EMR	143	1.932	0,0
ITAOBIM	BR	49	243	0,0
ITINGA	DMR	103	1.501	0,0
JACINTO	DMR	63	1.061	0,0
JAIBA	DMR	224	8.034	0,2
JANAUBA	DMR	335	7.967	0,2
JANUARIA	DMR	669	4.093	0,1
JAPONVAR	EMR	160	642	0,0
JENIPAPO DE MINAS	DMR	34	68	-
JEQUITAI	EMR	63	269	0,0
JEQUITINHONHA	DMR	119	1.483	0,0
JOAIMA	DMR	233	2.235	0,1
JORDANIA	DMR	52	164	-
JOSE GONCALVES DE MINAS	DMR	38	103	-
JOSENOPOLIS	DMR	4	36	-
JURAMENTO	EMR	12	22	-
JUVENILIA	DMR	131	584	0,0
LADAINHA	EMR	224	567	0,0
LAGOA DOS PATOS	EMR	40	2.453	0,1
LASSANCE	EMR	53	997	0,0
LEME DO PRADO	DMR	17	110	-
LONTRA	EMR	110	298	0,0
LUISLANDIA	EMR	152	699	0,0
MACHACALIS	EMR	25	106	-
MALACACHETA	EMR	135	430	0,0
MAMONAS	DMR	234	466	0,0
MANGA	DMR	318	7.705	0,2
MATA VERDE	DMR	63	149	-
MATIAS CARDOSO	DMR	138	7.634	0,2
MATO VERDE	DMR	217	1.211	0,0
MEDINA	BR	192	1.600	0,0
MINAS NOVAS	DMR	225	1.055	0,0
MIRABELA	EMR	58	342	0,0
MIRAVANIA	DMR	81	194	-
MONTALVANIA	DMR	270	1.630	0,0
MONTE AZUL	DMR	432	4.157	0,1
MONTE FORMOSO	DMR	1	3.256	0,1
MONTES CLAROS	EMR	1.091	9.324	0,2
MONTEZUMA	DMR	89	367	0,0
NANUQUE	EMR	3	26	-
NINHEIRA	DMR	91	200	-
NOVA PORTEIRINHA	DMR	160	1.172	0,0
NOVO CRUZEIRO	DMR	275	976	0,0
NOVO ORIENTE DE MINAS	EMR	57	112	-
NOVORIZONTE	DMR	126	427	0,0
OLHOS-D'AGUA	EMR	27	128	-
OURO VERDE DE MINAS	EMR	121	445	0,0
PADRE CARVALHO	DMR	104	266	0,0
PADRE PARAISO	DMR	17	29	-

	PAI PEDRO	DMR	53	1.265	0,0
	PALMOPOLIS	DMR	2	331	0,0
	PATIS	EMR	84	1.280	0,0
	PAVAO	EMR	8	14	-
	PEDRA AZUL	BR	39	3.027	0,1
	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DMR	21	1.037	0,0
	PESCADOR	EMR	2	4	-
	PINTOPOLIS	DMR	96	424	0,0
	PIRAPORA	EMR	51	3.130	0,1
	PONTO CHIQUE	EMR	72	481	0,0
	PONTO DOS VOLANTES	DMR	122	597	0,0
	PORTEIRINHA	DMR	654	4.269	0,1
	POTE	EMR	113	293	0,0
	RIACHINHO	EMR	73	152	-
	RIACHO DOS MACHADOS	DMR	129	400	0,0
	RIO DO PRADO	DMR	56	108	-
	RIO PARDO DE MINAS	DMR	246	1.346	0,0
	RIO VERMELHO	EMR	146	657	0,0
	RUBELITA	DMR	62	800	0,0
	RUBIM	DMR	33	455	0,0
	SALINAS	DMR	287	5.406	0,1
	SALTO DA DIVISA	DMR	6	11	-
	SANTA CRUZ DE SALINAS	DMR	82	550	0,0
	SANTA FE DE MINAS	EMR	27	828	0,0
	SANTA HELENA DE MINAS	EMR	32	60	-
	SANTA MARIA DO SALTO	DMR	9	18	-
	SANTO ANTONIO DO JACINTO	DMR	49	94	-
	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DMR	196	562	0,0
	SAO FRANCISCO	DMR	807	6.060	0,1
	SAO JOAO DA LAGOA	EMR	195	536	0,0
	SAO JOAO DA PONTE	EMR	462	1.305	0,0
	SAO JOAO DAS MISSOES	DMR	58	210	-
	SAO JOAO DO PACUI	EMR	37	84	-
	SAO JOAO DO PARAISO	DMR	202	1.659	0,0
	SAO ROMAO	EMR	46	255	0,0
	SENADOR MODESTINO GONCALVES	EMR	113	226	0,0
	SERRA DOS AIMORES	EMR	4	35	-
	SERRANOPOLIS DE MINAS	DMR	73	216	-
	SERRO	EMR	85	247	0,0
	SETUBINHA	EMR	193	796	0,0
	TAIOBEIRAS	DMR	40	494	0,0
	TEOFILO OTONI	EMR	299	3.204	0,1
	TURMALINA	DMR	40	104	-
	UBAI	EMR	258	876	0,0
	UMBURATIBA	EMR	6	12	-
	URUCUIA	DMR	180	1.118	0,0
	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	DMR	54	112	-
	VARZEA DA PALMA	EMR	78	4.904	0,1
	VARZELANDIA	EMR	354	1.914	0,0
	VERDELANDIA	EMR	113	1.206	0,0
	VEREDINHA	DMR	57	101	-
	VIRGEM DA LAPA	DMR	74	1.170	0,0
PB	AGUA BRANCA	DMR	99	189	-
	AGUIAR	BR	25	45	-
	ALAGOA GRANDE	BR	53	434	0,0
	ALAGOA NOVA	BR	119	316	0,0
	ALAGOINHA	BR	68	345	0,0
	ALCANTIL	DMR	35	69	-
	ALGODAO DE JANDAIRA	BR	60	128	-
	ALHANDRA	DMR	38	12.636	0,3
	AMPARO	DMR	23	70	-
	APARECIDA	EMR	69	174	-

ARACAGI	BR	117	658	0,0
ARARA	BR	70	236	0,0
ARARUNA	BR	7	132	-
AREIA	BR	85	285	0,0
AREIA DE BARAUNAS	DMR	15	29	-
AREIAL	EMR	69	144	-
AROEIRAS	BR	72	140	-
ASSUNCAO	DMR	15	34	-
BAIA DA TRAICAO	BR	41	73	-
BANANEIRAS	BR	177	455	0,0
BARAUNA	BR	45	107	-
BARRA DE SANTA ROSA	BR	57	197	-
BARRA DE SANTANA	DMR	108	268	0,0
BARRA DE SAO MIGUEL	DMR	28	54	-
BAYEUX	AR	6	390	0,0
BELEM	BR	138	351	0,0
BELEM DO BREJO DO CRUZ	EMR	6	219	-
BERNARDINO BATISTA	EMR	30	96	-
BOA VENTURA	DMR	50	122	-
BOA VISTA	EMR	19	37	-
BOM JESUS	EMR	12	23	-
BOM SUCESSO	EMR	70	174	-
BONITO DE SANTA FE	EMR	51	269	0,0
BOQUEIRAO	DMR	155	308	0,0
BORBOREMA	BR	36	68	-
BREJO DO CRUZ	EMR	125	449	0,0
BREJO DOS SANTOS	EMR	66	224	0,0
CAAPORA	DMR	16	402	0,0
CABACEIRAS	DMR	93	228	0,0
CABEDELO	AR	25	2.292	0,1
CACHOEIRA DOS INDIOS	EMR	109	396	0,0
CACIMBA DE AREIA	DMR	36	87	-
CACIMBA DE DENTRO	BR	112	324	0,0
CACIMBAS	DMR	44	84	-
CAICARA	BR	36	95	-
CAJAZEIRAS	EMR	206	3.908	0,1
CAJAZEIRINHAS	EMR	55	315	0,0
CALDAS BRANDAO	BR	6	12	-
CAMALAU	DMR	92	193	-
CAMPINA GRANDE	EMR	175	6.804	0,2
CAMPO DE SANTANA	BR	51	136	-
CAPIM	BR	6	12	-
CARAUBAS	DMR	9	36	-
CARRAPATEIRA	EMR	57	112	-
CASSERENGUE	BR	97	209	-
CATINGUEIRA	BR	32	85	-
CATOLE DO ROCHA	EMR	271	2.006	0,1
CATURITE	DMR	112	253	0,0
CONCEICAO	DMR	95	441	0,0
CONDADO	EMR	91	223	0,0
CONDE	AR	45	254	0,0
CONGO	DMR	49	215	-
COREMAS	BR	83	370	0,0
COXIXOLA	DMR	12	24	-
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	BR	49	204	-
CUBATI	BR	47	91	-
CUITE	BR	116	420	0,0
CUITE DE MAMANGUAPE	BR	18	95	-
CUITEGI	BR	49	165	-
CURRAL DE CIMA	BR	24	47	-
CURRAL VELHO	DMR	23	69	-
DAMIAO	BR	84	164	-

DESTERRO	DMR	124	530	0,0
DIAMANTE	DMR	14	53	-
DONA INES	BR	95	202	-
DUAS ESTRADAS	BR	18	114	-
EMAS	BR	11	66	-
ESPERANCA	EMR	62	1.997	0,1
FAGUNDES	EMR	53	101	-
FREI MARTINHO	BR	27	53	-
GADO BRAVO	BR	234	465	0,0
GUARABIRA	BR	178	2.993	0,1
GURINHEM	BR	64	275	0,0
GURJAO	DMR	13	100	-
IBIARA	DMR	102	263	0,0
IGARACY	BR	39	141	-
IMACULADA	DMR	6	77	-
INGA	BR	122	400	0,0
ITABAIANA	BR	55	674	0,0
ITAPORANGA	DMR	183	1.183	0,0
ITAPOROROCA	BR	63	224	0,0
ITATUBA	BR	32	146	-
JACARAU	BR	51	116	-
JERICO	EMR	41	123	-
JOAO PESSOA	AR	146	18.964	0,4
JUAREZ TAVORA	BR	55	94	-
JUAZEIRINHO	BR	81	200	-
JUNCO DO SERIDO	EMR	49	94	-
JURIPIRANGA	BR	6	14	-
JURU	DMR	91	274	0,0
LAGOA	EMR	52	141	-
LAGOA DE DENTRO	BR	27	94	-
LAGOA SECA	EMR	105	317	0,0
LASTRO	EMR	23	64	-
LIVRAMENTO	DMR	179	351	0,0
LOGRADOURO	BR	19	236	0,0
LUCENA	AR	8	110	-
MALTA	EMR	61	184	-
MAMANGUAPE	BR	97	913	0,0
MANAIRA	DMR	33	57	-
MARCACAO	BR	36	139	-
MARI	BR	38	504	0,0
MARIZOPOLIS	EMR	34	114	-
MASSARANDUBA	EMR	37	72	-
MATARACA	BR	20	194	-
MATINHAS	BR	12	32	-
MATO GROSSO	EMR	31	78	-
MATUREIA	DMR	63	117	-
MOGEIRO	BR	45	188	-
MONTADAS	EMR	43	92	-
MONTE HOREBE	EMR	49	132	-
MONTEIRO	DMR	292	1.003	0,0
MULUNGU	BR	199	481	0,0
NATUBA	BR	53	624	0,0
NAZAREZINHO	EMR	256	664	0,0
NOVA FLORESTA	BR	60	177	-
NOVA OLINDA	BR	70	133	-
NOVA PALMEIRA	BR	18	36	-
OLHO D'AGUA	BR	92	184	-
OLIVEDOS	BR	56	250	0,0
OURO VELHO	DMR	37	238	0,0
PARARI	DMR	27	54	-
PASSAGEM	DMR	54	121	-
PATOS	DMR	91	2.062	0,1

PAULISTA	EMR	153	674	0,0
PEDRA BRANCA	DMR	21	138	-
PEDRA LAVRADA	BR	143	408	0,0
PEDRAS DE FOGO	DMR	36	515	0,0
PEDRO REGIS	BR	111	183	-
PIANCO	BR	13	147	-
PICUI	BR	170	396	0,0
PILAR	BR	47	112	-
PILOES	BR	61	110	-
PILOEZINHOS	BR	39	89	-
PIRPIRITUBA	BR	28	127	-
PITIMBU	DMR	84	421	0,0
POCINHOS	BR	175	665	0,0
POCO DANTAS	EMR	89	175	-
POCO DE JOSE DE MOURA	EMR	81	182	-
POMBAL	EMR	124	1.545	0,0
PRATA	AR	33	160	-
PRINCESA ISABEL	DMR	13	255	0,0
PUXINANA	EMR	37	134	-
QUEIMADAS	EMR	58	229	0,0
QUIXABA	DMR	26	81	-
REMIGIO	BR	89	232	0,0
RIACHAO	BR	11	33	-
RIACHAO DO BACAMARTE	BR	37	73	-
RIACHAO DO POCO	BR	56	125	-
RIACHO DE SANTO ANTONIO	DMR	6	11	-
RIACHO DOS CAVALOS	EMR	355	821	0,0
RIO TINTO	BR	79	3.984	0,1
SALGADINHO	EMR	26	70	-
SALGADO DE SAO FELIX	BR	44	255	0,0
SANTA CRUZ	EMR	111	264	0,0
SANTA HELENA	EMR	80	258	0,0
SANTA INES	DMR	38	237	0,0
SANTA LUZIA	EMR	93	462	0,0
SANTA RITA	AR	48	1.114	0,0
SANTA TERESINHA	DMR	56	191	-
SANTANA DE MANGUEIRA	DMR	9	85	-
SANTANA DOS GARROTES	BR	47	93	-
SANTAREM	EMR	36	76	-
SANTO ANDRE	DMR	19	45	-
SAO BENTINHO	EMR	30	117	-
SAO BENTO	EMR	238	1.387	0,0
SAO DOMINGOS DE POMBAL	EMR	103	184	-
SAO DOMINGOS DO CARIRI	DMR	100	195	-
SAO FRANCISCO	EMR	71	400	0,0
SAO JOAO DO CARIRI	DMR	66	181	-
SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	EMR	190	482	0,0
SAO JOAO DO TIGRE	DMR	12	39	-
SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	EMR	93	374	0,0
SAO JOSE DE CAIANA	DMR	1	10	-
SAO JOSE DE ESPINHARAS	DMR	35	96	-
SAO JOSE DE PIRANHAS	EMR	84	528	0,0
SAO JOSE DE PRINCESA	DMR	1	35	-
SAO JOSE DO BONFIM	DMR	39	138	-
SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	EMR	25	62	-
SAO JOSE DO SABUGI	EMR	35	110	-
SAO JOSE DOS CORDEIROS	DMR	53	143	-
SAO JOSE DOS RAMOS	BR	57	118	-
SAO MAMEDE	EMR	50	216	-
SAO MIGUEL DE TAIPU	BR	3	274	0,0
SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROC	EMR	18	63	-
SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	DMR	9	17	-

	SAPE	BR	84	2.938	0,1
	SERIDO	BR	36	64	-
	SERRA BRANCA	DMR	137	580	0,0
	SERRA DA RAIZ	BR	8	14	-
	SERRA GRANDE	DMR	23	41	-
	SERRA REDONDA	EMR	46	91	-
	SERRARIA	BR	26	51	-
	SERTAOZINHO	BR	44	98	-
	SOBRADO	BR	22	118	-
	SOLANEA	BR	127	528	0,0
	SOLEDADE	BR	63	220	0,0
	SOSSEGO	BR	49	94	-
	SOUSA	EMR	380	3.868	0,1
	SUME	DMR	103	443	0,0
	TAPEROA	DMR	82	209	-
	TAVARES	DMR	11	27	-
	TEIXEIRA	DMR	48	115	-
	TENORIO	BR	29	54	-
	TRIUNFO	EMR	114	491	0,0
	UIRAUNA	EMR	260	1.074	0,0
	UMBUZEIRO	BR	23	239	0,0
	VARZEA	EMR	22	74	-
	VIEIROPOLIS	EMR	90	204	-
	VISTA SERRANA	EMR	26	51	-
	ZABELE	DMR	13	26	-
PE	ABREU E LIMA	AR	64	1.070	0,0
	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DMR	153	2.312	0,1
	AFRANIO	EMR	239	1.394	0,0
	AGRESTINA	BR	128	256	0,0
	AGUA PRETA	BR	61	660	0,0
	AGUAS BELAS	BR	170	1.049	0,0
	ALAGOINHA	EMR	46	424	0,0
	ALIANCA	EMR	172	1.970	0,0
	ALTINHO	BR	194	382	0,0
	AMARAJI	BR	327	2.360	0,1
	ANGELIM	EMR	43	100	-
	ARACOIABA	EMR	15	123	-
	ARARIPINA	DMR	1.030	12.071	0,3
	ARCOVERDE	EMR	76	7.990	0,2
	BARRA DE GUABIRABA	BR	73	267	0,0
	BARREIROS	BR	45	278	0,0
	BELEM DE MARIA	BR	26	51	-
	BELEM DE SAO FRANCISCO	DMR	308	3.294	0,1
	BELO JARDIM	EMR	117	1.403	0,0
	BETANIA	EMR	54	202	-
	BEZERROS	EMR	276	2.498	0,1
	BODOCO	DMR	595	7.513	0,2
	BOM CONSELHO	EMR	493	2.951	0,1
	BOM JARDIM	BR	63	538	0,0
	BONITO	BR	270	1.054	0,0
	BREJAO	EMR	47	121	-
	BREJINHO	DMR	117	288	0,0
	BREJO DA MADRE DE DEUS	EMR	116	333	0,0
	BUENOS AIRES	EMR	107	323	0,0
	BUIQUE	BR	249	1.820	0,0
	CABO DE SANTO AGOSTINHO	EMR	157	882	0,0
	CABROBO	EMR	478	1.809	0,0
	CACHOEIRINHA	EMR	214	583	0,0
	CAETES	EMR	395	950	0,0
	CALCADO	EMR	146	360	0,0
	CALUMBI	DMR	41	117	-
	CAMARAGIBE	AR	18	671	0,0

CAMOCIM DE SAO FELIX	BR	32	138	-
CAMUTANGA	EMR	43	283	0,0
CANHOTINHO	EMR	57	310	0,0
CAPOEIRAS	EMR	287	1.555	0,0
CARNAIBA	DMR	301	11.546	0,3
CARNAUBEIRA DA PENHA	DMR	191	961	0,0
CARPINA	EMR	38	819	0,0
CARUARU	EMR	329	11.179	0,3
CASINHAS	EMR	46	106	-
CATENDE	BR	33	64	-
CEDRO	DMR	143	1.531	0,0
CHA DE ALEGRIA	EMR	30	180	-
CHA GRANDE	EMR	106	567	0,0
CONDADO	EMR	19	187	-
CORRENTES	EMR	177	429	0,0
CORTES	BR	57	297	0,0
CUMARU	BR	83	308	0,0
CUPIRA	BR	8	16	-
CUSTODIA	EMR	92	911	0,0
DORMENTES	EMR	289	1.998	0,1
ESCADA	BR	124	1.455	0,0
EXU	DMR	370	4.327	0,1
FEIRA NOVA	BR	80	262	0,0
FERREIROS	EMR	60	558	0,0
FLORES	DMR	62	330	0,0
FLORESTA	DMR	519	1.625	0,0
FREI MIGUELINHO	EMR	126	442	0,0
GAMELEIRA	BR	1	190	-
GARANHUNS	EMR	366	8.709	0,2
GLORIA DO GOITA	EMR	595	1.521	0,0
GOIANA	EMR	171	1.203	0,0
GRANITO	DMR	142	892	0,0
GRAVATA	EMR	188	27.296	0,6
IATI	EMR	83	552	0,0
IBIMIRIM	EMR	80	1.435	0,0
IBIRAJUBA	BR	90	299	0,0
IGARASSU	EMR	84	1.168	0,0
IGUARACI	DMR	95	852	0,0
INAJA	EMR	94	604	0,0
INGAZEIRA	DMR	51	130	-
IPOJUCA	EMR	103	16.649	0,4
IPUBI	DMR	246	1.632	0,0
ITACURUBA	DMR	34	280	0,0
ITAIBA	BR	190	588	0,0
ITAMARACA	EMR	44	90	-
ITAMBE	EMR	237	2.181	0,1
ITAPETIM	DMR	31	618	0,0
ITAPISSUMA	EMR	3	685	0,0
ITAQUITINGA	EMR	92	537	0,0
JABOATAO DOS GUARARAPES	AR	37	3.878	0,1
JAQUEIRA	BR	44	253	0,0
JATAUBA	EMR	151	356	0,0
JATOBA	DMR	5	46	-
JOAO ALFREDO	BR	51	791	0,0
JOAQUIM NABUCO	BR	5	45	-
JUCATI	EMR	176	492	0,0
JUPI	EMR	163	471	0,0
JUREMA	EMR	21	77	-
LAGOA DO CARRO	EMR	55	676	0,0
LAGOA DO ITAENGA	EMR	53	143	-
LAGOA DO OURO	EMR	194	626	0,0
LAGOA DOS GATOS	BR	59	136	-

LAGOA GRANDE	EMR	252	811	0,0
LAJEDO	EMR	243	1.368	0,0
LIMOEIRO	BR	110	1.979	0,1
MACAPARANA	EMR	79	1.186	0,0
MACHADOS	BR	7	234	0,0
MANARI	EMR	286	793	0,0
MARAIAL	BR	61	156	-
MIRANDIBA	DMR	76	311	0,0
MOREILANDIA	DMR	204	406	0,0
MORENO	AR	12	445	0,0
NAZARE DA MATA	EMR	34	1.713	0,0
OLINDA	AR	30	3.379	0,1
OROBO	BR	228	573	0,0
OROCO	EMR	131	537	0,0
OURICURI	DMR	604	4.354	0,1
PALMARES	BR	29	231	0,0
PALMEIRINA	EMR	42	137	-
PANELAS	BR	107	222	0,0
PARANATAMA	EMR	306	731	0,0
PARNAMIRIM	DMR	47	388	0,0
PASSIRA	BR	13	286	0,0
PAUDALHO	EMR	142	626	0,0
PAULISTA	AR	40	1.613	0,0
PEDRA	BR	278	1.322	0,0
PESQUEIRA	EMR	256	1.611	0,0
PETROLANDIA	DMR	107	919	0,0
PETROLINA	EMR	678	51.561	1,2
POCAO	EMR	223	1.078	0,0
POMBOS	EMR	194	4.287	0,1
PRIMAVERA	BR	139	722	0,0
QUIPAPA	BR	21	35	-
QUIXABA	DMR	80	293	0,0
RECIFE	AR	208	144.683	3,3
RIACHO DAS ALMAS	EMR	129	664	0,0
RIBEIRAO	BR	141	1.473	0,0
RIO FORMOSO	BR	40	544	0,0
SAIRE	BR	195	473	0,0
SALGADINHO	BR	4	15	-
SALGUEIRO	DMR	226	5.255	0,1
SALOA	EMR	178	587	0,0
SANHARO	EMR	57	602	0,0
SANTA CRUZ	DMR	381	2.128	0,1
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	DMR	170	321	0,0
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	EMR	74	464	0,0
SANTA FILOMENA	DMR	376	1.327	0,0
SANTA MARIA DA BOA VISTA	EMR	61	670	0,0
SANTA MARIA DO CAMBUCA	EMR	67	209	-
SANTA TEREZINHA	DMR	69	255	0,0
SAO BENEDITO DO SUL	BR	10	18	-
SAO BENTO DO UNA	EMR	257	4.533	0,1
SAO CAITANO	EMR	135	304	0,0
SAO JOAO	EMR	7	123	-
SAO JOAQUIM DO MONTE	BR	125	223	0,0
SAO JOSE DA COROA GRANDE	BR	51	148	-
SAO JOSE DO BELMONTE	DMR	227	648	0,0
SAO JOSE DO EGITO	DMR	151	981	0,0
SAO LOURENCO DA MATA	AR	44	1.057	0,0
SAO VICENTE FERRER	BR	149	1.245	0,0
SERRA TALHADA	DMR	319	6.035	0,1
SERRITA	DMR	304	1.509	0,0
SERTANIA	EMR	154	2.161	0,1
SIRINHAEM	BR	72	346	0,0

	SOLIDAO	DMR	50	162	-
	SURUBIM	EMR	319	2.519	0,1
	TABIRA	DMR	279	892	0,0
	TACAIMBO	EMR	146	324	0,0
	TACARATU	DMR	231	981	0,0
	TAMANDARE	BR	3	6	-
	TAQUARITINGA DO NORTE	EMR	77	689	0,0
	TEREZINHA	EMR	111	254	0,0
	TERRA NOVA	EMR	80	159	-
	TIMBAUBA	EMR	143	3.121	0,1
	TORITAMA	EMR	7	312	0,0
	TRACUNHAEM	EMR	31	175	-
	TRINDADE	DMR	175	4.087	0,1
	TRIUNFO	DMR	91	168	-
	TUPANATINGA	BR	80	686	0,0
	TUPARETAMA	DMR	8	119	-
	VENTUROSA	BR	140	870	0,0
	VERDEJANTE	DMR	209	613	0,0
	VERTENTE DO LERIO	EMR	53	126	-
	VERTENTES	EMR	74	433	0,0
	VICENCIA	EMR	121	523	0,0
	VITORIA DE SANTO ANTAO	EMR	296	3.597	0,1
	XEXEU	BR	8	16	-
PI	ACAUA	DMR	111	214	-
	AGRICOLANDIA	BR	71	236	0,0
	AGUA BRANCA	BR	54	1.730	0,0
	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	21	97	-
	ALEGRETE DO PIAUI	DMR	24	143	-
	ALTO LONGA	DMR	228	456	0,0
	ALTOS	EMR	229	664	0,0
	ALVORADA DO GURGUEIA	DMR	86	165	-
	AMARANTE	BR	383	788	0,0
	ANGICAL DO PIAUI	BR	74	374	0,0
	ANISIO DE ABREU	DMR	52	123	-
	ANTONIO ALMEIDA	DMR	7	781	0,0
	AROAZES	BR	70	137	-
	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	61	223	0,0
	ARRAIAL	BR	44	81	-
	AVELINO LOPES	DMR	115	393	0,0
	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DMR	46	9.284	0,2
	BARRA D'ALCANTARA	BR	14	70	-
	BARRAS	DMR	47	1.636	0,0
	BARREIRAS DO PIAUI	DMR	40	4.195	0,1
	BARRO DURO	BR	50	129	-
	BATALHA	DMR	190	606	0,0
	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	35	127	-
	BELEM DO PIAUI	DMR	53	145	-
	BENEDITINOS	EMR	58	105	-
	BERTOLINIA	DMR	23	55	-
	BETANIA DO PIAUI	DMR	92	264	0,0
	BOA HORA	DMR	147	266	0,0
	BOCAINA	EMR	29	113	-
	BOM JESUS	DMR	112	7.200	0,2
	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	EMR	9	50	-
	BONFIM DO PIAUI	DMR	36	68	-
	BOQUEIRAO DO PIAUI	DMR	72	131	-
	BRASILEIRA	DMR	63	133	-
	BREJO DO PIAUI	DMR	10	20	-
	BURITI DOS LOPES	EMR	41	157	-
	BURITI DOS MONTES	DMR	73	206	-
	CABECEIRAS DO PIAUI	DMR	186	435	0,0
	CAJAZEIRAS DO PIAUI	EMR	66	143	-

CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	22	100	-
CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	DMR	186	772	0,0
CAMPINAS DO PIAUI	DMR	196	632	0,0
CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DMR	90	273	0,0
CAMPO GRANDE DO PIAUI	DMR	97	210	-
CAMPO LARGO DO PIAUI	DMR	77	162	-
CAMPO MAIOR	DMR	265	688	0,0
CANAVIEIRA	EMR	62	646	0,0
CANTO DO BURITI	DMR	153	416	0,0
CAPITAO DE CAMPOS	DMR	35	467	0,0
CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DMR	41	144	-
CARACOL	DMR	67	315	0,0
CARAUBAS DO PIAUI	EMR	8	131	-
CARIDADE DO PIAUI	DMR	6	153	-
CASTELO DO PIAUI	DMR	110	469	0,0
CAXINGO	EMR	5	8	-
COCAL	EMR	174	667	0,0
COCAL DE TELHA	DMR	66	111	-
COCAL DOS ALVES	EMR	39	76	-
COIVARAS	EMR	75	324	0,0
COLONIA DO GURGUEIA	DMR	28	52	-
COLONIA DO PIAUI	EMR	61	232	0,0
CONCEICAO DO CANINDE	DMR	39	200	-
CORONEL JOSE DIAS	DMR	56	132	-
CORRENTE	DMR	181	2.764	0,1
CRISTALANDIA DO PIAUI	DMR	29	231	0,0
CRISTINO CASTRO	DMR	111	276	0,0
CURIMATA	DMR	65	398	0,0
CURRAIS	DMR	80	180	-
CURRAL NOVO DO PIAUI	DMR	72	177	-
CURRALINHOS	EMR	11	22	-
DEMERVAL LOBAO	EMR	43	1.185	0,0
DIRCEU ARCOVERDE	DMR	14	32	-
DOM EXPEDITO LOPES	EMR	117	281	0,0
DOM INOCENCIO	DMR	98	388	0,0
DOMINGOS MOURAO	DMR	49	123	-
ELESBAO VELOSO	BR	74	250	0,0
ELISEU MARTINS	DMR	56	251	0,0
ESPERANTINA	DMR	372	1.691	0,0
FARTURA DO PIAUI	DMR	7	14	-
FLORES DO PIAUI	EMR	16	31	-
FLORESTA DO PIAUI	DMR	9	18	-
FLORIANO	EMR	66	10.547	0,2
FRANCINOPOLIS	BR	25	161	-
FRANCISCO AYRES	BR	67	141	-
FRANCISCO MACEDO	DMR	59	115	-
FRANCISCO SANTOS	DMR	83	555	0,0
FRONTEIRAS	DMR	119	364	0,0
GEMINIANO	EMR	59	271	0,0
GILBUES	DMR	79	8.302	0,2
GUADALUPE	EMR	13	690	0,0
GUARIBAS	DMR	110	201	-
HUGO NAPOLEAO	BR	19	44	-
ILHA GRANDE	EMR	36	66	-
INHUMA	BR	299	764	0,0
IPIRANGA DO PIAUI	EMR	106	442	0,0
ISAIAS COELHO	DMR	58	419	0,0
ITAINOPOLIS	DMR	86	408	0,0
ITAUEIRA	EMR	52	239	0,0
JACOBINA DO PIAUI	DMR	104	427	0,0
JAICOS	DMR	41	217	-
JARDIM DO MULATO	BR	94	177	-

JATOBA DO PIAUI	DMR	84	150	-
JERUMENHA	EMR	83	256	0,0
JOAO COSTA	DMR	105	336	0,0
JOAQUIM PIRES	DMR	180	842	0,0
JOCA MARQUES	DMR	40	97	-
JOSE DE FREITAS	EMR	75	256	0,0
JUAZEIRO DO PIAUI	DMR	71	181	-
JULIO BORGES	DMR	111	484	0,0
JUREMA	DMR	51	99	-
LAGOA ALEGRE	EMR	98	215	-
LAGOA DE SAO FRANCISCO	DMR	44	138	-
LAGOA DO BARRO DO PIAUI	DMR	55	142	-
LAGOA DO PIAUI	EMR	34	59	-
LAGOA DO SITIO	BR	214	595	0,0
LAGOINHA DO PIAUI	BR	22	54	-
LANDRI SALES	DMR	1	2	-
LUIS CORREIA	EMR	117	660	0,0
LUZILANDIA	DMR	292	811	0,0
MADEIRO	DMR	46	90	-
MANOEL EMIDIO	DMR	57	255	0,0
MARCOLANDIA	DMR	42	746	0,0
MASSAPE DO PIAUI	DMR	41	103	-
MATIAS OLIMPIO	DMR	145	298	0,0
MIGUEL ALVES	DMR	57	274	0,0
MIGUEL LEAO	EMR	5	9	-
MILTON BRANDAO	DMR	73	142	-
MONSENHOR GIL	EMR	17	86	-
MONSENHOR HIPOLITO	DMR	108	282	0,0
MONTE ALEGRE DO PIAUI	DMR	112	26.015	0,6
MORRO CABECA NO TEMPO	DMR	13	26	-
MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	DMR	107	260	0,0
MURICI DOS PORTELAS	EMR	23	207	-
NAZARE DO PIAUI	EMR	138	282	0,0
NOSSA SENHORA DE NAZARE	DMR	87	163	-
NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	DMR	63	119	-
NOVA SANTA RITA	DMR	155	516	0,0
NOVO ORIENTE DO PIAUI	BR	88	355	0,0
NOVO SANTO ANTONIO	DMR	44	86	-
OEIRAS	EMR	224	3.172	0,1
OLHO D'AGUA DO PIAUI	BR	39	89	-
PADRE MARCOS	DMR	36	64	-
PAES LANDIM	DMR	13	124	-
PAJEU DO PIAUI	DMR	8	16	-
PALMEIRA DO PIAUI	DMR	79	4.450	0,1
PALMEIRAIS	BR	177	514	0,0
PAQUETA	EMR	114	302	0,0
PARNAGUA	DMR	20	579	0,0
PARNAIBA	EMR	118	3.230	0,1
PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	BR	81	267	0,0
PATOS DO PIAUI	DMR	28	113	-
PAU D'ARCO DO PIAUÍ	EMR	46	88	-
PAULISTANA	DMR	114	979	0,0
PAVUSSU	EMR	36	70	-
PEDRO II	DMR	221	2.196	0,1
PEDRO LAURENTINO	DMR	33	159	-
PICOS	EMR	329	4.586	0,1
PIMENTEIRAS	BR	185	418	0,0
PIO IX	DMR	133	1.523	0,0
PIRACURUCA	EMR	260	1.689	0,0
PIRIPIRI	DMR	202	1.480	0,0
PORTO	DMR	17	30	-
PORTO ALEGRE DO PIAUI	DMR	9	16	-

	PRATA DO PIAUI	BR	16	31	-
	QUEIMADA NOVA	DMR	116	452	0,0
	REDENCAO DO GURGUEIA	DMR	31	164	-
	REGENERACAO	BR	93	202	-
	RIACHO FRIO	DMR	40	117	-
	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	33	65	-
	RIBEIRO GONCALVES	DMR	47	74.441	1,7
	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR	38	83	-
	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR	22	361	0,0
	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	BR	23	61	-
	SANTA FILOMENA	DMR	18	3.601	0,1
	SANTA LUZ	DMR	49	97	-
	SANTA ROSA DO PIAUI	EMR	82	206	-
	SANTANA DO PIAUI	EMR	31	72	-
	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DMR	132	417	0,0
	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	BR	4	7	-
	SANTO INACIO DO PIAUI	DMR	27	117	-
	SAO BRAZ DO PIAUI	DMR	34	62	-
	SAO FELIX DO PIAUI	BR	30	127	-
	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	DMR	61	116	-
	SAO FRANCISCO DO PIAUI	EMR	115	316	0,0
	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DMR	22	73	-
	SAO GONCALO DO PIAUI	BR	27	100	-
	SAO JOAO DA CANABRAVA	EMR	60	161	-
	SAO JOAO DA FRONTEIRA	EMR	83	180	-
	SAO JOAO DA SERRA	DMR	76	148	-
	SAO JOAO DA VARJOTA	EMR	74	195	-
	SAO JOAO DO ARRAIAL	DMR	144	270	0,0
	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	47	355	0,0
	SAO JOSE DO DIVINO	EMR	122	252	0,0
	SAO JOSE DO PEIXE	EMR	65	130	-
	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	122	318	0,0
	SAO JULIAO	DMR	19	166	-
	SAO LOURENCO DO PIAUI	DMR	87	185	-
	SAO LUIS DO PIAUI	EMR	142	294	0,0
	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	BR	12	157	-
	SAO MIGUEL DO FIDALGO	EMR	34	146	-
	SAO MIGUEL DO TAPUIO	DMR	189	1.054	0,0
	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	80	200	-
	SAO RAIMUNDO NONATO	DMR	73	852	0,0
	SEBASTIAO BARROS	DMR	37	250	0,0
	SEBASTIAO LEAL	DMR	70	148	-
	SIGEFREDO PACHECO	DMR	166	1.225	0,0
	SIMOES	DMR	458	1.239	0,0
	SIMPLICIO MENDES	DMR	77	1.458	0,0
	SOCORRO DO PIAUI	DMR	35	69	-
	SUSSUAPARA	EMR	53	341	0,0
	TAMBORIL DO PIAUI	DMR	9	17	-
	TANQUE DO PIAUI	EMR	49	94	-
	TERESINA	EMR	360	61.779	1,5
	UNIAO	EMR	66	1.265	0,0
	URUCUI	DMR	92	12.659	0,3
	VALENCA DO PIAUI	BR	237	1.481	0,0
	VARZEA BRANCA	DMR	32	72	-
	VARZEA GRANDE	BR	57	140	-
	VERA MENDES	DMR	96	303	0,0
	VILA NOVA DO PIAUI	DMR	41	99	-
	WALL FERRAZ	EMR	18	357	0,0
RN	ACARI	DMR	27	804	0,0
	AFONSO BEZERRA	DMR	81	7.836	0,2
	AGUA NOVA	DMR	13	32	-
	ALEXANDRIA	DMR	185	527	0,0

ALMINO AFONSO	DMR	31	58	-
ALTO DO RODRIGUES	DMR	67	1.254	0,0
ANGICOS	DMR	54	742	0,0
ANTONIO MARTINS	DMR	161	402	0,0
APODI	DMR	376	2.773	0,1
AREIA BRANCA	EMR	17	438	0,0
ARES	DMR	8	15	-
ASSU	DMR	253	7.375	0,2
BAIA FORMOSA	DMR	6	11	-
BARAUNA	EMR	67	255.190	5,8
BARCELONA	DMR	18	44	-
BENTO FERNANDES	BR	23	44	-
BOA SAUDE	DMR	23	131	-
BODO	DMR	27	65	-
BOM JESUS	DMR	38	258	0,0
BREJINHO	DMR	15	297	0,0
CAICARA DO NORTE	DMR	17	33	-
CAICARA DO RIO DO VENTO	DMR	17	33	-
CAICO	EMR	187	4.997	0,1
CAMPO GRANDE	DMR	341	859	0,0
CAMPO REDONDO	DMR	238	836	0,0
CANGUARETAMA	DMR	32	201	-
CARAUBAS	DMR	133	1.230	0,0
CARNAUBA DOS DANTAS	DMR	95	1.028	0,0
CARNAUBAIS	DMR	74	417	0,0
CEARA-MIRIM	DMR	35	418	0,0
CERRO CORA	DMR	97	724	0,0
CORONEL EZEQUIEL	DMR	116	446	0,0
CORONEL JOAO PESSOA	DMR	50	107	-
CRUZETA	DMR	56	759	0,0
CURRAIS NOVOS	DMR	175	6.980	0,2
DOUTOR SEVERIANO	DMR	52	154	-
ENCANTO	DMR	43	93	-
EQUADOR	DMR	58	624	0,0
ESPIRITO SANTO	DMR	43	185	-
EXTREMOZ	AR	46	263	0,0
FELIPE GUERRA	DMR	80	200	-
FERNANDO PEDROZA	DMR	16	54	-
FLORANIA	DMR	121	576	0,0
FRANCISCO DANTAS	DMR	12	69	-
FRUTUOSO GOMES	DMR	44	81	-
GALINHOS	DMR	2	40	-
GOIANINHA	DMR	46	615	0,0
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	DMR	68	476	0,0
GROSSOS	EMR	17	2.611	0,1
GUAMARE	DMR	31	49.808	1,1
HELMO MARINHO	DMR	62	674	0,0
IPANGUACU	DMR	26	676	0,0
IPUEIRA	EMR	18	38	-
ITAJA	DMR	45	1.321	0,0
ITAU	DMR	26	150	-
JACANA	DMR	88	230	0,0
JANDAIRA	BR	5	42	-
JANDUIS	DMR	17	257	0,0
JAPI	DMR	42	173	-
JARDIM DE ANGICOS	DMR	49	122	-
JARDIM DE PIRANHAS	EMR	145	1.693	0,0
JARDIM DO SERIDO	DMR	194	1.611	0,0
JOAO CAMARA	BR	113	629	0,0
JOAO DIAS	DMR	44	83	-
JOSE DA PENHA	DMR	99	285	0,0
JUCURUTU	DMR	294	1.978	0,1

JUNDIÁ	DMR	58	146	-
LAGOA D'ANTA	DMR	71	245	0,0
LAGOA DE PEDRAS	DMR	177	378	0,0
LAGOA DE VELHOS	DMR	14	322	0,0
LAGOA NOVA	DMR	155	463	0,0
LAGOA SALGADA	DMR	138	841	0,0
LAJES	DMR	15	173	-
LAJES PINTADAS	DMR	44	102	-
LUCRECIA	DMR	9	16	-
LUIS GOMES	DMR	46	275	0,0
MACAIBA	DMR	107	532	0,0
MACAU	DMR	58	1.901	0,0
MAJOR SALES	DMR	68	127	-
MARCELINO VIEIRA	DMR	92	382	0,0
MARTINS	DMR	12	24	-
MESSIAS TARGINO	DMR	15	178	-
MONTANHAS	DMR	75	614	0,0
MONTE ALEGRE	DMR	154	456	0,0
MONTE DAS GAMELEIRAS	DMR	38	74	-
MOSSORO	EMR	145	42.022	1,0
NATAL	AR	127	14.570	0,3
NISIA FLORESTA	DMR	41	90	-
NOVA CRUZ	DMR	145	1.159	0,0
OLHO D'AGUA DO BORGES	DMR	37	96	-
OURO BRANCO	DMR	161	686	0,0
PARANA	DMR	39	122	-
PARAU	DMR	10	30	-
PARAZINHO	DMR	13	260	0,0
PARELHAS	DMR	213	1.835	0,0
PARNAMIRIM	AR	45	7.710	0,2
PASSA E FICA	DMR	174	471	0,0
PASSAGEM	DMR	37	127	-
PATU	DMR	24	279	0,0
PAU DOS FERROS	DMR	54	1.383	0,0
PEDRA GRANDE	BR	15	30	-
PEDRA PRETA	DMR	2	4	-
PEDRO AVELINO	DMR	111	973	0,0
PEDRO VELHO	DMR	58	194	-
PENDENCIAS	DMR	13	774	0,0
PILOES	DMR	44	439	0,0
POCO BRANCO	BR	50	98	-
PORTALEGRE	DMR	83	394	0,0
PUREZA	BR	13	49	-
RAFAEL FERNANDES	DMR	27	84	-
RAFAEL GODEIRO	DMR	29	68	-
RIACHO DA CRUZ	DMR	57	138	-
RIACHO DE SANTANA	DMR	10	39	-
RIACHUELO	DMR	39	221	0,0
RIO DO FOGO	BR	37	278	0,0
RODOLFO FERNANDES	DMR	25	52	-
RUY BARBOSA	DMR	40	92	-
SANTA CRUZ	DMR	151	1.238	0,0
SANTA MARIA	DMR	32	93	-
SANTANA DO MATOS	DMR	224	982	0,0
SANTANA DO SERIDO	DMR	93	1.387	0,0
SANTO ANTONIO	DMR	206	1.156	0,0
SAO BENTO DO NORTE	DMR	48	96	-
SAO BENTO DO TRAIRI	DMR	23	80	-
SAO FERNANDO	EMR	194	636	0,0
SAO FRANCISCO DO OESTE	DMR	3	9	-
SAO GONCALO DO AMARANTE	DMR	35	1.386	0,0
SAO JOAO DO SABUGI	EMR	75	253	0,0

	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	8	1.588	0,0
	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DMR	129	796	0,0
	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	112	1.706	0,0
	SAO MIGUEL	DMR	95	431	0,0
	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	BR	84	167	-
	SAO PAULO DO POTENGI	DMR	131	680	0,0
	SAO PEDRO	DMR	67	444	0,0
	SAO RAFAEL	DMR	43	176	-
	SAO TOME	DMR	255	710	0,0
	SAO VICENTE	DMR	59	275	0,0
	SENADOR ELOI DE SOUZA	DMR	67	759	0,0
	SENADOR GEORGINO AVELINO	DMR	5	10	-
	SERRA CAIADA	DMR	54	146	-
	SERRA DE SAO BENTO	DMR	36	340	0,0
	SERRA DO MEL	EMR	294	1.148	0,0
	SERRA NEGRA DO NORTE	EMR	163	940	0,0
	SERRINHA	DMR	35	107	-
	SERRINHA DOS PINTOS	DMR	70	540	0,0
	SEVERIANO MELO	DMR	133	716	0,0
	SITIO NOVO	DMR	65	145	-
	TABOLEIRO GRANDE	DMR	6	101	-
	TAIPU	BR	129	1.120	0,0
	TANGARA	DMR	43	189	-
	TENENTE ANANIAS	DMR	51	189	-
	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DMR	45	403	0,0
	TIBAU	EMR	5	9	-
	TIBAU DO SUL	DMR	2	49	-
	TIMBAUBA DOS BATISTAS	EMR	7	59	-
	TOUROS	BR	301	1.821	0,0
	TRIUNFO POTIGUAR	DMR	18	44	-
	UMARIZAL	DMR	52	367	0,0
	UPANEMA	DMR	54	207	-
	VARZEA	DMR	38	89	-
	VENHA-VER	DMR	85	164	-
	VERA CRUZ	DMR	90	603	0,0
	VICOSA	DMR	6	12	-
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	EMR	19	120	-
	AQUIDABA	DMR	184	1.523	0,0
	ARACAJU	AR	257	21.446	0,5
	ARAUA	BR	58	596	0,0
	AREIA BRANCA	EMR	50	159	-
	BARRA DOS COQUEIROS	AR	13	333	0,0
	BOQUIM	BR	165	794	0,0
	BREJO GRANDE	EMR	20	116	-
	CAMPO DO BRITO	EMR	114	1.301	0,0
	CANHOBA	EMR	79	997	0,0
	CANINDE DE SAO FRANCISCO	DMR	37	373	0,0
	CAPELA	DMR	86	29.242	0,7
	CARIRA	DMR	635	13.647	0,3
	CARMOPOLIS	BR	6	227	0,0
	CEDRO DE SAO JOAO	EMR	8	540	0,0
	CRISTINAPOLIS	BR	82	344	0,0
	CUMBE	DMR	24	349	0,0
	DIVINA PASTORA	DMR	2	4	-
	ESTANCIA	DMR	130	6.000	0,1
	FEIRA NOVA	DMR	55	1.003	0,0
	FREI PAULO	DMR	248	12.236	0,3
	GARARU	DMR	451	2.202	0,1
	GENERAL MAYNARD	BR	1	42	-
	GRACHO CARDOSO	DMR	194	1.669	0,0
	ILHA DAS FLORES	EMR	35	179	-
	INDIAROBA	DMR	144	514	0,0

ITABAIANA	EMR	438	7.914	0,2
ITABAIANINHA	BR	546	2.562	0,1
ITABI	DMR	104	559	0,0
ITAPORANGA D'AJUDA	DMR	126	1.467	0,0
JAPARATUBA	DMR	23	263	0,0
JAPOATA	DMR	98	1.026	0,0
LAGARTO	DMR	457	5.133	0,1
LARANJEIRAS	BR	11	720	0,0
MACAMBIRA	EMR	144	934	0,0
MALHADA DOS BOIS	DMR	9	201	-
MALHADOR	EMR	228	1.037	0,0
MARUIM	BR	8	1.436	0,0
MOITA BONITA	EMR	107	603	0,0
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	DMR	252	2.097	0,1
MURIBECA	DMR	35	28.159	0,7
NEOPOLIS	EMR	182	10.580	0,2
NOSSA SENHORA APARECIDA	DMR	508	3.974	0,1
NOSSA SENHORA DA GLORIA	DMR	406	3.973	0,1
NOSSA SENHORA DAS DORES	DMR	151	6.570	0,2
NOSSA SENHORA DE LOURDES	EMR	113	523	0,0
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	AR	57	2.233	0,1
PACATUBA	DMR	162	436	0,0
PEDRA MOLE	DMR	54	549	0,0
PEDRINHAS	BR	24	72	-
PINHAO	DMR	37	591	0,0
PIRAMBU	DMR	5	47	-
POCO REDONDO	DMR	225	1.172	0,0
POCO VERDE	DMR	238	6.944	0,2
PORTO DA FOLHA	DMR	361	2.478	0,1
PROPRIA	EMR	74	1.144	0,0
RIACHAO DO DANTAS	DMR	302	1.175	0,0
RIACHUELO	BR	12	114	-
RIBEIROPOLIS	DMR	131	2.667	0,1
ROSARIO DO CATETE	BR	15	41	-
SALGADO	BR	61	2.114	0,1
SANTA LUZIA DO ITANHY	DMR	114	386	0,0
SANTA ROSA DE LIMA	DMR	24	183	-
SANTANA DO SAO FRANCISCO	EMR	16	32	-
SANTO AMARO DAS BROTAS	BR	40	589	0,0
SAO CRISTOVAO	AR	33	1.217	0,0
SAO DOMINGOS	EMR	136	346	0,0
SAO FRANCISCO	DMR	3	113	-
SAO MIGUEL DO ALEIXO	DMR	62	1.152	0,0
SIMAO DIAS	DMR	274	7.399	0,2
SIRIRI	DMR	12	981	0,0
TELHA	EMR	42	496	0,0
TOBIAS BARRETO	DMR	335	3.875	0,1
TOMAR DO GERU	BR	96	260	0,0
UMBAUBA	BR	169	1.618	0,0
Total		**210.391**	**4.391.445**	**100,0**

Tabela 26.A

FNE - Contratações por Município - Setor Rural

1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	PRONAF A		PRONAF Demais		Aquicultura e Pesca		Demais Programas Rural		Total Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	AGUA BRANCA	DMR	-	-	207	418	-	-	-	-	207	418
AL	ANADIA	BR	-	-	4	8	-	-	1	10.848	5	10.856
AL	ARAPIRACA	BR	-	-	274	632	-	-	3	166	277	798
AL	ATALAIA	BR	5	30	28	81	-	-	-	-	33	111
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	AR	-	-	13	25	-	-	-	-	13	25
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	AR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
AL	BATALHA	DMR	-	-	186	409	-	-	17	809	203	1.218
AL	BELEM	BR	-	-	50	168	-	-	-	-	50	168
AL	BELO MONTE	DMR	-	-	214	449	-	-	4	123	218	572
AL	BOCA DA MATA	BR	-	-	18	50	-	-	-	-	18	50
AL	BRANQUINHA	BR	1	6	13	35	-	-	1	29	15	70
AL	CACIMBINHAS	BR	-	-	46	122	-	-	9	162	55	284
AL	CAJUEIRO	BR	-	-	-	-	-	-	2	40	2	40
AL	CAMPESTRE	BR	-	-	42	84	-	-	-	-	42	84
AL	CAMPO GRANDE	BR	-	-	45	189	-	-	1	10	46	199
AL	CANAPI	DMR	-	-	216	461	-	-	5	116	221	577
AL	CAPELA	BR	-	-	4	41	-	-	3	120	7	161
AL	CARNEIROS	DMR	-	-	34	67	-	-	-	-	34	67
AL	CHA PRETA	DMR	-	-	8	26	-	-	2	201	10	227
AL	COITE DO NOIA	BR	-	-	94	234	-	-	-	-	94	234
AL	COLONIA LEOPOLDINA	BR	-	-	7	14	-	-	-	-	7	14
AL	COQUEIRO SECO	AR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
AL	CORURIPE	BR	-	-	485	1.039	-	-	12	385	497	1.424
AL	CRAIBAS	BR	-	-	266	709	-	-	2	21	268	730
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR	-	-	56	138	-	-	-	-	56	138
AL	DOIS RIACHOS	DMR	-	-	148	380	-	-	-	-	148	380
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	BR	-	-	416	876	-	-	6	88	422	964
AL	FEIRA GRANDE	BR	-	-	163	348	-	-	5	460	168	808
AL	FELIZ DESERTO	BR	-	-	4	15	-	-	2	124	6	139
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR	8	70	355	828	-	-	1	54	364	952
AL	IBATEGUARA	DMR	43	301	102	196	-	-	-	-	145	497
AL	IGACI	BR	-	-	199	538	-	-	9	633	208	1.171
AL	IGREJA NOVA	BR	1	20	658	1.676	-	-	21	372	680	2.068
AL	INHAPI	DMR	-	-	331	886	-	-	4	46	335	932
AL	JACARE DOS HOMENS	DMR	-	-	124	242	-	-	4	256	128	498
AL	JACUIPE	BR	-	-	12	24	-	-	-	-	12	24
AL	JAPARATINGA	BR	-	-	43	135	-	-	-	-	43	135
AL	JARAMATAIA	DMR	-	-	23	40	-	-	1	56	24	96
AL	JEQUIA DA PRAIA	BR	-	-	20	38	-	-	-	-	20	38
AL	JOAQUIM GOMES	BR	15	318	41	82	-	-	2	106	58	506
AL	JUNDIA	BR	-	-	25	50	-	-	-	-	25	50
AL	JUNQUEIRO	BR	-	-	363	751	-	-	10	468	373	1.219
AL	LAGOA DA CANOA	BR	-	-	181	366	-	-	-	-	181	366
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	BR	-	-	108	368	-	-	2	146	110	514

AL	MACEIO	AR	-	-	35	265	-	1	2	189	37	454
AL	MAJOR ISIDORO	DMR	-	-	184	401	-	-	12	378	196	779
AL	MAR VERMELHO	BR	-	-	27	57	-	-	-	-	27	57
AL	MARAGOGI	BR	2	12	47	173	-	-	-	-	49	185
AL	MARAVILHA	DMR	1	21	45	165	-	-	-	-	46	186
AL	MARECHAL DEODORO	AR	-	-	3	6	-	-	-	-	3	6
AL	MARIBONDO	BR	-	-	52	139	-	-	4	118	56	257
AL	MATA GRANDE	DMR	-	-	238	508	-	-	4	244	242	752
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	BR	-	-	17	33	-	-	1	114	18	147
AL	MESSIAS	BR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
AL	MINADOR DO NEGRAO	BR	-	-	83	363	-	-	25	523	108	886
AL	MONTEIROPOLIS	DMR	-	-	211	389	-	-	4	129	215	518
AL	MURICI	BR	3	21	-	-	-	-	-	-	3	21
AL	NOVO LINO	BR	-	-	14	182	-	-	-	-	14	182
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DMR	-	-	146	265	-	-	1	6	147	271
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	BR	-	-	15	47	-	-	-	-	15	47
AL	OLHO D'AGUA GRANDE	DMR	-	-	158	315	-	-	3	62	161	377
AL	OLIVENCA	DMR	-	-	144	312	-	-	-	-	144	312
AL	OURO BRANCO	DMR	-	-	244	512	-	-	2	13	246	525
AL	PALESTINA	DMR	-	-	48	91	-	-	-	-	48	91
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	BR	-	-	429	1.283	-	-	11	178	440	1.461
AL	PAO DE ACUCAR	DMR	-	-	238	449	-	-	5	102	243	551
AL	PARICONHA	DMR	-	-	99	188	-	-	-	-	99	188
AL	PARIPUEIRA	AR	-	-	3	36	-	-	-	-	3	36
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	BR	-	-	12	23	-	-	-	-	12	23
AL	PAULO JACINTO	BR	-	-	23	54	-	-	2	82	25	136
AL	PENEDO	BR	-	-	235	484	1	7	11	264	247	755
AL	PIACABUCU	BR	-	-	101	217	-	-	2	459	103	676
AL	PILAR	AR	-	-	10	20	-	-	-	-	10	20
AL	PINDOBA	DMR	-	-	14	28	-	-	3	55	17	83
AL	PIRANHAS	BR	-	-	128	342	-	-	4	79	132	421
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	DMR	-	-	151	495	-	-	1	61	152	556
AL	PORTO CALVO	BR	1	8	18	58	-	-	-	-	19	66
AL	PORTO DE PEDRAS	BR	-	-	20	59	-	-	-	-	20	59
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	BR	-	-	221	586	-	-	6	431	227	1.017
AL	QUEBRANGULO	BR	5	30	142	381	-	-	3	40	150	451
AL	ROTEIRO	BR	-	-	5	9	-	-	-	-	5	9
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	AR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
AL	SANTANA DO IPANEMA	DMR	-	-	314	840	-	-	1	12	315	852
AL	SANTANA DO MUNDAU	DMR	-	-	56	186	-	-	2	25	58	211
AL	SAO BRAS	DMR	-	-	119	266	-	-	-	-	119	266
AL	SAO JOSE DA LAJE	DMR	-	-	118	232	-	-	-	-	118	232
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	-	-	527	1.343	-	-	2	33	529	1.376
AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	BR	-	-	11	44	-	-	1	148	12	192
AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	BR	-	-	71	140	-	-	-	-	71	140
AL	SAO SEBASTIAO	BR	-	-	705	1.742	-	-	20	986	725	2.728
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	DMR	-	-	155	405	-	-	1	15	156	420
AL	TANQUE D'ARCA	BR	-	-	75	200	-	-	-	-	75	200
AL	TAQUARANA	BR	-	-	55	162	-	-	2	68	57	230
AL	TEOTONIO VILELA	BR	-	-	58	137	-	-	5	142	63	279
AL	TRAIPU	DMR	-	-	86	363	-	-	5	152	91	515
AL	UNIAO DOS PALMARES	DMR	-	-	232	480	-	-	4	505	236	985
AL	VICOSA	DMR	2	12	224	482	-	-	4	265	230	759
BA	ABAIRA	DMR	-	-	158	304	-	-	-	-	158	304

BA	ABARE	DMR	-	-	161	813	-	-	1	32	162	845
BA	ACAJUTIBA	EMR	-	-	86	167	-	-	1	102	87	269
BA	ADUSTINA	BR	-	-	164	508	-	-	32	1.635	196	2.143
BA	AGUA FRIA	EMR	-	-	86	164	-	-	-	-	86	164
BA	AIQUARA	EMR	-	-	33	62	-	-	7	288	40	350
BA	ALAGOINHAS	EMR	-	-	151	294	-	-	1	85	152	379
BA	ALCOBACA	EMR	-	-	78	355	-	-	1	95	79	450
BA	ALMADINA	EMR	-	-	9	47	-	-	5	628	14	675
BA	AMARGOSA	EMR	-	-	98	179	-	-	-	-	98	179
BA	AMELIA RODRIGUES	EMR	-	-	48	91	-	-	1	214	49	305
BA	AMERICA DOURADA	EMR	-	-	110	363	-	-	-	-	110	363
BA	ANAGE	EMR	-	-	58	108	-	-	-	-	58	108
BA	ANDARAI	DMR	-	-	6	11	-	-	-	-	6	11
BA	ANDORINHA	EMR	-	-	92	222	-	-	3	58	95	280
BA	ANGICAL	DMR	-	-	42	143	-	-	6	181	48	324
BA	ANGUERA	EMR	-	-	2	24	-	-	-	-	2	24
BA	ANTAS	BR	-	-	44	161	-	-	3	229	47	390
BA	ANTONIO CARDOSO	EMR	-	-	107	249	-	-	-	-	107	249
BA	ANTONIO GONCALVES	EMR	-	-	32	102	-	-	1	49	33	151
BA	APORA	EMR	-	-	117	294	-	-	-	-	117	294
BA	APUAREMA	EMR	-	-	38	157	-	-	9	91	47	248
BA	ARACATU	EMR	-	-	114	235	-	-	-	-	114	235
BA	ARACI	EMR	-	-	20	37	-	-	2	218	22	255
BA	ARAMARI	EMR	-	-	35	58	-	-	-	-	35	58
BA	ARATACA	EMR	-	-	32	61	-	-	14	1.504	46	1.565
BA	ARATUIPE	EMR	-	-	41	90	-	-	-	-	41	90
BA	AURELINO LEAL	EMR	-	-	48	93	-	-	5	355	53	448
BA	BAIANOPOLIS	DMR	-	-	227	605	-	-	2	640	229	1.245
BA	BAIXA GRANDE	BR	-	-	326	732	-	-	5	338	331	1.070
BA	BANZAE	BR	-	-	74	142	-	-	-	-	74	142
BA	BARRA	DMR	-	-	132	260	-	-	-	-	132	260
BA	BARRA DA ESTIVA	DMR	-	-	134	435	-	-	-	-	134	435
BA	BARRA DO CHOCA	EMR	-	-	9	16	-	-	3	112	12	128
BA	BARRA DO MENDES	EMR	-	-	21	40	-	-	1	50	22	90
BA	BARRA DO ROCHA	EMR	-	-	11	33	-	-	3	544	14	577
BA	BARREIRAS	DMR	-	-	130	543	-	-	24	14.701	154	15.244
BA	BARRO ALTO	EMR	-	-	121	446	-	-	-	-	121	446
BA	BARRO PRETO	EMR	-	-	14	70	-	-	3	296	17	366
BA	BARROCAS	EMR	-	-	90	166	-	-	-	-	90	166
BA	BELMONTE	EMR	-	-	25	57	-	-	4	917	29	974
BA	BELO CAMPO	EMR	-	-	93	179	-	-	2	198	95	377
BA	BIRITINGA	EMR	-	-	36	78	-	-	2	47	38	125
BA	BOA NOVA	EMR	-	-	59	110	-	-	2	230	61	340
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BR	-	-	170	702	-	-	2	92	172	794
BA	BOM JESUS DA LAPA	BR	14	280	34	313	-	-	6	920	54	1.513
BA	BOM JESUS DA SERRA	EMR	-	-	60	159	-	-	-	-	60	159
BA	BONINAL	DMR	-	-	263	511	-	-	-	-	263	511
BA	BONITO	DMR	14	299	98	559	-	-	4	154	116	1.012
BA	BOQUIRA	DMR	-	-	115	274	-	-	2	314	117	588
BA	BOTUPORA	DMR	-	-	61	121	-	-	-	-	61	121
BA	BREJOES	EMR	-	-	96	181	-	-	-	-	96	181
BA	BREJOLANDIA	DMR	-	-	91	253	-	-	10	875	101	1.128
BA	BROTAS DE MACAUBAS	DMR	-	-	43	99	-	-	-	-	43	99
BA	BRUMADO	EMR	-	-	149	280	-	-	-	-	149	280

BA	BUERAREMA	EMR	-	-	156	300	-	-	8	412	164	712
BA	BURITIRAMA	DMR	-	-	26	96	-	-	-	-	26	96
BA	CAATIBA	EMR	-	-	48	94	-	-	4	390	52	484
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	EMR	-	-	65	123	-	-	-	-	65	123
BA	CACHOEIRA	EMR	-	-	289	561	-	-	-	-	289	561
BA	CACULE	EMR	-	-	102	188	-	-	1	64	103	252
BA	CAEM	EMR	-	-	61	160	-	-	-	-	61	160
BA	CAETANOS	EMR	-	-	43	109	-	-	-	-	43	109
BA	CAETITE	EMR	-	-	146	440	-	-	1	36	147	476
BA	CAFARNAUM	EMR	-	-	112	345	-	-	-	-	112	345
BA	CAIRU	EMR	-	-	5	10	-	-	1	673	6	683
BA	CALDEIRAO GRANDE	EMR	-	-	99	306	-	-	2	62	101	368
BA	CAMACAN	EMR	-	-	44	168	-	-	9	1.796	53	1.964
BA	CAMACARI	AR	-	-	12	24	-	-	1	160	13	184
BA	CAMAMU	EMR	-	-	221	468	-	-	46	764	267	1.232
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	EMR	-	-	239	456	-	-	-	-	239	456
BA	CAMPO FORMOSO	EMR	-	-	196	419	-	-	7	683	203	1.102
BA	CANAPOLIS	DMR	-	-	135	270	-	-	-	-	135	270
BA	CANARANA	EMR	-	-	130	737	-	-	1	78	131	815
BA	CANAVIEIRAS	EMR	-	-	80	288	-	-	11	3.657	91	3.945
BA	CANDEAL	EMR	-	-	40	73	-	-	-	-	40	73
BA	CANDEIAS	AR	-	-	1	18	-	-	-	-	1	18
BA	CANDIBA	EMR	-	-	90	167	-	-	2	115	92	282
BA	CANDIDO SALES	EMR	-	-	86	162	-	-	-	-	86	162
BA	CANSANCAO	BR	-	-	179	348	-	-	-	-	179	348
BA	CANUDOS	BR	-	-	41	81	-	-	1	20	42	101
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	EMR	-	-	71	134	-	-	-	-	71	134
BA	CAPIM GROSSO	EMR	-	-	97	183	-	-	1	50	98	233
BA	CARAIBAS	EMR	-	-	74	136	-	-	-	-	74	136
BA	CARAVELAS	EMR	-	-	69	200	-	-	3	171	72	371
BA	CARINHANHA	BR	-	-	180	363	-	-	2	65	182	428
BA	CASA NOVA	EMR	-	-	233	743	-	-	6	2.974	239	3.717
BA	CASTRO ALVES	EMR	-	-	44	84	-	-	4	1.073	48	1.157
BA	CATOLANDIA	DMR	-	-	4	8	-	-	2	158	6	166
BA	CATU	EMR	-	-	41	77	-	-	1	85	42	162
BA	CATURAMA	DMR	-	-	145	325	-	-	-	-	145	325
BA	CENTRAL	EMR	16	341	169	433	-	-	1	20	186	794
BA	CHORROCHO	DMR	-	-	3	6	-	-	-	-	3	6
BA	CICERO DANTAS	BR	-	-	169	967	-	-	10	343	179	1.310
BA	CIPO	BR	-	-	79	144	-	-	-	-	79	144
BA	COARACI	EMR	-	-	68	136	-	-	6	415	74	551
BA	COCOS	DMR	-	-	72	195	-	-	1	102	73	297
BA	CONCEICAO DA FEIRA	EMR	-	-	10	42	-	-	-	-	10	42
BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	EMR	-	-	81	158	-	-	-	-	81	158
BA	CONCEICAO DO COITE	EMR	-	-	477	939	-	-	9	364	486	1.303
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	EMR	-	-	35	68	-	-	-	-	35	68
BA	CONDE	BR	-	-	47	88	-	-	-	-	47	88
BA	CONDEUBA	EMR	-	-	79	168	-	-	-	-	79	168
BA	CONTENDAS DO SINCORA	DMR	-	-	8	105	-	-	4	74	12	179
BA	CORACAO DE MARIA	EMR	-	-	114	235	-	-	-	-	114	235
BA	CORDEIROS	EMR	-	-	9	33	-	-	-	-	9	33
BA	CORIBE	DMR	-	-	112	222	-	-	8	9.997	120	10.219
BA	CORONEL JOAO SA	DMR	-	-	257	1.325	-	-	55	2.717	312	4.042
BA	CORRENTINA	DMR	-	-	388	901	-	-	21	42.674	409	43.575

BA	COTEGIPE	DMR	37	796	46	90	-	-	5	353	88	1.239
BA	CRISOPOLIS	EMR	-	-	195	902	-	-	2	155	197	1.057
BA	CRISTOPOLIS	DMR	-	-	165	367	-	-	-	-	165	367
BA	CRUZ DAS ALMAS	EMR	-	-	106	327	-	-	-	-	106	327
BA	CURACA	EMR	-	-	85	426	-	-	1	150	86	576
BA	DARIO MEIRA	EMR	-	-	94	191	-	-	4	210	98	401
BA	DOM BASILIO	DMR	-	-	30	784	-	-	-	-	30	784
BA	DOM MACEDO COSTA	EMR	-	-	53	101	-	-	-	-	53	101
BA	ELISIO MEDRADO	EMR	-	-	59	109	-	-	-	-	59	109
BA	ENCRUZILHADA	EMR	-	-	57	112	-	-	4	510	61	622
BA	ENTRE RIOS	BR	-	-	92	261	-	-	1	91	93	352
BA	ERICO CARDOSO	DMR	-	-	57	108	-	-	-	-	57	108
BA	ESPLANADA	BR	-	-	119	258	-	-	-	-	119	258
BA	EUCLIDES DA CUNHA	BR	-	-	212	1.003	-	-	6	317	218	1.320
BA	EUNAPOLIS	EMR	-	-	82	249	-	-	4	2.684	86	2.933
BA	FATIMA	BR	-	-	186	693	-	-	16	512	202	1.205
BA	FEIRA DA MATA	BR	-	-	11	22	-	-	-	-	11	22
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	-	-	152	407	-	-	3	257	155	664
BA	FILADELFIA	EMR	-	-	182	405	-	-	3	95	185	500
BA	FIRMINO ALVES	EMR	-	-	13	26	-	-	1	176	14	202
BA	FLORESTA AZUL	EMR	-	-	16	198	-	-	2	166	18	364
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	DMR	49	1.054	25	75	-	-	28	18.662	102	19.791
BA	GANDU	EMR	-	-	76	145	-	-	13	1.049	89	1.194
BA	GAVIAO	EMR	-	-	48	92	-	-	-	-	48	92
BA	GENTIO DO OURO	EMR	-	-	81	159	-	-	1	61	82	220
BA	GLORIA	DMR	-	-	55	444	-	-	2	10	57	454
BA	GONGOGI	EMR	-	-	7	29	-	-	6	488	13	517
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	EMR	-	-	140	257	-	-	-	-	140	257
BA	GUAJERU	EMR	-	-	6	38	-	-	-	-	6	38
BA	GUANAMBI	EMR	-	-	218	488	-	-	2	58	220	546
BA	GUARATINGA	EMR	-	-	125	417	-	-	5	1.867	130	2.284
BA	HELIOPOLIS	BR	-	-	110	669	-	-	5	87	115	756
BA	IACU	BR	-	-	114	367	-	-	5	723	119	1.090
BA	IBIASSUCE	EMR	-	-	112	212	-	-	-	-	112	212
BA	IBICARAI	EMR	-	-	3	24	-	-	6	531	9	555
BA	IBICOARA	DMR	-	-	50	509	-	-	3	10.275	53	10.784
BA	IBICUI	EMR	-	-	31	59	-	-	2	224	33	283
BA	IBIPEBA	EMR	-	-	98	314	-	-	1	16	99	330
BA	IBIPITANGA	DMR	-	-	36	76	-	-	49	2.874	85	2.950
BA	IBIQUERA	BR	-	-	117	275	-	-	-	-	117	275
BA	IBIRAPITANGA	EMR	-	-	115	447	-	-	-	-	115	447
BA	IBIRAPUA	EMR	-	-	38	167	-	-	4	7.040	42	7.207
BA	IBIRATAIA	EMR	-	-	152	335	-	-	15	874	167	1.209
BA	IBITIARA	DMR	-	-	83	159	-	-	-	-	83	159
BA	IBITITA	EMR	-	-	130	569	-	-	-	-	130	569
BA	IBOTIRAMA	DMR	-	-	18	35	-	-	-	-	18	35
BA	ICHU	EMR	-	-	24	45	-	-	-	-	24	45
BA	IGAPORA	EMR	-	-	92	177	-	-	1	1.134	93	1.311
BA	IGRAPIUNA	EMR	-	-	142	271	-	-	8	320	150	591
BA	IGUAI	EMR	8	171	59	114	-	-	6	490	73	775
BA	ILHEUS	EMR	-	-	83	264	-	-	41	5.584	124	5.848
BA	INHAMBUPE	EMR	-	-	186	733	-	-	4	284	190	1.017
BA	IPECAETA	EMR	-	-	25	66	-	-	-	-	25	66
BA	IPIAU	EMR	-	-	33	66	-	-	11	616	44	682

BA	IPIRA	EMR	-	-	299	1.048	-	-	4	443	303	1.491
BA	IPUPIARA	DMR	-	-	29	58	-	-	-	-	29	58
BA	IRAJUBA	EMR	-	-	41	78	-	-	-	-	41	78
BA	IRAMAIA	EMR	-	-	-	-	-	-	2	50	2	50
BA	IRAQUARA	EMR	-	-	48	85	-	-	-	-	48	85
BA	IRARA	EMR	-	-	272	527	-	-	-	-	272	527
BA	IRECE	EMR	-	-	54	108	-	-	2	116	56	224
BA	ITABELA	EMR	-	-	1	2	-	-	6	1.131	7	1.133
BA	ITABERABA	BR	-	-	291	3.321	-	-	46	1.646	337	4.967
BA	ITABUNA	EMR	-	-	28	79	-	-	11	2.053	39	2.132
BA	ITACARE	EMR	-	-	62	215	-	-	22	1.834	84	2.049
BA	ITAETE	DMR	-	-	22	44	-	-	-	-	22	44
BA	ITAGI	EMR	-	-	33	65	-	-	4	63	37	128
BA	ITAGIBA	EMR	-	-	121	251	-	-	9	971	130	1.222
BA	ITAGIMIRIM	EMR	-	-	30	60	-	-	1	762	31	822
BA	ITAGUACU DA BAHIA	DMR	-	-	152	303	-	-	-	-	152	303
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR	-	-	27	48	-	-	7	1.639	34	1.687
BA	ITAJUIPE	EMR	-	-	46	89	-	-	12	1.296	58	1.385
BA	ITAMARAJU	EMR	-	-	206	891	-	-	21	9.702	227	10.593
BA	ITAMARI	EMR	-	-	33	60	-	-	24	414	57	474
BA	ITAMBE	EMR	-	-	86	172	-	-	6	1.699	92	1.871
BA	ITANHEM	EMR	-	-	112	473	-	-	7	1.222	119	1.695
BA	ITAPE	EMR	-	-	3	12	-	-	9	758	12	770
BA	ITAPEBI	EMR	10	215	8	16	-	-	2	75	20	306
BA	ITAPETINGA	EMR	-	-	2	4	-	-	4	118	6	122
BA	ITAPICURU	BR	-	-	323	1.014	-	-	26	1.202	349	2.216
BA	ITAPITANGA	EMR	-	-	56	111	-	-	3	340	59	451
BA	ITAQUARA	EMR	6	125	35	54	-	-	1	16	42	195
BA	ITARANTIM	EMR	-	-	6	12	-	-	5	419	11	431
BA	ITATIM	EMR	-	-	39	74	-	-	2	56	41	130
BA	ITIRUCU	EMR	-	-	28	50	-	-	1	120	29	170
BA	ITIUBA	EMR	-	-	360	959	-	-	4	125	364	1.084
BA	ITORORO	EMR	-	-	52	104	-	-	7	229	59	333
BA	ITUACU	EMR	16	343	1	2	-	-	3	247	20	592
BA	ITUBERA	EMR	-	-	50	111	-	-	25	330	75	441
BA	IUIU	EMR	-	-	80	152	-	-	4	2.167	84	2.319
BA	JABORANDI	DMR	-	-	149	406	-	-	10	6.930	159	7.336
BA	JACARACI	EMR	-	-	39	302	-	-	1	102	40	404
BA	JACOBINA	EMR	30	644	119	255	-	-	5	427	154	1.326
BA	JAGUAQUARA	EMR	-	-	210	328	-	-	4	115	214	443
BA	JAGUARARI	EMR	-	-	102	230	-	-	1	35	103	265
BA	JAGUARIPE	EMR	-	-	21	52	-	-	-	-	21	52
BA	JANDAIRA	BR	-	-	22	42	-	-	1	22	23	64
BA	JEQUIE	EMR	21	386	237	486	-	-	24	1.588	282	2.460
BA	JEREMOABO	DMR	-	-	576	1.306	-	-	27	2.263	603	3.569
BA	JIQUIRICA	EMR	-	-	32	57	-	-	-	-	32	57
BA	JITAUNA	EMR	-	-	18	43	-	-	11	501	29	544
BA	JOAO DOURADO	EMR	-	-	72	240	-	-	4	97	76	337
BA	JUAZEIRO	EMR	-	-	403	836	-	-	65	24.643	468	25.479
BA	JUCURUCU	EMR	-	-	242	624	-	-	2	165	244	789
BA	JUSSARA	EMR	-	-	67	256	-	-	1	84	68	340
BA	JUSSARI	EMR	-	-	25	48	-	-	1	77	26	125
BA	JUSSIAPE	DMR	3	-	59	118	-	-	-	-	59	118
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR	1	-	61	186	-	-	1	20	62	206

BA	LAGEDO DO TABOCAL	EMR	-	-	59	110	-	-	2	49	61	159
BA	LAGOA REAL	EMR	-	-	147	283	-	-	-	-	147	283
BA	LAJE	EMR	-	-	186	342	-	-	-	-	186	342
BA	LAJEDAO	EMR	-	-	27	178	-	-	-	-	27	178
BA	LAJEDINHO	BR	-	-	70	134	-	-	1	43	71	177
BA	LAPAO	EMR	-	-	186	445	-	-	-	-	186	445
BA	LENCOIS	DMR	-	-	4	8	-	-	-	-	4	8
BA	LICINIO DE ALMEIDA	EMR	-	-	43	247	-	-	-	-	43	247
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENI	DMR	-	-	104	201	-	-	-	-	104	201
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DMR	3	60	12	57	-	-	16	15.111	31	15.228
BA	MACAJUBA	BR	-	-	145	266	-	-	-	-	145	266
BA	MACARANI	EMR	-	-	29	57	-	-	3	282	32	339
BA	MACAUBAS	DMR	-	-	180	509	-	-	1	20	181	529
BA	MACURURE	DMR	-	-	26	52	-	-	-	-	26	52
BA	MAETINGA	EMR	-	-	92	194	-	-	-	-	92	194
BA	MAIQUINIQUE	EMR	-	-	1	2	-	-	3	433	4	435
BA	MAIRI	BR	-	-	198	636	-	-	4	233	202	869
BA	MALHADA	EMR	-	-	123	226	-	-	2	1.127	125	1.353
BA	MALHADA DE PEDRAS	EMR	-	-	126	246	-	-	-	-	126	246
BA	MANOEL VITORINO	EMR	-	-	221	592	-	-	9	219	230	811
BA	MANSIDAO	DMR	-	-	60	120	-	-	-	-	60	120
BA	MARACAS	EMR	-	-	113	197	-	-	9	1.072	122	1.269
BA	MARAGOGIPE	EMR	-	-	22	49	-	-	-	-	22	49
BA	MARAU	EMR	5	97	86	193	-	-	17	1.225	108	1.515
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR	-	-	38	240	-	-	1	68	39	308
BA	MASCOTE	EMR	20	430	110	212	-	-	6	271	136	913
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR	-	-	-	-	-	-	1	92	1	92
BA	MATINA	EMR	-	-	180	376	-	-	1	39	181	415
BA	MEDEIROS NETO	EMR	-	-	143	311	-	-	12	2.089	155	2.400
BA	MIGUEL CALMON	EMR	-	-	149	335	-	-	-	-	149	335
BA	MILAGRES	EMR	-	-	8	14	-	-	1	8	9	22
BA	MIRANGABA	EMR	-	-	145	299	-	-	-	-	145	299
BA	MIRANTE	EMR	1	20	9	28	-	-	-	-	10	48
BA	MONTE SANTO	BR	-	-	103	209	-	-	4	159	107	368
BA	MORPARA	DMR	-	-	12	24	-	-	2	293	14	317
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR	-	-	70	268	-	-	5	195	75	463
BA	MORTUGABA	EMR	-	-	55	160	-	-	-	-	55	160
BA	MUCUGE	DMR	-	-	15	201	-	-	2	10.143	17	10.344
BA	MUCURI	EMR	-	-	12	138	-	-	2	561	14	699
BA	MULUNGU DO MORRO	EMR	-	-	97	312	-	-	1	74	98	386
BA	MUNDO NOVO	BR	-	-	248	647	-	-	6	705	254	1.352
BA	MUNIZ FERREIRA	EMR	-	-	13	25	-	-	-	-	13	25
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	22	76	-	-	-	-	22	76
BA	MURITIBA	EMR	-	-	58	107	-	-	-	-	58	107
BA	MUTUIPE	EMR	-	-	28	51	-	-	1	46	29	97
BA	NAZARE	EMR	-	-	39	73	-	-	-	-	39	73
BA	NILO PECANHA	EMR	-	-	81	197	-	-	22	2.466	103	2.663
BA	NORDESTINA	BR	-	-	16	30	-	-	1	40	17	70
BA	NOVA CANAA	EMR	-	-	121	236	-	-	3	337	124	573
BA	NOVA FATIMA	EMR	-	-	42	79	-	-	-	-	42	79
BA	NOVA IBIA	EMR	-	-	49	303	-	-	4	63	53	366
BA	NOVA ITARANA	EMR	-	-	35	73	-	-	2	415	37	488
BA	NOVA REDENCAO	DMR	-	-	28	56	-	-	-	-	28	56
BA	NOVA SOURE	BR	-	-	37	86	-	-	16	274	53	360

BA	NOVA VICOSA	EMR	-	-	28	55	-	-	2	175	30	230
BA	NOVO HORIZONTE	DMR	-	-	150	291	-	-	-	-	150	291
BA	NOVO TRIUNFO	BR	-	-	60	125	-	-	1	15	61	140
BA	OLINDINA	BR	-	-	161	396	-	-	11	154	172	550
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	DMR	-	-	28	56	-	-	-	-	28	56
BA	OURICANGAS	EMR	-	-	31	61	-	-	-	-	31	61
BA	OUROLANDIA	EMR	34	731	160	520	-	-	-	-	194	1.251
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	EMR	-	-	166	325	-	-	5	1.027	171	1.352
BA	PALMEIRAS	DMR	-	-	9	17	-	-	-	-	9	17
BA	PARAMIRIM	DMR	-	-	116	220	-	-	-	-	116	220
BA	PARATINGA	BR	3	58	332	1.002	-	-	-	-	335	1.060
BA	PARIPIRANGA	BR	-	-	282	880	-	-	44	2.871	326	3.751
BA	PAU BRASIL	EMR	-	-	25	47	-	-	1	724	26	771
BA	PAULO AFONSO	DMR	-	-	27	117	-	-	3	163	30	280
BA	PE DE SERRA	EMR	-	-	76	281	-	-	1	83	77	364
BA	PEDRAO	EMR	-	-	72	173	-	-	1	180	73	353
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR	-	-	266	990	-	-	57	4.949	323	5.939
BA	PIATA	DMR	-	-	102	248	-	-	1	176	103	424
BA	PILAO ARCADO	EMR	-	-	7	14	-	-	-	-	7	14
BA	PINDAI	EMR	-	-	249	527	-	-	2	169	251	696
BA	PINDOBACU	EMR	-	-	32	60	-	-	7	540	39	600
BA	PINTADAS	EMR	-	-	23	44	-	-	-	-	23	44
BA	PIRAI DO NORTE	EMR	-	-	3	32	-	-	3	14	6	46
BA	PIRIPA	EMR	-	-	90	174	-	-	-	-	90	174
BA	PIRITIBA	EMR	-	-	273	680	-	-	4	75	277	755
BA	PLANALTINO	EMR	-	-	65	170	-	-	4	228	69	398
BA	PLANALTO	EMR	-	-	19	145	-	-	1	74	20	219
BA	POCOES	EMR	-	-	86	347	-	-	1	106	87	453
BA	POJUCA	EMR	-	-	7	14	-	-	1	69	8	83
BA	PONTO NOVO	EMR	-	-	64	122	-	-	1	2.570	65	2.692
BA	PORTO SEGURO	EMR	-	-	95	251	-	-	5	2.627	100	2.878
BA	POTIRAGUA	EMR	-	-	1	2	-	-	4	2.433	5	2.435
BA	PRADO	EMR	-	-	159	362	-	-	9	4.531	168	4.893
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR	-	-	80	159	-	-	-	-	80	159
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	EMR	-	-	76	248	-	-	-	-	76	248
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEV	EMR	-	-	81	1.035	-	-	1	51	82	1.086
BA	QUEIMADAS	BR	-	-	25	42	-	-	1	83	26	125
BA	QUIJINGUE	BR	-	-	181	356	-	-	3	408	184	764
BA	QUIXABEIRA	EMR	-	-	200	384	-	-	-	-	200	384
BA	RAFAEL JAMBEIRO	EMR	-	-	150	309	-	-	-	-	150	309
BA	REMANSO	EMR	-	-	271	528	-	-	-	-	271	528
BA	RETIROLANDIA	EMR	-	-	54	116	-	-	-	-	54	116
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR	-	-	11	50	-	-	13	5.532	24	5.582
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR	-	-	74	138	-	-	2	98	76	236
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	-	-	301	859	-	-	5	312	306	1.171
BA	RIBEIRA DO AMPARO	BR	-	-	24	203	-	-	4	160	28	363
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR	-	-	124	427	-	-	10	517	134	944
BA	RIBEIRAO DO LARGO	EMR	-	-	19	37	-	-	6	350	25	387
BA	RIO DE CONTAS	DMR	-	-	15	30	-	-	-	-	15	30
BA	RIO DO ANTONIO	EMR	-	-	90	169	-	-	-	-	90	169
BA	RIO DO PIRES	DMR	-	-	33	139	-	-	-	-	33	139
BA	RIO REAL	EMR	-	-	218	467	-	-	4	850	222	1.317
BA	RODELAS	DMR	-	-	3	6	-	-	-	-	3	6
BA	RUY BARBOSA	BR	-	-	47	266	-	-	2	55	49	321

BA	SALINAS DA MARGARIDA	EMR	-	-	8	30	-	-	-	-	8	30
BA	SANTA BARBARA	EMR	-	-	265	621	-	-	1	198	266	819
BA	SANTA BRIGIDA	DMR	-	-	96	386	-	-	7	181	103	567
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	EMR	-	-	47	106	-	-	3	1.608	50	1.714
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	EMR	-	-	7	14	-	-	5	174	12	188
BA	SANTA INES	EMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
BA	SANTA LUZIA	EMR	1	21	85	166	-	-	15	2.053	101	2.240
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	DMR	-	-	263	731	-	-	7	545	270	1.276
BA	SANTA RITA DE CASSIA	DMR	38	817	61	122	-	-	2	746	101	1.685
BA	SANTA TERESINHA	EMR	-	-	77	138	-	-	-	-	77	138
BA	SANTALUZ	EMR	-	-	41	93	-	-	4	257	45	350
BA	SANTANA	DMR	-	-	225	447	-	-	6	1.145	231	1.592
BA	SANTANOPOLIS	EMR	-	-	57	144	-	-	-	-	57	144
BA	SANTO AMARO	EMR	-	-	59	117	-	-	-	-	59	117
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	EMR	-	-	37	93	-	-	-	-	37	93
BA	SANTO ESTEVAO	EMR	-	-	131	299	-	-	2	52	133	351
BA	SAO DESIDERIO	DMR	-	-	55	251	-	-	46	58.610	101	58.861
BA	SAO DOMINGOS	EMR	-	-	83	202	-	-	1	8	84	210
BA	SAO FELIPE	EMR	-	-	98	244	-	-	-	-	98	244
BA	SAO FELIX	EMR	-	-	246	492	-	-	-	-	246	492
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR	-	-	28	56	-	-	4	314	32	370
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	AR	-	-	3	41	-	-	-	-	3	41
BA	SAO GABRIEL	EMR	-	-	79	157	-	-	-	-	79	157
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	EMR	-	-	24	48	-	-	2	138	26	186
BA	SAO JOSE DA VITORIA	EMR	-	-	36	71	-	-	2	90	38	161
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	EMR	-	-	72	270	-	-	1	38	73	308
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	EMR	-	-	129	225	-	-	1	72	130	297
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	EMR	-	-	3	42	-	-	-	-	3	42
BA	SAPEACU	EMR	-	-	73	131	-	-	-	-	73	131
BA	SATIRO DIAS	EMR	-	-	74	144	-	-	4	1.708	78	1.852
BA	SAUDE	EMR	-	-	104	205	-	-	2	221	106	426
BA	SEABRA	DMR	-	-	171	322	-	-	-	-	171	322
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	EMR	-	-	27	49	-	-	1	256	28	305
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR	-	-	110	285	-	-	12	494	122	779
BA	SENTO SE	EMR	-	-	488	1.444	-	-	1	71	489	1.515
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	-	-	115	657	-	-	1	91	116	748
BA	SERRA DOURADA	DMR	-	-	1	10	-	-	6	8.259	7	8.269
BA	SERRA PRETA	EMR	-	-	86	239	-	-	-	-	86	239
BA	SERRINHA	EMR	-	-	116	220	-	-	1	13	117	233
BA	SERROLANDIA	EMR	-	-	135	334	-	-	2	134	137	468
BA	SITIO DO MATO	BR	1	21	56	146	-	-	-	-	57	167
BA	SITIO DO QUINTO	DMR	-	-	199	736	-	-	15	466	214	1.202
BA	SOBRADINHO	EMR	93	1.994	204	402	-	-	-	-	297	2.396
BA	SOUTO SOARES	EMR	-	-	116	227	-	-	-	-	116	227
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	DMR	-	-	253	466	-	-	2	241	255	707
BA	TANHACU	EMR	-	-	123	343	-	-	2	35	125	378
BA	TANQUE NOVO	DMR	-	-	208	356	-	-	-	-	208	356
BA	TANQUINHO	EMR	-	-	11	22	-	-	1	39	12	61
BA	TAPEROA	EMR	-	-	238	511	-	-	4	209	242	720
BA	TAPIRAMUTA	BR	-	-	70	152	-	-	-	-	70	152
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	-	-	131	568	-	-	4	590	135	1.158
BA	TEODORO SAMPAIO	EMR	-	-	-	-	-	-	1	65	1	65
BA	TEOFILANDIA	EMR	-	-	36	79	-	-	-	-	36	79
BA	TEOLANDIA	EMR	-	-	13	24	-	-	4	210	17	234

BA	TREMEDAL	EMR	-	-	43	79	-	-	-	-	43	79
BA	TUCANO	BR	27	80	217	479	-	-	9	743	253	1.802
BA	UAUA	BR	-	-	286	549	-	-	2	45	288	594
BA	UBAITABA	EMR	23	454	9	17	-	-	5	380	37	851
BA	UBATA	EMR	-	-	49	97	-	-	10	1.148	59	1.245
BA	UIBAI	EMR	-	-	111	315	-	-	-	-	111	315
BA	UMBURANAS	EMR	-	-	23	101	-	-	-	-	23	101
BA	UNA	EMR	-	-	47	121	-	-	12	2.901	59	3.022
BA	URANDI	EMR	-	-	155	522	-	-	-	-	155	522
BA	URUCUCA	EMR	-	-	24	45	-	-	13	1.797	37	1.842
BA	UTINGA	DMR	-	-	92	255	-	-	4	1.336	96	1.591
BA	VALENCA	EMR	-	-	507	1.356	-	-	9	783	516	2.139
BA	VALENTE	EMR	-	-	155	324	-	-	4	119	159	443
BA	VARZEA DA ROCA	BR	-	-	207	418	-	-	1	66	208	484
BA	VARZEA DO POCO	EMR	-	-	121	416	-	-	-	-	121	416
BA	VARZEA NOVA	EMR	-	-	67	130	-	-	-	-	67	130
BA	VARZEDO	EMR	-	-	113	216	-	-	-	-	113	216
BA	VEREDA	EMR	-	-	46	116	-	-	-	-	46	116
BA	VITORIA DA CONQUISTA	EMR	24	516	116	363	-	-	4	467	144	1.346
BA	WAGNER	DMR	-	-	7	14	-	-	-	-	7	14
BA	WANDERLEY	DMR	-	-	42	79	-	-	3	266	45	345
BA	WENCESLAU GUIMARAES	EMR	-	-	12	23	-	-	29	1.837	41	1.860
BA	XIQUE-XIQUE	DMR	-	-	47	103	-	-	1	23	48	126
CE	ABAIARA	BR	-	-	165	312	-	-	2	39	167	351
CE	ACARAPE	BR	6	126	5	27	-	-	-	-	11	153
CE	ACARAU	BR	6	111	48	104	1	5.662	16	3.939	71	9.816
CE	ACOPIARA	BR	-	-	206	867	-	-	1	23	207	890
CE	AIUABA	BR	-	-	158	399	-	-	1	24	159	423
CE	ALCANTARAS	BR	-	-	1	10	-	-	-	-	1	10
CE	ALTANEIRA	BR	-	-	33	61	-	-	-	-	33	61
CE	ALTO SANTO	EMR	-	-	151	665	1	1.051	11	807	163	2.523
CE	AMONTADA	BR	-	-	33	71	-	-	1	20	34	91
CE	ANTONINA DO NORTE	BR	-	-	2	15	-	-	1	20	3	35
CE	APUIARES	BR	-	-	128	316	-	-	5	72	133	388
CE	AQUIRAZ	AR	-	-	111	224	-	-	2	40	113	264
CE	ARACATI	EMR	-	-	339	847	-	-	1	20	340	867
CE	ARACOIABA	BR	8	62	286	2.147	54	456	2	3.588	350	6.253
CE	ARARENDA	BR	-	-	55	214	-	-	1	28	56	242
CE	ARARIPE	BR	10	190	36	190	-	-	1	120	47	500
CE	ARATUBA	BR	-	-	124	407	-	-	2	71	126	478
CE	ARNEIROZ	BR	-	-	70	221	-	-	-	-	70	221
CE	ASSARE	BR	-	-	143	414	-	-	3	147	146	561
CE	AURORA	BR	-	-	135	395	-	-	3	108	138	503
CE	BAIXIO	BR	-	-	54	236	-	-	1	20	55	256
CE	BANABUIU	DMR	1	21	90	882	-	-	8	2.688	99	3.591
CE	BARBALHA	EMR	-	-	59	123	-	-	1	20	60	143
CE	BARREIRA	DMR	-	-	63	373	-	-	3	58	66	431
CE	BARRO	BR	-	-	84	235	-	-	2	62	86	297
CE	BARROQUINHA	BR	-	-	30	53	-	-	1	7	31	60
CE	BATURITE	BR	-	-	216	926	-	-	8	382	224	1.308
CE	BEBERIBE	DMR	-	-	243	690	1	14	2	2.827	246	3.531
CE	BELA CRUZ	BR	-	-	30	72	-	-	3	148	33	220
CE	BOA VIAGEM	DMR	-	-	243	677	-	-	6	164	249	841
CE	BREJO SANTO	BR	-	-	273	639	-	-	5	150	278	789

CE	CAMOCIM	BR	-	-	197	402	-	-	10	223	207	625
CE	CAMPOS SALES	BR	-	-	124	243	-	-	2	57	126	300
CE	CANINDE	DMR	1	22	462	1.283	14	220	4	220	481	1.745
CE	CAPISTRANO	BR	-	-	223	540	-	-	1	40	224	580
CE	CARIDADE	DMR	-	-	251	524	-	-	-	-	251	524
CE	CARIRE	EMR	-	-	38	177	-	-	3	53	41	230
CE	CARIRIACU	BR	-	-	98	230	-	-	3	98	101	328
CE	CARIUS	BR	-	-	157	586	-	-	-	-	157	586
CE	CARNAUBAL	BR	-	-	109	285	-	-	-	-	109	285
CE	CASCAVEL	DMR	-	-	171	409	-	-	3	93	174	502
CE	CATARINA	BR	-	-	106	240	-	-	1	26	107	266
CE	CATUNDA	DMR	3	64	68	214	-	-	2	74	73	352
CE	CAUCAIA	AR	-	-	310	651	-	-	2	348	312	999
CE	CEDRO	DMR	-	-	209	666	-	-	2	53	211	719
CE	CHAVAL	BR	-	-	9	18	-	-	2	26	11	44
CE	CHORO	DMR	-	-	19	128	-	-	2	976	21	1.104
CE	CHOROZINHO	DMR	15	313	64	261	-	-	11	214	90	788
CE	COREAU	BR	7	145	79	245	-	-	-	-	86	390
CE	CRATEUS	BR	-	-	301	1.177	-	-	20	1.047	321	2.224
CE	CRATO	EMR	-	-	73	216	-	-	4	183	77	399
CE	CROATA	BR	-	-	117	315	-	-	-	-	117	315
CE	CRUZ	BR	-	-	100	167	-	-	-	-	100	167
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIR	BR	-	-	61	513	-	-	6	107	67	620
CE	ERERE	BR	-	-	50	370	-	-	-	-	50	370
CE	FARIAS BRITO	BR	-	-	134	254	-	-	1	6	135	260
CE	FORQUILHA	EMR	12	251	66	132	-	-	1	28	79	411
CE	FORTALEZA	AR	-	-	12	189	4	2.557	-	-	16	2.746
CE	FORTIM	EMR	-	-	87	469	-	-	3	92	90	561
CE	FRECHEIRINHA	BR	-	-	52	92	-	-	-	-	52	92
CE	GENERAL SAMPAIO	BR	-	-	28	61	-	-	1	74	29	135
CE	GRACA	EMR	-	-	37	61	-	-	1	117	38	178
CE	GRANJA	BR	-	-	556	1.280	2	4.946	15	478	573	6.704
CE	GRANJEIRO	BR	-	-	14	26	-	-	-	-	14	26
CE	GROAIRAS	EMR	-	-	54	101	-	-	-	-	54	101
CE	GUAIUBA	AR	1	21	143	430	-	-	4	381	148	832
CE	GUARACIABA DO NORTE	BR	-	-	437	1.112	-	-	3	70	440	1.182
CE	GUARAMIRANGA	BR	-	-	27	44	-	-	1	40	28	84
CE	HIDROLANDIA	DMR	-	-	47	187	-	-	10	59	57	246
CE	HORIZONTE	DMR	-	-	93	255	-	-	14	247	107	502
CE	IBARETAMA	DMR	-	-	79	310	-	-	3	40	82	350
CE	IBIAPINA	BR	-	-	103	265	-	-	5	91	108	356
CE	IBICUITINGA	EMR	57	445	43	263	-	-	1	30	101	738
CE	ICAPUI	EMR	-	-	93	1.154	2	101	-	-	95	1.255
CE	ICO	DMR	-	-	304	868	-	-	5	138	309	1.006
CE	IGUATU	DMR	-	-	392	1.404	-	-	3	81	395	1.485
CE	INDEPENDENCIA	BR	-	-	248	1.323	-	-	29	1.608	277	2.931
CE	IPAPORANGA	BR	-	-	122	256	-	-	2	101	124	357
CE	IPAUMIRIM	BR	-	-	72	345	-	-	3	53	75	398
CE	IPU	BR	5	107	71	165	-	-	4	175	80	447
CE	IPUEIRAS	BR	-	-	267	687	-	-	2	36	269	723
CE	IRACEMA	BR	-	-	242	2.024	-	-	31	2.965	273	4.989
CE	IRAUCUBA	EMR	-	-	89	175	-	-	-	-	89	175
CE	ITAICABA	EMR	-	-	55	152	-	-	-	-	55	152
CE	ITAITINGA	AR	1	-	18	34	-	-	-	-	18	34

CE	ITAPAGE	BR	-	-	122	259	-	-	1	66	123	325
CE	ITAPIPOCA	BR	-	-	688	1.579	-	-	6	60	694	1.639
CE	ITAPIUNA	BR	-	-	208	975	-	-	2	217	210	1.192
CE	ITAREMA	BR	-	-	32	65	-	-	-	-	32	65
CE	ITATIRA	DMR	7	140	242	1.053	-	-	6	85	255	1.278
CE	JAGUARETAMA	EMR	-	-	297	755	-	-	8	371	305	1.126
CE	JAGUARIBARA	EMR	-	-	108	355	1	42	2	104	111	501
CE	JAGUARIBE	EMR	-	-	516	2.368	-	-	15	664	531	3.032
CE	JAGUARUANA	EMR	-	-	124	246	-	-	3	123	127	369
CE	JARDIM	EMR	-	-	317	858	-	-	6	63	323	921
CE	JATI	BR	-	-	65	269	-	-	-	-	65	269
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	BR	-	-	291	577	-	-	-	-	291	577
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR	-	-	69	127	-	-	1	17	70	144
CE	JUCAS	BR	-	-	106	498	-	-	11	521	117	1.019
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	BR	-	-	213	1.485	-	-	4	126	217	1.611
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	11	236	365	1.164	-	-	44	6.797	420	8.197
CE	MADALENA	DMR	-	-	45	233	-	-	4	210	49	443
CE	MARACANAU	AR	-	-	3	29	-	-	-	-	3	29
CE	MARANGUAPE	AR	-	-	294	788	-	-	7	404	301	1.192
CE	MARCO	BR	-	-	33	65	-	-	5	181	38	246
CE	MARTINOPOLE	BR	-	-	140	294	-	-	6	303	146	597
CE	MASSAPE	EMR	-	-	104	195	-	-	1	41	105	236
CE	MAURITI	BR	-	-	484	1.338	-	-	3	120	487	1.458
CE	MERUOCA	BR	-	-	10	31	-	-	1	30	11	61
CE	MILAGRES	BR	-	-	125	384	-	-	1	7	126	391
CE	MILHA	BR	-	-	150	846	-	-	7	251	157	1.097
CE	MIRAIMA	EMR	-	-	207	390	-	-	-	-	207	390
CE	MISSAO VELHA	EMR	-	-	285	597	-	-	4	167	289	764
CE	MOMBACA	BR	-	-	433	1.075	-	-	9	150	442	1.225
CE	MONSENHOR TABOSA	BR	-	-	213	492	-	-	1	12	214	504
CE	MORADA NOVA	EMR	20	428	667	3.053	-	-	9	509	696	3.990
CE	MORAUJO	BR	-	-	16	26	-	-	1	20	17	46
CE	MORRINHOS	BR	-	-	103	198	-	-	-	-	103	198
CE	MUCAMBO	EMR	-	-	13	29	-	-	-	-	13	29
CE	MULUNGU	BR	-	-	82	210	-	-	-	-	82	210
CE	NOVA OLINDA	EMR	-	-	40	90	-	-	1	10	41	100
CE	NOVA RUSSAS	BR	-	-	114	289	-	-	3	19	117	308
CE	NOVO ORIENTE	BR	-	-	159	632	-	-	9	229	168	861
CE	OCARA	DMR	-	-	60	306	-	-	1	448	61	754
CE	OROS	DMR	-	-	222	942	-	-	-	-	222	942
CE	PACAJUS	DMR	-	-	117	265	-	-	20	1.382	137	1.647
CE	PACATUBA	AR	-	-	32	60	-	-	-	-	32	60
CE	PACOTI	BR	-	-	147	273	-	-	-	-	147	273
CE	PACUJA	EMR	-	-	23	60	-	-	-	-	23	60
CE	PALHANO	EMR	-	-	101	339	-	-	-	-	101	339
CE	PALMACIA	BR	-	-	86	155	-	-	1	2.744	87	2.899
CE	PARACURU	BR	-	-	93	193	-	-	3	319	96	512
CE	PARAIPABA	BR	-	-	29	54	-	-	2	949	31	1.003
CE	PARAMBU	BR	-	-	72	212	-	-	-	-	72	212
CE	PARAMOTI	DMR	-	-	100	247	-	-	1	18	101	265
CE	PEDRA BRANCA	BR	-	-	102	216	-	-	2	121	104	337
CE	PENAFORTE	BR	-	-	61	210	-	-	2	28	63	238
CE	PENTECOSTE	BR	-	-	133	462	1	142	3	76	137	680
CE	PEREIRO	BR	-	-	426	816	-	-	2	52	428	868

CE	PINDORETAMA	DMR	-	-	40	170	-	-	-	-	40	170
CE	PIQUET CARNEIRO	BR	-	-	64	273	-	-	3	179	67	452
CE	PIRES FERREIRA	BR	-	-	19	96	-	-	-	-	19	96
CE	PORANGA	BR	-	-	15	26	-	-	-	-	15	26
CE	PORTEIRAS	EMR	-	-	282	581	-	-	2	17	284	598
CE	POTENGI	BR	-	-	14	27	-	-	-	-	14	27
CE	POTIRETAMA	BR	-	-	82	201	-	-	5	471	87	672
CE	QUITERIANOPOLIS	BR	-	-	166	313	-	-	3	33	169	346
CE	QUIXADA	DMR	13	39	168	1.024	-	-	9	1.077	190	2.140
CE	QUIXELO	DMR	-	-	167	1.803	-	-	3	71	170	1.874
CE	QUIXERAMOBIM	DMR	-	-	491	1.521	-	-	35	776	526	2.297
CE	QUIXERE	EMR	-	-	50	424	-	-	4	4.852	54	5.276
CE	REDENCAO	BR	-	-	218	632	-	-	2	371	220	1.003
CE	RERIUTABA	BR	-	-	39	255	-	-	-	-	39	255
CE	RUSSAS	EMR	-	-	249	773	-	-	27	1.991	276	2.764
CE	SABOEIRO	BR	-	-	122	425	-	-	2	89	124	514
CE	SALITRE	BR	-	-	105	222	-	-	6	170	111	392
CE	SANTA QUITERIA	DMR	1	21	135	469	-	-	9	274	145	764
CE	SANTANA DO ACARAU	EMR	-	-	180	419	-	-	3	121	183	540
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR	-	-	62	154	-	-	-	-	62	154
CE	SAO BENEDITO	BR	-	-	522	1.064	-	-	5	141	527	1.205
CE	SAO GONCALO DO AMARANTI	BR	-	-	80	194	1	470	4	188	85	852
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	EMR	-	-	35	122	-	-	1	15	36	137
CE	SAO LUIS DO CURU	BR	-	-	60	107	-	-	2	145	62	252
CE	SENADOR POMPEU	BR	-	-	82	267	-	-	2	10	84	277
CE	SENADOR SA	EMR	-	-	21	60	-	-	-	-	21	60
CE	SOBRAL	EMR	15	295	80	377	-	-	3	461	98	1.133
CE	SOLONOPOLE	BR	-	-	247	588	-	-	7	185	254	773
CE	TABULEIRO DO NORTE	EMR	-	-	420	7.728	-	-	3	285	423	8.013
CE	TAMBORIL	BR	-	-	191	411	-	-	5	94	196	505
CE	TARRAFAS	BR	-	-	86	194	-	-	-	-	86	194
CE	TAUA	BR	-	-	59	190	-	-	2	121	61	311
CE	TEJUCUOCA	BR	10	215	10	114	-	-	-	-	20	329
CE	TIANGUA	BR	-	-	321	774	-	-	3	261	324	1.035
CE	TRAIRI	BR	-	-	295	662	-	-	2	52	297	714
CE	TURURU	BR	-	-	134	224	-	-	1	184	135	408
CE	UBAJARA	BR	-	-	149	419	-	-	3	94	152	513
CE	UMARI	BR	-	-	105	646	-	-	-	-	105	646
CE	UMIRIM	BR	-	-	131	230	-	-	-	-	131	230
CE	URUBURETAMA	BR	-	-	63	160	-	-	-	-	63	160
CE	URUOCA	BR	-	-	255	589	-	-	15	173	270	762
CE	VARJOTA	BR	-	-	21	81	1	685	16	574	38	1.340
CE	VARZEA ALEGRE	BR	-	-	122	1.073	-	-	2	86	124	1.159
CE	VICOSA DO CEARA	BR	36	766	310	842	-	-	-	-	346	1.608
ES	AGUA DOCE DO NORTE	EMR	-	-	5	146	-	-	3	378	8	524
ES	AGUIA BRANCA	EMR	-	-	-	-	-	-	1	46	1	46
ES	ALTO RIO NOVO	EMR	-	-	3	127	-	-	-	-	3	127
ES	BAIXO GUANDU	EMR	-	-	13	569	-	-	1	88	14	657
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	EMR	-	-	5	101	-	-	5	208	10	309
ES	BOA ESPERANCA	EMR	-	-	3	64	-	-	-	-	3	64
ES	COLATINA	EMR	-	-	39	870	-	-	8	1.088	47	1.958
ES	ECOPORANGA	EMR	-	-	-	-	-	-	8	3.249	8	3.249
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	EMR	-	-	2	40	-	-	6	199	8	239
ES	JAGUARE	EMR		-	3	168	-	-	1	71	4	239

ES	LINHARES	EMR	-	-	7	229	-	-	9	781	16	1.010
ES	MANTENOPOLIS	EMR	-	-	3	141	-	-	7	406	10	547
ES	MARILANDIA	EMR	-	-	4	163	-	-	5	10.156	9	10.319
ES	MONTANHA	EMR	-	-	-	-	-	-	1	640	1	640
ES	MUCURICI	EMR	-	-	-	-	-	-	3	560	3	560
ES	NOVA VENECIA	EMR	-	-	1	3	-	-	6	1.695	7	1.698
ES	PANCAS	EMR	-	-	4	192	-	-	8	482	12	674
ES	PEDRO CANARIO	EMR	-	-	-	-	-	-	2	141	2	141
ES	PINHEIROS	EMR	-	-	1	8	-	-	3	984	4	992
ES	RIO BANANAL	EMR	-	-	7	231	-	-	2	58	9	289
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	EMR	-	-	3	127	-	-	7	252	10	379
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	EMR	-	-	3	56	-	-	5	190	8	246
ES	SAO MATEUS	EMR	-	-	11	403	-	-	8	1.402	19	1.805
ES	SOORETAMA	EMR	-	-	-	-	-	-	1	48	1	48
ES	VILA VALERIO	EMR	-	-	5	259	-	-	5	215	10	474
MA	ACAILANDIA	EMR	-	-	262	571	-	-	29	15.700	291	16.271
MA	AFONSO CUNHA	BR	-	-	11	21	-	-	-	-	11	21
MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	BR	-	-	205	400	-	-	-	-	205	400
MA	ALCANTARA	BR	-	-	2	36	-	-	-	-	2	36
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	-	-	92	181	-	-	2	15.693	94	15.874
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	BR	-	-	26	52	-	-	-	-	26	52
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BR	-	-	42	87	-	-	-	-	42	87
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	BR	10	215	121	352	-	-	5	418	136	985
MA	ALTO PARNAIBA	DMR	-	-	5	70	-	-	1	632	6	702
MA	AMAPA DO MARANHAO	BR	9	193	-	-	-	-	1	52	10	245
MA	AMARANTE DO MARANHAO	EMR	4	86	221	2.457	-	-	19	2.331	244	4.874
MA	ANAJATUBA	BR	-	-	196	419	-	-	-	-	196	419
MA	ANAPURUS	BR	-	-	108	201	-	-	4	5.947	112	6.148
MA	ARAGUANA	BR	1	21	175	510	-	-	9	1.814	185	2.345
MA	ARAIOSES	BR	-	-	143	313	-	-	1	150	144	463
MA	ARAME	BR	26	557	94	265	-	-	6	680	126	1.502
MA	ARARI	BR	-	-	105	188	-	-	2	166	107	354
MA	AXIXA	BR	-	-	65	122	-	-	-	-	65	122
MA	BACABAL	BR	3	62	254	598	-	-	10	489	267	1.149
MA	BACABEIRA	BR	-	-	71	276	-	-	-	-	71	276
MA	BACURI	BR	-	-	74	143	-	-	1	35	75	178
MA	BACURITUBA	BR	-	-	84	150	-	-	-	-	84	150
MA	BALSAS	DMR	-	-	256	670	-	-	11	32.202	267	32.872
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	-	-	295	600	-	-	15	1.554	310	2.154
MA	BARRA DO CORDA	BR	1	21	551	1.387	-	-	-	-	552	1.408
MA	BARREIRINHAS	BR	12	258	1	20	-	-	-	-	13	278
MA	BELA VISTA DO MARANHAO	BR	-	-	80	159	-	-	-	-	80	159
MA	BELAGUA	BR	-	-	6	11	-	-	-	-	6	11
MA	BENEDITO LEITE	DMR	-	-	14	119	-	-	3	238	17	357
MA	BEQUIMAO	BR	-	-	221	412	-	-	1	19	222	431
MA	BERNARDO DO MEARIM	BR	-	-	117	445	-	-	2	987	119	1.432
MA	BOA VISTA DO GURUPI	BR	-	-	18	35	-	-	1	264	19	299
MA	BOM JARDIM	BR	4	86	107	689	-	-	7	1.302	118	2.077
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	BR	-	-	18	35	-	-	5	1.729	23	1.764
MA	BOM LUGAR	BR	-	-	54	179	-	-	2	44	56	223
MA	BREJO	BR	2	40	231	511	-	-	2	1.046	235	1.597
MA	BREJO DE AREIA	BR	-	-	69	138	-	-	6	141	75	279
MA	BURITI	BR	-	-	290	569	-	-	-	-	290	569
MA	BURITI BRAVO	BR	-	-	114	243	-	-	1	40	115	283

MA	BURITICUPU	BR	177	901	38	312	-	-	21	2.688	236	6.801
MA	BURITIRANA	EMR	13	57	126	398	-	-	8	1.597	147	2.252
MA	CACHOEIRA GRANDE	BR	-	-	29	135	-	-	-	-	29	135
MA	CAJAPIO	BR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
MA	CAJARI	BR	-	-	73	153	-	-	1	11	74	164
MA	CAMPESTRE DO MARANHAO	EMR	-	-	3	6	-	-	1	174	4	180
MA	CANDIDO MENDES	BR	12	258	1	3	-	-	-	-	13	261
MA	CANTANHEDE	BR	-	-	4	8	-	-	1	70	5	78
MA	CAPINZAL DO NORTE	BR	-	-	62	120	-	-	2	102	64	222
MA	CAROLINA	EMR	-	-	-	-	-	-	1	142	1	142
MA	CARUTAPERA	BR	-	-	-	-	-	-	9	4.782	9	4.782
MA	CAXIAS	BR	3	56	340	835	1	9	15	910	359	1.810
MA	CEDRAL	BR	-	-	31	91	-	-	-	-	31	91
MA	CENTRO DO GUILHERME	BR	6	129	61	194	-	-	8	698	75	1.021
MA	CENTRO NOVO DO MARANHA	BR	-	-	166	411	-	-	2	62	168	473
MA	CHAPADINHA	BR	-	-	118	227	-	-	3	55	121	282
MA	CIDELANDIA	EMR	-	-	188	389	-	-	9	1.042	197	1.431
MA	CODO	BR	2	40	286	974	-	-	26	23.161	314	24.175
MA	COELHO NETO	BR	-	-	29	58	-	-	-	-	29	58
MA	COLINAS	BR	-	-	124	254	-	-	7	600	131	854
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	BR	-	-	2	10	-	-	5	361	7	371
MA	COROATA	BR	56	1.095	222	711	-	-	16	2.433	294	4.239
MA	CURURUPU	BR	-	-	109	252	-	-	-	-	109	252
MA	DAVINOPOLIS	EMR	-	-	94	192	-	-	2	150	96	342
MA	DOM PEDRO	BR	-	-	47	91	-	-	5	587	52	678
MA	DUQUE BACELAR	BR	-	-	62	120	-	-	-	-	62	120
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	-	-	141	333	-	-	8	577	149	910
MA	ESTREITO	EMR	2	43	14	265	-	-	5	1.827	21	2.135
MA	FEIRA NOVA DO MARANHAO	DMR	-	-	145	1.214	-	-	2	261	147	1.475
MA	FERNANDO FALCAO	BR	-	-	197	386	-	-	-	-	197	386
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	BR	-	-	114	916	-	-	6	345	120	1.261
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DMR	-	-	232	1.417	-	-	9	1.170	241	2.587
MA	FORTUNA	BR	-	-	98	193	-	-	3	160	101	353
MA	GODOFREDO VIANA	BR	-	-	1	2	-	-	1	166	2	168
MA	GONCALVES DIAS	BR	-	-	208	414	-	-	4	374	212	788
MA	GOVERNADOR ARCHER	BR	-	-	51	91	-	-	-	-	51	91
MA	GOVERNADOR EDISON LOBA	EMR	-	-	12	24	1	35	2	170	15	229
MA	GOVERNADOR EUGENIO BAR	BR	-	-	128	251	-	-	10	864	138	1.115
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BR	-	-	69	146	-	-	2	115	71	261
MA	GOVERNADOR NEWTON BELL	BR	-	-	62	497	-	-	11	1.055	73	1.552
MA	GOVERNADOR NUNES FREIR	BR	42	902	234	629	-	-	4	590	280	2.121
MA	GRACA ARANHA	BR	-	-	73	162	-	-	1	81	74	243
MA	GRAJAU	BR	-	-	40	158	-	-	6	11.787	46	11.945
MA	GUIMARAES	BR	-	-	72	139	-	-	-	-	72	139
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	BR	-	-	38	98	-	-	-	-	38	98
MA	ICATU	BR	-	-	34	67	-	-	-	-	34	67
MA	IGARAPE DO MEIO	BR	-	-	39	85	1	1.841	1	25	41	1.951
MA	IGARAPE GRANDE	BR	-	-	57	225	-	-	3	532	60	757
MA	IMPERATRIZ	EMR	-	-	62	208	-	-	8	4.915	70	5.123
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	BR	-	-	-	-	-	-	1	137	1	137
MA	ITAPECURU MIRIM	BR	-	-	56	128	-	-	3	208	59	336
MA	ITINGA DO MARANHAO	EMR	9	193	27	52	-	-	3	1.552	39	1.797
MA	JATOBA	BR	-	-	64	298	-	-	2	80	66	378
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	BR		-	115	309	-	-	7	334	122	643

MA	JOAO LISBOA	EMR	-	-	136	344	-	-	9	1.237	145	1.581
MA	JOSELANDIA	BR	36	36	81	171	-	-	1	150	118	1.087
MA	JUNCO DO MARANHAO	BR	15	321	3	65	-	-	-	-	18	386
MA	LAGO DA PEDRA	BR	-	-	47	138	1	40	15	650	63	828
MA	LAGO DO JUNCO	BR	-	-	64	139	-	-	4	100	68	239
MA	LAGO DOS RODRIGUES	BR	-	-	93	190	-	-	-	-	93	190
MA	LAGO VERDE	BR	-	-	75	156	-	-	4	387	79	543
MA	LAGOA DO MATO	BR	-	-	185	360	-	-	-	-	185	360
MA	LAGOA GRANDE DO MARANH/	BR	3	64	9	44	-	-	3	101	15	209
MA	LAJEADO NOVO	EMR	-	-	21	42	-	-	4	1.745	25	1.787
MA	LIMA CAMPOS	BR	-	-	66	124	-	-	2	38	68	162
MA	LORETO	DMR	-	-	62	218	-	-	3	1.406	65	1.624
MA	MAGALHAES DE ALMEIDA	BR	-	-	91	177	-	-	1	100	92	277
MA	MARACACUME	BR	45	965	78	318	-	-	-	-	123	1.283
MA	MARAJA DO SENA	BR	-	-	64	128	-	-	5	303	69	431
MA	MARANHAOZINHO	BR	-	-	60	391	-	-	6	417	66	808
MA	MATA ROMA	BR	-	-	66	127	-	-	1	3	67	130
MA	MATINHA	BR	-	-	64	125	1	188	2	68	67	381
MA	MATOES	BR	-	-	56	110	-	-	2	154	58	264
MA	MATOES DO NORTE	BR	-	-	41	87	-	-	2	152	43	239
MA	MILAGRES DO MARANHAO	BR	-	-	74	147	-	-	-	-	74	147
MA	MIRADOR	BR	-	-	122	276	-	-	4	414	126	690
MA	MIRANDA DO NORTE	BR	-	-	79	173	-	-	2	34	81	207
MA	MIRINZAL	BR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
MA	MONCAO	BR	-	-	69	146	-	-	2	76	71	222
MA	MONTES ALTOS	EMR	-	-	66	131	-	-	3	128	69	259
MA	MORROS	BR	-	-	17	103	-	-	-	-	17	103
MA	NINA RODRIGUES	BR	-	-	4	8	-	-	1	200	5	208
MA	NOVA COLINAS	DMR	-	-	176	550	-	-	-	-	176	550
MA	NOVA IORQUE	BR	-	-	7	14	-	-	2	197	9	211
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	BR	39	833	47	183	-	-	9	728	95	1.744
MA	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	BR	-	-	70	145	-	-	2	199	72	344
MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	BR	-	-	56	251	-	-	-	-	56	251
MA	PACO DO LUMIAR	EMR	-	-	75	288	-	-	1	42	76	330
MA	PALMEIRANDIA	BR	-	-	47	123	-	-	1	15	48	138
MA	PARAIBANO	BR	-	-	231	442	-	-	3	194	234	636
MA	PARNARAMA	BR	1	20	250	475	-	-	3	4.859	254	5.354
MA	PASSAGEM FRANCA	BR	-	-	56	126	-	-	2	105	58	231
MA	PASTOS BONS	BR	-	-	98	189	-	-	1	70	99	259
MA	PAULINO NEVES	BR	29	608	115	223	-	-	-	-	144	831
MA	PAULO RAMOS	BR	-	-	45	97	-	-	9	409	54	506
MA	PEDREIRAS	BR	-	-	183	404	-	-	2	104	185	508
MA	PEDRO DO ROSARIO	BR	-	-	4	11	-	-	2	299	6	310
MA	PENALVA	BR	-	-	74	202	1	46	4	234	79	482
MA	PERI MIRIM	BR	-	-	61	119	-	-	-	-	61	119
MA	PERITORO	BR	41	860	13	31	-	-	2	204	56	1.095
MA	PINDARE MIRIM	BR	-	-	51	135	1	133	2	102	54	370
MA	PINHEIRO	BR	-	-	464	1.143	1	99	9	351	474	1.593
MA	PIO XII	BR	51	1.096	44	82	-	-	-	-	95	1.178
MA	PIRAPEMAS	BR	4	80	34	231	-	-	2	17	40	328
MA	POCAO DE PEDRAS	BR	-	-	142	653	-	-	15	769	157	1.422
MA	PORTO FRANCO	EMR	-	-	6	206	-	-	9	9.880	15	10.086
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	-	-	279	591	-	-	31	1.310	310	1.901
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	BR			67	125	-	-	-	-	67	125

MA	PRESIDENTE MEDICI	BR	-	-	83	627	-	-	4	303	87	930
MA	PRESIDENTE SARNEY	BR	-	-	54	95	-	-	1	137	55	232
MA	PRESIDENTE VARGAS	BR	-	-	21	40	-	-	-	-	21	40
MA	RAPOSA	EMR	-	-	53	254	-	-	-	-	53	254
MA	RIACHAO	DMR	-	-	147	317	-	-	3	879	150	1.196
MA	RIBAMAR FIQUENE	EMR	-	-	71	248	-	-	1	99	72	347
MA	ROSARIO	BR	-	-	16	31	-	-	-	-	16	31
MA	SAMBAIBA	DMR	-	-	17	149	-	-	5	2.252	22	2.401
MA	SANTA FILOMENA DO MARANI	BR	15	323	93	274	-	-	4	163	112	760
MA	SANTA HELENA	BR	-	-	168	353	-	-	8	680	176	1.033
MA	SANTA INES	BR	-	-	151	291	-	-	5	428	156	719
MA	SANTA LUZIA	BR	18	387	347	787	-	-	31	10.097	396	11.271
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	BR	15	322	86	529	-	-	19	5.091	120	5.942
MA	SANTA QUITERIA DO MARANH	BR	-	-	-	-	-	-	3	8.177	3	8.177
MA	SANTA RITA	BR	-	-	39	71	-	-	-	-	39	71
MA	SANTANA DO MARANHAO	BR	-	-	16	31	-	-	-	-	16	31
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	BR	-	-	85	149	-	-	13	976	98	1.125
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRET	BR	-	-	35	63	-	-	2	551	37	614
MA	SAO BENTO	BR	-	-	87	158	-	-	-	-	87	158
MA	SAO BERNARDO	BR	-	-	127	241	-	-	-	-	127	241
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DMR	-	-	19	116	-	-	6	5.216	25	5.332
MA	SAO DOMINGOS DO MARANH/	BR	-	-	247	587	-	-	16	986	263	1.573
MA	SAO FELIX DE BALSAS	DMR	-	-	16	227	-	-	2	2.310	18	2.537
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	EMR	-	-	136	270	-	-	1	175	137	445
MA	SAO FRANCISCO DO MARANH	BR	-	-	192	355	-	-	-	-	192	355
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	-	-	84	166	-	-	1	61	85	227
MA	SAO JOAO DO CARU	BR	-	-	3	69	-	-	3	488	6	557
MA	SAO JOAO DO PARAISO	EMR	-	-	53	105	-	-	6	622	59	727
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	-	-	6	11	-	-	2	404	8	415
MA	SAO JOAO DOS PATOS	BR	-	-	38	74	-	-	3	592	41	666
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	EMR	-	-	32	226	-	-	3	488	35	714
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	BR	-	-	277	548	-	-	4	202	281	750
MA	SAO LUIS	EMR	-	-	47	151	-	-	3	4.205	50	4.356
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MAR/	BR	-	-	10	83	-	-	13	1.566	23	1.649
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	BR	18	386	84	241	-	-	1	16	103	643
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANC.	EMR	-	-	54	190	1	401	1	105	56	696
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	EMR	-	-	99	1.027	-	-	7	654	106	1.681
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGAE	DMR	-	-	72	160	-	-	1	33	73	193
MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BE	BR	-	-	37	72	-	-	-	-	37	72
MA	SAO ROBERTO	BR	-	-	34	71	-	-	2	214	36	285
MA	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	58	126	-	-	-	-	58	126
MA	SATUBINHA	BR	-	-	59	113	-	-	-	-	59	113
MA	SENADOR ALEXANDRE COST/	BR	-	-	46	90	-	-	2	194	48	284
MA	SENADOR LA ROCQUE	EMR	-	-	319	682	-	-	6	1.147	325	1.829
MA	SITIO NOVO	BR	14	301	86	317	-	-	7	443	107	1.061
MA	SUCUPIRA DO NORTE	BR	-	-	127	242	-	-	-	-	127	242
MA	SUCUPIRA DO RIACHAO	BR	-	-	15	28	-	-	-	-	15	28
MA	TASSO FRAGOSO	DMR	-	-	51	258	-	-	5	36.008	56	36.266
MA	TIMBIRAS	BR	-	-	189	459	-	-	3	101	192	560
MA	TIMON	BR	-	-	355	651	1	68	1	85	357	804
MA	TRIZIDELA DO VALE	BR	-	-	135	296	-	-	3	68	138	364
MA	TUFILANDIA	BR	-	-	27	59	-	-	2	91	29	150
MA	TUNTUM	BR	93	2.000	236	879	-	-	28	2.613	357	5.492
MA	TURIACU	BR	45	911	28	215	-	-	7	240	80	1.366

MA	TURILANDIA	BR	-	-	52	111	-	-	4	290	56	401
MA	TUTOIA	BR	-	-	79	150	-	-	-	-	79	150
MA	URBANO SANTOS	BR	-	-	56	108	-	-	1	196	57	304
MA	VARGEM GRANDE	BR	-	-	83	167	-	-	4	302	87	469
MA	VIANA	BR	-	-	162	311	1	63	6	1.050	169	1.424
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	EMR	-	-	123	244	-	-	4	351	127	595
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	-	-	27	72	-	-	1	57	28	129
MA	VITORINO FREIRE	BR	-	-	88	174	-	-	13	1.446	101	1.620
MA	ZE DOCA	BR	-	-	365	1.265	-	-	35	2.958	400	4.223
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	-	-	108	253	-	-	-	-	108	253
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	-	-	1	18	-	-	3	2.260	4	2.278
MG	ALMENARA	DMR	-	-	84	298	-	-	3	326	87	624
MG	ANGELANDIA	DMR	-	-	59	131	-	-	-	-	59	131
MG	ARACUAI	DMR	-	-	85	213	-	-	1	145	86	358
MG	ARICANDUVA	DMR	-	-	112	238	-	-	-	-	112	238
MG	ARINOS	DMR	-	-	53	105	-	-	-	-	53	105
MG	ATALEIA	EMR	-	-	119	217	-	-	1	159	120	376
MG	BANDEIRA	DMR	-	-	102	187	-	-	1	276	103	463
MG	BERILO	DMR	-	-	210	397	-	-	-	-	210	397
MG	BERIZAL	DMR	-	-	117	279	-	-	-	-	117	279
MG	BERTOPOLIS	EMR	-	-	39	75	-	-	-	-	39	75
MG	BOCAIUVA	EMR	2	24	260	504	-	-	5	186	267	714
MG	BONITO DE MINAS	DMR	-	-	154	343	-	-	2	714	156	1.057
MG	BOTUMIRIM	DMR	-	-	28	293	-	-	-	-	28	293
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	-	-	473	1.812	-	-	7	639	480	2.451
MG	BURITIZEIRO	EMR	1	21	12	378	-	-	7	6.287	20	6.686
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	BR	-	-	100	165	-	-	1	10	101	175
MG	CAMPANARIO	EMR	-	-	2	4	-	-	1	546	3	550
MG	CAMPO AZUL	EMR	-	-	198	350	-	-	-	-	198	350
MG	CAPELINHA	DMR	-	-	175	706	-	-	11	1.929	186	2.635
MG	CAPITAO ENEAS	EMR	-	-	11	20	-	-	1	76	12	96
MG	CARAI	DMR	-	-	143	261	-	-	-	-	143	261
MG	CARBONITA	DMR	-	-	46	79	-	-	-	-	46	79
MG	CARLOS CHAGAS	EMR	-	-	81	356	-	-	6	5.141	87	5.497
MG	CATUJI	EMR	-	-	39	66	-	-	1	195	40	261
MG	CATUTI	DMR	-	-	99	219	-	-	2	115	101	334
MG	CHAPADA DO NORTE	DMR	-	-	49	145	-	-	-	-	49	145
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	-	-	162	543	-	-	4	1.710	166	2.253
MG	CLARO DOS POCOES	EMR	-	-	18	32	-	-	2	28	20	60
MG	COMERCINHO	BR	-	-	105	195	-	-	1	138	106	333
MG	CONEGO MARINHO	DMR	-	-	118	277	-	-	3	322	121	599
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	10	215	399	1.238	-	-	3	321	412	1.774
MG	CORONEL MURTA	DMR	-	-	153	517	-	-	1	154	154	671
MG	COUTO DE MAGALHAES DE M	EMR	-	-	6	39	-	-	-	-	6	39
MG	CRISOLITA	EMR	-	-	27	47	-	-	-	-	27	47
MG	CRISTALIA	DMR	2	25	53	111	-	-	-	-	55	136
MG	CURRAL DE DENTRO	DMR	-	-	113	337	-	-	2	413	115	750
MG	DATAS	EMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
MG	DIAMANTINA	EMR	-	-	118	225	-	-	-	-	118	225
MG	DIVISA ALEGRE	DMR	-	-	25	44	-	-	-	-	25	44
MG	DIVISOPOLIS	DMR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	EMR	-	-	17	48	-	-	1	441	18	489
MG	ESPINOSA	DMR	-	-	325	603	-	-	2	63	327	666
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	-	-	31	217	-	-	-	-	31	217

MG	FELISBURGO	DMR	-	-	40	85	-	-	-	-	40	85
MG	FORMOSO	DMR	-	-	36	69	-	-	2	436	38	505
MG	FRANCISCO BADARO	DMR	-	-	51	98	-	-	-	-	51	98
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	1	4	23	39	-	-	-	-	24	43
MG	FRANCISCO SA	EMR	-	-	124	241	-	-	4	697	128	938
MG	FRANCISCOPOLIS	EMR	-	-	93	165	-	-	-	-	93	165
MG	FREI GASPAR	EMR	-	-	67	122	-	-	2	148	69	270
MG	FRONTEIRA DOS VALES	EMR	-	-	41	77	-	-	1	150	42	227
MG	FRUTA DE LEITE	DMR	-	-	36	68	-	-	-	-	36	68
MG	GAMELEIRAS	DMR	-	-	69	125	-	-	3	253	72	378
MG	GLAUCILANDIA	EMR	-	-	71	129	-	-	-	-	71	129
MG	GRAO MOGOL	DMR	3	56	57	145	-	-	1	113	61	314
MG	GUARACIAMA	EMR	-	-	71	132	-	-	-	-	71	132
MG	IBIAI	EMR	-	-	45	117	-	-	3	87	48	204
MG	IBIRACATU	EMR	-	-	38	76	-	-	-	-	38	76
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	-	-	112	811	-	-	1	10	113	821
MG	INDAIABIRA	DMR	-	-	60	158	-	-	-	-	60	158
MG	ITACAMBIRA	DMR	-	-	51	231	-	-	1	40	52	271
MG	ITACARAMBI	DMR	-	-	137	251	-	-	4	3.851	141	4.102
MG	ITAIPE	EMR	-	-	47	96	-	-	-	-	47	96
MG	ITAMARANDIBA	DMR	2	38	112	223	-	-	-	-	114	261
MG	ITAMBACURI	EMR	-	-	139	247	-	-	3	1.673	142	1.920
MG	ITAOBIM	BR	-	-	46	91	-	-	1	68	47	159
MG	ITINGA	DMR	-	-	96	212	-	-	6	1.266	102	1.478
MG	JACINTO	DMR	-	-	61	129	-	-	2	932	63	1.061
MG	JAIBA	DMR	2	40	178	961	-	-	27	5.923	207	6.924
MG	JANAUBA	DMR	10	196	217	443	-	-	25	4.161	252	4.800
MG	JANUARIA	DMR	-	-	622	1.805	-	-	3	174	625	1.979
MG	JAPONVAR	EMR	-	-	156	330	-	-	1	94	157	424
MG	JENIPAPO DE MINAS	DMR	-	-	34	68	-	-	-	-	34	68
MG	JEQUITAI	EMR	-	-	59	158	-	-	3	72	62	230
MG	JEQUITINHONHA	DMR	-	-	115	247	-	-	2	283	117	530
MG	JOAIMA	DMR	-	-	219	1.056	-	-	14	1.179	233	2.235
MG	JORDANIA	DMR	-	-	51	104	-	-	1	60	52	164
MG	JOSE GONCALVES DE MINAS	DMR	2	34	36	68	-	-	-	-	38	102
MG	JOSENOPOLIS	DMR	-	-	3	11	-	-	-	-	3	11
MG	JURAMENTO	EMR	-	-	12	22	-	-	-	-	12	22
MG	JUVENILIA	DMR	16	110	112	247	-	-	1	132	129	489
MG	LADAINHA	EMR	-	-	221	425	-	-	2	129	223	554
MG	LAGOA DOS PATOS	EMR	-	-	39	83	-	-	1	2.370	40	2.453
MG	LASSANCE	EMR	-	-	45	155	-	-	8	841	53	996
MG	LEME DO PRADO	DMR	-	-	16	32	-	-	-	-	16	32
MG	LONTRA	EMR	-	-	106	239	-	-	2	40	108	279
MG	LUISLANDIA	EMR	-	-	146	389	-	-	3	235	149	624
MG	MACHACALIS	EMR	-	-	24	47	-	-	1	60	25	107
MG	MALACACHETA	EMR	-	-	133	240	-	-	1	174	134	414
MG	MAMONAS	DMR	-	-	233	445	-	-	-	-	233	445
MG	MANGA	DMR	24	237	282	542	-	-	5	6.797	311	7.576
MG	MATA VERDE	DMR	-	-	63	149	-	-	-	-	63	149
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	-	-	129	233	-	-	6	7.328	135	7.561
MG	MATO VERDE	DMR	-	-	201	410	-	-	7	256	208	666
MG	MEDINA	BR	-	-	183	353	-	-	5	1.107	188	1.460
MG	MINAS NOVAS	DMR	-	-	221	502	-	-	1	76	222	578
MG	MIRABELA	EMR		-	51	166	-	-	3	121	54	287

MG	MIRAVANIA	DMR	-	-	80	177	-	-	-	-	80	177
MG	MONTALVANIA	DMR	-	-	258	662	-	-	3	433	261	1.095
MG	MONTE AZUL	DMR	-	-	372	735	-	-	7	343	379	1.078
MG	MONTE FORMOSO	DMR	-	-	-	-	-	-	1	3.256	1	3.256
MG	MONTES CLAROS	EMR	-	-	1.017	2.262	-	-	8	1.213	1.025	3.475
MG	MONTEZUMA	DMR	-	-	86	296	-	-	1	26	87	322
MG	NANUQUE	EMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
MG	NINHEIRA	DMR	-	-	91	200	-	-	-	-	91	200
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	-	-	149	247	-	-	5	696	154	943
MG	NOVO CRUZEIRO	DMR	-	-	273	786	-	-	2	190	275	976
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	EMR	-	-	57	112	-	-	-	-	57	112
MG	NOVORIZONTE	DMR	-	-	125	276	-	-	1	151	126	427
MG	OLHOS-D'AGUA	EMR	-	-	26	66	-	-	1	62	27	128
MG	OURO VERDE DE MINAS	EMR	-	-	121	445	-	-	-	-	121	445
MG	PADRE CARVALHO	DMR	-	-	104	266	-	-	-	-	104	266
MG	PADRE PARAISO	DMR	-	-	17	29	-	-	-	-	17	29
MG	PAI PEDRO	DMR	-	-	49	275	-	-	3	985	52	1.260
MG	PALMOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	2	331	2	331
MG	PATIS	EMR	-	-	78	236	-	-	4	791	82	1.027
MG	PAVAO	EMR	-	-	8	14	-	-	-	-	8	14
MG	PEDRA AZUL	BR	-	-	35	64	-	-	4	2.962	39	3.026
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DMR	-	-	15	94	-	-	3	740	18	834
MG	PESCADOR	EMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
MG	PINTOPOLIS	DMR	4	34	91	376	-	-	1	14	96	424
MG	PIRAPORA	EMR	3	52	13	158	-	-	-	-	16	210
MG	PONTO CHIQUE	EMR	-	-	71	464	-	-	1	18	72	482
MG	PONTO DOS VOLANTES	DMR	-	-	120	236	-	-	2	360	122	596
MG	PORTEIRINHA	DMR	-	-	611	1.722	-	-	10	526	621	2.248
MG	POTE	EMR	-	-	111	209	-	-	2	85	113	294
MG	RIACHINHO	EMR	-	-	73	152	-	-	-	-	73	152
MG	RIACHO DOS MACHADOS	DMR	-	-	125	255	-	-	2	108	127	363
MG	RIO DO PRADO	DMR	-	-	56	108	-	-	-	-	56	108
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	-	-	239	963	-	-	3	154	242	1.117
MG	RIO VERMELHO	EMR	-	-	145	452	-	-	1	205	146	657
MG	RUBELITA	DMR	-	-	59	270	-	-	3	530	62	800
MG	RUBIM	DMR	-	-	31	59	-	-	2	396	33	455
MG	SALINAS	DMR	-	-	244	632	-	-	13	1.169	257	1.801
MG	SALTO DA DIVISA	DMR	-	-	6	11	-	-	-	-	6	11
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	DMR	-	-	82	550	-	-	-	-	82	550
MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	-	-	23	80	-	-	3	699	26	779
MG	SANTA HELENA DE MINAS	EMR	-	-	32	60	-	-	-	-	32	60
MG	SANTA MARIA DO SALTO	DMR	-	-	9	18	-	-	-	-	9	18
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	DMR	-	-	49	94	-	-	-	-	49	94
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DMR	-	-	193	372	-	-	1	9	194	381
MG	SAO FRANCISCO	DMR	-	-	781	2.723	-	-	11	2.884	792	5.607
MG	SAO JOAO DA LAGOA	EMR	-	-	194	488	-	-	2	48	196	536
MG	SAO JOAO DA PONTE	EMR	-	-	460	1.295	-	-	2	10	462	1.305
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	DMR	-	-	57	111	-	-	-	-	57	111
MG	SAO JOAO DO PACUI	EMR	-	-	37	84	-	-	-	-	37	84
MG	SAO JOAO DO PARAISO	DMR	-	-	200	1.361	-	-	-	-	200	1.361
MG	SAO ROMAO	EMR	-	-	44	97	-	-	1	146	45	243
MG	SENADOR MODESTINO GONC	EMR	-	-	113	226	-	-	-	-	113	226
MG	SERRA DOS AIMORES	EMR	-	-	3	5	-	-	1	30	4	35
MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	DMR	-	-	71	140	-	-	1	10	72	150

MG	SERRO	EMR	-	-	83	166	-	-	-	-	83	166
MG	SETUBINHA	EMR	-	-	192	755	-	-	1	41	193	796
MG	TAIOBEIRAS	DMR	-	-	34	64	-	-	1	29	35	93
MG	TEOFILO OTONI	EMR	-	-	283	614	-	-	7	555	290	1.169
MG	TURMALINA	DMR	2	15	37	65	-	-	-	-	39	80
MG	UBAI	EMR	-	-	251	594	-	-	4	207	255	801
MG	UMBURATIBA	EMR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
MG	URUCUIA	DMR	14	140	164	372	-	-	2	606	180	1.118
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PAI	DMR	-	-	54	112	-	-	-	-	54	112
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	-	-	66	181	-	-	7	4.334	73	4.515
MG	VARZELANDIA	EMR	-	-	351	1.319	-	-	2	556	353	1.875
MG	VERDELANDIA	EMR	1	6	100	184	-	-	6	908	107	1.098
MG	VEREDINHA	DMR	-	-	57	101	-	-		-	57	101
MG	VIRGEM DA LAPA	DMR	-	-	66	177	-	-	8	993	74	1.170
PB	AGUA BRANCA	DMR	-	-	99	189	-	-	-	-	99	189
PB	AGUIAR	BR	-	-	25	45	-	-	-	-	25	45
PB	ALAGOA GRANDE	BR	1	20	45	89	-	-	1	86	47	195
PB	ALAGOA NOVA	BR	1	13	115	250	-	-	1	12	117	275
PB	ALAGOINHA	BR	-	-	66	117	-	-	-	-	66	117
PB	ALCANTIL	DMR	-	-	35	69	-	-	-	-	35	69
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	BR	-	-	59	110	-	-	-	-	59	110
PB	ALHANDRA	DMR	-	-	30	58	-	-	5	721	35	779
PB	AMPARO	DMR	-	-	22	42	-	-	-	-	22	42
PB	APARECIDA	EMR	-	-	68	148	-	-	1	26	69	174
PB	ARACAGI	BR	-	-	110	303	-	-	4	189	114	492
PB	ARARA	BR	-	-	63	125	-	-	2	35	65	160
PB	ARARUNA	BR	-	-	3	6	-	-	-	-	3	6
PB	AREIA	BR	1	22	81	144	-	-	1	84	83	250
PB	AREIA DE BARAUNAS	DMR	-	-	15	29	-	-	-	-	15	29
PB	AREIAL	EMR	-	-	69	144	-	-	-	-	69	144
PB	AROEIRAS	BR	-	-	72	140	-	-	-	-	72	140
PB	ASSUNCAO	DMR	-	-	14	28	-	-	-	-	14	28
PB	BAIA DA TRAICAO	BR	-	-	41	73	-	-	-	-	41	73
PB	BANANEIRAS	BR	1	17	171	369	-	-	2	9	174	395
PB	BARAUNA	BR	-	-	43	85	-	-	-	-	43	85
PB	BARRA DE SANTA ROSA	BR	5	96	52	101	-	-	-	-	57	197
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	-	-	107	207	-	-	-	-	107	207
PB	BARRA DE SAO MIGUEL	DMR	-	-	28	54	-	-	-	-	28	54
PB	BAYEUX	AR	-	-	1	3	-	-	-	-	1	3
PB	BELEM	BR	-	-	135	266	-	-	-	-	135	266
PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	EMR	-	-	4	118	-	-	2	101	6	219
PB	BERNARDINO BATISTA	EMR	-	-	28	51	-	-	1	17	29	68
PB	BOA VENTURA	DMR	-	-	49	97	-	-	-	-	49	97
PB	BOA VISTA	EMR	-	-	19	38	-	-	-	-	19	38
PB	BOM JESUS	EMR	-	-	12	23	-	-	-	-	12	23
PB	BOM SUCESSO	EMR	2	43	67	123	-	-	1	8	70	174
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	-	-	48	139	-	-	2	29	50	168
PB	BOQUEIRAO	DMR	-	-	155	308	-	-	-	-	155	308
PB	BORBOREMA	BR	-	-	36	68	-	-	-	-	36	68
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	-	-	113	203	-	-	3	62	116	265
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	1	22	61	118	-	-	1	18	63	158
PB	CAAPORA	DMR	4	28	9	17	-	-	3	357	16	402
PB	CABACEIRAS	DMR	-	-	92	179	-	-	-	-	92	179
PB	CABEDELO	AR	-	-	7	30	-	-	-	-	7	30

PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	EMR	-	-	104	214	-	-	2	67	106	281
PB	CACIMBA DE AREIA	DMR	-	-	35	80	-	-	1	7	36	87
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	-	-	110	213	-	-	-	-	110	213
PB	CACIMBAS	DMR	-	-	44	84	-	-	-	-	44	84
PB	CAICARA	BR	-	-	36	95	-	-	-	-	36	95
PB	CAJAZEIRAS	EMR	-	-	165	398	-	-	7	202	172	600
PB	CAJAZEIRINHAS	EMR	-	-	51	127	-	-	4	188	55	315
PB	CALDAS BRANDAO	BR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
PB	CAMALAU	DMR	-	-	90	177	-	-	-	-	90	177
PB	CAMPINA GRANDE	EMR	-	-	111	216	-	-	-	-	111	216
PB	CAMPO DE SANTANA	BR	-	-	50	115	-	-	-	-	50	115
PB	CAPIM	BR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
PB	CARAUBAS	DMR	-	-	8	32	-	-	-	-	8	32
PB	CARRAPATEIRA	EMR	-	-	57	112	-	-	-	-	57	112
PB	CASSERENGUE	BR	-	-	94	179	-	-	-	-	94	179
PB	CATINGUEIRA	BR	-	-	32	85	-	-	-	-	32	85
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	-	-	223	413	-	-	6	108	229	521
PB	CATURITE	DMR	-	-	112	253	-	-	-	-	112	253
PB	CONCEICAO	DMR	-	-	90	306	-	-	3	53	93	359
PB	CONDADO	EMR	-	-	87	166	-	-	2	22	89	188
PB	CONDE	AR	1	14	39	100	-	-	1	18	41	132
PB	CONGO	DMR	-	-	47	111	-	-	-	-	47	111
PB	COREMAS	BR	-	-	77	153	-	-	1	80	78	233
PB	COXIXOLA	DMR	-	-	12	24	-	-	-	-	12	24
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	BR	3	55	45	135	-	-	-	-	48	190
PB	CUBATI	BR	-	-	47	91	-	-	-	-	47	91
PB	CUITE	BR	11	219	105	201	-	-	-	-	116	420
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	BR	-	-	18	95	-	-	-	-	18	95
PB	CUITEGI	BR	-	-	46	82	-	-	1	30	47	112
PB	CURRAL DE CIMA	BR	-	-	24	47	-	-	-	-	24	47
PB	CURRAL VELHO	DMR	-	-	22	43	-	-	-	-	22	43
PB	DAMIAO	BR	-	-	84	165	-	-	-	-	84	165
PB	DESTERRO	DMR	-	-	123	237	-	-	1	292	124	529
PB	DIAMANTE	DMR	-	-	10	21	-	-	1	3	11	24
PB	DONA INES	BR	1	19	94	183	-	-	-	-	95	202
PB	DUAS ESTRADAS	BR	-	-	18	114	-	-	-	-	18	114
PB	EMAS	BR	-	-	10	36	-	-	1	30	11	66
PB	ESPERANCA	EMR	-	-	48	94	-	-	-	-	48	94
PB	FAGUNDES	EMR	-	-	53	101	-	-	-	-	53	101
PB	FREI MARTINHO	BR	-	-	27	53	-	-	-	-	27	53
PB	GADO BRAVO	BR	-	-	234	465	-	-	-	-	234	465
PB	GUARABIRA	BR	-	-	128	337	-	-	3	276	131	613
PB	GURINHEM	BR	9	177	55	98	-	-	-	-	64	275
PB	GURJAO	DMR	-	-	12	23	-	-	-	-	12	23
PB	IBIARA	DMR	-	-	101	228	-	-	-	-	101	228
PB	IGARACY	BR	-	-	35	69	-	-	2	32	37	101
PB	IMACULADA	DMR	-	-	4	24	-	-	-	-	4	24
PB	INGA	BR	-	-	121	230	-	-	1	170	122	400
PB	ITABAIANA	BR	-	-	46	94	-	-	6	479	52	573
PB	ITAPORANGA	DMR	-	-	160	308	-	-	1	44	161	352
PB	ITAPOROROCA	BR	-	-	60	138	-	-	-	-	60	138
PB	ITATUBA	BR	-	-	31	100	-	-	1	45	32	145
PB	JACARAU	BR	1	7	49	91	-	-	-	-	50	98
PB	JERICO	EMR	-	-	39	78	-	-	1	11	40	89

PB	JOAO PESSOA	AR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
PB	JUAREZ TAVORA	BR	-	-	55	94	-	-	-	-	55	94
PB	JUAZEIRINHO	BR	2	43	79	157	-	-	-	-	81	200
PB	JUNCO DO SERIDO	EMR	-	-	49	94	-	-	-	-	49	94
PB	JURIPIRANGA	BR	-	-	5	10	-	-	-	-	5	10
PB	JURU	DMR	-	-	90	186	-	-	-	-	90	186
PB	LAGOA	EMR	-	-	51	101	-	-	-	-	51	101
PB	LAGOA DE DENTRO	BR	-	-	26	66	-	-	1	27	27	93
PB	LAGOA SECA	EMR	-	-	103	278	-	-	-	-	103	278
PB	LASTRO	EMR	-	-	21	42	-	-	1	14	22	56
PB	LIVRAMENTO	DMR	-	-	179	351	-	-	-	-	179	351
PB	LOGRADOURO	BR	-	-	18	36	-	-	1	200	19	236
PB	LUCENA	AR	-	-	4	25	-	-	-	-	4	25
PB	MALTA	EMR	-	-	60	135	-	-	-	-	60	135
PB	MAMANGUAPE	BR	2	43	90	381	-	-	1	263	93	687
PB	MANAIRA	DMR	-	-	33	57	-	-	-	-	33	57
PB	MARCACAO	BR	-	-	36	139	-	-	-	-	36	139
PB	MARI	BR	-	-	28	103	-	-	2	120	30	223
PB	MARIZOPOLIS	EMR	-	-	33	100	-	-	1	14	34	114
PB	MASSARANDUBA	EMR	-	-	37	72	-	-	-	-	37	72
PB	MATARACA	BR	-	-	19	31	-	-	-	-	19	31
PB	MATINHAS	BR	-	-	12	32	-	-	-	-	12	32
PB	MATO GROSSO	EMR	-	-	30	55	-	-	1	23	31	78
PB	MATUREIA	DMR	-	-	63	117	-	-	-	-	63	117
PB	MOGEIRO	BR	-	-	43	86	-	-	1	33	44	119
PB	MONTADAS	EMR	-	-	43	92	-	-	-	-	43	92
PB	MONTE HOREBE	EMR	-	-	45	85	-	-	-	-	45	85
PB	MONTEIRO	DMR	-	-	283	791	-	-	2	39	285	830
PB	MULUNGU	BR	-	-	199	481	-	-	-	-	199	481
PB	NATUBA	BR	-	-	48	164	-	-	2	187	50	351
PB	NAZAREZINHO	EMR	-	-	248	564	-	-	5	30	253	594
PB	NOVA FLORESTA	BR	-	-	58	147	-	-	-	-	58	147
PB	NOVA OLINDA	BR	-	-	70	133	-	-	-	-	70	133
PB	NOVA PALMEIRA	BR	-	-	18	36	-	-	-	-	18	36
PB	OLHO D'AGUA	BR	-	-	91	163	-	-	-	-	91	163
PB	OLIVEDOS	BR	-	-	56	250	-	-	-	-	56	250
PB	OURO VELHO	DMR	-	-	36	71	-	-	1	167	37	238
PB	PARARI	DMR	-	-	27	54	-	-	-	-	27	54
PB	PASSAGEM	DMR	-	-	53	99	-	-	1	23	54	122
PB	PATOS	DMR	2	43	46	107	-	-	6	162	54	312
PB	PAULISTA	EMR	-	-	140	258	-	-	2	75	142	333
PB	PEDRA BRANCA	DMR	-	-	18	56	-	-	2	65	20	121
PB	PEDRA LAVRADA	BR	-	-	142	279	-	-	-	-	142	279
PB	PEDRAS DE FOGO	DMR	-	-	31	69	-	-	5	446	36	515
PB	PEDRO REGIS	BR	-	-	111	183	-	-	-	-	111	183
PB	PIANCO	BR	-	-	8	16	-	-	1	5	9	21
PB	PICUI	BR	3	65	167	331	-	-	-	-	170	396
PB	PILAR	BR	-	-	47	112	-	-	-	-	47	112
PB	PILOES	BR	-	-	61	110	-	-	-	-	61	110
PB	PILOEZINHOS	BR	-	-	37	63	-	-	1	20	38	83
PB	PIRPIRITUBA	BR	-	-	25	46	-	-	-	-	25	46
PB	PITIMBU	DMR	-	-	84	421	-	-	-	-	84	421
PB	POCINHOS	BR	16	310	157	308	-	-	1	9	174	627
PB	POCO DANTAS	EMR		-	89	175	-	-	-	-	89	175

PB	POCO DE JOSE DE MOURA	EMR	-	-	80	159	-	-	1	23	81	182
PB	POMBAL	EMR	-	-	87	171	2	24	5	101	94	296
PB	PRATA	AR	-	-	30	59	-	-	2	31	32	90
PB	PRINCESA ISABEL	DMR	-	-	4	65	-	-	-	-	4	65
PB	PUXINANA	EMR	-	-	35	91	-	-	-	-	35	91
PB	QUEIMADAS	EMR	-	-	55	105	-	-	-	-	55	105
PB	QUIXABA	DMR	-	-	25	53	-	-	1	28	26	81
PB	REMIGIO	BR	-	-	87	172	-	-	-	-	87	172
PB	RIACHAO	BR	-	-	11	33	-	-	-	-	11	33
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	BR	-	-	37	73	-	-	-	-	37	73
PB	RIACHAO DO POCO	BR	-	-	56	125	-	-	-	-	56	125
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	DMR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
PB	RIACHO DOS CAVALOS	EMR	-	-	348	671	-	-	3	58	351	729
PB	RIO TINTO	BR	-	-	77	229	-	-	2	3.755	79	3.984
PB	SALGADINHO	EMR	1	21	25	49	-	-	-	-	26	70
PB	SALGADO DE SAO FELIX	BR	-	-	42	82	-	-	2	173	44	255
PB	SANTA CRUZ	EMR	-	-	110	249	-	-	-	-	110	249
PB	SANTA HELENA	EMR	-	-	76	164	-	-	4	94	80	258
PB	SANTA INES	DMR	-	-	36	71	-	-	-	-	36	71
PB	SANTA LUZIA	EMR	-	-	87	159	-	-	2	70	89	229
PB	SANTA RITA	AR	-	-	44	375	-	-	1	39	45	414
PB	SANTA TERESINHA	DMR	1	9	52	94	-	-	3	87	56	190
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	DMR	-	-	7	26	-	-	2	60	9	86
PB	SANTANA DOS GARROTES	BR	-	-	47	93	-	-	-	-	47	93
PB	SANTAREM	EMR	-	-	36	76	-	-	-	-	36	76
PB	SANTO ANDRE	DMR	-	-	19	45	-	-	-	-	19	45
PB	SAO BENTINHO	EMR	-	-	28	56	-	-	2	60	30	116
PB	SAO BENTO	EMR	-	-	220	378	-	-	2	35	222	413
PB	SAO DOMINGOS DE POMBAL	EMR	-	-	102	177	-	-	-	-	102	177
PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	DMR	-	-	100	195	-	-	-	-	100	195
PB	SAO FRANCISCO	EMR	-	-	69	163	-	-	1	48	70	211
PB	SAO JOAO DO CARIRI	DMR	-	-	64	126	-	-	-	-	64	126
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	EMR	-	-	184	372	-	-	2	33	186	405
PB	SAO JOAO DO TIGRE	DMR	-	-	11	21	-	-	-	-	11	21
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	EMR	-	-	87	221	-	-	3	114	90	335
PB	SAO JOSE DE CAIANA	DMR	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	DMR	-	-	35	96	-	-	-	-	35	96
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	EMR	1	22	77	270	-	-	4	199	82	491
PB	SAO JOSE DE PRINCESA	DMR	-	-	1	35	-	-	-	-	1	35
PB	SAO JOSE DO BONFIM	DMR	-	-	35	70	-	-	4	68	39	138
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRU	EMR	-	-	24	42	-	-	1	20	25	62
PB	SAO JOSE DO SABUGI	EMR	-	-	32	65	-	-	2	24	34	89
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	DMR	-	-	53	143	-	-	-	-	53	143
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	BR	-	-	57	118	-	-	-	-	57	118
PB	SAO MAMEDE	EMR	-	-	47	88	-	-	2	111	49	199
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	BR	-	-	-	-	1	107	2	166	3	273
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DI	EMR	-	-	17	33	-	-	-	-	17	33
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEI	DMR	-	-	9	17	-	-	-	-	9	17
PB	SAPE	BR	2	27	58	128	-	-	6	2.460	66	2.615
PB	SERIDO	BR	-	-	36	64	-	-	-	-	36	64
PB	SERRA BRANCA	DMR	-	-	132	265	-	-	1	157	133	422
PB	SERRA DA RAIZ	BR	-	-	8	14	-	-	-	-	8	14
PB	SERRA GRANDE	DMR	-	-	23	41	-	-	-	-	23	41
PB	SERRA REDONDA	EMR	-	-	46	91	-	-	-	-	46	91

PB	SERRARIA	BR	-	-	26	52	-	-	-	-	26	52
PB	SERTAOZINHO	BR	-	-	43	75	-	-	-	-	43	75
PB	SOBRADO	BR	-	-	22	118	-	-	-	-	22	118
PB	SOLANEA	BR	-	-	117	228	-	-	-	-	117	228
PB	SOLEDADE	BR	5	108	58	112	-	-	-	-	63	220
PB	SOSSEGO	BR	-	-	49	94	-	-	-	-	49	94
PB	SOUSA	EMR	7	142	321	651	-	-	4	86	332	879
PB	SUME	DMR	1	20	96	191	-	-	1	35	98	246
PB	TAPEROA	DMR	-	-	81	159	-	-	1	50	82	209
PB	TAVARES	DMR	-	-	11	27	-	-	-	-	11	27
PB	TEIXEIRA	DMR	-	-	46	81	-	-	1	33	47	114
PB	TENORIO	BR	-	-	29	54	-	-	-	-	29	54
PB	TRIUNFO	EMR	-	-	109	317	-	-	3	58	112	375
PB	UIRAUNA	EMR	-	-	252	482	-	-	1	11	253	493
PB	UMBUZEIRO	BR	-	-	21	42	-	-	2	197	23	239
PB	VARZEA	EMR	-	-	21	40	-	-	1	34	22	74
PB	VIEIROPOLIS	EMR	-	-	90	204	-	-	-	-	90	204
PB	VISTA SERRANA	EMR	-	-	26	51	-	-	-	-	26	51
PB	ZABELE	DMR	-	-	13	26	-	-	-	-	13	26
PE	ABREU E LIMA	AR	-	-	49	488	-	-	-	-	49	488
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DMR	-	-	103	270	-	-	8	116	111	386
PE	AFRANIO	EMR	-	-	234	1.102	-	-	2	23	236	1.125
PE	AGRESTINA	BR	-	-	128	256	-	-	-	-	128	256
PE	AGUA PRETA	BR	-	-	59	115	-	-	2	546	61	661
PE	AGUAS BELAS	BR	-	-	157	498	-	-	1	29	158	527
PE	ALAGOINHA	EMR	-	-	38	234	-	-	7	141	45	375
PE	ALIANCA	EMR	-	-	147	422	-	-	10	706	157	1.128
PE	ALTINHO	BR	-	-	194	382	-	-	-	-	194	382
PE	AMARAJI	BR	-	-	327	2.360	-	-	-	-	327	2.360
PE	ANGELIM	EMR	-	-	43	100	-	-	-	-	43	100
PE	ARACOIABA	EMR	-	-	11	72	-	-	-	-	11	72
PE	ARARIPINA	DMR	-	-	955	2.600	-	-	35	944	990	3.544
PE	ARCOVERDE	EMR	1	21	48	337	-	-	2	54	51	412
PE	BARRA DE GUABIRABA	BR	-	-	69	137	-	-	-	-	69	137
PE	BARREIROS	BR	-	-	43	96	-	-	-	-	43	96
PE	BELEM DE MARIA	BR	-	-	26	51	-	-	-	-	26	51
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	297	1.502	-	-	3	149	300	1.651
PE	BELO JARDIM	EMR	-	-	95	493	-	-	4	270	99	763
PE	BETANIA	EMR	-	-	52	117	-	-	-	-	52	117
PE	BEZERROS	EMR	-	-	244	493	-	-	5	412	249	905
PE	BODOCO	DMR	2	43	565	4.770	-	-	17	628	584	5.441
PE	BOM CONSELHO	EMR	-	-	427	904	-	-	32	856	459	1.760
PE	BOM JARDIM	BR	-	-	58	190	-	-	1	148	59	338
PE	BONITO	BR	-	-	263	528	-	-	1	122	264	650
PE	BREJAO	EMR	-	-	45	109	-	-	2	12	47	121
PE	BREJINHO	DMR	-	-	116	238	-	-	-	-	116	238
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	EMR	-	-	114	227	-	-	1	64	115	291
PE	BUENOS AIRES	EMR	-	-	105	242	-	-	1	8	106	250
PE	BUIQUE	BR	-	-	236	952	-	-	6	163	242	1.115
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	EMR	-	-	151	299	-	-	1	100	152	399
PE	CABROBO	EMR	-	-	467	949	-	-	1	128	468	1.077
PE	CACHOEIRINHA	EMR	-	-	213	560	-	-	-	-	213	560
PE	CAETES	EMR	-	-	388	846	-	-	2	26	390	872
PE	CALCADO	EMR	-	-	145	327	-	-	-	-	145	327

PE	CALUMBI	DMR	-	-	41	117	-	-	-	-	41	117
PE	CAMARAGIBE	AR	-	-	13	26	-	-	-	-	13	26
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	BR	-	-	28	55	-	-	-	-	28	55
PE	CAMUTANGA	EMR	-	-	41	92	-	-	-	-	41	92
PE	CANHOTINHO	EMR	-	-	51	102	-	-	-	-	51	102
PE	CAPOEIRAS	EMR	-	-	277	1.149	-	-	2	223	279	1.372
PE	CARNAIBA	DMR	-	-	283	699	-	-	4	433	287	1.132
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	DMR	-	-	191	961	-	-	-	-	191	961
PE	CARPINA	EMR	-	-	28	58	-	-	1	182	29	240
PE	CARUARU	EMR	-	-	288	565	-	-	1	19	289	584
PE	CASINHAS	EMR	-	-	45	86	-	-	-	-	45	86
PE	CATENDE	BR	-	-	33	64	-	-	-	-	33	64
PE	CEDRO	DMR	-	-	140	413	-	-	3	1.117	143	1.530
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR	-	-	28	56	-	-	1	18	29	74
PE	CHA GRANDE	EMR	-	-	100	284	-	-	-	-	100	284
PE	CONDADO	EMR	-	-	11	22	-	-	6	108	17	130
PE	CORRENTES	EMR	-	-	177	429	-	-	-	-	177	429
PE	CORTES	BR	-	-	57	297	-	-	-	-	57	297
PE	CUMARU	BR	-	-	80	190	-	-	2	87	82	277
PE	CUPIRA	BR	-	-	8	16	-	-	-	-	8	16
PE	CUSTODIA	EMR	-	-	85	170	-	-	2	78	87	248
PE	DORMENTES	EMR	-	-	287	1.951	-	-	-	-	287	1.951
PE	ESCADA	BR	-	-	120	1.149	-	-	-	-	120	1.149
PE	EXU	DMR	2	43	347	3.100	-	-	13	691	362	3.834
PE	FEIRA NOVA	BR	-	-	75	146	-	-	1	27	76	173
PE	FERREIROS	EMR	-	-	55	208	-	-	-	-	55	208
PE	FLORES	DMR	-	-	61	310	-	-	-	-	61	310
PE	FLORESTA	DMR	-	-	515	1.340	-	-	-	-	515	1.340
PE	FREI MIGUELINHO	EMR	-	-	121	269	-	-	2	49	123	318
PE	GAMELEIRA	BR	-	-	-	-	-	-	1	190	1	190
PE	GARANHUNS	EMR	8	69	246	625	-	-	4	5.169	258	5.863
PE	GLORIA DO GOITA	EMR	-	-	591	1.120	-	-	1	12	592	1.132
PE	GOIANA	EMR	-	-	147	486	-	-	-	-	147	486
PE	GRANITO	DMR	-	-	136	789	-	-	4	60	140	849
PE	GRAVATA	EMR	-	-	166	543	-	-	-	-	166	543
PE	IATI	EMR	-	-	72	312	-	-	6	93	78	405
PE	IBIMIRIM	EMR	10	215	56	846	-	-	6	62	72	1.123
PE	IBIRAJUBA	BR	-	-	90	299	-	-	-	-	90	299
PE	IGARASSU	EMR	-	-	70	388	-	-	-	-	70	388
PE	IGUARACI	DMR	8	171	81	163	-	-	2	137	91	471
PE	INAJA	EMR	-	-	91	360	-	-	2	195	93	555
PE	INGAZEIRA	DMR	-	-	49	106	-	-	2	24	51	130
PE	IPOJUCA	EMR	-	-	99	196	-	-	-	-	99	196
PE	IPUBI	DMR	-	-	236	546	-	-	-	-	236	546
PE	ITACURUBA	DMR	-	-	34	280	-	-	-	-	34	280
PE	ITAIBA	BR	-	-	187	566	-	-	1	4	188	570
PE	ITAMARACA	EMR	-	-	43	84	-	-	-	-	43	84
PE	ITAMBE	EMR	-	-	210	506	-	-	12	1.166	222	1.672
PE	ITAPETIM	DMR	-	-	23	237	-	-	-	-	23	237
PE	ITAPISSUMA	EMR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
PE	ITAQUITINGA	EMR	-	-	86	190	-	-	2	89	88	279
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	AR	-	-	4	8	-	-	-	-	4	8
PE	JAQUEIRA	BR	-	-	43	86	-	-	-	-	43	86
PE	JATAUBA	EMR	-	-	150	321	-	-	-	-	150	321

PE	JATOBA	DMR	-	-	4	8	-	-	-	-	4	8
PE	JOAO ALFREDO	BR	-	-	33	185	-	-	1	13	34	198
PE	JOAQUIM NABUCO	BR	-	-	5	45	-	-	-	-	5	45
PE	JUCATI	EMR	-	-	174	381	-	-	2	111	176	492
PE	JUPI	EMR	-	-	159	388	-	-	-	-	159	388
PE	JUREMA	EMR	-	-	20	36	-	-	-	-	20	36
PE	LAGOA DO CARRO	EMR	-	-	53	171	-	-	1	19	54	190
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR	-	-	50	102	-	-	1	16	51	118
PE	LAGOA DO OURO	EMR	-	-	192	537	-	-	-	-	192	537
PE	LAGOA DOS GATOS	BR	-	-	59	136	-	-	-	-	59	136
PE	LAGOA GRANDE	EMR	-	-	249	464	-	-	-	-	249	464
PE	LAJEDO	EMR	-	-	212	488	-	-	-	-	212	488
PE	LIMOEIRO	BR	-	-	96	187	-	-	1	94	97	281
PE	MACAPARANA	EMR	-	-	64	366	-	-	5	271	69	637
PE	MACHADOS	BR	-	-	4	25	-	-	-	-	4	25
PE	MANARI	EMR	-	-	287	743	-	-	-	-	287	743
PE	MARAIAL	BR	-	-	61	156	-	-	-	-	61	156
PE	MIRANDIBA	DMR	-	-	75	246	-	-	1	65	76	311
PE	MOREILANDIA	DMR	-	-	204	406	-	-	-	-	204	406
PE	MORENO	AR	-	-	8	25	-	-	-	-	8	25
PE	NAZARE DA MATA	EMR	-	-	21	40	-	-	9	1.085	30	1.125
PE	OLINDA	AR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
PE	OROBO	BR	-	-	226	463	-	-	2	110	228	573
PE	OROCO	EMR	7	150	120	237	-	-	1	50	128	437
PE	OURICURI	DMR	-	-	573	2.580	-	-	10	305	583	2.885
PE	PALMARES	BR	-	-	29	231	-	-	-	-	29	231
PE	PALMEIRINA	EMR	-	-	42	137	-	-	-	-	42	137
PE	PANELAS	BR	-	-	107	222	-	-	-	-	107	222
PE	PARANATAMA	EMR	-	-	303	625	-	-	-	-	303	625
PE	PARNAMIRIM	DMR	1	21	45	166	-	-	1	200	47	387
PE	PASSIRA	BR	-	-	10	20	-	-	1	126	11	146
PE	PAUDALHO	EMR	-	-	138	282	-	-	-	-	138	282
PE	PAULISTA	AR	-	-	4	8	-	-	-	-	4	8
PE	PEDRA	BR	-	-	269	839	-	-	6	391	275	1.230
PE	PESQUEIRA	EMR	8	172	223	574	-	-	2	124	233	870
PE	PETROLANDIA	DMR	-	-	98	612	2	20	2	70	102	702
PE	PETROLINA	EMR	6	129	485	982	-	-	50	37.869	541	38.980
PE	POCAO	EMR	-	-	202	442	-	-	4	195	206	637
PE	POMBOS	EMR	-	-	189	1.467	-	-	1	139	190	1.606
PE	PRIMAVERA	BR	-	-	139	722	-	-	-	-	139	722
PE	QUIPAPA	BR	-	-	21	35	-	-	-	-	21	35
PE	QUIXABA	DMR	-	-	78	244	-	-	2	49	80	293
PE	RECIFE	AR	-	-	1	2	-	-	1	19	2	21
PE	RIACHO DAS ALMAS	EMR	-	-	128	252	-	-	1	412	129	664
PE	RIBEIRAO	BR	-	-	133	399	-	-	4	979	137	1.378
PE	RIO FORMOSO	BR	-	-	40	544	-	-	-	-	40	544
PE	SAIRE	BR	-	-	191	433	-	-	3	31	194	464
PE	SALGADINHO	BR	-	-	4	15	-	-	-	-	4	15
PE	SALGUEIRO	DMR	-	-	188	434	-	-	3	93	191	527
PE	SALOA	EMR	-	-	174	512	-	-	1	35	175	547
PE	SANHARO	EMR	-	-	38	137	-	-	16	397	54	534
PE	SANTA CRUZ	DMR	24	516	353	1.312	-	-	1	45	378	1.873
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDI	DMR	-	-	169	317	-	-	-	-	169	317
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	EMR	-	-	67	133	-	-	-	-	67	133

PE	SANTA FILOMENA	DMR	4	86	369	1.173	-	-	1	12	374	1.271
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	EMR	11	73	45	85	-	-	-	-	56	258
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	EMR	-	-	63	123	-	-	1	27	64	150
PE	SANTA TEREZINHA	DMR	-	-	67	224	-	-	-	-	67	224
PE	SAO BENEDITO DO SUL	BR	-	-	10	18	-	-	-	-	10	18
PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	-	-	234	772	-	-	7	3.102	241	3.874
PE	SAO CAITANO	EMR	-	-	134	284	-	-	1	20	135	304
PE	SAO JOAO	EMR	-	-	4	48	-	-	1	20	5	68
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	BR	-	-	125	223	-	-	-	-	125	223
PE	SAO JOSE DA COROA GRAND	BR	-	-	50	98	-	-	-	-	50	98
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	DMR	-	-	221	484	-	-	3	110	224	594
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR	-	-	127	437	-	-	17	367	144	804
PE	SAO LOURENCO DA MATA	AR	-	-	32	63	-	-	-	-	32	63
PE	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	142	905	-	-	6	333	148	1.238
PE	SERRA TALHADA	DMR	-	-	287	656	-	-	3	60	290	716
PE	SERRITA	DMR	27	580	274	727	-	-	1	83	302	1.390
PE	SERTANIA	EMR	13	250	106	216	-	-	5	296	124	762
PE	SIRINHAEM	BR	-	-	72	346	-	-	-	-	72	346
PE	SOLIDAO	DMR	-	-	48	113	-	-	-	-	48	113
PE	SURUBIM	EMR	-	-	281	566	-	-	4	140	285	706
PE	TABIRA	DMR	-	-	269	643	-	-	-	-	269	643
PE	TACAIMBO	EMR	-	-	146	324	-	-	-	-	146	324
PE	TACARATU	DMR	-	-	222	592	-	-	2	37	224	629
PE	TAMANDARE	BR	-	-	3	6	-	-	-	-	3	6
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	EMR	-	-	66	140	-	-	2	61	68	201
PE	TEREZINHA	EMR	-	-	111	254	-	-	-	-	111	254
PE	TERRA NOVA	EMR	-	-	80	159	-	-	-	-	80	159
PE	TIMBAUBA	EMR	-	-	84	178	-	-	6	447	90	625
PE	TRACUNHAEM	EMR	-	-	29	69	-	-	2	106	31	175
PE	TRINDADE	DMR	-	-	156	360	-	-	1	6	157	366
PE	TRIUNFO	DMR	-	-	91	168	-	-	-	-	91	168
PE	TUPANATINGA	BR	-	-	79	624	-	-	-	-	79	624
PE	TUPARETAMA	DMR	6	96	-	-	-	-	2	23	8	119
PE	VENTUROSA	BR	-	-	130	724	-	-	2	42	132	766
PE	VERDEJANTE	DMR	-	-	207	414	-	-	2	199	209	613
PE	VERTENTE DO LERIO	EMR	-	-	52	101	-	-	1	24	53	125
PE	VERTENTES	EMR	-	-	64	119	-	-	5	230	69	349
PE	VICENCIA	EMR	-	-	116	315	-	-	5	208	121	523
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	EMR	-	-	266	1.087	-	-	6	172	272	1.259
PE	XEXEU	BR	-	-	8	16	-	-	-	-	8	16
PI	ACAUA	DMR	-	-	111	214	-	-	-	-	111	214
PI	AGRICOLANDIA	BR	-	-	66	136	-	-	5	100	71	236
PI	AGUA BRANCA	BR	-	-	41	75	-	-	-	-	41	75
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	1	21	16	27	-	-	-	-	17	48
PI	ALEGRETE DO PIAUI	DMR	5	108	19	36	-	-	-	-	24	144
PI	ALTO LONGA	DMR	-	-	228	456	-	-	-	-	228	456
PI	ALTOS	EMR	2	43	222	432	-	-	5	189	229	664
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	DMR	-	-	86	165	-	-	-	-	86	165
PI	AMARANTE	BR	-	-	378	722	1	16	-	-	379	738
PI	ANGICAL DO PIAUI	BR	11	237	63	138	-	-	-	-	74	375
PI	ANISIO DE ABREU	DMR	-	-	50	93	-	-	-	-	50	93
PI	ANTONIO ALMEIDA	DMR	-	-	6	11	-	-	1	770	7	781
PI	AROAZES	BR	-	-	70	137	-	-	-	-	70	137
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	-	-	59	121	-	-	-	-	59	121

PI	ARRAIAL	BR	-	-	44	81	-	-	-	-	44	81
PI	AVELINO LOPES	DMR	-	-	111	221	-	-	-	-	111	221
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DMR	-	-	36	237	-	-	6	8.194	42	8.431
PI	BARRA D'ALCANTARA	BR	-	-	12	54	-	-	2	16	14	70
PI	BARRAS	DMR	-	-	44	79	-	-	1	1.530	45	1.609
PI	BARREIRAS DO PIAUI	DMR	-	-	34	140	-	-	6	4.055	40	4.195
PI	BARRO DURO	BR	-	-	49	114	-	-	-	-	49	114
PI	BATALHA	DMR	1	22	185	385	-	-	1	20	187	427
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	-	-	31	62	-	-	2	28	33	90
PI	BELEM DO PIAUI	DMR	-	-	52	118	-	-	1	27	53	145
PI	BENEDITINOS	EMR	-	-	58	105	-	-	-	-	58	105
PI	BERTOLINIA	DMR	-	-	23	55	-	-	-	-	23	55
PI	BETANIA DO PIAUI	DMR	-	-	90	252	-	-	2	12	92	264
PI	BOA HORA	DMR	-	-	147	266	-	-	-	-	147	266
PI	BOCAINA	EMR	-	-	27	64	-	-	1	13	28	77
PI	BOM JESUS	DMR	-	-	83	158	-	-	6	5.497	89	5.655
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	EMR	-	-	8	16	-	-	-	-	8	16
PI	BONFIM DO PIAUI	DMR	-	-	36	68	-	-	-	-	36	68
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	DMR	-	-	72	131	-	-	-	-	72	131
PI	BRASILEIRA	DMR	-	-	62	108	-	-	-	-	62	108
PI	BREJO DO PIAUI	DMR	-	-	10	20	-	-	-	-	10	20
PI	BURITI DOS LOPES	EMR	-	-	39	69	-	-	-	-	39	69
PI	BURITI DOS MONTES	DMR	-	-	73	206	-	-	-	-	73	206
PI	CABECEIRAS DO PIAUI	DMR	-	-	186	435	-	-	-	-	186	435
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	EMR	-	-	65	129	-	-	1	13	66	142
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	-	-	21	40	-	-	-	-	21	40
PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAU	DMR	-	-	173	569	-	-	13	203	186	772
PI	CAMPINAS DO PIAUI	DMR	10	215	186	417	-	-	-	-	196	632
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DMR	-	-	89	261	-	-	-	-	89	261
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	DMR	-	-	94	180	-	-	2	20	96	200
PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	DMR	-	-	77	162	-	-	-	-	77	162
PI	CAMPO MAIOR	DMR	-	-	255	459	-	-	-	-	255	459
PI	CANAVIEIRA	EMR	26	559	35	78	-	-	1	9	62	646
PI	CANTO DO BURITI	DMR	-	-	149	315	-	-	-	-	149	315
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR	7	150	27	49	-	-	-	-	34	199
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DMR	-	-	38	76	-	-	2	50	40	126
PI	CARACOL	DMR	-	-	66	117	-	-	-	-	66	117
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR	-	-	4	14	-	-	3	73	7	87
PI	CARIDADE DO PIAUI	DMR	-	-	4	67	-	-	2	86	6	153
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	-	-	109	382	-	-	-	-	109	382
PI	CAXINGO	EMR	-	-	5	8	-	-	-	-	5	8
PI	COCAL	EMR	-	-	169	324	-	-	2	23	171	347
PI	COCAL DE TELHA	DMR	-	-	66	111	-	-	-	-	66	111
PI	COCAL DOS ALVES	EMR	-	-	39	76	-	-	-	-	39	76
PI	COIVARAS	EMR	7	150	67	124	-	-	1	51	75	325
PI	COLONIA DO GURGUEIA	DMR	-	-	28	52	-	-	-	-	28	52
PI	COLONIA DO PIAUI	EMR	1	21	59	202	-	-	1	9	61	232
PI	CONCEICAO DO CANINDE	DMR	-	-	36	68	-	-	-	-	36	68
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR	-	-	55	104	-	-	-	-	55	104
PI	CORRENTE	DMR	-	-	160	522	-	-	7	1.178	167	1.700
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	DMR	-	-	26	95	-	-	3	137	29	232
PI	CRISTINO CASTRO	DMR	-	-	107	204	-	-	-	-	107	204
PI	CURIMATA	DMR	-	-	62	313	-	-	-	-	62	313
PI	CURRAIS	DMR	-	-	80	180	-	-	-	-	80	180

PI	CURRAL NOVO DO PIAUI	DMR	-	-	69	127	-	-	3	50	72	177
PI	CURRALINHOS	EMR	-	-	11	22	-	-	-	-	11	22
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR	4	86	37	68	-	-	-	-	41	154
PI	DIRCEU ARCOVERDE	DMR	-	-	14	32	-	-	-	-	14	32
PI	DOM EXPEDITO LOPES	EMR	4	81	112	195	-	-	-	-	116	276
PI	DOM INOCENCIO	DMR	-	-	95	341	-	-	2	27	97	368
PI	DOMINGOS MOURAO	DMR	1	17	47	102	-	-	1	4	49	123
PI	ELESBAO VELOSO	BR	1	21	68	156	-	-	1	5	70	182
PI	ELISEU MARTINS	DMR	-	-	53	92	-	-	-	-	53	92
PI	ESPERANTINA	DMR	-	-	343	634	-	-	4	261	347	895
PI	FARTURA DO PIAUI	DMR	-	-	7	14	-	-	-	-	7	14
PI	FLORES DO PIAUI	EMR	-	-	16	31	-	-	-	-	16	31
PI	FLORESTA DO PIAUI	DMR	-	-	9	18	-	-	-	-	9	18
PI	FLORIANO	EMR	-	-	24	60	-	-	2	62	26	122
PI	FRANCINOPOLIS	BR	-	-	24	112	-	-	1	49	25	161
PI	FRANCISCO AYRES	BR	-	-	66	126	-	-	-	-	66	126
PI	FRANCISCO MACEDO	DMR	-	-	59	115	-	-	-	-	59	115
PI	FRANCISCO SANTOS	DMR	18	373	63	147	-	-	2	35	83	555
PI	FRONTEIRAS	DMR	-	-	114	241	-	-	3	99	117	340
PI	GEMINIANO	EMR	8	170	50	91	-	-	1	10	59	271
PI	GILBUES	DMR	-	-	72	163	-	-	7	8.139	79	8.302
PI	GUADALUPE	EMR	-	-	7	117	-	-	4	552	11	669
PI	GUARIBAS	DMR	-	-	110	201	-	-	-	-	110	201
PI	HUGO NAPOLEAO	BR	-	-	18	34	-	-	-	-	18	34
PI	ILHA GRANDE	EMR	-	-	36	66	-	-	-	-	36	66
PI	INHUMA	BR	2	43	287	614	-	-	2	20	291	677
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	8	169	96	232	-	-	1	4	105	405
PI	ISAIAS COELHO	DMR	12	257	45	145	-	-	-	-	57	402
PI	ITAINOPOLIS	DMR	3	64	81	321	-	-	1	15	85	400
PI	ITAUEIRA	EMR	3	64	48	118	-	-	-	-	51	182
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR	-	-	95	232	-	-	6	81	101	313
PI	JAICOS	DMR	3	62	34	62	-	-	3	72	40	196
PI	JARDIM DO MULATO	BR	-	-	94	177	-	-	-	-	94	177
PI	JATOBA DO PIAUI	DMR	-	-	84	150	-	-	-	-	84	150
PI	JERUMENHA	EMR	-	-	82	186	-	-	-	-	82	186
PI	JOAO COSTA	DMR	-	-	104	320	-	-	-	-	104	320
PI	JOAQUIM PIRES	DMR	11	236	158	295	-	-	2	110	171	641
PI	JOCA MARQUES	DMR	-	-	39	75	-	-	1	22	40	97
PI	JOSE DE FREITAS	EMR	-	-	70	130	2	55	-	-	72	185
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	DMR	-	-	70	131	1	51	-	-	71	182
PI	JULIO BORGES	DMR	-	-	110	469	-	-	-	-	110	469
PI	JUREMA	DMR	-	-	51	99	-	-	-	-	51	99
PI	LAGOA ALEGRE	EMR	-	-	96	188	-	-	2	27	98	215
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	43	85	-	-	-	-	43	85
PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	DMR	-	-	53	113	-	-	2	29	55	142
PI	LAGOA DO PIAUI	EMR	-	-	34	59	-	-	-	-	34	59
PI	LAGOA DO SITIO	BR	7	150	204	430	-	-	3	15	214	595
PI	LAGOINHA DO PIAUI	BR	-	-	21	40	-	-	1	14	22	54
PI	LANDRI SALES	DMR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
PI	LUIS CORREIA	EMR	-	-	111	197	-	-	2	42	113	239
PI	LUZILANDIA	DMR	-	-	279	524	-	-	3	83	282	607
PI	MADEIRO	DMR	-	-	44	82	-	-	-	-	44	82
PI	MANOEL EMIDIO	DMR	-	-	55	144	-	-	-	-	55	144
PI	MARCOLANDIA	DMR			33	151	-	-	2	182	35	333

PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR	-	-	39	77	-	-	1	20	40	97
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR	-	-	142	261	-	-	1	10	143	271
PI	MIGUEL ALVES	DMR	-	-	55	155	-	-	-	-	55	155
PI	MIGUEL LEAO	EMR	-	-	5	9	-	-	-	-	5	9
PI	MILTON BRANDAO	DMR	-	-	73	142	-	-	-	-	73	142
PI	MONSENHOR GIL	EMR	2	41	14	27	-	-	-	-	16	68
PI	MONSENHOR HIPOLITO	DMR	2	42	106	240	-	-	-	-	108	282
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	DMR	-	-	99	197	-	-	13	25.818	112	26.015
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	DMR	-	-	13	26	-	-	-	-	13	26
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	DMR	-	-	105	190	-	-	2	70	107	260
PI	MURICI DOS PORTELAS	EMR	-	-	22	38	-	-	1	170	23	208
PI	NAZARE DO PIAUI	EMR	1	22	137	261	-	-	-	-	138	283
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	DMR	-	-	87	163	-	-	-	-	87	163
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEI	DMR	-	-	63	119	-	-	-	-	63	119
PI	NOVA SANTA RITA	DMR	4	86	147	356	-	-	4	74	155	516
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	BR	1	21	79	184	-	-	6	91	86	296
PI	NOVO SANTO ANTONIO	DMR	-	-	44	86	-	-	-	-	44	86
PI	OEIRAS	EMR	6	129	195	700	-	-	5	171	206	1.000
PI	OLHO D'AGUA DO PIAUI	BR	-	-	39	89	-	-	-	-	39	89
PI	PADRE MARCOS	DMR	-	-	36	63	-	-	-	-	36	63
PI	PAES LANDIM	DMR	-	-	13	124	-	-	-	-	13	124
PI	PAJEU DO PIAUI	DMR	-	-	8	16	-	-	-	-	8	16
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR	-	-	72	145	-	-	4	4.244	76	4.389
PI	PALMEIRAIS	BR	-	-	175	338	1	34	1	142	177	514
PI	PAQUETA	EMR	1	21	112	241	-	-	1	40	114	302
PI	PARNAGUA	DMR	-	-	14	132	-	-	2	355	16	487
PI	PARNAIBA	EMR	-	-	61	114	-	-	7	564	68	678
PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	BR	7	129	74	138	-	-	-	-	81	267
PI	PATOS DO PIAUI	DMR	3	64	25	49	-	-	-	-	28	113
PI	PAU D´ARCO DO PIAUÍ	EMR	-	-	46	88	-	-	-	-	46	88
PI	PAULISTANA	DMR	2	42	103	342	-	-	2	56	107	440
PI	PAVUSSU	EMR	-	-	36	70	-	-	-	-	36	70
PI	PEDRO II	DMR	-	-	193	376	-	-	1	100	194	476
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR	4	86	28	72	-	-	-	-	32	158
PI	PICOS	EMR	4	85	245	478	-	-	18	346	267	909
PI	PIMENTEIRAS	BR	-	-	183	368	-	-	-	-	183	368
PI	PIO IX	DMR	2	42	121	958	-	-	5	129	128	1.129
PI	PIRACURUCA	EMR	7	126	237	480	-	-	1	60	245	666
PI	PIRIPIRI	DMR	17	304	162	298	-	-	6	157	185	759
PI	PORTO	DMR	-	-	17	30	-	-	-	-	17	30
PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	DMR	-	-	9	16	-	-	-	-	9	16
PI	PRATA DO PIAUI	BR	-	-	16	31	-	-	-	-	16	31
PI	QUEIMADA NOVA	DMR	-	-	111	400	-	-	-	-	111	400
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	DMR	-	-	28	54	-	-	2	102	30	156
PI	REGENERACAO	BR	-	-	91	171	-	-	1	22	92	193
PI	RIACHO FRIO	DMR	-	-	40	117	-	-	-	-	40	117
PI	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	-	-	33	65	-	-	-	-	33	65
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR	1	21	38	111	-	-	6	4.298	45	4.430
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR	-	-	37	74	-	-	-	-	37	74
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR	14	297	4	25	-	-	2	10	20	332
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	BR	-	-	21	41	-	-	2	20	23	61
PI	SANTA FILOMENA	DMR	-	-	16	261	-	-	2	3.340	18	3.601
PI	SANTA LUZ	DMR	-	-	49	97	-	-	-	-	49	97
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	EMR		-	78	173	-	-	3	30	81	203

PI	SANTANA DO PIAUI	EMR	-	-	31	72	-	-	-	-	31	72
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DMR	-	-	129	293	-	-	-	-	129	293
PI	SANTO ANTONIO DOS MILAGF	BR	-	-	4	7	-	-	-	-	4	7
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	DMR	1	21	22	44	-	-	3	44	26	109
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	DMR	-	-	34	62	-	-	-	-	34	62
PI	SAO FELIX DO PIAUI	BR	-	-	29	94	-	-	1	32	30	126
PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO	DMR	-	-	61	116	-	-	-	-	61	116
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	EMR	2	43	112	254	-	-	-	-	114	297
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DMR	-	-	21	68	-	-	-	-	21	68
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	BR	-	-	24	43	-	-	1	11	25	54
PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	EMR	-	-	60	161	-	-	-	-	60	161
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	EMR	-	-	82	159	-	-	-	-	82	159
PI	SAO JOAO DA SERRA	DMR	-	-	76	148	-	-	-	-	76	148
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	EMR	-	-	72	175	-	-	2	20	74	195
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	DMR	-	-	143	258	-	-	-	-	143	258
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	2	27	36	109	-	-	-	-	38	136
PI	SAO JOSE DO DIVINO	EMR	-	-	119	198	-	-	3	54	122	252
PI	SAO JOSE DO PEIXE	EMR	-	-	65	130	-	-	-	-	65	130
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	-	-	118	245	-	-	1	13	119	258
PI	SAO JULIAO	DMR	-	-	18	63	-	-	-	-	18	63
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	DMR	-	-	87	185	-	-	-	-	87	185
PI	SAO LUIS DO PIAUI	EMR	1	22	141	272	-	-	-	-	142	294
PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANI	BR	-	-	11	21	-	-	1	137	12	158
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	EMR	-	-	32	127	-	-	2	20	34	147
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	DMR	29	622	159	351	1	81	-	-	189	1.054
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	-	-	78	148	-	-	-	-	78	148
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	DMR	-	-	63	119	-	-	-	-	63	119
PI	SEBASTIAO BARROS	DMR	-	-	37	250	-	-	-	-	37	250
PI	SEBASTIAO LEAL	DMR	-	-	68	124	-	-	2	24	70	148
PI	SIGEFREDO PACHECO	DMR	46	985	120	240	-	-	-	-	166	1.225
PI	SIMOES	DMR	-	-	449	1.054	-	-	7	91	456	1.145
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR	7	150	61	172	-	-	3	68	71	390
PI	SOCORRO DO PIAUI	DMR	-	-	35	69	-	-	-	-	35	69
PI	SUSSUAPARA	EMR	-	-	47	205	-	-	4	71	51	276
PI	TAMBORIL DO PIAUI	DMR	-	-	9	17	-	-	-	-	9	17
PI	TANQUE DO PIAUI	EMR	-	-	49	94	-	-	-	-	49	94
PI	TERESINA	EMR	-	-	153	298	2	110	8	553	163	961
PI	UNIAO	EMR	-	-	64	125	-	-	1	1.133	65	1.258
PI	URUCUI	DMR	2	43	57	327	-	-	9	11.875	68	12.245
PI	VALENCA DO PIAUI	BR	7	150	202	430	-	-	4	154	213	734
PI	VARZEA BRANCA	DMR	-	-	31	58	-	-	-	-	31	58
PI	VARZEA GRANDE	BR	-	-	57	140	-	-	-	-	57	140
PI	VERA MENDES	DMR	1	21	95	281	-	-	-	-	96	302
PI	VILA NOVA DO PIAUI	DMR	1	22	40	77	-	-	-	-	41	99
PI	WALL FERRAZ	EMR	15	321	1	23	-	-	1	6	17	350
RN	ACARI	DMR	-	-	12	28	-	-	6	255	18	283
RN	AFONSO BEZERRA	DMR	13	265	64	133	-	-	3	7.375	80	7.773
RN	AGUA NOVA	DMR	-	-	13	32	-	-	-	-	13	32
RN	ALEXANDRIA	DMR	-	-	178	390	-	-	2	37	180	427
RN	ALMINO AFONSO	DMR	-	-	31	59	-	-	-	-	31	59
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR	-	-	44	150	-	-	6	272	50	422
RN	ANGICOS	DMR	7	129	35	72	-	-	3	11	45	212
RN	ANTONIO MARTINS	DMR	-	-	160	367	-	-	-	-	160	367
RN	APODI	DMR	16	300	331	700			4	288	351	1.288

RN	AREIA BRANCA	EMR	-	-	14	95	-	-	-	-	14	95
RN	ARES	DMR	-	-	8	15	-	-	-	-	8	15
RN	ASSU	DMR	50	222	103	356	-	-	5	250	158	828
RN	BAIA FORMOSA	DMR	-	-	6	11	-	-	-	-	6	11
RN	BARAUNA	EMR	1	150	61	160	-	-	1	40	63	350
RN	BARCELONA	DMR	-	-	17	31	-	-	-	-	17	31
RN	BENTO FERNANDES	BR	-	-	23	44	-	-	-	-	23	44
RN	BOA SAUDE	DMR	-	-	20	41	-	-	3	90	23	131
RN	BODO	DMR	-	-	25	46	-	-	1	12	26	58
RN	BOM JESUS	DMR	-	-	36	131	-	-	1	100	37	231
RN	BREJINHO	DMR	-	-	11	29	-	-	3	88	14	117
RN	CAICARA DO NORTE	DMR	-	-	17	33	-	-	-	-	17	33
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	DMR	-	-	17	33	-	-	-	-	17	33
RN	CAICO	EMR	-	-	106	333	-	-	23	583	129	916
RN	CAMPO GRANDE	DMR	-	-	341	859	-	-	-	-	341	859
RN	CAMPO REDONDO	DMR	5	62	232	745	-	-	-	-	237	807
RN	CANGUARETAMA	DMR	-	-	31	60	-	-	-	-	31	60
RN	CARAUBAS	DMR	-	-	107	234	-	-	5	149	112	383
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	DMR	-	-	81	162	-	-	5	128	86	290
RN	CARNAUBAIS	DMR	-	-	67	169	-	-	3	29	70	198
RN	CEARA-MIRIM	DMR	7	129	24	205	-	-	1	19	32	353
RN	CERRO CORA	DMR	1	21	94	349	-	-	-	-	95	370
RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR	-	-	114	252	-	-	1	174	115	426
RN	CORONEL JOAO PESSOA	DMR	-	-	49	90	-	-	1	17	50	107
RN	CRUZETA	DMR	-	-	42	180	-	-	7	242	49	422
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	-	-	67	134	-	-	10	168	77	302
RN	DOUTOR SEVERIANO	DMR	-	-	52	154	-	-	-	-	52	154
RN	ENCANTO	DMR	-	-	41	69	-	-	-	-	41	69
RN	EQUADOR	DMR	-	-	55	100	-	-	1	14	56	114
RN	ESPIRITO SANTO	DMR	-	-	42	82	-	-	1	104	43	186
RN	EXTREMOZ	AR	-	-	44	84	-	-	-	-	44	84
RN	FELIPE GUERRA	DMR	-	-	76	140	-	-	-	-	76	140
RN	FERNANDO PEDROZA	DMR	-	-	16	54	-	-	-	-	16	54
RN	FLORANIA	DMR	-	-	114	234	-	-	5	268	119	502
RN	FRANCISCO DANTAS	DMR	-	-	12	69	-	-	-	-	12	69
RN	FRUTUOSO GOMES	DMR	-	-	44	81	-	-	-	-	44	81
RN	GALINHOS	DMR	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
RN	GOIANINHA	DMR	-	-	37	72	-	-	-	-	37	72
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROS	DMR	-	-	64	164	-	-	3	152	67	316
RN	GROSSOS	EMR	-	-	13	78	-	-	1	8	14	86
RN	GUAMARE	DMR	-	-	11	87	-	-	1	20	12	107
RN	IELMO MARINHO	DMR	28	565	32	68	-	-	2	42	62	675
RN	IPANGUACU	DMR	5	86	10	28	-	-	2	68	17	182
RN	IPUEIRA	EMR	-	-	18	38	-	-	-	-	18	38
RN	ITAJA	DMR	5	87	24	175	-	-	-	-	29	262
RN	ITAU	DMR	-	-	20	33	-	-	2	38	22	71
RN	JACANA	DMR	-	-	85	167	-	-	-	-	85	167
RN	JANDAIRA	BR	-	-	3	24	-	-	2	18	5	42
RN	JANDUIS	DMR	-	-	15	30	-	-	2	227	17	257
RN	JAPI	DMR	5	80	35	85	-	-	1	9	42	174
RN	JARDIM DE ANGICOS	DMR	-	-	48	112	-	-	1	10	49	122
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR	5	64	117	247	-	-	16	1.184	138	1.495
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR	-	-	154	346	-	-	16	232	170	578
RN	JOAO CAMARA	BR	-	-	108	205	-	-	1	71	109	276

RN	JOAO DIAS	DMR	-	-	44	82	-	-	-	-	44	82
RN	JOSE DA PENHA	DMR	-	-	94	181	-	-	3	48	97	229
RN	JUCURUTU	DMR	8	170	262	626	-	-	13	395	283	1.191
RN	JUNDIÁ	DMR	-	-	56	110	-	-	-	-	56	110
RN	LAGOA D'ANTA	DMR	-	-	68	135	-	-	2	79	70	214
RN	LAGOA DE PEDRAS	DMR	-	-	176	370	-	-	1	8	177	378
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR	-	-	12	23	-	-	1	167	13	190
RN	LAGOA NOVA	DMR	-	-	147	313	-	-	3	15	150	328
RN	LAGOA SALGADA	DMR	26	548	112	293	-	-	-	-	138	841
RN	LAJES	DMR	-	-	12	24	-	-	1	9	13	33
RN	LAJES PINTADAS	DMR	-	-	44	102	-	-	-	-	44	102
RN	LUCRECIA	DMR	-	-	9	17	-	-	-	-	9	17
RN	LUIS GOMES	DMR	-	-	44	79	-	-	-	-	44	79
RN	MACAIBA	DMR	-	-	101	191	-	-	2	58	103	249
RN	MACAU	DMR	1	21	18	203	-	-	-	-	19	224
RN	MAJOR SALES	DMR	-	-	68	127	-	-	-	-	68	127
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR	10	142	81	198	-	-	-	-	91	340
RN	MARTINS	DMR	-	-	12	24	-	-	-	-	12	24
RN	MESSIAS TARGINO	DMR	7	129	7	14	-	-	-	-	14	143
RN	MONTANHAS	DMR	-	-	70	166	-	-	2	279	72	445
RN	MONTE ALEGRE	DMR	-	-	149	309	-	-	3	95	152	404
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	DMR	-	-	38	74	-	-	-	-	38	74
RN	MOSSORO	EMR	7	150	22	70	-	-	4	707	33	927
RN	NATAL	AR	-	-	3	5	-	-	-	-	3	5
RN	NISIA FLORESTA	DMR	-	-	40	73	-	-	1	17	41	90
RN	NOVA CRUZ	DMR	-	-	126	286	-	-	4	158	130	444
RN	OLHO D'AGUA DO BORGES	DMR	-	-	36	68	-	-	-	-	36	68
RN	OURO BRANCO	DMR	-	-	140	384	-	-	17	220	157	604
RN	PARANA	DMR	-	-	37	83	-	-	2	39	39	122
RN	PARAU	DMR	-	-	10	30	-	-	-	-	10	30
RN	PARAZINHO	DMR	11	233	2	16	-	-	-	-	13	249
RN	PARELHAS	DMR	-	-	178	466	-	-	13	238	191	704
RN	PASSA E FICA	DMR	-	-	171	315	-	-	-	-	171	315
RN	PASSAGEM	DMR	-	-	36	106	-	-	-	-	36	106
RN	PATU	DMR	-	-	19	64	-	-	-	-	19	64
RN	PAU DOS FERROS	DMR	-	-	33	62	-	-	-	-	33	62
RN	PEDRA GRANDE	BR	-	-	15	30	-	-	-	-	15	30
RN	PEDRA PRETA	DMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
RN	PEDRO AVELINO	DMR	-	-	108	262	-	-	2	605	110	867
RN	PEDRO VELHO	DMR	-	-	55	110	-	-	3	84	58	194
RN	PENDENCIAS	DMR	-	-	4	28	-	-	1	13	5	41
RN	PILOES	DMR	-	-	40	82	-	-	-	-	40	82
RN	POCO BRANCO	BR	-	-	50	98	-	-	-	-	50	98
RN	PORTALEGRE	DMR	-	-	80	157	-	-	1	46	81	203
RN	PUREZA	BR	-	-	13	49	-	-	-	-	13	49
RN	RAFAEL FERNANDES	DMR	-	-	26	69	-	-	1	14	27	83
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR	-	-	28	52	-	-	-	-	28	52
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR	-	-	56	108	-	-	-	-	56	108
RN	RIACHO DE SANTANA	DMR	-	-	8	16	-	-	2	23	10	39
RN	RIACHUELO	DMR	-	-	37	180	-	-	1	7	38	187
RN	RIO DO FOGO	BR	-	-	36	228	-	-	1	50	37	278
RN	RODOLFO FERNANDES	DMR	-	-	25	52	-	-	-	-	25	52
RN	RUY BARBOSA	DMR	-	-	38	73	-	-	1	5	39	78
RN	SANTA CRUZ	DMR	-	-	118	309	-	-	3	40	121	349

RN	SANTA MARIA	DMR	-	-	31	60	-	-	-	-	31	60
RN	SANTANA DO MATOS	DMR	1	21	212	459	-	-	6	355	219	835
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR	-	-	88	166	-	-	1	55	89	221
RN	SANTO ANTONIO	DMR	-	-	198	558	-	-	3	280	201	838
RN	SAO BENTO DO NORTE	DMR	-	-	48	96	-	-	-	-	48	96
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	DMR	-	-	21	60	-	-	1	6	22	66
RN	SAO FERNANDO	EMR	-	-	186	440	-	-	7	188	193	628
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	DMR	-	-	3	9	-	-	-	-	3	9
RN	SAO GONCALO DO AMARANTI	DMR	-	-	27	80	-	-	-	-	27	80
RN	SAO JOAO DO SABUGI	EMR	-	-	74	233	-	-	1	20	75	253
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	-	-	-	-	-	-	1	124	1	124
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DMR	-	-	125	346	-	-	3	255	128	601
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	-	-	84	232	-	-	18	417	102	649
RN	SAO MIGUEL	DMR	-	-	89	176	-	-	-	-	89	176
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	BR	-	-	84	167	-	-	-	-	84	167
RN	SAO PAULO DO POTENGI	DMR	-	-	125	266	-	-	-	-	125	266
RN	SAO PEDRO	DMR	-	-	63	234	-	-	4	209	67	443
RN	SAO RAFAEL	DMR	-	-	43	176	-	-	-	-	43	176
RN	SAO TOME	DMR	-	-	248	516	-	-	-	-	248	516
RN	SAO VICENTE	DMR	-	-	55	148	-	-	-	-	55	148
RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	DMR	28	530	39	229	-	-	-	-	67	759
RN	SENADOR GEORGINO AVELIN	DMR	-	-	5	10	-	-	-	-	5	10
RN	SERRA CAIADA	DMR	-	-	52	99	-	-	1	18	53	117
RN	SERRA DE SAO BENTO	DMR	13	258	21	41	-	-	1	31	35	330
RN	SERRA DO MEL	EMR	-	-	288	945	-	-	5	166	293	1.111
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	EMR	-	-	146	338	-	-	5	146	151	484
RN	SERRINHA	DMR	-	-	34	64	-	-	1	43	35	107
RN	SERRINHA DOS PINTOS	DMR	-	-	68	142	-	-	-	-	68	142
RN	SEVERIANO MELO	DMR	-	-	118	217	-	-	7	238	125	455
RN	SITIO NOVO	DMR	-	-	63	122	-	-	-	-	63	122
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR	-	-	4	8	-	-	-	-	4	8
RN	TAIPU	BR	-	-	127	249	-	-	2	870	129	1.119
RN	TANGARA	DMR	-	-	36	71	-	-	-	-	36	71
RN	TENENTE ANANIAS	DMR	-	-	51	189	-	-	-	-	51	189
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DMR	-	-	39	95	-	-	1	31	40	126
RN	TIBAU	EMR	-	-	5	9	-	-	-	-	5	9
RN	TIBAU DO SUL	DMR	-	-	1	2	-	-	-	-	1	2
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	EMR	-	-	6	13	-	-	-	-	6	13
RN	TOUROS	BR	-	-	300	1.777	-	-	1	44	301	1.821
RN	TRIUNFO POTIGUAR	DMR	-	-	17	34	-	-	1	10	18	44
RN	UMARIZAL	DMR	3	53	45	111	-	-	2	15	50	179
RN	UPANEMA	DMR	2	43	48	110	-	-	4	54	54	207
RN	VARZEA	DMR	-	-	37	73	-	-	1	16	38	89
RN	VENHA-VER	DMR	-	-	85	164	-	-	-	-	85	164
RN	VERA CRUZ	DMR	-	-	81	188	-	-	6	325	87	513
RN	VICOSA	DMR	-	-	6	12	-	-	-	-	6	12
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	EMR	-	-	16	31	-	-	3	88	19	119
SE	AQUIDABA	DMR	8	59	153	353	-	-	19	1.020	180	1.432
SE	ARACAJU	AR	-	-	9	16	-	-	-	-	9	16
SE	ARAUA	BR	-	-	53	133	-	-	5	463	58	596
SE	AREIA BRANCA	EMR	-	-	49	144	-	-	-	-	49	144
SE	BARRA DOS COQUEIROS	AR	-	-	11	19	-	-	-	-	11	19
SE	BOQUIM	BR	-	-	157	385	-	-	2	89	159	474
SE	BREJO GRANDE	EMR	-	-	18	36			1	63	19	99

SE	CAMPO DO BRITO	EMR	-	-	90	266	-	-	3	29	93	295
SE	CANHOBA	EMR	-	-	62	158	-	-	17	838	79	996
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	DMR	2	26	33	73	-	-	2	274	37	373
SE	CAPELA	DMR	-	-	59	121	-	-	20	7.347	79	7.468
SE	CARIRA	DMR	-	-	457	3.317	-	-	169	10.154	626	13.471
SE	CARMÓPOLIS	BR	-	-	3	27	-	-	-	-	3	27
SE	CEDRO DE SAO JOAO	EMR	-	-	2	25	-	-	6	515	8	540
SE	CRISTINAPOLIS	BR	1	13	79	172	-	-	1	151	81	336
SE	CUMBE	DMR	-	-	16	60	-	-	8	289	24	349
SE	DIVINA PASTORA	DMR	-	-	2	4	-	-	-	-	2	4
SE	ESTANCIA	DMR	15	165	86	175	1	38	4	121	106	499
SE	FEIRA NOVA	DMR	-	-	45	96	-	-	9	881	54	977
SE	FREI PAULO	DMR	39	505	148	923	-	-	50	4.084	237	5.512
SE	GARARU	DMR	1	13	385	1.108	-	-	58	934	444	2.055
SE	GENERAL MAYNARD	BR	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
SE	GRACHO CARDOSO	DMR	32	241	144	569	-	-	18	860	194	1.670
SE	ILHA DAS FLORES	EMR	-	-	33	61	1	20	1	98	35	179
SE	INDIAROBA	DMR	5	64	136	271	-	-	3	178	144	513
SE	ITABAIANA	EMR	-	-	295	875	-	-	11	355	306	1.230
SE	ITABAIANINHA	BR	-	-	522	1.140	-	-	12	837	534	1.977
SE	ITABI	DMR	-	-	93	221	-	-	10	204	103	425
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	DMR	31	323	86	255	1	199	3	352	121	1.129
SE	JAPARATUBA	DMR	4	37	13	24	-	-	2	90	19	151
SE	JAPOATA	DMR	-	-	85	211	-	-	11	566	96	777
SE	LAGARTO	DMR	6	47	391	825	-	-	28	1.757	425	2.629
SE	LARANJEIRAS	BR	-	-	4	8	-	-	5	349	9	357
SE	MACAMBIRA	EMR	-	-	137	405	-	-	5	399	142	804
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	-	-	6	49	-	-	2	94	8	143
SE	MALHADOR	EMR	-	-	217	757	-	-	6	47	223	804
SE	MARUIM	BR	-	-	5	10	-	-	-	-	5	10
SE	MOITA BONITA	EMR	-	-	95	254	-	-	4	43	99	297
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	DMR	-	-	237	1.389	-	-	15	708	252	2.097
SE	MURIBECA	DMR	-	-	29	64	-	-	4	760	33	824
SE	NEOPOLIS	EMR	-	-	170	366	-	-	8	10.102	178	10.468
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	DMR	-	-	465	2.040	-	-	39	1.732	504	3.772
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	DMR	1	4	362	1.442	-	-	38	2.045	401	3.491
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	DMR	-	-	97	242	-	-	16	3.851	113	4.093
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDE	EMR	-	-	104	211	-	-	6	79	110	290
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORI	AR	-	-	43	78	-	-	-	-	43	78
SE	PACATUBA	DMR	-	-	158	309	-	-	4	126	162	435
SE	PEDRA MOLE	DMR	32	242	17	94	-	-	5	213	54	549
SE	PEDRINHAS	BR	-	-	23	45	-	-	-	-	23	45
SE	PINHAO	DMR	-	-	32	222	-	-	4	322	36	544
SE	PIRAMBU	DMR	-	-	4	7	-	-	-	-	4	7
SE	POCO REDONDO	DMR	-	-	211	555	-	-	14	616	225	1.171
SE	POCO VERDE	DMR	1	12	195	578	-	-	30	756	226	1.346
SE	PORTO DA FOLHA	DMR	12	154	329	826	-	-	17	1.248	358	2.228
SE	PROPRIA	EMR	-	-	59	241	-	-	3	159	62	400
SE	RIACHAO DO DANTAS	DMR	-	-	297	660	-	-	4	490	301	1.150
SE	RIACHUELO	BR	-	-	9	18	-	-	1	48	10	66
SE	RIBEIROPOLIS	DMR	-	-	114	720	-	-	11	285	125	1.005
SE	ROSARIO DO CATETE	BR	-	-	14	28	-	-	-	-	14	28
SE	SALGADO	BR	-	-	53	122	1	49	4	1.883	58	2.054
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	DMR	3	38	107	202	-	-	2	127	112	367

SE	SANTA ROSA DE LIMA	DMR	-	-	22	50	-	-	2	133	24	183
SE	SANTANA DO SAO FRANCISC	EMR	-	-	16	32	-	-	-	-	16	32
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	BR	19	203	17	39	-	-	4	348	40	590
SE	SAO CRISTOVAO	AR	-	-	23	44	-	-	1	23	24	67
SE	SAO DOMINGOS	EMR	-	-	132	284	-	-	-	-	132	284
SE	SAO FRANCISCO	DMR	-	-	2	2	-	-	1	110	3	112
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	DMR	-	-	38	143	-	-	21	609	59	752
SE	SIMAO DIAS	DMR	-	-	226	996	-	-	34	5.783	260	6.779
SE	SIRIRI	DMR	-	-	7	12	-	-	2	932	9	944
SE	TELHA	EMR	-	-	39	73	-	-	3	424	42	497
SE	TOBIAS BARRETO	DMR	14	139	235	583	-	-	38	952	287	1.674
SE	TOMAR DO GERU	BR	-	-	94	196	-	-	2	64	96	260
SE	UMBAUBA	BR	-	-	154	320	-	-	1	76	155	396
	TOTAL		2.864	63.510	190.602	542.693	112	20.080	6.205	1.109.980	199.783	1.726.263

Tabela 27.A
FNE - Contratações por Município - Setor Não Rural
1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Agroindústria		Industrial		Turismo		Infra Estrutura		Comércio e Serviços		Total Não Rural	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	ANADIA	BR	-	-	1	38	-	-	-	-	-	-	1	38
AL	ARAPIRACA	BR	2	853	5	969	-	-	-	-	19	2.134	26	3.956
AL	BATALHA	DMR	-	-	1	8	-	-	-	-	15	237	16	245
AL	CACIMBINHAS	BR	1	75	-	-	-	-	-	-	1	3	2	78
AL	CANAPI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	119	1	119
AL	CHA PRETA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	28	2	28
AL	CORURIPE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	291	6	291
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	172	3	172
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	23	2	23
AL	IGREJA NOVA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	132	3	132
AL	INHAPI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	223	2	223
AL	JACARE DOS HOMENS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	14	2	14
AL	JUNQUEIRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	2	49
AL	MACEIO	AR	-	-	9	9.561	1	7.426	-	-	56	40.661	66	57.648
AL	MAJOR ISIDORO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	603	7	603
AL	MARAGOGI	BR	-	-	-	-	1	109	-	-	1	79	2	188
AL	MARECHAL DEODORO	AR	-	-	-	-	2	258	-	-	1	200	3	458
AL	MARIBONDO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	86	2	86
AL	MATA GRANDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	71	1	71
AL	MINADOR DO NEGRAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	195	3	195
AL	MONTEIROPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	54	2	54
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	152	6	152
AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	35	2	35
AL	OLIVENCA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
AL	OURO BRANCO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	123	5	123
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	26	1.008	26	1.008
AL	PAO DE ACUCAR	DMR	-	-	1	5	-	-	-	-	5	76	6	81
AL	PARICONHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	198	2	198
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	574	1	574
AL	PAULO JACINTO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	22	2	22
AL	PENEDO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	753	14	753
AL	PIACABUCU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100	3	100
AL	PILAR	AR	-	-	-	-	1	319	-	-	2	130	3	449
AL	PIRANHAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	35	2	35
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
AL	PORTO CALVO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	380	2	380
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
AL	SANTANA DO IPANEMA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	118	5	118
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	190	4	190
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	BR	-	-	1	20	1	5.162	-	-	4	5.339	6	10.521
AL	SAO SEBASTIAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	169	7	169
AL	TANQUE D'ARCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	154	3	154
AL	TAQUARANA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	1	12
AL	TEOTONIO VILELA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	316	7	316
AL	TRAIPU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	140	1	140
AL	UNIAO DOS PALMARES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	15	1.943	15	1.943
BA	ABAIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	31	1	31
BA	ABARE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
BA	ADUSTINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	1	80
BA	ALAGOINHAS	EMR	3	-	7	918	-	-	-	-	37	1.549	44	2.868

| | | |

BA	ELISIO MEDRADO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33	1	33
BA	ENTRE RIOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	235	3	235
BA	ESPLANADA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	123	1	123
BA	EUNAPOLIS	EMR	1	1.917	2	1.844	1	23	-	-	9	1.332	13	5.116
BA	FATIMA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	44	3	44
BA	FEIRA DA MATA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	43	2	43
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	3	4.191	3	328	-	-	-	-	50	27.542	56	32.061
BA	FILADELFIA	EMR	-	-	1	30	-	-	-	-	2	47	3	77
BA	FIRMINO ALVES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	119	1	119
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	289	4	289
BA	GANDU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	158	4	158
BA	GAVIAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	39	2	39
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5.739	1	5.739
BA	GUANAMBI	EMR	1	67	4	678	-	-	-	-	14	2.385	19	3.130
BA	IACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	804	8	804
BA	IBIASSUCE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	542	1	542
BA	IBICARAI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	239	2	239
BA	IBICOARA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	299	4	299
BA	IBICUI	EMR	1	345	-	-	-	-	-	-	1	181	2	526
BA	IBIRAPUA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	58	2	58
BA	IBIRATAIA	EMR	-	-	1	25	-	-	-	-	2	28	3	53
BA	IBOTIRAMA	DMR	1	73	-	-	-	-	-	-	10	992	11	1.065
BA	IGRAPIUNA	EMR	-	-	1	6	-	-	-	-	3	145	4	151
BA	IGUAI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	281	4	281
BA	ILHEUS	EMR	-	-	2	52	-	-	-	-	39	1.944	41	1.996
BA	INHAMBUPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	181	6	181
BA	IPIAU	EMR	2	76	1	21	-	-	-	-	13	459	16	555
BA	IPIRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	380	3	380
BA	IRECE	EMR	-	-	3	131	1	46	-	-	36	2.431	40	2.607
BA	ITABELA	EMR	3	177	-	-	-	-	-	-	-	-	3	177
BA	ITABERABA	BR	-	-	4	175	2	111	-	-	57	2.063	63	2.349
BA	ITABUNA	EMR	-	-	5	389	-	-	-	-	42	5.213	47	5.602
BA	ITACARE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
BA	ITAGIBA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	5
BA	ITAJUIPE	EMR	-	-	1	129	-	-	-	-	1	25	2	154
BA	ITAMARAJU	EMR	-	-	7	271	-	-	-	-	41	1.658	48	1.929
BA	ITAMBE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	310	4	310
BA	ITANHEM	EMR	1	18	-	-	-	-	-	-	4	596	5	614
BA	ITAPARICA	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
BA	ITAPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	2	49
BA	ITAPETINGA	EMR	-	-	5	106	-	-	-	-	41	1.169	46	1.275
BA	ITAPICURU	BR	-	-	4	442	-	-	-	-	3	256	7	698
BA	ITARANTIM	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	30
BA	ITORORO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	152	6	152
BA	ITUACU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	178	3	178
BA	ITUBERA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	301	4	301
BA	JACOBINA	EMR	-	-	4	132	1	4	-	-	30	943	35	1.079
BA	JAGUAQUARA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	78	2	78
BA	JAGUARARI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	324	4	324
BA	JEQUIE	EMR	2	54	5	536	-	-	-	-	24	2.272	31	2.862
BA	JEREMOABO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	68	1	68
BA	JIQUIRICA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1	4
BA	JUAZEIRO	EMR	-	-	6	124.369	-	-	-	-	58	11.134	64	135.503
BA	JUCURUCU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
BA	JUSSARA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
BA	JUSSARI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	46	2	46
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR	-	-	1	191	-	-	-	-	-	-	1	191
BA	LAPAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	122	3	122
BA	LAURO DE FREITAS	AR	-	-	3	521	-	-	-	-	19	3.764	22	4.285
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHOR	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25

BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	33	2.655	33	2.655
BA	MACARANI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	34	2	34
BA	MADRE DE DEUS	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	59	2	59
BA	MAETINGA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	30	2	30
BA	MAIQUINIQUE	EMR	1	66	-	-	-	-	-	-	5	87	6	153
BA	MARACAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	53	2	53
BA	MARAU	EMR	-	-	-	-	1	539	-	-	-	-	1	539
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	189	2	189
BA	MASCOTE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	63	4	63
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR	-	-	-	-	1	45	-	-	1	45	2	90
BA	MEDEIROS NETO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	166	5	166
BA	MIGUEL CALMON	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	31	2	31
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	278	10	278
BA	MUCURI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	789	5	789
BA	MUNDO NOVO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	95	3	95
BA	MUTUIPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	161	7	161
BA	NAZARE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	76	2	76
BA	NILO PECANHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	59	3	59
BA	NOVA CANAA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	53	2	53
BA	NOVA FATIMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	141	1	141
BA	NOVA REDENCAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
BA	NOVA SOURE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	218	4	218
BA	NOVA VICOSA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	414	3	414
BA	OLINDINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	26	1	26
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	87	1	87
BA	PALMEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
BA	PARATINGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	58	3	58
BA	PARIPIRANGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	878	8	878
BA	PAULO AFONSO	DMR	-	-	2	15	1	117	-	-	26	3.327	29	3.459
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
BA	PIRITIBA	EMR	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	1	100
BA	PLANALTO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	1	19
BA	POCOES	EMR	-	-	1	175	-	-	-	-	-	-	1	175
BA	PORTO SEGURO	EMR	-	-	-	-	1	359	-	-	6	2.465	7	2.824
BA	POTIRAGUA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	40	3	40
BA	PRADO	EMR	-	-	1	50	1	200	-	-	1	40	3	290
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	240	2	240
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
BA	REMANSO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	102	3	102
BA	RETIROLANDIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	112	1	112
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR	-	-	2	193	-	-	-	-	5	213	7	406
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	676	5	676
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	1	53	-	-	-	-	-	-	-	-	1	53
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	13	984	13	984
BA	RIO DO ANTONIO	EMR	-	-	1	150	-	-	-	-	-	-	1	150
BA	RIO REAL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	63	2	63
BA	RUY BARBOSA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	196	3	196
BA	SALVADOR	AR	-	-	13	2.545	7	7.917	-	-	167	63.279	187	73.741
BA	SANTA BARBARA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	116	3	116
BA	SANTA BRIGIDA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	27	2	27
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	1	18
BA	SANTA LUZIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	DMR	-	-	1	23	-	-	-	-	12	1.399	13	1.422
BA	SANTANA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	27	1	27
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	EMR	1	40	7	221	-	-	-	-	41	3.949	49	4.210
BA	SAO DESIDERIO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	86	3	86
BA	SAO FELIPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	47	1	47
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	368	2	368
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	135	3	135
BA	SAO GABRIEL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	EMR	1	400	2	70	-	-	-	-	-	-	3	470

BA	SAO JOSE DO JACUIPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	39	2	39
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	30
BA	SAPEACU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	5
BA	SAUDE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7
BA	SEABRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	476	7	476
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR	-	-	1	184	1	196	-	-	25	2.800	27	3.180
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	105	3	105
BA	SERRA DOURADA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	99	1	99
BA	SERRINHA	EMR	-	-	1	146	1	60	-	-	2	108	4	314
BA	SIMOES FILHO	AR	-	-	7	1.911	-	-	-	-	19	7.383	26	9.294
BA	SITIO DO MATO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
BA	SITIO DO QUINTO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	1	28
BA	SOBRADINHO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	95	2	95
BA	TANHACU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
BA	TAPEROA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	70	2	70
BA	TAPIRAMUTA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	-	-	2	114	-	-	-	-	25	6.527	27	6.641
BA	TERRA NOVA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	55	2	55
BA	TUCANO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	187	3	187
BA	UAUA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	127	2	127
BA	UBAITABA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
BA	UBATA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	147	4	147
BA	UNA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1	4
BA	URANDI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	74	1	74
BA	URUCUCA	EMR	-	-	-	-	1	43	-	-	3	73	4	116
BA	UTINGA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	57	2	57
BA	VALENCA	EMR	2	156	4	303	1	200	-	-	35	1.533	42	2.192
BA	VALENTE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	209	3	209
BA	VARZEA DA ROCA	BR	-	-	-	-	2	172	-	-	1	86	3	258
BA	VARZEA DO POCO	EMR	-	-	1	13	-	-	-	-	1	16	2	29
BA	VARZEA NOVA	EMR	1	58	-	-	-	-	-	-	-	-	1	58
BA	VERA CRUZ	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	75	2	75
BA	VITORIA DA CONQUISTA	EMR	-	-	9	3.222	-	-	-	-	34	7.521	43	10.743
BA	WAGNER	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	6
BA	WANDERLEY	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	46	4	46
CE	ACARAPE	BR	-	-	2	61	-	-	-	-	1	187	3	248
CE	ACARAU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.445	8	1.445
CE	ACOPIARA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	347	4	347
CE	AIUABA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	201	4	201
CE	ALCANTARAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	158	3	158
CE	ALTO SANTO	EMR	-	-	1	35	-	-	-	-	4	408	5	443
CE	AMONTADA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	16	1.544	16	1.544
CE	ANTONINA DO NORTE	BR	-	-	1	32	-	-	-	-	6	115	7	147
CE	AQUIRAZ	AR	-	-	-	-	1	1.749	-	-	8	9.063	9	10.812
CE	ARACATI	EMR	-	-	4	626	-	-	-	-	30	5.283	34	5.909
CE	ARACOIABA	BR	-	-	1	31	-	-	-	-	2	52	3	83
CE	ARARENDA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	194	6	194
CE	ARARIPE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	702	6	702
CE	ARATUBA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	41	1	41
CE	ARNEIROZ	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	1	22
CE	AURORA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	123	2	123
CE	BAIXIO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	352	1	352
CE	BANABUIU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	56	3	56
CE	BARBALHA	EMR	-	-	3	8.794	-	-	-	-	10	1.136	13	9.930
CE	BARREIRA	DMR	-	-	1	31	-	-	-	-	2	91	3	122
CE	BARRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	72	2	72
CE	BARROQUINHA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	281	4	281
CE	BATURITE	BR	-	-	1	50	-	-	-	-	16	375	17	425
CE	BEBERIBE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	74	2	74
CE	BELA CRUZ	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20
CE	BOA VIAGEM	DMR	-	-	2	2.704	-	-	-	-	10	1.265	12	3.970

CE	BREJO SANTO	BR	-	-	2	276	1	2.200	-	-	17	705	20	3.181
CE	CAMOCIM	BR	-	-	2	60	-	-	-	-	21	978	23	1.038
CE	CAMPOS SALES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	18	480	18	480
CE	CANINDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	35	1.035	35	1.035
CE	CAPISTRANO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	98	5	98
CE	CARIDADE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	33	2	33
CE	CARIRIACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	164	2	164
CE	CARIUS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	56	2	56
CE	CARNAUBAL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20
CE	CASCAVEL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	108	2	108
CE	CATARINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	181	2	181
CE	CATUNDA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	219	6	219
CE	CAUCAIA	AR	-	-	3	57	-	-	-	-	9	4.410	12	4.467
CE	CEDRO	DMR	-	-	1	350	-	-	-	-	2	65	3	415
CE	CHORO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
CE	CHOROZINHO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3.017	2	3.017
CE	CRATEUS	BR	-	-	1	42	-	-	-	-	34	2.085	35	2.127
CE	CRATO	EMR	-	-	13	12.113	-	-	-	-	26	7.344	39	19.457
CE	CROATA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	146	3	146
CE	CRUZ	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	158	2	158
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	251	4	251
CE	EUSEBIO	AR	-	-	14	11.257	-	-	-	-	5	4.829	19	16.086
CE	FORQUILHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	58	3	58
CE	FORTALEZA	AR	1	450	45	7.867	4	807	1	45.441	273	49.192	324	103.557
CE	FRECHEIRINHA	BR	-	-	1	49	-	-	-	-	6	270	7	319
CE	GRANJA	BR	-	-	-	-	1	283	-	-	15	350	16	633
CE	GROAIRAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	90	1	90
CE	GUAIUBA	AR	-	-	1	49	-	-	-	-	1	20	2	69
CE	GUARACIABA DO NORTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	486	12	486
CE	GUARAMIRANGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
CE	HIDROLANDIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	295	3	295
CE	HORIZONTE	DMR	-	-	5	17.765	-	-	-	-	6	9.967	11	27.732
CE	IBARETAMA	DMR	-	-	1	30	-	-	-	-	1	46	2	76
CE	IBIAPINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	36	3	36
CE	IBICUITINGA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	98	9	98
CE	ICAPUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	179	7	179
CE	ICO	DMR	-	-	2	155	-	-	-	-	8	575	10	730
CE	IGUATU	DMR	1	78	5	784	-	-	-	-	47	12.136	53	12.998
CE	INDEPENDENCIA	BR	-	-	1	218	-	-	-	-	3	109	4	325
CE	IPAUMIRIM	BR	-	-	1	425	-	-	-	-	-	-	1	425
CE	IPU	BR	-	-	2	81	-	-	-	-	4	519	6	600
CE	IPUEIRAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	13	421	13	421
CE	IRACEMA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	906	8	906
CE	IRAUCUBA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	120	4	120
CE	ITAICABA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	317	5	317
CE	ITAITINGA	AR	-	-	6	7.494	-	-	-	-	2	4.018	8	11.512
CE	ITAPAGE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1.675	11	1.675
CE	ITAPIPOCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	39	1.334	39	1.334
CE	ITAPIUNA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	42	2	42
CE	ITAREMA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	2	49
CE	ITATIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2.252	5	2.252
CE	JAGUARETAMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2.018	3	2.018
CE	JAGUARIBARA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	173	2	173
CE	JAGUARIBE	EMR	1	6.903	2	1.534	-	-	-	-	24	4.306	27	12.743
CE	JAGUARUANA	EMR	-	-	4	569	-	-	-	-	6	220	10	809
CE	JARDIM	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	462	6	462
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	BR	-	-	1	32	-	-	-	-	5	97	6	129
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR	-	-	49	12.718	4	2.862	1	60.746	72	13.513	126	89.839
CE	JUCAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	128	3	128
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	BR	-	-	1	74	-	-	-	-	4	405	5	479
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	-	-	2	366	-	-	-	-	39	8.293	41	8.659

CE	MADALENA	DMR	-	-	1	34	-	-	-	-	2	243	3	277
CE	MARACANAU	AR	-	-	18	10.518	-	-	-	-	27	7.352	45	17.870
CE	MARANGUAPE	AR	-	-	3	100	-	-	-	-	2	237	5	337
CE	MARCO	BR	-	-	4	374	-	-	-	-	3	175	7	549
CE	MARTINOPOLE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
CE	MASSAPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
CE	MAURITI	BR	-	-	1	187	-	-	-	-	11	822	12	1.009
CE	MERUOCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
CE	MILAGRES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	132	4	132
CE	MIRAIMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	54	2	54
CE	MISSAO VELHA	EMR	-	-	3	377	-	-	-	-	5	417	8	794
CE	MOMBACA	BR	-	-	1	21	-	-	-	-	13	472	14	493
CE	MONSENHOR TABOSA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	205	5	205
CE	MORADA NOVA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	15	633	15	633
CE	MORRINHOS	BR	-	-	-	-	1	147	-	-	1	22	2	169
CE	MULUNGU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	62	2	62
CE	NOVA OLINDA	EMR	-	-	2	2.088	-	-	-	-	1	63	3	2.149
CE	NOVA RUSSAS	BR	-	-	1	12	-	-	-	-	19	774	20	786
CE	NOVO ORIENTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	438	4	438
CE	OROS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	222	2	222
CE	PACAJUS	DMR	-	-	2	102	-	-	-	-	5	5.439	7	5.541
CE	PACATUBA	AR	-	-	4	7.296	-	-	-	-	6	561	10	7.857
CE	PACOTI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	102	4	102
CE	PALHANO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100	2	100
CE	PALMACIA	BR	-	-	1	15	-	-	-	-	-	-	1	15
CE	PARACURU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
CE	PARAIPABA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	51	3	61
CE	PARAMBU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	125	4	125
CE	PARAMOTI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	129	3	129
CE	PEDRA BRANCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
CE	PENAFORTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	83	4	83
CE	PENTECOSTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
CE	PEREIRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	83	2	83
CE	PINDORETAMA	DMR	-	-	2	108	-	-	-	-	2	247	4	355
CE	PIRES FERREIRA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	115	1	115
CE	PORANGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	112	4	112
CE	PORTEIRAS	EMR	-	-	1	6	-	-	-	-	-	-	1	6
CE	POTENGI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	5
CE	POTIRETAMA	BR	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	25
CE	QUIXADA	DMR	1	59	2	52	-	-	-	-	48	2.104	51	2.225
CE	QUIXELO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	568	5	568
CE	QUIXERAMOBIM	DMR	-	-	5	285	-	-	-	-	60	1.366	65	1.651
CE	QUIXERE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	1	16
CE	REDENCAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.870	6	1.870
CE	RERIUTABA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	285	3	285
CE	RUSSAS	EMR	1	9	7	877	-	-	-	-	22	3.543	30	4.429
CE	SABOEIRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	81	1	81
CE	SANTA QUITERIA	DMR	-	-	1	43	1	28	-	-	15	1.214	17	1.283
CE	SANTANA DO ACARAU	EMR	-	-	1	18	-	-	-	-	5	288	6	306
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	39	2	39
CE	SAO BENEDITO	BR	-	-	4	1.256	-	-	-	-	29	1.764	33	3.020
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	BR	-	-	2	400	1	133	1	250.000	6	141	10	250.674
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	74	2	74
CE	SENADOR POMPEU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	142	5	142
CE	SOBRAL	EMR	-	-	10	1.812	-	-	-	-	71	5.523	81	7.335
CE	SOLONOPOLE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	1	12
CE	TABULEIRO DO NORTE	EMR	-	-	3	238	-	-	-	-	36	4.129	39	4.367
CE	TAMBORIL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	120	3	120
CE	TAUA	BR	-	-	-	-	1	349	-	-	20	6.386	21	6.735
CE	TEJUCUOCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
CE	TIANGUA	BR	1	456	5	133	-	-	-	-	66	2.661	72	3.250

CE	TRAIRI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	674	7	674
CE	TURURU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	165	1	165
CE	UBAJARA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	582	9	582
CE	URUBURETAMA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	159	8	159
CE	URUOCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	285	3	285
CE	VARJOTA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	11	347	11	347
CE	VARZEA ALEGRE	BR	-	-	3	222	-	-	-	-	8	499	11	721
CE	VICOSA DO CEARA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	375	14	375
ES	ALTO RIO NOVO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	27	1	27
ES	BAIXO GUANDU	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	454	2	454
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	225	2	225
ES	COLATINA	EMR	1	5.000	4	261	1	988	-	-	8	10.575	14	16.824
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	661	1	661
ES	JAGUARE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	87	2	87
ES	LINHARES	EMR	-	-	5	1.262	-	-	-	-	28	2.345	33	3.607
ES	MARILANDIA	EMR	-	-	1	80	-	-	-	-	4	186	5	266
ES	MONTANHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	79	3	79
ES	NOVA VENECIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	772	2	772
ES	PINHEIROS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	192	3	192
ES	RIO BANANAL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	83	3	83
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	EMR	-	-	2	183	-	-	-	-	1	30	3	213
ES	SAO MATEUS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	142	4	142
ES	SOORETAMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
MA	ACAILANDIA	EMR	1	422	-	-	-	-	-	-	32	4.332	33	4.754
MA	ALCANTARA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	134	1	134
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	1	16
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
MA	ANAPURUS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	139	3	139
MA	APICUM-ACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	301	9	301
MA	ARAGUANA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	ARAIOSES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	241	3	241
MA	ARAME	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	76	3	76
MA	BACABAL	BR	-	-	2	38	-	-	-	-	24	1.773	26	1.811
MA	BACURI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	440	5	440
MA	BALSAS	DMR	1	1.560	-	-	-	-	-	-	25	1.790	26	3.350
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	-	-	1	75	-	-	-	-	4	516	5	591
MA	BARRA DO CORDA	BR	-	-	1	12	-	-	-	-	34	1.437	35	1.449
MA	BARREIRINHAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	45	2	45
MA	BEQUIMAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	34	2	34
MA	BERNARDO DO MEARIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	104	3	104
MA	BREJO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	2	50
MA	BURITI BRAVO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
MA	BURITICUPU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	350	9	350
MA	CAJAPIO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MA	CANTANHEDE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	1	28
MA	CAXIAS	BR	1	150	3	223	-	-	-	-	42	3.021	46	3.304
MA	CHAPADINHA	BR	-	-	1	35	1	26	-	-	17	688	19	749
MA	CODO	BR	-	-	-	-	1	164	-	-	51	2.424	52	2.588
MA	COELHO NETO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	38	1	38
MA	COLINAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	298	5	298
MA	COROATA	BR	-	-	-	-	1	245	-	-	5	141	6	386
MA	CURURUPU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	90	3	90
MA	DAVINOPOLIS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	36	2	36
MA	DOM PEDRO	BR	-	-	3	155	-	-	-	-	2	17	5	172
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	16	695	16	695
MA	ESTREITO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	300	4	300
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	32	1	32
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	159	2	159
MA	FORTUNA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	71	3	71

MA	GOVERNADOR ARCHER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	199	3	199
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	312	1	312
MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	54	2	54
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18	2	18
MA	GRAJAU	BR	-	-	3	348	-	-	-	-	8	681	11	1.029
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	272	2	272
MA	IGARAPE GRANDE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	24	2	24
MA	IMPERATRIZ	EMR	-	-	6	4.024	1	10.525	-	-	46	21.614	55	36.163
MA	ITAPECURU MIRIM	BR	-	-	2	158	1	179	-	-	1	85	4	422
MA	ITINGA DO MARANHAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	204	3	204
MA	JOAO LISBOA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
MA	LAGO DA PEDRA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	707	12	707
MA	LAGO DOS RODRIGUES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	42	2	42
MA	LAGOA DO MATO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
MA	LIMA CAMPOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	205	4	205
MA	MARACACUME	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	227	1	227
MA	MATA ROMA	BR	-	-	1	20	-	-	-	-	4	88	5	108
MA	MATINHA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
MA	MIRINZAL	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	2	49
MA	MONCAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	32	2	32
MA	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	113	3	113
MA	PACO DO LUMIAR	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	11.007	2	11.007
MA	PALMEIRANDIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MA	PARNARAMA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	33	2	33
MA	PASSAGEM FRANCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	93	5	93
MA	PASTOS BONS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	60	3	60
MA	PAULO RAMOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	183	8	183
MA	PEDREIRAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	22	563	22	563
MA	PERI MIRIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
MA	PERITORO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	19	2	19
MA	PINHEIRO	BR	-	-	-	-	1	200	-	-	20	1.106	21	1.306
MA	POCAO DE PEDRAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
MA	PORTO FRANCO	EMR	1	17.025	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17.025
MA	PORTO RICO DO MARANHAO	BR	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	1	100
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	2	189	4	207	-	-	-	-	23	897	29	1.293
MA	RAPOSA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	200	1	200
MA	ROSARIO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	1	62
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	1	29
MA	SANTA HELENA	BR	-	-	1	25	-	-	-	-	16	833	17	858
MA	SANTA INES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	786	14	786
MA	SANTA LUZIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	81	2	81
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	11.200	3	11.200
MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	80	2	80
MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	45	2	45
MA	SAO BENTO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	226	3	226
MA	SAO BERNARDO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	105	3	105
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	74	3	74
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	773	12	773
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	804	5	804
MA	SAO JOAO DOS PATOS	BR	-	-	1	25	-	-	-	-	3	116	4	141
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	EMR	-	-	3	1.737	-	-	-	-	5	2.596	8	4.333
MA	SAO LUIS	EMR	-	-	5	102.393	-	-	2	60.743	115	48.108	122	211.244
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	109	2	109
MA	SAO ROBERTO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	200	1	200
MA	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	335	7	335
MA	SITIO NOVO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25

MA	TIMBIRAS	BR	1	20	-	-	-	-	-	-	9	368	10	386
MA	TIMON	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	15	5.296	15	5.296
MA	TRIZIOELA DO VALE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	312	8	312
MA	TUNTUM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	86	2	86
MA	TURIACU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	48	3	48
MA	TURILANDIA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	2	10
MA	TUTOIA	BR	-	-	-	-	1	134	-	-	2	38	3	172
MA	URBANO SANTOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	254	4	254
MA	VARGEM GRANDE	BR	-	-	1	198	-	-	-	-	4	80	5	278
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
MA	VITORINO FREIRE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	359	9	359
MA	ZE DOCA	BR	-	-	3	2.055	-	-	-	-	2	1.456	5	3.511
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
MG	ANGELANDIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	179	3	179
MG	ARACUAI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	1	22
MG	ARINOS	DMR	-	-	1	60	1	179	-	-	1	30	3	289
MG	BOCAIUVA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	187	5	187
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	-	-	2	110	-	-	-	-	14	750	16	860
MG	BURITIZEIRO	EMR	-	-	1	150	1	100	-	-	1	25	3	275
MG	CAPELINHA	DMR	-	-	1	968	-	-	-	-	15	805	16	1.773
MG	CATUTI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	246	2	246
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	73	2	73
MG	CORONEL MURTA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
MG	DIAMANTINA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	2	37
MG	ESPINOSA	DMR	-	-	3	94	-	-	-	-	22	779	25	873
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
MG	FORMOSO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	148	1	148
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
MG	FRONTEIRA DOS VALES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MG	GAMELEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	2	37
MG	GRAO MOGOL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	78	1	78
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	153	4	153
MG	ITACARAMBI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	196	5	196
MG	ITAIPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	ITAMBACURI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	1	12
MG	ITAOBIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	85	2	85
MG	ITINGA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	1	22
MG	JAIBA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	17	1.109	17	1.109
MG	JANAUBA	DMR	1	103	6	95	-	-	-	-	76	2.969	83	3.167
MG	JANUARIA	DMR	-	-	4	146	-	-	-	-	40	1.968	44	2.114
MG	JAPONVAR	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	218	3	218
MG	JEQUITAI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	39	1	39
MG	JEQUITINHONHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	954	2	954
MG	JOSENOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	JUVENILIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	95	2	95
MG	LADAINHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	1	12
MG	LEME DO PRADO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	79	1	79
MG	LONTRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20	2	20
MG	LUISLANDIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	75	3	75
MG	MALACACHETA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
MG	MAMONAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
MG	MANGA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	129	7	129
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	73	3	73
MG	MATO VERDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	545	9	545
MG	MEDINA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	139	4	139
MG	MINAS NOVAS	DMR	-	-	1	226	-	-	-	-	2	252	3	478
MG	MIRABELA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	55	4	55
MG	MIRAVANIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
MG	MONTALVANIA	DMR	-	-	1	76	-	-	-	-	8	460	9	536
MG	MONTE AZUL	DMR	-	-	5	687	-	-	-	-	48	2.392	53	3.079

MG	MONTES CLAROS	EMR	-	-	7	336	1	50	-	-	58	5.464	66	5.850
MG	MONTEZUMA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	45	2	45
MG	NANUQUE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	23	1	23
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	-	-	2	109	-	-	-	-	4	120	6	229
MG	PAI PEDRO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	5
MG	PATIS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	252	2	252
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	202	3	202
MG	PIRAPORA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	35	2.921	35	2.921
MG	PORTEIRINHA	DMR	-	-	2	79	-	-	-	-	31	1.942	33	2.021
MG	RIACHO DOS MACHADOS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	2	37
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	229	4	229
MG	SALINAS	DMR	-	-	5	1.216	-	-	-	-	25	2.388	30	3.604
MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	181	2	181
MG	SAO FRANCISCO	DMR	-	-	-	-	1	30	-	-	14	423	15	453
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	99	1	99
MG	SAO JOAO DO PARAISO	DMR	-	-	1	127	-	-	-	-	1	172	2	299
MG	SAO ROMAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	67	1	67
MG	SERRO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	81	2	81
MG	TAIOBEIRAS	DMR	-	-	1	17	-	-	-	-	4	384	5	401
MG	TEOFILO OTONI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	2.035	9	2.035
MG	TURMALINA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
MG	UBAI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	74	3	74
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	-	-	1	17	-	-	-	-	4	372	5	389
MG	VARZELANDIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	39	1	39
MG	VERDELANDIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	108	6	108
PB	ALAGOA GRANDE	BR	-	-	1	12	-	-	-	-	5	226	6	238
PB	ALAGOA NOVA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	42	2	42
PB	ALAGOINHA	BR	-	-	1	200	-	-	-	-	1	28	2	228
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	BR	-	-	1	18	-	-	-	-	-	-	1	18
PB	ALHANDRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	11.857	3	11.857
PB	AMPARO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	1	28
PB	ARACAGI	BR	-	-	-	-	1	82	-	-	2	85	3	167
PB	ARARA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	77	5	77
PB	ARARUNA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	126	4	126
PB	AREIAL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	35	2	35
PB	ASSUNCAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	6
PB	BANANEIRAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	60	3	60
PB	BARAUNA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	22	2	22
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	1	61	-	-	-	-	-	-	-	-	1	61
PB	BAYEUX	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	387	5	387
PB	BELEM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	85	3	85
PB	BERNARDINO BATISTA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	1	28
PB	BOA VENTURA	DMR	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	25
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	1	100
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	-	-	4	88	-	-	-	-	5	96	9	184
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	67	3	67
PB	CABACEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
PB	CABEDELO	AR	-	-	7	1.538	-	-	-	-	11	726	18	2.262
PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	116	3	116
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	111	2	111
PB	CAJAZEIRAS	EMR	-	-	3	248	-	-	-	-	31	3.060	34	3.308
PB	CAMALAU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	16	2	16
PB	CAMPINA GRANDE	EMR	-	-	13	1.426	4	176	-	-	47	4.986	64	6.588
PB	CAMPO DE SANTANA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
PB	CARAUBAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1	4
PB	CASSERENGUE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	30	3	30
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	-	-	9	472	-	-	-	-	33	1.013	42	1.485
PB	CONCEICAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	82	2	82
PB	CONDADO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	35	2	35

| | | |

PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	40	3	40
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	38	2	38
PB	SAO JOSE DO SABUGI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
PB	SAO MAMEDE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE R	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	30
PB	SAPE	BR	2	32	1	42	-	-	-	-	15	249	18	323
PB	SERRA BRANCA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	159	4	159
PB	SERTAOZINHO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	1	22
PB	SOLANEA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	300	10	300
PB	SOUSA	EMR	2	702	5	703	1	15	-	-	40	1.569	48	2.989
PB	SUME	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	195	5	195
PB	TEIXEIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
PB	TRIUNFO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	116	2	116
PB	UIRAUNA	EMR	-	-	2	44	-	-	-	-	5	538	7	582
PE	ABREU E LIMA	AR	-	-	6	360	-	-	-	-	9	222	15	582
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DMR	-	-	5	235	4	411	-	-	33	1.280	42	1.926
PE	AFRANIO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	269	3	269
PE	AGUAS BELAS	BR	-	-	2	20	-	-	-	-	10	501	12	521
PE	ALAGOINHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
PE	ALIANCA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	15	842	15	842
PE	ARACOIABA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	51	4	51
PE	ARARIPINA	DMR	1	70	6	996	1	4.393	-	-	32	3.087	40	8.526
PE	ARCOVERDE	EMR	1	88	1	90	1	6.614	-	-	22	784	25	7.576
PE	BARRA DE GUABIRABA	BR	-	-	1	27	-	-	-	-	3	103	4	130
PE	BARREIROS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	182	2	182
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.642	8	1.642
PE	BELO JARDIM	EMR	-	-	1	61	2	277	-	-	15	302	18	640
PE	BETANIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	85	2	85
PE	BEZERROS	EMR	-	-	3	435	-	-	-	-	24	1.157	27	1.593
PE	BODOCO	DMR	-	-	1	1.551	-	-	-	-	10	520	11	2.071
PE	BOM CONSELHO	EMR	-	-	1	33	-	-	-	-	33	1.158	34	1.191
PE	BOM JARDIM	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	199	4	199
PE	BONITO	BR	-	-	3	296	1	23	-	-	2	86	6	405
PE	BREJINHO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	42	1	42
PE	BUENOS AIRES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	74	1	74
PE	BUIQUE	BR	1	9	-	-	1	592	-	-	5	104	7	705
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	EMR	-	-	2	138	-	-	-	-	3	344	5	482
PE	CABROBO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	732	10	732
PE	CACHOEIRINHA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	23	1	23
PE	CAETES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	78	5	78
PE	CALCADO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33	1	33
PE	CAMARAGIBE	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	645	5	645
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	BR	-	-	1	10	-	-	-	-	3	73	4	83
PE	CAMUTANGA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	190	2	190
PE	CANHOTINHO	EMR	-	-	2	124	-	-	-	-	4	84	6	208
PE	CAPOEIRAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	184	8	184
PE	CARNAIBA	DMR	-	-	2	10.028	-	-	-	-	12	386	14	10.414
PE	CARPINA	EMR	-	-	3	117	-	-	-	-	6	462	9	579
PE	CARUARU	EMR	-	-	9	548	1	435	-	-	30	9.612	40	10.595
PE	CASINHAS	EMR	-	-	1	20	-	-	-	-	-	-	1	20
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	107	1	107
PE	CHA GRANDE	EMR	-	-	3	65	-	-	-	-	3	218	6	283
PE	CONDADO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	57	2	57
PE	CUMARU	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	30
PE	CUSTODIA	EMR	-	-	1	586	-	-	-	-	4	77	5	663
PE	DORMENTES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	47	2	47
PE	ESCADA	BR	-	-	1	19	-	-	-	-	3	288	4	307
PE	EXU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	494	8	494
PE	FEIRA NOVA	BR	-	-	1	15	-	-	-	-	3	75	4	90
PE	FERREIROS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	350	5	350
PE	FLORES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20

PE	FLORESTA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	285	4	285
PE	FREI MIGUELINHO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	124	3	124
PE	GARANHUNS	EMR	-	-	21	411	-	-	-	-	87	2.436	108	2.847
PE	GLORIA DO GOITA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	390	3	390
PE	GOIANA	EMR	-	-	1	25	-	-	-	-	23	692	24	717
PE	GRANITO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	43	2	43
PE	GRAVATA	EMR	-	-	2	65	2	26.807	-	-	16	880	22	28.752
PE	IATI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	148	5	148
PE	IBIMIRIM	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	312	8	312
PE	IGARASSU	EMR	-	-	4	562	-	-	-	-	10	218	14	780
PE	IGUARACI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	380	4	380
PE	INAJA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
PE	IPOJUCA	EMR	-	-	3	16.436	-	-	-	-	1	15	4	16.453
PE	IPUBI	DMR	1	120	8	941	-	-	-	-	1	25	10	1.086
PE	ITAIBA	BR	-	-	2	18	-	-	-	-	-	-	2	18
PE	ITAMARACA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	6
PE	ITAMBE	EMR	-	-	1	15	-	-	-	-	14	493	15	508
PE	ITAPETIM	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	381	8	381
PE	ITAPISSUMA	EMR	-	-	1	583	-	-	-	-	1	100	2	683
PE	ITAQUITINGA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	258	4	258
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	AR	1	199	9	1.573	-	-	-	-	23	2.099	33	3.871
PE	JAQUEIRA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	166	1	166
PE	JATAUBA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	1	35
PE	JATOBA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	38	1	38
PE	JOAO ALFREDO	BR	-	-	5	206	-	-	-	-	12	388	17	594
PE	JUPI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	82	4	82
PE	JUREMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	41	1	41
PE	LAGOA DO CARRO	EMR	-	-	1	485	-	-	-	-	-	-	1	485
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	26	2	26
PE	LAGOA DO OURO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	89	2	89
PE	LAGOA GRANDE	EMR	-	-	1	34	-	-	-	-	2	313	3	347
PE	LAJEDO	EMR	-	-	18	465	-	-	-	-	13	415	31	880
PE	LIMOEIRO	BR	1	50	1	877	-	-	-	-	11	771	13	1.698
PE	MACAPARANA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	549	10	549
PE	MACHADOS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	209	3	209
PE	MANARI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
PE	MORENO	AR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	420	4	420
PE	NAZARE DA MATA	EMR	-	-	2	509	-	-	-	-	2	80	4	589
PE	OLINDA	AR	-	-	3	119	-	-	-	-	21	3.249	24	3.368
PE	OROCO	EMR	1	14	-	-	-	-	-	-	2	86	3	100
PE	OURICURI	DMR	-	-	1	562	-	-	-	-	20	908	21	1.470
PE	PARANATAMA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	106	3	106
PE	PASSIRA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	140	2	140
PE	PAUDALHO	EMR	-	-	1	168	-	-	-	-	3	376	4	544
PE	PAULISTA	AR	-	-	8	576	-	-	-	-	28	1.029	36	1.605
PE	PEDRA	BR	1	28	-	-	-	-	-	-	2	64	3	92
PE	PESQUEIRA	EMR	-	-	1	56	-	-	-	-	22	686	23	742
PE	PETROLANDIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	218	5	218
PE	PETROLINA	EMR	-	-	17	2.170	-	-	-	-	120	10.411	137	12.581
PE	POCAO	EMR	-	-	4	217	-	-	-	-	13	224	17	441
PE	POMBOS	EMR	-	-	2	2.586	-	-	-	-	2	95	4	2.681
PE	RECIFE	AR	-	-	28	1.482	1	150	1	78.319	176	64.711	206	144.662
PE	RIBEIRAO	BR	-	-	1	22	-	-	-	-	3	73	4	95
PE	SAIRE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
PE	SALGUEIRO	DMR	-	-	3	202	1	251	-	-	31	4.275	35	4.728
PE	SALOA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	40	3	40
PE	SANHARO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	69	3	69
PE	SANTA CRUZ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	255	3	255
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	DMR	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	3
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	EMR	-	-	5	271	-	-	-	-	2	60	7	331
PE	SANTA FILOMENA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	56	2	56
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	412	5	412
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	EMR	1	14	1	5	-	-	-	-	1	40	3	59
PE	SANTA TEREZINHA	DMR	-	-	1	14	-	-	-	-	1	17	2	31

PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	2	133	1	10	-	-	-	-	13	516	18	659
PE	SAO JOAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	55	2	55
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	54	3	54
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR	-	-	1	14	-	-	-	-	6	163	7	177
PE	SAO LOURENCO DA MATA	AR	1	113	4	384	-	-	-	-	7	497	12	994
PE	SAO VICENTE FERRER	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6	1	6
PE	SERRA TALHADA	DMR	-	-	3	1.794	1	1.167	-	-	25	2.358	29	5.319
PE	SERRITA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	119	2	119
PE	SERTANIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	30	1.399	30	1.399
PE	SOLIDAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	2	49
PE	SURUBIM	EMR	-	-	6	233	-	-	-	-	28	1.581	34	1.814
PE	TABIRA	DMR	-	-	1	14	-	-	-	-	9	235	10	249
PE	TACARATU	DMR	-	-	3	145	-	-	-	-	4	207	7	352
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	EMR	-	-	8	473	-	-	-	-	1	15	9	488
PE	TIMBAUBA	EMR	-	-	2	84	-	-	-	-	51	2.411	53	2.495
PE	TORITAMA	EMR	-	-	2	160	-	-	-	-	5	152	7	312
PE	TRINDADE	DMR	-	-	5	2.964	-	-	-	-	13	758	18	3.722
PE	TUPANATINGA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	1	62
PE	VENTUROSA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	104	8	104
PE	VERTENTES	EMR	-	-	2	53	-	-	-	-	3	31	5	84
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	EMR	-	-	1	602	-	-	-	-	23	1.735	24	2.337
PI	AGUA BRANCA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1.655	13	1.655
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	48	4	48
PI	AMARANTE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	50	4	50
PI	ANISIO DE ABREU	DMR	-	-	1	10	-	-	-	-	1	20	2	30
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	102	2	102
PI	AVELINO LOPES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	172	4	172
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DMR	-	-	1	46	-	-	-	-	3	806	4	852
PI	BARRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	27	2	27
PI	BARRO DURO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
PI	BATALHA	DMR	-	-	-	-	1	129	-	-	2	50	3	179
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	2	37
PI	BOCAINA	EMR	-	-	-	-	1	36	-	-	-	-	1	36
PI	BOM JESUS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	23	1.545	23	1.545
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	34	1	34
PI	BRASILEIRA	DMR	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	25
PI	BURITI DOS LOPES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	88	2	88
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	-	-	-	-	1	61	-	-	-	-	1	61
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
PI	CAMPO MAIOR	DMR	-	-	1	25	-	-	-	-	9	204	10	229
PI	CANTO DO BURITI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	101	4	101
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	268	1	268
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	1	19
PI	CARACOL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	197	1	197
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	44	1	44
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	87	1	87
PI	COCAL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	320	3	320
PI	CONCEICAO DO CANINDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	133	3	133
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR	-	-	1	28	-	-	-	-	-	-	1	28
PI	CORRENTE	DMR	-	-	-	-	1	371	-	-	13	693	14	1.064
PI	CRISTINO CASTRO	DMR	-	-	1	20	-	-	-	-	3	51	4	71
PI	CURIMATA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	85	3	85
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR	-	-	1	915	-	-	-	-	1	116	2	1.031
PI	DOM EXPEDITO LOPES	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1	4
PI	DOM INOCENCIO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	20
PI	ELESBAO VELOSO	BR	1	7	-	-	-	-	-	-	3	81	4	68
PI	ELISEU MARTINS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	159	3	159
PI	ESPERANTINA	DMR	-	-	1	15	-	-	-	-	24	781	25	796
PI	FLORIANO	EMR	1	54	5	305	1	4.375	-	-	33	5.691	40	10.426
PI	FRANCISCO AYRES	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
PI	FRONTEIRAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	24	2	24

PI	GUADALUPE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20	2	20
PI	HUGO NAPOLEAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	10
PI	INHUMA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	88	8	88
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	1	37	-	-	-	-	-	-	-	-	1	37
PI	ISAIAS COELHO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	1	18
PI	ITAINOPOLIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
PI	ITAUEIRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	56	1	56
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	115	3	115
PI	JAICOS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
PI	JERUMENHA	EMR	-	-	1	71	-	-	-	-	-	-	1	71
PI	JOAO COSTA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	1	16
PI	JOAQUIM PIRES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	202	9	202
PI	JOSE DE FREITAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	71	3	71
PI	JULIO BORGES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	53	1	53
PI	LUIS CORREIA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	421	4	421
PI	LUZILANDIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	10	204	10	204
PI	MADEIRO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8	2	8
PI	MANOEL EMIDIO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	111	2	111
PI	MARCOLANDIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	412	7	412
PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	5
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	27	2	27
PI	MIGUEL ALVES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	119	2	119
PI	MONSENHOR GIL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	1	18
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	59	2	59
PI	OEIRAS	EMR	-	-	1	24	-	-	-	-	17	2.149	16	2.173
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	81	3	81
PI	PARNAGUA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	92	4	92
PI	PARNAIBA	EMR	-	-	5	526	3	63	-	-	42	1.964	50	2.553
PI	PAULISTANA	DMR	-	-	1	49	1	40	-	-	5	450	7	539
PI	PEDRO II	DMR	-	-	1	16	-	-	-	-	26	1.704	27	1.720
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
PI	PICOS	EMR	3	447	6	245	-	-	-	-	53	2.985	82	3.677
PI	PIMENTEIRAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	2	50
PI	PIO IX	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	394	5	394
PI	PIRACURUCA	EMR	-	-	3	98	-	-	-	-	12	927	15	1.023
PI	PIRIPIRI	DMR	-	-	3	188	2	215	-	-	12	320	17	721
PI	QUEIMADA NOVA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	52	5	52
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
PI	REGENERACAO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR	-	-	-	-	-	-	1	70.000	1	10	2	70.010
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	1	9
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	29	2	29
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	3
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	124	3	124
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	1	19
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	5
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	46	2	46
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	1	12
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	8	215	8	215
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	61	3	61
PI	SAO JULIAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	103	1	103
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	52	2	52
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	DMR	-	-	1	34	-	-	-	-	9	699	10	733
PI	SIMOES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	93	2	93
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR	-	-	-	-	1	913	-	-	5	155	6	1.068
PI	SUSSUAPARA	EMR	-	-	1	30	-	-	-	-	1	35	2	65
PI	TERESINA	EMR	3	290	31	3.650	-	-	-	-	164	56.877	198	60.817
PI	UNIAO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7

PI	URUCUI	DMR	-	-	2	13	-	-	-	-	22	400	24	413
PI	VALENCA DO PIAUI	SR	1	5	4	89	-	-	-	-	19	653	24	747
PI	VARZEA BRANCA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
PI	WALL FERRAZ	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7
RN	ACARI	DMR	-	-	5	275	-	-	-	-	4	248	9	521
RN	AFONSO BEZERRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63	1	63
RN	ALEXANDRIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	100	5	100
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR	-	-	1	13	1	14	-	-	15	804	17	831
RN	ANGICOS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	530	9	530
RN	ANTONIO MARTINS	DMR	-	-	1	35	-	-	-	-	-	-	1	35
RN	APODI	DMR	1	81	3	124	-	-	-	-	21	1.281	25	1.486
RN	AREIA BRANCA	EMR	1	200	-	-	-	-	-	-	2	143	3	343
RN	ASSU	DMR	-	-	18	1.119	2	1.351	-	-	77	4.075	95	6.545
RN	BARAUNA	EMR	-	-	1	254.729	-	-	-	-	3	109	4	254.838
RN	BARCELONA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
RN	BODO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7
RN	BOM JESUS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	-1	28
RN	BREJINHO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	179	1	179
RN	CAICO	EMR	1	26	7	636	-	-	-	-	50	3.419	58	4.081
RN	CAMPO REDONDO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	1	29
RN	CANGUARETAMA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	141	1	141
RN	CARAUBAS	DMR	-	-	1	14	-	-	-	-	20	834	21	848
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	DMR	-	-	6	636	-	-	-	-	3	103	9	739
RN	CARNAUBAIS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	219	4	219
RN	CEARA-MIRIM	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	65	3	65
RN	CERRO CORA	DMR	-	-	1	128	-	-	-	-	1	225	2	353
RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
RN	CRUZETA	DMR	-	-	3	130	-	-	-	-	4	206	7	336
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	1	932	11	963	2	133	-	-	84	4.649	98	6.677
RN	ENCANTO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25	2	25
RN	EQUADOR	DMR	-	-	1	456	-	-	-	-	1	54	2	510
RN	EXTREMOZ	AR	1	100	-	-	-	-	-	-	1	79	2	179
RN	FELIPE GUERRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	60	4	60
RN	FLORANIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	74	2	74
RN	GALINHOS	DMR	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	1	30
RN	GOIANINHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	543	9	543
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	DMR	-	-	1	160	-	-	-	-	-	-	1	160
RN	GROSSOS	EMR	-	-	1	2.461	-	-	-	-	2	64	3	2.525
RN	GUAMARE	DMR	-	-	-	-	2	175	1	49.271	16	254	19	49.700
RN	IPANGUACU	DMR	-	-	2	222	-	-	-	-	7	273	9	495
RN	ITAJA	DMR	-	-	3	603	-	-	-	-	13	457	16	1.060
RN	ITAU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	79	4	79
RN	JACANA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	63	3	63
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR	-	-	3	118	-	-	-	-	4	80	7	198
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR	-	-	11	553	-	-	-	-	13	481	24	1.034
RN	JOAO CAMARA	SR	-	-	1	90	-	-	-	-	3	264	4	354
RN	JOSE DA PENHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	56	2	56
RN	JUCURUTU	DMR	-	-	4	293	-	-	-	-	7	495	11	788
RN	JUNDIÁ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	36	2	36
RN	LAGOA D'ANTA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	31	1	31
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR	-	-	1	132	-	-	-	-	-	-	1	132
RN	LAGOA NOVA	DMR	-	-	-	-	2	73	-	-	3	62	5	135
RN	LAJES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	140	2	140
RN	LUIS GOMES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	196	2	196
RN	MACAIBA	DMR	-	-	1	120	-	-	-	-	3	163	4	283
RN	MACAU	DMR	-	-	-	-	1	142	-	-	38	1.535	39	1.677
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	41	1	41
RN	MESSIAS TARGINO	DMR	-	-	1	35	-	-	-	-	-	-	1	35
RN	MONTANHAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	169	3	169
RN	MONTE ALEGRE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	52	2	52
RN	MOSSORO	EMR	6	73	15	28.555	3	240	-	-	88	12.227	112	41.095

RN	NATAL	AR	7	432	11	609	3	522	-	-	103	13.002	124	14.565
RN	NOVA CRUZ	DMR	-	-	1	17	-	-	-	-	14	698	15	715
RN	OLHO D'AGUA DO BORGES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28	1	28
RN	OURO BRANCO	DMR	-	-	1	40	-	-	-	-	3	43	4	83
RN	PARELHAS	DMR	-	-	12	1.002	-	-	-	-	10	130	22	1.132
RN	PARNAMIRIM	AR	2	261	8	2.981	-	-	-	-	35	4.467	45	7.709
RN	PASSA E FICA	DMR	-	-	1	49	-	-	-	-	2	108	3	157
RN	PASSAGEM	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21	1	21
RN	PATU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	215	5	215
RN	PAU DOS FERROS	DMR	-	-	-	-	1	14	-	-	20	1.307	21	1.321
RN	PEDRO AVELINO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	106	1	106
RN	PENDENCIAS	DMR	-	-	1	93	-	-	-	-	7	640	8	733
RN	PILOES	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	357	4	357
RN	PORTALEGRE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	191	2	191
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	1	16
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	30
RN	RIACHUELO	DMR	-	-	1	33	-	-	-	-	-	-	1	33
RN	RUY BARBOSA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14	1	14
RN	SANTA CRUZ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	30	889	30	889
RN	SANTA MARIA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33	1	33
RN	SANTANA DO MATOS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	148	5	148
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR	-	-	4	1.168	-	-	-	-	-	-	4	1.168
RN	SANTO ANTONIO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	318	5	318
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	DMR	-	-	1	14	-	-	-	-	-	-	1	14
RN	SAO FERNANDO	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	1	7
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	DMR	-	-	4	935	-	-	-	-	4	371	8	1.306
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	1	105	5	1.331	-	-	-	-	1	28	7	1.464
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DMR	-	-	1	195	-	-	-	-	-	-	1	195
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	-	-	6	948	-	-	-	-	4	110	10	1.058
RN	SAO MIGUEL	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	255	6	255
RN	SAO PAULO DO POTENGI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	6	414	6	414
RN	SAO TOME	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	193	7	193
RN	SAO VICENTE	DMR	-	-	1	49	-	-	-	-	3	78	4	127
RN	SERRA CAIADA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	1	29
RN	SERRA DE SAO BENTO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	11
RN	SERRA DO MEL	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	37	1	37
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	EMR	-	-	8	384	-	-	-	-	4	72	12	456
RN	SERRINHA DOS PINTOS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	397	2	397
RN	SEVERIANO MELO	DMR	-	-	1	3	-	-	-	-	7	257	8	260
RN	SITIO NOVO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	23	2	23
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	93	2	93
RN	TANGARA	DMR	-	-	1	21	-	-	-	-	6	97	7	118
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	276	5	276
RN	TIBAU DO SUL	DMR	-	-	-	-	1	47	-	-	-	-	1	47
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	46	1	46
RN	UMARIZAL	DMR	-	-	1	180	-	-	-	-	1	8	2	188
RN	VERA CRUZ	DMR	-	-	1	17	-	-	-	-	2	73	3	90
SE	AQUIDABA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	92	4	92
SE	ARACAJU	AR	1	60	24	2.135	2	1.014	-	-	221	18.219	248	21.428
SE	AREIA BRANCA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	1	15
SE	BARRA DOS COQUEIROS	AR	1	300	-	-	-	-	-	-	1	15	2	315
SE	BOQUIM	BR	1	100	-	-	-	-	-	-	5	221	6	321
SE	BREJO GRANDE	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17	1	17
SE	CAMPO DO BRITO	EMR	-	-	3	242	-	-	-	-	18	765	21	1.007
SE	CAPELA	DMR	3	21.736	-	-	-	-	-	-	4	37	7	21.773
SE	CARIRA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	9	176	9	176
SE	CARMOPOLIS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	199	3	199
SE	CRISTINAPOLIS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	1	8
SE	ESTANCIA	DMR	4	4.475	4	118	-	-	-	-	16	910	24	5.501
SE	FEIRA NOVA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
SE	FREI PAULO	DMR	-	-	2	6.062	-	-	-	-	9	662	11	6.724

SE	GARARU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	7	147	7	147
SE	ITABAIANA	EMR	-	-	25	1.588	-	-	-	-	107	5.095	132	6.683
SE	ITABAIANINHA	BR	-	-	2	341	-	-	-	-	10	245	12	586
SE	ITABI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	134	1	134
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	DMR	-	-	1	187	-	-	-	-	4	151	5	338
SE	JAPARATUBA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	112	4	112
SE	JAPOATA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	249	2	249
SE	LAGARTO	DMR	1	10	7	1.005	-	-	-	-	24	1.490	32	2.505
SE	LARANJEIRAS	BR	-	-	1	357	-	-	-	-	1	6	2	363
SE	MACAMBIRA	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130	2	130
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	1	59	-	-	-	-	-	-	-	-	1	59
SE	MALHADOR	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	5	233	5	233
SE	MARUIM	BR	-	-	1	1.336	-	-	-	-	2	90	3	1.426
SE	MOITA BONITA	EMR	-	-	1	10	-	-	-	-	7	295	8	305
SE	MURIBECA	DMR	1	27.328	-	-	-	-	-	-	1	6	2	27.334
SE	NEOPOLIS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	113	4	113
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	202	4	202
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	DMR	-	-	1	77	-	-	-	-	4	406	5	483
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	DMR	1	780	3	159	-	-	-	-	34	1.539	38	2.477
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	EMR	-	-	1	19	-	-	-	-	2	214	3	233
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	AR	-	-	5	629	-	-	-	-	9	1.526	14	2.155
SE	PEDRINHAS	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	27	1	27
SE	PINHAO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	1	49
SE	PIRAMBU	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	41	1	41
SE	POCO VERDE	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	12	5.598	12	5.598
SE	PORTO DA FOLHA	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	249	3	249
SE	PROPRIA	EMR	-	-	1	243	-	-	-	-	11	500	12	743
SE	RIACHAO DO DANTAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	1	25
SE	RIACHUELO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	49	2	49
SE	RIBEIROPOLIS	DMR	-	-	1	800	-	-	-	-	5	862	6	1.662
SE	ROSARIO DO CATETE	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	1	13
SE	SALGADO	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	61	3	61
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	2	19	2	19
SE	SAO CRISTOVAO	AR	-	-	3	134	-	-	-	-	8	1.016	9	1.150
SE	SAO DOMINGOS	EMR	-	-	-	-	-	-	-	-	4	61	4	61
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	400	3	400
SE	SIMAO DIAS	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	620	14	620
SE	SIRIRI	DMR	-	-	-	-	-	-	-	-	3	37	3	37
SE	TOBIAS BARRETO	DMR	-	-	28	942	2	96	-	-	18	1.162	48	2.200
SE	UMBAUBA	BR	-	-	-	-	-	-	-	-	14	1.223	14	1.223
			116	103.000	1.257	2.789.298	127	96.619	81	614.920	9.400	1.051.745	10.608	2.665.182

Tabela 28.A

FNE - Contratações por Município - Porte do Tomador

1º Semestre de 2011

Valores em R$ mil

UF	Município	Tipologia	Mini/Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
			Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
AL	AGUA BRANCA	DMR	207	418	-	-	-	-	-	-	207	418
AL	ANADIA	BR	4	8	1	39	-	-	1	10.848	6	10.895
AL	ARAPIRACA	BR	279	787	10	1.204	2	240	12	2.522	303	4.753
AL	ATALAIA	BR	33	111	-	-	-	-	-	-	33	111
AL	BARRA DE SANTO AN	AR	13	25	-	-	-	-	-	-	13	25
AL	BARRA DE SAO MIGUI	AR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
AL	BATALHA	DMR	201	690	18	774	-	-	-	-	219	1.464
AL	BELEM	BR	50	168	-	-	-	-	-	-	50	168
AL	BELO MONTE	DMR	217	487	1	86	-	-	-	-	218	573
AL	BOCA DA MATA	BR	18	50	-	-	-	-	-	-	18	50
AL	BRANQUINHA	BR	14	41	1	29	-	-	-	-	15	70
AL	CACIMBINHAS	BR	55	330	2	32	-	-	-	-	57	362
AL	CAJUEIRO	BR	-	-	2	40	-	-	-	-	2	40
AL	CAMPESTRE	BR	42	84	-	-	-	-	-	-	42	84
AL	CAMPO GRANDE	BR	46	199	-	-	-	-	-	-	46	199
AL	CANAPI	DMR	221	577	1	119	-	-	-	-	222	696
AL	CAPELA	BR	6	120	1	40	-	-	-	-	7	160
AL	CARNEIROS	DMR	34	67	-	-	-	-	-	-	34	67
AL	CHA PRETA	DMR	8	26	3	59	-	-	1	169	12	254
AL	COITE DO NOIA	BR	94	234	-	-	-	-	-	-	94	234
AL	COLONIA LEOPOLDIN	BR	7	14	-	-	-	-	-	-	7	14
AL	COQUEIRO SECO	AR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
AL	CORURIPE	BR	494	1.186	8	406	1	123	-	-	503	1.715
AL	CRAIBAS	BR	268	730	-	-	-	-	-	-	268	730
AL	DELMIRO GOUVEIA	BR	56	138	3	172	-	-	-	-	59	310
AL	DOIS RIACHOS	DMR	148	380	-	-	-	-	-	-	148	380
AL	ESTRELA DE ALAGOA	BR	422	965	-	-	-	-	-	-	422	965
AL	FEIRA GRANDE	BR	167	438	-	-	-	-	1	370	168	808
AL	FELIZ DESERTO	BR	4	15	2	124	-	-	-	-	6	139
AL	GIRAU DO PONCIANO	BR	364	911	2	64	-	-	-	-	366	975
AL	IBATEGUARA	DMR	145	497	-	-	-	-	-	-	145	497
AL	IGACI	BR	204	593	2	60	2	518	-	-	208	1.171
AL	IGREJA NOVA	BR	675	1.912	5	80	3	210	-	-	683	2.202
AL	INHAPI	DMR	334	926	3	229	-	-	-	-	337	1.155
AL	JACARE DOS HOMEN	DMR	127	323	3	188	-	-	-	-	130	511
AL	JACUIPE	BR	12	24	-	-	-	-	-	-	12	24
AL	JAPARATINGA	BR	43	135	-	-	-	-	-	-	43	135
AL	JARAMATAIA	DMR	23	40	-	-	1	56	-	-	24	96
AL	JEQUIA DA PRAIA	BR	20	37	-	-	-	-	-	-	20	37
AL	JOAQUIM GOMES	BR	56	400	2	106	-	-	-	-	58	506

AL	JUNDIA	BR	25	50	-	-	-	-	-	-	25	50
AL	JUNQUEIRO	BR	371	979	2	49	2	239	-	-	375	1.267
AL	LAGOA DA CANOA	BR	181	366	-	-	-	-	-	-	181	366
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	BR	108	368	2	146	-	-	-	-	110	514
AL	MACEIO	AR	40	374	50	8.672	10	11.696	3	37.360	103	58.102
AL	MAJOR ISIDORO	DMR	194	684	9	697	-	-	-	-	203	1.381
AL	MAR VERMELHO	BR	27	57	-	-	-	-	-	-	27	57
AL	MARAGOGI	BR	49	185	2	188	-	-	-	-	51	373
AL	MARAVILHA	DMR	46	187	-	-	-	-	-	-	46	187
AL	MARECHAL DEODORO	AR	3	6	3	458	-	-	-	-	6	464
AL	MARIBONDO	BR	57	255	1	88	-	-	-	-	58	343
AL	MATA GRANDE	DMR	240	538	3	286	-	-	-	-	243	824
AL	MATRIZ DE CAMARAG	BR	17	33	-	-	1	114	-	-	18	147
AL	MESSIAS	BR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
AL	MINADOR DO NEGRA(	BR	105	913	6	168	-	-	-	-	111	1.081
AL	MONTEIROPOLIS	DMR	213	438	4	133	-	-	-	-	217	571
AL	MURICI	BR	3	21	-	-	-	-	-	-	3	21
AL	NOVO LINO	BR	14	182	-	-	-	-	-	-	14	182
AL	OLHO D'AGUA DAS FL	DMR	148	321	4	79	1	23	-	-	153	423
AL	OLHO D'AGUA DO CA	BR	15	47	2	36	-	-	-	-	17	83
AL	OLHO D'AGUA GRAND	DMR	160	330	1	47	-	-	-	-	161	377
AL	OLIVENCA	DMR	144	312	1	50	-	-	-	-	145	362
AL	OURO BRANCO	DMR	247	575	4	74	-	-	-	-	251	649
AL	PALESTINA	DMR	48	91	-	-	-	-	-	-	48	91
AL	PALMEIRA DOS INDIO	BR	443	1.691	22	707	1	72	-	-	466	2.470
AL	PAO DE ACUCAR	DMR	244	550	5	83	-	-	-	-	249	633
AL	PARICONHA	DMR	100	233	1	153	-	-	-	-	101	386
AL	PARIPUEIRA	AR	3	36	-	-	-	-	-	-	3	36
AL	PASSO DE CAMARAGI	BR	12	23	1	574	-	-	-	-	13	597
AL	PAULO JACINTO	BR	25	136	2	22	-	-	-	-	27	158
AL	PENEDO	BR	246	675	13	693	2	141	-	-	261	1.509
AL	PIACABUCU	BR	103	247	2	77	1	452	-	-	106	776
AL	PILAR	AR	10	20	3	449	-	-	-	-	13	469
AL	PINDOBA	DMR	17	83	-	-	-	-	-	-	17	83
AL	PIRANHAS	BR	132	421	2	35	-	-	-	-	134	456
AL	POCO DAS TRINCHEIF	DMR	152	555	1	14	-	-	-	-	153	569
AL	PORTO CALVO	BR	19	65	2	380	-	-	-	-	21	445
AL	PORTO DE PEDRAS	BR	20	59	-	-	-	-	-	-	20	59
AL	PORTO REAL DO COL	BR	226	707	1	11	1	310	-	-	228	1.028
AL	QUEBRANGULO	BR	150	451	-	-	-	-	-	-	150	451
AL	ROTEIRO	BR	5	9	-	-	-	-	-	-	5	9
AL	SANTA LUZIA DO NOR	AR	1	2	-	-	-	-	-	-	1	2
AL	SANTANA DO IPANEM	DMR	316	860	3	91	1	20	-	-	320	971
AL	SANTANA DO MUNDAI	DMR	58	211	-	-	-	-	-	-	58	211
AL	SAO BRAS	DMR	119	266	-	-	-	-	-	-	119	266
AL	SAO JOSE DA LAJE	DMR	118	232	-	-	-	-	-	-	118	232
AL	SAO JOSE DA TAPERA	DMR	530	1.383	3	182	-	-	-	-	533	1.565
AL	SAO LUIS DO QUITUNI	BR	12	191	-	-	-	-	-	-	12	191
AL	SAO MIGUEL DOS CA	BR	-	-	4	541	1	5.162	1	4.817	6	10.520

AL	SAO MIGUEL DOS MIL	BR	71	140	-	-	-	-	-	-	71	140
AL	SAO SEBASTIAO	BR	719	2.020	12	542	1	335	-	-	732	2.897
AL	SENADOR RUI PALME	DMR	156	420	-	-	-	-	-	-	156	420
AL	TANQUE D'ARCA	BR	75	200	3	154	-	-	-	-	78	354
AL	TAQUARANA	BR	56	204	2	38	-	-	-	-	58	242
AL	TEOTONIO VILELA	BR	66	316	3	207	1	72	-	-	70	595
AL	TRAIPU	DMR	87	378	5	277	-	-	-	-	92	655
AL	UNIAO DOS PALMARE	DMR	242	1.782	9	1.146	-	-	-	-	251	2.928
AL	VICOSA	DMR	226	494	3	187	-	-	1	78	230	759
BA	ABAIRA	DMR	159	334	-	-	-	-	-	-	159	334
BA	ABARE	DMR	163	880	-	-	-	-	-	-	163	880
BA	ACAJUTIBA	EMR	86	167	1	102	-	-	-	-	87	269
BA	ADUSTINA	BR	178	896	14	816	5	511	-	-	197	2.223
BA	AGUA FRIA	EMR	86	164	-	-	-	-	-	-	86	164
BA	AIQUARA	EMR	37	121	2	178	1	51	-	-	40	350
BA	ALAGOINHAS	EMR	154	556	35	1.882	2	89	5	720	196	3.247
BA	ALCOBACA	EMR	78	355	-	-	1	95	-	-	79	450
BA	ALMADINA	EMR	10	204	3	198	2	308	-	-	15	710
BA	AMARGOSA	EMR	100	197	3	255	-	-	-	-	103	452
BA	AMELIA RODRIGUES	EMR	48	91	1	16	1	214	-	-	50	321
BA	AMERICA DOURADA	EMR	111	368	2	16	-	-	-	-	113	384
BA	ANAGE	EMR	58	108	-	-	-	-	-	-	58	108
BA	ANDARAI	DMR	6	11	2	270	-	-	-	-	8	281
BA	ANDORINHA	EMR	95	294	4	76	-	-	-	-	99	370
BA	ANGICAL	DMR	44	208	2	63	2	53	-	-	48	324
BA	ANGUERA	EMR	2	24	-	-	-	-	-	-	2	24
BA	ANTAS	BR	45	211	3	189	-	-	-	-	48	400
BA	ANTONIO CARDOSO	EMR	107	249	-	-	-	-	-	-	107	249
BA	ANTONIO GONCALVES	EMR	32	102	2	172	-	-	-	-	34	274
BA	APORA	EMR	117	294	-	-	-	-	-	-	117	294
BA	APUAREMA	EMR	47	249	-	-	-	-	-	-	47	249
BA	ARACATU	EMR	114	235	-	-	-	-	-	-	114	235
BA	ARACI	EMR	20	37	1	18	2	463	-	-	23	518
BA	ARAMARI	EMR	35	58	1	109	-	-	-	-	36	167
BA	ARATACA	EMR	40	760	3	538	2	192	1	76	46	1.566
BA	ARATUIPE	EMR	41	90	-	-	-	-	-	-	41	90
BA	AURELINO LEAL	EMR	50	158	2	126	1	164	-	-	53	448
BA	BAIANOPOLIS	DMR	227	605	-	-	-	-	2	640	229	1.245
BA	BAIXA GRANDE	BR	330	938	2	37	1	132	-	-	333	1.107
BA	BANZAE	BR	76	346	-	-	-	-	-	-	76	346
BA	BARRA	DMR	132	260	-	-	-	-	-	-	132	260
BA	BARRA DA ESTIVA	DMR	141	740	4	464	-	-	-	-	145	1.204
BA	BARRA DO CHOCA	EMR	10	34	5	148	1	45	-	-	16	227
BA	BARRA DO MENDES	EMR	21	40	1	50	-	-	-	-	22	90
BA	BARRA DO ROCHA	EMR	14	577	-	-	-	-	-	-	14	577
BA	BARREIRAS	DMR	143	925	94	4.053	27	1.503	19	14.918	283	21.399
BA	BARRO ALTO	EMR	121	446	3	367	-	-	-	-	124	813
BA	BARRO PRETO	EMR	16	293	1	73	-	-	-	-	17	366
BA	BARROCAS	EMR	90	166	-	-	-	-	-	-	90	166

BA	BELMONTE	EMR	28	850	-	-	-	-	1	124	29	374
BA	BELO CAMPO	EMR	94	314	1	63	-	-	-	-	95	377
BA	BIRITINGA	EMR	38	124	-	-	-	-	-	-	38	124
BA	BOA NOVA	EMR	60	120	1	220	-	-	-	-	61	340
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BR	172	794	1	30	-	-	-	-	173	824
BA	BOM JESUS DA LAPA	BR	53	866	22	1.681	1	309	-	-	76	2.856
BA	BOM JESUS DA SERR/	EMR	60	159	-	-	-	-	-	-	60	159
BA	BONINAL	DMR	263	511	-	-	-	-	-	-	263	511
BA	BONITO	DMR	116	918	4	162	-	-	-	-	120	1.080
BA	BOQUIRA	DMR	115	274	2	314	-	-	-	-	117	588
BA	BOTUPORA	DMR	61	121	-	-	-	-	-	-	61	121
BA	BREJOES	EMR	96	181	-	-	-	-	-	-	96	181
BA	BREJOLANDIA	DMR	100	981	2	222	-	-	-	-	102	1.203
BA	BROTAS DE MACAUB/	DMR	43	99	-	-	-	-	-	-	43	99
BA	BRUMADO	EMR	150	291	4	129	-	-	-	-	154	420
BA	BUERAREMA	EMR	163	436	2	326	-	-	-	-	165	762
BA	BURITIRAMA	DMR	26	96	1	16	-	-	-	-	27	112
BA	CAATIBA	EMR	51	203	2	29	1	280	-	-	54	512
BA	CABACEIRAS DO PAR/	EMR	65	123	1	8	-	-	-	-	66	131
BA	CACHOEIRA	EMR	289	561	-	-	1	138	-	-	290	699
BA	CACULE	EMR	102	188	1	64	-	-	-	-	103	252
BA	CAEM	EMR	61	160	-	-	-	-	-	-	61	160
BA	CAETANOS	EMR	43	109	-	-	-	-	-	-	43	109
BA	CAETITE	EMR	148	698	5	422	-	-	-	-	153	1.120
BA	CAFARNAUM	EMR	115	608	5	222	-	-	-	-	120	830
BA	CAIRU	EMR	5	10	3	1.201	1	673	-	-	9	1.884
BA	CALDEIRAO GRANDE	EMR	100	342	1	26	-	-	-	-	101	368
BA	CAMACAN	EMR	47	448	8	220	3	1.403	-	-	58	2.071
BA	CAMACARI	AR	12	24	25	1.806	12	10.655	5	6.480	54	18.965
BA	CAMAMU	EMR	263	1.215	10	340	-	-	-	-	273	1.555
BA	CAMPO ALEGRE DE L	EMR	239	456	1	20	-	-	-	-	240	476
BA	CAMPO FORMOSO	EMR	205	912	3	431	-	-	-	-	208	1.343
BA	CANAPOLIS	DMR	135	270	-	-	-	-	-	-	135	270
BA	CANARANA	EMR	130	737	5	417	-	-	-	-	135	1.154
BA	CANAVIEIRAS	EMR	87	958	3	102	4	2.987	-	-	94	4.047
BA	CANDEAL	EMR	40	73	-	-	-	-	-	-	40	73
BA	CANDEIAS	AR	2	68	1	25	1	15	-	-	4	108
BA	CANDIBA	EMR	92	359	4	488	-	-	-	-	96	847
BA	CANDIDO SALES	EMR	86	162	-	-	-	-	-	-	86	162
BA	CANSANCAO	BR	179	348	2	334	-	-	-	-	181	682
BA	CANUDOS	BR	42	101	-	-	-	-	-	-	42	101
BA	CAPELA DO ALTO ALE	EMR	71	134	-	-	-	-	-	-	71	134
BA	CAPIM GROSSO	EMR	100	339	3	181	-	-	-	-	103	520
BA	CARAIBAS	EMR	74	136	-	-	-	-	-	-	74	136
BA	CARAVELAS	EMR	69	200	2	50	1	121	-	-	72	371
BA	CARDEAL DA SILVA	BR	-	-	1	19	-	-	-	-	1	19
BA	CARINHANHA	BR	186	531	3	73	-	-	-	-	189	604
BA	CASA NOVA	EMR	236	823	2	185	2	385	2	4.310	242	5.703
BA	CASTRO ALVES	EMR	44	84	1	10	5	1.085	-	-	50	1.179

BA	CATOLANDIA	DMR	4	8	2	79	1	91	-	-	7	178
BA	CATU	EMR	42	84	2	110	-	-	-	-	44	194
BA	CATURAMA	DMR	145	325	-	-	-	-	-	-	145	325
BA	CENTRAL	EMR	185	775	1	20	-	-	-	-	186	795
BA	CHORROCHO	DMR	3	6	-	-	-	-	-	-	3	6
BA	CICERO DANTAS	BR	180	1.130	7	159	2	237	-	-	189	1.526
BA	CIPO	BR	79	144	1	20	-	-	-	-	80	164
BA	COARACI	EMR	72	214	5	398	-	-	-	-	77	612
BA	COCOS	DMR	75	275	2	126	-	-	-	-	77	401
BA	CONCEICAO DA FEIRA	EMR	10	42	-	-	-	-	-	-	10	42
BA	CONCEICAO DO ALME	EMR	81	158	-	-	-	-	-	-	81	158
BA	CONCEICAO DO COITI	EMR	489	1.585	16	581	2	162	-	-	507	2.328
BA	CONCEICAO DO JACU	EMR	36	99	-	-	-	-	-	-	36	99
BA	CONDE	BR	48	138	-	-	-	-	-	-	48	138
BA	CONDEUBA	EMR	80	184	-	-	-	-	-	-	80	184
BA	CONTENDAS DO SINC	DMR	12	179	-	-	-	-	-	-	12	179
BA	CORACAO DE MARIA	EMR	114	235	-	-	-	-	-	-	114	235
BA	CORDEIROS	EMR	9	33	-	-	-	-	-	-	9	33
BA	CORIBE	DMR	119	418	-	-	-	-	1	9.801	120	10.219
BA	CORONEL JOAO SA	DMR	300	2.637	10	840	4	715	-	-	314	4.192
BA	CORRENTINA	DMR	392	1.072	10	359	3	685	12	41.764	417	43.880
BA	COTEGIPE	DMR	83	886	2	109	3	244	-	-	88	1.239
BA	CRISOPOLIS	EMR	197	1.057	-	-	-	-	-	-	197	1.057
BA	CRISTOPOLIS	DMR	165	367	1	6	-	-	-	-	166	373
BA	CRUZ DAS ALMAS	EMR	107	360	10	419	-	-	-	-	117	779
BA	CURACA	EMR	87	732	1	173	-	-	-	-	88	905
BA	DARIO MEIRA	EMR	97	352	1	50	-	-	-	-	98	402
BA	DIAS D'AVILA	AR	-	-	-	-	1	105	-	-	1	105
BA	DOM BASILIO	DMR	30	784	-	-	-	-	-	-	30	784
BA	DOM MACEDO COSTA	EMR	53	101	-	-	-	-	-	-	53	101
BA	ELISIO MEDRADO	EMR	60	141	-	-	-	-	-	-	60	141
BA	ENCRUZILHADA	EMR	58	175	2	281	1	165	-	-	61	621
BA	ENTRE RIOS	BR	92	261	3	288	1	38	-	-	96	587
BA	ERICO CARDOSO	DMR	57	108	-	-	-	-	-	-	57	108
BA	ESPLANADA	BR	120	382	-	-	-	-	-	-	120	382
BA	EUCLIDES DA CUNHA	BR	216	1.185	1	40	1	95	-	-	218	1.320
BA	EUNAPOLIS	EMR	85	494	10	2.772	3	2.512	1	2.271	99	8.049
BA	FATIMA	BR	199	929	5	171	1	148	-	-	205	1.248
BA	FEIRA DA MATA	BR	11	22	2	43	-	-	-	-	13	65
BA	FEIRA DE SANTANA	EMR	160	819	28	6.028	20	21.686	3	4.191	211	32.724
BA	FILADELFIA	EMR	187	564	1	13	-	-	-	-	188	577
BA	FIRMINO ALVES	EMR	13	26	1	119	1	176	-	-	15	321
BA	FLORESTA AZUL	EMR	16	198	1	48	1	118	-	-	18	364
BA	FORMOSA DO RIO PR	DMR	74	1.128	2	63	9	1.844	21	17.044	106	20.079
BA	GANDU	EMR	89	1.071	4	281	-	-	-	-	93	1.352
BA	GAVIAO	EMR	49	98	1	33	-	-	-	-	50	131
BA	GENTIO DO OURO	EMR	82	220	-	-	-	-	-	-	82	220
BA	GLORIA	DMR	57	454	-	-	-	-	-	-	57	454
BA	GONGOGI	EMR	10	118	1	4	2	395	-	-	13	517

BA	GOVERNADOR MANG	EMR	140	257	-	-	1	5.739	-	-	141	5.996
BA	GUAJERU	EMR	6	38	-	-	-	-	-	-	6	38
BA	GUANAMBI	EMR	225	967	13	1.819	1	890	-	-	239	3.676
BA	GUARATINGA	EMR	126	550	1	126	3	1.608	-	-	130	2.284
BA	HELIOPOLIS	BR	115	755	-	-	-	-	-	-	115	755
BA	IACU	BR	120	724	4	494	3	476	-	-	127	1.694
BA	IBIASSUCE	EMR	112	213	1	542	-	-	-	-	113	755
BA	IBICARAI	EMR	8	234	2	269	1	292	-	-	11	795
BA	IBICOARA	DMR	52	557	2	251	1	1.258	2	9.017	57	11.083
BA	IBICUI	EMR	32	240	2	396	-	-	1	173	35	809
BA	IBIPEBA	EMR	99	330	-	-	-	-	-	-	99	330
BA	IBIPITANGA	DMR	36	76	-	-	-	-	-	-	36	76
BA	IBIQUERA	BR	117	275	-	-	-	-	-	-	117	275
BA	IBIRAPITANGA	EMR	157	2.564	7	757	-	-	-	-	164	3.321
BA	IBIRAPUA	EMR	38	167	2	58	2	308	2	6.731	44	7.264
BA	IBIRATAIA	EMR	164	711	4	202	2	349	-	-	170	1.262
BA	IBITIARA	DMR	83	159	-	-	-	-	-	-	83	159
BA	IBITITA	EMR	130	569	-	-	-	-	-	-	130	569
BA	IBOTIRAMA	DMR	18	36	7	778	4	287	-	-	29	1.101
BA	ICHU	EMR	24	45	-	-	-	-	-	-	24	45
BA	IGAPORA	EMR	92	177	-	-	-	-	1	1.134	93	1.311
BA	IGRAPIUNA	EMR	148	331	3	145	3	267	-	-	154	743
BA	IGUAI	EMR	68	360	7	377	2	319	-	-	77	1.056
BA	ILHEUS	EMR	111	2.920	48	3.809	4	875	2	240	165	7.844
BA	INHAMBUPE	EMR	188	789	8	409	-	-	-	-	196	1.198
BA	IPECAETA	EMR	25	66	-	-	-	-	-	-	25	66
BA	IPIAU	EMR	48	539	10	643	2	55	-	-	60	1.237
BA	IPIRA	EMR	300	1.083	4	616	1	135	1	37	306	1.871
BA	IPUPIARA	DMR	29	58	-	-	-	-	-	-	29	58
BA	IRAJUBA	EMR	41	78	-	-	-	-	-	-	41	78
BA	IRAMAIA	EMR	-	-	2	50	-	-	-	-	2	50
BA	IRAQUARA	EMR	48	85	-	-	-	-	-	-	48	85
BA	IRARA	EMR	272	527	-	-	-	-	-	-	272	527
BA	IRECE	EMR	55	122	35	2.175	6	534	-	-	96	2.831
BA	ITABELA	EMR	1	2	1	251	8	1.057	-	-	10	1.310
BA	ITABERABA	BR	350	5.333	48	1.687	2	295	-	-	400	7.315
BA	ITABUNA	EMR	40	1.320	37	3.296	9	3.119	-	-	86	7.735
BA	ITACARE	EMR	73	433	12	1.666	-	-	-	-	85	2.099
BA	ITAETE	DMR	22	44	-	-	-	-	-	-	22	44
BA	ITAGI	EMR	37	127	-	-	-	-	-	-	37	127
BA	ITAGIBA	EMR	125	442	3	183	3	623	-	-	131	1.248
BA	ITAGIMIRIM	EMR	30	60	-	-	1	762	-	-	31	822
BA	ITAGUACU DA BAHIA	DMR	152	303	-	-	-	-	-	-	152	303
BA	ITAJU DO COLONIA	EMR	28	53	2	120	5	1.519	-	-	35	1.692
BA	ITAJUIPE	EMR	56	921	3	490	1	129	-	-	60	1.540
BA	ITAMARAJU	EMR	216	1.321	51	2.358	5	1.284	3	7.558	275	12.521
BA	ITAMARI	EMR	57	474	-	-	-	-	-	-	57	474
BA	ITAMBE	EMR	88	286	6	585	1	176	1	1.134	96	2.181
BA	ITANHEM	EMR	116	747	6	641	-	-	2	922	124	2.310

BA	ITAPARICA	AR	-	-	1	42	-	-	-	-	1	42
BA	ITAPE	EMR	4	96	6	423	4	299	-	-	14	818
BA	ITAPEBI	EMR	18	231	2	75	-	-	-	-	20	306
BA	ITAPETINGA	EMR	11	336	41	1.061	-	-	-	-	52	1.397
BA	ITAPICURU	BR	334	1.230	19	1.407	3	276	-	-	356	2.913
BA	ITAPITANGA	EMR	57	376	2	75	-	-	-	-	59	451
BA	ITAQUARA	EMR	42	195	-	-	-	-	-	-	42	195
BA	ITARANTIM	EMR	9	149	1	51	2	261	-	-	12	461
BA	ITATIM	EMR	41	129	-	-	-	-	-	-	41	129
BA	ITIRUCU	EMR	28	50	1	120	-	-	-	-	29	170
BA	ITIUBA	EMR	362	1.028	2	55	-	-	-	-	364	1.083
BA	ITORORO	EMR	57	224	8	261	-	-	-	-	65	485
BA	ITUACU	EMR	18	351	4	219	1	200	-	-	23	770
BA	ITUBERA	EMR	70	215	5	181	4	347	-	-	79	743
BA	IUIU	EMR	80	152	-	-	2	234	2	1.932	84	2.318
BA	JABORANDI	DMR	149	406	2	97	-	-	8	6.833	159	7.336
BA	JACARACI	EMR	39	302	1	102	-	-	-	-	40	404
BA	JACOBINA	EMR	161	1.636	28	769	-	-	-	-	189	2.405
BA	JAGUAQUARA	EMR	211	354	5	167	-	-	-	-	216	521
BA	JAGUARARI	EMR	105	483	2	106	-	-	-	-	107	589
BA	JAGUARIPE	EMR	21	52	-	-	-	-	-	-	21	52
BA	JANDAIRA	BR	22	42	1	22	-	-	-	-	23	64
BA	JEQUIE	EMR	268	1.365	32	2.388	13	1.570	-	-	313	5.323
BA	JEREMOABO	DMR	587	1.965	11	746	6	925	-	-	604	3.636
BA	JIQUIRICA	EMR	32	57	-	-	-	-	-	-	32	57
BA	JITAUNA	EMR	28	306	2	242	-	-	-	-	30	548
BA	JOAO DOURADO	EMR	74	270	2	67	-	-	-	-	76	337
BA	JUAZEIRO	EMR	463	3.354	53	6.060	7	1.037	9	150.531	532	160.982
BA	JUCURUCU	EMR	243	664	2	136	-	-	-	-	245	800
BA	JUSSARA	EMR	67	256	2	98	-	-	-	-	69	354
BA	JUSSARI	EMR	25	48	3	123	-	-	-	-	28	171
BA	JUSSIAPE	DMR	59	118	-	-	-	-	-	-	59	118
BA	LAFAIETE COUTINHO	EMR	62	205	1	191	-	-	-	-	63	396
BA	LAGEDO DO TABOCAL	EMR	60	126	1	33	-	-	-	-	61	159
BA	LAGOA REAL	EMR	147	283	-	-	-	-	-	-	147	283
BA	LAJE	EMR	186	342	-	-	-	-	-	-	186	342
BA	LAJEDAO	EMR	27	178	-	-	-	-	-	-	27	178
BA	LAJEDINHO	BR	70	134	1	43	-	-	-	-	71	177
BA	LAPAO	EMR	187	515	2	52	-	-	-	-	189	567
BA	LAURO DE FREITAS	AR	4	200	12	319	6	3.767	-	-	22	4.286
BA	LENCOIS	DMR	4	8	-	-	-	-	-	-	4	8
BA	LICINIO DE ALMEIDA	EMR	43	247	-	-	-	-	-	-	43	247
BA	LIVRAMENTO DE NOS	DMR	104	201	1	25	-	-	-	-	105	226
BA	LUIS EDUARDO MAGA	DMR	14	206	22	1.331	11	1.053	17	15.293	64	17.883
BA	MACAJUBA	BR	145	266	-	-	-	-	-	-	145	266
BA	MACARANI	EMR	30	77	4	296	-	-	-	-	34	373
BA	MACAUBAS	DMR	180	509	1	20	-	-	-	-	181	529
BA	MACURURE	DMR	26	51	-	-	-	-	-	-	26	51
BA	MADRE DE DEUS	AR	1	50	1	9	-	-	-	-	2	59

BA	MAETINGA	EMR	92	194	2	30	-	-	-	-	94	224
BA	MAIQUINIQUE	EMR	2	126	8	462	-	-	-	-	10	588
BA	MAIRI	BR	200	719	2	150	-	-	-	-	202	869
BA	MALHADA	EMR	123	226	1	101	1	1.026	-	-	125	1.353
BA	MALHADA DE PEDRAS	EMR	126	246	-	-	-	-	-	-	126	246
BA	MANOEL VITORINO	EMR	223	656	5	82	2	74	-	-	230	812
BA	MANSIDAO	DMR	60	120	-	-	-	-	-	-	60	120
BA	MARACAS	EMR	116	330	5	98	3	894	-	-	124	1.322
BA	MARAGOGIPE	EMR	22	49	-	-	-	-	-	-	22	49
BA	MARAU	EMR	103	903	6	1.151	-	-	-	-	109	2.054
BA	MARCIONILIO SOUZA	EMR	39	247	2	250	-	-	-	-	41	497
BA	MASCOTE	EMR	134	815	6	160	-	-	-	-	140	975
BA	MATA DE SAO JOAO	EMR	-	-	3	182	-	-	-	-	3	182
BA	MATINA	EMR	181	415	-	-	-	-	-	-	181	415
BA	MEDEIROS NETO	EMR	147	537	7	372	5	1.322	1	336	160	2.567
BA	MIGUEL CALMON	EMR	150	343	1	23	-	-	-	-	151	366
BA	MILAGRES	EMR	8	14	1	8	-	-	-	-	9	22
BA	MIRANGABA	EMR	145	299	-	-	-	-	-	-	145	299
BA	MIRANTE	EMR	10	48	-	-	-	-	-	-	10	48
BA	MONTE SANTO	BR	105	250	2	118	-	-	-	-	107	368
BA	MORPARA	DMR	12	24	2	293	-	-	-	-	14	317
BA	MORRO DO CHAPEU	EMR	78	506	7	235	-	-	-	-	85	741
BA	MORTUGABA	EMR	55	160	-	-	-	-	-	-	55	160
BA	MUCUGE	DMR	15	201	-	-	-	-	2	10.143	17	10.344
BA	MUCURI	EMR	15	537	1	180	3	771	-	-	19	1.488
BA	MULUNGU DO MORRO	EMR	98	386	-	-	-	-	-	-	98	386
BA	MUNDO NOVO	BR	250	782	5	341	2	323	-	-	257	1.446
BA	MUNIZ FERREIRA	EMR	13	25	-	-	-	-	-	-	13	25
BA	MUQUEM DE SAO FRA	DMR	22	76	-	-	-	-	-	-	22	76
BA	MURITIBA	EMR	58	107	-	-	-	-	-	-	58	107
BA	MUTUIPE	EMR	29	100	5	120	2	38	-	-	36	258
BA	NAZARE	EMR	41	149	-	-	-	-	-	-	41	149
BA	NILO PECANHA	EMR	102	303	4	2.419	-	-	-	-	106	2.722
BA	NORDESTINA	BR	17	70	-	-	-	-	-	-	17	70
BA	NOVA CANAA	EMR	123	384	2	62	1	180	-	-	126	626
BA	NOVA FATIMA	EMR	42	79	1	141	-	-	-	-	43	220
BA	NOVA IBIA	EMR	53	366	-	-	-	-	-	-	53	366
BA	NOVA ITARANA	EMR	35	73	-	-	2	415	-	-	37	488
BA	NOVA REDENCAO	DMR	29	105	-	-	-	-	-	-	29	105
BA	NOVA SOURE	BR	50	263	7	314	-	-	-	-	57	577
BA	NOVA VICOSA	EMR	30	332	3	313	-	-	-	-	33	645
BA	NOVO HORIZONTE	DMR	150	291	-	-	-	-	-	-	150	291
BA	NOVO TRIUNFO	BR	61	140	-	-	-	-	-	-	61	140
BA	OLINDINA	BR	172	550	1	26	-	-	-	-	173	576
BA	OLIVEIRA DOS BREJIN	DMR	28	56	-	-	-	-	-	-	28	56
BA	OURICANGAS	EMR	31	61	-	-	-	-	-	-	31	61
BA	OUROLANDIA	EMR	194	1.251	-	-	-	-	-	-	194	1.251
BA	PALMAS DE MONTE A	EMR	168	518	3	237	1	684	-	-	172	1.439
BA	PALMEIRAS	DMR	10	25	-	-	-	-	-	-	10	25

BA	PARAMIRIM	DMR	116	220	-	-	-	-	-	-	116	220
BA	PARATINGA	BR	335	1.060	3	59	-	-	-	-	338	1.119
BA	PARIPIRANGA	BR	312	2.264	14	1.161	8	1.204	-	-	334	4.629
BA	PAU BRASIL	EMR	25	47	-	-	-	-	1	724	26	771
BA	PAULO AFONSO	DMR	40	725	16	2.681	3	333	-	-	59	3.739
BA	PE DE SERRA	EMR	77	365	-	-	-	-	-	-	77	365
BA	PEDRAO	EMR	72	173	1	180	-	-	-	-	73	353
BA	PEDRO ALEXANDRE	DMR	302	2.657	10	992	11	1.994	1	305	324	5.948
BA	PIATA	DMR	103	424	-	-	-	-	-	-	103	424
BA	PILAO ARCADO	EMR	7	14	-	-	-	-	-	-	7	14
BA	PINDAI	EMR	249	527	2	169	-	-	-	-	251	696
BA	PINDOBACU	EMR	36	437	3	163	-	-	-	-	39	600
BA	PINTADAS	EMR	23	44	-	-	-	-	-	-	23	44
BA	PIRAI DO NORTE	EMR	6	46	-	-	-	-	-	-	6	46
BA	PIRIPA	EMR	90	174	-	-	-	-	-	-	90	174
BA	PIRITIBA	EMR	274	780	4	75	-	-	-	-	278	855
BA	PLANALTINO	EMR	67	266	1	10	1	123	-	-	69	399
BA	PLANALTO	EMR	19	145	2	92	-	-	-	-	21	237
BA	POCOES	EMR	86	347	2	280	-	-	-	-	88	627
BA	POJUCA	EMR	7	14	1	68	-	-	-	-	8	82
BA	PONTO NOVO	EMR	64	122	-	-	-	-	1	2.570	65	2.692
BA	PORTO SEGURO	EMR	98	866	5	1.225	3	2.273	1	1.339	107	5.703
BA	POTIRAGUA	EMR	2	34	3	40	1	800	2	1.602	8	2.476
BA	PRADO	EMR	164	1.032	1	35	3	1.643	3	2.473	171	5.183
BA	PRESIDENTE DUTRA	EMR	81	198	1	200	-	-	-	-	82	398
BA	PRESIDENTE JANIO Q	EMR	76	248	-	-	-	-	-	-	76	248
BA	PRESIDENTE TANCRE	EMR	81	1.035	2	62	-	-	-	-	83	1.097
BA	QUEIMADAS	BR	25	42	1	83	-	-	-	-	26	125
BA	QUIJINGUE	BR	181	356	1	119	2	290	-	-	184	765
BA	QUIXABEIRA	EMR	200	384	-	-	-	-	-	-	200	384
BA	RAFAEL JAMBEIRO	EMR	150	309	-	-	-	-	-	-	150	309
BA	REMANSO	EMR	271	528	3	102	-	-	-	-	274	630
BA	RETIROLANDIA	EMR	54	116	1	112	-	-	-	-	55	228
BA	RIACHAO DAS NEVES	DMR	11	49	2	138	6	458	5	4.936	24	5.581
BA	RIACHAO DO JACUIPE	EMR	76	235	7	406	-	-	-	-	83	641
BA	RIACHO DE SANTANA	EMR	302	863	9	956	1	81	-	-	312	1.900
BA	RIBEIRA DO AMPARO	BR	25	215	3	148	-	-	-	-	28	363
BA	RIBEIRA DO POMBAL	BR	133	866	12	959	1	93	1	11	147	1.929
BA	RIBEIRAO DO LARGO	EMR	21	176	4	211	-	-	-	-	25	387
BA	RIO DE CONTAS	DMR	15	30	-	-	-	-	-	-	15	30
BA	RIO DO ANTONIO	EMR	90	169	1	150	-	-	-	-	91	319
BA	RIO DO PIRES	DMR	33	139	-	-	-	-	-	-	33	139
BA	RIO REAL	EMR	218	467	5	303	1	610	-	-	224	1.380
BA	RODELAS	DMR	3	6	-	-	-	-	-	-	3	6
BA	RUY BARBOSA	BR	48	286	4	231	-	-	-	-	52	517
BA	SALINAS DA MARGAR	EMR	8	30	-	-	-	-	-	-	8	30
BA	SALVADOR	AR	35	1.550	109	11.820	36	17.043	7	43.329	187	73.742
BA	SANTA BARBARA	EMR	266	650	3	285	-	-	-	-	269	935
BA	SANTA BRIGIDA	DMR	103	547	2	47	-	-	-	-	105	594

BA	SANTA CRUZ CABRAL	EMR	47	106	1	115	1	494	1	998	50	1.714
BA	SANTA CRUZ DA VITO	EMR	10	56	1	36	2	114	-	-	13	206
BA	SANTA INES	EMR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
BA	SANTA LUZIA	EMR	93	313	9	1.947	-	-	-	-	102	2.260
BA	SANTA MARIA DA VITO	DMR	269	1.028	10	957	4	712	-	-	283	2.697
BA	SANTA RITA DE CASS	DMR	99	939	-	-	1	328	1	418	101	1.685
BA	SANTA TERESINHA	EMR	77	138	-	-	-	-	-	-	77	138
BA	SANTALUZ	EMR	44	173	-	-	1	178	-	-	45	351
BA	SANTANA	DMR	229	628	1	128	1	404	1	459	232	1.619
BA	SANTANOPOLIS	EMR	57	144	-	-	-	-	-	-	57	144
BA	SANTO AMARO	EMR	59	117	-	-	-	-	-	-	59	117
BA	SANTO ANTONIO DE J	EMR	44	392	38	2.549	3	663	1	700	86	4.304
BA	SANTO ESTEVAO	EMR	132	328	1	23	-	-	-	-	133	351
BA	SAO DESIDERIO	DMR	55	251	5	146	7	1.079	37	57.472	104	58.948
BA	SAO DOMINGOS	EMR	83	202	1	8	-	-	-	-	84	210
BA	SAO FELIPE	EMR	98	244	1	47	-	-	-	-	99	291
BA	SAO FELIX	EMR	246	492	-	-	-	-	-	-	246	492
BA	SAO FELIX DO CORIBE	DMR	33	548	1	180	-	-	-	-	34	728
BA	SAO FRANCISCO DO C	AR	5	126	1	50	-	-	-	-	6	176
BA	SAO GABRIEL	EMR	79	157	1	35	-	-	-	-	80	192
BA	SAO GONCALO DOS C	EMR	24	47	3	169	1	38	1	400	29	654
BA	SAO JOSE DA VITORIA	EMR	36	71	2	90	-	-	-	-	38	161
BA	SAO JOSE DO JACUIP	EMR	74	313	1	35	-	-	-	-	75	348
BA	SAO MIGUEL DAS MA	EMR	129	225	1	72	-	-	-	-	130	297
BA	SAO SEBASTIAO DO P	EMR	3	42	1	30	-	-	-	-	4	72
BA	SAPEACU	EMR	74	135	-	-	-	-	-	-	74	135
BA	SATIRO DIAS	EMR	74	144	1	50	-	-	3	1.658	78	1.852
BA	SAUDE	EMR	105	212	2	221	-	-	-	-	107	433
BA	SEABRA	DMR	177	723	1	75	-	-	-	-	178	798
BA	SEBASTIAO LARANJEI	EMR	27	49	1	256	-	-	-	-	28	305
BA	SENHOR DO BONFIM	EMR	131	1.489	17	2.453	1	18	-	-	149	3.960
BA	SENTO SE	EMR	489	1.515	-	-	-	-	-	-	489	1.515
BA	SERRA DO RAMALHO	BR	115	657	4	196	-	-	-	-	119	853
BA	SERRA DOURADA	DMR	5	264	2	164	-	-	1	7.939	8	8.367
BA	SERRA PRETA	EMR	86	239	-	-	-	-	-	-	86	239
BA	SERRINHA	EMR	117	280	4	267	-	-	-	-	121	547
BA	SERROLANDIA	EMR	137	468	-	-	-	-	-	-	137	468
BA	SIMOES FILHO	AR	3	149	17	1.140	6	8.004	-	-	26	9.293
BA	SITIO DO MATO	BR	57	167	1	15	-	-	-	-	58	182
BA	SITIO DO QUINTO	DMR	214	1.202	1	28	-	-	-	-	215	1.230
BA	SOBRADINHO	EMR	298	2.446	1	45	-	-	-	-	299	2.491
BA	SOUTO SOARES	EMR	116	227	-	-	-	-	-	-	116	227
BA	TABOCAS DO BREJO	DMR	254	502	-	-	1	205	-	-	255	707
BA	TANHACU	EMR	123	343	3	45	-	-	-	-	126	388
BA	TANQUE NOVO	DMR	208	356	-	-	-	-	-	-	208	356
BA	TANQUINHO	EMR	11	22	1	39	-	-	-	-	12	61
BA	TAPEROA	EMR	239	516	5	275	-	-	-	-	244	791
BA	TAPIRAMUTA	BR	70	152	1	10	-	-	-	-	71	162
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	EMR	142	2.599	15	2.169	5	3.032	-	-	162	7.800

BA	TEODORO SAMPAIO	EMR			1	65	-	-	-	-	1	65
BA	TEOFILANDIA	EMR	36	79	-	-	-	-	-	-	36	79
BA	TEOLANDIA	EMR	13	24	4	210	-	-	-	-	17	234
BA	TERRA NOVA	EMR	-	-	2	55	-	-	-	-	2	55
BA	TREMEDAL	EMR	43	79	-	-	-	-	-	-	43	79
BA	TUCANO	BR	246	1.296	7	253	3	440	-	-	256	1.989
BA	UAUA	BR	288	594	2	127	-	-	-	-	290	721
BA	UBAITABA	EMR	35	559	3	317	-	-	-	-	38	876
BA	UBATA	EMR	60	1.160	2	203	1	29	-	-	63	1.392
BA	UIBAI	EMR	111	315	-	-	-	-	-	-	111	315
BA	UMBURANAS	EMR	23	101	-	-	-	-	-	-	23	101
BA	UNA	EMR	52	1.132	6	532	-	-	2	1.363	60	3.027
BA	URANDI	EMR	155	522	1	74	-	-	-	-	156	596
BA	URUCUCA	EMR	36	1.613	5	345	-	-	-	-	41	1.958
BA	UTINGA	DMR	92	255	3	70	2	314	1	1.008	98	1.647
BA	VALENCA	EMR	524	2.022	33	1.901	-	-	1	408	558	4.331
BA	VALENTE	EMR	157	375	5	276	-	-	-	-	162	651
BA	VARZEA DA ROCA	BR	211	742	-	-	-	-	-	-	211	742
BA	VARZEA DO POCO	EMR	121	416	2	28	-	-	-	-	123	444
BA	VARZEA NOVA	EMR	67	130	1	58	-	-	-	-	68	188
BA	VARZEDO	EMR	113	216	-	-	-	-	-	-	113	216
BA	VERA CRUZ	AR	-	-	2	75	-	-	-	-	2	75
BA	VEREDA	EMR	46	116	-	-	-	-	-	-	46	116
BA	VITORIA DA CONQUIS	EMR	146	1.153	30	5.852	8	2.024	3	3.061	187	12.090
BA	WAGNER	DMR	7	14	1	6	-	-	-	-	8	20
BA	WANDERLEY	DMR	43	164	6	227	-	-	-	-	49	391
BA	WENCESLAU GUIMAR	EMR	38	355	1	291	2	1.214	-	-	41	1.860
BA	XIQUE-XIQUE	DMR	47	103	1	23	-	-	-	-	48	126
CE	ABAIARA	BR	166	325	1	26	-	-	-	-	167	351
CE	ACARAPE	BR	14	400	-	-	-	-	-	-	14	400
CE	ACARAU	BR	59	466	12	506	1	1.502	7	8.787	79	11.261
CE	ACOPIARA	BR	209	1.134	2	103	-	-	-	-	211	1.237
CE	AIUABA	BR	159	480	4	144	-	-	-	-	163	624
CE	ALCANTARAS	BR	4	168	-	-	-	-	-	-	4	168
CE	ALTANEIRA	BR	33	61	-	-	-	-	-	-	33	61
CE	ALTO SANTO	EMR	166	1.880	1	35	1	1.051	-	-	168	2.966
CE	AMONTADA	BR	37	280	11	220	2	1.136	-	-	50	1.636
CE	ANTONINA DO NORTE	BR	6	117	4	64	-	-	-	-	10	181
CE	APUIARES	BR	132	374	1	14	-	-	-	-	133	388
CE	AQUIRAZ	AR	113	293	4	1.235	5	9.547	-	-	122	11.075
CE	ARACATI	EMR	360	1.616	11	4.300	3	859	-	-	374	6.775
CE	ARACOIABA	BR	296	2.272	56	584	-	-	1	3.481	353	6.337
CE	ARARENDA	BR	62	435	-	-	-	-	-	-	62	435
CE	ARARIPE	BR	50	1.082	3	120	-	-	-	-	53	1.202
CE	ARATUBA	BR	125	447	2	71	-	-	-	-	127	518
CE	ARNEIROZ	BR	71	243	-	-	-	-	-	-	71	243
CE	ASSARE	BR	146	561	-	-	-	-	-	-	146	561
CE	AURORA	BR	137	455	3	171	-	-	-	-	140	626
CE	BAIXIO	BR	55	255	1	352	-	-	-	-	56	607

CE	BANABUIU	DMR	99	1.176	2	165	1	2.306	-	-	102	3.647
CE	BARBALHA	EMR	64	187	5	961	4	8.925	-	-	73	10.073
CE	BARREIRA	DMR	66	464	1	50	2	38	-	-	69	552
CE	BARRO	BR	88	369	-	-	-	-	-	-	88	369
CE	BARROQUINHA	BR	33	135	2	206	-	-	-	-	35	341
CE	BATURITE	BR	228	1.157	13	575	-	-	-	-	241	1.732
CE	BEBERIBE	DMR	245	731	2	74	-	-	1	2.800	248	3.605
CE	BELA CRUZ	BR	32	103	2	137	-	-	-	-	34	240
CE	BOA VIAGEM	DMR	248	966	13	3.844	-	-	-	-	261	4.810
CE	BREJO SANTO	BR	291	1.171	3	2.305	4	494	-	-	298	3.970
CE	CAMOCIM	BR	217	1.053	13	609	-	-	-	-	230	1.662
CE	CAMPOS SALES	BR	129	322	14	414	1	44	-	-	144	780
CE	CANINDE	DMR	500	2.186	16	594	-	-	-	-	516	2.780
CE	CAPISTRANO	BR	226	599	3	78	-	-	-	-	229	677
CE	CARIDADE	DMR	252	539	1	18	-	-	-	-	253	557
CE	CARIRE	EMR	40	210	1	20	-	-	-	-	41	230
CE	CARIRIACU	BR	101	328	2	164	-	-	-	-	103	492
CE	CARIUS	BR	157	586	2	56	-	-	-	-	159	642
CE	CARNAUBAL	BR	110	305	-	-	-	-	-	-	110	305
CE	CASCAVEL	DMR	174	489	2	120	-	-	-	-	176	609
CE	CATARINA	BR	108	287	1	161	-	-	-	-	109	448
CE	CATUNDA	DMR	77	520	2	51	-	-	-	-	79	571
CE	CAUCAIA	AR	312	976	7	821	5	3.669	-	-	324	5.466
CE	CEDRO	DMR	211	730	2	365	1	39	-	-	214	1.134
CE	CHAVAL	BR	10	38	1	6	-	-	-	-	11	44
CE	CHORO	DMR	19	128	3	1.001	-	-	-	-	22	1.129
CE	CHOROZINHO	DMR	88	754	4	3.050	-	-	-	-	92	3.804
CE	COREAU	BR	86	390	-	-	-	-	-	-	86	390
CE	CRATEUS	BR	322	2.009	33	2.282	1	60	-	-	356	4.351
CE	CRATO	EMR	81	676	29	7.105	6	12.076	-	-	116	19.857
CE	CROATA	BR	118	370	2	91	-	-	-	-	120	461
CE	CRUZ	BR	101	217	1	108	-	-	-	-	102	325
CE	DEPUTADO IRAPUAN	BR	63	555	8	316	-	-	-	-	71	871
CE	ERERE	BR	50	370	-	-	-	-	-	-	50	370
CE	EUSEBIO	AR	2	65	2	1.047	11	13.352	4	1.622	19	16.086
CE	FARIAS BRITO	BR	134	254	1	6	-	-	-	-	135	260
CE	FORQUILHA	EMR	81	441	1	28	-	-	-	-	82	469
CE	FORTALEZA	AR	98	6.696	178	26.354	48	17.157	16	56.095	340	106.302
CE	FORTIM	EMR	90	561	-	-	-	-	-	-	90	561
CE	FRECHEIRINHA	BR	53	100	6	310	-	-	-	-	59	410
CE	GENERAL SAMPAIO	BR	29	134	-	-	-	-	-	-	29	134
CE	GRACA	EMR	38	178	-	-	-	-	-	-	38	178
CE	GRANJA	BR	571	1.580	14	559	2	252	2	4.946	589	7.337
CE	GRANJEIRO	BR	14	26	-	-	-	-	-	-	14	26
CE	GROAIRAS	EMR	55	191	-	-	-	-	-	-	55	191
CE	GUAIUBA	AR	145	472	5	430	-	-	-	-	150	902
CE	GUARACIABA DO NOR	BR	441	1.219	9	359	2	90	-	-	452	1.668
CE	GUARAMIRANGA	BR	27	44	2	52	-	-	-	-	29	96
CE	HIDROLANDIA	DMR	58	322	2	219	-	-	-	-	60	541

CE	HORIZONTE	DMR	107	782	6	9.688	4	6.765	1	11.000	118	28.235
CE	IBARETAMA	DMR	80	330	4	96	-	-	-	-	84	426
CE	IBIAPINA	BR	107	306	4	85	-	-	-	-	111	391
CE	IBICUITINGA	EMR	101	714	9	123	-	-	-	-	110	837
CE	ICAPUI	EMR	99	1.319	3	115	-	-	-	-	102	1.434
CE	ICO	DMR	310	1.348	9	388	-	-	-	-	319	1.736
CE	IGUATU	DMR	407	2.240	33	3.257	7	954	1	8.032	448	14.483
CE	INDEPENDENCIA	BR	270	2.541	11	715	-	-	-	-	281	3.256
CE	IPAPORANGA	BR	123	276	1	81	-	-	-	-	124	357
CE	IPAUMIRIM	BR	75	399	1	425	-	-	-	-	76	824
CE	IPU	BR	84	604	2	443	-	-	-	-	86	1.047
CE	IPUEIRAS	BR	279	1.101	3	43	-	-	-	-	282	1.144
CE	IRACEMA	BR	274	4.498	6	1.204	1	194	-	-	281	5.896
CE	IRAUCUBA	EMR	91	260	2	35	-	-	-	-	93	295
CE	ITAICABA	EMR	59	284	1	185	-	-	-	-	60	469
CE	ITAITINGA	AR	19	84	3	7.736	2	3.327	2	400	26	11.547
CE	ITAPAGE	BR	126	402	8	1.598	-	-	-	-	134	2.000
CE	ITAPIPOCA	BR	715	2.360	18	613	-	-	-	-	733	2.973
CE	ITAPIUNA	BR	209	982	3	252	-	-	-	-	212	1.234
CE	ITAREMA	BR	33	109	1	5	-	-	-	-	34	114
CE	ITATIRA	DMR	256	1.326	3	243	1	1.960	-	-	260	3.529
CE	JAGUARETAMA	EMR	302	951	5	2.094	1	100	-	-	308	3.145
CE	JAGUARIBARA	EMR	111	540	2	134	-	-	-	-	113	674
CE	JAGUARIBE	EMR	539	3.220	17	5.541	2	7.016	-	-	558	15.777
CE	JAGUARUANA	EMR	132	627	2	51	3	498	-	-	137	1.176
CE	JARDIM	EMR	325	1.150	4	233	-	-	-	-	329	1.383
CE	JATI	BR	65	269	-	-	-	-	-	-	65	269
CE	JIJOCA DE JERICOACO	BR	295	682	2	24	-	-	-	-	297	706
CE	JUAZEIRO DO NORTE	EMR	82	980	92	8.939	19	10.853	3	69.212	196	89.984
CE	JUCAS	BR	113	786	7	362	-	-	-	-	120	1.148
CE	LAVRAS DA MANGABE	BR	219	1.765	3	325	-	-	-	-	222	2.090
CE	LIMOEIRO DO NORTE	EMR	441	4.191	16	7.678	3	1.710	1	3.276	461	16.855
CE	MADALENA	DMR	50	406	2	314	-	-	-	-	52	720
CE	MARACANAU	AR	12	828	27	14.161	6	2.079	3	832	48	17.900
CE	MARANGUAPE	AR	298	1.064	3	215	5	250	-	-	306	1.529
CE	MARCO	BR	38	303	5	346	2	145	-	-	45	794
CE	MARTINOPOLE	BR	142	313	2	110	3	185	-	-	147	608
CE	MASSAPE	EMR	105	235	1	25	-	-	-	-	106	260
CE	MAURITI	BR	492	1.903	7	565	-	-	-	-	499	2.468
CE	MERUOCA	BR	10	31	2	42	-	-	-	-	12	73
CE	MILAGRES	BR	128	499	2	24	-	-	-	-	130	523
CE	MILHA	BR	154	1.048	3	49	-	-	-	-	157	1.097
CE	MIRAIMA	EMR	207	390	2	54	-	-	-	-	209	444
CE	MISSAO VELHA	EMR	291	876	5	620	1	62	-	-	297	1.558
CE	MOMBACA	BR	442	1.257	14	461	-	-	-	-	456	1.718
CE	MONSENHOR TABOSA	BR	216	574	3	134	-	-	-	-	219	708
CE	MORADA NOVA	EMR	704	4.305	7	318	-	-	-	-	711	4.623
CE	MORAUJO	BR	17	46	-	-	-	-	-	-	17	46
CE	MORRINHOS	BR	104	345	1	22	-	-	-	-	105	367

CE	MUCAMBO	EMR	13	29	-	-	-	-	-	-	13	29
CE	MULUNGU	BR	84	273	-	-	-	-	-	-	84	273
CE	NOVA OLINDA	EMR	41	101	3	2.149	-	-	-	-	44	2.250
CE	NOVA RUSSAS	BR	132	738	5	357	-	-	-	-	137	1.095
CE	NOVO ORIENTE	BR	168	970	4	328	-	-	-	-	172	1.298
CE	OCARA	DMR	60	306	-	-	1	448	-	-	61	754
CE	OROS	DMR	223	989	1	176	-	-	-	-	224	1.165
CE	PACAJUS	DMR	131	823	11	5.441	1	77	1	848	144	7.189
CE	PACATUBA	AR	32	60	6	561	4	7.296	-	-	42	7.917
CE	PACOTI	BR	150	341	1	34	-	-	-	-	151	375
CE	PACUJA	EMR	23	60	-	-	-	-	-	-	23	60
CE	PALHANO	EMR	103	439	-	-	-	-	-	-	103	439
CE	PALMACIA	BR	87	170	-	-	-	-	1	2.744	88	2.914
CE	PARACURU	BR	94	204	2	19	1	300	-	-	97	523
CE	PARAIPABA	BR	29	54	3	61	2	949	-	-	34	1.064
CE	PARAMBU	BR	74	228	2	110	-	-	-	-	76	338
CE	PARAMOTI	DMR	102	293	2	101	-	-	-	-	104	394
CE	PEDRA BRANCA	BR	104	337	1	13	-	-	-	-	105	350
CE	PENAFORTE	BR	64	264	3	56	-	-	-	-	67	320
CE	PENTECOSTE	BR	134	482	4	233	-	-	-	-	138	715
CE	PEREIRO	BR	429	900	1	32	-	-	-	-	430	932
CE	PINDORETAMA	DMR	40	170	2	247	2	108	-	-	44	525
CE	PIQUET CARNEIRO	BR	65	323	2	129	-	-	-	-	67	452
CE	PIRES FERREIRA	BR	20	211	-	-	-	-	-	-	20	211
CE	PORANGA	BR	18	118	1	20	-	-	-	-	19	138
CE	PORTEIRAS	EMR	283	591	2	13	-	-	-	-	285	604
CE	POTENGI	BR	14	27	1	5	-	-	-	-	15	32
CE	POTIRETAMA	BR	87	478	1	219	-	-	-	-	88	697
CE	QUITERIANOPOLIS	BR	169	347	-	-	-	-	-	-	169	347
CE	QUIXADA	DMR	194	1.383	40	1.360	3	719	4	903	241	4.365
CE	QUIXELO	DMR	169	1.985	5	258	1	199	-	-	175	2.442
CE	QUIXERAMOBIM	DMR	552	2.648	36	949	3	351	-	-	591	3.948
CE	QUIXERE	EMR	52	480	-	-	2	2.255	1	2.557	55	5.292
CE	REDENCAO	BR	222	743	2	52	2	2.077	-	-	226	2.872
CE	RERIUTABA	BR	40	305	2	235	-	-	-	-	42	540
CE	RUSSAS	EMR	291	3.028	15	4.165	-	-	-	-	306	7.193
CE	SABOEIRO	BR	124	514	1	81	-	-	-	-	125	595
CE	SALITRE	BR	111	392	-	-	-	-	-	-	111	392
CE	SANTA QUITERIA	DMR	150	1.155	12	892	-	-	-	-	162	2.047
CE	SANTANA DO ACARAL	EMR	188	716	1	130	-	-	-	-	189	846
CE	SANTANA DO CARIRI	EMR	62	154	2	39	-	-	-	-	64	193
CE	SAO BENEDITO	BR	532	1.432	27	2.667	1	127	-	-	560	4.226
CE	SAO GONCALO DO AM	BR	82	357	8	271	2	498	3	250.400	95	251.526
CE	SAO JOAO DO JAGUAI	EMR	37	187	1	24	-	-	-	-	38	211
CE	SAO LUIS DO CURU	BR	60	107	1	9	1	136	-	-	62	252
CE	SENADOR POMPEU	BR	85	347	4	72	-	-	-	-	89	419
CE	SENADOR SA	EMR	21	60	-	-	-	-	-	-	21	60
CE	SOBRAL	EMR	139	2.250	36	5.601	4	619	-	-	179	8.470
CE	SOLONOPOLE	BR	250	662	5	122	-	-	-	-	255	784

CE	TABULEIRO DO NORT	EMR	458	11.826	4	554	-	-	-	-	462	12.380
CE	TAMBORIL	BR	197	590	2	35	-	-	-	-	199	625
CE	TARRAFAS	BR	86	193	-	-	-	-	-	-	86	193
CE	TAUA	BR	72	643	9	5.186	1	1.218	-	-	82	7.047
CE	TEJUCUOCA	BR	20	329	1	8	-	-	-	-	21	337
CE	TIANGUA	BR	329	1.526	58	2.307	9	452	-	-	396	4.285
CE	TRAIRI	BR	299	705	4	651	1	33	-	-	304	1.389
CE	TURURU	BR	135	389	1	185	-	-	-	-	136	574
CE	UBAJARA	BR	152	516	8	529	1	50	-	-	161	1.095
CE	UMARI	BR	105	646	-	-	-	-	-	-	105	646
CE	UMIRIM	BR	131	230	-	-	-	-	-	-	131	230
CE	URUBURETAMA	BR	66	237	5	81	-	-	-	-	71	318
CE	URUOCA	BR	271	793	2	255	-	-	-	-	273	1.048
CE	VARJOTA	BR	38	576	9	407	2	704	-	-	49	1.687
CE	VARZEA ALEGRE	BR	126	1.318	7	400	2	161	-	-	135	1.879
CE	VICOSA DO CEARA	BR	348	1.626	12	358	-	-	-	-	360	1.984
ES	AGUA DOCE DO NORT	EMR	7	421	1	104	-	-	-	-	8	525
ES	AGUIA BRANCA	EMR	1	46	-	-	-	-	-	-	1	46
ES	ALTO RIO NOVO	EMR	3	127	1	27	-	-	-	-	4	154
ES	BAIXO GUANDU	EMR	14	611	2	500	-	-	-	-	16	1.111
ES	BARRA DE SAO FRAN	EMR	9	294	3	240	-	-	-	-	12	534
ES	BOA ESPERANCA	EMR	3	64	-	-	-	-	-	-	3	64
ES	COLATINA	EMR	45	1.519	10	1.419	2	487	4	15.356	61	18.781
ES	ECOPORANGA	EMR	-	-	3	240	4	1.297	1	1.713	8	3.250
ES	GOVERNADOR LINDEI	EMR	6	159	1	30	2	711	-	-	9	900
ES	JAGUARE	EMR	3	168	2	83	1	75	-	-	6	326
ES	LINHARES	EMR	21	833	19	421	5	523	4	2.840	49	4.617
ES	MANTENOPOLIS	EMR	9	528	-	-	1	18	-	-	10	546
ES	MARILANDIA	EMR	5	176	7	409	-	-	2	10.000	14	10.585
ES	MONTANHA	EMR	-	-	3	79	-	-	1	640	4	719
ES	MUCURICI	EMR	-	-	-	-	2	133	1	426	3	559
ES	NOVA VENECIA	EMR	3	88	4	995	1	888	1	500	9	2.471
ES	PANCAS	EMR	7	275	4	278	1	121	-	-	12	674
ES	PEDRO CANARIO	EMR	1	65	1	76	-	-	-	-	2	141
ES	PINHEIROS	EMR	2	72	3	89	1	873	1	150	7	1.184
ES	RIO BANANAL	EMR	8	281	3	82	1	8	-	-	12	371
ES	SAO DOMINGOS DO N	EMR	6	230	3	96	1	53	-	-	10	379
ES	SAO GABRIEL DA PAL	EMR	3	57	6	333	2	69	-	-	11	459
ES	SAO MATEUS	EMR	14	693	5	221	4	1.033	-	-	23	1.947
ES	SOORETAMA	EMR	-	-	1	10	1	48	-	-	2	58
ES	VILA VALERIO	EMR	8	375	1	49	1	50	-	-	10	474
MA	ACAILANDIA	EMR	273	1.357	31	2.332	12	6.771	8	10.565	324	21.025
MA	AFONSO CUNHA	BR	11	21	-	-	-	-	-	-	11	21
MA	AGUA DOCE DO MARA	BR	205	400	-	-	-	-	-	-	205	400
MA	ALCANTARA	BR	2	36	1	134	-	-	-	-	3	170
MA	ALDEIAS ALTAS	BR	92	181	1	11	-	-	2	15.693	95	15.885
MA	ALTAMIRA DO MARAN	BR	26	52	1	16	-	-	-	-	27	68
MA	ALTO ALEGRE DO MAI	BR	42	87	1	18	-	-	-	-	43	105
MA	ALTO ALEGRE DO PIN	BR	133	735	2	78	-	-	1	172	136	985

MA	ALTO PARNAIBA	DMR	5	70	-	-	-	-	1	633	6	703
MA	AMAPA DO MARANHA	BR	9	193	-	-	1	52	-	-	10	245
MA	AMARANTE DO MARAI	EMR	232	3.147	7	610	4	983	1	134	244	4.874
MA	ANAJATUBA	BR	196	419	-	-	-	-	-	-	196	419
MA	ANAPURUS	BR	109	255	2	86	-	-	4	5.947	115	6.288
MA	APICUM-ACU	BR	-	-	9	301	-	-	-	-	9	301
MA	ARAGUANA	BR	182	882	2	363	1	1.101	-	-	185	2.346
MA	ARAIOSES	BR	143	313	4	391	-	-	-	-	147	704
MA	ARAME	BR	122	886	6	406	1	285	-	-	129	1.577
MA	ARARI	BR	106	282	1	72	-	-	-	-	107	354
MA	AXIXA	BR	65	122	-	-	-	-	-	-	65	122
MA	BACABAL	BR	266	968	21	1.549	6	444	-	-	293	2.961
MA	BACABEIRA	BR	71	276	-	-	-	-	-	-	71	276
MA	BACURI	BR	75	178	5	440	-	-	-	-	80	618
MA	BACURITUBA	BR	84	150	-	-	-	-	-	-	84	150
MA	BALSAS	DMR	260	793	24	3.287	3	516	6	31.625	293	36.221
MA	BARAO DE GRAJAU	BR	296	605	3	511	1	75	-	-	300	1.191
MA	BARRA DO CORDA	BR	562	2.006	38	1.621	2	784	-	-	602	4.411
MA	BARREIRINHAS	BR	13	278	2	45	-	-	-	-	15	323
MA	BELA VISTA DO MARA	BR	80	159	-	-	-	-	-	-	80	159
MA	BELAGUA	BR	6	11	-	-	-	-	-	-	6	11
MA	BENEDITO LEITE	DMR	17	357	-	-	-	-	-	-	17	357
MA	BEQUIMAO	BR	222	430	2	34	-	-	-	-	224	464
MA	BERNARDO DO MEAR	BR	118	634	1	21	1	798	-	-	120	1.453
MA	BOA VISTA DO GURUI	BR	18	35	1	264	-	-	-	-	19	299
MA	BOM JARDIM	BR	113	979	4	468	1	630	-	-	118	2.077
MA	BOM JESUS DAS SEL\	BR	18	35	5	430	2	824	1	579	26	1.868
MA	BOM LUGAR	BR	56	223	-	-	-	-	-	-	56	223
MA	BREJO	BR	233	550	2	50	2	1.046	-	-	237	1.646
MA	BREJO DE AREIA	BR	75	279	-	-	-	-	-	-	75	279
MA	BURITI	BR	290	569	-	-	-	-	-	-	290	569
MA	BURITI BRAVO	BR	115	283	1	14	-	-	-	-	116	297
MA	BURITICUPU	BR	232	5.165	10	549	3	1.438	-	-	245	7.152
MA	BURITIRANA	EMR	141	872	1	270	5	1.110	-	-	147	2.252
MA	CACHOEIRA GRANDE	BR	29	135	-	-	-	-	-	-	29	135
MA	CAJAPIO	BR	1	2	1	25	-	-	-	-	2	27
MA	CAJARI	BR	73	153	1	11	-	-	-	-	74	164
MA	CAMPESTRE DO MAR/	EMR	3	6	1	174	-	-	-	-	4	180
MA	CANDIDO MENDES	BR	13	261	-	-	-	-	-	-	13	261
MA	CANTANHEDE	BR	4	8	2	98	-	-	-	-	6	106
MA	CAPINZAL DO NORTE	BR	63	127	-	-	1	95	-	-	64	222
MA	CAROLINA	EMR	-	-	1	142	-	-	-	-	1	142
MA	CARUTAPERA	BR	1	92	1	197	2	1.837	5	2.655	9	4.781
MA	CAXIAS	BR	355	1.416	44	2.541	5	447	1	800	405	5.204
MA	CEDRAL	BR	31	91	-	-	-	-	-	-	31	91
MA	CENTRO DO GUILHER	BR	73	749	2	271	-	-	-	-	75	1.020
MA	CENTRO NOVO DO MA	BR	168	473	-	-	-	-	-	-	168	473
MA	CHAPADINHA	BR	123	305	17	726	-	-	-	-	140	1.031
MA	CIDELANDIA	EMR	191	521	3	242	3	668	-	-	197	1.431

MA	CODO	BR	306	1.448	56	2.844	2	495	2	21.975	366	26.762
MA	COELHO NETO	BR	29	58	1	38	-	-	-	-	30	96
MA	COLINAS	BR	124	254	8	543	4	355	-	-	136	1.152
MA	CONCEICAO DO LAGC	BR	4	46	3	325	-	-	-	-	7	371
MA	COROATA	BR	290	2.060	8	252	2	2.312	-	-	300	4.624
MA	CURURUPU	BR	110	260	2	82	-	-	-	-	112	342
MA	DAVINOPOLIS	EMR	95	235	2	36	1	107	-	-	98	378
MA	DOM PEDRO	BR	48	147	5	173	4	531	-	-	57	851
MA	DUQUE BACELAR	BR	62	120	-	-	-	-	-	-	62	120
MA	ESPERANTINOPOLIS	BR	149	519	15	1.021	1	64	-	-	165	1.604
MA	ESTREITO	EMR	18	484	5	323	1	630	1	998	25	2.435
MA	FEIRA NOVA DO MAR/	DMR	146	1.276	-	-	1	200	-	-	147	1.476
MA	FERNANDO FALCAO	BR	197	386	-	-	-	-	-	-	197	386
MA	FORMOSA DA SERRA	BR	116	980	5	313	-	-	-	-	121	1.293
MA	FORTALEZA DOS NOG	DMR	236	1.737	5	597	1	86	1	327	243	2.747
MA	FORTUNA	BR	99	223	5	201	-	-	-	-	104	424
MA	GODOFREDO VIANA	BR	2	168	-	-	-	-	-	-	2	168
MA	GONCALVES DIAS	BR	209	432	2	47	1	309	-	-	212	788
MA	GOVERNADOR ARCHE	BR	51	91	3	199	-	-	-	-	54	290
MA	GOVERNADOR EDISO	EMR	12	24	4	517	-	-	-	-	16	541
MA	GOVERNADOR EUGEI	BR	132	372	5	481	3	316	-	-	140	1.169
MA	GOVERNADOR LUIZ R	BR	70	171	2	139	-	-	-	-	72	310
MA	GOVERNADOR NEWT(	BR	69	1.233	6	336	-	-	-	-	75	1.569
MA	GOVERNADOR NUNES	BR	278	1.850	1	81	1	190	-	-	280	2.121
MA	GRACA ARANHA	BR	74	242	-	-	-	-	-	-	74	242
MA	GRAJAU	BR	42	292	14	1.523	-	-	1	11.159	57	12.974
MA	GUIMARAES	BR	72	139	-	-	-	-	-	-	72	139
MA	HUMBERTO DE CAMP	BR	38	98	2	272	-	-	-	-	40	370
MA	ICATU	BR	34	67	-	-	-	-	-	-	34	67
MA	IGARAPE DO MEIO	BR	39	85	1	25	-	-	1	1.841	41	1.951
MA	IGARAPE GRANDE	BR	60	291	1	15	1	475	-	-	62	781
MA	IMPERATRIZ	EMR	68	683	45	5.938	7	4.778	5	29.887	125	41.286
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	BR	1	137	-	-	-	-	-	-	1	137
MA	ITAPECURU MIRIM	BR	58	211	4	422	1	124	-	-	63	757
MA	ITINGA DO MARANHA(	EMR	37	392	1	18	4	1.591	-	-	42	2.001
MA	JATOBA	BR	66	378	-	-	-	-	-	-	66	378
MA	JENIPAPO DOS VIEIR/	BR	120	454	2	189	-	-	-	-	122	643
MA	JOAO LISBOA	EMR	142	799	2	78	2	755	-	-	146	1.632
MA	JOSELANDIA	BR	118	1.087	-	-	-	-	-	-	118	1.087
MA	JUNCO DO MARANHA(	BR	18	386	-	-	-	-	-	-	18	386
MA	LAGO DA PEDRA	BR	63	829	12	707	-	-	-	-	75	1.536
MA	LAGO DO JUNCO	BR	67	190	1	50	-	-	-	-	68	240
MA	LAGO DOS RODRIGUE	BR	93	190	2	42	-	-	-	-	95	232
MA	LAGO VERDE	BR	78	327	-	-	1	216	-	-	79	543
MA	LAGOA DO MATO	BR	185	360	1	15	-	-	-	-	186	375
MA	LAGOA GRANDE DO M	BR	15	210	-	-	-	-	-	-	15	210
MA	LAJEADO NOVO	EMR	22	131	1	200	1	56	1	1.400	25	1.787
MA	LIMA CAMPOS	BR	68	162	4	205	-	-	-	-	72	367
MA	LORETO	DMR	64	346	-	-	-	-	1	1.278	65	1.624

MA	MAGALHAES DE ALME	BR	91	177	1	100	-	-	-	-	92	277
MA	MARACACUME	BR	123	1.283	-	-	1	227	-	-	124	1.510
MA	MARAJA DO SENA	BR	67	201	2	230	-	-	-	-	69	431
MA	MARANHAOZINHO	BR	61	441	5	367	-	-	-	-	66	808
MA	MATA ROMA	BR	67	130	5	109	-	-	-	-	72	239
MA	MATINHA	BR	66	193	1	14	1	188	-	-	68	395
MA	MATOES	BR	57	185	1	79	-	-	-	-	58	264
MA	MATOES DO NORTE	BR	43	239	-	-	-	-	-	-	43	239
MA	MILAGRES DO MARAN	BR	74	147	-	-	-	-	-	-	74	147
MA	MIRADOR	BR	123	356	2	155	1	180	-	-	126	691
MA	MIRANDA DO NORTE	BR	81	207	-	-	-	-	-	-	81	207
MA	MIRINZAL	BR	1	2	2	49	-	-	-	-	3	51
MA	MONCAO	BR	69	146	3	100	-	-	-	-	72	246
MA	MONTES ALTOS	EMR	69	259	-	-	-	-	-	-	69	259
MA	MORROS	BR	17	103	-	-	-	-	-	-	17	103
MA	NINA RODRIGUES	BR	5	208	-	-	-	-	-	-	5	208
MA	NOVA COLINAS	DMR	176	550	-	-	-	-	-	-	176	550
MA	NOVA IORQUE	BR	9	211	-	-	-	-	-	-	9	211
MA	NOVA OLINDA DO MAI	BR	88	1.113	8	594	1	70	-	-	97	1.777
MA	OLHO D'AGUA DAS CI	BR	70	145	5	312	-	-	-	-	75	457
MA	OLINDA NOVA DO MAI	BR	56	251	-	-	-	-	-	-	56	251
MA	PACO DO LUMIAR	EMR	75	288	2	61	-	-	1	10.988	78	11.337
MA	PALMEIRANDIA	BR	48	138	1	25	-	-	-	-	49	163
MA	PARAIBANO	BR	232	452	2	184	-	-	-	-	234	636
MA	PARNARAMA	BR	251	495	2	33	1	474	2	4.385	256	5.387
MA	PASSAGEM FRANCA	BR	58	151	5	174	-	-	-	-	63	325
MA	PASTOS BONS	BR	98	189	2	30	2	100	-	-	102	319
MA	PAULINO NEVES	BR	144	831	-	-	-	-	-	-	144	831
MA	PAULO RAMOS	BR	51	322	9	367	-	-	-	-	60	689
MA	PEDREIRAS	BR	187	440	17	428	1	51	2	151	207	1.070
MA	PEDRO DO ROSARIO	BR	5	211	1	99	-	-	-	-	6	310
MA	PENALVA	BR	77	274	2	208	-	-	-	-	79	482
MA	PERI MIRIM	BR	61	119	1	10	-	-	-	-	62	129
MA	PERITORO	BR	55	897	2	19	1	198	-	-	58	1.114
MA	PINDARE MIRIM	BR	52	207	2	163	-	-	-	-	54	370
MA	PINHEIRO	BR	472	1.484	23	1.415	-	-	-	-	495	2.899
MA	PIO XII	BR	95	1.178	-	-	-	-	-	-	95	1.178
MA	PIRAPEMAS	BR	40	328	-	-	-	-	-	-	40	328
MA	POCAO DE PEDRAS	BR	154	1.044	-	-	4	393	-	-	158	1.437
MA	PORTO FRANCO	EMR	7	332	3	658	4	1.529	2	24.592	16	27.111
MA	PORTO RICO DO MAR	BR	1	100	-	-	-	-	-	-	1	100
MA	PRESIDENTE DUTRA	BR	300	1.152	31	1.461	8	581	-	-	339	3.194
MA	PRESIDENTE JUSCELI	BR	67	125	-	-	-	-	-	-	67	125
MA	PRESIDENTE MEDICI	BR	85	812	2	118	-	-	-	-	87	930
MA	PRESIDENTE SARNEY	BR	54	95	1	137	-	-	-	-	55	232
MA	PRESIDENTE VARGAS	BR	21	40	-	-	-	-	-	-	21	40
MA	RAPOSA	EMR	53	254	-	-	1	200	-	-	54	454
MA	RIACHAO	DMR	149	434	-	-	-	-	1	762	150	1.196
MA	RIBAMAR FIQUENE	EMR	71	248	-	-	1	99	-	-	72	347

MA	ROSARIO	BR	16	31	1	61	-	-	-	-	17	92
MA	SAMBAIBA	DMR	20	276	1	159	-	-	1	1.966	22	2.401
MA	SANTA FILOMENA DO	BR	112	760	1	29	-	-	-	-	113	789
MA	SANTA HELENA	BR	175	896	18	996	-	-	-	-	193	1.892
MA	SANTA INES	BR	155	645	12	590	3	270	-	-	170	1.505
MA	SANTA LUZIA	BR	383	2.570	9	755	3	2.930	3	5.096	398	11.351
MA	SANTA LUZIA DO PAR	BR	113	1.817	8	596	1	11.165	1	3.564	123	17.142
MA	SANTA QUITERIA DO I	BR	1	160	3	169	-	-	1	7.929	5	8.258
MA	SANTA RITA	BR	39	71	-	-	-	-	-	-	39	71
MA	SANTANA DO MARANI	BR	16	31	-	-	-	-	-	-	16	31
MA	SANTO AMARO DO MA	BR	-	-	1	42	-	-	-	-	1	42
MA	SANTO ANTONIO DOS	BR	91	435	4	377	4	347	-	-	99	1.159
MA	SAO BENEDITO DO RI	BR	35	63	2	45	2	551	-	-	39	659
MA	SAO BENTO	BR	88	204	2	180	-	-	-	-	90	384
MA	SAO BERNARDO	BR	128	271	2	75	-	-	-	-	130	346
MA	SAO DOMINGOS DO A	DMR	22	170	1	12	1	54	4	5.170	28	5.406
MA	SAO DOMINGOS DO M	BR	260	1.209	15	1.137	-	-	-	-	275	2.346
MA	SAO FELIX DE BALSAS	DMR	16	227	-	-	1	143	1	2.168	18	2.538
MA	SAO FRANCISCO DO E	EMR	136	270	-	-	1	175	-	-	137	445
MA	SAO FRANCISCO DO M	BR	192	355	-	-	-	-	-	-	192	355
MA	SAO JOAO BATISTA	BR	84	166	2	72	-	-	-	-	86	238
MA	SAO JOAO DO CARU	BR	4	114	1	32	1	411	-	-	6	557
MA	SAO JOAO DO PARAIS	EMR	54	228	4	474	1	26	-	-	59	728
MA	SAO JOAO DO SOTER	BR	6	11	6	834	1	374	-	-	13	1.219
MA	SAO JOAO DOS PATO	BR	38	74	4	333	3	400	-	-	45	807
MA	SAO JOSE DE RIBAMA	EMR	33	246	9	4.346	1	454	-	-	43	5.046
MA	SAO JOSE DOS BASIL	BR	279	590	2	160	-	-	-	-	281	750
MA	SAO LUIS	EMR	58	641	90	8.147	20	184.012	4	22.800	172	215.600
MA	SAO LUIS GONZAGA D	BR	18	467	2	164	3	1.019	-	-	23	1.650
MA	SAO MATEUS DO MAR	BR	103	644	2	109	-	-	-	-	105	753
MA	SAO PEDRO DA AGUA	EMR	55	295	1	401	-	-	-	-	56	696
MA	SAO PEDRO DOS CRE	EMR	104	1.489	1	32	1	160	-	-	106	1.681
MA	SAO RAIMUNDO DAS I	DMR	73	193	-	-	-	-	-	-	73	193
MA	SAO RAIMUNDO DO D	BR	37	71	-	-	-	-	-	-	37	71
MA	SAO ROBERTO	BR	35	86	1	200	1	199	-	-	37	485
MA	SAO VICENTE FERREI	BR	58	126	7	335	-	-	-	-	65	461
MA	SATUBINHA	BR	59	113	-	-	-	-	-	-	59	113
MA	SENADOR ALEXANDR	BR	47	274	1	9	-	-	-	-	48	283
MA	SENADOR LA ROCQUI	EMR	322	1.075	-	-	2	477	1	276	325	1.828
MA	SITIO NOVO	BR	104	753	4	332	-	-	-	-	108	1.085
MA	SUCUPIRA DO NORTE	BR	127	242	-	-	-	-	-	-	127	242
MA	SUCUPIRA DO RIACH	BR	15	28	-	-	-	-	-	-	15	28
MA	TASSO FRAGOSO	DMR	51	258	-	-	1	143	4	35.865	56	36.266
MA	TIMBIRAS	BR	192	560	10	386	-	-	-	-	202	946
MA	TIMON	BR	357	672	7	383	7	818	1	4.228	372	6.101
MA	TRIZIDELA DO VALE	BR	138	364	7	163	1	149	-	-	146	676
MA	TUFILANDIA	BR	28	82	1	69	-	-	-	-	29	151
MA	TUNTUM	BR	340	3.316	13	830	6	1.431	-	-	359	5.577
MA	TURIACU	BR	78	1.245	5	167	-	-	-	-	83	1.412

MA	TURILANDIA	BR	57	317	1	94	-	-	-	-	58	411
MA	TUTOIA	BR	80	284	1	17	1	21	-	-	82	322
MA	URBANO SANTOS	BR	56	108	5	450	-	-	-	-	61	558
MA	VARGEM GRANDE	BR	85	275	7	472	-	-	-	-	92	747
MA	VIANA	BR	164	480	3	277	2	667	-	-	169	1.424
MA	VILA NOVA DOS MART	EMR	124	346	2	158	1	91	-	-	127	595
MA	VITORIA DO MEARIM	BR	28	129	1	17	-	-	-	-	29	146
MA	VITORINO FREIRE	BR	97	327	12	485	1	1.166	-	-	110	1.978
MA	ZE DOCA	BR	386	2.880	15	4.059	4	795	-	-	405	7.734
MG	AGUAS FORMOSAS	EMR	108	253	-	-	-	-	-	-	108	253
MG	AGUAS VERMELHAS	DMR	1	18	1	35	2	1.663	1	597	5	2.313
MG	ALMENARA	DMR	86	517	1	107	-	-	-	-	87	624
MG	ANGELANDIA	DMR	60	152	2	158	-	-	-	-	62	310
MG	ARACUAI	DMR	85	213	1	22	1	145	-	-	87	380
MG	ARICANDUVA	DMR	112	238	-	-	-	-	-	-	112	238
MG	ARINOS	DMR	55	363	1	30	-	-	-	-	56	393
MG	ATALEIA	EMR	121	376	-	-	-	-	-	-	121	376
MG	BANDEIRA	DMR	102	187	-	-	1	276	-	-	103	463
MG	BERILO	DMR	210	397	-	-	-	-	-	-	210	397
MG	BERIZAL	DMR	117	279	-	-	-	-	-	-	117	279
MG	BERTOPOLIS	EMR	39	75	-	-	-	-	-	-	39	75
MG	BOCAIUVA	EMR	267	715	5	186	-	-	-	-	272	901
MG	BONITO DE MINAS	DMR	154	343	-	-	2	714	-	-	156	1.057
MG	BOTUMIRIM	DMR	28	293	-	-	-	-	-	-	28	293
MG	BRASILIA DE MINAS	EMR	479	2.186	17	1.125	-	-	-	-	496	3.311
MG	BURITIZEIRO	EMR	15	525	2	183	4	2.207	2	4.046	23	6.961
MG	CACHOEIRA DE PAJEI	BR	101	175	-	-	-	-	-	-	101	175
MG	CAMPANARIO	EMR	2	4	-	-	-	-	1	546	3	550
MG	CAMPO AZUL	EMR	198	350	-	-	-	-	-	-	198	350
MG	CAPELINHA	DMR	188	1.406	8	1.298	5	1.640	1	64	202	4.408
MG	CAPITAO ENEAS	EMR	11	20	-	-	1	76	-	-	12	96
MG	CARAI	DMR	143	261	-	-	-	-	-	-	143	261
MG	CARBONITA	DMR	46	80	-	-	-	-	-	-	46	80
MG	CARLOS CHAGAS	EMR	81	356	-	-	2	670	4	4.471	87	5.497
MG	CATUJI	EMR	39	66	-	-	1	195	-	-	40	261
MG	CATUTI	DMR	102	348	-	-	-	-	-	-	102	348
MG	CHAPADA DO NORTE	DMR	49	145	-	-	-	-	-	-	49	145
MG	CHAPADA GAUCHA	DMR	163	593	2	313	2	433	1	1.161	168	2.500
MG	CLARO DOS POCOES	EMR	19	40	1	20	-	-	-	-	20	60
MG	COMERCINHO	BR	105	195	1	138	-	-	-	-	106	333
MG	CONEGO MARINHO	DMR	118	277	3	322	-	-	-	-	121	599
MG	CORACAO DE JESUS	EMR	411	1.525	3	321	-	-	-	-	414	1.846
MG	CORONEL MURTA	DMR	154	672	1	17	-	-	-	-	155	689
MG	COUTO DE MAGALHAI	EMR	6	39	-	-	-	-	-	-	6	39
MG	CRISOLITA	EMR	27	47	-	-	-	-	-	-	27	47
MG	CRISTALIA	DMR	55	137	-	-	-	-	-	-	55	137
MG	CURRAL DE DENTRO	DMR	113	337	2	413	-	-	-	-	115	750
MG	DATAS	EMR	2	4	-	-	-	-		-	2	4
MG	DIAMANTINA	EMR	120	262	-	-	-	-		-	120	262

MG	DIVISA ALEGRE	DMR	25	44	-	-	-	-	-	-	25	44
MG	DIVISOPOLIS	DMR	6	12	-	-	-	-	-	-	6	12
MG	ENGENHEIRO NAVARI	EMR	17	48	-	-	1	441	-	-	18	489
MG	ESPINOSA	DMR	327	649	24	837	1	52	-	-	352	1.538
MG	FELICIO DOS SANTOS	EMR	31	217	1	15	-	-	-	-	32	232
MG	FELISBURGO	DMR	40	85	-	-	-	-	-	-	40	85
MG	FORMOSO	DMR	36	69	1	148	2	436	-	-	39	653
MG	FRANCISCO BADARO	DMR	51	98	-	-	-	-	-	-	51	98
MG	FRANCISCO DUMONT	EMR	25	92	-	-	-	-	-	-	25	92
MG	FRANCISCO SA	EMR	125	286	1	35	2	617	-	-	128	938
MG	FRANCISCOPOLIS	EMR	93	165	-	-	-	-	-	-	93	165
MG	FREI GASPAR	EMR	67	122	2	148	-	-	-	-	69	270
MG	FRONTEIRA DOS VALI	EMR	41	78	1	21	1	150	-	-	43	249
MG	FRUTA DE LEITE	DMR	36	68	-	-	-	-	-	-	36	68
MG	GAMELEIRAS	DMR	72	271	2	145	-	-	-	-	74	416
MG	GLAUCILANDIA	EMR	71	129	-	-	-	-	-	-	71	129
MG	GRAO MOGOL	DMR	61	279	-	-	1	113	-	-	62	392
MG	GUARACIAMA	EMR	71	132	-	-	-	-	-	-	71	132
MG	IBIAI	EMR	46	149	1	20	1	36	-	-	48	205
MG	IBIRACATU	EMR	38	76	-	-	-	-	-	-	38	76
MG	ICARAI DE MINAS	DMR	112	811	5	163	-	-	-	-	117	974
MG	INDAIABIRA	DMR	60	158	-	-	-	-	-	-	60	158
MG	ITACAMBIRA	DMR	51	231	1	40	-	-	-	-	52	271
MG	ITACARAMBI	DMR	138	351	4	96	2	1.498	2	2.353	146	4.298
MG	ITAIPE	EMR	47	96	1	25	-	-	-	-	48	121
MG	ITAMARANDIBA	DMR	114	261	-	-	-	-	-	-	114	261
MG	ITAMBACURI	EMR	140	390	1	12	1	790	1	740	143	1.932
MG	ITAOBIM	BR	47	126	-	-	2	117	-	-	49	243
MG	ITINGA	DMR	97	293	4	200	2	1.008	-	-	103	1.501
MG	JACINTO	DMR	61	129	-	-	2	932	-	-	63	1.061
MG	JAIBA	DMR	189	1.442	18	1.136	8	2.103	9	3.353	224	8.034
MG	JANAUBA	DMR	253	1.601	60	2.413	18	3.018	4	935	335	7.967
MG	JANUARIA	DMR	636	2.648	31	1.312	2	133	-	-	669	4.093
MG	JAPONVAR	EMR	159	619	1	23	-	-	-	-	160	642
MG	JENIPAPO DE MINAS	DMR	34	68	-	-	-	-	-	-	34	68
MG	JEQUITAI	EMR	61	176	2	93	-	-	-	-	63	269
MG	JEQUITINHONHA	DMR	116	297	3	1.187	-	-	-	-	119	1.484
MG	JOAIMA	DMR	227	1.654	5	416	-	-	1	165	233	2.235
MG	JORDANIA	DMR	51	104	1	60	-	-	-	-	52	164
MG	JOSE GONCALVES DE	DMR	38	103	-	-	-	-	-	-	38	103
MG	JOSENOPOLIS	DMR	4	36	-	-	-	-	-	-	4	36
MG	JURAMENTO	EMR	12	22	-	-	-	-	-	-	12	22
MG	JUVENILIA	DMR	129	440	2	143	-	-	-	-	131	583
MG	LADAINHA	EMR	221	425	3	142	-	-	-	-	224	567
MG	LAGOA DOS PATOS	EMR	39	83	-	-	-	-	1	2.370	40	2.453
MG	LASSANCE	EMR	46	189	5	211	2	596	-	-	53	996
MG	LEME DO PRADO	DMR	17	110	-	-	-	-	-	-	17	110
MG	LONTRA	EMR	109	278	1	20	-	-	-	-	110	298
MG	LUISLANDIA	EMR	149	648	3	51	-	-	-	-	152	699

MG	MACHACALIS	EMR	25	106	-	-	-	-	-	-	25	106
MG	MALACACHETA	EMR	133	240	2	189	-	-	-	-	135	429
MG	MAMONAS	DMR	233	445	1	21	-	-	-	-	234	466
MG	MANGA	DMR	308	792	7	409	1	90	2	6.414	318	7.705
MG	MATA VERDE	DMR	63	149	-	-	-	-	-	-	63	149
MG	MATIAS CARDOSO	DMR	130	253	2	49	3	179	3	7.153	138	7.634
MG	MATO VERDE	DMR	209	611	8	600	-	-	-	-	217	1.211
MG	MEDINA	BR	184	501	6	291	2	808	-	-	192	1.600
MG	MINAS NOVAS	DMR	223	779	1	200	1	76	-	-	225	1.055
MG	MIRABELA	EMR	53	227	5	115	-	-	-	-	58	342
MG	MIRAVANIA	DMR	80	177	1	17	-	-	-	-	81	194
MG	MONTALVANIA	DMR	263	880	6	570	1	180	-	-	270	1.630
MG	MONTE AZUL	DMR	382	1.063	49	2.968	1	126	-	-	432	4.157
MG	MONTE FORMOSO	DMR	-	-	-	-	-	-	1	3.256	1	3.256
MG	MONTES CLAROS	EMR	1.054	3.952	29	4.397	6	827	2	148	1.091	9.324
MG	MONTEZUMA	DMR	87	311	2	56	-	-	-	-	89	367
MG	NANUQUE	EMR	2	4	1	23	-	-	-	-	3	27
MG	NINHEIRA	DMR	91	200	-	-	-	-	-	-	91	200
MG	NOVA PORTEIRINHA	DMR	151	274	4	279	4	399	1	221	160	1.173
MG	NOVO CRUZEIRO	DMR	274	908	1	68	-	-	-	-	275	976
MG	NOVO ORIENTE DE MI	EMR	57	112	-	-	-	-	-	-	57	112
MG	NOVORIZONTE	DMR	125	276	-	-	1	151	-	-	126	427
MG	OLHOS-D'AGUA	EMR	26	66	1	62	-	-	-	-	27	128
MG	OURO VERDE DE MIN	EMR	121	445	-	-	-	-	-	-	121	445
MG	PADRE CARVALHO	DMR	104	266	-	-	-	-	-	-	104	266
MG	PADRE PARAISO	DMR	17	29	-	-	-	-	-	-	17	29
MG	PAI PEDRO	DMR	51	316	1	60	1	889	-	-	53	1.265
MG	PALMOPOLIS	DMR	1	92	-	-	1	239	-	-	2	331
MG	PATIS	EMR	80	488	3	69	-	-	1	723	84	1.280
MG	PAVAO	EMR	8	14	-	-	-	-	-	-	8	14
MG	PEDRA AZUL	BR	36	163	-	-	1	337	2	2.527	39	3.027
MG	PEDRAS DE MARIA DA	DMR	17	188	3	513	-	-	1	336	21	1.037
MG	PESCADOR	EMR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
MG	PINTOPOLIS	DMR	95	410	1	14	-	-	-	-	96	424
MG	PIRAPORA	EMR	41	1.505	9	1.345	1	280	-	-	51	3.130
MG	PONTO CHIQUE	EMR	71	464	1	18	-	-	-	-	72	482
MG	PONTO DOS VOLANTE	DMR	120	236	1	134	1	226	-	-	122	596
MG	PORTEIRINHA	DMR	629	2.390	23	1.561	2	318	-	-	654	4.269
MG	POTE	EMR	113	293	-	-	-	-	-	-	113	293
MG	RIACHINHO	EMR	73	152	-	-	-	-	-	-	73	152
MG	RIACHO DOS MACHAD	DMR	126	310	3	90	-	-	-	-	129	400
MG	RIO DO PRADO	DMR	56	108	-	-	-	-	-	-	56	108
MG	RIO PARDO DE MINAS	DMR	241	1.101	4	239	1	6	-	-	246	1.346
MG	RIO VERMELHO	EMR	145	452	1	205	-	-	-	-	146	657
MG	RUBELITA	DMR	59	270	-	-	3	530	-	-	62	800
MG	RUBIM	DMR	31	59	2	396	-	-	-	-	33	455
MG	SALINAS	DMR	259	1.245	15	931	13	3.230	-	-	287	5.406
MG	SALTO DA DIVISA	DMR	6	11	-	-	-	-	-	-	6	11
MG	SANTA CRUZ DE SALI	DMR	82	550	-	-	-	-		-	82	550

MG	SANTA FE DE MINAS	EMR	25	156	1	26	1	646	-	-	27	828
MG	SANTA HELENA DE MI	EMR	32	60	-	-	-	-	-	-	32	60
MG	SANTA MARIA DO SAL	DMR	9	18	-	-	-	-	-	-	9	18
MG	SANTO ANTONIO DO .	DMR	49	94	-	-	-	-	-	-	49	94
MG	SANTO ANTONIO DO F	DMR	195	431	1	131	-	-	-	-	196	562
MG	SAO FRANCISCO	DMR	796	3.410	10	331	-	-	1	2.319	807	6.060
MG	SAO JOAO DA LAGOA	EMR	195	536	-	-	-	-	-	-	195	536
MG	SAO JOAO DA PONTE	EMR	462	1.305	-	-	-	-	-	-	462	1.305
MG	SAO JOAO DAS MISSC	DMR	58	210	-	-	-	-	-	-	58	210
MG	SAO JOAO DO PACUI	EMR	37	84	-	-	-	-	-	-	37	84
MG	SAO JOAO DO PARAIS	DMR	201	1.487	1	172	-	-	-	-	202	1.659
MG	SAO ROMAO	EMR	45	243	1	11	-	-	-	-	46	254
MG	SENADOR MODESTIN	EMR	113	226	-	-	-	-	-	-	113	226
MG	SERRA DOS AIMORES	EMR	3	4	1	30	-	-	-	-	4	34
MG	SERRANOPOLIS DE M	DMR	73	216	-	-	-	-	-	-	73	216
MG	SERRO	EMR	84	216	1	31	-	-	-	-	85	247
MG	SETUBINHA	EMR	192	755	1	40	-	-	-	-	193	795
MG	TAIOBEIRAS	DMR	35	97	4	368	1	29	-	-	40	494
MG	TEOFILO OTONI	EMR	291	1.146	8	2.058	-	-	-	-	299	3.204
MG	TURMALINA	DMR	39	80	1	25	-	-	-	-	40	105
MG	UBAI	EMR	254	735	4	141	-	-	-	-	258	876
MG	UMBURATIBA	EMR	6	12	-	-	-	-	-	-	6	12
MG	URUCUIA	DMR	179	561	-	-	1	557	-	-	180	1.118
MG	VARGEM GRANDE DO	DMR	54	112	-	-	-	-	-	-	54	112
MG	VARZEA DA PALMA	EMR	70	655	5	157	2	1.250	1	2.842	78	4.904
MG	VARZELANDIA	EMR	352	1.358	-	-	2	556	-	-	354	1.914
MG	VERDELANDIA	EMR	103	214	5	104	4	528	1	360	113	1.206
MG	VEREDINHA	DMR	57	101	-	-	-	-	-	-	57	101
MG	VIRGEM DA LAPA	DMR	67	249	6	738	1	184	-	-	74	1.171
PB	AGUA BRANCA	DMR	99	189	-	-	-	-	-	-	99	189
PB	AGUIAR	BR	25	45	-	-	-	-	-	-	25	45
PB	ALAGOA GRANDE	BR	49	214	4	220	-	-	-	-	53	434
PB	ALAGOA NOVA	BR	116	262	3	54	-	-	-	-	119	316
PB	ALAGOINHA	BR	66	117	2	228	-	-	-	-	68	345
PB	ALCANTIL	DMR	35	69	-	-	-	-	-	-	35	69
PB	ALGODAO DE JANDAI	BR	59	110	1	18	-	-	-	-	60	128
PB	ALHANDRA	DMR	32	213	3	83	1	11.706	2	634	38	12.636
PB	AMPARO	DMR	22	42	1	28	-	-	-	-	23	70
PB	APARECIDA	EMR	69	174	-	-	-	-	-	-	69	174
PB	ARACAGI	BR	113	391	4	268	-	-	-	-	117	659
PB	ARARA	BR	66	165	4	72	-	-	-	-	70	237
PB	ARARUNA	BR	4	56	3	76	-	-	-	-	7	132
PB	AREIA	BR	83	173	2	112	-	-	-	-	85	285
PB	AREIA DE BARAUNAS	DMR	15	29	-	-	-	-	-	-	15	29
PB	AREIAL	EMR	69	144	-	-	-	-	-	-	69	144
PB	AROEIRAS	BR	72	140	-	-	-	-	-	-	72	140
PB	ASSUNCAO	DMR	14	28	1	6	-	-	-	-	15	34
PB	BAIA DA TRAICAO	BR	41	73	-	-	-	-	-	-	41	73
PB	BANANEIRAS	BR	173	390	4	65	-	-	-	-	177	455

PB	BARAUNA	BR	43	85	2	22	-	-	-	-	45	107
PB	BARRA DE SANTA RO:	BR	57	197	-	-	-	-	-	-	57	197
PB	BARRA DE SANTANA	DMR	107	207	1	61	-	-	-	-	108	268
PB	BARRA DE SAO MIGUI	DMR	28	54	-	-	-	-	-	-	28	54
PB	BAYEUX	AR	1	3	3	69	1	90	1	228	6	390
PB	BELEM	BR	136	294	2	57	-	-	-	-	138	351
PB	BELEM DO BREJO DO	EMR	5	124	1	95	-	-	-	-	6	219
PB	BERNARDINO BATIST/	EMR	28	51	2	45	-	-	-	-	30	96
PB	BOA VENTURA	DMR	50	122	-	-	-	-	-	-	50	122
PB	BOA VISTA	EMR	19	38	-	-	-	-	-	-	19	38
PB	BOM JESUS	EMR	12	23	-	-	-	-	-	-	12	23
PB	BOM SUCESSO	EMR	70	174	-	-	-	-	-	-	70	174
PB	BONITO DE SANTA FE	EMR	50	169	1	100	-	-	-	-	51	269
PB	BOQUEIRAO	DMR	155	308	-	-	-	-	-	-	155	308
PB	BORBOREMA	BR	36	68	-	-	-	-	-	-	36	68
PB	BREJO DO CRUZ	EMR	115	220	10	229	-	-	-	-	125	449
PB	BREJO DOS SANTOS	EMR	62	139	4	85	-	-	-	-	66	224
PB	CAAPORA	DMR	13	45	2	162	1	195	-	-	16	402
PB	CABACEIRAS	DMR	93	228	-	-	-	-	-	-	93	228
PB	CABEDELO	AR	9	149	2	201	14	1.942	-	-	25	2.292
PB	CACHOEIRA DOS INDI	EMR	105	235	3	101	-	-	1	60	109	396
PB	CACIMBA DE AREIA	DMR	35	80	1	7	-	-	-	-	36	87
PB	CACIMBA DE DENTRO	BR	110	213	2	111	-	-	-	-	112	324
PB	CACIMBAS	DMR	44	84	-	-	-	-	-	-	44	84
PB	CAICARA	BR	36	95	-	-	-	-	-	-	36	95
PB	CAJAZEIRAS	EMR	170	444	28	889	8	2.575	-	-	206	3.908
PB	CAJAZEIRINHAS	EMR	52	246	3	70	-	-	-	-	55	316
PB	CALDAS BRANDAO	BR	6	12	-	-	-	-	-	-	6	12
PB	CAMALAU	DMR	92	193	-	-	-	-	-	-	92	193
PB	CAMPINA GRANDE	EMR	121	1.165	35	4.259	18	1.330	1	50	175	6.804
PB	CAMPO DE SANTANA	BR	50	115	1	21	-	-	-	-	51	136
PB	CAPIM	BR	6	12	-	-	-	-	-	-	6	12
PB	CARAUBAS	DMR	9	36	-	-	-	-	-	-	9	36
PB	CARRAPATEIRA	EMR	57	112	-	-	-	-	-	-	57	112
PB	CASSERENGUE	BR	96	200	1	9	-	-	-	-	97	209
PB	CATINGUEIRA	BR	32	85	-	-	-	-	-	-	32	85
PB	CATOLE DO ROCHA	EMR	231	529	40	1.477	-	-	-	-	271	2.006
PB	CATURITE	DMR	112	253	-	-	-	-	-	-	112	253
PB	CONCEICAO	DMR	91	325	4	116	-	-	-	-	95	441
PB	CONDADO	EMR	89	201	2	22	-	-	-	-	91	223
PB	CONDE	AR	40	114	5	140	-	-	-	-	45	254
PB	CONGO	DMR	47	111	2	104	-	-	-	-	49	215
PB	COREMAS	BR	78	161	5	209	-	-	-	-	83	370
PB	COXIXOLA	DMR	12	24	-	-	-	-	-	-	12	24
PB	CRUZ DO ESPIRITO S/	BR	48	190	1	14	-	-	-	-	49	204
PB	CUBATI	BR	47	91	-	-	-	-	-	-	47	91
PB	CUITE	BR	116	420	-	-	-	-	-	-	116	420
PB	CUITE DE MAMANGUA	BR	18	95	-	-	-	-	-	-	18	95
PB	CUITEGI	BR	47	107	1	28	1	30	-	-	49	165

PB	CURRAL DE CIMA	BR	24	47	-	-	-	-	-	-	24	47
PB	CURRAL VELHO	DMR	23	69	-	-	-	-	-	-	23	69
PB	DAMIAO	BR	84	165	-	-	-	-	-	-	84	165
PB	DESTERRO	DMR	123	238	-	-	1	293	-	-	124	531
PB	DIAMANTE	DMR	13	47	1	6	-	-	-	-	14	53
PB	DONA INES	BR	95	202	-	-	-	-	-	-	95	202
PB	DUAS ESTRADAS	BR	18	114	-	-	-	-	-	-	18	114
PB	EMAS	BR	11	66	-	-	-	-	-	-	11	66
PB	ESPERANCA	EMR	48	94	3	73	5	282	6	1.548	62	1.997
PB	FAGUNDES	EMR	53	101	-	-	-	-	-	-	53	101
PB	FREI MARTINHO	BR	27	53	-	-	-	-	-	-	27	53
PB	GADO BRAVO	BR	234	465	-	-	-	-	-	-	234	465
PB	GUARABIRA	BR	138	801	33	1.442	7	750	-	-	178	2.993
PB	GURINHEM	BR	64	275	-	-	-	-	-	-	64	275
PB	GURJAO	DMR	12	23	1	77	-	-	-	-	13	100
PB	IBIARA	DMR	102	263	-	-	-	-	-	-	102	263
PB	IGARACY	BR	37	101	2	40	-	-	-	-	39	141
PB	IMACULADA	DMR	6	77	-	-	-	-	-	-	6	77
PB	INGA	BR	121	230	-	-	1	170	-	-	122	400
PB	ITABAIANA	BR	47	142	7	364	1	168	-	-	55	674
PB	ITAPORANGA	DMR	162	325	19	735	2	122	-	-	183	1.182
PB	ITAPOROROCA	BR	62	201	1	22	-	-	-	-	63	223
PB	ITATUBA	BR	31	100	1	45	-	-	-	-	32	145
PB	JACARAU	BR	50	99	1	18	-	-	-	-	51	117
PB	JERICO	EMR	40	88	1	35	-	-	-	-	41	123
PB	JOAO PESSOA	AR	40	1.587	86	3.048	17	856	3	13.472	146	18.963
PB	JUAREZ TAVORA	BR	55	94	-	-	-	-	-	-	55	94
PB	JUAZEIRINHO	BR	81	200	-	-	-	-	-	-	81	200
PB	JUNCO DO SERIDO	EMR	49	94	-	-	-	-	-	-	49	94
PB	JURIPIRANGA	BR	5	10	1	4	-	-	-	-	6	14
PB	JURU	DMR	90	186	1	88	-	-	-	-	91	274
PB	LAGOA	EMR	52	141	-	-	-	-	-	-	52	141
PB	LAGOA DE DENTRO	BR	26	66	1	27	-	-	-	-	27	93
PB	LAGOA SECA	EMR	104	310	1	7	-	-	-	-	105	317
PB	LASTRO	EMR	22	57	1	8	-	-	-	-	23	65
PB	LIVRAMENTO	DMR	179	351	-	-	-	-	-	-	179	351
PB	LOGRADOURO	BR	19	236	-	-	-	-	-	-	19	236
PB	LUCENA	AR	4	25	4	84	-	-	-	-	8	109
PB	MALTA	EMR	60	135	1	49	-	-	-	-	61	184
PB	MAMANGUAPE	BR	92	424	2	109	1	263	2	117	97	913
PB	MANAIRA	DMR	33	57	-	-	-	-	-	-	33	57
PB	MARCACAO	BR	36	139	-	-	-	-	-	-	36	139
PB	MARI	BR	31	329	6	75	1	100	-	-	38	504
PB	MARIZOPOLIS	EMR	34	114	-	-	-	-	-	-	34	114
PB	MASSARANDUBA	EMR	37	72	-	-	-	-	-	-	37	72
PB	MATARACA	BR	19	31	1	162	-	-	-	-	20	193
PB	MATINHAS	BR	12	32	-	-	-	-	-	-	12	32
PB	MATO GROSSO	EMR	30	55	1	23	-	-	-	-	31	78
PB	MATUREIA	DMR	63	117	-	-	-	-	-	-	63	117

PB	MOGEIRO	BR	43	85	2	103	-	-	-	-	45	188
PB	MONTADAS	EMR	43	92	-	-	-	-	-	-	43	92
PB	MONTE HOREBE	EMR	47	105	2	27	-	-	-	-	49	132
PB	MONTEIRO	DMR	286	876	6	127	-	-	-	-	292	1.003
PB	MULUNGU	BR	199	481	-	-	-	-	-	-	199	481
PB	NATUBA	BR	49	243	4	380	-	-	-	-	53	623
PB	NAZAREZINHO	EMR	252	593	4	71	-	-	-	-	256	664
PB	NOVA FLORESTA	BR	59	161	1	16	-	-	-	-	60	177
PB	NOVA OLINDA	BR	70	133	-	-	-	-	-	-	70	133
PB	NOVA PALMEIRA	BR	18	36	-	-	-	-	-	-	18	36
PB	OLHO D'AGUA	BR	91	163	1	21	-	-	-	-	92	184
PB	OLIVEDOS	BR	56	250	-	-	-	-	-	-	56	250
PB	OURO VELHO	DMR	36	71	1	167	-	-	-	-	37	238
PB	PARARI	DMR	27	54	-	-	-	-	-	-	27	54
PB	PASSAGEM	DMR	53	99	1	23	-	-	-	-	54	122
PB	PATOS	DMR	59	511	31	1.505	1	46	-	-	91	2.062
PB	PAULISTA	EMR	142	314	10	301	1	59	-	-	153	674
PB	PEDRA BRANCA	DMR	20	121	1	17	-	-	-	-	21	138
PB	PEDRA LAVRADA	BR	142	279	1	130	-	-	-	-	143	409
PB	PEDRAS DE FOGO	DMR	32	150	-	-	4	365	-	-	36	515
PB	PEDRO REGIS	BR	111	183	-	-	-	-	-	-	111	183
PB	PIANCO	BR	9	21	4	126	-	-	-	-	13	147
PB	PICUI	BR	170	396	-	-	-	-	-	-	170	396
PB	PILAR	BR	47	112	-	-	-	-	-	-	47	112
PB	PILOES	BR	61	110	-	-	-	-	-	-	61	110
PB	PILOEZINHOS	BR	39	89	-	-	-	-	-	-	39	89
PB	PIRPIRITUBA	BR	28	127	-	-	-	-	-	-	28	127
PB	PITIMBU	DMR	84	421	-	-	-	-	-	-	84	421
PB	POCINHOS	BR	175	665	-	-	-	-	-	-	175	665
PB	POCO DANTAS	EMR	89	175	-	-	-	-	-	-	89	175
PB	POCO DE JOSE DE MC	EMR	81	182	-	-	-	-	-	-	81	182
PB	POMBAL	EMR	100	465	24	1.080	-	-	-	-	124	1.545
PB	PRATA	AR	32	90	1	70	-	-	-	-	33	160
PB	PRINCESA ISABEL	DMR	5	71	5	109	3	75	-	-	13	255
PB	PUXINANA	EMR	36	100	1	34	-	-	-	-	37	134
PB	QUEIMADAS	EMR	56	141	-	-	2	89	-	-	58	230
PB	QUIXABA	DMR	25	53	1	28	-	-	-	-	26	81
PB	REMIGIO	BR	87	172	2	60	-	-	-	-	89	232
PB	RIACHAO	BR	11	33	-	-	-	-	-	-	11	33
PB	RIACHAO DO BACAMA	BR	37	73	-	-	-	-	-	-	37	73
PB	RIACHAO DO POCO	BR	56	125	-	-	-	-	-	-	56	125
PB	RIACHO DE SANTO AN	DMR	6	12	-	-	-	-	-	-	6	12
PB	RIACHO DOS CAVALO	EMR	351	722	4	99	-	-	-	-	355	821
PB	RIO TINTO	BR	77	229	-	-	-	-	2	3.755	79	3.984
PB	SALGADINHO	EMR	26	70	-	-	-	-	-	-	26	70
PB	SALGADO DE SAO FEI	BR	43	154	-	-	1	101	-	-	44	255
PB	SANTA CRUZ	EMR	110	249	1	15	-	-	-	-	111	264
PB	SANTA HELENA	EMR	79	252	1	6	-	-		-	80	258
PB	SANTA INES	DMR	37	109	1	128	-	-		-	38	237

PB	SANTA LUZIA	EMR	89	229	4	233	-	-	-	-	93	462
PB	SANTA RITA	AR	44	375	3	66	-	-	1	673	48	1.114
PB	SANTA TERESINHA	DMR	53	103	3	87	-	-	-	-	56	190
PB	SANTANA DE MANGUI	DMR	8	36	1	50	-	-	-	-	9	86
PB	SANTANA DOS GARR(	BR	47	93	-	-	-	-	-	-	47	93
PB	SANTAREM	EMR	36	76	-	-	-	-	-	-	36	76
PB	SANTO ANDRE	DMR	19	45	-	-	-	-	-	-	19	45
PB	SAO BENTINHO	EMR	28	56	2	60	-	-	-	-	30	116
PB	SAO BENTO	EMR	222	413	15	958	1	15	-	-	238	1.386
PB	SAO DOMINGOS DE P	EMR	103	184	-	-	-	-	-	-	103	184
PB	SAO DOMINGOS DO C	DMR	100	195	-	-	-	-	-	-	100	195
PB	SAO FRANCISCO	EMR	70	211	1	189	-	-	-	-	71	400
PB	SAO JOAO DO CARIRI	DMR	66	181	-	-	-	-	-	-	66	181
PB	SAO JOAO DO RIO DO	EMR	185	375	5	107	-	-	-	-	190	482
PB	SAO JOAO DO TIGRE	DMR	12	39	-	-	-	-	-	-	12	39
PB	SAO JOSE DA LAGOA	EMR	89	330	4	44	-	-	-	-	93	374
PB	SAO JOSE DE CAIANA	DMR	-	-	1	10	-	-	-	-	1	10
PB	SAO JOSE DE ESPINH	DMR	35	96	-	-	-	-	-	-	35	96
PB	SAO JOSE DE PIRANH	EMR	82	490	2	38	-	-	-	-	84	528
PB	SAO JOSE DE PRINCE	DMR	1	35	-	-	-	-	-	-	1	35
PB	SAO JOSE DO BONFIM	DMR	38	123	1	16	-	-	-	-	39	139
PB	SAO JOSE DO BREJO	EMR	25	62	-	-	-	-	-	-	25	62
PB	SAO JOSE DO SABUG	EMR	34	89	1	21	-	-	-	-	35	110
PB	SAO JOSE DOS CORD	DMR	53	143	-	-	-	-	-	-	53	143
PB	SAO JOSE DOS RAMO	BR	57	118	-	-	-	-	-	-	57	118
PB	SAO MAMEDE	EMR	47	88	3	128	-	-	-	-	50	216
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	BR	-	-	3	274	-	-	-	-	3	274
PB	SAO SEBASTIAO DE L	EMR	17	33	-	-	1	30	-	-	18	63
PB	SAO SEBASTIAO DO U	DMR	9	17	-	-	-	-	-	-	9	17
PB	SAPE	BR	65	237	15	286	2	308	2	2.107	84	2.938
PB	SERIDO	BR	36	64	-	-	-	-	-	-	36	64
PB	SERRA BRANCA	DMR	134	431	3	149	-	-	-	-	137	580
PB	SERRA DA RAIZ	BR	8	13	-	-	-	-	-	-	8	13
PB	SERRA GRANDE	DMR	23	41	-	-	-	-	-	-	23	41
PB	SERRA REDONDA	EMR	46	91	-	-	-	-	-	-	46	91
PB	SERRARIA	BR	26	51	-	-	-	-	-	-	26	51
PB	SERTAOZINHO	BR	43	75	1	22	-	-	-	-	44	97
PB	SOBRADO	BR	22	118	-	-	-	-	-	-	22	118
PB	SOLANEA	BR	119	266	8	263	-	-	-	-	127	529
PB	SOLEDADE	BR	63	220	-	-	-	-	-	-	63	220
PB	SOSSEGO	BR	49	94	-	-	-	-	-	-	49	94
PB	SOUSA	EMR	340	1.266	34	1.333	5	756	1	512	380	3.867
PB	SUME	DMR	99	284	4	159	-	-	-	-	103	443
PB	TAPEROA	DMR	81	159	1	50	-	-	-	-	82	209
PB	TAVARES	DMR	11	27	-	-	-	-	-	-	11	27
PB	TEIXEIRA	DMR	47	82	1	33	-	-	-	-	48	115
PB	TENORIO	BR	29	53	-	-	-	-	-	-	29	53
PB	TRIUNFO	EMR	111	424	3	67	-	-	-	-	114	491
PB	UIRAUNA	EMR	253	682	7	392	-	-		-	260	1.074

PB	UMBUZEIRO	BR	21	42	2	197	-	-	-	-	23	239
PB	VARZEA	EMR	21	40	1	34	-	-	-	-	22	74
PB	VIEIROPOLIS	EMR	90	204	-	-	-	-	-	-	90	204
PB	VISTA SERRANA	EMR	26	51	-	-	-	-	-	-	26	51
PB	ZABELE	DMR	13	26	-	-	-	-	-	-	13	26
PE	ABREU E LIMA	AR	51	568	11	272	1	30	1	200	64	1.070
PE	AFOGADOS DA INGAZ	DMR	121	652	32	1.660	-	-	-	-	153	2.312
PE	AFRANIO	EMR	237	1.164	2	230	-	-	-	-	239	1.394
PE	AGRESTINA	BR	128	256	-	-	-	-	-	-	128	256
PE	AGUA PRETA	BR	59	115	-	-	-	-	2	545	61	660
PE	AGUAS BELAS	BR	160	525	10	524	-	-	-	-	170	1.049
PE	ALAGOINHA	EMR	41	332	5	92	-	-	-	-	46	424
PE	ALIANCA	EMR	150	643	18	882	3	162	1	283	172	1.970
PE	ALTINHO	BR	194	382	-	-	-	-	-	-	194	382
PE	AMARAJI	BR	327	2.360	-	-	-	-	-	-	327	2.360
PE	ANGELIM	EMR	43	100	-	-	-	-	-	-	43	100
PE	ARACOIABA	EMR	14	87	1	36	-	-	-	-	15	123
PE	ARARIPINA	DMR	1.000	3.802	30	8.268	-	-	-	-	1.030	12.070
PE	ARCOVERDE	EMR	51	384	23	901	1	90	1	6.614	76	7.989
PE	BARRA DE GUABIRAB.	BR	71	233	2	34	-	-	-	-	73	267
PE	BARREIROS	BR	43	96	2	182	-	-	-	-	45	278
PE	BELEM DE MARIA	BR	26	51	-	-	-	-	-	-	26	51
PE	BELEM DE SAO FRAN(	DMR	299	1.562	4	176	5	1.555	-	-	308	3.293
PE	BELO JARDIM	EMR	102	1.029	15	374	-	-	-	-	117	1.403
PE	BETANIA	EMR	53	177	1	25	-	-	-	-	54	202
PE	BEZERROS	EMR	248	592	25	1.570	3	336	-	-	276	2.498
PE	BODOCO	DMR	584	5.448	10	2.055	1	11	-	-	595	7.514
PE	BOM CONSELHO	EMR	457	1.553	33	1.199	3	199	-	-	493	2.951
PE	BOM JARDIM	BR	61	290	1	100	1	148	-	-	63	538
PE	BONITO	BR	265	693	5	361	-	-	-	-	270	1.054
PE	BREJAO	EMR	47	121	-	-	-	-	-	-	47	121
PE	BREJINHO	DMR	117	288	-	-	-	-	-	-	117	288
PE	BREJO DA MADRE DE	EMR	115	291	1	42	-	-	-	-	116	333
PE	BUENOS AIRES	EMR	106	250	1	74	-	-	-	-	107	324
PE	BUIQUE	BR	238	1.063	11	758	-	-	-	-	249	1.821
PE	CABO DE SANTO AGO	EMR	153	515	4	367	-	-	-	-	157	882
PE	CABROBO	EMR	468	956	7	337	-	-	3	516	478	1.809
PE	CACHOEIRINHA	EMR	213	560	1	23	-	-	-	-	214	583
PE	CAETES	EMR	390	878	5	72	-	-	-	-	395	950
PE	CALCADO	EMR	145	327	1	33	-	-	-	-	146	360
PE	CALUMBI	DMR	41	117	-	-	-	-	-	-	41	117
PE	CAMARAGIBE	AR	16	443	2	228	-	-	-	-	18	671
PE	CAMOCIM DE SAO FEI	BR	29	97	3	42	-	-	-	-	32	139
PE	CAMUTANGA	EMR	42	142	1	140	-	-	-	-	43	282
PE	CANHOTINHO	EMR	53	152	4	158	-	-	-	-	57	310
PE	CAPOEIRAS	EMR	278	1.171	9	384	-	-	-	-	287	1.555
PE	CARNAIBA	DMR	290	897	10	655	1	9.993	-	-	301	11.545
PE	CARNAUBEIRA DA PEI	DMR	191	961	-	-	-	-	-	-	191	961
PE	CARPINA	EMR	30	170	4	90	4	559			38	819

PE	CARUARU	EMR	300	996	23	5.562	2	421	4	4.200	329	11.179
PE	CASINHAS	EMR	45	86	1	20	-	-	-	-	46	106
PE	CATENDE	BR	33	64	-	-	-	-	-	-	33	64
PE	CEDRO	DMR	140	413	1	132	2	986	-	-	143	1.531
PE	CHA DE ALEGRIA	EMR	29	73	1	107	-	-	-	-	30	180
PE	CHA GRANDE	EMR	101	334	5	233	-	-	-	-	106	567
PE	CONDADO	EMR	16	119	2	38	1	31	-	-	19	188
PE	CORRENTES	EMR	177	429	-	-	-	-	-	-	177	429
PE	CORTES	BR	57	297	-	-	-	-	-	-	57	297
PE	CUMARU	BR	83	308	-	-	-	-	-	-	83	308
PE	CUPIRA	BR	8	16	-	-	-	-	-	-	8	16
PE	CUSTODIA	EMR	87	248	4	77	-	-	1	586	92	911
PE	DORMENTES	EMR	288	1.963	1	35	-	-	-	-	289	1.998
PE	ESCADA	BR	120	1.149	4	307	-	-	-	-	124	1.456
PE	EXU	DMR	365	3.863	5	464	-	-	-	-	370	4.327
PE	FEIRA NOVA	BR	75	146	4	90	1	27	-	-	80	263
PE	FERREIROS	EMR	59	500	1	58	-	-	-	-	60	558
PE	FLORES	DMR	61	310	1	20	-	-	-	-	62	330
PE	FLORESTA	DMR	517	1.396	2	229	-	-	-	-	519	1.625
PE	FREI MIGUELINHO	EMR	123	364	3	78	-	-	-	-	126	442
PE	GAMELEIRA	BR	-	-	-	-	-	-	1	190	1	190
PE	GARANHUNS	EMR	268	1.140	87	2.191	10	378	1	5.000	366	8.709
PE	GLORIA DO GOITA	EMR	591	1.120	4	402	-	-	-	-	595	1.522
PE	GOIANA	EMR	151	613	17	379	3	212	-	-	171	1.204
PE	GRANITO	DMR	141	876	1	16	-	-	-	-	142	892
PE	GRAVATA	EMR	172	911	12	527	4	25.857	-	-	188	27.295
PE	IATI	EMR	79	409	4	143	-	-	-	-	83	552
PE	IBIMIRIM	EMR	71	1.152	9	282	-	-	-	-	80	1.434
PE	IBIRAJUBA	BR	90	299	-	-	-	-	-	-	90	299
PE	IGARASSU	EMR	71	398	8	165	4	500	1	105	84	1.168
PE	IGUARACI	DMR	89	334	6	517	-	-	-	-	95	851
PE	INAJA	EMR	92	409	2	195	-	-	-	-	94	604
PE	INGAZEIRA	DMR	51	130	-	-	-	-	-	-	51	130
PE	IPOJUCA	EMR	99	196	1	15	-	-	3	16.438	103	16.649
PE	IPUBI	DMR	236	546	10	1.086	-	-	-	-	246	1.632
PE	ITACURUBA	DMR	34	280	-	-	-	-	-	-	34	280
PE	ITAIBA	BR	188	570	2	18	-	-	-	-	190	588
PE	ITAMARACA	EMR	43	84	1	6	-	-	-	-	44	90
PE	ITAMBE	EMR	218	840	15	529	4	811	-	-	237	2.180
PE	ITAPETIM	DMR	27	371	4	247	-	-	-	-	31	618
PE	ITAPISSUMA	EMR	1	2	1	100	-	-	1	583	3	685
PE	ITAQUITINGA	EMR	86	190	5	315	1	31	-	-	92	536
PE	JABOATAO DOS GUAF	AR	10	559	19	1.628	7	1.391	1	300	37	3.878
PE	JAQUEIRA	BR	43	86	1	167	-	-	-	-	44	253
PE	JATAUBA	EMR	150	321	1	35	-	-	-	-	151	356
PE	JATOBA	DMR	5	46	-	-	-	-	-	-	5	46
PE	JOAO ALFREDO	BR	36	219	15	573	-	-	-	-	51	792
PE	JOAQUIM NABUCO	BR	5	45	-	-	-	-	-	-	5	45
PE	JUCATI	EMR	175	416	1	76	-	-	-	-	176	492

PE	JUPI	EMR	160	404	3	67	-	-	-	-	163	471
PE	JUREMA	EMR	20	36	1	41	-	-	-	-	21	77
PE	LAGOA DO CARRO	EMR	54	191	1	485	-	-	-	-	55	676
PE	LAGOA DO ITAENGA	EMR	50	102	3	41	-	-	-	-	53	143
PE	LAGOA DO OURO	EMR	193	580	1	46	-	-	-	-	194	626
PE	LAGOA DOS GATOS	BR	59	136	-	-	-	-	-	-	59	136
PE	LAGOA GRANDE	EMR	250	615	2	196	-	-	-	-	252	811
PE	LAJEDO	EMR	213	494	30	874	-	-	-	-	243	1.368
PE	LIMOEIRO	BR	102	748	8	1.230	-	-	-	-	110	1.978
PE	MACAPARANA	EMR	70	792	9	394	-	-	-	-	79	1.186
PE	MACHADOS	BR	6	74	1	160	-	-	-	-	7	234
PE	MANARI	EMR	288	792	-	-	-	-	-	-	288	792
PE	MARAIAL	BR	61	156	-	-	-	-	-	-	61	156
PE	MIRANDIBA	DMR	76	311	-	-	-	-	-	-	76	311
PE	MOREILANDIA	DMR	204	406	-	-	-	-	-	-	204	406
PE	MORENO	AR	9	57	3	388	-	-	-	-	12	445
PE	NAZARE DA MATA	EMR	23	102	6	627	3	183	2	801	34	1.713
PE	OLINDA	AR	8	112	21	2.749	-	-	1	518	30	3.379
PE	OROBO	BR	228	573	-	-	-	-	-	-	228	573
PE	OROCO	EMR	127	387	4	150	-	-	-	-	131	537
PE	OURICURI	DMR	589	3.120	15	1.234	-	-	-	-	604	4.354
PE	PALMARES	BR	29	231	-	-	-	-	-	-	29	231
PE	PALMEIRINA	EMR	42	137	-	-	-	-	-	-	42	137
PE	PANELAS	BR	107	222	-	-	-	-	-	-	107	222
PE	PARANATAMA	EMR	304	675	2	56	-	-	-	-	306	731
PE	PARNAMIRIM	DMR	47	388	-	-	-	-	-	-	47	388
PE	PASSIRA	BR	10	20	3	266	-	-	-	-	13	286
PE	PAUDALHO	EMR	140	520	2	307	-	-	-	-	142	827
PE	PAULISTA	AR	9	164	25	493	5	755	1	200	40	1.612
PE	PEDRA	BR	273	1.059	4	126	1	137	-	-	278	1.322
PE	PESQUEIRA	EMR	236	1.161	19	435	1	15	-	-	256	1.611
PE	PETROLANDIA	DMR	102	717	5	202	-	-	-	-	107	919
PE	PETROLINA	EMR	530	3.028	100	8.081	30	12.252	18	28.200	678	51.561
PE	POCAO	EMR	205	469	18	609	-	-	-	-	223	1.078
PE	POMBOS	EMR	189	1.467	4	840	1	1.980	-	-	194	4.287
PE	PRIMAVERA	BR	139	722	-	-	-	-	-	-	139	722
PE	QUIPAPA	BR	21	35	-	-	-	-	-	-	21	35
PE	QUIXABA	DMR	80	293	-	-	-	-	-	-	80	293
PE	RECIFE	AR	62	6.669	112	14.323	26	9.497	8	114.195	208	144.684
PE	RIACHO DAS ALMAS	EMR	128	252	-	-	-	-	1	412	129	664
PE	RIBEIRAO	BR	133	399	3	73	3	605	2	396	141	1.473
PE	RIO FORMOSO	BR	40	544	-	-	-	-	-	-	40	544
PE	SAIRE	BR	195	473	-	-	-	-	-	-	195	473
PE	SALGADINHO	BR	4	15	-	-	-	-	-	-	4	15
PE	SALGUEIRO	DMR	196	633	25	1.937	1	415	4	2.270	226	5.255
PE	SALOA	EMR	175	547	3	40	-	-	-	-	178	587
PE	SANHARO	EMR	50	466	7	136	-	-	-	-	57	602
PE	SANTA CRUZ	DMR	378	1.948	3	180	-	-		-	381	2.128
PE	SANTA CRUZ DA BAIX.	DMR	170	321	-	-	-	-		-	170	321

PE	SANTA CRUZ DO CAPI	EMR	68	179	6	285	-	-	-	-	74	464
PE	SANTA FILOMENA	DMR	374	1.271	2	56	-	-	-	-	376	1.327
PE	SANTA MARIA DA BOA	EMR	57	321	4	350	-	-	-	-	61	671
PE	SANTA MARIA DO CAM	EMR	63	123	4	85	-	-	-	-	67	208
PE	SANTA TEREZINHA	DMR	67	224	2	31	-	-	-	-	69	255
PE	SAO BENEDITO DO SU	BR	10	18	-	-	-	-	-	-	10	18
PE	SAO BENTO DO UNA	EMR	235	796	15	509	3	225	4	3.003	257	4.533
PE	SAO CAITANO	EMR	134	284	1	20	-	-	-	-	135	304
PE	SAO JOAO	EMR	5	68	2	55	-	-	-	-	7	123
PE	SAO JOAQUIM DO MO	BR	125	223	-	-	-	-	-	-	125	223
PE	SAO JOSE DA COROA	BR	51	148	-	-	-	-	-	-	51	148
PE	SAO JOSE DO BELMO	DMR	225	598	2	50	-	-	-	-	227	648
PE	SAO JOSE DO EGITO	DMR	147	903	4	78	-	-	-	-	151	981
PE	SAO LOURENCO DA M	AR	33	245	6	315	5	497	-	-	44	1.057
PE	SAO VICENTE FERREI	BR	148	1.170	1	75	-	-	-	-	149	1.245
PE	SERRA TALHADA	DMR	296	743	17	2.083	5	3.000	1	210	319	6.036
PE	SERRITA	DMR	301	1.308	3	202	-	-	-	-	304	1.510
PE	SERTANIA	EMR	129	827	23	1.094	2	240	-	-	154	2.161
PE	SIRINHAEM	BR	72	346	-	-	-	-	-	-	72	346
PE	SOLIDAO	DMR	50	162	-	-	-	-	-	-	50	162
PE	SURUBIM	EMR	285	822	30	1.254	4	443	-	-	319	2.519
PE	TABIRA	DMR	275	812	4	81	-	-	-	-	279	893
PE	TACAIMBO	EMR	146	324	-	-	-	-	-	-	146	324
PE	TACARATU	DMR	225	736	6	244	-	-	-	-	231	980
PE	TAMANDARE	BR	3	6	-	-	-	-	-	-	3	6
PE	TAQUARITINGA DO NO	EMR	66	140	11	550	-	-	-	-	77	690
PE	TEREZINHA	EMR	111	254	-	-	-	-	-	-	111	254
PE	TERRA NOVA	EMR	80	159	-	-	-	-	-	-	80	159
PE	TIMBAUBA	EMR	113	1.498	22	1.254	6	228	2	140	143	3.120
PE	TORITAMA	EMR	-	-	6	183	1	129	-	-	7	312
PE	TRACUNHAEM	EMR	30	96	-	-	-	-	1	79	31	175
PE	TRINDADE	DMR	160	583	12	682	3	2.822	-	-	175	4.087
PE	TRIUNFO	DMR	91	168	-	-	-	-	-	-	91	168
PE	TUPANATINGA	BR	79	624	1	62	-	-	-	-	80	686
PE	TUPARETAMA	DMR	8	119	-	-	-	-	-	-	8	119
PE	VENTUROSA	BR	132	763	6	90	2	17	-	-	140	870
PE	VERDEJANTE	DMR	207	414	2	199	-	-	-	-	209	613
PE	VERTENTE DO LERIO	EMR	52	101	1	24	-	-	-	-	53	125
PE	VERTENTES	EMR	70	260	4	173	-	-	-	-	74	433
PE	VICENCIA	EMR	119	387	2	136	-	-	-	-	121	523
PE	VITORIA DE SANTO AN	EMR	268	1.155	27	1.840	-	-	1	602	296	3.597
PE	XEXEU	BR	8	16	-	-	-	-	-	-	8	16
PI	ACAUA	DMR	111	214	-	-	-	-	-	-	111	214
PI	AGRICOLANDIA	BR	68	172	3	64	-	-	-	-	71	236
PI	AGUA BRANCA	BR	41	75	13	1.655	-	-	-	-	54	1.730
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	DMR	17	49	4	48	-	-	-	-	21	97
PI	ALEGRETE DO PIAUI	DMR	24	143	-	-	-	-	-	-	24	143
PI	ALTO LONGA	DMR	228	456	-	-	-	-	-	-	228	456
PI	ALTOS	EMR	224	475	2	36	3	153	-	-	229	664

PI	ALVORADA DO GURGI	DMR	86	165	-	-	-	-	-	-	86	165
PI	AMARANTE	BR	378	722	5	66	-	-	-	-	383	788
PI	ANGICAL DO PIAUI	BR	74	374	-	-	-	-	-	-	74	374
PI	ANISIO DE ABREU	DMR	51	104	1	20	-	-	-	-	52	124
PI	ANTONIO ALMEIDA	DMR	6	11	-	-	-	-	1	770	7	781
PI	AROAZES	BR	70	137	-	-	-	-	-	-	70	137
PI	AROEIRAS DO ITAIM	EMR	59	121	2	102	-	-	-	-	61	223
PI	ARRAIAL	BR	44	81	-	-	-	-	-	-	44	81
PI	AVELINO LOPES	DMR	111	221	4	172	-	-	-	-	115	393
PI	BAIXA GRANDE DO RI	DMR	36	237	7	1.280	1	663	2	7.103	46	9.283
PI	BARRA D'ALCANTARA	BR	14	70	-	-	-	-	-	-	14	70
PI	BARRAS	DMR	44	79	2	27	1	1.530	-	-	47	1.636
PI	BARREIRAS DO PIAUI	DMR	34	140	-	-	-	-	6	4.055	40	4.195
PI	BARRO DURO	BR	49	114	1	15	-	-	-	-	50	129
PI	BATALHA	DMR	187	427	3	179	-	-	-	-	190	606
PI	BELA VISTA DO PIAUI	DMR	33	90	2	37	-	-	-	-	35	127
PI	BELEM DO PIAUI	DMR	53	145	-	-	-	-	-	-	53	145
PI	BENEDITINOS	EMR	58	105	-	-	-	-	-	-	58	105
PI	BERTOLINIA	DMR	23	55	-	-	-	-	-	-	23	55
PI	BETANIA DO PIAUI	DMR	92	264	-	-	-	-	-	-	92	264
PI	BOA HORA	DMR	147	266	-	-	-	-	-	-	147	266
PI	BOCAINA	EMR	28	100	1	13	-	-	-	-	29	113
PI	BOM JESUS	DMR	85	172	20	1.292	1	238	6	5.497	112	7.199
PI	BOM PRINCIPIO DO PI	EMR	8	16	1	33	-	-	-	-	9	49
PI	BONFIM DO PIAUI	DMR	36	68	-	-	-	-	-	-	36	68
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	DMR	72	130	-	-	-	-	-	-	72	130
PI	BRASILEIRA	DMR	62	108	1	25	-	-	-	-	63	133
PI	BREJO DO PIAUI	DMR	10	19	-	-	-	-	-	-	10	19
PI	BURITI DOS LOPES	EMR	40	119	1	38	-	-	-	-	41	157
PI	BURITI DOS MONTES	DMR	73	206	-	-	-	-	-	-	73	206
PI	CABECEIRAS DO PIAU	DMR	186	435	-	-	-	-	-	-	186	435
PI	CAJAZEIRAS DO PIAU	EMR	66	143	-	-	-	-	-	-	66	143
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	EMR	21	40	1	60	-	-	-	-	22	100
PI	CALDEIRAO GRANDE	DMR	186	772	-	-	-	-	-	-	186	772
PI	CAMPINAS DO PIAUI	DMR	196	632	-	-	-	-	-	-	196	632
PI	CAMPO ALEGRE DO F	DMR	89	261	1	13	-	-	-	-	90	274
PI	CAMPO GRANDE DO F	DMR	97	210	-	-	-	-	-	-	97	210
PI	CAMPO LARGO DO PI	DMR	77	162	-	-	-	-	-	-	77	162
PI	CAMPO MAIOR	DMR	255	459	7	189	3	40	-	-	265	688
PI	CANAVIEIRA	EMR	61	637	1	9	-	-	-	-	62	646
PI	CANTO DO BURITI	DMR	149	315	4	101	-	-	-	-	153	416
PI	CAPITAO DE CAMPOS	DMR	34	199	1	268	-	-	-	-	35	467
PI	CAPITAO GERVASIO C	DMR	38	76	3	69	-	-	-	-	41	145
PI	CARACOL	DMR	66	117	1	197	-	-	-	-	67	314
PI	CARAUBAS DO PIAUI	EMR	6	66	2	65	-	-	-	-	8	131
PI	CARIDADE DO PIAUI	DMR	4	67	2	86	-	-	-	-	6	153
PI	CASTELO DO PIAUI	DMR	109	382	1	87	-	-	-	-	110	469
PI	CAXINGO	EMR	5	7	-	-	-	-	-	-	5	7
PI	COCAL	EMR	172	369	2	298	-	-	-	-	174	667

PI	COCAL DE TELHA	DMR	66	111	-	-	-	-	-	-	66	111
PI	COCAL DOS ALVES	EMR	39	76	-	-	-	-	-	-	39	76
PI	COIVARAS	EMR	74	273	1	51	-	-	-	-	75	324
PI	COLONIA DO GURGUE	DMR	28	52	-	-	-	-	-	-	28	52
PI	COLONIA DO PIAUI	EMR	60	224	1	9	-	-	-	-	61	233
PI	CONCEICAO DO CANII	DMR	36	68	3	132	-	-	-	-	39	200
PI	CORONEL JOSE DIAS	DMR	55	104	1	28	-	-	-	-	56	132
PI	CORRENTE	DMR	162	718	13	793	6	1.253	-	-	181	2.764
PI	CRISTALANDIA DO PI/	DMR	29	231	-	-	-	-	-	-	29	231
PI	CRISTINO CASTRO	DMR	107	204	4	71	-	-	-	-	111	275
PI	CURIMATA	DMR	62	313	3	85	-	-	-	-	65	398
PI	CURRAIS	DMR	80	180	-	-	-	-	-	-	80	180
PI	CURRAL NOVO DO PI/	DMR	72	177	-	-	-	-	-	-	72	177
PI	CURRALINHOS	EMR	11	22	-	-	-	-	-	-	11	22
PI	DEMERVAL LOBAO	EMR	41	154	2	1.031	-	-	-	-	43	1.185
PI	DIRCEU ARCOVERDE	DMR	14	32	-	-	-	-	-	-	14	32
PI	DOM EXPEDITO LOPE	EMR	116	277	1	4	-	-	-	-	117	281
PI	DOM INOCENCIO	DMR	95	341	3	47	-	-	-	-	98	388
PI	DOMINGOS MOURAO	DMR	49	123	-	-	-	-	-	-	49	123
PI	ELESBAO VELOSO	BR	70	183	4	67	-	-	-	-	74	250
PI	ELISEU MARTINS	DMR	54	177	2	74	-	-	-	-	56	251
PI	ESPERANTINA	DMR	346	796	22	696	4	199	-	-	372	1.691
PI	FARTURA DO PIAUI	DMR	7	14	-	-	-	-	-	-	7	14
PI	FLORES DO PIAUI	EMR	16	31	-	-	-	-	-	-	16	31
PI	FLORESTA DO PIAUI	DMR	9	18	-	-	-	-	-	-	9	18
PI	FLORIANO	EMR	27	251	29	803	9	5.051	1	4.443	66	10.548
PI	FRANCINOPOLIS	BR	25	161	-	-	-	-	-	-	25	161
PI	FRANCISCO AYRES	BR	66	126	1	15	-	-	-	-	67	141
PI	FRANCISCO MACEDO	DMR	59	114	-	-	-	-	-	-	59	114
PI	FRANCISCO SANTOS	DMR	82	537	1	18	-	-	-	-	83	555
PI	FRONTEIRAS	DMR	117	315	2	49	-	-	-	-	119	364
PI	GEMINIANO	EMR	59	271	-	-	-	-	-	-	59	271
PI	GILBUES	DMR	72	163	-	-	-	-	7	8.139	79	8.302
PI	GUADALUPE	EMR	8	127	5	562	-	-	-	-	13	689
PI	GUARIBAS	DMR	110	201	-	-	-	-	-	-	110	201
PI	HUGO NAPOLEAO	BR	18	34	1	10	-	-	-	-	19	44
PI	ILHA GRANDE	EMR	36	66	-	-	-	-	-	-	36	66
PI	INHUMA	BR	296	697	3	67	-	-	-	-	299	764
PI	IPIRANGA DO PIAUI	EMR	105	405	1	37	-	-	-	-	106	442
PI	ISAIAS COELHO	DMR	57	402	1	18	-	-	-	-	58	420
PI	ITAINOPOLIS	DMR	85	400	1	8	-	-	-	-	86	408
PI	ITAUEIRA	EMR	51	183	1	56	-	-	-	-	52	239
PI	JACOBINA DO PIAUI	DMR	101	312	3	115	-	-	-	-	104	427
PI	JAICOS	DMR	39	146	2	71	-	-	-	-	41	217
PI	JARDIM DO MULATO	BR	94	177	-	-	-	-	-	-	94	177
PI	JATOBA DO PIAUI	DMR	84	150	-	-	-	-	-	-	84	150
PI	JERUMENHA	EMR	82	186	1	71	-	-	-	-	83	257
PI	JOAO COSTA	DMR	104	320	1	16	-	-	-	-	105	336
PI	JOAQUIM PIRES	DMR	170	541	10	302	-	-	-	-	180	843

PI	JOCA MARQUES	DMR	40	97	-	-	-	-	-	-	40	97
PI	JOSE DE FREITAS	EMR	70	130	5	126	-	-	-	-	75	256
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	DMR	71	181	-	-	-	-	-	-	71	181
PI	JULIO BORGES	DMR	110	469	1	15	-	-	-	-	111	484
PI	JUREMA	DMR	51	99	-	-	-	-	-	-	51	99
PI	LAGOA ALEGRE	EMR	96	188	2	27	-	-	-	-	98	215
PI	LAGOA DE SAO FRAN	DMR	43	85	1	53	-	-	-	-	44	138
PI	LAGOA DO BARRO DC	DMR	55	142	-	-	-	-	-	-	55	142
PI	LAGOA DO PIAUI	EMR	34	59	-	-	-	-	-	-	34	59
PI	LAGOA DO SITIO	BR	214	595	-	-	-	-	-	-	214	595
PI	LAGOINHA DO PIAUI	BR	21	40	1	14	-	-	-	-	22	54
PI	LANDRI SALES	DMR	1	2	-	-	-	-	-	-	1	2
PI	LUIS CORREIA	EMR	113	239	4	421	-	-	-	-	117	660
PI	LUZILANDIA	DMR	282	607	10	204	-	-	-	-	292	811
PI	MADEIRO	DMR	45	84	1	5	-	-	-	-	46	89
PI	MANOEL EMIDIO	DMR	55	144	2	111	-	-	-	-	57	255
PI	MARCOLANDIA	DMR	37	444	5	302	-	-	-	-	42	746
PI	MASSAPE DO PIAUI	DMR	40	97	1	6	-	-	-	-	41	103
PI	MATIAS OLIMPIO	DMR	144	282	1	16	-	-	-	-	145	298
PI	MIGUEL ALVES	DMR	55	155	2	119	-	-	-	-	57	274
PI	MIGUEL LEAO	EMR	5	9	-	-	-	-	-	-	5	9
PI	MILTON BRANDAO	DMR	73	142	-	-	-	-	-	-	73	142
PI	MONSENHOR GIL	EMR	16	68	-	-	1	18	-	-	17	86
PI	MONSENHOR HIPOLIT	DMR	108	282	-	-	-	-	-	-	108	282
PI	MONTE ALEGRE DO P	DMR	100	362	-	-	2	732	10	24.921	112	26.015
PI	MORRO CABECA NO T	DMR	13	26	-	-	-	-	-	-	13	26
PI	MORRO DO CHAPEU I	DMR	107	260	-	-	-	-	-	-	107	260
PI	MURICI DOS PORTEL/	EMR	22	38	1	170	-	-	-	-	23	208
PI	NAZARE DO PIAUI	EMR	138	282	-	-	-	-	-	-	138	282
PI	NOSSA SENHORA DE	DMR	87	163	-	-	-	-	-	-	87	163
PI	NOSSA SENHORA DO	DMR	63	119	-	-	-	-	-	-	63	119
PI	NOVA SANTA RITA	DMR	155	516	-	-	-	-	-	-	155	516
PI	NOVO ORIENTE DO PI	BR	86	296	2	59	-	-	-	-	88	355
PI	NOVO SANTO ANTONI	DMR	44	86	-	-	-	-	-	-	44	86
PI	OEIRAS	EMR	205	899	18	1.541	1	732	-	-	224	3.172
PI	OLHO D'AGUA DO PIA	BR	39	89	-	-	-	-	-	-	39	89
PI	PADRE MARCOS	DMR	36	63	-	-	-	-	-	-	36	63
PI	PAES LANDIM	DMR	13	124	-	-	-	-	-	-	13	124
PI	PAJEU DO PIAUI	DMR	8	16	-	-	-	-	-	-	8	16
PI	PALMEIRA DO PIAUI	DMR	72	145	4	77	2	421	1	3.807	79	4.450
PI	PALMEIRAIS	BR	175	338	1	142	1	34	-	-	177	514
PI	PAQUETA	EMR	114	302	-	-	-	-	-	-	114	302
PI	PARNAGUA	DMR	14	132	6	447	-	-	-	-	20	579
PI	PARNAIBA	EMR	72	414	35	1.591	5	345	6	880	118	3.230
PI	PASSAGEM FRANCA I	BR	81	267	-	-	-	-	-	-	81	267
PI	PATOS DO PIAUI	DMR	28	113	-	-	-	-	-	-	28	113
PI	PAU D'ARCO DO PIAU	EMR	46	88	-	-	-	-	-	-	46	88
PI	PAULISTANA	DMR	107	440	7	539	-	-	-	-	114	979
PI	PAVUSSU	EMR	36	70	-	-	-	-	-	-	36	70

PI	PEDRO II	DMR	198	528	23	1.668	-	-	-	-	221	2.196
PI	PEDRO LAURENTINO	DMR	32	157	1	1	-	-	-	-	33	158
PI	PICOS	EMR	270	1.139	47	2.507	12	940	-	-	329	4.586
PI	PIMENTEIRAS	BR	183	368	2	50	-	-	-	-	185	418
PI	PIO IX	DMR	127	1.091	6	432	-	-	-	-	133	1.523
PI	PIRACURUCA	EMR	246	741	14	948	-	-	-	-	260	1.689
PI	PIRIPIRI	DMR	187	870	14	528	1	82	-	-	202	1.480
PI	PORTO	DMR	17	30	-	-	-	-	-	-	17	30
PI	PORTO ALEGRE DO P	DMR	9	16	-	-	-	-	-	-	9	16
PI	PRATA DO PIAUI	BR	16	31	-	-	-	-	-	-	16	31
PI	QUEIMADA NOVA	DMR	112	406	4	46	-	-	-	-	116	452
PI	REDENCAO DO GURG	DMR	28	54	3	110	-	-	-	-	31	164
PI	REGENERACAO	BR	92	193	1	9	-	-	-	-	93	202
PI	RIACHO FRIO	DMR	40	117	-	-	-	-	-	-	40	117
PI	RIBEIRA DO PIAUI	DMR	33	65	-	-	-	-	-	-	33	65
PI	RIBEIRO GONCALVES	DMR	40	277	1	10	2	630	4	73.525	47	74.442
PI	RIO GRANDE DO PIAU	EMR	38	83	-	-	-	-	-	-	38	83
PI	SANTA CRUZ DO PIAU	EMR	20	332	2	29	-	-	-	-	22	361
PI	SANTA CRUZ DOS MIL	BR	21	41	2	20	-	-	-	-	23	61
PI	SANTA FILOMENA	DMR	16	261	-	-	1	997	1	2.343	18	3.601
PI	SANTA LUZ	DMR	49	97	-	-	-	-	-	-	49	97
PI	SANTA ROSA DO PIAU	EMR	82	206	-	-	-	-	-	-	82	206
PI	SANTANA DO PIAUI	EMR	31	72	-	-	-	-	-	-	31	72
PI	SANTO ANTONIO DE L	DMR	129	293	3	124	-	-	-	-	132	417
PI	SANTO ANTONIO DOS	BR	4	7	-	-	-	-	-	-	4	7
PI	SANTO INACIO DO PIA	DMR	26	109	1	8	-	-	-	-	27	117
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	DMR	34	62	-	-	-	-	-	-	34	62
PI	SAO FELIX DO PIAUI	BR	30	127	-	-	-	-	-	-	30	127
PI	SAO FRANCISCO DE A	DMR	61	116	-	-	-	-	-	-	61	116
PI	SAO FRANCISCO DO F	EMR	114	297	1	19	-	-	-	-	115	316
PI	SAO GONCALO DO GU	DMR	22	73	-	-	-	-	-	-	22	73
PI	SAO GONCALO DO PI/	BR	25	54	2	46	-	-	-	-	27	100
PI	SAO JOAO DA CANABI	EMR	60	161	-	-	-	-	-	-	60	161
PI	SAO JOAO DA FRONTI	EMR	82	159	1	21	-	-	-	-	83	180
PI	SAO JOAO DA SERRA	DMR	76	148	-	-	-	-	-	-	76	148
PI	SAO JOAO DA VARJO	EMR	74	195	-	-	-	-	-	-	74	195
PI	SAO JOAO DO ARRAIA	DMR	143	258	1	13	-	-	-	-	144	271
PI	SAO JOAO DO PIAUI	DMR	39	140	8	215	-	-	-	-	47	355
PI	SAO JOSE DO DIVINO	EMR	122	252	-	-	-	-	-	-	122	252
PI	SAO JOSE DO PEIXE	EMR	65	130	-	-	-	-	-	-	65	130
PI	SAO JOSE DO PIAUI	EMR	118	245	4	73	-	-	-	-	122	318
PI	SAO JULIAO	DMR	18	63	1	103	-	-	-	-	19	166
PI	SAO LOURENCO DO P	DMR	87	185	-	-	-	-	-	-	87	185
PI	SAO LUIS DO PIAUI	EMR	142	294	-	-	-	-	-	-	142	294
PI	SAO MIGUEL DA BAIX/	BR	11	21	-	-	1	137	-	-	12	158
PI	SAO MIGUEL DO FIDA	EMR	34	146	-	-	-	-	-	-	34	146
PI	SAO MIGUEL DO TAPU	DMR	188	973	1	81	-	-	-	-	189	1.054
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	BR	78	148	2	53	-	-	-	-	80	201
PI	SAO RAIMUNDO NON/	DMR	65	193	7	584	1	75	-	-	73	852

PI	SEBASTIAO BARROS	DMR	37	250	-	-	-	-	-	-	37	250
PI	SEBASTIAO LEAL	DMR	70	148	-	-	-	-	-	-	70	148
PI	SIGEFREDO PACHECO	DMR	166	1.225	-	-	-	-	-	-	166	1.225
PI	SIMOES	DMR	457	1.186	1	53	-	-	-	-	458	1.239
PI	SIMPLICIO MENDES	DMR	71	391	6	1.068	-	-	-	-	77	1.459
PI	SOCORRO DO PIAUI	DMR	35	69	-	-	-	-	-	-	35	69
PI	SUSSUAPARA	EMR	50	256	3	85	-	-	-	-	53	341
PI	TAMBORIL DO PIAUI	DMR	9	17	-	-	-	-	-	-	9	17
PI	TANQUE DO PIAUI	EMR	49	94	-	-	-	-	-	-	49	94
PI	TERESINA	EMR	182	1.772	108	11.666	51	10.834	19	37.506	360	61.778
PI	UNIAO	EMR	65	132	-	-	-	-	1	1.133	66	1.265
PI	URUCUI	DMR	61	437	25	448	1	274	5	11.500	92	12.659
PI	VALENCA DO PIAUI	BR	214	797	21	660	2	23	-	-	237	1.480
PI	VARZEA BRANCA	DMR	32	72	-	-	-	-	-	-	32	72
PI	VARZEA GRANDE	BR	57	140	-	-	-	-	-	-	57	140
PI	VERA MENDES	DMR	96	303	-	-	-	-	-	-	96	303
PI	VILA NOVA DO PIAUI	DMR	41	99	-	-	-	-	-	-	41	99
PI	WALL FERRAZ	EMR	17	350	1	7	-	-	-	-	18	357
RN	ACARI	DMR	13	64	14	740	-	-	-	-	27	804
RN	AFONSO BEZERRA	DMR	79	428	1	63	-	-	1	7.345	81	7.836
RN	AGUA NOVA	DMR	13	32	-	-	-	-	-	-	13	32
RN	ALEXANDRIA	DMR	181	453	4	74	-	-	-	-	185	527
RN	ALMINO AFONSO	DMR	31	58	-	-	-	-	-	-	31	58
RN	ALTO DO RODRIGUES	DMR	51	357	13	380	3	517	-	-	67	1.254
RN	ANGICOS	DMR	46	272	8	470	-	-	-	-	54	742
RN	ANTONIO MARTINS	DMR	160	367	1	35	-	-	-	-	161	402
RN	APODI	DMR	351	1.148	25	1.625	-	-	-	-	376	2.773
RN	AREIA BRANCA	EMR	14	95	2	143	1	200	-	-	17	438
RN	ARES	DMR	8	15	-	-	-	-	-	-	8	15
RN	ASSU	DMR	171	1.124	71	5.397	11	854	-	-	253	7.375
RN	BAIA FORMOSA	DMR	6	11	-	-	-	-	-	-	6	11
RN	BARAUNA	EMR	63	351	3	109	-	-	1	254.729	67	255.189
RN	BARCELONA	DMR	17	31	1	13	-	-	-	-	18	44
RN	BENTO FERNANDES	BR	23	44	-	-	-	-	-	-	23	44
RN	BOA SAUDE	DMR	21	54	2	78	-	-	-	-	23	132
RN	BODO	DMR	26	58	1	7	-	-	-	-	27	65
RN	BOM JESUS	DMR	36	131	2	128	-	-	-	-	38	259
RN	BREJINHO	DMR	12	58	3	239	-	-	-	-	15	297
RN	CAICARA DO NORTE	DMR	17	33	-	-	-	-	-	-	17	33
RN	CAICARA DO RIO DO \	DMR	17	33	-	-	-	-	-	-	17	33
RN	CAICO	EMR	125	713	59	3.484	3	799	-	-	187	4.996
RN	CAMPO GRANDE	DMR	341	859	-	-	-	-	-	-	341	859
RN	CAMPO REDONDO	DMR	237	807	1	29	-	-	-	-	238	836
RN	CANGUARETAMA	DMR	31	60	-	-	1	141	-	-	32	201
RN	CARAUBAS	DMR	112	388	19	776	2	66	-	-	133	1.230
RN	CARNAUBA DOS DAN	DMR	86	342	8	657	1	30	-	-	95	1.029
RN	CARNAUBAIS	DMR	71	235	3	182	-	-	-	-	74	417
RN	CEARA-MIRIM	DMR	31	334	3	63	1	21	-	-	35	418
RN	CERRO CORA	DMR	95	370	2	353	-	-	-	-	97	723

RN	CORONEL EZEQUIEL	DMR	114	252	2	195	-	-	-	-	116	447
RN	CORONEL JOAO PESS	DMR	49	90	1	17	-	-	-	-	50	107
RN	CRUZETA	DMR	42	180	12	511	2	68	-	-	56	759
RN	CURRAIS NOVOS	DMR	93	795	69	4.991	13	1.194	-	-	175	6.980
RN	DOUTOR SEVERIANO	DMR	52	154	-	-	-	-	-	-	52	154
RN	ENCANTO	DMR	42	76	1	18	-	-	-	-	43	94
RN	EQUADOR	DMR	56	114	1	54	1	456	-	-	58	624
RN	ESPIRITO SANTO	DMR	42	82	-	-	1	104	-	-	43	186
RN	EXTREMOZ	AR	44	84	2	179	-	-	-	-	46	263
RN	FELIPE GUERRA	DMR	76	140	4	60	-	-	-	-	80	200
RN	FERNANDO PEDROZA	DMR	16	54	-	-	-	-	-	-	16	54
RN	FLORANIA	DMR	115	254	6	322	-	-	-	-	121	576
RN	FRANCISCO DANTAS	DMR	12	69	-	-	-	-	-	-	12	69
RN	FRUTUOSO GOMES	DMR	44	81	-	-	-	-	-	-	44	81
RN	GALINHOS	DMR	2	40	-	-	-	-	-	-	2	40
RN	GOIANINHA	DMR	38	78	8	537	-	-	-	-	46	615
RN	GOVERNADOR DIX-SE	DMR	68	476	-	-	-	-	-	-	68	476
RN	GROSSOS	EMR	14	86	2	64	-	-	1	2.461	17	2.611
RN	GUAMARE	DMR	17	147	13	388	1	49.271	-	-	31	49.806
RN	IELMO MARINHO	DMR	60	633	2	42	-	-	-	-	62	675
RN	IPANGUACU	DMR	18	379	8	298	-	-	-	-	26	677
RN	IPUEIRA	EMR	18	38	-	-	-	-	-	-	18	38
RN	ITAJA	DMR	31	304	14	1.017	-	-	-	-	45	1.321
RN	ITAU	DMR	23	93	3	56	-	-	-	-	26	149
RN	JACANA	DMR	85	167	3	63	-	-	-	-	88	230
RN	JANDAIRA	BR	4	34	1	8	-	-	-	-	5	42
RN	JANDUIS	DMR	16	158	-	-	1	99	-	-	17	257
RN	JAPI	DMR	42	173	-	-	-	-	-	-	42	173
RN	JARDIM DE ANGICOS	DMR	49	122	-	-	-	-	-	-	49	122
RN	JARDIM DE PIRANHAS	EMR	126	375	19	1.318	-	-	-	-	145	1.693
RN	JARDIM DO SERIDO	DMR	168	627	26	984	-	-	-	-	194	1.611
RN	JOAO CAMARA	BR	109	234	3	306	1	90	-	-	113	630
RN	JOAO DIAS	DMR	44	83	-	-	-	-	-	-	44	83
RN	JOSE DA PENHA	DMR	97	229	2	56	-	-	-	-	99	285
RN	JUCURUTU	DMR	278	974	16	1.005	-	-	-	-	294	1.979
RN	JUNDIÁ	DMR	56	110	2	36	-	-	-	-	58	146
RN	LAGOA D'ANTA	DMR	70	214	1	31	-	-	-	-	71	245
RN	LAGOA DE PEDRAS	DMR	177	378	-	-	-	-	-	-	177	378
RN	LAGOA DE VELHOS	DMR	12	23	2	299	-	-	-	-	14	322
RN	LAGOA NOVA	DMR	149	341	6	122	-	-	-	-	155	463
RN	LAGOA SALGADA	DMR	138	841	-	-	-	-	-	-	138	841
RN	LAJES	DMR	12	24	3	149	-	-	-	-	15	173
RN	LAJES PINTADAS	DMR	44	102	-	-	-	-	-	-	44	102
RN	LUCRECIA	DMR	9	17	-	-	-	-	-	-	9	17
RN	LUIS GOMES	DMR	46	275	-	-	-	-	-	-	46	275
RN	MACAIBA	DMR	101	191	4	201	2	140	-	-	107	532
RN	MACAU	DMR	29	662	27	910	2	329	-	-	58	1.901
RN	MAJOR SALES	DMR	68	127	-	-	-	-	-	-	68	127
RN	MARCELINO VIEIRA	DMR	92	382	-	-	-	-	-	-	92	382

RN	MARTINS	DMR	12	24	-	-	-	-	-	-	12	24
RN	MESSIAS TARGINO	DMR	14	143	1	35	-	-	-	-	15	178
RN	MONTANHAS	DMR	71	357	4	257	-	-	-	-	75	614
RN	MONTE ALEGRE	DMR	150	329	4	127	-	-	-	-	154	456
RN	MONTE DAS GAMELEI	DMR	38	74	-	-	-	-	-	-	38	74
RN	MOSSORO	EMR	41	671	78	6.249	22	7.808	4	27.294	145	42.022
RN	NATAL	AR	15	2.161	68	3.978	37	6.500	7	1.931	127	14.570
RN	NISIA FLORESTA	DMR	40	73	1	17	-	-	-	-	41	90
RN	NOVA CRUZ	DMR	132	620	10	314	3	225	-	-	145	1.159
RN	OLHO D'AGUA DO BOI	DMR	36	68	1	28	-	-	-	-	37	96
RN	OURO BRANCO	DMR	157	634	4	52	-	-	-	-	161	686
RN	PARANA	DMR	37	83	2	39	-	-	-	-	39	122
RN	PARAU	DMR	10	30	-	-	-	-	-	-	10	30
RN	PARAZINHO	DMR	13	250	-	-	-	-	-	-	13	250
RN	PARELHAS	DMR	187	657	26	1.178	-	-	-	-	213	1.835
RN	PARNAMIRIM	AR	4	910	23	2.909	13	2.531	5	1.360	45	7.710
RN	PASSA E FICA	DMR	171	315	3	157	-	-	-	-	174	472
RN	PASSAGEM	DMR	36	106	1	21	-	-	-	-	37	127
RN	PATU	DMR	20	74	4	204	-	-	-	-	24	278
RN	PAU DOS FERROS	DMR	35	124	17	564	2	694	-	-	54	1.382
RN	PEDRA GRANDE	BR	15	30	-	-	-	-	-	-	15	30
RN	PEDRA PRETA	DMR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
RN	PEDRO AVELINO	DMR	108	262	3	711	-	-	-	-	111	973
RN	PEDRO VELHO	DMR	57	166	1	28	-	-	-	-	58	194
RN	PENDENCIAS	DMR	4	28	9	746	-	-	-	-	13	774
RN	PILOES	DMR	41	102	3	337	-	-	-	-	44	439
RN	POCO BRANCO	BR	50	98	-	-	-	-	-	-	50	98
RN	PORTALEGRE	DMR	82	206	1	188	-	-	-	-	83	394
RN	PUREZA	BR	13	49	-	-	-	-	-	-	13	49
RN	RAFAEL FERNANDES	DMR	27	84	-	-	-	-	-	-	27	84
RN	RAFAEL GODEIRO	DMR	29	68	-	-	-	-	-	-	29	68
RN	RIACHO DA CRUZ	DMR	57	138	-	-	-	-	-	-	57	138
RN	RIACHO DE SANTANA	DMR	10	39	-	-	-	-	-	-	10	39
RN	RIACHUELO	DMR	38	187	1	33	-	-	-	-	39	220
RN	RIO DO FOGO	BR	36	228	1	50	-	-	-	-	37	278
RN	RODOLFO FERNANDE	DMR	25	52	-	-	-	-	-	-	25	52
RN	RUY BARBOSA	DMR	39	78	1	14	-	-	-	-	40	92
RN	SANTA CRUZ	DMR	132	678	18	522	1	38	-	-	151	1.238
RN	SANTA MARIA	DMR	31	60	1	33	-	-	-	-	32	93
RN	SANTANA DO MATOS	DMR	217	578	6	154	1	250	-	-	224	982
RN	SANTANA DO SERIDO	DMR	88	166	2	67	3	1.154	-	-	93	1.387
RN	SANTO ANTONIO	DMR	199	565	7	591	-	-	-	-	206	1.156
RN	SAO BENTO DO NORT	DMR	48	96	-	-	-	-	-	-	48	96
RN	SAO BENTO DO TRAIR	DMR	22	66	1	14	-	-	-	-	23	80
RN	SAO FERNANDO	EMR	190	493	3	95	1	47	-	-	194	635
RN	SAO FRANCISCO DO (	DMR	3	9	-	-	-	-	-	-	3	9
RN	SAO GONCALO DO AM	DMR	27	80	6	979	2	328	-	-	35	1.387
RN	SAO JOAO DO SABUG	EMR	75	253	-	-	-	-	-	-	75	253
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	DMR	1	595	4	292	3	701	-	-	8	1.588

RN	SAO JOSE DO CAMPE	DMR	126	358	3	438	-	-	-	-	129	796
RN	SAO JOSE DO SERIDO	DMR	90	283	20	1.349	2	74	-	-	112	1.706
RN	SAO MIGUEL	DMR	91	255	3	65	1	112	-	-	95	432
RN	SAO MIGUEL DO GOS	BR	84	167	-	-	-	-	-	-	84	167
RN	SAO PAULO DO POTE	DMR	127	386	4	294	-	-	-	-	131	680
RN	SAO PEDRO	DMR	63	234	3	132	1	77	-	-	67	443
RN	SAO RAFAEL	DMR	43	176	-	-	-	-	-	-	43	176
RN	SAO TOME	DMR	251	542	4	168	-	-	-	-	255	710
RN	SAO VICENTE	DMR	57	205	2	70	-	-	-	-	59	275
RN	SENADOR ELOI DE SC	DMR	67	759	-	-	-	-	-	-	67	759
RN	SENADOR GEORGINO	DMR	5	10	-	-	-	-	-	-	5	10
RN	SERRA CAIADA	DMR	53	117	1	29	-	-	-	-	54	146
RN	SERRA DE SAO BENT	DMR	35	329	1	11	-	-	-	-	36	340
RN	SERRA DO MEL	EMR	291	997	3	150	-	-	-	-	294	1.147
RN	SERRA NEGRA DO NC	EMR	151	419	11	427	1	95	-	-	163	941
RN	SERRINHA	DMR	35	107	-	-	-	-	-	-	35	107
RN	SERRINHA DOS PINTO	DMR	68	142	2	397	-	-	-	-	70	539
RN	SEVERIANO MELO	DMR	127	383	6	332	-	-	-	-	133	715
RN	SITIO NOVO	DMR	65	145	-	-	-	-	-	-	65	145
RN	TABOLEIRO GRANDE	DMR	4	8	2	93	-	-	-	-	6	101
RN	TAIPU	BR	127	249	1	202	-	-	1	669	129	1.120
RN	TANGARA	DMR	38	89	5	100	-	-	-	-	43	189
RN	TENENTE ANANIAS	DMR	51	189	-	-	-	-	-	-	51	189
RN	TENENTE LAURENTIN	DMR	43	175	2	228	-	-	-	-	45	403
RN	TIBAU	EMR	5	9	-	-	-	-	-	-	5	9
RN	TIBAU DO SUL	DMR	1	2	1	47	-	-	-	-	2	49
RN	TIMBAUBA DOS BATIS	EMR	6	13	1	46	-	-	-	-	7	59
RN	TOUROS	BR	300	1.777	1	44	-	-	-	-	301	1.821
RN	TRIUNFO POTIGUAR	DMR	18	44	-	-	-	-	-	-	18	44
RN	UMARIZAL	DMR	49	172	2	15	1	180	-	-	52	367
RN	UPANEMA	DMR	51	162	3	44	-	-	-	-	54	206
RN	VARZEA	DMR	38	89	-	-	-	-	-	-	38	89
RN	VENHA-VER	DMR	85	164	-	-	-	-	-	-	85	164
RN	VERA CRUZ	DMR	82	224	8	379	-	-	-	-	90	603
RN	VICOSA	DMR	6	12	-	-	-	-	-	-	6	12
SE	AMPARO DE SAO FRA	EMR	17	43	2	77	-	-	-	-	19	120
SE	AQUIDABA	DMR	175	954	9	569	-	-	-	-	184	1.523
SE	ARACAJU	AR	49	1.628	143	8.503	51	9.415	14	1.900	257	21.446
SE	ARAUA	BR	53	133	4	431	1	32	-	-	58	596
SE	AREIA BRANCA	EMR	50	159	-	-	-	-	-	-	50	159
SE	BARRA DOS COQUEIR	AR	11	19	2	314	-	-	-	-	13	333
SE	BOQUIM	BR	159	417	4	158	-	-	2	220	165	795
SE	BREJO GRANDE	EMR	19	99	1	17	-	-	-	-	20	116
SE	CAMPO DO BRITO	EMR	104	764	9	506	1	31	-	-	114	1.301
SE	CANHOBA	EMR	73	324	5	333	1	340	-	-	79	997
SE	CANINDE DE SAO FRA	DMR	36	298	1	75	-	-	-	-	37	373
SE	CAPELA	DMR	62	186	10	1.017	6	485	8	27.554	86	29.242
SE	CARIRA	DMR	580	7.583	40	3.435	14	2.264	1	364	635	13.646
SE	CARMOPOLIS	BR	3	27	3	199	-	-	-	-	6	226

SE	CEDRO DE SAO JOAO	EMR	3	70	4	426	1	45	-	-	8	541
SE	CRISTINAPOLIS	BR	80	185	1	8	1	151	-	-	82	344
SE	CUMBE	DMR	18	82	6	266	-	-	-	-	24	348
SE	DIVINA PASTORA	DMR	2	4	-	-	-	-	-	-	2	4
SE	ESTANCIA	DMR	107	512	13	777	6	235	4	4.475	130	5.999
SE	FEIRA NOVA	DMR	52	217	2	109	1	677	-	-	55	1.003
SE	FREI PAULO	DMR	214	2.348	21	1.597	12	2.291	1	6.000	248	12.236
SE	GARARU	DMR	440	1.842	10	210	1	150	-	-	451	2.202
SE	GENERAL MAYNARD	BR	1	42	-	-	-	-	-	-	1	42
SE	GRACHO CARDOSO	DMR	187	1.011	4	158	3	500	-	-	194	1.669
SE	ILHA DAS FLORES	EMR	34	81	-	-	1	98	-	-	35	179
SE	INDIAROBA	DMR	142	448	2	66	-	-	-	-	144	514
SE	ITABAIANA	EMR	330	2.744	84	3.783	22	1.210	2	176	438	7.913
SE	ITABAIANINHA	BR	531	1.370	13	854	2	339	-	-	546	2.563
SE	ITABI	DMR	104	559	-	-	-	-	-	-	104	559
SE	ITAPORANGA D'AJUD/	DMR	118	596	5	320	2	287	1	264	126	1.467
SE	JAPARATUBA	DMR	18	113	4	106	1	44	-	-	23	263
SE	JAPOATA	DMR	92	515	4	373	2	138	-	-	98	1.026
SE	LAGARTO	DMR	418	1.659	29	2.158	10	1.316	-	-	457	5.133
SE	LARANJEIRAS	BR	5	37	3	397	3	286	-	-	11	720
SE	MACAMBIRA	EMR	141	566	2	130	1	238	-	-	144	934
SE	MALHADA DOS BOIS	DMR	8	142	1	59	-	-	-	-	9	201
SE	MALHADOR	EMR	224	874	4	164	-	-	-	-	228	1.038
SE	MARUIM	BR	5	10	2	90	1	1.336	-	-	8	1.436
SE	MOITA BONITA	EMR	104	411	3	192	-	-	-	-	107	603
SE	MONTE ALEGRE DE S	DMR	247	1.779	4	264	1	54	-	-	252	2.097
SE	MURIBECA	DMR	31	85	1	72	2	673	1	27.329	35	28.159
SE	NEOPOLIS	EMR	172	405	4	120	1	136	5	9.919	182	10.580
SE	NOSSA SENHORA AP/	DMR	494	2.804	9	683	5	487	-	-	508	3.974
SE	NOSSA SENHORA DA	DMR	387	2.036	16	1.523	3	414	-	-	406	3.973
SE	NOSSA SENHORA DA	DMR	105	568	38	1.966	2	294	6	3.742	151	6.570
SE	NOSSA SENHORA DE	EMR	110	290	3	233	-	-	-	-	113	523
SE	NOSSA SENHORA DO	AR	45	177	9	1.561	3	495	-	-	57	2.233
SE	PACATUBA	DMR	160	346	2	90	-	-	-	-	162	436
SE	PEDRA MOLE	DMR	52	425	2	124	-	-	-	-	54	549
SE	PEDRINHAS	BR	23	45	1	27	-	-	-	-	24	72
SE	PINHAO	DMR	34	293	2	99	1	199	-	-	37	591
SE	PIRAMBU	DMR	4	7	1	41	-	-	-	-	5	48
SE	POCO REDONDO	DMR	223	994	2	177	-	-	-	-	225	1.171
SE	POCO VERDE	DMR	222	1.213	15	365	1	5.366	-	-	238	6.944
SE	PORTO DA FOLHA	DMR	353	1.553	5	298	3	626	-	-	361	2.477
SE	PROPRIA	EMR	64	334	8	510	-	-	2	300	74	1.144
SE	RIACHAO DO DANTAS	DMR	298	694	2	143	2	338	-	-	302	1.175
SE	RIACHUELO	BR	9	18	2	49	1	48	-	-	12	115
SE	RIBEIROPOLIS	DMR	122	869	7	899	1	99	1	800	131	2.667
SE	ROSARIO DO CATETE	BR	14	28	1	14	-	-	-	-	15	42
SE	SALGADO	BR	55	208	4	58	2	1.849	-	-	61	2.115
SE	SANTA LUZIA DO ITAN	DMR	111	290	3	96	-	-	-	-	114	386
SE	SANTA ROSA DE LIMA	DMR	23	78	1	105	-	-	-	-	24	183

| | | |

Of. Pres. n. 004/2012/CMO

Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de autuação do Ofício nº 0466/2011/SUDENE-AGI, de 28/12/2011, Primeiro Semestre, relativo ao Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, em obediência ao estabelecido pelo § 5º, art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pelo art. 18 da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, encaminhou a esta Presidência, através do Ofício nº 0466/2011/SUDENE-AGI, de 28/12/2011, para efeito de fiscalização e controle, o Relatório de Resultados e Impactos – Exercício de 2011, Primeiro Semestre, do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste – FNE.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, os originais *do* **Ofício nº 0466/2011/SUDENE-AGI, de 28/12/2011.**

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Recebi em 7/2/12
às 16h25

Senador VITAL DO RÊGO
Presidente

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 438 páginas

(OS: 10204/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL